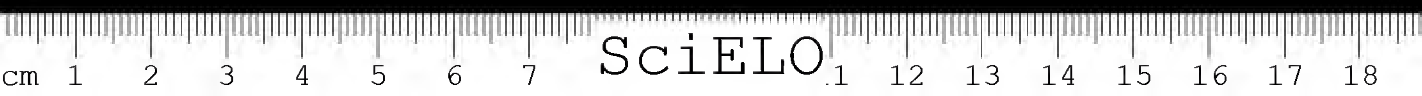



cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

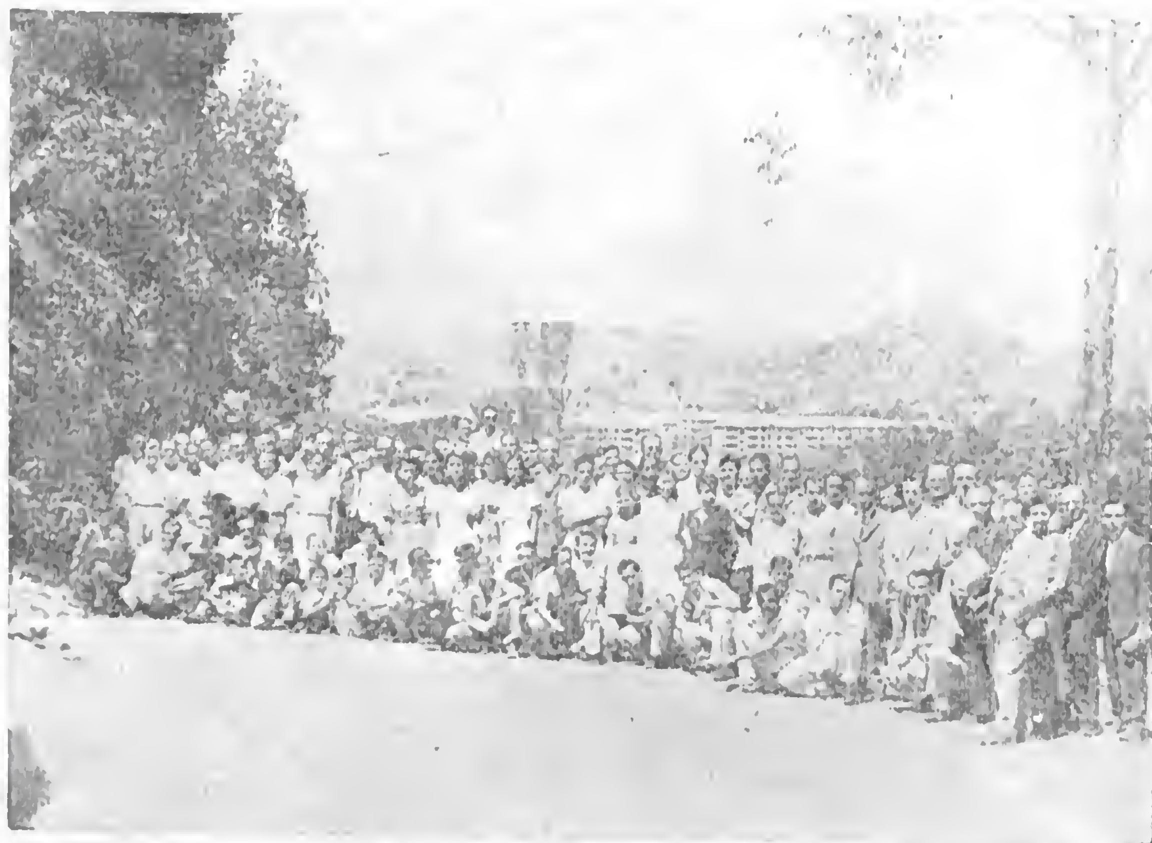
ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



ANO LIV

RIO DE JANEIRO — BRASIL

JANEIRO - FEVEREIRO, 1950



Visita da "Colmeia dos Pintores" à Escola de Horticultura Wenceslão Bello. O Prof. Levino Fanzeres e seus alunos fixaram aspectos aprazíveis da vida rural, em plena metrópole, naquele antigo estabelecimento mantido pela Sociedade Nacional de Agricultura.

SUMÁRIO:

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897
RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINEAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRE'
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	—	JOSE' SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSE ALVES DE SOUZA	—	JOSE' SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	—	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL NETTO CAMPELLO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	—	MARIO VILHENA
EUVALDOD LODI	—	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	—	PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidencia da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV — JANEIRO - FEVEREIRO DE 1950

TRIGO, PROBLEMA NACIONAL

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Como matéria de maior relevância para economia nacional, o Conselho Federal de Comércio Exterior, de longa data, pode-se mesmo dizer desde sua criação em 1934, cogitou de medidas que viessem impedir as nossas importações sempre crescentes e por preços cada vez mais elevados do "cereal de ouro". Coube-me e a outros Conselheiros, em mais de uma oportunidade agitar essa questão no meio do Conselho, (o meu primeiro trabalho está datado de 22/9/934) fazendo sentir que o Brasil, país exportador de trigo século XIX e sobretudo no século XX, tornou-se cada vez mais dependente do produto exótico. Essa dependência se foi tornando asfixiante e, não raro dolorosa, porquanto a tendência era de se avolumarem, mais dia a dia, as importações diante do aumento crescente da população.

No quadro das importações brasileiras o trigo sempre exerceu o papel de verdadeiro déspota econômico, tal o destaque e a hegemonia por êle exercidos.

Numa época como a que atravessamos, em que todas as nações envidam esforços para sua autonomia, não trepidando em lançar mãos de medidas extremas de protecionismo, nada justificativa a atitude observada pelo Brasil, mantendo-se impassível até 1939, diante da drenagem do ouro sofrida na aquisição do pão de que se nutre.

Havia necessidade que inaugurássemos uma política trigueira resoluta, capaz de nos tirar da subalternidade perigosa em que nos encontrávamos, há muitos anos sem uma reação enérgica e bem coordenada.

Forçoso seria fortificarmos cada vez mais a estrutura agrária brasileira dispondo de um grande mercado interno para um produto da terra como o trigo.

No Rio Grande do Sul onde em 1790 se registraram as primeiras exportações do trigo, atribue-se, dentre outras, a três causas principais a decadência da cultura.

a) Advento da indústria saladeril;
b) Fenômenos político-sociais;
c) "pestes" dos trigais.

Na opinião dos técnicos porém um fator se tornou preponderante, a degenerescência das sementes. Êsse fato ocasionou o aparecimento de pragas e doenças com a pequena adaptação das variedades então cultivadas, às zonas ecologicas.

Houve falta de um plano metódico de pesquiza agronômica. Entretanto não faltou a alguns dos nossos ilustres Ministros da Agricultura, a compreensão dessa necessidade. E' de justiça destacarmos os nomes de Pedro de Toledo, Miuel Calmon, (Miguel Calmon contratou na Suécia Iwar Bekman que até hoje trabalha com alta eficiência em favor do trigo brasileiro), Lira Castro e a elevada visão do problema reveleda pelo Ministro Simões Lopes, a quem coube a fundação das primeiras estações experimentais de trigo no Rio Grande do Sul e outros Estados. Essa mesma diretriz foi seguida e completada pelo inesquecível agrônomo Fernando Costa.

O combate às doenças do trigo só se pode realizar por meio de variedades resistentes e é o que, felizmente já vão conseguindo nossas estações experimentais.

A par das medidas de ordem técnica sempre julguei necessário, por revestir-se de muita complexidade o problema do trigo, coordenar a ação do Estado no terreno das aticidades comerciais e industriais. Por isso mesmo, sempre premiei a criação de uma entidade dotada de autonomia administrativa e financeira que assumisse a suprema direção da campanha do trigo, enfeixando e orientando todos os interesses em jôgo que, na verdade são os da nossa própria soberania. Exemplos como os da Argentina (com a junta de grãos) na França, Itália e Portugal o que demonstra

a necessidade de uma legislação especial compreendendo, desde a defesa da produção, por seu aspecto técnico até o estabelecimento do preço mínimo, quotas de consumo do trigo exótico e nacional, tarifas móveis, fiscalização dos moinhos estabele- zonas produtoras, enfim a adoção de uma cimento de misturas, fabrico e venda do série de providências a serem tomadas em pão, construção de silos e elevadores nas obediência a um plano seguro que estabeleça verdadeira política econômica de defesa nacional.

Assim pensando como membro e presidente da comissão instituída pelo decreto n.º 805 de 8 de maio de 1936, que funcionou sob a direção do então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o ilustre Dr. Agamemnon Magalhães, apresentei um projeto que foi aprovado e remetido ao Congresso Nacional daquela época no qual se criava o Instituto Federal do Trigo.

Em mensagem êsse projeto foi enviado ao Congresso e o Ministro do Trabalho assim se expressou: inclino-me pela aceitação dêsse ante-projeto que, de acôrdo com a legislação adotada por outros países, como Portugal e Itália, consagra o sistema de percentagem do trigo nacional a ser obrigatoriamente aproveitado pelos moinhos, distribuindo-se sob a fórma de rateio, consoante as zonas de produção.

Com o Instituto teríamos um organismo autônomo entrosado na produção e no Estado, com celeridade de movimentos para a luta contra os fatores imponderáveis."

A moagem do trigo, entre nós se acha, em sua maioria, em mãos de importadores estrangeiros, por outro lado o transporte dentro do país, sendo mais caro do que o de via marítima, nem sempre pode haver interêsse na compra do trigo nacional.

Isso prova que o Govêrno para vencer, nessa campanha, tem de estar vigilante."
vindicação de liberdade — já li algures. Essa é uma verdade que não deve ser obscurecida.

Ao baixar o decreto n.º 803 de 8 de maio de 1936, reduzindo a tarifa da farinha estrangeira e determinando ser fixada a percentagem de trigo nacional a ser adicionada ao trigo estrangeiro, o Govêrno, em uma das consideranda do decreto reconhecia "que um "trust" nacional tem procurado exercer ação profunda e perturbadora no consumo de uma mercadoria indispensável à alimentação do povo, qual a farinha de trigo".

Somos adeptos, pelas razões expostas de um plano de conjunto para a defêsa da produção do comércio e da industrialização do trigo no país e, para tanto necessitarmos de um organismo como o Instituto proposto com autonomia administrativa, técnica e financeira com jurisdiçoã em todo o território nacional.

Entretanto, se na exposição de motivos que acompanhou a mensagem do Presidente da República, o Ministro Agamemnon Magalhães preconisava a criação do Instituto Federal do Trigo, posteriormente o ilustre Ministro Odilon Braga, propunha fosse enviado ao Congresso outra mensagem, com um projeto, que se transformou na lei número 470, de 9 de agôsto de 1937, promovendo "o fomento da cultura do trigo, por intermédio do Ministério da Agricultura que tomará as medidas necessárias e organisará estações experimentais, postos de multiplicação de sementes e laboratório central."

Como declarou êsse Ministro na exposição de motivos que acompanhou a mensagem de 18 de setembro de 1936, "os vários aspectos do programa encarrados no plano que ora venho submeter ao exame de V. Ex., no ante-projeto anexo, ficam restritos apenas à ação oficial do fomento da produção, incentivando a cultura sob bases racionais, desde a escolha da semente, ao plantio, à colheita, ao beneficiamento, e estimulando-a diretamente, por meio de prêmios e auxílios outros." Criou-se uma taxa de 60 centavos sôbre saco de farinha de trigo beneficiado com matéria prima estrangeira, julgada suficiente para custear as providências propostas.

O problema do trigo nacional agitado no então Congresso Nacional deu lugar a fortes debates com repercussão na opinião pública. Embora muitas sugestões, aparecessem inclusive a da criação do Departamento Nacional do Trigo, foi afinal sancionada a lei n.º 470 de 9 de agôsto de 1937, representando o pensamento do Govêrno consubstanciado no ante-projeto elaborado pelo Ministério da Agricultura, ficando à margem o ante-projeto da criação do Instituto Federal do Trigo enviado

em mensagem com exposição de motivos do Ministro Agamnon Magalhães.

Que a boa razão estava com os que pleiteavam uma ação mais enérgica do Governo fora das peias administrativas por intermédio de uma entidade única dotada de autonomia tivemos em seguida com o decreto-lei n.º 72 que alterou o de n.º 470, além dos que se lhe seguiram, como os de ns. 26 sôbre a panificação de pão com 30% de fécula nacional, decreto n.º 2.307 criando o serviço de fiscalização do comércio de farinhas e decreto n.º 955 tornado obrigatório a aquisição e consumo de trigo em grão de produção nacional pelas emprêsas moageiras do país. Por êsse último decreto ficou, no art. 4, fixado em 600 réis pelo prazo de de três anos, o preço mínimo de aquisição por quilo de trigo nacional ensacado. Tudo faz crer não se achar completa essa legislação de amparo ao trigo nacional, com a agravante da falta de unidade em sua aplicação. Pelo decreto n.º 1.104, de 9 de fevereiro foi transferido do Ministério do Trabalho para o da Agricultura o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas criado para dar execução ao decreto n.º 26, de 30 de novembro de 1937.

Tem-se atualmente dois orgãos, dentro do Ministério da Agricultura, para a execução da política do trigo: um, cuidando das medidas necessárias à intensificação da cultura do trigo, (decreto-lei n.º 470) e fixação da quota do consumo do trigo nacional pelas emprêsas moageiras (decreto n.º 955, de 5 de dezembro de 1938) com o estabelecimento do prêço mínimo de 600 réis pelo quilo de trigo nacional, que é o Departamento Nacional de Produção Vegetal; outro, o Serviço de Fiscalização de Comércio de Farinhas, (decreto n.º 2.307, de 3 de fevereiro de 1938), destinado a aplicar o decreto-lei n.º 26 de 30 de novembro de 1937, que tornou obrigatória a mistura, nos trabalhos de panificação, de fécula ou farinha, extraída de produto nacional.

Parece estar assim patenteada, a duplicidade de ação, dentro da ordem administrativa, para um problema gravíssimo da economia nacional.

A ação governamental só poderá ser bem sucedida se ela se fizer sentir de modo uniforme em todas as fases do complexo economico e financeiro relacionado com a produção, comércio e industrialização do trigo.

Estavamos jogando, evidentemente, uma cartada decisiva, sendo para lamentar se não conseguirmos sair vitoriosos.

A própria República Argentina pelo decreto n.º 12.253, de 5 de outubro de 1935 instituiu a "Comissão Nacional de Grãos e Elevadores", dotada de autonomia, afim de "exercer o contrôle de todas as instituições ou entidades que intervenham direta ou indiretamente no comércio interno ou externo de grãos."

Essa Comissão tem fundos próprios à sua disposição proveniente da contribuição" de um centavo por quintal de grão exportado", os quais são depositados em conta especial no Banco da Nação.

Tem também a Comissão poderes para a fixação do prêço de venda dos grãos, fixação essa que tem exercido com grande proveito para os produtores e a vida econômico-financeira do país.

Na altura a que chegamos, a situação criada pelo problema nacional do trigo está a exigir, cada vez mais, os melhores cuidados do Brasil afim de garantir para o seu próprio consumo, o pão de que necessita.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário e Gerente

Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 116-6º

Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245
Rio de Janeiro

Restauração da Lavoura Cafeeira pelo sombreamento

A REUNIÃO A 26 DE NOVEMBRO DE 1949, COM A PRESENÇA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Com a presença do Sr. General Enrico Gaspar Dutra, Presidente da República, que se fez acompanhar dos seus ajudantes de ordens Capitães Clovis Nova da Costa e Aires Biendo de Castro, do Sr. Clemente Mariani, Ministro da Educação, do Sr. Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio de Janeiro, do Sr. Knut Rieford Thyberg, Ministro da Suecia, de vários parlamentares federais e estaduais e de altas autoridades civis e militares realizou-se no auditório do Ministério da Educação a anunciada conferência sobre a "Restauração da Lavoura Cafeeira pelo Sombreamento", promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, em colaboração com a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro.

Dando início à solenidade, o Sr. Edgard Teixeira, Secretário de Agricultura do Rio, proferiu as palavras que vão publicadas em outro local deste registo.

Finda a oração do Secretário da Agricultura outros oradores ocuparam a tribuna, entre eles os Srs. Rogerio de Camargo, Prof. Mello Morais e o Deputado Rubens de Alcântara, todos defendendo o ponto de vista de restauração da lavouca cafeeira pelo sombreamento, tendo o primeiro dos oradores como reforço aos seus pontos de vista, ilustrado sua palestra com projeção de filmes e documentários obtidos por ocasião de sua viagem a diversos países das Américas, onde a cultura do café vem, dia a dia, ganhando maior incremento e consolidando sua posição no mercado mundial, em virtude unicamente dos cuidados a ela proporcionados.

Durante as explicações referentes à defesa do solo, vários apartes foram trocados e alguns esclarecimentos solicitados, o que emprestou à sessão uma significação bem expressiva, devendo-se ainda salientar o alto interesse do Sr. Presidente da República com referência ao assunto.

Sôbre a questão do sombreamento para a defesa da lavoura cafeeira foi amplamente defendida a utilização do ingazeiro, por ser uma árvore que pode ser cultivada em diversas variedades de clima.

Além das personalidades já citadas, compareceram à solenidade figuras de expressão nos meios sociais entre elas o Sr. Luiz Simões Lopes, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultra, na ausência, por motivo de moléstia, do Dr. Arthur Torres Filho, Presidente efetivo, e o Sr. Carlos Steel, Presidente da Sociedade Fluminense dos Amigos da Terra, além de numerosos técnicos e interessados na lavoura e no comércio do nosso principal produto — constituindo uma assistência seleta e compacta, a qual tomou literalmente o amplo auditório do Ministério da Educação.

Palavras do Dr. Edgard Teixeira Leite

Sejam as minhas primeiras palavras, para, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, agradecer a honra da presença pessoal do Sr. Presidente da República a esta Conferência.

Este agradecimento não se reveste apenas da formalidade de protocolo e da homenagem de apreço a que tem direito pelo alto cargo que ocupa.

As suas expressões vão mais além; atingem e envolvem ao Chefe da Nação, que depois de haver lançado, no memorável discurso de Itaperuna, em plena evidência, o problema, da restauração do sólo, corroido e exgotado, pela erosão, veio prestigiar esta reunião onde vai ser estudada, uma das consequências da erosão e que é da maior importancia, para a economia brasileira que é de tornar

possivel a sobrevivencia da cultura do café no Brasil.

Esta sobrevivencia, nessa patricia, está diretamente condicionada e estreitamente subordinada à aplicação de novos metodos de cultivo da preciosa rubiacea, dentre os quais se destaca o do sombreamento.

O plantio do café, em pleno sol, como foi realizado e continúa ser adotado, em quasi todo o país, exigiu a destruição, quasi sistematica e completa de milhares de quilometros de florestas milenarias, que foram substituidas por lavouras de limitadissima duração, que com trinta anos e as vezes até menos do que isso, estão improdutivas ou desapareceram inteiramente.

Enormes areas, toda a bacia do Rio Paraiba, propriamente dito, na antiga zona cafeeira fluminense — Vassouras, Rezende, Valença, Paraiba do Sul, Barra Mansa, Cantagalo e Itaperuna, apenas para citar alguns dos municipios desta famosa e histórica região, que há cerca de oitenta anos e em alguns casos, como em Itaperuna e seus municipios satélites, há muito menos tempo eram grandes e ricos centros exportadores de café, estão já transformados ou vão sendo rapidamente transformados em pastagens fracas, de reduzido valor econômico.

O drama do café, ou melhor, o drama da destruição da riqueza natural do solo pelo plantio do café em pleno sol, não se limita, porem, às terras fluminenses. Ele atinge, de cheio, e em espetacular evidencia que não pode ser mais escondida, a quasi toda região cafeeira de S. Paulo, de Minas, do Espirito Santo e também do Paraná.

Não tenhamos ilusões a respeito do destino do Brasil como país cafeicultor, si outras diretrizes não forem adotadas. Não pensemos que ele terá grandes reservas de regiões florestadas, inexgotaveis, para serem transformadas em novos cafesais.

Oportunamente lembrada pelo Governador Macedo Soares, ao saudar em Itaperuna o Sr. Presidente da Republica, de modo incisivo a situação do Paraná, a este respeito exposta na Mensagem de 1948, do Governador Lupion, de modo frisante e alarmante.

A produção cafeeira do Brasil decai vertiginosamente. De 24.000.000 estamos indo rapidamente para 14.000.000 e esta redução vai recrudescendo, com o desaparecimento de milhões de cafeeiros todos os anos, por terem atingido o limite de sobrevivencia que tem lavouras em pleno sol.

Esta situação é da mais extrema gravidade, pois o café é a nossa principal maquina de fazer dólares. E' principalmente da produção cafeeira que depende o Brasil para ter dólares para comprar automoveis, caminhões, combustiveis liquidos e sólidos, radios e geladeiras, para importação de uma infinidade de cousas, para a alimentação do nosso povo, para o aperfeiçoamento de nossa industria.

Si não encontrarmos uma solução para manter a produção de café, em breve se dará com este pro-



Aspecto da mesa, vendo-se, da direita para a esquerda: Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; Sebastião Santana, chefe do Gabinete e representante do Sr. Ministro da Agricultura; Sr. Embaixador da Suecia, Presidente da Sociedade Fluminense dos Amigos da Terra; Dr. Clemente Mariani, Ministro da Educação; General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da Republica; Cel. Macedo Soares e Silva, Governador do E. do Rio; de pé, pronunciando o seu discurso, o Sr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do E. do Rio e 2.º Vice-Pres. da Sociedade Nacional de Agricultura.

duto, o que ocorreu com o açúcar, com o algodão, com a borracha e iremos ocupar nos mercados internacionais, uma situação inexpressiva e secundária.

Mas tal não ocorrerá, meus patrícios: temos que remediar a esta situação com métodos capazes de restaurar os males da cultura incessantemente praticada.

E' para isso, que aqui estamos, num esfôrço cuja decisão está perfeitamente caracterisada pela presença prestigiosa do supremo chefe da nação e para ajudá-lo na sua tarefa, possuímos a energia de um povo que sabe como pode reagir e é capaz de reagir, e já conhece o caminho a ser seguido.

Vamos ouvir a palavra de homens experimentados e conscientes de suas responsabilidades. Fomos buscá-los, todos êles em S. Paulo, o grande laboratório e o grande livro de ensinamentos para e para todo o Brasil, onde ocupam altas posições.

Vamos ouvir as palavras de sua experiência e de sua proficiência e os conselhos de seu patriotismo e de seu elevado espírito jovem.

O remédio para a restauração da lavoura cafeeira foi encontrado. O sombreamento do café.

A proteção do cafeeiro pelo sombreamento é o caminho da salvação.

Foi por isso, que o Governador Macedo Soares, depois do exame detalhado e aprofundado da matéria, adotou oficialmente, como método de recuperação desta lavoura, o processo do sombreamento, que nos foi indicado pelo Dr. William Coelho de Souza, que é o orientador deste movimento, no Estado do Rio de Janeiro e que no-lo aconselhou e o está dirigindo.

Pelo que está apurado, não temos dúvidas em dizer que ou o Brasil, em matéria de lavoura cafeeira adota o sombreamento ou sossobra, como país produtor de café. Não há dois caminhos a seguir: sombrear ou sossobrar.

Palavras do Dr. Rogerio de Camargo

Começou o orador por agradecer a presença no auditório das mais expressivas autoridades do País, e que ali iam emprestar o carinho de suas simpatias ao movimento renovador iniciado pela Secretaria da Agricultura do Estado do Rio em colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura, para o reerguimento da lavoura cafeeira de há muito combalida. "Falar do reerguimento da lavoura fulcro, disse o orador, é falar também da recuperação do solo. E tratar do solo, em qualquer circunstância, é defender a Pátria, porque o solo é o mais expressivo patrimônio de uma Nação. Não é com outro objetivo que aqui nos reunimos, com a presença do mais alto Magistrado da Nação, cujo acendrado amor à defesa da Pátria ninguém pode duvidar. Estamos, pois, orgulhosos de fazer parte dêste certamen eminentemente patriótico".

A tese do sombreamento dos cafesais é a que o orador se propunha a defender perante o auditório, por isso que de antemão fez distribuir folhetos e apostilas em que se enumeravam mais de cinquenta vantagens do processo em relação à cultura a pleno sol. Disse mais que cada interessado poderia, no decurso da palestra, solicitar melhores esclarecimentos sôbre êste ou aquele dos problemas que envolviam o tema em desenvolvimento.

Disse que ia se despir de qualquer devaneio literário para entrar decisivamente no mérito dos problemas, como se conversasse em família, numa boa prosa cordial e amiga.

Referiu-se então aos dois processos de cultura mundialmente conhecidos: o do sombreamento, usado pela maioria dos nossos concorrentes, e o do ensolarado adotado quase que exclusivamente pelo Brasil. Analisou detalhadamente as diferenças entre os dois processos, e as consequências advindas do método ensolarado para a economia brasileira.

Disse que o método do sombreamento era de caráter universal e não expressava senão uma cópia da região edênica do coffea arabica ao seu país de origem — a Abissínia, onde ainda vive em estado nativo. E' uma planta de subsoque e que segundo o quadro ecológico de Lundegardh pertence ao grupo das hemi-esciophilas ou plantas humidófilas das galerias florestais. O cafeeiro nunca foi uma planta de sol ou dos países tropicais. A região de seu nativismo é o abrangido pelas montanhas frescas e vaporosas de umidade da cadeia de Gessima onde sempre viveu abrigado, sob as frondes das grandes árvores. Aí a elasticidade termométrica nunca foi maior que 25ºC, cujo máximo é de 30ºC e a mínima 5ºC, enquanto que nas lavouras ensolaradas, além de outras desvantagens, obrigo o arbusto de subsoque a suportar até mais de 55ºC, isto é, desde as máximas absolutas do pauliplanalto que êle não mais resiste por falta de umidade do ar, até 0ºC por ocasião das geadas.

Disse mais que na região ensolarado, o cafeeiro está sempre safreado de qualquer mal, de qualquer adversidade a contrariar o seu metabalismo. Assim, no Norte do País, êle é assolado pelas sêcas e pela insolação demasiadas, enquanto que no Sul, mòrmente, em Santa Catarina e no Paraná, as ocorrências de geadas e ventos frios queimam-lhe a vegetação arbustiva. Em São Paulo, não há ano que uma dessas adversidades não venha a danificar a lavoura. Se não são as sêcas periódicas, como ocorre atualmente, são as geadas, os ventos frios e a insolação causticante.

Em consequência disso, o cafeeiro é um mal ambientado ao meio xerófilo, muito embora o sertão dos primeiros tempos lhe possa propiciar uma terra rica em humus e uma abundância de chuvas. Mas, os tempos vão mudando, sendo já certa e constatada a mudança climatérica de São Paulo, cujo planalto viu aumentado de mais um gráu, em certas zonas, a média termométrica anual.

As condições atuais edáficas e climáticas, consubstanciando o meio ecológico, disse o orador, fez com que o cafeeiro se tornasse nômade, cada vez mais em busca do sertão. Desvirginou-se um sertão opulento para a plantação da rubiácea e êsse sertão já acabou, porque o regime não era apenas predatório por uma função de clima, mas pelos maus tratos dispensados ao próprio solo que se deteriorava em duas dezenas de anos apenas para se tornar inóspito à vida da planta.

O orador fez comparações interessantes sôbre a produção de café de São Paulo, de há 30 anos passados, com a produção atual, citando, por exemplo, a média de 1910 a 1914, cujo quinquênio produziu 59 arrobas com a expressiva decadência atual cuja média de 1941 a 1944 não logrou mais que 25 arrobas por mil pés. O número de cafeeiros também expressa a decadência da lavoura, pois São Paulo possuía, em 1937, nada menos de 1 524 012.321 cafeeiros, quando já em 1948, as estimativas não

acusaram mais que 993 milhões de pés, dos quais grande parte em regime deficitário.

Como consequência dessas mesmas adversidades climáticas, a lavoura cafeeira não conseguiu desbancar os seus concorrentes nos mercados de cafés finos, cuja procura é sempre maior e cuja cotação apresenta sempre ágios extraordinários. Se tomarmos em consideração a produção do Brasil, devemos convir que o tipo sete constitui a massa de sua exportação. Nas últimas cotações dos mercados americanos, o tipo sete não alcançou mais que 21,50 centavos por libra-pêso, ao passo que a média dos cafés colombianos atingiu a 36 centavos. Consequentemente, quase o dôbro da cotação brasileira. E' bem verdade que certas zonas de São Paulo e Minas produzem um estritamente mole, que não pode ser comparado, entretanto, com um **mild** das lavouras sombreadas dos países que nos fazem concorrência. Um estritamente mole alcançou, no mesmo dia em que tomamos aquelas cotações, 32 centavos, em Nova York.

Se o Brasil pudesse produzir cafés finos com o processo a pleno sol não teríamos arcado com as graves consequências de segurar a cabra para os outros mamarem, segundo o refrão popular. Pois, teríamos feito um **dumping** com o nosso superprodução e teríamos aniquilado os nossos concorrentes. O fato, porém, é que no auge da crise brasileira da queima de seu produto que não encontrava mercados, foi quando a Colômbia aumentou consideràvelmente as suas áreas de cultura e bem assim a sua produção. Isto quer dizer que não há mercado para cafés baixos e não para cafés finos. Nunca se ouviu falar de queima de uma saca de café **mild,** enquanto, entre nós, as fogueiras catastróficas da incineração devoraram estatìsticamente nada menos que oitenta milhões de sacas.

O café hoje alcançou para nós o preço de mil cruzeiros a saca. Se considerássemos o volume da queima, teríamos nada menos que 80 bilhões de cruzeiros encinerados, representando o esfôrço tremendo de uma produção displinada em moldes completamente errados.

Passou depois o orador a tratar substancialmente do solo, citando vários exemplos de deterioração em São Paulo, notadamente da terra roxa legítima, das terras salmourão e as do Bourú superior e inferior, tôdas elas aproveitadas para a lavoura do café.

Disse o orador que da mesma maneira que o cafeeiro emigrou, com armas e bagagens, da zona fluminense do Vale do Paraíba para o mesmo vale de São Paulo, aí consubstanciando um verdadeiro mar de cafesais, da mesma sorte êle está sendo emigrado para o Norte do Paraná, cujo sertão está seduzindo os olhos ávidos dos cafeicultores. Em 1906, eram meninos muitos dos que ali se reuniam, pois estava na lembrança da meninice dos que abriram agora a casa dos cinquenta, o célebre convênio de Taubaté, convocado por Rodrigues Alves para a solução do problema da primeiro superprodução de cafés também baixos, isto é, cafés que não encontravam mercados. A zona da Central do Brasil que abrange o decantado vale era, sem nenhum exagero, um mar de café. Hoje, as ruínas das antigas fazendas expressam o entorpecimento deficitário econômico da gente rural e seu reflexo atingiu as cidades na expressiva cognominação de Monteiro Lobato, um dos filhos da zona, como a das antigas "cidades mortas".

Ribeirão Preto não deteve o título de capital do café senão por pouco mais de um decênio. Em 1920, aquelas famosas manchas de terra roxa, tão reputadas como uma das melhores do mundo, foram cobertas por uma onda vastíssima de cafesais, dos mais robustos e dos mais produtivos que já se presenciou. As suas estatísticas chegaram a marcar nas colunas de seu índice econômico nada menos que 36 milhões de cafeeiros. Por essa ocasião, acompanhando uma das maiores autoridades em ciências agronômicas mundiais, o prof. Alberto Boerger, hoje diretor da estação fitotécnica de La Estanzuela, disse o orador, "tive a oportunidade de ouvir dêsse cientista uma frase que muito me impressionou: "tenho a impressão de estar no paraíso do cafeeiro".

Mas, êsse paraíso foi talvez tão efêmero para o cafeeiro, como o paraíso terrestre o foi para com o Pai da humanidade. Em apenas vinte anos êle se desvaneceu para se transformar num solo ingrato para a planta de subosque. De fato. De seus antigos mares restam hoje pouco mais de 13 milhões na sua mor parte lutando com as adversidades climáticas, e, com produções escassíssimas, beirando às portas do deficitarismo.

Se formos analisar, um pouco mais detidamente, as circunstâncias ecológicas para semelhante malogro, ficaríamos abismados de saber que ao tempo de Pereira Barreto e do velho Schmitd, a nebulosidade que cobria os céus do então sertão da Mogiana emprestava à cultura cafeeira o teto de sombra que o cafeeiro sempre exigiu. Vejamos, pois. Computado dados metereológicos oficiais, de 1901 a 1921, deparamos com 114 dias, de média, de chuvas, além de 63 dias encobertos, somando-se nada menos que 179 dias nebulosos, onde eram distribuidos nada menos que 1.365 mm de chuvas, em média.

Mas, isso não acontecia apenas em Ribeirão Preto. Campinas, de 1889 a 1921, acusava nada

menos que 116 dias de chuva por ano, como média, além de mais 94 dias encobertos, ensombrando-se assim os seus cafesais, e dando lhes a umidade requerida, em nada menos que 210 dias por ano, em média.

Hoje, a situação é por demais adversa. Os céus límpidos e sem nuvens da Noroeste presagiam o meio ecológico no seu caminhar para uma adversão cada vez maior, beirando já as raias de um xerofilismo prejudicial. E isto por quê? Porque desapareceram também as matas que jogavam para a atmosfera a amenidade solicitada pelas culturas e que se poderia calcular numa base de dois litros de água transpirada pelo maciço vegetal em cada metro quadrado de solo coberto.

Êsse xerofilismo acentuado que vem num crescendo assustador dizimando as lavouras cafeeiras de São Paulo e dos demais estados vizinhos constitui um marcante antagonismo com o **habitat** do cafeeiro assim descrito por A. Chevalier, uma das maiores autoridades no assunto: "Tôdas as espécies (cafeeiros) sem exceção encontram-se sôbre os solos florestais dos trópicos. Êstes solos são de terras pardas, permeáveis, recobertas de uma camada de humus na qual existe uma importante trama de pequenas raizes e de **micorrizas.** A vida bacteriana aí é muito ativa. Todos os detritos orgânicos que caem da cobertura da floresta sôbre o solo são rápidamente decompostos. Êste solo é constantemente fresco. A vida aí jamais está em estado de repouso." A Noroeste de São Paulo, bem como as zonas de Araraquarense e da Alta Paulista, mesmo a zona nova, cortada pelos trilhos da estrada de ferro, já não se apresentam com a mesma abundância de chuvas como nos tempos antigos. A devastação é qualquer coisa de impressionante. Na zona Norte do Paraná já é difícil encontrar-se um pequeno mato entre os limites do Paranapanema e muito além de Londrina, em Arapongas, pois o machado e o fogo exterminaram com todas as reservas florestais.

Diante do fato alarmante dessa devastação sem freios e desapiedada, como se o brasileiro fôsse o maior inimigo da árvore, não estará longe o dia em que se cumprirá a profecia de Roy Nash, quando depois de percorrer o País, durante vários anos, assim afirmava em seu notável livro "A Conquista do Brasil". "A continuar na forma em que vai, dentro de mais um quarto de século não existirá mais uma única tora para serrar entre Santos e a Bolívia." E mais disse êle. "Silvicultura é função da coletividade. A desnudação da terra que deveria estar constantemente à sombra de verdejantes florestas, constitui uma forma de pilhagem pela qual a sociedade terá que pagar preço escorchante."

A geração atual, disse o orador, já está pagando êsse pesado tributo e terá que pagá-lo ainda mais caro, se não olhar para o problema do sombreamento do solo, notadamente do sombreamento de seus cafesais, já agora amarelecidos e de folhas coriacias, por efeito da insolação.

"Quando, ao tempo de D. Pedro II, instalàram-se as primeiras culturas de café, disse o conferencista, no Estado do Rio, ao mesmo tempo se instalaram as primeiras culturas na República de Costa Rica, na América Central. Pois bem. As primitivas



Parte da assistencia, aparecendo no primeiro plano o Exmo. Sr. Presidente da Republica, o Sr. Ministro da Educação e Saude, os Srs. Governador e Secretário da Agricultura do Estado do Rio.

lavouras brasileiras já de há muito cederam lugar ao **barba de bode,** ao **sapé** e à **samambaia,** enquanto as lavouras sombreadas daquele nosso concorrente ainda subsistem, num solo sempre reumificado e sempre rejuvesnecido por efeito das árvores tutelares que se encarregam da reumificação por meio do folhedo que derrubam ao solo, estando longe o dia em que passam denunciar os primeiros vestígios de sua decadência

De fato, a reumificação do solo é o problema mais sério para a manutenção dos solos brasileiras. Sabe-se que cada metro quadrado de chão cultivado exige nada menos que um quilo de matéria orgânica por ano, para efeito da produção de ácido úmico e carbônico e para a formação coloide-organo-mineral do solo, ou seja o necessária caldo de cultura onde possa se desenvolver a flora microbiana útil à elaboração dos nutrientes.

O intemperismo nas regiões brasileiras é um consumidor tremendo de matéria orgânica, e sem o humus o solo em pouco tempo perde a sua fertilidade.

Se pudessemos imaginar a quanto de difícil constituir o fornecimento de matéria orgânica a um solo descoberto, deixariamos de ser lavradores por êsse método. A base de um quilo de matéria orgânica por metro quadrado de solo, um alqueire paulista requer nada menos que 24.200 quilos ou sejam cêrca de 14-16 quilos por cafeeiro e por ano. Quem, nas condições atuais de deficitarismo produtivo, poderá arcar economicamente com essa exigência do intemperismo? A nossa ver, ninguém poderá solucionar êsse problema, o não ser por meio do sombreamento com a ingazeiro.

Esta árvore maravilhosa, cujas melhores espécies para o sombreamento, apresentam uma dispersão geográfica que vai do Rio Grande ao Amazonas, despeja dadivosamente ao solo nada menos que 2 a 4 quilos de folhedo por metro quadrado e por ano. Dizemos dadivosamente, porque o trabalho de recuperação dos solos gastos e a conservação dos solos férteis por meio dessa leguminosa independente da vontade do homem, como o trabalho contínuo do nossa coração independe de nossa vontade. E' trabalho silenciosa que a natureza realiza, dia e noite, sem estardalhaços. Mas, não só de humus necessita o solo gasto. Os nutrientes também são lhe necessárias.

"Imaginai, disse o orador, que dádiva preciosa e que milagres realiza essa árvore bemfazeja: exames procedidos nas folhas do ingazeiro revelaram nada menos de 10,8% de cinzas e nos demais partes do folhedo 3,5%, o que deu uma média de 8,3% de elementos minerais constituivos dos tecidos vegetais. Essa cinza está constituida de potássio, cálcio, fósforo, etc. consubstanciando uma riqueza em nutrientes extraordinário. Se soubermos que cada cafeeiro passa receber vinte e quatro quilos de folhedo anualmente, lógico é que receberá ao lado da matéria orgânica cêrca de dois quilos de sais minerais indispensáveis à fertilidade. Quem — perguntamos — seria capaz de nutrir o seu cafeeiro à base de dois quilos de adubos minerais todos os anos?

O milagre da recuperação não é apenas de humus, sais minerais, etc. A parte azotado, oriunda da decomposição dos matérias albominoides, alcança, no mínimo, meio por cento do pêso total. Isto representa para cada cafeeiro, nada menos que 120 gramas de azoto orgânico, o qual se fosse transformado em Salitre do Chile daria nada menos que 720 grs. por ano! Sem dúvida, trata-se de uma adubação espetacular

O humus é, na verdade, o elemento orgânico que algema os principais nutrientes à superfície, em forma de humatos. O humato de cálcio, por exemplo, é o mais enérgico mobilizante de bases, como o potássio, o sódio, o magnésio. Sem humus, êsses elementos se liberam de seus radicais e são então lixiviados pelas águas de infiltração. E' exatamente por efeito da combustão violenta do humus que nossos solos se tornam pobres, visto que o potássio de que tanto necessita o cafeeiro não se mantém à disposição das raízes do cafeeiro, desde o momento que êle perde o seu radical húmico do humato de potássio e fica então à mercê da primeira chuva que o arrasta para os camadas mais profundas. O fenômeno da lixiviação é o mais sério de quantos possam afetar o equilíbrio pedológico.

Análises conhecidas revelaram que em apenas 22 anos, uma terra roxa fertilíssima perdeu 92,6% de seu potássio porque também perdeu o seu humus. A lixiviação do cálcio nesse mesmo período foi da ordem de 80%. Tais elementos são arrastados para fora do âmbito das raízes, de maneira que o cafeeiro à mínguo de nutrientes passa a se sentir num estado de sub-nutrição. Em referência a terra roxa legítima, sabe-se mais que ela é pobre em potássio em relação ao cálcio de que ela é muito rica. Pois bem, como que contrariando a propalada riqueza dêsses solos afamados, o cafeeiro é um verdadeiro Molack devorador de potássio, pois em cada saca de café êle retira do solo nada menos que um quilo e 120 gramas, ao passo que nesso mesmo saca êle apresenta apenas 104 gramas de cálcio.

A lixiviação da terra roxa poderá ser melhor apreciada se soubermos que em 22 anos de cultura de café, uma quantidade extraordinária de cálcio, calculada em 83.400 quilos por hectare, tomada a uma profundidade de 1,20, se reduziu a apenas 17,200 quilos! Deduz-se daí, que o que a planta retira do solo para a sua produtividade não passa de verdadeira insignificância em relação ao fenômeno da infiltração das águas quando se tenha desaparecido o humus vivificardor.

Sem cálcio, os solos também se tornam estéreis, porque é sabido hoje que sem uma substancial flora microbiana, para elaborar os nutrientes das partículas terrosas, a fertilidade não poderá se manter. E' que os sais de cálcio, qualquer que êle seja, neutraliza a pseudo-solução dos silicatos de alumina e dos complexos do ferro, mantendo o solo dentro de um índice pH favorável à vida microbiana útil. Os micróbios nitrificadores do grupo do Azotobacter, bem como as bactérias amonizadoras (que elaboram o azoto orgânico, transformando-o em azoto amoniacal) e as próprios bactérios das raízes das leguminosas não conseguem viver em meio excessivamente ácido, abaixo de pH ig. a 5,5. Ora, os solos cultivados com café, perdendo o seu cálcio neutralizador, passam de neutros e favoráveis que eram ao tempo da mata virgem a uma acidez intolerável para a vida dos microrganismos. O resultado direto dêsse fenômeno é a ausência dos organismos que extraem o azoto do ar para fixá-lo ao solo. Ademais, a temperatura excessiva dos solos pobres de humus faz com que o ótimo requerido para essas bactérias seja em muito ultrapassado de seu limite que medeia entre 27 a 32 graus. Os solos das terras roxas acumulam calor superior ao que as solos dos pés dos

trabalhadores agricolas podem suportar, indo não raro acima de 60°C.

Por isso que tôda a vez que as condições edáficas deixam de propiciar condições para a flora microbiana útil, os solos são invadidos por uma onda de malfeitores microscópicos ou melhor uma fauna de protozoários, notadamente de amebas, que preferem os solos ácidos. Em consequência, como são animais que se alimentam de vegetais, e como as bactérias não são mais que a forma primitiva dêste reino, os cientistas que estudam o campo biológico dos solos chegaram à conclusão de que para a vida de cada ameba são necessários à vida de cêrca de 400 bactérios nitrificadoras. E' possível mesmo que a produção de amônia seja uma defesa do bactério contra os protozoários. O fato é que onde pulula a ameba as bactérias desaparecem. A falta de cálcio é índice de acidez, e, **acidez** e **desertos** são palavras que em ciências agronômicas traduzem pedològicamente o mesmo quadro desolador porque são quase sinônimos.

Os cafèzais de São Paulo, na sua grande maioria estão à mingua dêsse elemento indispensável que é o cálcio. Além do mais, a dispersão da argila em forma de pseudo-solução ou gel é outro fator decorrente da falta de cálcio. A terra roxa adquiriu sua fama, como um dos melhores solos do mundo, pela fato simplesmente de ser **encaroçada**, isto é, de possuir condições físicas de arejamento, porosidade e facilidade com que apresenta a sua argila aglutinada ou floculada. Em tais condições, e devido a sua proverbial riqueza em humus, a relação humo-cálcio emprestou-lhe tais condições físicas excepcionais que dificilmente se poderia desejar uma terra melhor. Entretanto, essa riqueza perdura enquanto ela mantiver seu teor de humus e de cálcio. Queimado o primeiro pelas condições biológicas da combustão natural e lixiviado o segundo pelas águas de infiltração a argila deixa de ser coagulada ou floculada, entrando em dispersão coloidal. Resultado: formam-se verdadeiras geléias à superfície do solo as quais com o ressecamento transformam-se em verdadeiras crostas envidradas. Estas crostas asfixiam o solo, e impedem a vida da flora microbiana útil. Solos assim envidradas são solos em caminho da senilidade, são solos no seu último estádio de vida.

Pois bem. Cêrca de 600 milhões de cafeeiros em São Paulo apresentam os fenômenos aqui expostos neste quadro desolador e por isso se debatem numa agonia tremenda com suas folhas miudas, encaracoladas, amarelecidas, tornadas coriáceas para efeito de uma forte cutinização, e seus galhos, muitas vêzes em varas sêcas, se apresentam suberizados, produzindo cortiças esfoliáceas, em consequência da insolação.

O sombreamento por meio do ingazeiro, disse o orador, é o remédio para todos os males apontados. Mais de 50 vantagens foram arroladas em benefício do cafeeiro. No Brasil ainda não se conseguiu fixar a rubiácea exatamente porque a cultivaram num meio diferente daquele de seu próprio nativismo, e o dia que enveredarmos decididamente para o rumo do sombreamento, todos os males desaparecerão como por encanto, inclusive o da própria broca, cujos estragos nos cafesais a pleno sol são das mais graves consequências econômicas. De fato, a broca para viver necessita de alimento e seu alimento é o grão do café. Nas lavouras sombreadas, as floradas não se apresentam senão uma ou no máximo duas. A uniformidade da maturação permite uma colheita em massa do café cereja. Ademais, nos cafés sombreados não se constata a produção de "temporões" ou melhor os grãos que se desenvolvem nas entre-safras, servindo de ponte para a disseminação da praga. Por sua vez, os cafés de sombra, quando caidos ao solo, germinam, transformando-se em uma jovem planta, deixando de constituir alimento para a broca. Isso não acontece aos frutos do sol que não germinam e onde a broca se hospeda, hibernando-se.

Em conclusão, o sombreamento estabilizará a cultura do café, evitando o seu nomadismo em busca do sertão, porque o sombreamento confere-lhe sobejamente tôdas as condições do sertão.

Assim terminou o orador.

Palavras do Professor Melo Morais

Exmo. Sr. Presidente da República, ilustre General Eurico Gaspar Dutra — Senhor Ministro da Educação. — Senhor Governador do Estado do Rio. — Senhores Senadores e Deputados. — Meu prezado amigo e eminente Secretário da Agricultura, Dr. Teixeira Leite.

Sou francamente partidário do sombreamento dos cafezais. Eu os vi, protegidos contra o sol, no Pará, no Ceará e em Pernambuco. Santa Catarina os possue assim. Eles se mostram magníficos.

Por outro lado, declaro que acompanhei de perto o que o engenheiro-agrônomo Joaquim Barros Alcantara levou a efeito nesse domínio, em Caçapava, no meu Estado de São Paulo. Barros Alcantara, diplomado pela "Luiz de Queiroz" e meu ex-aluno, quis patentear que, com conhecimentos de agronomia, era exequível o cultivo do cafeeiro em terras já depauperadas e desgastadas pelo seu prolongado uso, como elas se apresentam no vale do Paraiba. Foi por ali que outrora penetrára em Piratininga o cafeeiro, vindo do Pará, com escala pelo Estado do Rio de Janeiro.

Sólos, cuja fertilidade se exgotára, forçaram a emigração da preciosa rubiácea para Campinas, Ribeirão Preto, Noroeste e norte do Paraná sucessivamente, à busca do sertão, isto é, da mata virgem não ainda massacrada pela cobiça do homem. O vale do Paraiba, portanto, se prestava ao projeto de Barros Alcantara, do engenheiro-agrônomo de larga visão, sempre disposto a trabalhar em prol dos superiores interesses do Brasil.

Ademais, ele se encontrava embriagado por

Rogério de Camargo, o profeta do sombreamento. A América Central se via endeuzada em sua cafeicultura, porquanto os seus cafezais continuam em franco produção após mais de duzentos anos, uma vez que medram sob a égide benfazeja do ingazeiro amigo. E Joaquim Barros Alcantara se mete na ingente tarefa.

Os velhos cafeicultores sorriam diante da ousadia da tentativa. Reputavam-na aloucada, desprovida de possibilidade de êxito.

A princípio, Barros Alcantara empreende o plantio de seus cafeeiros, conjugando-o com a exploração de gado leiteiro para obtenção de esterco do curral. Era a luta para restaurar o humus em suas terras depauperadas, convertidas em simples pastagens de inferior categoria. Logo a seguir, constata que necessitaria de dilatada área de terrenos para conjugar a exploração do leite à cafeicultura. Não havia meio de conseguir o esterco de curral na abundancia, que se impunha como indispensavel ao sucesso, que tinha em vista, em sua propriedade agrícola.

Rogerio de Camargo, porém, decantava o ingazeiro como solução para isso. Barros Alcantara percorre o Brasil, verificando o que acontecia ao café sobreado nesta antiga Vera Cruz. Enche-se de sadio entusiasmo e lança-se ao sombreamento, com denodo, desassombramente. E' a salvação da economia da Nação com base na cultura do cafeeiro. Nao titubeia mais.

Pouco tempo depois, apresenta não a São Paulo, mas ao Brasil, os seus cafeeiros admiraveis, robustos, à sombra do ingazeiro. As colheitas se repetem em crescendo, de 60 a 90 arrobas por mil pés. E' milagre dos milagres. O profeta Rogerio de Camargo encontra em Barros Alcantara o realizador de sua profecia.

Considere-se, por outro lado, que as despesas de manutenção se reduzem ao mínimo pela eliminação das capinas. O desbaste das árvores de ingá propicia renda, pois é combustivel de valor.

Ora, à vista disso, alinhei-me no rol dos que julgam o sombreamento dos cafezais a alavanca capaz de provocar o restauramento da cultura do cafeeiro no Brasil. Em condições ecológicas semelhantes ao que observei do Pará a Santa Catarina e, sobretudo, em Caçapava, não alimento duvida alguma a esse respeito. O sombreamento é maravilhoso, se bem executado.

E' bem de ver que, como professor de Quimica Agrícola, habituado ao emprego de fertilizantes minerais e adubos organicos, não posso esconder que é também perfeitamente possivel que o cultivo do cafeeiro, a pleno sol, por longos e continuados anos, enseje ótimos resultados. O passado assegura que a extraordinária rubiácea, maximé em S. Paulo, comporta-se bem a céu aberto. O que é indispensável, porém, é cuidar-se a sério da restouração e conservação da fertilidade dos solos em exploração. Combate à erosão, adubações organicas e minerais, sem descuidos e sem interrupção.

Com esta ressalva, que é de ordem técnica, repito: sou inteiramente favoravel ao sombreamento dos cafezais. E tenho como obra de alevantado patriotismo esta explendida reunião, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura e pelo meu ilustre amigo, Dr. Teixeira Leite, para tratar do magno assunto, na presença dos que hoje enfeixam, em suas mãos, os destinos do nosso Brasil.

Palavras do Sr. Salvador de Toledo Piza

Em primeiro lugar quero manifestar ao Exmo. Sr. Presidente da Republica o meu contentamento como produtor de café pela firmeza com que S. Excia. falou em Santos, combatendo os grupos de interesses inconfessáveis que querem a desvalorização da nossa moeda. Como cafeicultor, nao tendo outra fonte de recursos, eu seria aparentemente grande beneficiado pela desvalorização do cruzeiro mas só na aparência. Não trago aqui nenhuma delegação de minha classe mas estou certo de ser apoiado pela totalidade dos lavradores esclarecidos.

SOMBREAMENTO

O Brasil tem perdido sempre na concorrência internacional pela conquista de mercados consumidores de café. Os vencedores não são paises mais fortes de que o nosso, que pudessem fazer pressão econômica ou militar, mas todos eles, sem excepção adotam o sombreamento como método de cultura.

Foi pensando assim que eu resolvi sombrear minhas lavouras antes mesmo de ter visto um cafesal sombreado. Tive muitas dificuldades a começar por não encontrar sementes de ingazeiros.

Plantei árvores de sombra em cafesais de mais de 50 anos em plena decadência e 6 anos depois esses cafeeiros estão com o vigor de plantas jovens em terra nova.

O ingazeiro mantem limpo o solo de hervas daninhas, aduba o cafeeiro com a folhagem continuamente derrubada, protege as flores e os frutos contra os ventos, e ampara os cafeeiros contra as geadas e combate a erosão. E' um operário que trabalha dia e noite, e envez de pleitear aumento de salário ou descanso remunerado, trabalha de graça.

Aconselho a todo cafeicultor que plante ingazeiros em uma pequena parte de sua lavoura, certo de que continuará a sombrear o último recanto do seu cafesal.

DIMINUIÇÃO DA TAXA DE JUROS

Quero aproveitar a presença de tão seleto auditório para tratar de um problema fundamental sem o que o nosso país continuará com sua produção em declinio. Aliás, tratei deste assunto em Araxá onde apresentei a seguinte proposta:

"Investigando cuidadosamente as causas de nosso atrazo e pequena produção, em comparação com outros paises, especialmente os mais novos do que o nosso, como Estados Unidos, Cadaná e Austrália, muito me impressionou o fato de importarmos comida de paises recém-devastados pela guerra, como Itália e Holanda. Achei a causa fundamental desse novo estado de estagnação e seu remédio. A solução é simples: trata-se de *mobilizarmos valores já existentes*.

O Brasil é o país em que se pagam usualmente os maiores juros pelo dinheiro emprestado. Precisamos, o mais depressa possivel, pôr dinheiro à disposição das nossas classes produtoras, a juro de 3% a.a. como têm as classes produtoras dos outros paises. Isto é necessário, urgente e possivel, como único meio de aumentarmos a nossa produção agrico e iodostrial. Sem isso, não convém trabalhar para produzir.

No estado atual, convem mais a quem tem dinheiro, aplicá-lo em hipotecas a 12% ao ano, do que se meter em uma empresa produtora, que, com muito trabalho e riscos, dê menor renda. Assim, quem tem um pequeno capital pode aqui viver do

renda e por isso o número dos que vivem parasitariamente é muito grande e o trabalho do produtor não aguenta tanto peso morto. Se os juros fossem menores, só viveriam de renda os grandes capitalistas que são poucos.

Por isso, quem tem recursos não os aplica na produção e quem quer produzir, ou não tem crédito ou tem crédito muito caro, que consome todo o seu lucro, até que o desanimo o faça passar para a classe dos inativos, à procura de emprego público.

Os sábios dirigentes das nossas finanças estão afogados com uma circulação insuficiente de vinte e um bilhões de cruzeiros, bagatela se pensarmos que é necessária a mobilização do trabalho de uma população superior a quarenta milhões de almas.

Solução — O Govêrno deverá promover uma emissão com o fim específico de amparar as classes produtoras, e missão essa que será garantida com bens imóveis em produção. A emissão entregue diretamente aos interessados pelo Banco do Brasil ou suas agências em todo o país a juros de 3% ao ano.

Serão precisas leis complementares para que os outros bancos e capitalistas individuais se acomodem à nova situação. Também será preciso uma revisão especial no caso das apólices emitidas pelo govêrno, bem como outras medidas que se acharem necessárias. Só então deixaremos de importar batata da Holanda e cebola do Egito."

Fui derrotado na Conferência de Araxá.

1º) Pelos banqueiros que pensam que a minha idéia, aplicada irá trazer-lhes prejuizos. E' engano. Os maiores banqueiros do mundo vivem em países de regime de juros baixos. 2.º) Pelos advogados dos mesmos banqueiros que são pagos para defendê-los e são escolhidos dentre os mais talentosos e brilhantes oradores. 3.º) Pelos produtores que têm compromissos assumidos para com os banqueiros. 4.º) Pelos produtores que querem ter titulos na gaveta desses mesmos banqueiros.

Não me aborreci com a derrota.

Tenho para com essa gente uma atitude cristã, combatendo o pecado sem atacar o pecador. Os banqueiros do Brasil e seus eleitores na conferência de Araxá não compreenderam o alcance da minha idéia e agiram inconscientemente. Por mim os perdôo.

Quem os não perdoa são as condições econômicas que, agravadas por seus próprios erros, acabarão esmagando-a todos e só lucrarão no final os comunistas.

Tenho a impressão de que as nossas classes produtoras querem segurar o preço das mercadorias como quem segurasse a temperatura de uma zona, fixando o mercurio dos termômetros. A prova dos erros dessa gente está no fato de nossos problemas básicos continuarem sem solução.

O resultado final da conferência de Araxá foi inflaccionário. As teses apresentadas ao congresso foram quase todas de rotina. Nada de fundamental foi decidido. A preocupação de garantir o preço dos produtos fez esquecer o barateamento da produção e por conseguinte do custo de vida.

Faltou coragem para dar soluções novas aos problemas que surgem com a evolução acelerada do mundo.

Nós vivemos no Brasil, sob regimem de uma ditadura! A ditadura da agiotagem. O mais honrado de nossos banqueiros seria punido se fizesse em qualquer país civilizado o que pratica aqui legalmente, isto é: Emprestar a 12% ao ano.

Estou certo de que o abaixamento das taxas dos juros dos empréstimos fará reajustar o Brasil ao resto do mundo, dando armas às nossas classes produtoras para competir nos mercados internacionais e se defender sem necessidade de artificios. Será o maior serviço prestado ao Brasil. Surgirão tantas novas atividades que muita gente abandonará o emprego publico para entrar na classe dos produtores.

ECONOMIA NACIONAL E O PLANO SALTE

Conferência pronunciada na séde da Sociedade Nacional de Agricultura em 22 de dezembro de 1949 pelo Eng.º Agrônomo Julio Cesar Covelo, membro do Conselho Superior da mesma Sociedade:

Meus Senhores

Convidado a falar, nesta já tradicional casa, circunstâncias especiais impossibilitaram minha recusa e me proporcionaram o desvanecimento dêste momento e a honra de um ambiente tão propício.

Fazendo do PLANO SALTE o assunto central desta palestra por que julgo êsse tema, ainda hoje, de uma oportunidade relevantíssima em função do atual momento econômico brasileiro, solicito antecipadas desculpas e a paciência de todos os presentes pelo assunto escolhido que passarei a abordar, tão destituido de encanto como soem ser, geralmente, os dessa natureza.

Sumamente grato por êste magnífico ensejo, ouvirei, também com a máxima atenção e procurarei responder esclarecedoramente a tôdas as arguições que, por certo, as deficiências desta palestra determinarão.

Entremos, pois, no assunto.

A elaboração do PLANO SALTE visou conferir, pela primeira vez, à economia brasileira, elementos vitalisadores indispensáveis à propulsão coordenada da marcha nacional para níveis mais elevados, compatíveis com aqueles que descortinamos como valores no conjunto internacional.

Focalizou êle, como alvo concreto a ser atingido, a posição econômica destacada do país, fora da planura onde a economia colonial exclusiva, amorfa e estagnante, rasteja inerme, ao sabor dos interêsses sempre vorazes das potências imperialistas, atentas exclusivamente aos próprios apetites e conveniências, algumas vêzes, empenhadas também no desgaste rápido e progressiva das áreas ditas coloniais ou de economia colonial, sabedores de que êsse desgaste lhes dificultará, quando não impossibilite definitivamente, quaisquer veleidades de reação construtiva.

Para julgarmos das providências sugeridas e alinhadas naquele Plano, torna-se-nos indispensável, como medida preliminar, rápido exame da nossa situação economica atual.

Nefasto e costumeiro espírito pseudo-justificativo, que classificaríamos de irresponsável se não merecesse o labéu de altamente criminoso, por constituir manifestação de mero comodismo, é aquele que invoca a discutível juventude do Brasil como elemento capaz de fazê-lo transpor, vitoriosamente, crises e desastres nacionais tôdas as vêzes que êstes ocorrem. Êsse espírito acomodatício e impatriótico é o grande culpado pela marcha, em câmara lenta, do nosso precário desenvolvimento econômico e social.

O que vem acontecendo à nação, na realidade, é simplesmente o reajustamento natural das coisas durante e depois das crises que nos tem acometido. Em ambiente convulsionado por discussões estéreis nos momentos difíceis, em que a irresolução e o confusionismo dos órgãos administrativos responsáveis paralisam qualquer ação própria corretiva ou construtiva, os grandes problemas nacionais evoluem ou se diluem num conformismo geral, à mercê de fôrças aproveitadoras, e interêsses imediatos, sem lineamentos estruturais de futuro e, por isso mesmo, nefastos à boa e contínua marcha ascendente da vida nacional. E, numa longo e melancólica sucessão de acidentes assim desenvolvidos no transcurso da nossa história econômica, tão breve ou tão longa como a história econômica dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina ou do Uruguai, a proclamada vitalidade moça da nação brasileira vem se estiolando em prejuizo da posição do país no próprio concerto internacional americano.

Em outras palavras, a soma negativa dos efeitos das crises econômicas que nos tem assaltado no decorrer da vida nacional ,imponderáveis apenas aos menos atentos, vem constituindo crescente e tremenda sobrecraga para o país, freadora da sua velocidade média, desejável e possível na senda de progresso já palmilhada por outras terras tão jovens quanto a nossa.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

Meus Senhores! Do último recenseamento demográfico nacional ,realizado em 1940 e que acusou um total de 41.700.000 habitantes, a evolução populacional do Brasil veio se processando até atingir, no presente ano, por estimativa, a 49.800.000 almas; quer isto dizer que a população brasileira, no último decênio, cresceu de 19,4%.

Feita esta apreciação, fundamental para efeito de cômputos posteriores, pois que tôda a análise da marcha e dos resultados das atividades nacionais não pode girar senão ao redor da situação demográfica do país, passaremos ao exame global das nossas áreas cultivadas.

VARIAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS

Considerando as nossas estatísticas do último decênio de 1939 a 1948, a área cultivada no Brasil e que nos tem proporcionado a produção agrícola que desfrutamos, vem apresentando as seguintes flutuações anuais em relação ao ano **base** de 1939, em que atingiu a 13.968.416 hectares:

1940	—	6,7%
1941	—	3,8%
1942	—	9,4%
1943	—	1,4%
1944	+	6,6%
1945	+	8,5%
1946	+	12,7%
1947	+	13,2%
1948	+	17,3%

Relativamente à área utilizada especialmente com a plantia dos nossos principais produtos agrícolas, alimentares e industriais, tais como algodão, arroz, banana, batata, cacau, café, cana, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho e trigo, o seu aumento no último qüinqüênio foi apenas de 7,2%.

Se tomamos, para esta análise, apenas os últimos cinco anos foi porque, anteriormente, as nossas estatísticas não especificavam, para cada produto, as variações das respectivas áreas cultivadas, convindo observar que, nesse mesmo período de cinco

rnos, o crescimento da nossa população, em relação à existente em 1944, atingiu ao índice de 7,9%

Com referência a produtos da indústria extrativa vegetal não poderíamos lançar mão de dados referentes a quantitativos de áreas exploradas, motivo por que usaremos da tonelagem produzida

Os produtos da nossa indústria extrativa vegetal assinalados no sestatísticas, são o babaçú, a borracha, a castanha do Pará, a cêra de carnaúba e a erva mate.

Em relação a 1939, ano base, a tonelagem global extraída em 1947 sofreu uma redução de 5,4%. Nesse período e em função da produção obtida no ano base, apenas a borracha aumentou de 101,8%, passando de 16 430 toneladas para 32 739 Êste resultado, entretanto, está bem distanciado, ainda, dos quantitativos que a Amazônia já produziu na sua fase áurea, em 1909, aproximadamente há 40 anos, portanto, quando atingiu a mais de 42 000 toneladas.

O babaçú aumentou de 4,1% apenas Os demais produtos — castanha, cêra e mate — sofreram reduções de mais de 21%. A própria borracha que, nesta fase, atingiu o máximo de sua produção em 1945, decaiu nos dois anos subsequentes. Infelizmente ainda não dispomos das estatísticas de 1948

PRODUÇÃO AGRICOLA E SUAS FLUTUAÇÕES

Quanto aos produtos agrícolas cultivados, três deles, de importância capital no nosso balanço econômico como propiciadores de divisas, sofreram as seguintes reduções nos respectivos volumes produzidos: algodão - 26%, café - 28,6%, e cacáu - 6,6%. Isso vale dizer que a nossa produção de divisas decresceu nas mesmas proporções acima assinaladas, uma vez que algodão, café e cacáu são produtos intensamente solicitados pelo comércio internacional havendo, no momento, apenas em relação ao cacáu, resistência importadora e consequente tendência de baixo, não por excesso de produção mas por manobras comerciais decorrentes dos preços elevados a que o produto atingiu.

Não poderíamos deixar de mencionar, também, o estacionamento da produção do milho, da batatinha e das frutas cítricas. O primeiro, elemento fundamental na nosso economia de transformação industrial, pecuária e matriz, significa uma soma enorme, também estacionária, de produtos alimentares manufaturados, além de outros como o porco e seus derivados; as aves, os ovos e a própria energia motora das nossas atividades rurais. A estática produtora da batatinha e das frutas cítricas ,em virtude da generalisação de seu consumo, vem prejudicando o melhoramento alimentar, quantitativo e qualitativo da população, ao mesmo tempo que a própria elevação da nossa índice de exportação de citrus.

Embora as estatísticas assinalem para outras produtos maiores volumes obtidos no decênio em análise, todos nós sentimos e sofremos, principalmente nos últimos seis anos, as deficiências havidas no abastecimento das nossas populações urbanas.

Verificamos já que a área cultivada no decênio 1939-1948 aumentou de 17,3% ao tempo em que constatamos, também, a produção agrícola nacional ampliada de 45,8%.

Há evidente disparidade nesses dados desde que o ritmo de equilíbrio entre a produção e a área cultivada obedece a uma proporcionalidade cujas variações não admitem saltos. Se considerarmos ainda que a deficiência normal da nossa possibilidade de adubação, agravado pela guerra, aliada à crise de combustíveis e de maquinaria agrícola, também decorrente da guerra, prejudicou os nossos índices de produção, aquela disparidade se evidencia mais chocantemente, ainda, porque nesse período foi grande o desvio de braços da agricultura para as atividades extrativas, industriais e urbanas, fenômeno franco e largamente comentado na ocasião.

Nesse decênio presenciamos o desbaratamento da cultura mandioqueira com a extinção da obrigatoriedade do pão mixto que lhe havia proporcionado desenvolvimento sem par, e a derrocada dos nossos laranjais que, por falta de exportação e consequentemente de recursos financeiros, durante a guerra, foram relegados ao abandono e à destruição quase totais. Ainda agora, nossa lavoura cítrica atravessa árdua e lenta fase de restabelecimento Essa queda de produção foi sentida pelo carioca que viu desaparecer a laranja de sua mesa, por muitos meses durante o ano, quando já se habituára ao seu consumo permanente, sem que as exportações voltassem aos níveis de antes da guerra. Todavia, a estatística menciona, em 1948, uma produção de 35 milhões de caixas para uma exportação de 2.800.000 ,ao passo que, em 1939, quando exportámos 5.600.000 caixas, a nossa produção atingiu apenas a 34 milhões. Entretanto, pela exportação havida e pelo cômputo do consumo interno estimado com o auxílio de todos os órgãos que interferem no seu comércio e distribuição, a safra total de laranjas, em 1948, só atingiu, aproximadamente, a 3.700 000 caixas.

Positivamente, há alguns enganos na nossa estatística de produção e êstes necessitam de retificação, pois nos levam a uma conceituação inteiramente errada da posição econômica do Brasil.

Havendo a produção agrícola mundial superado já os níveis de antes da guerra e estando em plena desenvolvimento a economia colonial africana, produtora de gêneros e matérias primas tropicais, por efeito de esforços técnicos, conjugados a auxílios financeiros concedidos, as possibilidades brasileiras de exportação para aqueles produtos vem se reduzindo por fôrça, principalmente, dos nossos elevados custos, como efeito dos primitivos processos de produção adotados. A atual organização econômica da vida agrícola nacional é tão precária que já permite, mesmo para produtos aqui cultivados, a concorrência vitoriosa do estrangeiro dentro dos nossas próprias fronteiras

EXPORTAÇÃO NACIONAL

A exportação brasileira de produtos de origem vegetal, no decênio 1939-1948, aumentou de 76,9% na sua tonelagem E' necessário esclarecer que êsses dez anos abrangeram tôda a guerra e mais o período agudo de reorganização mundial.

Mesmo dentro daquela percentagem de aumento, vistoso e aparentemente confortadora, e que a nosso ver é puramente fictícia, tivemos, para um total de 25 produtos 11 com deficit de exportação, en-

tre 1939 e 1948. E' fastidiosa mas não podemos deixar de mencioná-las:

Fumo	menos	— 28,5%
Cêra carnaúbo . . .	"	— 10,0%
Óleos vegetais .	"	— 6,0%
Frutos aleaginosos	"	— 18,9%
Castanha do Pará	"	— 72,0%
Laranja	"	— 49,8%
Borracha	"	— 57,7%
Cacau . . .	"	— 45,5%
Mate	"	— 22,3%
Algodão . .	"	— 20,7%
Banana	"	— 31,9%

Entre os produtos que se avolumaram na exportação encontramos a Farinha de Mandióca com ... 578% de aumento, a Polvilho com 159% e a Tapióca com 1.649%. Essas percentagens elevadas resultaram de dois fatores acidentais, ambos decorrentes da guerra: a necessidade inadiável de suprimentos alimentroes e de matérias primas para os paises em luta, e a desorganização e consequente paralização da produção asiática, supridora habitual de féculas e amidos aos mercados americano e eruropeus. Quanto à farinha de mandióca, considerada o anterior desconhecimento, no estrangeiro, de seu uso como alimento, a surto da sua exportação ocorreu paralelamente com o Intensificação das necessidades das populações atingidas pela guerra e a braços com a fome. Para termos certeza da natureza puramente acidental dêsse comércio, basta verificar que as nossas remessas saltaram de 2 mil tonelados em 1945 para 120 mil em 1946 e 100 mil em 1947, anos estes das maiores preocupações alimentores do mundo emergido da guerra.

O grupo constituido pelo arroz, milho e feijão teve ,também, influindo na aumento de sua exportação, quase que as mesmas razões. A análise das estatísticos nos dá essa certeza. Além da normalização das fontes produtoras dos paises atingidos pela guerra e, mais do que nunca, necessitadas hoje de drásticos medidas de poupança, há ainda, relativamente ao feijão e milho, como rozões do queda de suo exportação, os fatores: tipo, caracteristicas e qualidade que não são especializadas e nem preparados, ainda, para mercadas externos. O nosso arraz terá que lutar, de ora em diante, com a produção estrangeira para o conquista efetiva de mercados consumidores. Não deve haver ilusões quanto ao atual surto exportador que já entrou em declinio, por fôrça de seu custo e da produção estrangeira em vias de restabelecimento.

Quanto à madeira, com o seu indice de 78,8% de aumento em relação à exportoção de 1939, há dois graves obstáculos que prejudicarão a sua posição atual: redução das necessidodes criadas pela reconstrução das zonas devastados pela guerra e escassez da matéria primo com o distanciamento progressivo das nossas reservas florestais. Isto determinará o encarecimento crescente da nossa produção madeireira e a sua inaccessibilidade ao consumidor que procurará outras fontes abastecedoras e outros materiais substitutivos, menos dispendiosos.

Relativamente ao açúcar, além de militarem contra a sua atual posição na nosso estatística de exportação as mesmas razoes já arguidas para os outras produtos, temos que o seu comércio externo é francamente deficitário, como tem declarado por várias vêzes, o própria Instituto do Açúcar e Alcool. O nosso obsoleto parque industrial açucareiro e as vigentes condições técnicas da produção de cana não permitem qualquer veleidade exportadora por parte do Brasil.

Deixando à margem, para comentário especial, o nossa principal produto de exportação, que ainda é o café, precisamos frizar que o quase totalidade dos nossos produtos, que lograram aumento de exportação no decênio, entraram em declinio evidente, de 1947 para 1948.

Estão nessas condições as seguintes produtos:

Cêra de ouricuri	36,0%
Manteiga de cacau	12,5%
Arroz	2,6%
Milho	33,1%
Feijão	49,5%
Polvilho	55,8%
Farinha de mandióca	80,1%
Tapióca	48,8%

Êsses são os aspectos do nosso quadro de exportação nas últimas dez anos.

Considerando, apenas, o primeiro semestre dos anos do último qüinqüênio (1945-1949), as nossas exportações de matérias primas e produtos alimentares apresentam, englobodamente, os seguintes resultados em função da tonelagem expedida.

1949 sôbre 1945	+ 21,7%
1949 sôbre 1948	— 20,5%

Se considerarmos que, sob o titulo genérico de matérias primas exportadas, a estatística englobou os minerais com os de origem vegetal e que por isso esta apreciação percentual não pode ser realmente expressiva, passaremos a examinar, apenas ,os quantitativos relativos à rubrica de gêneros alimenticios que se referem mais diretamente a produtos agrícolas:

1949 sôbre 1945	+ 38,6%
1949 sôbre 1948	— 28,5%

Dêsses dados resulta o evidência de uma queda brusca do exportação nacional no presente ano.

SITUAÇÃO CAFEEIRA NACIONAL

Agora, comentemos o situação mundial do café e a posição brasileira em relação a êsse grande produto. Consideraremos apenas, nestas apreciações, os últimos 20 anos.

Possuia o Brasil em 1928, 2.381.000.000 de cafeeiros em produção. Até 1935 êsse total elevou-se a 3.049.000.000 de pés, em consequência de novas plantações, iniciadas como decorrência da sadia política cafeeira de **regularização de embarques,** inaugurada em 1924 pelo Instituto de Café do Estado de São Paulo, e que vigorou até 1927.

Subsequentemente, com a substituição da política de **regularização o controle dos embarques** pela de **retenção da produção** posta em prática pelo mesmo Instituto, já sob outra direção, começou lentamente a decadência das nossas plantações. Embora os maléficos efeitos econômicos e financeiros do nova política retencionista da produção, despercebida até então pela maioria dos nossos lavradores nos seus efeitos imediatos, começassem a se fazer sentir logo após a sua implantação para, evoluindo subrepticia-

mente, eclodir, repentinamente, no verdadeiro colapso que atingiu tôda a economia nacional, em fins de 1929, em função exclusiva da crise mundial, as novas plantações de café que vinham sendo efetuadas, só entraram em produção efetiva cinco e seis anos depois. Por êsse motivo, nosso máximo de cafeeiros em produção, a despeito mesmo do abandono de cafezais, decorrente do colapso financeiro e da queda de produção só se verificou em 1935, dois anos após o término da crise mundial, que ainda vigorava entre nós.

Diante do exposto, o patrimônio cafeeiro nacional evoluiu crescentemente do primeiro para o segundo quinquênio do período, para regredir ou involuir nos subsequentes, conforme as seguintes médias quantitativas periódicas:

Quinquênio de 1928-32 — 2.592.000.000 de pés.
Quinquênio de 1933-37 — 2.870.000.000 ou + 10,7% sôbre 1928-32
Quinquênio de 1938-42 — 2.326.000.000 ou — 18,9% sôbre 1933-37
Quinquênio de 1943-47 — 2.218.000.000 ou — 22,7% sôbre 1933-37

Em 1948, as estatísticas só assinalaram ..... 2.179.000.000 de pés para, no presente ano, acusarem a existênci apenas de 2.096.000.000 que representam um decréscimo de 31,2% sôbre a ocorrência verificada no ano de 1935.

•

Agora, vejamos o comportamento da produção brasileira do café, no mesmo período.

De 1928 a 32 produzimos a média anual de 23.934.000 sacas.

Em 1933-37 obtivemos a média de 23.315.000, inferior em 2,5% à primeira.

Em 1938-42 a média anual caiu para ...... 18.903.000 ou sejam — 21% sôbre o quinquênio base e, finalmente,

De 1943 a 47, conseguimos, tão sòmente, a produção média de 14.259.000 sacas o que representa uma queda de 40,4% sôbre a produção média de 1928-32.

A produção média de arrobas por mil pés, em cada um dos quinquênios examinados, foi a seguinte:

1928-32 — 37,0 arrobas por mil pés
1933-37 — 32,9 " " " "
1938-42 — 32,1 " " " "
1943-47 — 25,7 " " " "

O declínio verificado nessa produção média resultou da falta de cuidados culturais e da queda da fertilidade do solo dos cafezais. Não foi proporcional à redução numérica dos cafeeiros. Resultou de fatores mais graves que atingiram a própria fertilidade do solo e concorreram para o enfraquecimento do indivíduo vegetal e para sua vulnerabilidade às pragas que recrudesceram.

Para o presente ano o D.N.C. estimou a colheita que está em vias de conclusão em 14.413.000 sacas que significaria uma produção média de 27 arrobas por mil pés. Infelizmente, aquele mesmo órgão reconhece hoje o exagero da primitiva estimativa. Pode-se afirmar, agora, que a atual safra não irá muito além de 11 milhões de sacas, se tanto, com a média aproximada de 22 arrobas por mil pés.

•

As exportações brasileiras do café, como não poderia deixar de acontecer, acompanharam, também, negativamente, porém em proporções diferentes, a involução da sua economia interna produtora, como verificamos pelo quadro abaixo, relativo ao período em análise.

	Média anual de café exportado
1.º quinquênio	14.647.000 sacas
2.º "	14.248.000 "
3.º "	12.845.000 "
4.º " .	13.634.000 "

Em relação ao 1.º quinquênio, as percentagens de queda da exportação foram, respectivamente:

no 2.º quinquênio de . . . 2,7%
no 3.º " " . . 12,3%
e no 4.º " " . . . 6,9%

•

de.

Quanto aos preços vigorantes no mercado internacional, demonstram eles a insuficiência atual da produção para o consumo do mundo. Evoluiram na razão inversa tanto dos stocks existentes como da produção. Assim é que a média do valor global da nossa exportação cafeeira foi

No 1º quinquênio de — 2.315.000.000 de cruzeiros
no 2º quinquênio de — 2.142.000.000 de cruzeiros
no 3º quinquênio de — 2.020.000.000 de cruzeiros
no 4º quinquênio de — 5.023.000.000 de cruzeiros

A depressão dos preços resultantes da crise de 1929 permaneceu, praticamente, até o fim do 2º quinquênio. No 3º quinquênio, manteve-se pela desorganização dos mercados mundiais em consequência da guerra.

•

Os nossos custos de produção sofreram uma progressão que poderá ser perfeitamente avaliada, apenas, pela citação das médias do 1º quinquênio e as de 1949.

1928 — 32 — custo médio de produção, por saco — 88,000 cruzeiros.
ano 1949 — custo médio de produção, por saco — 544,00 cruzeiros, provavelmente.

As despesas de custeio de mil pés de café, de 1928 a 1932, giraram ao redor de 800 cruzeiros. No presente ano, essas mesmas despesas atingiram a 3.000 cruzeiros aproximadamente. A média de produção por mil pés, naquele quinquênio, foi de 37 arrobas ao passo que hoje será apenas de 22.

A composição deste total de despesas do ano corrente resultou do encarecimento da mão de obra, da majoração de impostos e dos transportes, de todas as utilidades indispensáveis á produção, inclusive dos adubos, além de despesas de combate à broca do café.

As cotações vigorantes em agosto dêste ano para o tipo 4 Santos, que é a qualidade média do café brasileiro, giraram ao redor de 516 cruzeiros, por saco, em Santos. Esta é uma cotação excepcional, nunca atingido anteriormente por esse tipo que está sendo pago, em Novo York, à razão de US 31,00

ou sejam 570 cruzeiros, ao câmbio de 18,38 Todavia, até pouco antes, o nosso produtor estava vendendo o seu café, no interior, a um preço variavel entre 450 e 500 cruzeiros por saca, que, apezar de excelente quando comparado com as cotações da passada, será possivelmente deficitário, tais sejam os acidentes comerciais futuros, que a própria elevação dos preços poderá determinar.

A baixa produção atual, em função das solicitações consumidoras mundiais, é a responsavel pelas altas cotações do produto, alta esta que agora se agigantou mercê da eminência de menores colheitas.

Considerando que as principais floradas, garantidoras da próxima safra a ser colhida em 1950, desabrocharam de Setembro a Outubro do presente ano, pode-se afirmar, desde já, que a produção cafeeira nacional próximo futura será menor do que a atual, em virtude da sêca que veio e vem castigando duramente os nossos cafesais. Mesmo que as chuvas caidos já, continuem e se desenvolvam normalmente, não mais beneficiarão a colheita vindoura

•

Enquanto, em nossa terra, a economia cafeeira tomou esse aspecto, vejamos o que aconteceu, no mesmo periodo de vinte anos, entre os produtores concorrentes do Brasil.

Referentemente à produção, que constitui o principal ponto a ser examinado e que nos interessa profundamente porque é proporcional ás extensões das culturas, as quais só se desenvolvem por força de comércio convenientemente remunerador, as condições das nossas concorrentes, em conjunto, são verdadeiramente brilhantes.

De 1928 a 1932 a sua produção subiu paulatinamente, sem grandes recuos, de 8.860.000 sacos para 9.239.000, conseguindo um crescimento de 4,2%, justamente no quinquênio em que a produção brasileira atingiu o seu apogeu. Verifica-se, ainda, pelas estatisticas que, enquanto a produção brasileira se processa entremeada de safras elevadas e baixas, o concorrente se desenvolve e prossegue sem esses acidentes anuais, considerados, entre nós, como fatos normais e inherentes á própria cultura, mas cujas causas determinam os pontos fracos da nossa economia cafeeira, como é convicção dos técnicos nacionais.

Para não alongarmos esta exposição, pois que o desenvolvimento anual da produção em análise prossegue em ritmo superior ao assinalado entre 1928 e 1932, passaremos a mencionar, apenas, as médias anuais de produção nos quatro quinquênios:

1928/32 . .	8.658.000 sacos	— Base	
1933/37 . .	9.512.000 "	+ 9,8%	sôbre a base
1938/42 . . .	12.571.000 "	+ 45,1%	" " "
1943/47 . . .	14.260.000 "	+ 64,7%	" " "

Já vimos, linhas atrás, como se comportou a produção brasileira no mesmo periodo, pelas suas médias quinquenais. Todavia, convém relembrá-lo:

1.º quinquênio . .	23.934.000	— Base	
2.º "	23.315.000	2,6%	sôbre a base
3.º " . .	18.903.000	21,0%	" " "
4.º " . .	14.259.000	40,4%	" " "

E' triste reconhecer; mas pelos dados citados o Brasil recuou tanto na produção quanto avançaram os seus concorrentes. E o mais melancólico é que êsse recúo foi efetuado sem necessidade e sem que se lutasse para evitá-lo ou mesmo retardá-lo.

O fator qualitativo da nossa produção, também em declinio, é mais um dos resultados negativos da administração que não manteve os serviços especializados nas condições em que já existiram

Quanto aos valores médios obtidos pela nossa exportação cafeeira, permaneceram êles mais ou menos estáveis durante os três primeiros quinquênios, havendo, entretanto, grande alta na última, correspondente a pouco mais de 100%.

Poderia ser alegado que os altos preços atualmente pagos pelo nosso café constituem vantagem porque, com menor volume de produção e, portanto, com menor trabalho, estamos obtendo mais que o dôbro dos preços antigos.

Esta alegação seria absurda. Os altos preços atuais, longe de nos beneficiarem, mesmo porque serão possivelmente deficitárias em relação ao custo da nossa produção, como ficou demonstrado, fatalmente estarão provocando maior e mais rápido desenvolvimento da produção concorrente.

Se, na base dos preços antigos, os nossas concorrentes desenvolveram a sua produção aos niveis verificados, imagine-se o que nos aguarda, daqui para o futuro, sabendo-se ,ainda, que a mais volumosa parcela da produção nossa concorrente obtém, nos mercados mundiais e especialmente no norte-americano, cotações especiais com acentuado ágio sôbre o da nossa produto.

Assim é que, enquanto o tipo 4 Santos obtinha na praça de Nova York $ 31,00 por saco (correspondente a 567,30 cruzeiros ao câmbio de 18,38), a Venezuela que constitui aproximadamente a qualidade média das nossas concorrentes, estava obtendo, pela mesma unidade, US$ 37,00 ou 680 cruzeiros, ao mesmo câmbio.

Fator importantíssimo a favor dos nossos concorrentes é ,ainda, o representado pelo seu menor custo de produção.

No passado, tivemos ainda o concurso da "Broca do Café" na eliminação de concorrentes produtores. Hoje ela é fôrça negativa aqui também. Se, entretanto, o combate químico da praga fôr eficiente como parece, constituirá ele recurso defensivo para todos os produtores do mundo, não nos beneficiando isoladamente.

Estamos, portanto, numa incrivel situação. Enquanto o Brasil cafeeiro se debate agoniado com produção decadente por unidade e por área, com seus custos de produção deficitários em relação aos mais elevados preços até hoje alcançados pelo produto, os nossas concorrentes ampliam e aprimoram a sua produção. Qual será o desfecho desta situação? Contra nossa própria vontade que se rebela, apesar da evidência, surgem em nossos espiritu os fantasmas do caso da nossa laranja levada para os Estados Unidos e o da borracha exportada para a Ásia

Nada adianta apurarmos aqui ou atribuirmos responsabilidades pelas várias diretrizes desastrosas de nossa politica econômica em relação ao café, ou indicarmos incompetência ou o desleixo administrativo dêste ou daquele órgão, dêste ou daquele administrador. O essencial é que fique patentemente claro a situação atual, terrivelmente aflitiva para tôda a nação, apesar da alta.

O país está hoje a braços com uma grave crise de divisas para importações imprescindiveis, por fôrça do declinio de sua sexportações, como consequência da menor produção, acentuada de meados de

1947 para cá. Devemos contar com o agravamento dessa situação, principalmente, porque o grande produtor de divisas que ainda é o café, proporcionará, neste e no próximo ano de 1950, as menores colheitas dos dois últimos decênios.

O fracasso das floradas de setembro e outubro determinantes da última e súbita elevaçao desproporcionada dos preços do produto, permitiram, momentâneamente maiores suprimentos acidentais de divisas ao país, ao lado de atual e intenso surto de plantações novas em todo o mundo.

Assim sendo, dentro de seis anos, quando essas novas plantaçoes entrarem em produção, a concorrência estrangeira suplantará a produçao nacional no abastecimento mundial, em consequência do seu menor custo e melhor qualidade, se, desde já, medidas defensivas acertadas nao forem adotadas pelo Brasil, que caso contrário, passará a simples complementador das necessidades mundiais, desde que ainda haja complementares fornecimentos a serem cobertos. E o Brasil não possui e nem podera improvisar e mtão curto espaço de tempo, produçao substitutiva do café, que nos possa praopiciar as divisas de que tanto necessitamos.

PRODUÇÃO NACIONAL PER CAPITA

Encarando o volume da exportação nacional, nao poderiamos deixar de considerar o seu indice per capita que reflete as condições do nosso meio produtor.

Nas três anos antecedentes à deflagração da guerra, nossa exportaçao per capita comportou-se da seguinte maneira:

Em 1937 exportamos	Ks.	84,100
" 1938 " ..	"	96,600 e
" 1939 "	"	102,800

A partir de 1940 até 1945 a nossa tonelagem exportada decresceu aos índices que passamos a relacionar:

1940	77,600
1941	83,200
1942	61,600
1943	61,500
1944	60,000
1945	66,100

Terminada a luta armada em 1945, e diante de um mundo exausto, desorganizada e faminto, a nossa tonelagem exportada pouco aumentou nos três anos subsequentes, enquanto continuavamos a lutar contra a maior crise alimentar interna que vinha assolando o país desde 1942.

Assim é que exportamos:

Em 1946 ...	Ks.	77,900	per capita
" 1947 ..	"	78,700	" "
" 1948	"	95,200	" "

Voltando nossas vistas para o período da primeira guerra mundial e considerando que os instrumentos de trabalho e a técnica de produzir, na época, eram meno seficientes que os atuais, tanto quantitativa como qualitativamente; que, a exportação de matérias primas estratégicas foi menor do que nesta segunda guerra, que a nossa exportação de produtos industriais não influiu na tonelagem exportada por ser incipiente ou embrionária o parque industrial do país; somos forçados a aceitar que a nossa economia produtora, de então, foi mais eficiente do que a de hoje, mesmo porque os meios

de comunicações e transportes eram infinitamente menos variados.

De 1912 a 1920, a nossa tonelagem exportada, per capita, obedeceu a um crescimento regular e equilibrado que, partindo de Ks. 54,300, atingiu a Ks. 76,600, sem oscilações.

Considerando as exportações efetuadas entre 1912 e 1920 (período da 1.ª grande guerra) e as verificadas de 1937 a 1947 (2.ª grande guerra), observamos que para um aumento de 61%, entre os anos extremos da primeira guerra, só obtivemos 14% entre os da última.

PANORAMA RURAL

Meus senhores! Já dissemos em outro trabalho e aqui repetimos que a história econômica brasileira é constituída de uma série de lentos avanços e rápidos recuos, em linha ascensional quase imperceptível, onde o padrão da vida nacional, ainda que modesto, não chega a ser atingido. A situação presente da nossa economia cafeeira é um dos mais evidentes e dolorosos exemplos dessa afirmativa.

Erigida pela capacidade construtiva do brasileiro, constituiu ela assim, no setor agrícola, sem que talvez o percebêssemos, um dos maiores fenômenos econômicos até hoje verificados no mundo. Comprovando a inteligência, a tenacidade e o valor construtivo do nacional, já era realidade, antes da entrada do imigrante estrangeiro que, incontestàvelmente, veio proporcionar ao país maior vitalidade construtiva na senda do progresso que passamos então a palmilhar. Pois bem. Nesse momento surpreendente, devido à ação ordenada e corajosa do brasileiro, que maravilhou a todos os grandes economistas e sociólogos mundiais que dele tiveram conhecimento exato e que o examinaram "de visu", já se manifestam os efeitos calamitosos de injustificável desagregação crescente, por fôrça exclusiva de erros cometidos por administrações sem a indispensável estatura proporcional à qualidade construtiva do povo brasileiro.

Será mais um recuo de efeitos desastrosos incomensuráveis a ser assinalado na vida econômica do país, se medidas enérgicas, eficientes e contínuas não forem adotadas pelos órgãos que tenham responsabilidade no equilíbrio econômico e social do país.

No momento, e já o dissemos em outra ocasião, o triste quadro rural brasileiro continua tendo como fundo: analfabetismo quase total para a sua população que é preponderante, ausência de assistência social apesar da salubridade precária; índices surpreendentes de mortalidade infantil; deficiência de escolas primárias, profissionais e técnicas, esgotamento das terras cultivadas; distanciamento progressivo das trevas virgens dos centros habitados; fertilizantes e inseticidas a preços proibitivos; êxodo para as cidades, e redução das áreas cultivadas que é o que significa o pequeno crescimento destas em confronto com o da população e das suas necessidades.

Esses aspectos focalizam também a necessidade inadiável de reforma agrária que mobilize, em benefício de produtores rurais, as áreas latifundiárias inaproveitadas e estratègicamente situadas em função dos centros consumidores, dos portos e das vias de transporte.

A vida rural hoje é pior que há dez anos atrás. Se focalizamos a vida rural é porque ela sintetiza a economia nacional. Desenvolvimento industrial e prosperidade geral são incompatíveis com economia rural deliquescente como a atual, que tira ao camponês tôda a capacidade aquisitiva. Fonte de matéria prima industrial e consumidora da manufatura, está sendo compelida a falhar nesse duplo aspecto. Resultará disso, inevitàvelmente, como já vem sendo observado, crise industrial e marasmo comercial, o que vale dizer crise geral, uma vez que só será possível exportação dos nossos produtos industriais à base de matéria prima nacional e não da importada, que lhe traria concorrência privilegiada.

O pauperismo reinante no interior brasileiro não resulta de incapacidade individual de produção mas das condições acima assinaladas, somadas a outras preponderantes, como a carência do crédito e a sua inexistência absoluta sob forma descentralizada.

Num ambiente cujas condições esboçamos, assolado ainda pelo intermediarismo comercial decorrente da inexistência do aparelhamento econômico de distribuição da produção, não é possível a existência de recursos transportadores eficazes. Para uma produção migratória e flutuante como a que temos conseguido até hoje, não é possível transporte perfeito e econômico.

POLÍTICA FINANCEIRA

Em trabalho que executamos anteriormente e do qual, neste momento, não podemos deixar de reler um pequeno tópico, dissemos que, "a nova diretriz imprimida à política financeira governamental, sob a alegação de inflação, veio prejudicar a atividade produtora do país. O meio circulante era exorbitante, dizia-se. Entretanto, o país vegetou durante trinta anos sob o regime de uma disponibilidade circulante "per capita" ridícula e que se manteve até 1940. De 40,2 cruzeiros em 1910 passamos apenas para 124,3 em 1940. Essa modificação quantitativa é ainda inexpressiva se considerarmos que o trabalho evoluiu integralmente, do manual para o mecânico, paralelamente à técnica e à altura geral que nos últimos trinta anos promoveram verdadeira transfiguração nas condições materiais do mundo. E o Brasil até esse ano, principalmente o Brasil rural que é o fundamento nacional, pouco evoluiu.

À inflação que se combate, atribui-se o encarecimento da vida. Ao propalado excesso da moeda, o seu aviltamento.

Entretanto este aviltamento só se verificou dentro do país em consequência da escassa produção de utilidades que, por sua vez, além de outras causas, decorria da deficiente orientação de crédito.

Iniciou-se o combate à inflação. Deflacionou-se o crédito e o custo da vida elevou-se mais e ainda se elevará porque sem crédito não pode haver produção organizada. Quanto à política financeira do govêrno, que deveria ser a de bem orientar as correntes de crédito para as atividades produtoras afim de incrementá-las, agiu no sentido da sua restrição e de uma restrição brusca.

As atividades imobiliárias nos grandes centros urbanos foram excepcionalmente bem contempladas pelo crédito vigorante até 1946. Dos recursos financeiros nacionais, consideramos que esse foi o grande mal. Refuta-se isto com a alegação de que ainda hoje há falta de habitações nos grandes centros. Todavia, o incontestável é que se o crédito não houvesse faltado para a produção, não teríamos observado êxodo tão pronunciado dos campos para a cidade. O contrário é que se daria, com a desen-

volvimento de toda a estrutura econômica e social do interior. Não houve equilíbrio na distribuição do crédito. Enquanto praticamente só o Banco do Brasil concedia financiamentos rurais, nas bases e pela fórma que operava, ns atividades imobiliárias urbanas se desenvolveram custeadas pelos bancos em geral, pelas Caixas Econômicas e pelas autorquias.

Enquanto isso, a nossa moeda resistia a qualquer desvalorização no exterior, apezar da elevação do meio circulante em 292,6%, de 1940 a 1948. Considerando apenas o dolar, as cotações oficiais em relação à nossa moeda evoluiram de 19,79 em 1940 para 18,65 atualmente, o mesmo acontecendo no mercado livre que de 16,61 passou para 16,50 em 1946, quando por fôrça do contrôle cambial, passou a vigorar o mercado negro da moeda.

As reservas de ouro que em 1940 perfaziam a quantia de Cr$ 1.290.877.000,00 elevaram-se para Cr$ 7.140.947.300,00 em 1947, o que representou um aumento de 460%. De 1940 a 1947 o nosso saldo de exportação foi de Cr$ 16.414.987.000 resultado do comércio de guerra. Nesse aspecto a situação atual não precisa de comentários.

O próprio desequilíbrio da nossa balança comercial, que vem se acentuando de 1947 para cá, não afetou ainda a estabilidade cambial do cruzeiro. Todavia, no mercado negro o dolar está sendo vendido a Cr$ 30,00 em média.

A atual escassez de divisas para atender ás imperiosas necessidades da importação, decorreu do descontrole havido nas importações subsequentes á guerra. Visaram estas, principalmente, o conforto das populações urbanas, finalidade perfeitamente adiável considerado a urgência de reequipamento melhorador da nosso produção que sofre hoje os efeitos graves dessa situação.

Constatámos o marasmo da vida econômica do país enquanto o meio circulante se manteve praticamente estacionária durante quase trinta anos. Nesse periodo, ao lado da duplicação da população do país, as suas condições econômicas gerais permaneceram imutáveis, sujeitas, apenas, a leves modificações vegetativas. O maior surto de atividades nacionais verificou-se posteriormente, embora êle se manifestasse em setores menos recomendáveis que outros mais reprodutivos e convenientes à economia geral.

As diretrizes da atual politica financeira do Govêrno, de combate "à outrance" ao que êle admite seja inflação, está repercutindo desastrosamente em todo o organismo econômico do país sem haver se constatado, até o presente momento, quoisquer resultados comprovantes do acerto dessa norma de ação oficial.

Criou-se propositadamente desnecessária e prejudicial crise de meios de pagamento, tanto mais grave porque lançada no justo momento em que as atividades internas decorrentes da guerra começavam a entrar num periodo de transição, quando a própria ação oficial deveria se exercer, como resultado de indispensável contrôle importador, no sentido de melhor reaparelhar a nossa parque de materiais já desgastados, em apoio do reajustamento da economia brasileira no sentido de sua consolidação, para enfrentar, com estabilidade, o novo periodo de normalidade que a paz estabeleceu.

Como fruto da deflação do crédito, estabelecida de modo repentino em meados de 1947, temos agora os primeiros resultados comprovados pela nosso menor exportação do semestre inicial dêste ano, e pelo consequente agravamento das nossas dificuldades na obtenção de divisas.

No primeiro periodo do ano em curso exportamos menos que no seu correspondente de 1947 e menos ainda 423.517 toneladas que no do ano passado. Em valor, essa exportação caiu de .... 1.571.000.000,00 de cruzeiros. Ao lado disso as nossas importações baixaram de 12 bilhões para 8.754.000.000 no mesmo periodo.

Esses efeitos da deflação do crédito sôbre a nossa balança de intercâmbio aliados a cousas secundárias, só agora estão se evidenciando porque a deficiência de numerário, resultante da politica deflacionista iniciada em 1947, passou a prejudicar a produção de 1948 só exportavel em 1949.

Se anteriormente o nosso crédito, por efeito de deficiente orientação, concentrava-se em atividades urbanas, como poderia êle influenciar, tão energicamente, no sentido negativo, os setores da produção rural a fim de ocasionar o desequilibrio citado pelo seu cancelamento? A resposta a esta pergunta torna-se óbvia desde que é conhecido o interêsse do comércio pela produção, sua única razão de ser, principalmente da que dele depende financeiramente por falta de recursos próprios ou de crédito especializado. Atingidos a indústria e o comércio em geral, pelo cancelamento do crédito, automaticamente os mais distanciados setores da produção foram prejudicados também naquele minimo de recursos que lhes chegava como sobras das atividades urbanas, bem irrigadas de numerário pelo crédito fácil. Fazia-se mistér, preliminarmente, um acurado estudo analitico da situação nacional e da sua posição no ambiente internacional para adoção de medida tão grave. Impunha-se, antecipadamente, um planejamento de ação administrativa e das próprias atividades no esfera coletiva da produção ,prevendo as reações que poderiam ocorrer e, principalmente, as que deveriam ser provocadas no sentido construtivo e de propulsão do progresso nacional. À falta dessa prévia análise cuidadosa e imprescindivel, resultou o desequilibrio que estamos sentindo.

O crédito, como verdade acaciana, é o insuflador de energia criadora. E' a corrente sanguinea que, irrigando órgãos e membros, faculta-lhes vitalidade e produção equilibrada. Consequentemente, se essa irrigação fôr canalizada com orientação consciente ,só poderá produzir resultados úteis, sem o perigo de pletora ou anemias, de desequilibrios ou colapsos. Nessas condições, a politica crediária e financeira de qualquer órgão ou nação só poderá ser exercida, construtivamente, mediante a prévia adapção de rumos condizentes com a realidade econômica, conhecida em seus detalhes.

Deante dessa ordem de idéias e do exame, embora superficial, que acabamos de relatar sôbre as precários condições econômicas atuais do país; deante do verificação insofismavel de que os fatos de hoje, longe de serem fenômenos isolados, constituem prosseguimento de ocorrências idênticas, comuns na vida nacional; deante da evidente falta de identidade ou de méra semelhança dos sucessivos programas e rumos de ação das nossas administradores e homens públicos que se sucedem; deante, ainda, da constatação de que esses programas de ação poucas vêzes resultam do simples estudo de uma situação de momento, ou mesmo de um problema isolado, quanto mais do de um ambiente econômico e social para progresso em função do meio internacional, chega-se à conclusão de que é indispensavel, daqui

para o futuro, que a ação administrativa oficial seja definida e orientada por planejamentos a serem cumpridos até seu término efetivo. Esta conclusão é forçada, principalmente, pelas atuais contingências econômicas e sociais do mundo que não mais permitirão, impunemente, o desbarato ou a improdutividade de patrimônios materiais ou territoriais, julgados valores importantes à comunhão mundial, principalmente quando esses patrimônios não tenham, para defendê-los, a ação atenta, ágil e suficientemente respeitada de um órgão nacional forte, capaz de justificar o desperdício ou o seu imperfeito aproveitamento.

Ao eminente General Juarez Távora não passaram despercebidas essas contingências ineludíveis. Em recente conferência, o ex-ministro da agricultura arrolou as seguintes forças negativas que se antolham ao reerguimento da economia nacional:

"a) Dispersão da população sôbre um área enorme, dentro da qual seu "valor relativo" se amesquinha;

b) precariedade das interligações econômicas dos núcleos populacionais, disseminados no território;

c) dificuldades opostas à atividade humana pelo clima (calor, endemias, etc.), e pela natureza do solo (erosão, óbices às linhas de transportes terrestres, etc.);

d) quase completa desaparelhamento do nosso homem (ignorância e insuficiência física) para enfrentar vantajosamente os óbices da natureza;

e) fraca utilização da máquina como elemento multiplicador de energia humana (51% de energia utilizada no Brasil ainda é de natureza muscular);

f) fraco espírito de iniciativa individual especialmente para os empreendimentos pioneiros — agravado, de um lado pelas dificuldades de crédito, e, de outro lado, pela sugestão crônica dos clientelos políticos ao empreguismo oficial.

g) ausência de diretrizes nacionais de política econômica — aí incluída uma lei de investimentos;

h) exagerada centralização administrativa nas esferas federal e estadual, em detrimento da municipal".

Essas contingências, aliadas ao conceito da imprescindibilidade cada vez mais acentuada das especializações profissionais atuantes tanto no plano legislativo como no executivo ou no administrativo, o que desastrosamente não se dá entre nós, levaram o Sr. Presidente da República a enviar ao Congresso Nacional o chamado Plano Salte que ali permanece, ainda, à espera de estudo e aprovação finais.

•

PLANO SALTE

Não significou o Plano Salte a concretização exclusiva de um capricho governamental momentâneo para efeitos demagógicos, perante a opinião pública. A necessidade do seu preparo, além de decorrer mesmo das manifestações contínuas da própria opinião pública a clamar contra as deficiências da produção de utilidades e os excessos de seu custo que precisavam ser corrigidos sem a continuidade do emprego de artificialismos, promanou de claro preco-

nício constitucional, que deu ao Executivo o encargo de orientar os rumos basilares da economia nacional.

No estudo e preparo do referido Plano, os seus elaboradores não se ativeram, apenas, ao planejamento para um período de ação, embora transpuzesse êste os limites temporárias de um govêrno para o subsequente. Conquanto a execução do Plano obrigue dois govêrnos sucessivos aos imperativos de trabalho programado, não desempenhará função criadora, se ao primeiro, ainda no Congresso Nacional, há dois anos nao se seguirem outros, preparadas sucessivamente, em perfeita harmonia e conexão com os imediatamente anteriores. Isto quer dizer que a aprovação do primeiro planejamento econômico do país, automaticamente imporá ao legislativo a aprovação, em tempo oportuno, dos subsequentes. Procedimento contrário seria obsurdo por dois motivos: porque a falta de novas planejamentos sucessivos e conexos reduziriam, para em seguida anular, o valor construtivo daquele, e ainda porque, é fatalidade cristalina, no mundo de hoje, o perecimento efetivo e irrecorrivel das nações que não desenvolverem sua ação, em todos os setores de atividade, em obediência a antecipadas diretrizes, fixados pela cios internacionais. E essa verdade, encerro, no sua estudo do meio nacional, em função dos contingênprópria simplicidade, a indicação dos riscos e dos desgraças nacionais decorrentes de sua interpretação negativista.

O Plano Salte foi elaborado e apresentado ao Congresso, onde ainda permanece a despeito de sua urgência, em data suficientemente calculado para abranger metade do período governamental em curso e metade do subsequente. Êste preconcebido proceeliminar a apresentação de programas governamentais heterogêneas ou discordantes, como até hoje, de candidatos e governantes futuros. O Poder Executivo será essencialmente executor de programas resultantes dos planejamentos preparados por elites de técnicos especialisados, analistas conscienciosas e minudentes de todos os fatores que deverão determinar as rótas mais convenientes e eficazes no esfôrço construtivo nacional. O próprio Congresso, na sua faculdade soberana, de caráter julgador meramente político, ficará adstrito à aprovação das conclusões dos técnicos elaboradores dos planejomentos, cu exercerá sua atribuição crítica mediante, também, um pronunciamento absoluto e essencialmente técnico de órgãos consultivos especializados, integrantes ou não desse mesmo Poder Legislativo. E como a razão determina que os elites técnicas especializadas do país constituam os órgãos elaboradores dos nossos planejamentos, segue-se que oo Congresso não restorá senão ratificar os planos que lhe forem encaminhados pelo Chefe do Executivo. E nisto não haverá desdouro ao Legislativo, uma vez que a sua ação fiscal, na execução dos planos aprovados, será de importância decisiva na obra de reconstrução nacional que se pretende iniciar e que está dependendo da su aexclusiva aprovação já retardado, e angustiosamente aguardada pela nação que vê se acumularem maiores dificuldades aos já gravíssimos probilidade de suas próprias linhas de base.

Há, ainda, um detalhe importante a esclarecer quanto ao procedimento fundamental para planejamentos sadios. E' aquele que se refere ao conceito de obrigatório pronunciamento interferente de técnicos ligados a interêsses privados, por fôrça da própria condição profissional, e à manifestação opinativa de elementos coletivos, representativos de interêsses privados ou de classes.

Êsses elementos poderão manifestar-se expontaneamente ao órgão planejador ou quando solicitados por êste, sem que essa interferência ultrapasse as raias de simples colaboração, que será aproveitada cu não nos planejamentos em preparo. Os possíveis perigos de procedimentos contrário são demasiadamente evidentes para merecerem outros esclarecisenso de economia liberal ou a liberal democracia ficará **arranhada** pelo honesta providência de se sobrepor o interêsse geral a possíveis insídias de interêsses privados; de salvaguardá-la de manobras prejudiciais à coletividade? Não, de certo que não. Trata-se apenas de uma adaptação político-econômica, indispensável à próprio sobrevivência da democracia, que não se pode enquistar em suas fórmas primitivas. A política se coloca no tempo e fetiche, a serviça de interêsses inconfessáveis.

•

O Setor Alimentos do Plano Salte, por ser o mais focalizado, tanto em virtude do momento atual como pelo suo preponderância em relação aos demais aspectos da vida econômica e social brasileira, foi objeto de acurados estudos quando elaborado por uma comissão de técnicos oriundos do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, da Bahia e do Ceará, constituindo uma equipe de 28 profissionais especializados, todos pertendaois, nas seguintes proporções: 64,3% federais e forneceu um brilhante contingente constituido por destacados elementos de valor incontestavel.

No Setor Alimentos, a parte vegetal mereceu amplo estudo, sendo focalizadas os problemas atinentes ao fomento da produção ca açúcar, fibras, arroz, batata, cacáu, café, chá, feijão, fumo, forragens, mandioca, milho, mate, horticultura e fruticultura, silvicultura, óleos, trigo e vitivinicultura. Na produção animal, estudaram-se os seguintes problemas: possibilidades ecológicas, carnes e derivados, leite e derivados, defesa sanitário do rebanho, assistência técnica ao criador, aquisição de reprodutores, inseminação artificial, problema agrastológica, bovinocultura, suinocultura, caprinocultura, avinocultura, apicultura, peixe e pescado, sericicultura, industrialização, armazéns frigoríficos, transportes, formação de pessoal especializada, e aplicação dos recursos.

A defesa econômica — a nosso ver o aspecto mais importante — fixou bases e diretrizes para: distribuição da produção — armazenagem, garantia da produção — preços mínimos, armazens e silos, conservação do solo, defesa sanitário vegetal, fertilizantes e corretivos, imigração e colonização, mecanização agrícola e fazendas educativas.

A defesa financeira se processará por intermédio do crédito agrícola, do seguro agrário, consubstanciados no Banco Rural, ficando também devidamente encarecido o desenvolvimento da cooperativismo e das pesquisas, a par de dois planejamentos regionais: Vale do Paraiba e Baixada Fluminense.

Assim, do Plano Salte o Setor Alimentos é o que na realidade mais direta e imediatamente influi, não apenas na satisfaçao das necessidades alimentares do país como na produção e preparo de matérias primas para as nossas indústrias e no desenvolvimento das exportações. Isto vale dizer que dêsse setor dependem o melhoramento das precárias condições do nosso padrão alimentar, qualitativo, quantitativo e de custo; o funcionamento desafogado e regular

da nossa indústria pela satisfação das matérias primas a ela indispensáveis; pelo revigoramento das exportações nacionais e consequente melhoria das atuais condições produtoras de divisas, impositivamente necessária ao levantamento da presente situação, no que diz respeito, principalmente, às prementes necessidades de reequipamento do país no que tange a material mecânico e automotor; pelos reflexos gerais benéficos na arrecadação fiscal, propiciadora de atuação construtiva e assistencial do govêrno, assim como do equilíbrio orçamentário.

Não pretendemos com estas considerações inquinar de menos importantes os demais setores do Plano — os de Saúde, Transporte e Energia — que na realidade são interdependentes. Todavia, as atividades produtoras, perfeitamente orientadas e conduzidas de forma equilibrada pelos lineamentos estabelecidos no Plano, insuflarão sangue novo e entusiasmo no campo produtor, principalmente no rural, entusiasmo justificado pelo apoio seguro, eficiente e contínuo que não mais decepcionará, provocando receptividade ampla e razão de ser às providências construtivas dos demais setores citados. Demorada seria a colheita de resultados pela execução dos programas dos setores de Transporte e Energia sem a prévia emulação no campo produtor. O próprio setor Saúde teria frios reflexos no seio de uma população rural desarvorada e empobrecida, desanimada mesmo para reagir ao influxo das necessárias medidas levantadoras do índice geral de saúde.

•

Meus Senhores! Infelizmente não constitui segrêdo a limitação dos discretos recursos financeiros nacionais. Diante dêsse imperativo, teve que se ater, forçadamente, a comissão elaboradora do setor Alimentos. Dada esta contingência restritiva e intransponível que não lhe permitia senão o estudo dos problemas mais prementes e de possíveis reações úteis mais imediatas e benéficas à nossa economia, no decurso da realização dêste primeiro plano, outro critério não sobrava à sua orientação de partida, senão o de delimitar, no país, as áreas economicamente mais aptas e as atividades mais interessantes no sentido reprodutivo, que pudessem receber, primeiro, o influxo das medidas e providências a serem traçadas.

Para a própria segurança de execução de outros planejamentos futuros, valiosos elementos que existem em potencial na nossa pátria, foram postos à margem, no presente estudo, pois que uma tentativa de sua mobilização, no momento, consumiria recursos já escassos que só poderiam ter reprodução remota.

Em outras palavras cogitou-se de produzir, com urgência, a necessária soma de valores que permitam não só a travessia da presente fase difícil como a mobilização posterior de outros recursos valiosos que todos reconhecemos possuir. De acôrdo com o mesmo critério, não foram considerados regiões ou zonas que, embora de grandes possibilidades futuras no desenvolvimento da riqueza nacional, estão hoje desprovidas, ainda, de quaisquer aparelhamentos econômicos indispensáveis, de índices demográficos que seriam necessários e de condições sociais abaixo dos mínimos exigíveis.

Da mesma forma, zonas e regiões paralizadas por decadência precoce e jazendo agora no desamparo dos antigos recursos materiais, sociais e demográficos que as vivificaram e hoje desaparecidos, só poderão ser aquinhoadas em futuros planos de reerguimento, por fôrça de recursos nacionais decorrentes das realizações agora planejadas.

Diante das considerações expostas, constituiria êrro imperdoável malbaratarem-se os modestos e difíceis recursos financeiros atuais do país naqueles empreendimentos que, embora necessários, não encerram visível possibilidade retributiva menos demorada, facultadora de ação construtiva futura mais ampla. Agindo assim, ter-se-á efetivamente promovido o máximo aproveitamento de seus recursos, com a máxima colheita de resultados.

•

Na fase final de sua elaboração, foi o Plano submetido, por iniciativa do próprio Executivo, ao exame crítico e aprovação da Comissão Interpartidária que agiu eficientemente, imprimindo ao seu próprio exame um cunho eminentemente construtivo. Visou o Govêrno, com essa interessante e utilíssima iniciativa, além de escoimar o trabalho executado das imperfeições e erros possíveis, conseguir, principalmente, o andamento rápido do mesmo no Congresso Nacional, na pressuposição de que o consenso político partidário, vigente no legislativo, respeitasse a decisão dos representantes dos três partidos políticos ditos majoritários, constituídos, para aquele efeito, em comissão interpartidária.

Traduzido para o inglês, mereceu o Plano incisivos encômios do "The Economist" de Londres e dos órgãos técnicos da O. N. U., depois de ter sido considerado, no Relatório da Comissão Abbink, "contribuição notável", que fornece "uma base para o desenvolvimento de planos destinados a fomentar uma economia de expansão gradativa que constituirá uma nação forte de população feliz e próspera". E em recente discurso pronunciado em Lake Success, o referido técnico norte-americano afirma que "se as recomendações feitas no relatório forem cumpridas, confio em que o Brasil será uma das mais prósperas nações do mundo muito antes de que termine o século XX".

•

Constituindo o Plano Salte um conjunto harmônico de providências construtivas que abrange os principais setores das atividades nacionais, e não podendo por isso ficar adstrito senão a órgão que possua a necessária amplitude de ação sôbre todos os quadrantes administrativos e realizadores do país, deverá subordinar-se a uma comissão executora sob a chefia direta da Presidência da República, cuja eficácia dependerá de plena autonomia e da sua própria capacidade técnica. Estas condicionais serão indispensáveis ao êxito do empreendimento, já pela função supletiva do órgão, já pela impossibilidade de sua sujeição às normas rígidas dos regulamentos e dos excessos burocráticos, assim como pela necessidade impositiva da máxima mobilidade dos recursos financeiros que lhe forem atribuídos.

Assim, a firmeza administrativa do Estado deverá se manifestar através de permanente apoio às atividades da Comissão que sofrerá indiscutivelmente, a ação de artimanhas e da resistência passiva daqueles que serão atingidos e contrariados nos próprios interêsses, de vez que o Setor Alimentos constitui o campo de ação mais fácil e amplo aos aproveitadores do trabalho agrícola.

da Presidência da República, competirá o entrosa-

A essa Comissão Executora, sob a chefia direta

mento da ação federal planejada, com as atividades estaduais, a fim de que se estabeleça a indispensá-

vel harmonia de procedimento conjunto para o aproveitamento máximo dos recursos gerais da nação. Nesta linha de idéias as despesas estaduais deverão ser condicionadas a planos estudados conjuntamente pela Comissão Executora e elementos técnicos de cada unidade. Aliás, essa norma de procedimento já foi iniciada, por ocasião do preparo do Plano Salte, quando os Estados do Rio Grande do Sul e Bahia compareceram, por intermédio de seus técnicos, e fixaram as diretrizes iniciais para o entrosamento de medidas comuns, mais aconselháveis à rápida evolução econômica dessas unidades. O prosseguimento dessa norma de ação pela Comissão Executora permitirá, próximamente, que a elaboração dos orçamentos estaduais obedeça ao mesmo plano de oserguimento nacional.

•

Todos nós conhecemos as dificuldades que ainda existem, no nosso meio, em relação à coleta de elementos seguros, estatísticos e informativos gerais que permitam a elaboração de qualquer trabalho de caráter econômico.

A comissão elaboradora do Plano Salte lutou também com essas dificuldades. Não lhe bastava, para a tarefa que tinha pela frente, a especialização técnica de seus componentes. Precisava do apoio de um grande acervo de dados positivos, informadores e estatísticas, além dos estudos locais a que procedeu. Coligiu elementos abundantes e neles se estribou para a execução do trabalho. Todavia, apesar de todo o cuidado dedicado à sua obra, muitas falhas existirão e muitos erros terão sido cometidos.

Entretanto, nenhum deles poderá ser citado com segurança e honestamente, desde que, em virtude das deficiências já expostas, a comprovação do êrro pressuposto será impossível. Só durante a execução do Plano é que a sua Comissão Executora constatará as falhas e os erros existentes, e providenciará a sua correção. Para isso, são necessárias: autonomia e amplitude de ação executora e administrativa, a capacidade técnica supletiva e o prestígio oficial indispensáveis ao órgão executor.

Em planejamentos nacionais, só a prática decorrente de seu exercício confere capacidade elaboradora, crescentemente melhorada. Nunca, entretanto, essa capacidade, por aprimorada que seja, chegará à perfeição. Esta não poderá ser senão relativa desde que se refere a um alvo complexo por excelência em virtude da sua própria estrutura física, geológica, climática, agrícola, cultural, religiosa, social e econômica, o qual é a própria nação seja capitalista ou socialista.

Não podemos furtar-nos à citação dos maiores exemplos de planificação nacional da atualidade entre os quais se salientam os da Inglaterra, França, Checoslováquia, Polônia, Argentina e Rússia. Para só citar um país que executa a planificação nacional, vamos nos referir à Polônia: em 1946 exportou 273,5 milhões de dólares, um pouco menos do que em 1939, antes da guerra; em 1947 — 563,5 milhões de dólares e em 1948, 1.033,6 milhões de dólares. A Rússia executa agora o seu quarto plano quinquenal e sua experiência planificadora vem-se apurando crescentemente. Terminado o seu 5.º plano agora em elaboração, foi previsto que a produção industrial russa, per capita, será igual a dos Estados Unidos, maior, portanto, em números absolutos. Antes da planificação de sua economia, a Rússia era um país de pequenos produtores, fundamentalmente agrícola e feudal, com enormes latifúndios, tal como ocorre entre nós.

Apesar da situação conseguida e de todos os numerosos órgãos técnicos especializados que possui, e que de ano para ano são melhorados, a despeito de sua organização social facilitadora de ação dirigida; cada plano elaborado cuidadosamente e em tempo útil, sofre modificações acentuadas e mesmo profundas, na sua fase de realização, por fôrça de erros cometidos mas que só a prática executora demonstra. Conforme já disse alguém, a teoria se transforma em prática, vivifica-se na prática, corrige-se pela prática, comprova-se pela prática e a prática se transforma em nova teoria. Ali, cada plano, antes de sua execução, passa por crivos corretores e pesquisas de imperfeições. Apesar dêsses cuidados, tais fracos e as falhas que não puderam ser assinalados a grande mestra que é a execução, focaliza os pontos no período dos estudos, para só então serem submetidos às necessárias correções.

•

Acusações inúmeras têm sido formuladas contra o Plano Salte. Algumas delas o foram dentro do próprio Congresso que lhe enxertou um respeitável número de emendas, umas com intenção de corrigir e outras de ampliar sua ação. Seria necessário o desenvolvimento de um trabalho verdadeiramente hercúleo para analisar, discutir e demonstrar a procedência ou improcedência das acusações e das emendas formuladas, assim, como, das ampliações introduzidas ao projeto. Isto não foi possível porque o único órgão credenciado para fazê-lo seria a sua própria Comissão Elaboradora que automàticamente foi dissolvida após terminada sua tarefa.

Entretanto, não nos furtaremos à citação de uma dentre as muitas emendas apresentadas. O Plano, considerando a produção agrícola brasileira em função do seu custo, do braço disponível, da área cultivada, das necessidades atuais e da imprescindível urgência de defesa dos nossos solos, estudou a mecanização agrícola no duplo sentido de serem fixados não só o aparelhamento mecânico quantitativamente indispensável, como no qualitativo sob o aspecto das características técnicas mais modernas e recomendáveis às nossas condições. Todavia, uma das alterações introduzidas no Plano pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Srs. Deputados foi a de ser destacada verba para a importação de enxadas...

Senhores! Estamos em plena época da técnica que se sobrepõe, em todos os setores de atividade, aos processos obsoletos. Imaginemos que o Exército Nacional, no afã de aperfeiçoar o seu aparelhamento material no sentido técnico atualizado, incluisse em programa de reequipamento, quando as armas automáticas, o lança-chamas, os tanques e aviões evoluem de dia para dia, a necessidade da importação de gládios, alabardas e bestas...

A enxada não foi impugnada. Ela, entretanto, só deverá permanecer onde o trator não possa penetrar ou não tenha cabimento econômico.

Houve mesmo a afirmativa de que o Plano Salte não constitui plano algum, significando apenas um amontoado de indicações e de providências recomendadas. Todavia, não disseram ainda, êsses críticos, em que consiste um planejamento e quais as suas características identificadoras. Êsses mesmos economistas, já deverão ter tido conhecimento, entre outros, do Plano Taub, do Plano Monnet ou mesmo do Plano Perón para estabelecerem possíveis paralelos com o Salte.

Estivemos presentes a conferência do Araxá, integrando delegação da Sociedade Nacional de Agricultura. Ali as classes produtoras, examinando e discutindo os seus problemas, clamaram pela produção, por mercados, por transportes, por assistência social e por energia.

Solicitava-se crédito direto, mecanização agrícola, combate à erosão, conservação e fertilização do solo, combate a pragas, maior produção vegetal e animal, conservação, transportes e distribuição da produção. Enfim, o Plano Salte foi solicitado na sua íntegra e na presença de inúmeros parlamentares que ali compareceram. Apesar disso, houve tese de um órgão comercial de classe, de grande projeção no país, combatendo o seu Setor Alimentos! Essa atitude é, entretanto, perfeitamente compreensível e lógica a todos quantos conhecem o processamento habitual ,em nossa terra, das relações entre o comercio e o produtor agrícola.

Foi o Plano combatido por sua inconstitucionalidade, esquecidos que estavam de que o mesmo já fôra aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça das duas casas do Congresso!

Foi focalizado o perigo do estabelecimento de monopólios oficiais e da interferência do Estado na iniciativa privada tanto comercial como industrial, pelos que, naturalmente, têm interêsse na manutenção dos preços vigorantes para produtos capitais a economia agraria, tal como acontece com os fertilizantes. Por isso a livre iniciativa privada deverá permanecer resguardada pela liberal democracia! Essa mesma liberdade de iniciativa, imediatista quanto a lucros, a míope para as grandes necessidades nacionais que não ofereçam pronta remuneração, deverá ser mantida. Todo o campo econômico brasileiro, decadente e defeituoso por fôrça dessa mesma liberdade de iniciativa privada, terá que permanecer ao seu sabor!

Entretanto, nem mesmo o cerceamento dessa liberdade de iniciativa privada o Plano estabelece. Êle apenas determina a intervenção meramente supletiva do Estado, quando aquela não funcionar construtivamente. Todavia ,a grita pela defesa da iniciativa privada livre de peias tem como causa principal o temor aos monopólios oficiais, um dos quais o Plano estabeleceu como necessário. E' o que se refere à exploração de depósitos de fertilizantes fosfatados, ao lado da necessidade fiscalizadora da sua indústria. A justificação dessas medidas reside apenas na citação do seguinte fato :de 1936 para 1948, o superfosfato de produção nacional teve o seu preço elevado de 902%

Meus Senhores! A democracia liberal em nossa terra foi e é cultuada pelo coração, pela índole do espírito brasileiro, pela inteligência e pela cultura da nossa gente! Todavia, entre o ano de 1900 e o de 1949 não transcorreu meio século, apenas. Cavou-se um largo e profundo abismo nêsse lápso de tempo. Todos sentimos, entristecidos e penalizados, que a tranquilidade espiritual daquele tempo já não existe. E se dependesse de nossa vontade a volta àquele saudoso estágio social desaparecido, estou certo que não vacilaríamos em esforços para consegui-la. O capitalismo de então evoluiu tremendamente impondo, hoje, ao Estado, providências defensivas do interêsse geral em conflito quase permanente com a índole avassaladora do capitalismo atual, crescentemente concentrado e por isso mesmo de contrôle mais difícil, tal o seu poderio. Nestas condições as democracias foram forçadas a uma evolu-

ção proporcional às contingências da nossa época, contemporâneo de um capitalismo hipertrofiado, incompatível com o liberalismo. Se observarmos a evolução das democracias americana e inglesa, nos últimos 50 anos, verificaremos também o quanto permanece invulneráveis, ainda hoje, aos cartéis e "trusts", a economia e o bem público brasileiros, no duplo sentido social e material, pela manutenção do velho consenso da liberal democracia. O sentido social do mundo atual impõe **evolução e adaptação** ou desaparecimento, que são as mesmas contingências imperativas para o indivíduo e para a coletividade biológicas.

Tivemos oportunidade de examinar, no decorrer desta palestra, a atual situação econômica brasileira, e a sua gravidade, diante de um mundo carecente de recursos monetários para intercâmbio e por isso mesmo continuos esforços para auto-suficiência. Verificamos, também, por fôrça, principalmente, dessa mesma situação monetária, a tendência acentuada de desenvolvimento da produção colonial africana, no propósito de suprir as metrópoles européias.

Sentimos os efeitos do exagerado isolacionismo brasileiro em relação aos mercados da órbita sociolista, quando os próprios potências capitalistas não desprezam as oportunidades comerciais que oferecem, e servem como nossas intermediários, onerando insuportàvelmente o valor dos produtos nacionais exportados, restringindo, portanto, o escoamento dessa produção, em benefício exclusivo de intermediários monopolistas estrangeiros.

Encontra-se, portanto, o Brasil numa situação tremendamente embaraçosa, defrontando-se com um ascendente custo interno de vida, por fôrça de produção estagnada quando não deconte, como efeito da política financeira adotada; com os seus índices de exportação em decadência determinantes de menor produção de divisas, e com as suas importações essenciais prejudicadas por essa mesma deficiência de divisas; com os seus custos internos de produção de tal sorte elevados que nos impossibilitam de concorrer na exportação lucrativa; com uma nova e vitoriosa competidora que é a África, na produção de matérias primas e produtos tropicais, por fôrça da sua própria situação colonial e do custo de sua mão de obra.

Diante dessa situação e das ameaças de futuro pior, ficamos todos apreensivos e alarmados, principalmente, porque não notamos providências eficazes de reação a êsses aspectos obscuros do nosso atual quadro econômico e social.

Parece-nos que a par de providências gerais que imprimam à nosso vida de relação internacional um sentido ativo, torna-se urgente que elevemos o padrão interno de vida pelo aumento do poder aquisitivo, que deverá resultar de maior produção por menor custo, mediante a execução de tôda uma série de providências já programadas e contidas no Plano Salte.

Pesam hoje sôbre o Congresso brasileira tôdas as responsabilidades pelo agravamento de uma situação que foi de previsão fácil mas nunca atentamente considerada. E todos nós, que apenas constatamos fatos e que não somos impulsionados por qualquer tendência acusadora, aguardamos, atentos e esperançosos, que seja o planejamento oficial finalmente aprovado pelo Congresso, que não mais deveria legislar, paralelamente, sôbre matéria contida no Plano, encerrando, enfim, o longo período de 2anos de estudos a que o submeteu, sob constante espectativa de tôda a nação.

•

No transcurso da vida nacional poucas vêzes temos observado incongruências como a que presentemente se constata. Todos reconhecem a gravidade da situação econômica do momento. Todavia, teme-se a aplicação das medidas estudadas que os mal s demais parentes da enfermo discutem e deblateram sôbre o regime de tratamento indicado ao paciente, o estado geral dêste se agrava de maneira a tornar passível até a caducidade do tratamento anteriormente aconselhado e em discussão. O essencial, no momento, é sair do ponto morto em que nos encontramos.

As medidas corretoras indispensáveis à recuperação econômica desejada por tôda a nação, imporá procedimento reconstrutivo ordenado, daqui para o futuro, pois que só dentro de 4 ou 5 lustros o país poderá gosar dos resultados obtidos. No caso do café, por exemplo, a volta do país à liderança dessa economia, levará tanto tempo quanto o decorrido no seu processo de decadência, desde que o nosso procedimento seja atento, inteligente e de ação contínua.

A inércia, resultante da sdiscussões estéreis e paliativas, permanece. Enquanto isso, a nação deriva ao sabor dos elementos.

Não usaremos aqui a clássica expressão de que ela, finalmente, se despenhe para o fundo do abismo, em cuja borda se situou por muito tempo, conforme expressões tão nossas conhecidas. Não, ela se reajustará ao piar, novamente, daqui para a frente, como já o tem feito no passado, em níveis de vida cada vez mais baixos na escala do mundo em marcha. Ficaremos nós, à beira da estrada do progresso, na postura triste da nosso Jeca à soleira de seu arruinado rancho, cismando melancólicos e resignados, opilados de alma, de inteligência e de espírito, vendo o desfile de outros nações para objetivos e destinos elevados.

Meus Senhores! A resignação só é qualidade quando indispensável ao se enfrentar situações fatais, ou por fôrça de sofrimentos e dissabores necessários à consecução de determinados fins. No mais, ela é defeito grave. Entre os povos, a resignação vai até certo ponto, para depois gerar a violência. É a apostasia que precede a reação. . E a história do mundo é farta em exemplos dessa natureza, recentes e passados. A conjuntura atual não comporta mais nem cismares nem meditações, e sim, ação corajosa e consciente.

Resta, portanto, como última esperança do país, que os órgãos ativos da nação, cônscios das suas responsabilidades cívicos, reconheçam a gravidade da nossa situação diante do momento mundial, para agir desassombrada e efetivamente na reconstrução nacional.

Visão sumaria e incompleta dum Agrónomo Português á cerca da Agrónomia Brasileira

Com grande concorrência de professores, engenheiros agronomos e estudantes realizou-se a 4 de novembro ultimo, na Sociedade de Ciências Agronômicas de Portugal, uma sessão solene para que o sr. prof. dr. Henrique de Barros fizesse entrega à douta colectividade de um diploma e medalha de prata conferidos pela Sociedade Nacional de Agricultura e realizasse uma conferencia sobre o tema — "Visão de um agrônomo português acerca da agronomia brasileira". Presidiu o sr. prof. dr. Sousa da Camara, ladeado pelos srs. dr. Orlando Guerreiro de Castro, ministro-conselheiro da embaixada do Brasil, que representava o embaixador, e eng. Teixeira de Souza, na direção da Sociedade. O sr. dr. Henrique de Barros fez entrega da medalha, depois de historiar a vida da Sociedade Nacional de Agricultura, dizendo da sua obra à frente dos nossos mais importantes problemas agrícolas. A medalha oferecida comemora, precisamente, o cinquentenário da instituição, para a qual o orador teve calorosas palavras de elogio, apontando os nomes ilustres de individualidades que nos seus destinos têm presidido. O sr. eng. Teixeira de Souza agradeceu, em nome da Sociedade de Ciências Agronômicas, saudou o representante do sr. embaixador do Brasil e o prof. Souza da Camara, e pôs também em relevo a notavel obra da sua congênere brasileira.

O Prof. Henrique de Barros, pronunciou, então, a sua conferência, que inserimos na integra:

"Sr Presidente — Sr. Embaixador do Brasil — Senhoras — Senhores:

"Durante sessenta dias um agrônomo português permaneceu em intimo contacto com a agronomia brasileira."

Analisemos esta frase para entendermos tudo o que nela se contem.

"Um agrônomo português" — eis o sujeito da oração. Mas quem foi êste agrônomo português?

Estará ele, quanto à amplitude, à profundeza e à actualização da sua cultura profissional, em condições de apreender integralmente o valor e o trabalho dos agrônomos brasileiros, na vastidão dos seus programas, na multiplicidade das suas realizações, na magnitude e na variedade do territorio onde actuam?

Advogado em causa própria, êste modesto agrônomo poderá, na melhor das hipóteses, responder que fez o possível para ver muito e para ver bem. Mas não contestará que a insuficiência dos seus conhecimentos nalguns ramos da Ciência Agronômica o tenha obrigado a nem sempre ver tanto e tão bem como desejaria e convíria.

Prossigamos na análise da proposição inicial.

Sessenta dias foi o prazo da permanência. E conquanto se haja afirmado, sem faltar à verdade, que o contacto foi íntimo — todos reconhecerão tratar-se de periodo curtíssimo, que não permite ir a toda a parte, que não consente se veja tudo o que ha para ver, que impede, em suma, os convívios demorados, reflectidos e por isso proficuos.

Comparemos agora o prazo da visita com o objecto visitado: a Agronomia Brasileira. Salta aos olhos que a demora de dois meses, de curta que já era, considerada em abstrato, se torna simplesmente exigua, quasi ridiculamente exígua.

Imaginemos, na verdade, o caso inverso: um técnico estrangeiro desejando conhecer o Portugal Agricola, esta nossa pequena e tão amada nesga de terra europeia; e querendo conviver com a Agronomia Lusitana, esta falange em que nos alistamos e que, entre tanta incompreensão e desajuda, luta por bem servir o nosso povo. Imaginemos tal caso e perguntemos: acaso bastariam 60 dias, 5 dúzias de rápidos e curtos dias!, para que êsse técnico, inteligente e sabedor que fôsse, daqui saisse a conhecer *realmente* a agricultura portuguesa e as nossas instituições e realizações no campo agronômico?

A resposta não poderia deixar de ser negativa. E tanto mais quanto, no conhecido dizer do Conde de Ficalho, "poucos países em extensão igual, apresentam tanto como Portugal aspectos diversos da Natureza, revelam diferenças tão sensiveis nas floras espontâneas locais e tão marcada diversidade nos regimes e nas práticas agricolas"; de tal modo que "um viajante, por hipótese levado subitamente do centro do Minho ao centro do Alentejo, se julgaria a milhões de léguas do seu ponto de partida."

Não desejo, ao perfilhar êste parecer, ficar incluído no grupo daquêles "espiritos superficiais ou levianos", na severa apreciação de Silvio Romero, para os quais "o Norte português guardaria, com relação ao Sul, distância pouco mais ou menos comparável, sob o aspecto climatológico, à que vai da Venezuela à Patagônia, ou da Sibéria à India meridional."

Considero até como perfeitamente exacto que êstes "imaginosos exagêros", se acaso alguém os cometeu, seriam, tal como anota Romero, "refutados de antemão pela exiguidade de um país, que não passa de 558 quilômetros no maior comprimento e 220 na maior largura, situado na Europa meridional, em península resguardada dos rigores do Setentrião pela gigantesca muralha dos Pirineus, e docemente aquecida pela proximidade do continente africano."

Não obstante, todo agrônomo português sabe que, interpretada com o desconto devido a expressão "milhares de léguas", êsse brilhante escritor que foi Ficalho, tão ligado à vida agricola e à atividade agronômica, tinha inteira razão quando falava da extrema variedade do Portugal Agrícola.

Da cultura maximamente intensiva do Noroeste, baseada em trabalho, água e matéria orgânica, à cultura extensiva do Sul e do Centro Leste caracterizada pela exploração em grande escala dos cereais de praganas e pela criação de vastos efectivos de gado manadio, atravessando as regiões vinicolas especializadas, todas com marcada individualidade, passando pelas zonas de olival, percorrendo a norte e cen-

tro os grandes povoamentos de pinhal bravo, e a sul as largas manchas subericolas até atingir êsse recanto mediterrânico que é o Algarve, com a sua cultura de primícias e a sua especializada produção fruticola,
— quantos e quantos aspectos diversos!
— quantos e quantos contrastes cheios de fôrça e vida!
— quantas paisagens tão profunda, tão intimamente diferentes!
— quanta variedade de solos, relêvos, climas!
— quanta e quão acentuada diversidade de culturas e animais agrícolas!
— que notórias divergências nos sistemas de cultivar a terra!
— que fortes afastamentos na produtividade dos solos e no rendimento das culturas!
— e até que discrepâncias acentuadas nos tipos humanos, de temperamento audaz uns e buliçosos, lentos e meditativos outros, irmanados todos apenas no convencimento de que a terra do seu país nao dá de comer àqueles que a nao trabalham com zêlo incessante e amorosa diligencia.

Como seria possivel supôr que o nosso hóspede, em face de tal quadro, pudesse ficar inteirado, não direi já dos seus muitos ambientes, mas das suas linhas mestras e das suas côres fundamentais, ao longo do curto espaço de dois meses de permanência?

Não esqueçamos, além disso, que o nosso hóspede não seria um mero turista, mais desejoso de percorrer estafados itinerários e ambicioso de coleccionar etiquetas de hoteis, do que anseando por conhecer verdadeiramente o país visitado. Supuzemo-lo, na verdade, um técnico agronómico, e legítimo é admitir que, alem de querer observar as paisagens naturais e humanas com olhos de agrônomo, conhecer quizesse também os problemas agricolas do país e a maneira como dêles se ocupa a agronomia respectiva. E, entao, tudo indica que as suas exigências subiriam e que, de escasso que já era para o mero turista, o tempo disponível passasse a ser de todo insuficiente para êste turista "doublé" de agrônomo.

No *campo técnico*, é de presumir que, entre muitos e outros aspectos, lhe interessassè ficar a conhecer alguma coisa dos métodos de cultura, tão diferentes, por exemplo, de província para província, no que respeita à cultura cerealífica e mais ainda à cultura vitícola, esta completada pelas técnicas originais do fabrico dos variados tipos de vinho; alguma coisa também da exploração florestal, desde os carvalhais do Norte aos pinhais do Norte e Centro e aos montados do Sul; alguma coisa das nossas raças pecuárias e das suas tão variadas aptidões.

No *campo económico*, o nosso observador não estaria ciente da realidade enquanto não verificasse a que ponto sao amplas as "zonas de custos" das nossas principais produções agrícolas, inteirando-se assim da extrema variedade de condições fisiográficas, técnicas e sociais sob as quais são obtidas tais produções.

No *campo social*, haveria êsse observador de se surpreender com a acentuada diversidade da estrutura agrária das regiões agrícolas, tanto no que respeita à divisão da propriedade, como à proporção relativa dos vários tipos de empresa e das formas de exploração, como à distribuição de população rural pelas classes sociais, etc. etc.

E seria, em suma, em face de tão marcada disparidade de ambientes, actividades e resultados, que o agrônomo estrangeiro haveria de se certificar de quanto sao profundamente diversos, de região para região, os problemas que à agronomia portuguesa compete estudar e resolver; e de quanto têm de ser especializados os diversos organismos onde tais agrónomos exercem ou deveriam exercer, a sua actividade.

Nao é de Portugal, porém, que desejo ocupar-me.

Ao falar do nosso País, e ao insistir em como êle é multiforme, na sua pequenez, pretendi apenas obter um termo de contraste, proporcionar uma base de comparação para que, ampliada enormemente a escala ao passar para êsse quasi continente que é o Brasil, todos entendem a que ponto me assiste razão ao considerar exíguo o tempo de que dispuz para visitar, agronomicamente, aquela jovem e progressiva República.

E talvez, afinal, não tivesse sido essa apenas a razão por que tanto falei de Portugal numa palestra que tem o Brasil por tema. Eu sei que são pequenas as semelhanças entre as agriculturas dos dois países; mas nem por isso me parece inaplicável a opinião de André Siegfried de que "para interpretar, com plena inteligência, as civilizações latinas do ultramar, é necessário conhecer a fundo a Espanha e Portugal."

Tratemos, porém, do Brasil. Do Brasil, dessa "parte mais viva e mais destacada do mundo que o Português criou", na definição de Gilberto Freyre, o qual, aliás, exaltando embora a acção de Portugal, considerando "ridículo pretender que o Brasil exista independente da sua formação portuguesa" e reputando essencial para o Brasil "a cultura luso-brasileira", não deixa de apreciar a influência doutras culturas ao afirmar, àcerca da sua gente, "somos o começo de uma vasta cultura plural."

Falamos do Brasil, objecto da visita de que vos está falando o agrônomo português que a levou a efeito, chamado por um convite, para êle extremamente honroso, do ilustre Ministro da Agricultura, Prof. Daniel de Carvalho.

Falemos do Brasil, essa Nação de quem Stefan Zweig disse que, ao conhecê-la, "percebera que havia lançado um olhar para o futuro do Mundo" e ainda que aquêles que a descrevem "inconscientemente já descrevem o seu ontem".

A superfície total do Brasil excede 8.5 milhões de quilômetros quadrados, quasi tanto como os 10 milhões de toda a Europa, pouco menos do que 100 vezes a área do Continente Português, quatro vezes a totalidade das actuais terras portuguesas, perto de 7 vezes a superfície da nossa grande Colônia de Angola.

E' o quarto país do Mundo, em extensão territorial, após a Rússia, a China e o Canadá, ultrapassando os Estados Unidos em 700.000 quilômetros quadrados. Ocupa 46% da superfície da América do Sul. O seu perímetro mede 21.200 quilômetros, dos quais 9.200 de costas marítimas.

As distâncias da Venezuela à Patagônia e da Sibéria à India meridional, a que se referia Romero, e que eram na verdade absurdas quando aplicadas a comparações entre terras portuguesas, deixariam de o ser se se referissem ao Brasil.

Aos 6.000 quilômetros que traduzem aquelas distâncias, o Brasil pode contrapôr, sem grande desvantagem, os 4.500 que vao desde a Serra Pacaraíma à Lagôa Mirim.

Quem poderá deixar de pensar, perante êstes dados, que o Brasil não seja uma Nação gigante? E como poderia um inexperiente turista pretender conhecer aquilo que não pôde ver êsse autêntico cidadão do Mundo que foi Zweig, experimentado como poucos em visitar terras e conhecer povos? Zweig que, após meio ano de permanência, outra coisa não pôde reconhecer senão que "apesar de toda a diligência em aprender e de todo o viajar, ainda

não posso dizer que conheço o Brasil e sei também que uma vida inteira não bastaria para conhecê-lo".

A par desta vastidão enorme, e a dificultar mais a observação, sobretudo quando esta se prende às coisas da terra, e pretende exercer-se com critério técnico, surge a extrema diversidade de ambientes e usos, ao pé da qual a nossa variedade de aspectos, notória como mostrei que era, deixa de ser variedade para ser unidade. Foi certamente ao pensar no Mundo que é a sua Pátria que a Silvio Romero pareceu leviano que se considerasse Portugal como um país de muito acentuada diferenciação fisiográfica. E, na verdade, se êsse foi de facto o seu têrmo de confronto, há que dar razão ao grande Mestre brasileiro.

Seria impossível, descabido, pueril até, proceder aqui a uma descrição do Brasil Agrário.

Alguns traços apenas para demonstrar a extrema diversidade fisionômica das várias regiões.

Quanto ao *clima*, e tendo presente que o território abrange quasi 40 graus em latitude, não é de surpreender que apareçam modalidades muitíssimo diversas. Basta notar que, tanto a região *equatorial* como a *tropical* e a *sub-tropical*, como ainda a francamente *temperada*, estão representadas no país. Dêste modo, os climas brasileiros, os macro-climas, variam desde o *muito quente* ao *frio*, passando pelo *quente*, pelo *temperado-brando* e pelo *temperado-frio*, excluindo apenas o *glacial*, oscilando entre temperaturas máximas absolutas mensais superiores a 40 graus e mínimas absolutas, mensais também, inferiores a 0 graus.

Quanto a chuvas, a oscilação de local para local também é marcante, bastando notar que, relativamente às capitais dos Estados, as precipitações anuais oscilam entre o máximo de quasi 3.000 milímetros, em Belém, e o mínimo de 1.000 mm, no Rio.

Em certas regiões as chuvas são abundantes e frequentes, noutras mais escassas e sobretudo muito incertas, como sucede no Nordeste, com as suas famosas sêcas periódicas, "leit motiv" de toda uma moderna corrente literária e sociológica, cujas brilhantes descrições, todavia, não creio que superem as páginas famosas de Euclides da Cunha sôbre os sertões e o respectivo "ciclo inflexível das sêcas". À diferenciação habitual dos climas pela latitude, soma-se em certas regiões com fôrça marcante, a influência da longitude. E' o que diz Euclides da Cunha: "a partir dos trópicos para o equador, a caracterização pelas latitudes cede às causas secundárias perturbadoras. Define-se normalmente pelas longitudes".

E adiciona-se, outrossim, com não menor vigor, a diferenciação pelos relêvos, graças à qual — volto a citar Euclides — se criam climas equatoriais em altas latitudes ou regimes temperados entre os trópicos".

Não estou, porém, a fazer o estudo do clima brasileiro. Pretendo, somente, chamar a atenção para a extrema variabilidade dos aspectos climáticos de que, aliás, eu próprio, pude eloquentemente aperceber-me ao viajar num só dia do Rio, onde predominavam os trajes brancos, para a pequena cidade de Pelotas, onde toda a gente, em franco paradoxo com o nome da terra, envergava os espessos capotes exigidos por uma temperatura de 2 graus negativos e pelo cortante vento do Sul, alí alcunhado de "minuano". Basta lembrar também a diferença que existe entre as quentes e úmidas regiões equatoriais e as temperadas regiões do Sul. As primeiras, teatro daquelas chuvas diluviais e enchentes espantosas que Ferreira de Castro, com realismo sem par, tão bem descreveu: "Era um dilúvio anual que vinha do Peru, da Bolívia, dos contrafortes dos Andes, vetos que borbulhavam, blocos de gêlo que se derretiam, escoando-se na terra alta, regorgitando nas cachoeiras e destroçando, de passagem, tudo quanto se lhes opunha". As segundas, as temperadas regiões do Sul, nas quais (de novo recorro a essa epopéia nacional que é "Os Sertões"), nas quais "atingido o inverno, a impressão de um clima europeu é precisa: sopra o Sudoeste frigidíssimo sacudindo chuviscos finos e esgarçando garôas; a neve rendilha as vidraças; gelam os pântanos; e as geadas branqueiam pelos campos". Não assiste, portanto, a menor razão àqueles autores que, como Jacques de Lauwe, na sua obra "L'Amerique Iberique", declaram que no Brasil há apenas dois elementos comuns a toda a Nação: a língua portuguêsa e o clima tropical que — afirma — "se encontra de Norte a Sul". Além da nossa língua, muitos outros, e bem valiosos, elementos comuns, unificadores, existem no Brasil; mas, entre êles, não se conta o *clima tropical*.

Mais demorado do que falar da diversidade de climas seria tratar da diversidade dos solos, porque nestes a multiplicidade de tipos é maior e as respectivas manchas formam intrincado "puzzle", bem mais complexo do que toda a combinação que se possa imaginar de macro e micro-climas.

Direi, apenas, que neste sector se encontra de tudo ou quasi tudo. No "ensaio de mapa pedológico do Brasil", organizado pelo Prof. Thomaz Coelho Filho para essa corajosa obra que é a "Geografia da Fome", de Josué de Castro, apontam-se 23 diferentes tipos principais de solo, desde os mais ricos aluviões, os férteis "massapês" das regiões da cana e as excelentes "terras roxas" dos cafezais de São Paulo, até aos pedregosos salmourões e às fra-

cas areias de tantos e tantos locais. Função de uma geologia variada, dum relêvo acentuado e diversos climas muito diferentes, não é de surpreender que os solos brasileiros entre si divirjam consideravelmente, quer nos tipos principais, quer nas muitas variantes que cada um dêstes tipos comporta, e que aliás são ainda insuficientemente conhecidos, porquanto o reconhecimento agrológico dêste imenso território está apenas principiado. Sob um critério simplista de apreciação da capacidade produtiva, quero fazer notar que há solos de todas as categorias, do fértil ao fraco, do altamente produtivo ao inteiramente sáfaro, e não apenas, como supõem aquêles que indevidamente generalizam e perpetuam a celebrada apreciação de Pero Vaz de Caminha de que a terra "em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo"; e não apenas, ia dizendo, aqueles solos feracíssimos de que nos fala, com poético arrebatamento, Stefan Zweig ao dizer que "o solo, intacto desde séculos e milénios, responde aqui a todo o apêlo com uma energia quasi incrível".

À observação, mesmo sumária, do agrônomo medianamente versado em apreciar a valia agrícola dos terrenos, não escapam, a par de zonas de alta fertilidade nativa, vastas extensões de terreno próprio apenas para pastagens ou de aptidão essencialmente florestal.

Na relação dos solos do Prof. Thomaz Coelho, num total de 23 designações, há 10 cuja aptidão cultural está indicada com adjectivos tais como: má, precária, inferior, fraca.

À escassa produtividade intrínseca de muitas terras, adicionam-se, como factor potente de degradação da fertilidade; as ações erosivas pluviais e eólicas, manifestadas, logo após o corte da floresta espontânea, com fôrça devastadora muito superior à que estamos habituados a ver sob os nossos mais policiados climas. O "superlativo alcançado ali pela Natureza", de que fala Zweig, não se refere apenas à fecundante ação desta, mas também aos seus efeitos destruidores: "às trovoadas que, com estrondosos relâmpagos, rasgam o firmamento, às chuvas que se precipitam em catadupas".

A muitos agrônomos brasileiros ouvi dizer que a frase, indevidamente generalizada, do escrivão português contribuia para tornar mais árdua a sua tarefa — já que, convencida a opinião de que a terra brasileira tudo, em toda a parte e abundantemente pode produzir, com o só geito de a querer semear, aos técnicos atribuia a responsabilidade do fraco ou nulo rendimento em muitas zonas, afinal de si mesmas fracamente capazes de produzir. E' um tópico semelhante a êste de "benignidade do nosso clima" cujo reverso agrícola, nós outros, agrônomos portugueses, bem conhecemos, e melhor do que nós, os agricultores de profissão que, de há séculos, lhe vêm sofrendo os efeitos nefastos. A luta da agronomia brasileira para obstar à degradação do solo, e para lhe elevar o nível de fertilidade, é, por atual, uma daquelas em que o combate é mais árduo e se estende por mais extensa frente.

A respeito de solos, como a respeito de climas, quis apenas pôr em relêvo a variabilidade do condicionalismo brasileiro, e por isso porei ponto no assunto.

A diferenciação agro-climática, por sua vez, conduz a um acentuado polimorfismo fito-geográfico.

Os geógrafos costumam referir-se a oito grandes regiões, indo desde as *Florestas Tropicais* da Amazonia, às vastas *Campinas* do Sul, prolongamento dos pampas argentinos, passando pela *região litoral de coqueiros, restingas, e mangues*, pelas *caatingas* e pelo *cerrado*, pelo *complexo do pantanal*, pelos *babaçuais* e *pelos pinhões de araucarias*, do Paraná e Santa Catarina.

Não é de surpreender, em face de tal multiplicidade de aspectos fisiográficos, que as plantas com aproveitamento económico, as culturas agrícolas e florestais e as espécies pecuárias sejam variadíssimas. O conceito, tão difundido, de que o Brasil é o país da monocultura, com os seus celebrados ciclos do açúcar, do algodão, da borracha, do café, do cacau, é um conceito que nunca foi perfeitamente exacto, e cada vez mais se afasta da realidade.

O que é exacto — ou, melhor, o que foi exacto — é o predomínio que, durante determinado periodo, certo produto agrícola toma na exportação, e, portanto, em toda a economia nacional. Isto, porém, não equivale a monocultura, no sentido técnico do termo, já que a viabilidade da própria cultura comercialmente dominante reclama a coexistência de muitos outros ramos da exploração agrícola. E' o que, por exemplo, em conferência recente, justamente observa o Ministro Daniel de Carvalho, a propósito do açúcar. "No ciclo da cana-de-açúcar, as regiões dos engenhos, situadas no litoral, eram abastecidas de gado e cereais provenientes do interior. Nunca houve, propriamente, monocultura, exclusiva produção de cana, e, sim, apenas, predominância do açúcar como artigo de exportação".

Numa reunião da Sociedade Rural Brasileira, em que tive a honra de tomar parte, vi debater o projeto de promover a emigração de umas dezenas de famílias açoreanas, a quem se facultaria habitação e terra, destinada esta não só à produção de alimentos para a família mas também ao fornecimento de gêneros hortícolas para S. Paulo, no mesmo tempo que se lhes exigiria o compromisso de prestarem serviço nas lavras de café nas ocasiões de maior intensidade de trabalho. Desta forma, a lavoura cafeeira, cuja similitude técnico-económica com a exploração de vinhedos no Douro é manifesta, a lavoura cafeeira, exemplo mais que todos típico da especialização em agricultura, não deixaria de contribuir para a mais declarada policultura.

Seja como fôr, do ponto de vista técnico, e sem embargo da existência de regiões especializadas, a agricultura brasileira manifesta acentuada, e penso que crescente, índole poli-cultural.

A estatística oficial procede ao cômputo anual das áreas e colheitas de 22 produtos, quando em Portugal se mencionam apenas 12. Os referidos 22 produtos, cujo valor total, em 1940, atingiu 24 milhões de contos, pertencendo ao café o primeiro lugar e ao trigo o segundo, são os seguintes: Arroz, Aveia, Centeio, Cevada, Milho, Trigo, Algodão em rama e em caroço, Cacau, Café, Cana de Açúcar, Tabaco, Ricino, Feijão, Batata, Mandioca, Abacaxi, Banana, Côco, Laranja, Uva e Luzerna.

Mas a lista das produções vegetais brasileiras é incomparávelmente maior.

Faltam, na relação acima, os inúmeros produtos da flora espontânea das zonas tropicais, alguns dos quais aliás começam a ser cultivados, abandonando o sector da produção extractiva para entrar no da agricultura: babaçú, borracha, maniçoba, caroá, cêra de carnaúba (esta, dando 500 000 contos por ano), cêra de licuri, guaraná, oiticica, piaçava, jarina, raiz de timbó, a erva-mate, sem a qual o gaúcho não pode viver, a castanha do Pará, conhecida por "carne vegetal", tal a sua riqueza proteica, etc., etc. Somente as plantas produtoras de óleos e gorduras abrangem cêrca de 50 espécies diferentes, cuja produção vale 150.000 contos, excluindo os sub-produtos. A flora medicinal, entre a qual se destaca a quineira, compreende mais de 130 espécies. E, entre outras plantas úteis, com variadíssimas aplica-

ções contam-se dezenas de espécies, tais como (cito ao acaso) o açafrão, a anileira, a araruta, a baunilha, o cravo, etc.

No grupo das plantas cultivadas, a relação da Estatística omite muitíssimas, como por exemplo: chá, amendoim, soja, mamona, tungue, sisal, rami, piteira e juta, linho e cânhamo, e ainda, entre as culturas alimentares nossas conhecidas: batata doce, tomate, cebola, alho, alface, couves, nabos, fava, ervilha e as mais variadas hortaliças — tudo produtos muito procurados nas cidades brasileiras onde são apreciados no seu nobre papel de alimentos protetores.

No sector da fruticultura, falta toda essa variada e saborosa coleção de frutos tropicais e subtropicais, como sejam o abacate, a manga, o mamão, a jaca, a pupunha, a jaboticaba, a mangaba, a sorva, o assaí, o jambo, o maracujá, a goiaba, a anona e quantos e quantos mais!

No que respeita a frutos das regiões temperadas, embora em pequena escala, já se produzem pêssegos, pêras, maçãs e morangos, com excelente aspecto e sabor, além de grande quantidade de uva, da qual se vinifica o bastante para exceder um milhão de hectolitros de vinho, parte do qual, fabricado com castas da vitis vinifera, em meu modesto parecer, — que me perdôem os portugueses de cá e de lá, intransigentes nesta matéria — inteiramente digno de ir à mesa de qualquer cristão.

Também em certas regiões do Rio Grande do Sul, a oliveira começa a medrar e alguns exemplares tive oportunidade de ver em produção. Quanto ao castanheiro, a sua adaptabilidade está comprovada nas zonas temperadas-frias, e já há quem, no Brasil, coma castanha nacional.

Falando agora da Silvicultura, é imensa a sua diversidade. Da flora arbórea das regiões equatorial, tropical e subtropical, nem imaginar posso quanto é variada; pelo pouco que me foi dado ver, compreendi que estava em presença de povoamentos cuja composição silvicultor algum de formação apenas européia seria capaz de indicar sem falhas. Industrialmente, porém, a principal riqueza florestal encontra-se nos Estados do Sul e é representada pelo espécie a que ali chamam *pinheiro* ou *pinho* e que é a *Araucaria brasiliensis* ou *angustifólia*, ocupando cêrca de 10 milhões de hectares.

Esse mesmo suposto silvicultor de formação européia, não deixaria, porém, de encontrar espécies suas conhecidas, e entre estas, com enorme importância em todo o Sul, mas tantas do gênero *eucaliptus*, representadas por milhões de exemplares, e cuja introdução na grande cultura se deve a um técnico brasileiro diplomado pela Escola Agrícola de Coimbra: Navarro de Andrade. E, além do eucalipto, outras essencias se encontram, entre as quais as vulgares coníferas de ornamento como as cupressas, os cedros, as tuias, as criptomérias, etc. E até, segundo observei, o nosso prestável pinheiro bravo está a revelar adaptabilidade manifesta, traduzida por fortíssimos crescimentos anuais; vi-o, próximo a Pelotas, em terra arenosa, quase ao nivel do mar, e voltei a encontrá-lo, sempre pujante, na Serra de Itatiaia, a quase 1.000 metros de altitude.

Não pode restar dúvida portanto — e só aí pretendi chegar — de como é ampla e variada a produção vegetal brasileira e de como se torna impossível conhecê-la e apreciá-la sem uma preparação agronômica quasi universal e sem uma vida inteira de observação e estudo.

Se quizéssemos dar um termo de comparação, e o que desejassemos procurar em terra portuguesa — teríamos que iniciar a viagem pela colônia de Moçambique, seguir para Angola, tocar em S. Tomé, demorar algum tempo nos Açôres e na Madeira, penetrar no Continente pelo Sul e abandoná-lo pelo Norte. E assim mesmo, muitos aspectos deixariam de encontrar-se, embora alguns outros surgissem (em especial os tipicamente mediterrânicos: sobreiros e fruticultura algarvia) desconhecidos no Brasil.

Quanto, finalmente, à produção pecuária assume a mais vultosa importância, com tendência a aumentar. São quasi 74 milhões de cabeças de bovinos, asininos, muares, ovinos, ovinos e caprinos, além de 63 milhões de animais de capoeira.

Aos 74 milhões de cabeças naturais correspondem 35 milhões de cabeças normais. Divididas estas pelo quantitativo da população ativa agrícola (9,5 milhões) obtem-se a média de 3,7 cabeças normais por habitante. E' um índice que mostra a importância da pecuária no País; comparado, por exemplo, com o nosso verifica-se que o ultrapassa quasi três vezes.

Quanto à composição por especies do armentio brasileiro, pode ter-se por francamente favorável. Basta notar que o quociente das cabeças naturais pelas cabeças normais é apenas de 2,1, quando em Portugal sobe a 4,2, e só no Minho e no Douro Litoral desce abaixo de 3. Por sua vez, êsse coeficiente tão expressivo que é o *indice bovino* (% de bovinos sôbre o total) atinge 35%, mais do que o índice minhoto, ligeiramente menos do que o do Douro Litoral e muito mais do que o nosso índice geral que é apenas de 11%.

Também a composição qualitativa, dentro de cada espécie animal, apresenta grande diversidade.

Nos bovinos ha a considerar dois casos distintos: na região tropical, é o Zebu, importado da India mas adaptado e melhorado, a ponto de ter dado origem a bem caracterizados tipos nacionais, é o Zebu que domina, quer puro, quer em cruzamentos; na região temperada, as raças inglesas (Hereford, Shorthorn, Polled Angus) demonstraram adaptabilidade e são hoje a base da sua riquíssima indústria zootécnica. Nas zonas de produção leiteira, domina a raça holandesa, pura ou cruzada. Nas outras espécies, as raças indígenas ou crioulas, importantes nos gados cavalar e suino, convivem, cruzando-se frequentemente, com diversas raças estrangeiras; nos ovinos predominam raças estrangeiras de comprovada aptidão para carne e lã: Romney Marsh, Southdown Corriedale, etc.

A produção pecuária é considerável e variada. O seu valor, em 1946, avaliou-se em 9 milhões de contos. Além da carne, da lã e das peles, das gorduras e dos laticínios, compreende importantes produções de ovos, mel, cêra e sêda. A expansão da avicultura e da sericicultura são recentes e traduzem-se por progressos espetaculares; basta notar que, em 10 anos, as amoreiras em S. Paulo passaram de 6 a 50 milhões, ao mesmo tempo que a produção de casulos subia de 413 a 6.000 toneladas. Volto a insistir na afirmação tantas vezes feita, e agora aplicada à pecuária: não pretendi descrever a indústria zootécnica, mas somente mostrar que, tal como a produção vegetal, embora em menor grau, a produção animal é vastíssima e muito diversificada nos aspectos regionais.

O observador do Brasil Rural teria ainda outro campo onde verificar a extrema variabilidade dessa imensa Nação: o elemento humano. Não vou deter-me a falar naquilo que todos conhecem: que o povo brasileiro é das mais complexas mesclas raciais que no Mundo se conhece; ameríndios de duas raças distintas: tupis e tamoios; europeus de quasi todos os países e, entre êstes, predominando os portugueses que, por sua vez, estão longe de constituir uma raça pura; afro-negros, dos tipos mais variados;

gentes do Médio Oriente; asiáticos por fim. E que, apesar disso, lenta mas sistematicamente, vai emergindo do fervilhar dêsse caldeirão, um tipo próprio de humanidade, sem identidade física por enquanto, mas desde já com visível identidade psíquica, a tal ponto que só aparentemente é paradoxo o parecer de Zweig, de que foi a "mescla sistemática que fez do Brasil uma unidade e que sozinha o manteve como unidade". Não será das características menos salientes e menos estimáveis dêste novo tipo de humanidade, as do cordial acolhimento e da generosidade inata — de que, neste mesmo momento, estão dando provas sobejas, Sua Excelência o Sr. Embaixador, e demais representantes do Brasil, que se dignaram honrar-nos, a esta Casa e a mim, com a sua presença.

Deixemos, porém, o aspecto genérico do problema étnico, para focar somente a circunstância da coexistência duma extensa variedade de tipos humanos praticando a agricultura por êsse vasto Brasil, e cada qual não deixando de lhe imprimir determinadas particularidades. "Na região do Sul", informa o Anuário Brasil", predominam os declarados brancos; nas do Este e do Nordeste constituem a maioria da população, sendo entretanto, pouco menor o número de pretos e de pardos; na região do Norte a maioria é de pardos e pretos. Os amarelos estão localizados na região Sul, e principalmente no Estado de S. Paulo".

Agricolamente, merecem interêsse os chamados "núcleos coloniais" constituídos pela "reunião de lotes de terrenos medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais", núcleos êstes que, frequentemente, correspondem a grupos populacionais de proveniência estrangeira. Em 1946 a população estrangeira dos núcleos compreendia gente de 22 nacionalidades, com predomínio de polacos e alemães. Muitos dêstes núcleos especializam-se em determinadas produções, como acontece aos italianos com a vinha, aos japoneses e portugueses com a horticultura, etc. Durante a minha estadia em Minas Gerais, o Secretário da Agricultura dignou-se expôr-me que projetava organizar dois núcleos coloniais: um, a constituir por italianos, e que se dedicaria à triti-cultura, outro, a formar por compatriotas nossos, e que se ocuparia de fruticultura das regiões temperadas.

Em suma: também no aspecto humano — mau grado a tendência para o fenômeno demográfico a que poderemos chamar o "abrasileiramento" — a pluralidade é a regra.

Falemos, por fim, em rapidíssima referência da estrutura agrária do país, empregada a expressão no significado sociológico. Apenas para dizer que, aqui também há variantes e que o regime clássico, herança dos tempos coloniais, da grande propriedade, com marcada diferenciação entre patrões e trabalhadores, vai cedendo o passo a uma estrutura mais complexa. Permitir-me-ei ilustrar o acêrto com trechos da citada conferência do Ministro Daniel de Carvalho em que a questão é apresentada numa síntese luminosa: "Não existe no Brasil uma estrutura agrária homogênea, que constitua extensão contínua, mas um mosaico de estruturas regionais, que forma arquipélagos econômicos, com as suas características e seus problemas peculiares. O sistema colonial da grande fazenda de plantação de cana, fumo, café e outros artigos de exportação, e dos pequenos sítios de produção para consumo, vai cedendo lugar a dois tipos de fazenda: a grande, com meeiros e assalariados, e a pequena, em que trabalha a família do dono.

Em todo o Brasil, o sistema sucessoral vai partilhando as grandes extensões de terras entre os herdeiros do antigo senhor, a ponto de, em certas regiões, já aparecer o problema do minimifundio, da micro-propriedade, insuficiente para exploração econômica.

O regime de acesso à terra pela legitimação das posses com cultura e morada habitual, e venda, à vista ou a prazo, de lotes demarcados aos que os quizessem cultivar, deu ao Sul do País fisionomia própria de região de pequenas propriedades, de onde vão desaparecendo os latifundios. Somente no Paraná ainda existem extensões consideráveis de terras devolutas que estão sendo, todavia, ocupadas por duas ondas de pioneiros: uma, que entra pelo Norte, em busca de terras de café, e outra pelo Sul, de riograndenses, os quais fazem em torno da casa culturas de cereais e batata.

Em São Paulo, vai-se processando, também, o parcelamento das grandes fazendas, coexistindo os dois tipos de exploração: a fazenda de plantação, com as suas colônias de assalariados, e a fazenda cultivada por uma família, assistida raramente por mão-de-obra estranha. O mesmo fenômeno se observa por toda a extensão da zona povoada do litoral. Minas Gerais possue larga área de pequena e média propriedade, na Mata, no Sul e no centro, terrenos e matas devolutas a leste, e áreas de grandes fazendas de criar no Oeste e no Norte.

As grandes fazendas de criar ou de indústria extractiva vegetal, as largas extensões de terras devolutas, onde a unidade légua ainda é a regra, encontram-se no Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Sertão da Bahia. Em Goiás, terra clássica do latifundio, trava-se, nesta oportunidade, a batalha do povoamento, com a medição e o loteamento das terras públicas e particulares para a colonização nacional e estrangeira".

Da conjugação das zonas fito-geográficas com as agro-econômicas, resulta a divisão do país em 5 regiões: Norte, com 3 sub-regiões, Nordeste, com 4, Leste, com 4, Sul com 5, Centro-Oeste, com 3. Ao todo, 5 regiões e 19 sub-regiões. Ser-me-ia impossível tentar sequer a descrição dêstes territórios.

Imenso como poucos, multiforme como raros, misterioso ainda, no seu potencial latente, como nenhum outro — o País Brasileiro, o Brasil Rural, não é, em suma, susceptível de ser conhecido, mesmo superficialmente, na curta espaço da visita que lhe fez, êste mal apetrechado agrônomo lusitano.

Recordareis, todavia, que não apontei, como objeto da minha observação, a agricultura brasileira, mas sim a agronomia brasileira. A que propósito, portanto, terá vindo esta descrição que, embora a traços largos, apenas em grosseiro esbôço, eu tentei fazer da Agricultura Brasileira?

E' que, como é aliás de recomendar, a organização dos serviços agronômicos acompanha de perto, nas características técnicas e nos programas especiais, a diferenciação agrícola do território. Mostrar, por consequência, a extensão e a complexidade da estrutura agrária do país, corresponde, implicitamente, a revelar a extensão e a complexidade da organização agronômica, no tríplice aspecto do ensino, da investigação e do fomento.

Os serviços agronômicos, em resultado da organização política federativa, apresentam-se em dois escalões paralelos: os Serviços Federais, dependentes do Govêrno Central e pertencentes ao Ministério da Agricultura, e os Serviços Estaduais, dependentes dos Governos dos Estados e pertencentes às Secretarias de Agricultura. A organização federal estende-se a todo o país, com amplidão crescente, e apresenta, em geral, maior importância do que a organização estadual, talvez com a única exceção do Estado. Não tive oportunidade de conhecer, senão de leve, as organizações estaduais. Por isso me

vou referir aos Serviços do Ministério da Agricultura, de quem fui convidado, e com cujos técnicos convivi mais de perto. Em artigos na imprensa portuguesa prestei uma informação ligeira a êste respeito e não será ainda desta vez que se me proporciona o ensejo de tratar o assunto com apropriado desenvolvimento.

O Ministério da Agricultura compreende quatro serviços técnicos com categoria similar à das nossas Direcções Gerais: três Departamentos (respectivamente das produções Animal, Vegetal e Mineral, êste ocupando-se da indústria extractiva mineral e não das indústrias transformadoras) e o chamado C.N.E.P.A., "Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas", o qual agrupa os organismos federais que se dedicam ao ensino e à investigação. E' uma orgânica similar à que existiu entre nós no tempo da Direção Geral do Ensino e Fomento e que, por minha parte, e após a lição da experiência, me obstino a considerar a mais lógica e eficiente. O C.N.E.P.A., por sua vez, subdivide-se em dois grandes organismos: o "Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas" e a "Super-Intendência do Ensino Agrícola e Veterinário". Do Serviço Nacional dependem nove Institutos especialiszados quer regionalmente, quer em dado ramo científico: Instituto de Ecologia e Experimentação; Id. de Química Agrícola; Id. de Óleos; Id. de Fermentação; Institutos Agronômicos do Norte, do Nordeste, do Leste, do Sul, do Oeste.

Do Instituto de Ecologia e Experimentação dependem 5 Estações Experimentais Regionais. Do Instituto de Fermentação dependem 3 Estações e 12 Sub-Estações de Ecologia, bem como 12 Postos de Análises de Vinhos. Do Instituto Agronômico do Norte dependem 2 Estações e 4 Sub-Estações Experimentais Regionais, bem como a Escola de Agronomia da Amazonia. Do Instituto do Nordeste dependem: 1 Estação Experimental e 1 Sub-Estação

Do Instituto do Leste dependem 2 Estações e 1 Têxteis, 1 Laboratório de Fibras, 1 Estação Experimental de Cana de Açúcar e 1 de Fruticultura.
Regional, 3 Estações Experimentais de Plantas
Sub-Estação Experimentais Regionais.

Ao Instituto do Sul, pertencem 5 Estações Experimentais Regionais e 1 Escola de Agronomia.

Instituto do Oeste compreende 4 Estações e outras tantas Sub-Estações Regionais.

Da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário dependdem as Escolas Profissionais Agrícolas dos vários graus, desde os Aprendizados Agrícolas, que formam capatazes, passando pelas Escolas Agro-Técnicas, equivalentes às nossas de regentes agrícolas, até às Escolas de Agronomia e Veterinária, aquelas em número de 14. Com organização especial, e ampla autonomia, funciona a jovem mas já famosa Universidade Rural a que pertencem: A Escola Nacional de Agronomia; a Escola Nacional de Veterinária e os Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

Em face da variedade ecológica e agro-econômica, fácil é de compreender quanto devem ser profundamente diversos os problemas de cujo estudo ficam incumbidos os estabelecimentos mencionados. Bastará confrontar o Instituto Agronômico, incumbidos os estabelecimentos mencionados. Bas fácil é de compreender quanto devem ser profundamente diversos os problemas de cujo estudo ficam
tará confrontar o Instituto Agronômico do Norde
fomento do trigo e aveia, batata, cebola, linho, olite com a do Sul, êste ocupado em investigações e vicultura, fruticultura de países temperados, e zootecnia de raças inglesas e holandesas de bovinos e ovinos; aquele dedicado às plantas texteis da flora tropical, a cana de açúcar e a fruticultura das plantas tropicais e sub-tropicais.
campo de actuação e, dentro dêste, a mais acentua-

Lícito é, portanto, dizer, sem mais exame, que a agronomia brasileira apresenta incomensurável da multiplicidade de problemas especializados. Imensidade e diversidade capazes de desafiar a peraptos do que eu e que dispuzessem de tempo mais sistência, a argúcia e o saber de profissionais mais sessenta dias.
ta superior aos meus escassos, e hoje já saudosos,

Por tudo isto, creio que estará amplissimamente justificado o título de "visão sumária e incompleta dum agrónomo português acerca da agronomia brasileira" que, não por falsa modéstia, mas por estrito amor à verdade, dei a esta [illegible].

E' tempo, porém, mais do que tempo, de exprimir, em breves palavras, os resultados dessa visão sumária e incompleta.

Do vasto território do País, e do muito e diverso que nele há para ver com interêsse agronômico, pouco tive, afinal, oportunidade de visitar. Eis um breve relato das minhas digressões.

Durante a permanência na Capital Federal, tomei contacto com os serviços do Ministério da Agricultura, visitei as escolas primárias rurais, a Universidade Rural e o Serviço Nacional de Pesquizas Agronômicas, o Parque de Itatiaia, com o seu inconfundível ambiente florestal, o Instituto de Nutrição, o Instituto de Tecnologia, a Caixa de Crédito Cooperativo e a Sociedade Nacional de Agricultura, onde tive a honra de proferir uma conferência sôbre a economia do trigo em Portugal.

Do Rio, em avião, viajei para Pelotas, e ali visitei o Instituto Agronômico do Sul, a Escola de Agricultura Eliseu Maciel, a mais antiga do Brasil, uma escola agro-técnica, duas estações experimentais: uma de fruticultura das regiões temperadas e outra de horticultura, um grupo de pavilhões de exposições e concursos pecuários, algumas granjas de criação de gado bovino e ovino e de produção de arroz, trigo e linho.

De Pelotas segui de comboio para Bagé, onde estive na Estação Fito-Técnica de Fronteira, organismo que se consagra ao melhoramento do trigo, milho e linho, com resultados já difundidos na grande cultura, e cujo genetista principal é o Dr. Iwar Beckman, cientista sueco procedente de Swaloff. Próximo a Bagé, proporcionou-se-me ensejo de percorrer o núcleo colonial do Rio Negro, constituído por solos férteis e onde se instalaram dezenas de famílias alemãs que exploram as suas glebas em regime de estrita empresa familiar, porém, uma empresa familiar diferente da que conhecemos, porquanto visa à comercialização das colheitas e, no aspecto técnico, se caracteriza pela integral mecanização.

Da Estação de Fronteira segui para a cidade de Bagé e daí, em avião, para Porto Alegre, capital do progressivo Estado do Rio Grande do Sul. Dessa cidade, ou irradiando a partir dela, visitei a Sociedade de Agronomia, orgão de classe dos agrônomos do Rio Grande, a Escola de Agronomia e Veterinária, a Estação de Sanidade e Profilaxia Animal, o Serviço de Fomento do Ministério da Agricultura, uma Estação Arrozeira, e, por fim, na região de Caxias, o maior centro de produção viti-vinícola, onde pude ver os respectivos vinhedos e as correspondentes adegas, aqueles do tipo de "latada baixa" que aparece na Madeira e também na transição da região do vinho verde para a do Vinho do Porto, e estas, as Adegas, grandes organizações centralizadoras da produção de inúmeros viticulto-

res, submetidas (as principais pelo menos) à direção técnica quer de italianos quer de portugueses.

De Porto Alegre, o avião conduziu-me à famosa capital bandeirante, a progressiva e dinâmica cidade de São Paulo, de fama universal. Aí, ou a partir daí, viajando em excelentes combois elétricos, visitei o célebre Instituto Agronômico de Campinas, sem dúvida o mais prestigioso centro de investigação agronômica do país; a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba; o Serviço de Economia Rural da Secretaria de Agricultura; o Serviço de Fomento do Ministério da Agricultura; o Instituto Biológico, consagrado à pesquiza nos ramos da biologia com interêsse agrícola e compreendendo duas secções: produção animal e produção vegetal; a Sociedade Rural Brasileira, organismo associativo dos grandes produtores de café e algodão. Embora apressadamente, percorri também algumas fazendas de café, e a planície de Santos, principal produtora de banana.

De regresso ao Rio, e depois de ter realizado uma série de conferências no Ministério da Agricultura, fui a Belo Horizonte, a mais jovem capital do país, pois conta apenas 51 anos, espaço de tempo em que, de zero, ascendeu a 300.000 habitantes. Ali visitei o Sêrviço de Fomento do Ministério da Agricultura, o respectivo Parque de Material Agrícola, um dos Postos de Fomento Agro-Pecuário que o Ministério está espalhando pelo País como guardas avançadas do progresso técnico, e algumas fazendas produtoras de trigo.

E eis tudo; de nada mais pude tomar conhecimento. No dia seguinte ao regresso de Belo Horizonte ao Rio, embarcava num dos Constelations da Panair do Brasil e 19 horas depois aterrava no Aeroporto da Portela.

A relação das visitas poderá parecer extensa a quem não estiver informado do muito mais que faltou ver. Por mim direi apenas que, a par de recordações imperecíveis, trago dos contactos que mantive com a agronomia brasileira o desejo intenso de que um dia chegue em que possa realmente conhecê-la, como ela merece ser conhecida. O efeito mais importante da minha breve digressão foi, muito singelamente, o de... me abrir o apetite.

Não quero, todavia, terminar sem exprimir, num juizo rápido, a minha opinião sôbre o que vi, compreendi e senti.

Terei que ser breve. Muitos dos organismos e serviços visitados dariam, êles sós, matéria para uma conferência. Tal seria o caso das Escolas primárias Rurais, da Universidade Rural, do Instituto Agronômico do Sul, da Estação Fito-Técnica de Fronteira, da Região de Caxias, do Instituto Agronômico de Campinas, do Instituto Biológico de São Paulo, do Serviço de Fomento Agrícola de Minas Gerais, etc.

Hoje, porém, já o disse, terei que ser breve, porque longa vai já a duração desta conferência.

A Agronomia Brasileira com que contactei foi, obviamente, a agronomia oficial — ou seja a que representa a alavanca do Estado nos seus esforços em prol do progresso agrícola.

Ao apreciar a sua ação, importa em primeiro lugar, saber se obedece a um programa, e se é êste completo, lógico e coerente; em segundo lugar, ver até que ponto tal grograma está a ser cumprido.

Que existe um programa, logo de início o compreendi ao verificar que todos me falavam dos mesmos grandes problemas e que a todos, com aquele tom uníssono que denota a existência de aspirações comuns a todos interessavam por igual que determinadas questões se equacionassem e solucionassem por determinadas maneiras.

A orientação do Ministério da Agricultura, tal como a definiu o seu atual titular, consubstancia-se nos seguintes pontos e ninguém negará que, na sua harmonia e na sua sequência, êles não formem um autêntico programa:

"1º — vencer o caráter anárquico do individualismo, os excessos da doutrina do "laissez faire", o conceito quiritário da propriedade, por meio de medidas destinadas a orientar os lavradores; concentrar, tanto quanto possível, as plantações nas áreas de maior produtividade; facilitar e conciliar a exploração das terras com a conservação do solo; assegurar o acesso à terra aos que a queiram trabalhar;

2.º) — ampliar as investigações, pesquizas e experiências científicas sôbre a biologia de plantas e animais, métodos de lavoura e criação, economia e engenharia rural, de modo a conseguir aumentar e melhorar rapidamente a produção pelos processos mais modernos (inseminação artificial, milho híbrido, trigo irrigado, etc.);

3.º — instruir o agricultor e sua família, melhorar os seus processos de produção, guiá-lo constantemente e levá-lo às práticas de conservação do solo, por meio de Postos Agro-Pecuários, das visitas de agrónomos e veterinários, das Semanas do Fazendeiros e dos campos de cooperação em suas próprias fazendas;

4.º — trabalhar assídua e persistentemente, por meio dos serviços do Ministério e especialmente do, Serviço de Informação Agrícola, com suas publicações e programas radiofônicos, para a educação das massas rurais, implantando nelas o espírito de economia, a confiança na técnica, na solidariedade e na cooperação;

5.º — refrear, senão estancar, o ciclo da agricultura nómada na busca constante de terras virgens, substituindo-a pela agricultura permanente

6.º — deter nas fazendas os operários, dando-lhes vivenda higiênica e melhor salário, alem de escola, assistência médica e diversões;

7.º — transformar as colônias nacionais existentes em vários Estados em núcleos de fixação de pequenos proprietários rurais, e animar a fundação de outras colônias para a substituição da indústria extractiva;

8.º — importar tractores e seus implementos, animar a indústria nacional de máquinas agrícolas e manter os centros de treinamento de pessoal habilitado para manejar, consertar e reparar a máquina em oficinas para isso montadas."

Ninguém poderá contestar, ao ler estas linhas, que o Ministro que as escreveu, e o Ministério onde se elaboraram, não estejam a par da realidade agrícola do seu país e dispostos a enfrentar, embora sem radicalismos, os verdadeiros problemas que esta comporta, e não apenas como tantas vezes sucede; os falsos problemas adrede avolumados para esconder os autênticos.

Como se está a cumprir êste rograma?

Quanto ao espírito que anima os seus realizadores, direi que com a mais alacre confiança no futuro e com a mais diligente atividade; a fase atual, aquela que pude observar, é precisamente uma fase de eclosão, de fundação e ampliação da instituições, de início de novos estudos, de aparelhamento ou reaparelhamento de laboratórios, uma fase em que o observador surpreende, em plena pujança, o esfôrço criador, e apreende quanto há de verdade na apreciação de Zweig de que "em completo contraste com o que se dava anteriormente, a hora tem aqui mais minutos do que na Europa".

Quanto à competência da classe agronômica, pareceu-me elevada, sobretudo por parte dos jovens

técnicos que trabalham nos serviços de investigação. Todos os agrônomos do Ministério, após certo tempo de serviço, são obrigados a frequentar na Universidade Rural, durante 10 meses, um curso de especialização e aperfeiçoamento. Até à data funcionam os seguintes cursos: **biologia, fito-sanidade,** cafeicultura, plantas texteis, silvicultura, ecologia, enologia, quimica agrícola, inspeção de produtos agrícolas, fomento agrícola, caça e pesca, zootecnia, economia rural e educação rural.

Muitos dos agrônomos, entre os que revelaram maiores aptidões, completaram a especialização em Universidades e Centros Científicos estrangeiros, quase sempre dos Estados Unidos.

Não é de surpreender, assim, que nos Laboratórios e demais instituições de pesquiza se encontrem técnicos altamente especializados, vivendo profunda e devotadamente o seu problema particular e revelando, dele o conhecimento mais intimo e circunstanciado.

Foi assim que, — apenas para dar um exemplo — fui encontrar, no Instituto Biológico de São Paulo, um pequeno, mas bem apetrechado laboratório, onde dois técnicos se consagravam exclusivamente às doenças dos Citrus e saí de lá convicto de que o tempo não lhes sobrava para lazares e a vida toda não lhes bastaria para atingir, na matéria, a suprema ciência.

Como, porém, a especialização se sobrepõe a um curso geral um tanto enciclopédico — acontece que os especialistas brasileiros não são daquela espécie, assás antipática, dos especialistas exclusivistas, cuja cultura restrita assenta sôbre um extrato de conhecimentos pouco mais que primários. Possuem, pelo contrário, boa cultura geral agronômica e revelam interêsse por tudo quanto respeite à profissão. Numa conferência que realizei na Estação Fito-Técnica de Fronteira e que versou sôbre assunto de minha especialidade, verifiquei quanto o árido tema que escolhera, "Contabilização dos resultados da produção agrícola", despertara interêsse nos auditores, todos genetistas ou fito melhoradores, e os levava a formularem perguntas judiciosas e a levantarem dúvidas pertinentes. O Diretor do Laboratorio de que falei como ocupando-se das doenças dos citrus — especialista que é, de grande renome — é também um agrônomo de vasta cultura profissional e um espírito aberto a todas as actividades mentais; tive o prazer de conversar com êle, pela primeira vez no seu laboratório e pela segunda vez em casa da grande poetisa Cecília Meireles, e fiquei a conhecer duas facêtas distintas da sua personalidade.

Outra característica dos agrônomos brasileiros que me feriu a atenção, é a tendência para conviver com o agricultor, e para aprender com ele antes de o querer ensinar. Na pequena cidade de Pelotas, onde vivi dias inolvidáveis, e que é simultaneamente um centro de concentração agronômica invulgarmente densa e a capital duma progressiva região agro-pecuária, sente-se no ar, respira-se por assim dizer, essa inter penetração do agrônomo com o agricultor, sem a qual a ciência agronômica é ocupação de diletantes e a atividade rural tarefa de rotina.

As atividades agronômicas podem distribuir-se por três sectores:

1 — Ensino
2 — Investigação
3 — Fomento

No *ensino*, ensino, além das Escolas Primárias Rurais, que não estão, aliás, entregues a agrônomos e que me deixaram entusiasmado pelo seu carácter de autêntica ruralidade e pela sua pedagogia estruturalmente democrática, há a considerar três graus. Visitei apenas uma Escola Secundária, a "Escola Agro-Técnica Visconde da Graça" e encontrei-a bem dotada, com área considerável em cultura e um excelente parque avícola; nela fui encontrar, outrossim, uma lição viva, palpável, de como deve ser a educação numa nação moderna: a educação que não reprime nem constrange, antes anima e liberta; a educação para quem os alunos não são autómatos moldáveis à vontade do professor, mas criaturas vivas e conscientes que como tal devem ser respeitadas e aproveitadas. Quanto ao ensino superior, tenho que me contentar em remeter os meus auditores para os artigos que escrevi no Diário de Lisboa acerca da Universidade Rural, ou então pedir-lhes que esperem por outra oportunidade que se me apresente de tratar do assunto. A Organização dos cursos afigura-se-me um tanto antiquada e, além disso, pelo que ouvi dizer, nem todas as Escolas de Agronomia são de igual nivel — o que, se tem a inapreciavel vantagem de criar emulação, tem o inconveniente de dificultar a homogeneidade dos quadros técnicos.

As três únicas escolas que visitei — a da U. Rural, a de Piracicaba, a de Pelotas e a de Porto Alegre — pareceram-me, aliás, de elevado nivel, embora as duas últimas disponham de apetrechamento modesto, sobretudo quando comparado com a quasi sumptuosidade da primeira.

Quanto à *investigação*, algo disse já a seu respeito. Tanto quanto pude observar, afigura-se-me que os ramos que têm merecido mais atenção, quer no sentido da formação de especialistas, quer na da concessão de verbas e apetrechamento de laboratórios, têm sido os seguintes: fito-patologia, genética, entomologia e pedologia. Numa atividade conjugada de genetistas e fito-patologistas, vi o interêsse de muitos serviços concentrado neste importantissimo setor agronômico que é a imunologia vegetal. Quanto aos pedologistas, além do levantamento de cartas de solos, notei que se ocupavam em medir a resistência à erosão dos vários tipos de solos cultivados com as plantas mais correntes, e notei que o problema da conservação da fertilidade era para êles o fundamental.

Dada a premência com que são sentidos no Brasil os problemas da intensificação e melhor organização da agricultura, não é muito de admirar que hoje a preocupação de extrair, tão depressa quanto possivel, resultados práticos da atividade investigadora. Como exemplos, citarei o que vi passar-se com a questão do milho híbrido que, menos de 10 anos depois de entrar em estudo no Instituto de Campinas, se encontra na fase da distribuição em grande escala de semente à lavoura; com a questão dos trigos precoces e resistentes à alforra, criados por seleções e hibridação de variedades regionais com italianas, e graças aos quais se tornou possivel e rendosa a triticultura na zona de Bagé, onde até então, se não era de todo impossível, se apresentava pelo menos como muito aleatória; com a questão do algodão, cuja semente, em São Paulo, é já hoje, *na totalidade*, fornecida à lavoura pelos Serviços Oficiais, com as inerentes garantias; com a inseminação artificial, hoje inteiramente generalizada, e graças à qual se assiste à rápida melhoria da pecuária nacional.

Não desejo, todavia, que se julgue que me apresento, em face da atividade agronômica brasileira, como um admirador incondicional, por completo desprovido de espírito critico.

Eis um gênero de homenagem que, creio bem, não seria o mais apreciado da parte dos nossos colegas do Brasil. Foi assim que, para apontar uma deficiência, direi que a actividade investigadora no setor da Economia Agrária é ainda muito reduzida;

apenas no Serviço de Economia Rural da Secretaria de Agricultura de São Paulo, encontrei uma secção onde quatro jovens e distintos agrônomos se dedicavam a pesquisas de índole econômica, tendo entre mãos, à data da minha visita, o cálculo do custo de produção do algodão, arroz, batata, feijão, milho e uva.

Aproveitei, por sinal, o ensejo para, depois de inteirado dos trabalhos em curso, expôr, por minha vez, a atividade portuguesa no mesmo setor, e em particular o inquérito ao custo de producão do trigo a que está procedendo a Federação dos Produtores do Trigo.

Desta troca de impressões, realizada no espírito da melhor fraternidade profissional, provieram, segundo me pareceu, muitos benefícios.

Digamos, por último, alguma coisa sôbre o *fomento*. Em todas as capitais do Estado, o Ministério da Agricultura mantém um "Serviço de Fomento". Consiste, essencialmente, numa Repartição Central, num Parque de Inspeção e reparação de material agrícola, em numerosos Postos de Fomento Agro-Pecuário dirigidos por agrônomos e dessiminados pelo território dos Estados, e numa multiplicidade de chamados "campos de cooperação" adiante descritos. Dêstes Serviços, o que me pareceu mais completo foi o de Belo Horizonte e direi acêrca dele duas palavras.

Compreende, na cidade, os seguintes departamentos: escritórios, oficina mecânica e laboratório de análises e tratamento de sementes. A oficina mecânica executa toda a especie de trabalhos: retificação, soldagem, pintura, reforma de baterias, bate-chapas, etc.; é considerada como das mais completas que existem em Minas Gerais.

Uma das suas mais notáveis atividades é o aproveitamento de coisas tidas como perdidas ou imprestáveis; com material abandonado como sucata pelo Exército, a oficina construiu viaturas inteiramente novas, trabalho êste que pude ver em curso.

O laboratório de sementes afigurou-se-me muito completo. Nenhuma semente é distribuida sem prévia análise. Desde que se lhe reconheça valor cultural superior a 70%, é submetida à limpeza e classificação em peneiras mecânicas, embalada em sacaria própria e rigorosamente expurgada.

No campo, espalhados pela vasta área do Estado, o Serviço compreende 13 Postos Agro-Pecuários, onde os agrônomos fazem vida exclusiva de campo, habitando aliás, moradias confortáveis; dois campos permanentes de fruticultura, três campos de multiplicação de sementes e quatro oficinas de despolpamento de café.

A atividade que, todavia, se considera como assumindo maior repercussão econômica e mais influência para aumentar e melhorar a produção é a conhecida pela designação de "cooperação com o produtor agrícola". Dou a palavra ao agrônomo Jaime de Brito, Chefe do Serviço, para expor as várias modalidades da cooperação:

1º) Assistência técnica e fornecimento de insecticidas gratuitamente, empréstimos de sementes e de máquinas simples de tracção animal.

2) Destinada à produção de sementes em massa, o Serviço dá assistência técnica, empresta os conjuntos motomecanizados e a semente, e exerce fiscalização da sementeira à colheita.

3º) Destinada à prestação de serviços moto-mecanizados aos fazendeiros que os requeiram: lavoura, gradagem, sementeira e colheita, mediante o pagamento de uma taxa correspondente apenas ao preço de custo.

4º) Cooperação didática junto dos estabelecimentos escolares ou de assistência técnica, onde sementes, insecticidas, fungicidas e adubos são cedidos gratuitamente, e as máquinas e ferramentas são emprestadas.

E Jaime de Brito concluiu assim: "Na cooperação agrícola, o produtor dispõe, na sua própria fazenda, de uma verdadeira escola de aprendizagem ligeira, prática e eficiente, onde aprende a conhecer a terra para a cultura que desejar fazer; onde vê a máquina própria para cada operação, aprendendo a manejá-la; onde é instruido na defesa do solo; nos amanhos culturais; na colheita, beneficiamento e armazenamento dos produtos, aprendendo, ainda, a fazer o registo das operações agrícolas a fim de que, no termo da cultura, possa elaborar a respectiva conta que lhe dirá do prejuizo ou do lucro havido."

No ano agrícola de 1948-49, o número de cooperação atingiu 557 correspondendo a 4.175 hectares.

E' tempo de terminar. As vozes de tantos portugueses ilustres que do Brasil têm falado, junta-se hoje a minha humilde voz. Não tratei de literatura, nem de arte, nem de ciência pura, nem de paisagem, nem da alma generosa desse grande Povo, irmão do nosso. Tratei apenas das coisas humildes da Terra-Mãe, como é próprio aliás desta Casa, onde todos sabemos que, na sua humildade, tais coisas são afinal as fundamentais. Seria caso, se fosse necessário, de invocar Cesário Verde e justificar-se de ter lovado em verso a produção frutífera nacional:

"Para algumas são prosaicos, são banais
Estes versos de fibra suculenta;
Como se a polpa que nos dessenta
Nem ao menos valesse uns madrigais."

Insisto, porém, em que é tempo de terminar E não vejo forma mais apropriada de o fazer do que esta de formular os mais sinceros votos para que a Agricultura Brasileira, sob a égide e o impulso da sua progressiva Agronomia, caminhe para dias de prosperidade e glória.

A essa Agricultura, de todo o coração, desejo que, sem demora, alcance a era pela qual sonhou o estadista João Pinheiro, essa era em que "nas pastagens cuidadas, haverá gado nédio e numeroso; nos campos cultivados, colheitas fartas e variadas; nos lares, abundância, e na abundância a alegre independência oriunda do trabalho que remunera".

Tenho dito.

MOEDA E CRÉDITO

Arthur Torres Filho

Antes de abordar a importância do crédito e suas modalidades em relação às atividades agrícolas, é interessante recordar algo sôbre o comércio nas sociedades antigas, a instituiçã da moeda, origem do câmbio e do crédito em geral.

No alvorecer das sociedades antigas, o modo de satisfazer ás necessidades humanas consistia na troca de utilidades, de acôrdo com a produção e as necessidades das diferentes regiões.

Essa fórma de comércio era praticada dentro e fóra dos países. A título de curiosidade, citaremos aqui o contráto firmado entre Salomão, rei de Israel, e Hirão, rei de Tiro, mediante o qual êste monarca forneceria madeira de cédro para a construção do templo, em Jerusalém, comprometendo-se o rei israelita a dar em troca 20.000 côros de trigo, 20.000 córos de cevada, 20.000 batas de vinho e 20.000 batas de azeite. (Bíblia II livro de Crônicas, capítulo 2, verso 10).

Com êste sistema de permutas de mercadorias, os homens se supriam de tudo quanto necessitavam. Passados anos, os romanos instituiram uma determinada mercadoria com a qual os outros produtos pudessem ser trocados. Essa mercadoria tomou o nome de "moeda", e o áto da permuta — compra e venda.

Várias substâncias foram utilizadas sucessivamente, como valôr monetário, tornando-se preferidas a prata e o ouro. Vantagens diversas mativaram a escolha dos referidos metais, como a base das transações comerciais, cujo valôr servia de aferição para as outras mercadorias. Entre as vantagens que determinaram a sua preferência, poderemos enumerar as seguintes:

1º — Conterem grande valôr, dentro de pequeno peso;

2º — Oferecerem maior facilidade de transporte;

3º — Serem metais inalteráveis visto o seu valôr se conservar mais ou menos igual;

4º — Admitirem sub-divisão;

5º — Não se prestarem a falsificação;

6º — Serem produzidos em grande quantidade.

A convenção da moeda metálica deu ás sociedades modernas a possibilidades de permutas e a mobilidade das riquezas, atribuindo-se ao outro valôr privilegiado.

Com o fim de facilitar as transações comerciais, surgiu o papel-moeda, cuja missão póde ser de duas naturezas: **convertivel** e **inconvertivel.**

Papel-moeda inconvertivel é aquele que não pode ser convertido em moeda, o que se denomina — inflação.

O monopólio do papel moeda dessa natureza pertence ao Governo, cujo critério determina o limite da emissão. A circulação do papel moeda inconvertivel não necessita de cobertura ouro e o custo da emissão é insignificante: daí porque os Governos de recursos escassos se valem dêsse processo para satisfazerem os seus compromissos nacionais.

O papel moeda não possue valôr intrínseco, seu curo legal se limita ás fronteiras do país que o emite, ficando, portanto, á margem das transações internacionais.

A inflação pode determinar a depreciação da moeda, como aconteceu na Alemanha, em 1918, e na França, em 1924.

CÂMBIO

À proporção que se desenvolvem as relações comerciais entre os povos, as transações monetárias foram se complicando exigindo um sistema de pagamento que dispensasse o transporte direto da moeda. Dessa necessidade originou-se o câmbio, que não é outra cousa senão a possibilidade de efetuar pagamento, sem o perigo da remessa de moedas.

O câmbio é, pois, a troca de moeda estrangeira pela nacional, levando-se em conta a quantidade de ouro puro que uma e outra contém.

Essa troca de dinheiro de um país para outro, é feita mediante letra de cambio, a qual está sujeita, nã só á quantidade de ouro puro que contém a moeda, como também as influências políticas e sociais. Assim, o câmbio que foi instituido para facilitar as relações comerciais, degenerou em flagélo para muitos paises, porque os mais ricos tornaram-se árbitros do comércio mundial.

O CAPITAL

O capital é toda classe de riqueza que possue o produtor, como auxilio na seu trabalho de produção.

O capital pode ser fixo ou circulante. O capital fixo de um agricultor, por exemplo, consiste em terras, instalações, etc. O capital circulante é representado pela produção. De tudo isso, pode-se deduzir que o capital é um instrumento indispensável a qualquer ramo de atividade da vida moderna, pois, nenhuma potencialidade de riqueza poderá ser incorporada á econômia sem auxilio do capital. Podemos acrescentar ainda que o desenvolvimento econômico de qualquer lugar está condicionado ao capital que se passa empregar em beneficio da produção.

CREDITO

Crédito vem da palavra latina — **credere**, e significa crença ou confiança, no sentido de que o devedor salde as suas dívidas integralmente. O crédito pode ser pessoal, baseado na bôa fé e na moralidade do individuo, ou real, baseado nos bens materiais, que o indivíduo possa oferecer em garantia.

O crédito, por si mesmo, nao cria capital, de modo que o comércio que se baseia exclusivamente nele, nao é sólido.

O crédito representa, apenas, um meio hábil, pelo qual o indivíduo que nao possue grande capital, pode aumentá-lo para desenvolver a sua produção.

Qualquer estudo sôbre o crédito exige, por necessidade o metodo, a sua especificação. Assim, podemos distinguir diversos tipos especializados, como sejam Crédito Comercial, Crédito Industrial, Crédito Agrícola, etc.

"O crédito é desconfiado por natureza e tem por base uma garantia. Sua lógica é a cifra e sua fé, o sucesso".

O crédito agrícola tem por base o cultivo da terra e é de todas as modalidades a mais lenta e mais difícil, devido á demora na devalução do capital. Daí constituir objeto de estudo, em todos os paises do mundo. Sendo a garantia condição precípua na aquisição do crédito, êste se torna quase inacessível ao agricultor, que dificilmente pode oferecer a garantia requerida. Além disso, o pequeno rendimento do capital empregado na agricultura, que não pode pagar grande taxa, determina o retraimento dos Bancos, em relação aos agricultores.

Apesar das dificuldades apresentadas, não podemos passar de largo sôbre a importância dessa modalidade de crédito, na economia brasileira.

Num país agrícola como o Brasil, que tem suas principais fontes de riqueza no cultivo da terra, todo o amparo dispensado aos agricultores assuma um aspecto de extraordinária importância. Do amparo á produção, pelo financiamento em bases cômodas e compensadoras, advém inestimáveis benefícios á intensificação da lavoura e exploração nacional da agricultura.

Todos os estudiosos do assunto, são unânimes em afirmar que, a dificuldade de obtenção de recursos financeiros, para empregar a técnica moderna de produção retarda a agricultura. Por isso o problema do crédito agrícola vem preocupando os poderes públicos, desde o tempo do Império.

A primeira lei neste sentido foi de n.° 1.237, de 1864, que estabelecia o crédito hipotecário, regulamentada pelo decreto n° 3.471, de 1865; um ano depois, a de n° 1.347, de 19 de setembro de 1866, o Govêrno renovou o acôrdo com o Banco do Brasil, designando 35 mil contos á carteira hipotecária, e mois tarde, pelo governo para o pagamento de juros de 5% oo ano e a amortização das letras hipotecárias emitidas por um Banco de Crédito Real.

Essa questão tem sofrido sucessivas reformas, sem contudo, obter uma solução satisfatória, nem no Império, nem na República.

Em 1938, cuidando o Governo mais objetivamente deste importante problema, criou a carteira do crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil. Até 31 de dezembro de 1941 a carteira de crédito agrícola já havia realizado 23.097 financiamentos rurais, distribuidos entre pequenos, médios e grandes agricultores, sendo que os primeiros representam mois de 50% do total e os grandes limitam-se a 16%. A necessidade dos financiamentos para custeio de entre-safras, aconselhou subordinar a utilização do crédito a retirados mensais.

A assistência da Carteira do Crédito é efetuoda indistintamente, em todos os Estados do Brasil, obedecendo oos imperativos de ordem econômica de cada região. A disseminação dos empréstimos rurais mostrou a significatica assenção dos financiamentos, como se poderá apreciar pelo quadro a seguir:

PRODUTORES	1038/43	1044	1945	1046	1947	1948	Total
PEQUENOS							
De Cr$ 250,00 a Cr$ 5.000,00	5 370	035	1.049	686	315	490	8.851
De Cr$ 5.001,00 a Cr$ 10.000,00	7.312	2.472	2.717	1.776	618	1.010	15.005
De Cr$ 10.001,00 a Cr$ 20.000,00	10.188	3.110	3.810	2.768	900	1.561	22.346
De Cr$ 20.001,00 a Cr$ 30.000,00	6.397	2.760	3.153	1.930	458	742	15.440
	29.273	9.277	10.738	7.160	2.291	3.803	62.542
MÉDIOS							
De Cr$ 30.001,00 a Cr$ 50.000,00	7.306	3.364	4.009	2.544	649	1.039	18.911
De Cr$ 50.001,00 a Cr$ 100.000,00	8.315	4.406	5.518	3.215	043	1.505	23.902
	15.621	7.770	0.527	5.759	1.592	2.544	42.813
GRANDES							
De Cr$ 100.001,00 a Cr$ 500.000,00	7.858	5.590	7.490	4.103	1.618	2.503	29.162
Superiores a Cr$ 500.000,00	999	1.115	1.859	456	346	663	5.438
	8.857	6.705	9.340	4.550	1.964	3.166	34.600
Todos os Produtores	53.751	23.752	20.614	17.478	5.847	9.513	139.455

A cooperativa agricola é outra modalidade de crédito. A primeira cooperativa de crédito no Brasil foi fundada em 1912 pelo padre Teadoro Amstadt no Rio Grande do Sul, segundo o sistema Raiffeerisen. Propagando-se o movimento por todo o Estado, dentro em pouco, o numero de caixas rurais foi além de 50, sendo a maioria delas filiada á caixa central, em Porto Alegre.

São Paulo, Pernambuco, Paraiba, todos os demais Estados seguiram o exemplo do Rio Grande do Sul, sendo hoje muito elevado o número de cooperativas de crédito agricola.

Afirmam, todos os interessados neste setor da economia brasileira, ser a cooperativa de crédito o meio mois acertado para fazer chegarem os beneficios do crédito agricola até ás mais humildes camadas de agricultores, nos mais longinquos pontos do territorio nocional.

TORRES FILHO

Rio, 3 de outubro de 1949

CASA DA AGRICULTURA



Volta neste numero "A Lavoura" a prestar à classe rural brasileira, especialmente ao corpo social da Sociedade Nacional de Agricultura, informações sobre a construção da futura sede da instituição.

Agora que as obras tomaram notável impulso, vamos recapitular as principais fases dessa velha aspiração de quantas diretorias teem passado pela Sociedade, e que só mais de meio século após a fundação da instituição se corporifica, como veremos:

Terreno — decreto de aforamento do domínio util de uma área de 24x25, nos acrescidos de marinha da Esplanada do Castelo, sôbre a Avenida Presidente Justo, em frente ao Aéro Porto Santos Dumont (n.º 7.227, de 4-1-1945);

Contrato de aforamento do terreno — Na Delegacia do Domínio da União, em 18 de junho de 1945;

Autorização para dar o terreno em garantia hipotecária — Decreto-lei 8.591, de 8 de janeiro de 1946;

Contrato de mútuo com a Caixa Econômica Federal — Para o empréstimo de parte do numerário necessário à construção do edifício, em 24-11-1947.

O contrato com a firma construtora — assinado um pouco antes, prevê a construção de um edifício ocupando a totalidade da área referida, e composto de:

Sub-solo	132,00 m2.
Pavimento térreo, com	685,50 m2.
Sobreloja com . .	360,00 m2.
Pavimento intermediário, com	696,00 m2.
Pavimento tipo (6), com 500,00 m2)	3.000,00 m2.
Casa de máquinas e caixa de agua	138,00 m2.
TOTAL	5.011,00 m2.

Aprovado pela Diretoria o plano do edifício, foi constituida uma "comissão

de Obras", composta dos Srs. Arthur Torres Filho, Luiz Simões Lopes, Antonio de Arruda Camara, Kurt Repsold e Luiz Marques Poliano, respectivamente Presidente, 1.º Vice-Presidente, 3.º Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, incumbida de acompanhar de perto o desenvolvimento dos trabalhos de construção.

A sondagem do terreno, realizada logo após a aprovação dos projetos pela Prefeitura do Distrito Federal, foi realizada em maio de 1948 e atingiu à profundidade de 22 metros.

O lançamento da Pedra Fundamental se deu a 4 de junho do mesmo ano, ("A Lavoura", julho-agosto 1948, pg. 26), mas a obra não poude ter prosseguimento em virtude de haver a Prefeitura do Distrito Federal exigido o pagamento de Cr$ 26.205,10 a título de "licença" para a construção. Achava a Diretoria — e com razão — que esse pagamento não lhe competia — visto estarem isentos o terreno e as benfeitorias que nele fossem realizadas, do pagamento de quaisquer impostos ou taxas, quer municipais, quer federais. Apelou, sem resultado, para os poderes municipais e por fim teve de impetrar mandado de segurança, que lhe foi concedido, reconhecendo aquele direito presente e salvaguardando direitos futuros. Tendo apelado a Prefeitura, só em 7 de dezembro do ano passado teve a Sociedade confirmação da medida, pelo acordão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, registrado em 7 de dezembro de 1949.

Esse processo judicial obrigou a Diretoria a paralisar temporariamente a sua atividade, porque a construção não poderia ser efetivada sem a licença municipal e esta só poderia ser obtida se paga a "taxa" exigida, com o que não se conformava a Sociedade.

Vencido mais esse obstáculo, retomou a Comissão de Obras a sua atividade e, de acôrdo com o plano de construção, foram contratados:

a) o desaterro e nivelamento do terreno;

b) a construção do tapume e a ligação da água e da fôrça;

c) o estaqueamento; e

d) blocos de concreto armado.

Os dois primeiros serviços já se acham terminados, e o terceiro foi iniciado na última semana do mês de janeiro corrente. O último, logo após a terminação do terceiro serviço.

Compreendem estes serviços:

a) *Escavações*: Remoção de 2.163 metros cubicos de terra, pelo preço de Cr$ 64.890,00;

b) *Tapume*: em madeira, com 438 m2. por Cr$ 31.234,00;

c) *Estaqueamento*: 78 estacas com 18 metros de profundidade (Estacas Franki) Cr$ 589.482,00;

d) *Blocos de concreto armado* Cr$ 108.716,00.

Total Cr$ 794.322,00.

Após esse serviço, será feita a coleta de preços para a estrutura em cimento armado e tubulações embutidas, esperando a Diretoria que, por todo o correr de 1950, o edifício estará com a sua altura máxima atingida, e todo o serviço de alvenaria de tijolo terminado. O prazo para a construção está previsto em dois anos.

OS CLUBES 4-Hs., SUA ORGANIZAÇÃO E INFLUÊNCIA NO MEIO RURAL

ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
Engenheiro Agrônomo

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1.º — E' inegàvelmente na educação de um povo, considerada na expressão lata do vocábulo, que se alicerça a sua pujança econômica e que se firma a sua soberania. Raras, infelizmente, são as nações cujos educadores se inspiram nos fundamentos reais da complexa da felicidade humana, para se habilitarem a guiar o seu povo para essa anciada meta, pela maioria inatingida, se bem que universalmente acessível.

O princípio básico da Pedagogia é o axioma fundamental da Sociologia que ensina ser o homem ao nascer um ente indefinido, podendo tornar-se um selvagem ou um requintado expoente da civilização — a diretriz da sua evolução social é a educação. Feliz, portanto, é o povo cujos educadores sejam espiritualmente tão fortes que, vencendo os preconceitos empíricos e muitas vêzes falsos, possam, com a fôrça da sua formação filosófica, focalizar na sua origem e analisar com precisão as causas determinantes do bem estar da sua gente, delas extrair as normas educativas e que sejam ainda capazes de dar-lhes forma curricular aplicáveis a fins pedagógicos, sadios ,eficientes ,e bastante hábeis para conduzirem os homens a se amarem entre si e dignificarem o trabalho, tendo em mira induzi-los a executarem as suas tarefas com prazer e entusiasmo, afastando-os do conceito molsão de obrigatoriedade escravisante.

Os abnegados e vigilantes mestres americanos se têm esmerado por tal forma na aplicação leal dêsses princípios, que se encaminham a passos largos e seguros para realizar a almejada aliança da nobreza dos sentimentos humanos com a sabedoria dos métodos de execução das tarefas respectivas, proporcionando a todos o direito de desfrutar, em tôda a sua plenitude, da alegria de viver, essa venturosa aspiração de cada um.

A riqueza material e as disponibilidades intelectuais incomensuráveis da grande Nação Americana do Norte, ajudada poderosamente pela índole do seu povo, oriunda de uma formação social e econômica moralmente sãs, criaram um clima favorável às pesquisas sociológicas profundas e perfeitas, permitiram que êsses estudos, com base no realismo da vida, se orientasse no sentido da perfeição humana. Orientados por essa forma, conseguiram estabelecer as leis fundamentais da educação integral e tornaram possível a sua aplicação sem preconceitos, seguindo uma diretriz simplista e tão próxima quanto possível da atuação natural dos seres viros.

O êxito das suas realizações não é devido tão sòmente à inteireza dos seus métodos educacionais em si mesma, mas sobretudo por terem sido inteligente e estreitamente conjugados a parte social, que efetivamente complementa o ambiente, e de fato, em última análise, é a razão de ser de todos os seres humanos. Não poderia ser outro o caminho. A sábia natureza na sua inegualável e inexcedível perfeição, sublima-se nas suas sublimes artimanhas para lutar pela conservação da espécie, concentrando-as no atratividade dos sexos. Esta atratividade que é um fator de ordem psíquica, constitui o principal elemento a ser explorado para estimular o instruendo no sentido da produtividade, da perfeição e do bom procedimento, agindo como um verdadeiro catalizador no apuro da personalidade do homem e da mulher. Por esta razão ponderosa, meninos e meninas, moças e rapazes, devem formar as galhardas e harmoniosas equipes dos Clubes 4-Hs, quaisquer que sejam as suas atividades.

A experiência e a observação cuidadosa dos pedagogos, induzem a preconizar a adoção dêsse salutar sistema misto, pois são unânimes em considerá-lo não só benéfico como mesmo essencial ao aprimoramento dos indivíduos, que são levados por êsse estímulo natural e sadio, a se empregarem a fundo nos misteres que lhes são atribuidos, fazendo valer todos os seus atributos físicos, intelectuais e morais, para, instintivamente, realçarem-se entre os seus pares, lançando-se assim naturalmente na torrente de um entusiasmo são, que, generalizados e bem orientados, conduzem-nos insensivelmente para a desejado perfeição. Pelo exposto conclui-se tratar de uma providência que à primeira vista parece complementor apenas uma norma de ação, mas entretanto deve-se situar em primeiro plano, formando ao lado dos mais importantes, assim sendo, convém, que se a regulamente para que os seus salutares efeitos se façam sentir em tôda sua plenitude.

2.º — **Finalidade:** Os Clubes dos 4-Hs têm por finalidade básica a preparação do adolescente para uma vida futura eficiente e feliz, por esta razão, o seu programa de ação deve estribar-se em normas de ensino que envolvam os problemas tal como êles realmente se apresentam na vida comum.

A instrução deve ser conduzida de forma tal que o instruendo se habilite a sentir e a medir a sua capacidade e a sua responsabilidade. Por esta razão os temas a serem desenvolvidos devem representar fielmente os problemas da vida real, e é muito importante que a sua execução abranja, de uma maneira completa, tôdas as suas fases e se extenda à apreciação do seu custo, do seu valor econômico e a avaliação da sua repercussão no próprio ambiente rural em que é levado a efeito o trabalho.

Pelo que vai acima exposto, é necessário que a tarefa a ser executado se constitua de um motivo da vida rural ou doméstica, devendo recair sempre sôbre os assuntos de notória utilidade, e que possa ser convenientemente apreciado pelos agricultores da região.

E' importante que a escolha da natureza da tarefa seja de livre iniciativa do jovem, que o faz sempre de acôrdo com os seus pendores naturais, e que, a desenvolva pessoalmente, procurando resolver por si mesmo, tôdas as dificuldades que se apresentem, desde o começo à fase final, inclusive a venda e a apuração dos proventos, ou quando êste não for o caso, devem ser envidados meios para que sinta os efeitos da sua repercussão.

O sistema, como é óbvio ponderar, tem em vista proporcionar ao jovem oportunidade de resolver, com

os seus próprios recursos, tôdas as situações que se apresentam no decurso da execução da sua tarefa, habilitando-o não só a desenvolver a sua capacidade de iniciativa, como também a avaliar o exato valor das coisas e da sua própria capacidade.

A função do instrutor, como adiante veremos, é principalmente guiar o jovem na execução da sua tarefa e ministrar ensinamentos técnicos compreendendo os avançamentos atuais da ciência agronômica ,aplicáveis nos seus trabalhos, e por essa forma, demonstra objetivamente a sua eficiência e a razão de ser da sua preferência.

Um dos bons meios para estimular a capacidade dos jovens e a perfeição dos seus trabalhos, é permitir o seu comparecimento aos concursos e às exposições, onde terão oportunidade de demonstrar em público a sua capacidade, habilidade e inteligência. E' sem dúvida a prática frequente dêsse poderoso incentivo, que muito tem concorrido para o desenvolvimento dessa grande organização americana.

Os prêmios alcançados pelos jovens autores da obra nessas competições, influem no ânimo não só daquêle que é premiado, como também no de todos os consócios, conferindo a essa providência um elevado valor educativo.

Sendo a precípua finalidade dos clubes o preparo dos jovens para a vida real, o melhor local da execução dos trabalhos é o domicílio de cada um, ou no próprio ambiente em que vivem. Além de ser mais viável, o efeito dos métodos educacionais em causa, vão incidir diretamente sôbre o meio que se tem em mira melhorar.

O climax do efeito conseguido pelas normas pedagógicas seguidas na educação dêsses jovens chega emocionar quando percebemos que o educando sente-se enobrecido pelo trabalho que executou com perfeição, graças à sabedoria e elevação de espírito que lhe serviu de guia. Sente-se tão orgulhoso quanto um artista que cinzelasse uma obra de arte, pois êle sabe além de tudo, que essa obra prima da seu esfôrço é um fator indispensável à prosperidade sua e de sua gente, e concorrerá, na sua esfera, para o aumento da majestade de sua Pátria.

A perfeição do técnico, convém frizar, deve ser aliada à noção do custo de produção, para que o instruendo tenha idéia exata do valor do seu trabalho e dos bens de produção dos quais lançou mão.

Assim sendo, deve ser orientado no sentido de organizar fichas completas, com tôdas as despesas discriminadas, não só do valor dos produtos empregados, como também o do seu próprio trabalho. De outra forma, o instruendo poderia ser levado a conclusões errôneas e de efeito contraproducentes aos propósitos educacionais em vista.

As atividades sociais são fatores de relevante importância na educação dos jovens, e não devem ser em absoluto subestimadas, principalmente no Brasil onde a aridez da vida no interior, é a principal causa do seu repúdio por parte dos nossos homens do campo.

Os regulamentos dos Clubes 4-Hs incluem sistemática e obrigatòriamente os programas sociais recreativos para seus associados e para seus pais e amigos. Só mesmo o obtusismo dos nossos supostamente austeros educadores, desprezam êsse poderoso auxiliar da formação e deenvolvimento do espírito associativo, tão em declínio entre nós, sendo talvez uma das principais causas do desassossego em que vivemos.

A música, a dansa, o cinema, a declamação, os conferências, os passeios, as preleções, os jogos de salão, os esportes, demonstrações, devem merecer a devido atenção por parte dos responsáveis, porque, a manutenção dêsse ambiente de atração, representa, sem dúvida, o complemento que fortifica as relações

entre os homens e cimenta as suas amizades. As atividades recreativas devem, por consequencia, complementar invariavelmente tôdas as reuniões. A boa política é não perder nunca uma oportunidade para tornar o ambiente agradavel e atraente.

Os americanos dão tal importancia a êsse gênero de atividades sociais que nas suas reuniões, independentemente das suas finalidades, a menos que haja incompatibilidade absoluta, não os dispensam dos seus programas e podemos estar certos de que o êxito de suas instituições muito devem a essa salutar medida.

Considerando a importância decisiva do cooperativismo nos nossos empreendimentos agro-pecuarios e o consequente valor da sua propagação no meio agricola, não devemos desprezar esse propicio ambiente que são os Clubes 4-Hs. Dentro da sua organização, muitos seriam os seus aspectos dos quais poderiamos tirar ótimos proveitos, inclusive a sua veiculação através os filhos dos próprios fazendeiros.

A solidez do embasamento, sôbre o qual se alicerça essa admiravel organização, que são os Clubes 4-Hs, é o próprio significado das suas 4 letras, que cenharam os mais nobres sentimentos humanos à causa do bem e da prosperidade.

Os 4 Hs significam

Head — Cabeça,
Heart — Coração,
Hand — Mão,
Health — Saúde.

Não menos significativo é o juramento dos jovens iniciados:

Minha cabeça para pensar claramente,
Meu coração para a mais perfeita lealdade,
Minhas mãos para maior capacidade de trabalho;
Minha saúde para viver melhor,
Para meu Clube, minha comunidade e meu País.

Diz-se que, nos Estados Unidos, nenhuma instituição jamais alcançou a sua popularidade e sua eficiência. Calcula-se em 14.000.000 o número de americanos que já frequentaram o Clube dos 4Hs. Esta astronômica cifra representa mais ou menos 50% de tôda população rural daquele país.

A sua projeção se destaca por tal forma dentre as outras instituições que todos os gigantes da indústria, desde a General Motors até a Standard, auxiliam com recursos financeiros e dádivas, essa gigantesca fábrica de homens entusiastas do trabalho e cultores dos bons costumes.

Existem disseminados pelo território americano exatamente 80.286 Clubes 4-Hs, aos quais dão assistência gratuitamente 203.211 abnegados e diligentes instrutores e instrutoras cuja nobre função é instruir e orientar êsses 1.759.911 felizes jovens, nelas inscritos, e, que estão se preparando para viver prósperos, alegres e saudáveis.

Não exageramos se incluirmos no seu modelar currículo a função de autênticos alcaviteiros, pois as coisas são de tal forma dirigidas, que moças e rapazes são também preparados para o matrimônio que é a suprema ventura da vida e a sua exponencial finalidade.

Povo feliz êsse que sabe para onde quer ir e com tanta perfeição e carinho prepara o caminho de modo a poder prosseguir com segurança e altivez.

Os Clubes 4-Hs são dedicados por excelência aos filhos dos fazendeiros e seus auxiliares.

São, sob o ponto de vista de associação, constituidos dos mesmos principios que as suas congêneres, apenas com finalidades especializadas e a idade maxima dos seus sócios é limitada a 21 anos.

Os Clubes 4-Hs geralmente estão em estreita ligação com o agrônomo distrital do fomento, com a professora de Economia Domestica e com pessoa da localidade que tenha bastante influência entre os seus pares, que disponha de tempo e se sinta inclinada a se dedicar à organização, orientando os seus trabalhos em geral. Um detalhe importante é a personalidade de quem é por eles denominado um lider, função que seria entre nós melhor classificada como a de instrutor. Este auxiliar deve ter além da sua integração perfeita à causa, conhecimento da tecnica agricola moderna em geral e capacidade para assimilar os ensinamentos que lhes são administrados pelo proprio agente do fomento, a agente de Economia Domestica e outros técnicos quaisquer para tais misteres credenciados.

São geralmente gratuitas as funções de orientador e lider, que podem ser, e geralmente o são, entregues a fazendeiros progressistas, que também se dedicam à grande causa. Todos trabalham em intima relação com o Colégio de Agricultura do Estado que é o centro de irradiação do Fomento Agricola na grande república do Norte.

Como ficou dito em linhas atrás, o mais importante requisito educacional é a escolha pelo instrumento, e por sua própria iniciativa, de uma tarefa que êle mesmo executará durante e dentro de tempo prestabelecido, por exemplo, a engorda de um porco

ou de um boi, a criação de um animal de puro sangue para figurar em exposições nos grandes centros, criação de um lote de aves e contrôle de sua alimentação e produção de ovos, fabricação de conservas, fabricação de produtos de laticínios, costuras, ornamentação de residências, preparo de jardins, hortos, cultura de milho, trigo, forrageiras, instalações agrícolas, conservas, etc.

O instrutor orienta tècnicamente o trabalho, mas é o próprio sócio que o executa, resolve tôdas os situações que possam interferir durante o desenvolvimento do trabalho, anota todos os gastos inclusive sua mão de obra ou da equipe, quando é o caso, e finalmente, relata em minucioso relatório tôdas as fases do processamento. Êsse documento fica arquivado junto à ficha do seu autor, depois de lido e comentada em sessão plenária pelos seus pares.

Geralmente são feitas reuniões mensais na sede da instituição ou fazendas de algum sócio que tenha demonstrações interessantes a relatar. E' conveniente também para fins educacionais que, sem quebra do espírito estritamente democrático, sejam obedecidas as regras parlamentares nas suas reuniões plenárias. Esta prática dá ao rapaz ou à moça a indispensável desembaraço para as reuniões sociais em geral e noção do respeito mútuo entre os consócios.

Como exemplo de disciplina administrativa e para eficiência perfeita dos trabalhos, deve haver na época mais conveniente do ano uma sessão especial de planejamento, na qual são ordenados os trabalhos do ano. Cada sócio deverá apresentar os planos da tarefa a ser executada, mencionando sempre que possível o prazo necessário para a sua execução. Aproveita-se a oportunidade para ser eleita uma comissão encarregada de organizar e dirigir as atividades recreativas, comissão de novos sócios e outras quaisquer julgados necessárias.

Os responsáveis pela organização devem ser cautelosos em promover as recompensas pelos trabalhos feitos, premiando ou elogiando os seus autores, sem restrições, mas com justiça e sem prodigalidade, para que possam avaliar o real valor dos seus trabalhos, não esquecendo de realçar sempre o poder da sua influência no meio rural em que vivem.

Deve imperar de uma maneira absoluta o regime democrático, não havendo exceção de qualquer ordem, sem o que a instituição falhará aos seus nobres desígnios. Assim sendo, a todos serão dadas iguais oportunidades e é imperioso que prevaleça, de maneira real e insofismável, o espírito de companheirismo entre todos os sócios. Não será tolerado nenhum motivo de recalque entre os jovens. Os sócios dos 4-Hs devem ser espiritualmente sãos e incapazes de qualquer ato menos digno.

Aos instrutores, orientadores, agentes do Govêrno, cumpre o cuidado de aproveitar tôdas as oportunidades para ministrar conhecimento de ordem técnica e doméstica, social, literária, econômica, de higiene, exibição de filmes educativos e recreativos e não deixar de proporcionar aos associados o ensejo de externar os seus conhecimentos, ajudando-os e estimulando-os.

3.º — **Organização:** A organização dos clubes é simples e está ao alcance de qualquer grupo de boa vontade. As normas gerais a seguir podem ser semelhantes às que são estabelecidas para Porto Rico, e são as seguintes.

Os Clubes têm por finalidade precípua despertar o interêsse da juventude pela vida do campo, tendo em vista êsse nobre propósito, baseiam suas atividades em procurar resolver os problemas rurais, quer de ordem técnica, quer de ordem social e econômica, através a atuação objetiva dos próprios rapazes e moças de cada localidade, tendo por lema: "Educar produzindo intensivamente — trabalhar vivendo alegremente".

Requisitos para o ingresso nos Clubes 4Hs:

1.º — Qualquer menino ou menina que viva na zona rural poderá ser sócio;

2.º — Podem ou não estar matriculados em escolas;

3.º — Deve ter de 10 a 21 anos no máximo;

4.º Deve comprometer-se a apresentar um tema a ser executado depois de aprovado pelo clube e a cumprir as determinações do agente do fomento ou de quem tenha credenciais para fazê-lo;

5.º — Todo o sócio que entrar para o clube deve preencher a sua ficha e entregá-la aos agentes de Economia, se for menina, e do Fomento, se for rapaz.

Requisitos de competência para o organizador do clube:

Podem promover a organização dos clubes: o Agente do Fomento, a professor público, o padre ou uma pessoa qualquer que resida no local e que se possa credenciar junto ao Agente do Fomento.

Requisitos indispensáveis para organizar um Clube 4-Hs:

Todo clube deve ter uma matrícula de, no mínimo, 8 sócios;

Havendo deficiência numérica, os interessados deverão procurar o Agente do Fomento, a quem exporão as suas intenções e os seus problemas e podendo iniciar os seus trabalhos sob a supervisão do Agente do Fomento, não podendo entretanto se organizarem em clube antes de conseguirem a adesão no mínimo estabelecida;

Havendo já um clube organizado na comunidade, os interessados deverão procurar os seus responsáveis e expor aos mesmos os seus intento, na certeza de erem auxiliados na medida do possível;

Cada clube deverá ter um líder e um conselheiro;

Deve preparar um programa de atividade para o ano com a necessária antecedência.

Diretrizes que deverão ser seguidas para a organização de um Clube 4-Hs:

1.º — O Agente do Fomento deve estudar as condições do local escolhido. Por-se em contacto com um pequeno grupo de pessoas progressistas e de boa reputação da comunidade e explicar-lhes os objetivos dos clubes. Os agentes podem pedir ajuda aos seus supervisores se assim o desejarem ou necessitarem;

2.º — Havendo aquiescência das pessoas consultadas, o passo seguinte será o censo dos jovens de 10 a 21 anos de ambos os sexos domiciliados na região. Com a ajuda das pessoas do lugar poderá ser escolhido logo o líder que irá coordenar e orientar a organização;

3.º — Tendo em mão a lista dos rapazes e moças recenseados promoverá uma reunião para a qual serão convidados, não só os jovens, como os seus parentes e mais alguém que se possa interessar pelo assunto.

a) — Feita a reunião, deverá novamente fazer uma exposição detalhada das finalidades dos clubes da forma mais clara possível, sempre exemplificando e expondo fotografias e outros documentos que se refiram aos sucessos de outras organizações similares;

b) — Quando possível, para essas reuniões preliminares, deverão ser convidados os sócios de outros clubes da redondeza, que com sua experiência podem expor a influência do clube na sua zona e demais detalhes que possam despertar interêsse dos iniciantes presentes. Deve ser aproveitada a reunião para inscrever e iniciar o srapazes e moças presentes;

c) — Antes de terminar deve ser tomado nota dos futuros sócios e ser marcada uma nova reunião;

4.º — Havendo demonstração de aquiescência por parte dos rapazes e moços presentes ,pode o Agente induzir os sócios a começarem a trabalhar e auxiliá-los na escolha das tarefas a serem executadas.

5.º — Organize logo os fichas permanentes de matrícula

Eleição da Diretoria:

Promove-se uma reunião para eleger a Diretoria. Esta Diretoria deverá ser composta de um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, vogais e um relator.

2.º — Eleita a Diretoria deverão ser imediatamente escolhidos as datas para as reuniões subsequentes e o local para sede do clube.

3.º — O secretário deverá prover-se de um livro no qual anotará os nomes dos membros da Diretoria e de todos os sócios inscritos.

4.º — O lider deverá ser logo provido com literatura sôbre os clubes 4-Hs.

5.º — Logo que possivel o secretário deverá iniciar a organização da arquivo do clube.

Recomendações gerais:

Todo clube deve promover esforços para que as tarefas sejam iniciadas e tôdas devam terminar dentro de um ano.

Todo clube deve preparar a sua equipe de julgamento e demonstração.

Todo clube deve ter suas próprias comissões tais como: social, recreativa, de programa, de novos sócios, etc.

Cada clube organizado deevrá se reunir pela menos doze vêzes por ano.

Uma vez organizado o clube, a iniciação dos sócios deve ser feita de preferência em conjunto e sempre com solenidade, para as quais serão sempre convidadas tôdas as pessoas do lugar que se pasam interessar pelos trabalhos do clube, principalmente os pais dos sócios.

Êste tipo de associação educativo, desde que fôssem obedecidas as normas fundamentais da sua organização, seria de tremendo repercussão em certos meios agrícolas nacionais. Considerando entretanto a organização agrária da maioria das regiões do Brasil. Para não se perder tempo, deveriam ser de preferência escolhidas as zonas mais receptiveis do país, e delas se partir como centro de irradiação para as demais. Não seria fácil a sua implantação nas regiões em que predominasse o elemento assalariado, a não ser em casos especialissimos, porque o operário não disporia de recursos nem de local para que um filho seu pudesse desenvolver temas interessantes; existem entretanto imensas zonas no Brasil onde o sistema daria ótimas resultados, destacando as zonas coloniais dos diversos Estado do Sul, Espírito Santo, São Paulo e muitos do norte e nordeste onde existem zonas de pequena propriedade, algumas das quais até já superlotadas, onde o número de sócios seria por certo avultado e poderiam se beneficiar grandemente com esso salutar providência.

NOVOS PROFISSIONAIS PARA O BRASIL

(Reportagem sobre a colação de grau dos diplomandos de 1949 da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, especialmente para a "A LAVOURA")

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor Tecnico de "A LAVOURA"



Mais uma turma de profissionais especializados diplomou a Escola de Horticultura Wenceslao Bello, mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, desde 1937.

Transcrevemos a seguir, a reportagem sobre tão auspicioso acontecimento, realizado na Escola de Horticultura Wenceslao Bello, no dia 26 de Novembro de 1949.

COLAÇAO DE GRAO DOS DIPLOMANDOS DE 1949

Na mesma ocasião em que se realizou a sessao de encerramento da II Semana do Hortelao, teve lugar, na Escola de Horticultura "Wenceslao Bello" a colaçao de grao dos diplomandos de 1949.

A sessao, foi presidida pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola, que convidou para tomarem parte da mesa o Dr. Mario Vilhena, Diretor do Serviço de Informação Agricola e paraninfo dos diplomandos, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, vice-diretor da Escola, o Dr. Cincas Guimaraes, Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, a Professora D. Julieta Capanema, o Sr. Ricardo Ramalho, pai de três diplomandos, e Capitao Manuel Gaspar de Abreu Filho e o antigo aluno da Escola, fruticultor Marciano Ribeiro do Vale.

O Dr. Antonio de Arruda Camara pede que, de pe, os presentes ouçam a leitura do termo de colação de grao pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira, decano da congregação, e redigido nos seguintes termos: "A Congregaçao da Escola de Horticultura "Wenceslao Bello", fundada e mantida, com o auxilio do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil, pela Sociedade Nacional de Agricultura, — tendo em vista as aprovações alcançadas em exames finais concluidos no ano letivo de 1949, confere os diplomas de hortelao e fruticultor aos senhores: Antonio Albani, Dilson Gonçalves, Genezio Ramalho, Irandyr Holzmeister, Jaci Batista Cordeiro, Jairo Anthero dos Santos, João Borges de Alvarenga, João Pessanha de Matos, Mario Nunes Theobaldi, Paulo da Silva Ramalho, Rubem Lopes da Rocha, Sebastiao de Oliveira Castro, Talma Souza, Valdemar Paula de Araujo, Victor Cunha, Walcyr Costa e Wasny Batista, e de hortelao e floricultor

aos senhores: Antonio Viana, José da Silva Ramalho, Luiz Soares Costa e Romulo Furtado. Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", 26 de Novembro de 1949."

A seguir, o diplomando Valdemar Paula de Araujo, orador da turma, leu o seu discurso que foi muito aplaudido, seguiu-se com a palavra o Dr. Mario Vilhena, paraninfo da turma que pronunciou uma vibrante oração calorosamente aplaudida pelos presentes. O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, após ligeiras considerações procedeu a entrega de prêmios aos melhores alunos que haviam concluido o curso. O Dr. Antonio de Arruda Camara, ao encerrar a sessão, teve oportunidade de proferir de improviso, uma vibrante oração, concluiu concitando aos diplomandos que dedicassem à profissão, cérebro, braço e, sobretudo, coração.

DISCURSO DO DR. MARIO VILHENA, PARANINFO DOS DIPLOMANDOS DE 1949, DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"

Não sei como agradecer a honra e o prazer que me deram, os diplomandos de 1949 da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", escolhendo-me para seu paraninfo. Mas explico a minha escolha pelos laços de amizade que me prendem, há tantos anos, a esta casa e à Sociedade Nacional de Agricultura, mercê da afinidade de pensamento que existe entre nós, do idealismo que tem norteado a minha vida e a vida fecunda dos que vos dirigem. Quando aceitei este encargo, relembrei e salientei como a Sociedade Nacional de Agricultura me dera a mão num instante dificil de minha carreira e, agora que o destino me colocou num dos altos postos do Ministério da Agricultura, eu não poderia negar a minha participação na grande festa anual da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"; por isso, minha presença aqui vale como a manifestação pública da minha gratidão a esta casa, significa que permaneço a lado dos que têm trabalhado pelos ideais que os reuniram nesta instituição que tanto já fez pelo Brasil. Em suma, estou honrado pela escolha e ela aumenta a minha divida para com a Sociedade Nacional de Agricultura e a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Meus caros afilhados: sois 21 brasileiros de vários Estados, constituindo a maior turma de hortelões, fruticultores e floricultores desta Escola. Estudantes, trabalhastes, sonhastes muito; sei bem a ansiedade com que aguardastes estes momentos que serão sempre inesqueciveis. E, se devo dar-vos um conselho como vosso paraninfo, ele é que, ao lado das gratas recordações desta festa, não vos esqueçais nunca dos ensinamentos e, sobretudo, dos exemplos que recebestes aqui; ensinaram-vos coisas que aperfeiçoareis lá fora, no vosso trabalho de todos os dias. Mas devo advertir-vos que o mundo tentará alterar e mesmo destruir os exemplos que tivestes nesta Escola. Enquanto estudantes, vistes dedicação, desprendimento, lealdade, tenacidade — e, como técnicos, encontrareis quem vos convide para tarefas menos nobres, quem vos diga que a vitória pertence aos espertos, quem vos demonstre que se pode ganhar mais dinheiro com pouco trabalho e muita desonestidade, que se pode subir rapidamente se pormos de lado o patrimônio das nossas virtudes morais. Infelizmente, isso acontecerá a todos vós, mas vós não deveis, por isso, esquecer o espetáculo diário que acompanhastes nesta casa, em que os vossos professores vos ensinaram a bem cultivar a terra e, mais ainda, se esforçaram para fazer de vós, através do seu exemplo, cidadãos conscientes dos seus deveres para com a Pátria e a Humanidade. Sim, meus caros, vós mesmos verificareis muito breve que, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", não aprendestes apenas uma profissão honrada, mas vos preparastes, também, para resistir a todos os desvios do caminho limpo e claro que devemos seguir. Quando vos tentarem, lembrai-vos do que vistes aqui, nesta escola, dos professores que não trabalharam apenas por um ordenado e que, tantas vezes, tanto fizeram sem qualquer remuneração. Hoje mesmo se encerraram os trabalhos da 2.ª Semana do Hortelão, muitos cursos avulsos gratuitos aqui vistes serem conduzidos sem qualquer finalidade comercial e estes fatos, comuns na vida da escola, são lições tão valiosas como aquelas que recebestes nas aulas e nos trabalhos de campo. Ides voltar, portanto, para os vossos lares, levando não apenas um diploma, mas um sistema de viver que só mais tarde apreciareis. E' possivel que esse diploma não vos dê fortuna, sabemos que experiência da vida ampliará e até retificará os conhecimentos que reunistes em vosso curso — mas a formação moral que aqui tivestes essa não deverá alterar-se porque será a luz de vossas vidas, ela vos guiará com segurança, ela vos confortará e vos manterá firmes e decididos nos vossos propósitos de honra.

Sei que tendes uma profissão especializada; contudo, a situação econômica do nosso país exige que não vos mantenhais alheios aos graves problemas que ora nos preocupam, perturbando o trabalho dos agricultores e prejudicando o nosso desenvolvimento. Pragas e doenças ameaçam permanentemente os rebanhos e as lavouras, há resistência aos métodos racionais de plantar e de criar, precisamos do esforço de todos para campanhas de importância fundamental ao melhoramento das populações rurais e à recuperação da economia do Brasil, como o reflorestamento das zonas desnudas pela imprevidência de todos nós, a mecanização da lavoura, o emprego de sementes selecionadas, a boa conservação dos produtos agropecuários e sua industrialização e, acima de tudo, a restauração da fertilidade da terra, base de todas as nossas atividades, porque o solo sempre será o maior patrimônio físico de uma nação. Eis porque vos conclamo a honhardes o título de diplomados pela escola de Horticultura "Wenceslão Bello", participando ativamente desta cruzada de salvação do Brasil, através a racionalização da sua agricultura. Com isso, peço apenas o cumprimento do vosso maior dever, que é cooperar com aqueles que trabalham pelo Brasil.

Começais vossa vida profissional num mundo intranquilo, insatisfeito, num mundo nunca tão governado pela ambição, pela falta de compreensão, num mundo em que os homens não confiam mais uns nos outros, num mundo em que as coisas simples e agradáveis foram substituidas pelo gozo fácil, pelo materialismo, pelo turbilhão das cidades destruindo a paz de espírito e a pureza de sentimentos. Sonhais com o trabalho digno e vos dirão que o estilo é dos mais ageis nos golpes; pensais, sem duvida, até em vos sacrificar para que o Brasil seja o grande vitorioso e vos convidarão para as tarefas de destruição do que o nosso país possui de melhor, que são as suas tradições de povo bom e simples, de um povo que crê em Deus e crê na familia. Mas vós tereis de resistir a essa onda, vós mantereis fidelidade aos principios que aqui recebestes. Só assim retribuireis o esforço dos vossos mestres, só assim retribuireis o esforço dos vossos mestres, só assim mantereis intacta a honra e a alegria que me destes, escolhendo-me para paraninfar a vossa formatura, só assim merecereis viver nesta grande terra, que é o Brasil.

DISCURSO DO SR. VALDEMAR PAULA DE ARAUJO, ORADOR DOS DIPLOMANDOS DE 1949 DA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO"

Cabe-me, neste momento tão festivo para todos nós, dizer algumas palavras de despedida em nome da turma do diplomandos de 1949. A solenidade de hoje representa o nosso último convívio como estudantes da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Levaremos em nossos corações a saudade daqueles que aqui ficam — nossos bons amigos e colegas do estudo. Levaremos ainda a saudade dos nossos bons e estimados amigos, o paraninfo da turma, o diretor e professores da Escola de Horticultura Wenceslão Bello" e os diretores da Sociedade Na-

cional de Agricultura e da Fundação Getulio Vargas. Do nosso estimado paraninfo guardaremos o exemplo de seu dinamismo, interesse e boa vontade para bem servir ao homem do campo. Não foi outra a razão de sua escolha para nosso padrinho. Nunca deixamos de ser atendidos quando a ele recorríamos no Serviço de Informação Agrícola, solicitando colaboração para o nosso glorioso Clube Agrícola Miguel Calmon, e o que sempre aconteceu conosco, estamos certos, acontece também com todos os que se dirigem ao Serviço de Informação Agrícola.

Sentimo-nos orgulhosos, Dr. Mario Vilhena, pelo fato de terdes aceito o nosso convite para paraninfar a nossa colação de grão.

Do Dr. Antonio de Arruda Camara, nosso querido Diretor, levaremos saudades infinitas e o exemplo de um homem que sempre procurou ser para nós, acima de diretor, um bom conselheiro. O Dr. Arruda Camara, sempre nos momentos mais difíceis, teve para nós uma palavra de estímulo e um bom conselho.

Dos professores, esses nossos estimados e dedicados mestres aos quais devemos uma sólida formação profissional, guardaremos a recordação das sábias lições que aqui nos ministraram e a lembrança de que eles, ao nosso preparo profissional, sempre dedicaram o máximo esforço e interesse.

Aos nossos companheiros de Escola, aqueles que aqui ainda ficam, lembramos que, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" merece de todos nós o máximo respeito e dedicação.

Embora separados, levando às mais variadas regiões do país, o concurso da horticultura racional que aqui aprendemos a praticar, os componentes da turma de 1949 não esquecerão os dois anos de convívio agradavel que aqui tiveram, estarão sempre prontos a, na mais perfeita conjugação de idéias, engrandecerem o solo pátrio, solo que aqui aprenderam a amar e cultivar.

À Sociedade Nacional de Agricultura que tantos e tão relevantes serviços tem prestado à agricultura nacional e à Fundação Getúlio Vargas que com tanto carinho vem auxiliando a Escola, a nossa perene gratidão e a certeza de que jamais esqueceremos os nomes gloriosos de tão úteis e beneméritas instituições.

Que o nosso Clube Agrícola continue a sua brilhante trajetória cheia de edificantes empreendimentos, são os votos que sinceramente formulamos. Que a nossa gloriosa Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", que sempre foi a continuação de nossos próprios lares continue a grande obra meritória que vem realizando, mercê a dedicação de todos os que aqui trabalham, são os votos que neste momento de despedida comovidamente formulamos.

Ela permanecerá sempre em nossos corações.

Sejamos, pois, colegas, bons profissionais, para honrarmos o nome da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", para honrarmos as magníficas aulas que os nossos professores nos proporcionaram sempre com paciência, interesse e dedicação.

Felicidades para os que aqui ficam. Muitas saudades dos que daqui se afastam hoje para semenrem pelo nosso Brasil, os sábios e oportunos ensinamentos que aqui receberam.

PRÊMIOS DISTRIBUIDOS AOS DIPLOMANDOS DE 1949 DA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÁO BELLO"

1 — Prêmios instituidos pela Prof. D. Julieta Capanema:

a) — Prêmio "Prof. Goulart da Silveira", que coube ao diplomando Wasny Batista de Magalhães;

b) — Prêmio "Prof. Jalmirez Guimarães Gomes", que coube ao diplomando Irandyr Holzmeister;

c) — Prêmio "Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", que coube ao diplomando Rubem Lopes da Rocha;

d) — Prêmio "Prof. Subael Magalhães da Silva" que coube ao diplomando Valdemar Paula de Araujo;

2 — Prêmios instituidos pelo Serviço de Informação Agrícola que foram entregues aos diplomandos Antonio Albani, Wasny Batista e Sebastião de Oliveira Castro.

3 — Prêmios instituidos pelo Clube Agrícola Miguel Calmon;

a) — Prêmio "Ministro Daniel de Carvalho", que coube ao aluno do 1.º ano, Luiz da Silva Cezar;

b) — Prêmio Prof. Arthur Torres Filho, que coube ao diplomando Irandyr Holzmeister;

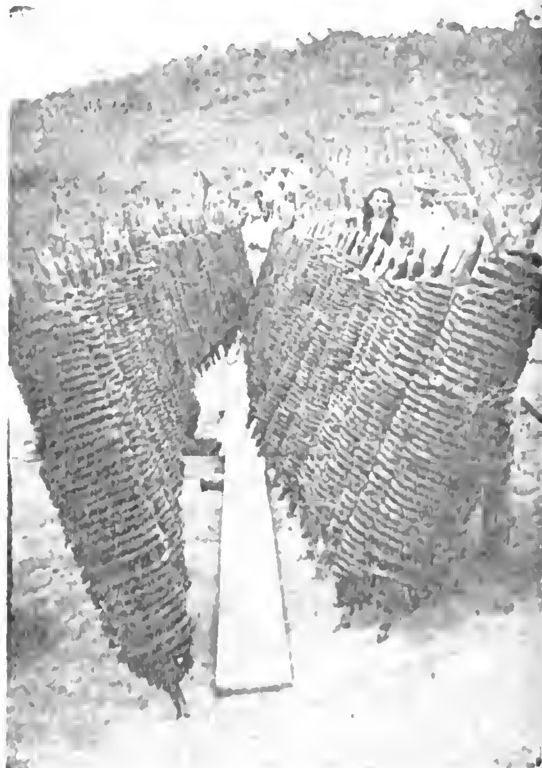
c) — Prêmio "Dr. Mario Vilhena", que coube ao diplomando Antonio Albani.

4 — Prêmio "Prof. Antonio de Arruda Camara", instituido pelos professores Geraldo Goulart da Silveira e Jalmirez Guimarães Gomes, que coube ao diplomando João Borges de Alvarenga.

5 — Prêmio "Antonio Conrado", instituido pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, que coube ao diplomando Antonio Albani.

6 — Prêmio "Professor Geraldo Goulart da Silveira", instituido pelo Horticultor Adriano Dantas, e que coube ao diplomando Antonio Albani.

O FUMO EM MINAS



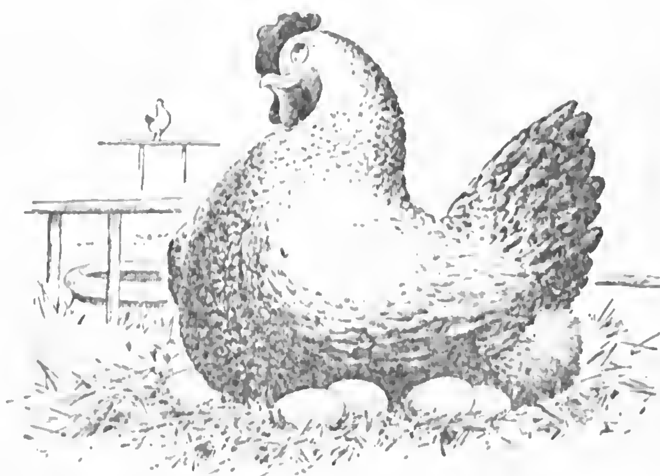
Fumo em corda produzido na Fazenda do Sr. João Queiroz, em Guidoval, Minas Gerais.



TEM A PALAVRA O TÉCNICO:

Neste desenho vê-se registrada, em bilhões de litros, a quéda de volume dágua do reservatório de Lajes nos doze meses do ano passado, durante a maior estiagem ocorrida nestes últimos 15 anos. Verifica-se que o decrescimo desse volume foi de 287 bilhões de litros dágua, ou seja quasi o dobro do existente no reservatório em 1.º de janeiro do corrente ano. Como se observa, esse volume dágua — elemento vital na produção hidraulica de eletricidade — está imensamente reduzido devido à grande escassês de chuvas e tambem à perda que sofre nos dias muito quentes pela evaporação natural da agua armazenada. Assim, é imprescindivel consumir menos eletricidade agora, a fim de que possa ser acumulada a maior quantidade de agua possivel no reservatorio, nesta estação chuvosa, para sua utilisação durante o proximo periodo de estiagem.





RELATÓRIO FINAL DA SEGUNDA SEMANA DO HORTELÃO

(Realizada na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", por iniciativa e sob a orientação da Sociedade Nacional de Agricultura, da Fundação Getúlio Vargas e do Serviço de Informação Agrícola.)

Pelo
Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira
Professor da E. H. W. B.

GENERALIDADES: — A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" realizou, no periodo de 21 a 27 de Novembro, por iniciativa e sob a orientação da Sociedade Nacional de Agricultura, da Fundação Getúlio Vargas e do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, a sua Segunda Semana do Hortelão.

No período de 21 a 27 de Novembro, a Escola manteve, sob regime de internato inteiramente gratuito, vinte e cinco pessoas interessadas no assunto, especialmente pequenos lavradores do D. Federal e de Minas Gerais, além de numerosos semi-internos (pessoas que frequentavam as aulas e faziam as refeições na Escola).

A II Semana do Hortelão, que se desenvolveu em um ambiente de perfeita cordialidade, e, sobretudo, de muito trabalho, foi mais um valioso serviço que a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" prestou à educação rural e, especialmente aos pequenos lavradores. Pelos dados que se seguem, pode-se avaliar o trabalho intenso da Escola, durante a II Semana do Hortelão.

SEMANISTAS — Sob regime de internato, frequentaram a II Semana do Hortelão, os seguintes Semanistas:

1 — Waldyr Gonçalves da Cunha, do Distrito Federal.
2 — Nelson da Paixão Veiga, do D. Federal
3 — José Augusto Rodrigues, do D. Federal
4 — Diamantino Augusto Rodrigues, do D. Federal
5 — Edyr de Oliveira Godoy, do Distrito Federal
6 — Arthur Sampaio, do Distrito Federal
7 — Carlos dos Santos Mendes, do Distrito Federal
8 — Joaquim da S. Lucas Filho, do Distrito Federal
9 — Anibal A. da Costa, do E. de Minas Gerais
10 — Francisco A. de A. Camara, do E. de Minas Gerais
11 — Ricardo Romalho, do E. de Minas Gerais
12 — Sebastião de Souza Ferreira, do E. de Minas Gerais
13 — Francisco Ferreira, do E. de Minas Gerais
14 — José Castano de Oliveira, do E. de Minas Gerais
15 — Julio Raymundo, do E. de Minas Gerais
16 — José Ribeiro do Vale, do E. de Minas Gerais
17 — Jaime P. Socorro Maciel, do E. do Rio
18 — Candido José da Silva, do E. do Rio
19 — Cantidio Rangel de Brito, do E. do Rio
20 — Benicio Marques Corrêa, do E. do Rio
21 — João Nunes Castello, do E. E. Santo
22 — Manoel Castello, do E. E. Santo
23 — Newton Batista Cordeiro, do E. E. Santo
24 — Robem Henrique Jacundá, do E. E. Santo
25 — João Dias de Araujo, do E. da Paraíba.

Sob regime de externato, frequentaram as aulas pelas quais estavam interessados numerosas pessoas.

AULAS — Durante a Segunda Semana do Hortelão foram ministradas *vinte e oito* aulas, perfazendo um total de *quarenta e três* horas de aulas. As vinte e oito aulas foram assim distribuidas: Prof. Geraldo Goulart da Silveira, 4 aulas; Prof. João Moreira Bartholo, 4 aulas; Assistente Severino Gonçalves Camara, 4 aulas; Prof. Antonio de Arruda Camara, 3 aulas; Assistente André da Silva Neto, 3 aulas; Prof. Amaury Silveira, 2 aulas; Prof. José Cordeiro, 2 aulas; Assistente Agrícola Castello Borges, 2 aulas; Prof. Subael Magalhães da Silva, 2 aulas; Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho, 1 aula e Prof. Olavo de Barros Araujo e Silva, 1 aula.

Nas aulas foram abordados os seguintes assuntos:

1.º — Adubação orgânica — Estrumeiras — Agua — Rêga — Irrigação — Higiene das hortas, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.

2.º) — Culturas especializadas de hortaliças — pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

3.º) — Preparo do terreno para a instalação de hortas — Trabalhos com arados, trabalhos com grades, trabalhos com escarificadores e capinadeiras manuais — Preparo do sólo com trator hortícola, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.

4.º) — Localização da horta — Divisão de terreno em lotes ou em quadras — Taboleiros — Curvas de nível, pelo Prof. J. M. Bartholo.

5.º) — Contabilidade e noções de economia hortícola, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

6.º) — Defesa Sanitária das hortas — Preparo e utilização de inseticidas e fungicidas — Trabalhos com pulverizadores e polvilhadores, pelo Assistente André da Silva Neto.

7.º) — Adubos e adubação química, pelo Assistente Agrícola Castello Borges.

8.º) — Sementeiras e repicagem — Cultura do tomate, pelo Prof. José Cordeiro.

9.º) — Caracteristicos, emprego e conservação das ferramentas e utensílios hortícolas, pelo Assist. Severino Gonçalves Camara.

10.º) — Industrialização de produtos hortícolas, pelo Prof. Amaury Silveira.

11.º) — Preparo de "compostos", pelo Prof. Olavo Barros Araujo e Silva.

PALESTRAS — Durante a Segunda Semana do Hortelão foram realizadas *dezessete* palestras assim distribuidas:

5 palestras no almoço

5 palestras no jantar

5 palestras a noite

1 palestra do Clube Agrícola.

As palestras ns refeições foram:

A habitação rural, pelo Eng. Agrônomo João Gonçalves de Souza;

A habitação rural, pelo Eng. agrônomo João Gonçalves de Souza;

Relações entre visinhos, pelo Eng. agrPnomo Alberto Ravache;

Defesa Sanitária Vegetal, pelo Eng. Fitossanitarista Julmirez Guimarães Gomes;

O valor das pastagens, pelo Eng. agrônomo Olavo Barros A. Silva;

O valor do homem rural, pelo Eng. agrônomo Roberval Cardoso;

O lavrador e o serviço militar, pelo Capitão Manoel G. de Abreu Filho;

O Ensino agrícola, pelo Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira;

A apicultura, pelo Eng. Agrônomo Guaracy Lavor;

A criação de gado na Ilha de Marajó, pelo Eng. Agrônomo Lauro Dias Vieira;

Problemas do lavrador, pelo horticultor Adriano Dutes.

As palestras a noite forem:

Mercados horticolas, pelo Agronomo Economista Antonio de Arruda Camara;

Preparo de adubo orgânico nas fazendas, pelo Eng. agrPnomo Olavo Barros de Araujo e Silva;

Industrialização de produtos horticolas, pelo Eng. agrônomo Amaury Silveira;

Aproveitamento racional do solo, pelo Eng. agrônomo Subael Magalhães da Silva;

Doenças dos animais transmissiveis ao homem, pelo Médico veterinário Jorge Pinto Lima.

A palestra realizada no Clube Agricola foi:

Escolha de local para uma propriedade agricola, pelo Eng. agrônomo Artlau Natividade Seabra.

SESSÕES CINEMATOGRÁFICAS — Durante a semana foram realizadas *cinco* sessoes cinematográficas e exibidos *quatorze* filmes.

EXCURSÕES — Foi realizada, por gentileza do Dr. Enio Leitao e da fabrica CRUSH, uma proveitosa visita as modernas instalações do popular refrigerante.

DISTRIBUIÇAO DE LIVROS AGRICOLAS — Durante a semana, foram distribuidos aos semanistas, duzentos e cinquenta livros agricolas, oferecidos pelo Serviço de Informação Agricola.

MOVIMENTO DO REFEITÓRIO — Durante a semana foram fornecidas mil quatrocentas e setenta e uma refeições assim distribuidas:

371 cafés pela manha

348 almoços

360 merendas

392 jantares

SESSÃO DO CLUB EAGRÍCOLA — Durante a Segunda Semana do Hortelão, sob a presidência do Dr. William Simão, chefe da Seção de Clubes Agrícolas Escolares do Ministério da Agricultura, realizou o Clube Agrícola Miguel Calmon, uma sessão solene, durante a qual falaram:

a) — O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do Clube Agrícola Miguel Calmon, que fez um suscinto relatório das atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon durante o ano de 1949.

b) — O Prof. Arthur Natividade Seabra que realizou uma palestra subordinada ao tema "A localização de uma propriedade Agrícola".

c) — O Dr. Antonio de Arruda Camara, em nome do Presidente do Clube, aluno Antonio Albani, agradecendo a colaboração do Dr. Arthur Natividade Seabra.

d) — O Prof. Roberval Cardoso, que falou sobre os objetivos dos Clubes Agrícolas.

e) — O Dr. William Simão, que fez um relato das atividades da Seção de Clubes Agrícolas Escolares do Serviço de Informação Agrícola.

Durante a sessão, foram distribuidos os certificados dos sócios do Clube que haviam concluido o Curso de Extensão de Fruticultura da Universidade Rural.

COMISSÃO DE BEM ESTAR — Funcionou, com muita eficiência, a Comissão do Bem Estar, muito acertadamente confiada à orientação do sr. Adriano Dantas, Administrador do Horto e Chefe dos Trabalhos Práticos da Escola.

COLABORAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS — Foi muito proveitoso a colaboração do Serviço de Informação Agrícola, que proporcionou à Escola, por intermédio do seu Diretor, Dr. Mario Vilhena:

a) — a valiosa colaboração de seis do seus técnicos: Agrônomos Amaury Silveira, Jorge Pinto Lima, Guaracy Lavor, José Cordeiro, Olavo Barros de Araújo e Silva e William Simão:

b) — duzentos e cinquenta livros para serem distribuidos entre os semanistas;

c) — máquina cinemotográfica e operador;

d) — material para as aulas de indústrias rurais.

COLABORAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA — A Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura forneceu à Escola, graças a gentileza do Dr. Augusto Lima, os filmes para as sessões cinematográficas e o valioso concurso do técnico de Educação Rural, Dr. Roberval Cardoso.

COLABORAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA — Foi de grande alcance a colaboração da Sociedade Nacional de agricultura proporcionando recursos materiais para a realização da Semana, e incumbindo-se da publicidade, etc.

COLABORAÇÃO DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO MELLO" — Colaboraram ativamente em todos os trabalhos da Semana, todos os professores, funcionários e alunos da Escola.

VISITANTES — Durante a Segunda Semana do Hortelão a Escola recebeu a visita de 18 prestimosos amigos.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO — A sessão de encerramento da Segunda Semana do Hortelão foi presidida pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello".

Durante a sessão falaram:

a) — o Dr. Antonio de Arruda Camara, congratulando-se com os Semanistas;

b) — O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que fez um relato das atividades da Escola durante o ano de 1949;

c) — O Dr. Olavo Barros de Araujo e Silva, em nome do Serviço de Informação Agrícola;

d) — O semanista Diamantino Augusto Rodrigues, em nome dos colegas.

O Clube Agrícola Miguel Calmon ofereceu ao semanista Diamantino Augusto Rodrigues, o premio "Adriano Dantas", constituido de uma coleção de ferramentas horticolas.

À sessão de encerramento compareceram o Dr Cinéas Guimarães, Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento Especialização e Extensão da Universidade Rural, o Dr. Antonio de Arruda Camara, diretor da Escola, representando os presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura e da Fundação Getulio Vargas, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, vice-diretor da Escola, representando o Departamento de Ensino da Fundação Getulio Vargas, o Dr. Mario Vilhena, Diretor do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, as Professoras D. Julieta Capanema e Maria de Lourdes José Bairele, o Dr. Jalmirez Guimarães Gomes, da Divisão de Defesa Sanitaria Vegetal, o Dr. Olavo de Barros Araujo e Silva, do Serviço de Informação Agricola, todos os professores e assistentes da Escola, os técnicos que colaboraram durante a semana, todos os semanistas, todos os alunos que concluiram os cursos permanentes da Escola, antigos alunos e tantos outros amigos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

CONSIDERAÇÕES FINAIS — A II Semana do Hortelão obteve completo êxito, tendo sido atingidos os seus elevados objetivos.

A experiência de mais uma Semana do Hortelão servirá para aperfeiçoar, cada vez mais, outras semanas idênticas que venham a ser realizadas.

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" com a colaboração da Sociedade Nacional de Agricultura, da Fundação Getúlio Vargas e do Serviço de Informação Agrícola, prestou mais um valioso serviço a educação rural.

Os semanistas que tivemos o prazer de hospedar, saíram da Escola, esclarecidos, e, sobretudo, iniciados em praticas culturais mais racionais. A Semana foi de trabalho intenso e proficuo. Estão, pois, de parabens, os semanistas que acorreram ao nosso chamado, a Escola, pioneira do ensino hortícola entre nós, a Sociedade Nacional de Agricultura, veneranda associação de classe que há meio século vem defendendo os interesses dos lavradores e criadores do Brasil, a Fundação Getulio Vargas, que tão assinalados serviços tem prestado ao país e o Serviço de Informação Agrícola que vem realizando um notável serviço de assistência ao homem rural — Geraldo Goulart da Silveira — Vice-diretor da E. H. W. B.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



FAZENDA CASCATA Norte do Paraná 1 600 000 de pés de café. Proprietário, Sr. Geremia Lunardelli, que se vê em uma de suas costumeiras inspeções. (Vide nota a respeito no texto).

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LIV

MARÇO - ABRIL, 1950



Inauguração da *Casa Rural de Mallet* (Paraná), séde da Associação Rural do Município, em 6-12-1949. No momento, é hasteada a bandeira nacional, oferecida pela Sociedade Nacional de Agricultura.

SUMÁRIO:

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV — MARÇO - ABRIL DE 1950

BASES DA RIQUEZA DA NAÇÃO

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

a) — A riqueza econômica de um país tem por alicerce: os produtos do solo, ou sejam as produções agrícolas e pecuárias convenientemente beneficiadas;

b) — os produtos do sub-solo ou sejam os minerais e sua adequada exploração;

c) — finalmente, a capacidade transformadora do país, seja dos produtos próprios ou dos importados, pelo trabalho das manufaturas ou da grande indústria em geral, com a utilização da energia em grande escala.

Está evidente fornecerem o solo e o sub-solo os elementos básicos que, quando não são encontrados no território das nações super-industrializadas, dão lugar a disputas nos mercados internacionais. Devemos estar lembrados que, devido à irregularidade na distribuição das matérias primas, vegetais, animais e minerais, vimos surgir o princípio do "espaço vital", que prenunciou a segunda grande guerra. Não seria exagero dizer-se que essa disputa prossegue.

Não apenas na fase pròpriamente manufatora logra-se alcançar o enriquecimento dos povos. No caso do Brasil, por exemplo, ter-se-á que considerar o sentido da sua civilização. E' um país de grande território, em que a agricultura poderá desenvolver-se vantajosamente. Tendo a maior parte de sua população na "interlândia", nêle prevalecem as atividades agro-pecuárias.

A agricultura, a pecuária e a mineração representam fôrças que, conduzidas com segurança, em bases racionais de exploração, poderão proporcionar elementos de riqueza e alicerces de segura industrialização. Entendo que devemos promover, sem prejuízo da vida do povo, a industrialização, mas de mãos dadas com a agricultura, sem nos esquecermos de que dispomos de grande população de baixa capacidade aquisitiva no interior e de um "mercado interno" que deverá constituir sólida garantia do progresso industrial. Prejudicial também será o divórcio entre a produção e o comércio, embora o produtor agrícola tenha legítimo direito a uma remuneração que recompense seu trabalho. A venda em comum, através do cooperativismo sadio, constitui fórmula aconselhável, podendo facilitar bastante a defesa dos interesses gerais sem choques violentos entre as classes.

De outra parte, o consumidor deve receber produtos padronizados que se recomendem pela modicidade dos preços e se revistam de garantias sanitárias. O bom preparo dos produtos nas fontes de origem, seu conveniente beneficiamento e acondicionamento, com facilidade de armazenamento nos centros consumidores (frigoríficos, câmaras de expurgo, silos, etc.) são requisitos indispensáveis a exigir equipamento de que não dispomos suficientemente para que haja bôa distribuição dos produtos sobretudo perecíveis nos mercados consumidores.

Importa dizer não se tornar suficiente pensar em "produzir"; será preciso organizar a produção ,a circulação, a distribuição e o consumo. Dentro das realidades do momento, tanto produtores como consumidores carecem ser defendidos, removendo-se as causas que concorrem para a depressão econômica, sobretudo a produção dos campos, afetando principalmente os artigos de alimentação e as matérias primas (animais e vegetais).

Estou concorde com aquêles que se mostram alarmados com a queda dos rendimentos das nossas terras por falta de conservação da fertilidade das mesmas. Na verdade, o que se passa no meio rural está

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário e Gerente

Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

a exigir a máxima atenção dos poderes públicos. Fenômeno idêntico tem sido observado em outras nações.

Possivelmente nos defrontamos com fenômenos econômicos e financeiros que constituem o complexo da vida brasileira no momento. E' natural o retraimento do produtor rural quando deixa de produzir certos artigos que não lhe proporcionam lucro e por isso vem engrossar a onda daquêles que se dirigem para os centros urbanos, na esperança de vida mais confortável ou de salários elevados. E' certo que o "êxodo rural" para ser devidamente caracterizado, exige a apreciação de elementos estatísticos e de profundas investigações econômicas e ecológicas nas regiões mais caracteristicamente produtoras.

Flutuações nos valores dos produtos agrícolas, sem que haja um preço mínimo garantidor do produto, calcado no custo de produção; sem assistência social, técnica e financeira para os homens da interlândia; sem os atrativos naturais oferecidos pelos centros urbanos para os homens do campo; o grande surto industrial do país verificado durante a guerra nas cidades; obras públicas de vulto; o desenvolvimento anormal até há pouco verificado nos construções civís; dificuldades e deficiências dos meios de transporte; a falta, na proporção necessária, de financiamento a longo prazo, em base hipotecária e não apenas para o custeio de safras, mas para a colonização beneficiando o pequeno produtor; a inexistência de legislação que facilite acesso mais fácil à posse da terra, permitindo a formação da pequena propriedade, são fatos que traduzem a necessidade de uma "política agrícola nacional" bem articulada sem o qual não poderemos preparar futuro tranquilo para a nacionalidade.



INDUSTRIALIZAÇÃO DA BANANA

Amaury H. da Silveira
Eng. Agrônomo

BANANADA

Para o fabrico da bananada devem-se escolher frutos maduros, limpos e sãos. Descascar à mão ou por meio de faca de bambú ou de aço inoxidável. Picar as bananas, colocar num tacho de cobre, juntar 700 a 800 gramas de açucar pura cada quilo de massa e cozinhar em fogo moderado, mexendo constantemente com uma colher de pau até atingir o "ponto". Este conhece-se pràticamente pela consistência da massa, tomando uma pequena amostra para ser resfriado em um prato ou quando a massa ao ser agitada deixa ver o fundo do tacho. Atingida a consistência desejada, a bananada é colocada em fôrmas de madeira retangulares e desmontáveis, em lugar arejado para esfriar. Finalmente a bananada pode ser embrulhada em papel empermeável para ser guardada. Pode-se também embalar em latas chatas, de pouca profundidade, o que se faz logo que a massa é retirada quente do tacho, sendo esfriada destampada.

BANANA PASSA

Para o fabrico da banana passa pode-se lançar mão de dois processos:

a) secagem ao sol
b) secagem em estufa

Na secagem no sol o processo consiste em:

1 — Descascar a banana bem madura.
2 — Cortar a banana em pequenos pedaços, longitudinalmente ou conservá-la inteira; usar faca de madeira, osso ou aço inoxidável, porém deve ser evitado o metal;
3 — Colocar em esteiras de bambú ou taboleiros de madeira;
4 — Deixar ao sol durante 1 a 12 dias, até que a umidade da banana atinja a 15%; recolher à noite e evitar que apanhe chuva.

Êste processo dá produto escuro, de consistência coriácea, e com gôsto de banana cozida.

Na secagem em estufa o método é semelhante:

1 — Descascar a banana bem madura.
2 — Cortar longitudinalmente ou deixar inteira;
3 — Mergulhar numa solução de ácido sulfuroso a 3%;
4 — Espalhar a banana sôbre os taboleiros, ou sejam prateleiras da estufa;
5 — Secar na estufa a 65 e 70º C durante 8 a 10 horas

Variedade empregada

Prata é melhor. Há quem desaconselhe a nanica.

Rendimento

12 a 20% sôbre a fruta fresca.

BANANA CRISTALIZADA

1 — **Preparo da fruta**

Escolha banana madura, porém não amolecida. Descasque e conserve a fruta inteira.

2 — **Primeira fervura**

Ferva a banana em xarope feito com 3 partes volume de água 1 parte de volume glicose, durante 15 a 25 minutos, evitando que a fruta se desmanche. Depois, deixe a banana no xarope em repouso duranta 24 horas em recipiente de louça, ágata ou outro conveniente.

3 — **Segunda fervura**

Retire o xarope, colocando a banana em peneira de taquara. Prepare uma mistura de partes iguais de açúcar de cana e glicose, misturando bem.

Reconhece-se o final da secagem quando as fatias se engruvinham, tomando aspecto córneo e ficam brilhantes, muito duras, à semelhança da sola de sapateiros quando sêcas.

Os métodos de secagem são.

a) secagem ao sol
b) secagem em estufa
c) secagem no vácuo

a) — A secagem ao sol é a mais simples e a mais imperfeita. O processo é moroso, as fatias ficam sujeitas a ação do tempo, sujidades, formação de bolores, etc.; requer muito espaço para os taboleiros e ainda que sejam recolhidos tôdas as tardes.

A secagem deve ser rápida, entre 8 a 20 horas, para evitar escurecer demais o produto.

b) — A secagem em estufa é melhor que ao sol. A temperatura começa entre 25-30º C e vai até o máximo de 50º C, durando a operação 8 horas

Há vários tipos de estufa para êsse fim, como o secador Ryder de ar quente, cujo maior inconveniente está em não poder regular perfeitamente a temperatura, que não deve passar de 60º C, para evitar parcial transformação do amido em destrina.

c) — a secagem a vácuo é a ideal, pois é rápida, dando produto claro e bem desidratado, especialmente nos aparelhos de vácuo moderno.

O processo no entanto, é oneroso e destina-se às grandes instalações.

Para obtenção de fatias completamente brancas as bananas sofrem tratamento preliminar em uma solução a 1% de ácido cítrico. Pode-se também descorar as fatias sêcas com gás sulfuroso nas grandes instalações, não ultrapassando a dose permitida.

4 — **Trituração das fatias sêcas**

Depois de completamente sêcas, as fatias são trituradas em moinhos pequenos manuais na pequena indústria ou em trituradores como os de Champonnois e América.

5 — **Peneiragem**

A peneiragem da farinha bruta separa a fécula das fibras contribuindo assim para obtenção de um produto bem uniforme.

A operação é feita em peneiras comuns de jôgo ou em peneiras rotativas, de 100 a 120 malhas por polegada quadrada, para obtenção de um fino. O resíduo da peneira é a semelina de banana.

6 — **Acondicionamento**

E' feito em sacos, latas, bem fechadas, barricas, caixas de madeira forrada com papel impermeável ou celofane.

A farinha de banana bem acondicionada conserva-se por longo tempo.

7 — **Rendimento**

100 quilos de banana verde dão 50 quilos de polpa, que depois de sêca, se reduz a 20-30 quilos de farinha de banana, com cêrca de 70% de amido.

Característicos da farinha de banana

A farinha de banana é de sabor agradável, levemente adocicado, tem cheiro de banana, principalmente quando fresca, e possui côr levemente escura, dependendo do processo, variedade empregada, etc.

Trata-se de um alimento rico, delicado, de alto valor nutritivo e de facílima digestão, sendo mesmo indicado para crianças, velhos e enfermos

A média de análises procedidas pelo prof. Jayme Rocha de Almeida, de cujo excelente trabalho tiramos êste resumo, deu o seguinte resultado:

Umidade a 110° C	16,42
Matéria graxa	2,25
Matéria proteica	3,49

Junte a mistura ao xarope anterior até que o mesmo fique com 35 a 40 graus Brix. Na falta do sacarômetro de Brix, junte 1 parte de mistura em volume para cada 4 partes de xarope. Coloque a banana novamente nesta mistura e ferva durante 2 a 3 minutos. Deixe repousar mais 24 horas no recipiente próprio.

4 — Fervuras subsequentes

Penetre para retirar o xarope cada 24 horas. Junte a mistura de açúcar e glicose em dias sucessivos até aumentar o grau Brix a 50, 60, 70 e 74. Na falta do sacarômetro proceda como anteriormente, usando a proporção de 1 para 4 e repita diàriamente até que o xarope tome a consistência do mel de abelha.

Ferva o xarope e a fruta juntos diàriamente durante 2 a 3 minutos. Deixe em repouso novamente.

5 — Repouso no xarope final

Deixe repousar a fruta no xarope final de 74 Brix (consistência de mel) durante 2 semanas pelo menos. Se durante o repouso aparecer o mais leve sinal de fermentação ou môfo, aqueça a fruta e o xarope durante 2 a 3 minutos; se aparecerem cristais de açúcar aqueça até dissolvê-los.

6 — Secagem

Mergulhe a fruta ràpidamente em água quente e peneire o xarope aderente.

Coloque em taboleiro de madeira e seque bem ao sol ou em estufas próprias a temperatura de 50 a 55° C. Embale após secagem perfeita.

FARINHA DE BANANA

A melhor variedade para a fabricação de farinha de banana é a banana pera, figo ou marmelo, por ser a mais rica em amido.

A colheita dos cachos é feita quando as bananas adquirem o máximo desenvolvimento, mas ainda completamente verdes. A banana madura possui menos amido, empasta no enfatiamento, demora a secar e dá fatia coriácea. Durante a colheita e o transporte é preciso evitar machucar a banana, o que concorre para escurecimento da farinha. Os cachos são pendurados em varais em local sêco e ventilado.

O processo de fabricação de farinha de banana compreende as seguintes operaçoes.

1 — Descascamento

A separação das cascas é feita com canivetes ou faca de níquel, osso, madeira, bambú, ou aço inoxidável, pois o ferro combina-se com o tanino, escurecendo a farinha.

Para facilitar a retirada da casca é necessário submeter-se a banana verde a ação de água quente, em temperatura nunca acima de 80° C, durante 4 a 5 minutos, com o que a casca sai sem arrancar a polpa.

Esta operação deve ser feita colocando-se as bananas numa cesta de bambú ou araxe zincado que é então introduzido na água quente em panela de barro ou tacho de cobre.

Depois deixa-se esfriar para soltar a casca e proceder ao descascamento manual. Há máquinas de alumínio que executam o descascamento com perfeição.

2 — Esfatiamento

Na pequena indústria o corte da polpa em fatias é feito com as facas usadas no descascamento. O processo é moroso e tem lugar em mesas bem limpas, sendo cada banana cortada em 6 a 8 rodelas (1 a 3 cm. de espessura).

Existe um pequeno aparêlho que retira a parte central da bânana e portanto as sementes que tornam a farinha escura.

Nas instalações modernas o esfatiamento é mecânico, sendo as fatias cortadas uniformemente, o que muito facilita a secagem.

As fatias cortadas são colocadas em taboleiros de madeira, taquara ou bandejas para serem submetidas à secagem.

3 — Secagem das fatias

A secagem tem por fim reduzir a água até 15%, ou menos, a fim de que as fatias sejam trituradas.

Amido	68,87
Glicose	1,25
Sacarose	2,06
Celulose	2,12
Cinza (principalmente potássio)	3,78

LICOR DE BANANA

Ingredientes

250 grs. de açúcar
250 cm3 de água
250 cm3 de álcool de 95 G. L.
4 bananas dágua bem maduras.

Modo de fazer

1 — Esmagar bem as bananas,
2 — Deixar em infusão no alcool durante 15 dias mexendo diàriamente
3 — Coar em flanela,
4 — Fazer o xarope,
5 — Juntar a infusão ao xarope frio,
6 — Engarrafar.

VINAGRE DE BANANA

Existem duas fases distintas na fabricação do vinagre de frutas:

a) fermentação alcoólica
b) fermentação acética

Fermentação alcoólica

1 — Esmagar as bananas descascadas,
2 — Colocar num barril de madeira ou tina bem limpos, evitando contato de metais;
3 — Adicionar fermento selecionado alcoólico em tabletes, em grânulos ou cultura líquida;
4 — Deixar fermentar, tendo-se o cuidado de remexer diàriamente a massa ou o líquido e depois cobri-los com um pano para evitar entrada de insetos;
5 — Separar o suco da massa, depois de terminada completamente a fermentação alcoólica, isto é, quando cessar a efervescência e consequentemente produção de gás carbônico; geralmente depois de uma semana a fermentação alcoólica está terminada e a massa pode ser filtrada em filtro (coador) de flanela ou então prensada para extrair o suco fermentado, que então se chama vinho.

Fermentação acética

1 — Construir uma vinagreira, tipo barril deitado;
2 — Lavar com vinagre forte;
3 — Fazer em uma vasilha em separado uma mistura de 1 parte de vinagre forte para 4 de vinho anteriormente obtido pela formação alcoólica;
4 — Colocar a mistura acima na vinagreira até metade do barril;
5 — Verificar ao fim de uma semana de absoluto repouso se houve formação de uma película vulgarmente chamada mãe do vinagre;
6 — Determinar, de tempos em tempos, o aumento da acidês do líquido, pelo gôsto, pelo cheiro forte, etc., evitando romper a película superficial;
7 — Filtrar em flanela, no fim de 3 a 6 meses;
8 — Engarrafar e guardar ou então usar.

Sobre a realização de um Congresso Agricola na Capital da Republica

A Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo dirigiu à Sociedade Nacional de Agricultura, em 9 de fevereiro dêste ano, o ofício seguinte:

"Ilustríssimo Senhor Presidente:

1. Na raiz das nossas dificuldades econômicas e sociais incontestàvelmente avulta o problema da fraca produtividade do trabalho nacional, que se agrava e nos oprime como séria ameaça, à medida que se normaliza o comércio mundial no após guerra, e o país se prepara para os embates de uma concorrência que, segundo tudo indica, será implacável.

2. No campo da economia agrícola o problema se torna cada vez mais agudo, ocompanhando a diminuição da produtividade do trabalho a curva descendente da fertilidade das nossas terras. Ora, o único meio capaz de aumentar essa produtividade é a racionalização do trabalho. A adoção de melhores técnicas é o caminho capaz de conduzir ao barateamento dos preços, ao aumento das rendas e dos salários em conseqüência, à elevação geral do teor de vida.

3. Os trabalhos de investigação científica no campo da pesquisa e da experimentação, desenvolvidos nos laboratórios e estações experimentais dos nossos departamentos de agricultura, constituem, hoje, um acervo de conclusões de aplicação imediata tudo, no entanto, escassomente utilizado ou, pelo menos, insuficientemente aproveitado pelo agricultor. Tal fato importa o reconhecimento de que a organização do fomento pelos departamentos de agricultura não emparelha e segue a do investigação científica.

4. O problema da introdução de melhores técnicas no meio rural é, na verdade, complexo e não pode ser encarado de forma unilateral. A análise dos fatos, corroborada pela experiência, vem evidenciando ser o esfôrço orientado no sentido da recuperação da riqueza agrícola inseparável do da recuperação do homem, ou seja que as atividades do fomento agrícola e da assistência ao homem rural são, de tal sorte entrelaçadas e interdependentes, que não seria fácil estabelecer linha divisória entre uma e outra.

5. Tal problema pode ser melhor evidenciado de fronte a estas perguntas.

a) Como incutir no lavrador, naquele que exerce profissionalmente a agricultura, novos hábitos, nova técnica de trabalho?

b) Como atingir o meio rural, modificando de forma duradoura as suas condições?

6. A resposta à primeira pergunta repousa no seguinte postulado de ordem psicológico-educacional: o problema de incutir no lavrador novos hábitos, novas práticas de trabalho, aumentando o seu rendimento é complexo e exige, como condição básica, a sua própria colaboração, pois só é possível assistir, ensinar e educar aquele que deseja ser assistido, ensinado e educado. Dêste modo, a primeira etapa, por assim dizer de qualquer plano de fomento e assistência, visa criar estímulos, mobilizar psicològicamente o homem do campo transformando-o, de elemento passivo, sem estimulos, em agente de ação, desejoso de progresso e aperfeiçoamento.

7. Quanto à segunda pergunta, como atingir o meio rural, o ponto de partida é considerar o homem rural tal como existe na realidade. Com efeito, o que existe não é o agricultor, encarado sob o angulo exclusivamente profissional, e sim o Homem — o homem chefe de familia, o homem religioso, o homem profissional, o homem dotado de certo gráu de instrução e educação, o homem com problemas de alimentação e saúde, o homem residente numa certa localidade, pertencente esta, de sua vez, a uma comunidade mais vasta.

8. Em síntese, multiforme e complexa a realidade rural, só a abordamos si a soubermos surpreender simultâneamente pelos seus diversos ângulos. Dentro desse pensamento básico, é, portanto, a família e não o individuo isolado, o centro de convergencia de todo o esfôrço educativo.

9. Lançadas estas premissas é licito concluir, afirmando, com toda segurança, serem inocuos as medidas isoladas. Sòmente a ação conjugada dos Departamentos de Agricultura, de Educação e Saúde, e em cooperação com a iniciativa privado,

devidamente organizada, é capaz de desenvolver trabalho eficiente de fomento e assistência no meio rural.

10. Dentro desta ordem de ideias esta entidade decidiu sugerir à Sociedade Nacional de Agricultura a organização de um congresso, a realizar-se na capital da República, sob os auspicios das forças representativas da produção agrícola de todos os Estados, e com o patrocinio do Ministério da Agricultura.

11. Com o objetivo de reunir maior número de elementos interessados e de técnicos, entramos em contacto com as entidades congeneres e orgãos oficiais, a quem temos solicitado apoio e a colaboração para êste movimento de recuperação da produtividade nacional, cujo plano de ação vai delineado no ante projeto de temário que tomamos a liberdade de incluir como sugestão e base para a fixação das linhas diretrizes que nortearão os debates e os estudos do conclave.

Na certeza de que Vossa Senhoria compreenderá o alto significado desta iniciativa, aguardando a manifestação dessa Sociedade, aproveitamos o ensejo para renovar-lhe os protestos de nossa alta estima e consideração:

Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo. — a) **Iris Meinberg**, Presidente."

TEMÁRIO

I — Contribuição da Sociologia na explicação e solução dos problemas rurais.

II — Planejamento de organizações agrícolas em geral. Sugestões.

III — O Fomento Agrícola. Conceito. Organização. A cooperação. O agrônomo regional. A agente de economia doméstica. Os especialistas do Fomento. Os supervisores. A divulgação agrícola. Planos de trabalho; relatórios e medição de resultados.

IV — Os métodos de Fomento Agrícola. Análise dos diversos métodos. A Educação dos adultos. O processo de transmissão dos conhecimentos do ponto de vista psicológico. A recreação rural. A liderança rural; formação dos líderes; escolha e treinamento dos líderes.

V — Relações entre a Fomento e outras organizações. O Fomento repouso na cooperação. Ação conjunta dos Departamentos de Agricultura, Saúde e Educação. As equipes de trobolho de Fomento e Assistência Médica e Educacional Rurais. As formas de cooperaçao entre a iniciativa privada e as equipes de Fomento e Assistência Médica e Educacional Rurais.

VI — Departamento de Saúde. Seu programa de Assistência Rural.

VII — Departamento de Educação. Seu programa de Assistência Rural.

VIII — O associativismo rural. As finalidades das associações rurais: cooperação e acordos com o Fomento e a Assistência Médica e Educacional Rurais. Grupos organizados de produtores rurais. Os lideres rurais.

IX — Os clubes agrícolas. Formação da juventude rurol. Organização dos clubes. Formação de líderes. A Educação da juventude influenciando os adultos. Organizações correlatas.

X — Os clubes femininos. Organização das mulheres rurais. As líderes rurais.

XI — A expansão do crédito pessoal baseada numa organização adequada de Fomento e Assistência ao meio rural.

XII — Fiscalização e classificação de produtos agrícolas. As diversas funções. Relações com o Fomento.

XIII — Seguros agrícolas. As formas existentes e novos planos.

XIV — Análise dos diversos etapas na concretização dêste plano. A primeira etapa. Sua inédita execução.

ANÁLISE DO TEMÁRIO

I — Contribuição da Sociologia na explicação e solução dos problemas rurais.

1. Primeira necessidade: **compreender** as "formas" em jogo (nisso a Sociologia pode contribuir patentemente):

1. Papel da tradição na persistência de técnicas antigas herdadas através dos pais e avós.
2. Desilusão com o sistema de "marketing" e preços que estão levando o homem rural à decisão de "plantar só para o gasto".
3. Papel, na mobilidade para fora das zonas rurais, da:
   a. falta de equilíbrio entre a população, de um lado, e os recursos do habitat, juntamente com as técnicas para sua utilização, do outro
   b. atração do vida da cidade e dos salários da indústria na

migração para a cidade que está despovoando as zonas rurais

4. Circunstâncias que dificultam o melhoramento com respeito às técnicas:
   a. o peso da tradição e costume
   b. atitudes do homem rural para com o homem da cidade: papel da desconfiança
   c. atitudes do homem rural para com o govêrno: papel da suspeição

II. Conhecimentos sociológicos que se podem aproveitar a fim de lidar eficazmente com a situação de melhorá-la:

1. Papel, na introdução e difusão de novas técnicas, na comunidade em apreço
   a. do prestígio por parte
      1) da pessoa, ou pessoas, que estão introduzindo a nova técnica
      2) dos primeiros lavradores a experimentá-la
   b. da sugestão inconsciente exercida
      1) dentro da família por seus membros
      2) dentro do sistema de compadrio por seus membros
   c. da compreensão e, baseada nessa compreensão, da utilização dos conhecimentos sociológicos sôbre:
      1) simbiose e consenso
      2) contatos primários e secundários
      3) grupos primários e secundários
      4) solidariedade e individualização
      5) socialização da criança e todo o processo da transmissão cultural da velha para a nova geração
      6) sugestão e imitação
      7) "rapport"
      8) "cultura de folk" e "mundo mental"
      9) os desejos:
         a) de correspondência
         b) de consideração
         c) de novas experiências
         d) de segurança
      10) atitudes:
         a) o seu papel no comportamento individual e social
         b) a sua natureza
         c) os meios pelos quais se mudam
      11) mudança social

II — Organização de Departamentos de Agricultura.

III — O Fomento Agrícola; conceito, funções.

Organização geral do Fomento Agrícola A organização dos Serviços de Extensão em outros países. A organização do Fomento em nosso meio.

A cooperação. O Fomento repousa na cooperação.

A escolha dos agentes de Fomento. Sua preparação e treinamento. Cursos e Estágios. Reuniões periódicas.

A organização municipal. Auxiliares, séde, etc.

O agrônomo regional. Sua função. Seu programa de trabalho. Predicados do agrônomo regional. Suas responsabilidades. A sua permanência no lugar.

A agente de economia doméstica. Sua função. Seu programa de trabalho. Predicados do agente. Responsabilidades.

As novas agentes. Preparo. Cursos.

Os especialistas do Fomento. As especialidades. Relações com os especialistas da Experimentação e Pesquizas.

Funções e responsabilidades dos especialistas do Fomento.

Predicados do especialista. Plano de trabalho e relatórios.

Os supervisores. Suas funções e qualidades. A supervisão; conceito. Planos de trabalho e relatórios.

A divulgação agrícola. As publicações adequadas ao Fomento. A redação nas divulgações de Fomento. Imagens visuais.

Planos de trabalho, relatórios e apuração de resultados.

IV — Os métodos de Fomento. Influência da idade na assimilação. A eficiência dos métodos de Fomento. O processo de transmissão dos conhecimentos do ponto de vista psicológico. Alguns princípios de aprendizagem através de trabalhos em comum entre os agentes do Fomento e os homens dos campos.

O método de demonstração; a demonstração através dos resultados.

Os líderes rurais. Métodos diversos: visitas às fazendas, cartas circulares, boletins, palestras, rádio, imprensa, recepção no escritório, etc. Outros métodos.

As exposições; vantagens e desvantagens; análise. As concentrações; análise. As excursões; análise.

Recreação rural; análise.

O método na execução dos trabalhos.

Plano agrícola balanceado.

Aplicação, a um município, dos resultados colhidos em estação experimental.

A liderança rural. Os líderes rurais. A distribuição dos líderes rurais. Fatôres para a eficiência da liderança. O trabalho do líder. A escolha do líder. As qualidades do líder. A posição do líder perante a comunidade. Treinamento e preparo do líder. Reuniões periódicas dos líderes. O entusiasmo do líder em seu trabalho. Vantagens do método de Fomento por meio dos líderes.

V — Relações entre o Fomento e outras organizações. Relações com as associações rurais; vantagens e desvantagens. Acôrdos. O líder rural, elemento de extensão do Fomento e da Associação Rural. Os grupos organizados de produtores rurais. As comissões municipais de Fomento.

Relações do Fomento com a Experimentação e Pesquizas (Estações Experimentais).

Relações com organizações comerciais, com clubes de serviço.

Relações com a organização de fiscalização e classificação de produtos agrícolas.

Relações com organizações de seguros agrícolas.

Relações com organizações de crédito agrícola.

Relações com o ensino vocacional da agricultura.

Relações com os Departamentos de Saúde e Educação. Trabalho de conjunto; organização das equipes.

As formas de cooperação entre a iniciativa privada e as equipes de Fomento e Assistência Médica e Educacional Rurais.

VI — Análise a cargo do Departamento de Educação.

VII — Análise a cargo do Departamento de Saúde.

VIII — O associativismo rural. Desenvolvimento das organizações rurais norte-americanas. A organização atual norte-americana.

As associações rurais. Finalidades.

Organização rural brasileira. A organização federal; a organização estadual; a organização municipal ou regional.

As deliberações (resoluções). As convenções anuais.

A representação. A legislação.

Os serviços em geral. Organização. Contrôle. As cooperativas e as companhias. Vários tipos de serviços aos associados.

Informação e publicidade. Pesquizas. O Departamento de organização. O diretor de organização. Programa de ampliação do quadro social. Permanência dos sócios no quadro. Contribuição Financeira. Fundos Sociais.

Organizações similares diversas.

Serviços anexos. A eletrificação rural. A inseminação artificial. O crédito agrícola. O correio e o telefone rurais.

A casa da comunidade.

Os grupos organizados de produtores rurais e as comissões municipais de Fomento.

As comissões estaduais e nacionais.

Estatutos.

Acôrdos entre as associações rurais e o Fomento e os Departamentos de Saúde e Educação. Ampliação das sedes das escolas rurais isoladas, escolas rurais típicas ou grupos. Programa de conjunto.

IX — Os clubes agrícolas. Formação da juventude rural.

Organização dos clubes. Plano de cooperação. Requisitos. Passos para a organização. Responsabilidades dos sócios. As reuniões. As fichas. Os agentes de Fomento. O agente de clube.

A cooperação dos pais.

O programa. Alguns objetivos. Planejamento. Recreação. Divulgação de preceitos de higiene e saúde. Atividades dos clubes. Os projétos.

Os líderes. Sua formação. Interêsses e necessidades da juventude. A indicação do líder. Tipos de líderes locais. Líderes adultos e líderes juvenis. Manuais dos líderes. Desenvolvimento do espírito de liderança. Reuniões de líderes. Treinamento dos líderes. O reconhecimento e estímulo ao trabalho dos líderes.

As reuniões. O Planejamento de programas para reuniões. Locais de reuniões. Como presidir reuniões. Reuniões para recíproca comunicação quanto às atividades em andamento. As demonstrações. Os vários passos da demonstração. Julgamento.

As excursões. Os pic-nics. Os acampamentos. O congresso anual. Outros programas.

Premios. Distintivos. Reconhecimentos. Apuração de resultados. Relatórios, etc.

A Federação estadual e nacional. Organização.

O ensino prático da agricultura. Organização. A instrução rural.

X — Os clubes femininos. Organização das mulheres rurais. As finalidades destas organizações. Reuniões. Anuidades, sócios. O dia das mulheres rurais. As líderes rurais. Publicidade. Cursos dados pelas agentes de economia doméstica. Programa doméstico balanceado. Renda das associações ou clubes. As comissões. Planejamento de trabalho. Estatutos. As funções das diretoras. O livro anual. As exposições de economia doméstica.

XI — O crédito agrícola. Análise a cargo de organizações de crédito agrícola.

XII — Fiscalização e Classificação de Produtos Agrícolas. Sua organização. Relações com o Fomento. As comissões. Os diversos serviços.

Fiscalização de portos, aeroportos, etc. Serviços de quarentena.

Serviço de fiscalizaçã de viveiros.

Patologia vegetal. Inspeções.

Inspeção de sementes.

Inspeção de produtos comerciais para a alimentação de animais; inspeção de armazens de produtos agrícolas, de cereais, etc.

Inspeção de fertilizantes comerciais, inseticidas, fungicidas, etc.

Contrôle de doenças de animais.

Serviço de inspeção do leite.

Inspeção da carne.

Mercados. Estatística Agrícola. Padronização dos produtos agrícolas.

XIII — Seguros agrícolas. As formas aconselháveis. Seguros para os diversas culturas. Planos.

XIV — Análise das diversas etapas na concretização das conclusões do Temário. A primeira etapa. Sua imediata execução.

—x—

Em resposta, a Sociedade Nacional de Agricultura endereçou à Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo o seguinte ofício:

"Em 6 de Março de 1950 — Sr. Dr. Iris Meinberg, — DD. Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo. — Em resposta ao ofício de V.S., de 9 de fevereiro último, apraz-nos cumunicar-lhe que o assunto nêle contido mereceu da parte desta Sociedade o maior interesse.

Muito nos penhourou a idéia da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo em sugerir a esta Sociedade a organização de um congresso que seria realizado nesta Capital, sob os auspicios das forças representativas da produção agricola de todos os Estados, e com o patrocinio do Ministério da Agricultura, para estudo de importantes assuntos de interesse da classe.

O assunto, levado ao conhecimento e deliberação da Diretoria, em reunião especial do dia 4 dêste mês, foi examinado em todos os seus aspetos, tendo resultado perfeita união de vistas quanto à preferência desta Casa por conferências ou reuniões estaduais ou regionais, orientadas e organizadas pelas respectivas Federações Rurais, ou, onde não as houvesse, pelas associações representativas da classe. Debatidas e estudados os assuntos de cada Estado ou Região, dentro da idéia do temário sugerido por essa Federação, os seus resultados seriam, depois, coordenadas numa reunião de delegados dessas entidades, afim de ser, então, alcançada o ponto de vista nacional a respeito da matéria programado.

Aproveitamos o ensêjo para apresentar a V.S. os protestos de elevada consideração e apreço.

a) **Arthur Torres Filho**, Presidente —

a) **Luiz Simões Lopes**, 1º Vice-Presidente."

RELAÇÕES INTERCOOPERATIVAS

PALESTRA (*)

Antônio de Arruda Câmara

3º Vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

1) Não fôra o desejo de cumprir resolução, acertada e oportuna da incansável e eficiente Diretoria do C.N.E.C., e procuraríamos fugir à tarefa que nos foi distribuída, declarando ser nossa impressão, recolhida na prática e experiência adquiridas, não haver entre as cooperativas de consumo e as chamadas cooperativas de produção e, entre elas e as cooperativas de crédito, relações diversas daquelas que mantêm, umas e outras, com o comércio e os estabelecimentos bancários.

2) Entendemos, entretanto, merecerem as relações entre as sociedades cooperativas, tanto por parte dos técnicos como pela de nós outros, também interessados no desenvolvimento do cooperativismo, exame cauteloso, bôa vontade, compreensiva tolerância e alto espírito de cooperação.

3) Consideramos aparentes, até mesmo inexistentes, divergências de interêsses entre as cooperativas de consumo, as cooperativas de produção e as cooperativas de crédito. Reunem elas, em última análise, consumidores, mas, nem por isso, encararemos tudo, no desenvolvimento do nosso raciocínio, do ponto de vista do consumidor.

4) As cooperativas de consumo procuram, naturalmente, servir a seus cooperadores fornecendo-lhes utilidades a preços tanto quanto possível baixos e as cooperativas de produtores têm o maior interêsse em colocar a produção própria e a que lhe é confiada pelos associados a preços tanto quanto possível altos. A muitos parece que nesse antagonismo de tendências reside a causa de afastamento entre elas. Entendemos, porém, que a diferença é devida principalmente a falta de uma política de leal esclarecimento, — falta essa que tem dificultado e até impedido a entrosagem da produção e do consumo.

Dever-se-á ter em vista que "o principal elemento de êxito das cooperativas de consumo são as compras diretas" e "o das cooperativas de produção, a garantia da colocação dos produtos a seguro dos especuladores".

5) As cooperativas de crédito, em dadas circunstâncias, poderiam facilitar, consideravelmente, as relações de intercâmbio econômico-comercial entre as cooperativas de consumo e as cooperativas de produção, sobretudo daquelas que, ainda pouco desenvolvidas, não podem aspirar transações de maior vulto.

6) Respondendo, não há muito, questionário do C.N.E.C. tivemos, embóra a contra-gosto, necessidade de informar que nas transações da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores do Distrito Federal com algumas das grandes cooperativas de produção não percebíamos diferença apreciável entre as condições por elas oferecidas e as de prática e uso corrente no comércio atacadista.

A menos que nos tenhamos enganado na interpretação das respectivas notas — o que se infere dessa observação é a existência de fatores desfavoráveis no natural desenvolvimento do cooperativismo, tanto do de consumo como do de produção.

Fazendo sortimento diretamente na cooperativa de produção deveria a cooperativa de consumo, fôsse racional a entrosagem de suas relações, ser beneficiada com a parte do intermediário. Na prática isso não ocorre ou se ocorre é muito raramente.

7) Algumas vezes, com indisfarçável sentimento de desencanto, tem a cooperativa de consumo de enfrentar, em as suas relações com as cooperativas de produção, bem drásticas condições.

Dispensamo-nos de enumerá-las passando ao exame de outro aspecto da questão que, em o nosso entender, merece ser divulgado e bem conhecido para melhor esclarecimento e oportuna solução.

8) Consultando, sob promessa de um consumo mínimo, por semana, de batata e ovos, quais as condições e as vantagens que poderia oferecer às cooperativas de consumo grande e bem aparelhada cooperativa agrícola, — instituição de nomeada posição nos meios agrário e comercial do país — a resposta, retardada de cêrca de trinta dias, foi que *faria o fornecimento pelo preço corrente do dia e a entrega da mercadoria mediante ou após o respectivo pagamento.*

O abastecimento continuou e continúa a ser feito em outras fontes e, só excepcionalmente, quando há, realmente, vantagens, fazem os armazens da nossa cooperativa aquisição de batatas ou de ovos nos caminhões da cooperativa consultada, à qual poderiamos estar também por interêsses de ordem econômica, como estamos pelo de ordem afetiva indissolùvelmente ligados.

Houvesse ela concordado na concessão de um pequeno desconto sôbre o preço do dia, — a parte que caberia ao intermediário, — e teria assegurado para os produtos de sua especialidade, e não sòmente batata e ovos, — a preferência das cooperativas de consumo desta Capital ou pelo menos daquela sob nossa presidência e que dispõe de uma apreciável rêde de armazens.

9) Observe-se que não aludimos em a nossa consulta à possibilidade atual ou remota de compra a crédito. Esperavamos, portanto, resposta diferente, isto é, que assegurada a aquisição de um certo número de unidades por semana, faria o fornecimento à vista, nestas ou naquelas condições.

10) Ninguem ignora as dificuldades que assoberbam as cooperativas de consumo e os insucessos, mais das vezes hipotéticos, que lhes são atribuídos. Não se deve, entretanto, sem exame atento e cauteloso, dificultar-lhes a existência e, menos ainda, desprezar os benefícios, pequenos ou grandes, que elas podem proporcionar às suas co-irmãs.

11) Estamos convencidos que se torna necessário e até indispensável empregarem as sociedades cooperativas em os seus entendimentos e nas suas relações de intercâmbio econômico-comercial, sem o sacrifício de objetivos e de normas adotadas, linguagem clara e franca, mas que revele, sem sombra de dúvida, boa vontade e disposição de ampla e efetiva cooperação.

12) Em matéria de relações inter-cooperativas achamo-nos, ainda, bem próximos do quilômetro zéro. Não podemos e nem devemos nos iludir confundin-

(*) Contribuição à 1a Tertulia Cooperativista promovida e realizada, na Sociedade Nacional de Agricultura, pelo Centro Nacional de Estudos Cooperativos. O assunto versado, de grande alcance para o desenvolvimento do cooperativismo, merece em o nosso entender, atenção.

do o intercâmbio eventual, passageiro, — que existe e sempre existiu, — com o intercâmbio permanente, duradouro, que as cooperativas de consumo sempre desejaram e anceiam estabelecer com as de produção, notadamente as agrícolas ou agro-pecuárias, também sujeitas para a colocação dos seus produtos a influência poderosa, organizada, e altamente especulativa, dos intermediários.

13) Há quem afirme, e com acêrto, ser "a entrozagem da produção e do consumo" extrenamente dificultada pela ausência de verdadeiras relações inter-cooperativas. Dessa ausência, porém, não se deve inferir que as cooperativas não se entendem e à surdina se guerreiem. Não. E para aproximá-las, ajudando-as nas suas relações, é necessário que se procure compreendê-las, esquecendo êrros passados e, com geito e táto, auxiliá-las a eliminar os êrros presentes, facilitando-lhes o ingresso pelo melhor caminho.

14) Ganha fóros de voz corrente, com enorme dano e desprestígio do cooperativismo do consumo, a fama de não serem bons clientes, de faltarem, muitas vezes, aos pagamentos e compromissos.

Infelizmente exemplos podem ser apontados e prejuízos citados. Tem êsse fáto, que não se nos afigura razoável continúe maculando, em a sua essência, o cooperativosmo de consumo, concorrido para o seu descrédito e, em consequência, para agravar as suas dificuldades.

Urge uma reação vigorosa. As cooperativas de consumo precisam, quanto antes, destruir tais êsse grande e poderoso inimigo. E não se considere impossível essa reação e nem se duvide das consequências e da capacidade realizadora das cooperativas.

A reação, no caso, consideramos necessidade de satisfação imediata. Interessa ao movimento e a própria sobrevivência do cooperativismo

Alega-se, com insistência, que as cooperativas de consumo não oferecem garantia a qualquer operação de crédito. Não estamos convencidos dessa falta de garantias. Elas, em o nosso entender, mesmo não se considerando, como é frequênte, o valor do elemento humano, oferecem garantias suficientes, — as mesmas garantias oferecidas pelo comércio varegista de gêneros alimentícios, isto é, instalações, móveis, utensílios, inclusive balanças, máquina registradora, geladeira, cofres, etc., e, ainda, certa porcentagem das mercadorias em estóque e o valor do respectivo fundo comercial. Não oferecem garantias, concordamos, para crédito a longo prazo e operações vultosas.

As cooperativas de consumo, na prática quotidiana de seu funcionamento, necessitam de crédito de movimento proporcional às exigências da renovação dos estóques, de crédito a curto prazo e de características acentuadamente comerciais.

Que levantem as cooperativas de consumo, num movimento de salutar reação, barragem capaz de represar e conter a corrente de descrédito que lhes está minando a existência.

15) Além dos prejuizos morais e materiais resultantes de propugadas restrições às cooperativas de consumo, — restrições que constituem prato muito ao agrado dos inimigos do cooperativismo, — lutam elas com muitas outras dificuldades. Embóra concorram com as feiras "livres" e os mercadinhos para a redução do preço de venda dos gêneros alimentícios nas áreas de influência de seus armazens, não encontram da parte das autoridades responsáveis pelo abastecimento eficiente amparo e simpatia. Ainda recentemente foram ignoradas e portanto equiparadas ao comércio especulativo, — tal como ocorre em referencia a incidência dos impostos, — em um convênio estabelecido com algumas cooperativas de produção.

A propósito distribuiu o Centro Nacional de Estudos Cooperativos, à imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, nota que, com a devida venia, vamos incorporar à essa palestra pela sua oportunidade e significação



"O Centro Nacional de Estudos Cooperativos tomou conhecimento do recente convênio firmado por sete cooperativas de produtores paulistas, com assistência do Departamento de Abastecimento da Prefeitura do Distrito Federal e publicado no expediente da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comercio, conforme Diario Oficial de 2 dêste.

Em suas linhas gerais, o convênio estabelece preços especiais, durante o período de 1º a 15 de dezembro corrente, para fornecimento de ovos aos feirantes, mercados regionais e caminhões feiras desta cidade, "designados e individualizados pela Prefeitura do Distrito Federal". A cláusula 2a. afirma que "nenhum outro elemento terá direito a participar do fornecimento ou de se abastecer nas signatárias, segundo as condições estabelecidas. Entretanto, conforme cláusula 6a., ditas cooperativas de produtores "continuam inteiramente livres quanto aos preços que mantenham ou venham a estabelecer para os demais compradores do Rio de Janeiro, etc."

E' louvável que as cooperativas produtoras procurem colaborar com os poderes públicos, visando ao melhor abastecimento da população, mas o que o CNEC vem estranhar é a deliberada exclusão das cooperativas de consumidores, dentre os beneficiados com a medida protetora ou de exceção. Elas são afastadas ao mesmo tempo que os intermediários se beneficiam com tratamento especial, para depois escorcharem os consumidores com os preços de revenda quase proibitivos, na fase dos festejos natalinos.

Tal orientação contraria fundamentalmente a filosofia e orientação adotadas em todos os países cooperativistas, que procuram, antes, estabelecer relações de intercâmbio das cooperativas de produção e consumo. "As relações intercooperativas, diz Fauquêt, dão uma vida nova às velhas noções morais do *justo preço* e do *justo salário*, a predominância do *social* sôbre o *econômico*". Discursando em um dos congressos promovidos pela Aliança Cooperativa Internacional, Albert Thomas reclama "relações dirêtas e orgânicas entre as cooperativas de consumo e as cooperativas agrícolas, com o objetivo de unir em quadros locais e nacionais, nos consumidores e produtores das cidades e dos campos", dizendo, ainda, que *interêsse geral* e *interêsse do consumidor* são expressões idênticas. Kaufmann advertiu sôbre a tendência das cooperativas de produção se transformarem em sociedades de capitais e Beatrice Webb temia que a cooperação de produção significasse um retôrno à forma de produção pre-capitalista.

Temos nesta cidade cêrca de 50 cooperativas de consumo registradas no Ministério da Agricultura, além de uma Federação de cooperativas desta categoria, lutando tôdas com sérias dificuldades de abastecimento, especialmente nas cooperativas de produtores. Sendo um dos objetivos do CNEC promover o intercâmbio cooperativo das entidades de produtores e consumidores, vem tornar pública sua

desaprovação a qualquer critério que exclúa, deliberadamente, a participação das cooperativas de consumo, que são as autênticas entidades rochdaleanas. O movimento cooperativo nacional não corresponderá a seus elevados objetivos, enquanto os seus principais setôres não estabelecerem um entendimento firme e amistoso.

Tornando pública a sua estranhêsa, ante o fáto das cooperativas de produtores assegurarem situação de privilégio para os intermediários, em detrimento das cooperativas de consumidores, o CNEC vem conclamar as primeiras a estabelecerem, pelo menos, uma base de paridade no tratamento dado."

A advertência de Kaufmann, tem, à nossa maneira de ver, ampla aplicação ao nosso meio.

16) Sempre nos batemos contra as facilidades e o abuso do crédito. Mas, não chegamos ao ponto de condenar sua utilização moderada e racional pelas cooperativas de consumo. Consideramo-lo necessário e, até, imprescindivel, como regulador dos sortimentos e estóques.

Assim entendendo somos inteiramente contrários à tese de que as cooperativas de consumo não merecem e nem podem aspirar crédito.

Entendemos, mesmo, que pela natureza, acentuadamente comercial do crédito necessário ao desenvolvimento das cooperativas de consumo e pelas garantias oferecidas e na proporção destas elas se apresentam em situação bem diversa da propalada.

17) Nenhuma cooperativa de consumo, ao que saibamos, teve maiores facilidades e foi vítima do abuso do crédito do que aquela a que pertencemos e representamos. Esteve ameaçada de dar, mas não deu, prejuizo a qualquer de seus fornecedores. Alguns meses de uma política firme, de um programa rigoroso de recuperação, de economias e de pagamentos, bastaram para demonstrar aos incrédulos, aos que se deixam impressionar, apenas, pelo lado material das cousas, que no cooperativismo, em qualquer de suas feições, se deve considerar, também, os fatores moral e humano que, em o nosso entender, não estão longe de se sobreperem ao capital que avassala e domina, exercendo, não raro, sob as mais variadas formas de manifestação, injustificavel tirania.

18) Nas relações inter-cooperativas dever-se-á ter em vista:

a) — a influência do elemento humano e a prevalência das forças morais sôbre as materiais;

b) — a fiscalização, sempre necessária, ser exercida no sentido de persuasiva orientação e nunca de disfarçada ou aberta intervenção;

c) — dar às expressões o seu verdadeiro sentido e valor;

d) — a necessidade de compensações às preferências ajustadas;

e) — as compensações e preferências combinadas não constituem favor a nenhuma das partes, mas, sim garantia e segurança da defesa dos interêsses de ambas;

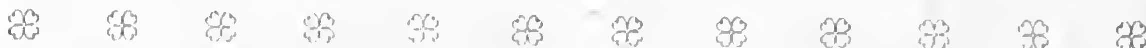
f) — a aquisição de bôas utilidades, a preços razoáveis, é o supremo anceio das cooperativas de consumo;

g) — e, finalmente, a segura colocação, a preços justos, deve satisfazer as aspirações das cooperativas de produção que, em sua grande maioria, não lograram, ainda, a inteira satisfação dessa necessidade.

19) A ponte sôbre o abismo que separa o produtor do consumidor terá de se apoiar em colunas com alicerces assentados nas profundidas em que se recolhe, acanhada, a confiança entre os que produzem e consomem.

As cooperativas de consumo adquirem as utilidades que necessitam para redistribuir aos cooperadores em condições geralmente desfavoráveis. As de produção, em grande número de casos, ficam sujeitas aos ditames dos intermediários que, em última análise, se beneficiam adquirindo de uns e fornecendo a outros.

Cada vez mais distanciadas passam, umas e outras, ao emprego de linguagem extranha a uma verdadeira democracia econômica.



UM PIONEIRO: Geremia Lunardelli

Quando se fala em cultura do café, um nome logo nos vem à mente: Geremia Lunardelli, cognominado o "Rei do Café". Andam a par a nossa maior lavoura — e o nome do seu maior expoente.

E' confortador para o Brasil e para os brasileiros, neste momento, em que se discute no estrangeiro das inconveniências do Brasil para os imigrantes italianos, focalizar aquele modesto filho de Trevizzo, na Itália, que nos procurou em 1887 — na força, portanto, da maior corrente imigratória da Península, que já recebemos. O sucesso de Lunardelli no Brasil é um desmentido a essas aleivosias, adrede espalhadas pelo mundo por grupos interessados em modificar o sentido natural das coisas. Nenhum país, mesmo novo, oferece possibilidades a quem não traga consigo qualidades inatas de trabalho. Para prosperar é preciso trabalhar — com afinco, inteligência, iniciativa, espirito largo e elevado. Portador de um conjunto de virtudes raramente reunidas em um só indivíduo, chegou Geremia Lunardelli à posição que todos lhe reconhecem de um dos mais destacados membros da família rural brasileira, de um autêntico valôr exponencial da nossa Grande Agricultura, prestando, pois, ao seu país adotivo, os mais assinalados serviços no terreno econômico.

Nascido em 1886, aquí chegou ainda nos braços de seus pais, pois contava apenas um ano de idade, indo a família residir em Curumbataí, no Estado de S. Paulo. Dedicou-se sempre ao café e, ainda adolescente, já possuía um sitio onde cultivava essa planta, em Olimpia, denominado "Pau Dalho".

Posteriormente, adquiriu nesta mesma zona as Fazendas "Recreio", "Gema" e "Nata".

Da zona da E. F. São Paulo-Goiás, extendeu suas atividades à Araraquarense e depois à Noroeste.

Em 1938, penetrou no Paraná. Nesta época devido à proibição do plantio da rubiácea em S. Paulo, foi conduzido a procurar campo aberto ao seu espírito empreendedor — e aí encontrou na exuberância da terra roxa, estimulo a novos empreendimentos e outras novas fazendas foram formadas.

Lunardelli é um grande proprietário de terras, mas não é um latifundiário.

Entende que as terras devem ser produtivas, que o valor potencial das mesmas não é suficiente para justificar a sua posse ou retenção. E é assim pensando que as suas fazendas, antes vastos tratos de terras cobertas de matas ou capinzais, são hoje extensas e prósperas culturas, não só de café, mas de algodão, cana, etc.

A Fazenda Cascata foi a sua primeira propriedade no Norte do Paraná. Em 1939, plantou ali 30.000 cafeeiros. Localiza-se no Municipio de Bela Vista, a pouco mais de 40 quilômetros de Londrina e, até pouco tempo, mantinha o titulo de maior fazenda de café, com 1.070.000 pés. A Fazenda Cachoeira, no Municipio de Assaí, conta já com 1.200.000 pés, dos quais 800.000 em franca produção, sendo de 1.700.000 pés o programa para esta propriedade. A Fazenda Cascatinha, em Porecatú, é outra importante propriedade de Lunardelli, no Norte do Paraná, contando já com cêrca de 1.000.000 pés.

O ano de 1949 marcou a entrada de Geremia Lunardelli no Estado de Goiás, onde, próximo a Goiania, já plantou ..... 350.000 cafeeiros e pretende nos próximos anos, chegar a 4.000.000 de pés nesse Estado.

Em S. Paulo possue as fazendas: Gema, Recreio na S. Paulo-Goiás; Recreio em Baurú, Boa Vista em Guarantã, Jangadinha em Rubiácea, Aguapeí, na zona de Araçatuba, e Urubupungá em Pereira Barreto. Totalizam os cafesais de S. Paulo cêrca de 4 milhões de pés. Em Aguapeí possue além de café, algodão, de que já deve ter plantado 3.000 alqueires além de 8.000 alqueires, formados de capim colonião e que dão para a engorda de 40.000 rezes.

No Paraná, além das fazendas Cascata, Cascatinha, Cachoeira, conta ainda com as seguintes: Igarussú em Astorga, Paraná em Campo Mourão e Barbacena em Jandaia com cêrca de 1 milhão de pés.

E' também sócio do seu irmão Ricardo em uma organização sita em Porecatu, possuidora de uma Usina de Açúcar para 200.000 sacas anuais e mais 1.000.000 de pés de café.

G. Lunardelli possue família numerosa: seis filhos e tres filhas, todos casados, e 25 netos. Administra pessoalmente suas fazendas, percorrendo-as constantemente.



O Sr. Geremia Lunardelli, à sombra de um pé de café, em sua residência

O seu meio preferido de transporte é o avião, tendo um Beech Craft para êsse serviço.

O café continua a ser — e o será ainda por muito tempo — o sustentáculo da economia brasileira. A produção mundial, segundo os cálculos, não corresponde às necessidades crescentes do consumo. Lunardelli plantando sempre mais café vai, assim, ao encontro de um apêlo que se generaliza, qual o do aumento da lavoura cafeeira do Brasil, da sua restauração e aperfeiçoamento.

Um aspecto que não pode deixar de



Ao lado de um jornalista americano, o nosso homenageado troca impressões sobre os seus planos quanto à restauração da lavoura cafeeira (Faz. Cachoeira, norte do Paraná).

ser posto em relevo na obra agrícola de Geremia Lunardelli é o social. São os cuidados de que cerca os colonos, os trabalhadores de suas fazendas. As casas de residência amplas, confortáveis, são exemplo a ser seguido neste imenso Brasil, onde o homem rural, de modo geral, habita apenas choças e não dispõe siquer de um mínimo de confôrto no alojamento, para si e sua família. A assistência social e religiosa não falta nas suas propriedades, construindo capelas e até provendo-as de Sacerdotes.

Fala-se muito na necessidade de assistência ao trabalhador rural. Sob certo aspecto, essa assistência é já praticada por Lunardelli, em benefício de seus auxiliares diretos e talvez aí resida uma das razões do seu êxito. Nenhuma emprêsa terá ensanchas de prosperidade se o elemento humano que a impulsiona estiver desamparado, sem alimento suficiente, sem escolas, medicamentos e confôrto relativo. E' o meio mais eficaz de conservar no campo o trabalhador rural, que em caso contrário, vem para as cidades, em busca do que não lhe dão os seus empresários.

Geremia Lunardelli bem merece os aplausos e as homenagens que lhe vêm tributando órgãos de classe do comércio, da indústria, da lavoura e da imprensa, entre os quais se incorporam a Sociedade Nacional de Agricultura e esta revista — seu órgão oficial — pois a atividade dêsse autêntico pioneiro se exerce justamente no setor da nossa maior riqueza — a terra, que é de onde decorre a sua notável prosperidade, — a prosperidade justa como a chamaríamos — pois que não vem ela da especulação ou do jôgo de preços, mas do trabalho produtivo, que dá riqueza à Nação.

CUIDEMOS DAS BASES RACIONAIS DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Prof. ARTUR TORRES FILHO

O Brasil mantem intercâmbio livre, de pensamento e comércio, com os outros povos; entra na liça da competição em todos os mercados; não poderá, portanto, eximir-se da concurrência, devendo armar-se cavaleiro para essa luta porfiada, recorrendo a métodos modernos na técnica da produção.

Das relações de permuta do mundo inteiro dependerá o equilibrio que torne a vida mais barata, fácil e feliz.

Longe vai o tempo em que bastavam os dons naturais, depois que a ciência rasgou o véu que tornava imprestáveis multiplos fenômenos, hoje entregues ao conhecimento geral. Não se explica, de outro modo, a razão pela qual o Brasil não logrou alcançar ainda, no intercambio mundial, a posição que lhe compete, não obstante seus grandes recursos humanos e as qualidades de energia e capacidade de trabalho de seus habitantes.

Produtos que, privilegiadamente, eram nossos, de que a borracha é caso típico, foram repelidos dos mercados exteriores, outros existindo, que, a despeito das decantadas condições propícias do meio, não lograram transpr e vencer na concurrência.

A evolução economica do Brasil tem-se realizado sem ritmo, à custa de sobressaltos constantes.

Tem-se, na atualidade, atingido a elevado gráu de aperfeiçoamento no jôgo da produção, outro tanto sucedendo na tecnica comercial, resultado a que a humanidade só póde chegar senão transcorridos séculos de obscurantismo; motivo porque, sendo a agricultura a formadora de riquezas, por excelencia dos povos, devemos conhecer assim, transformações, do periodo pré-histórico ate a época atual, em que a agronomia resplandece como fruto sazonado de grandes conquistas do espirito humano.

O aparecimento do homem na Europa deu-se na época quaternária pleistocena, de acordo com os traços por êle deixados, traços esses representados por esqueletos e instrumentos de sua fabricação.

Os arqueológos dividem a idade da pedra em dois períodos: o primeiro chamado paleolitico (pedra antiga), no qual os instrumentos de silex se apresentavam com côrte, o o segundo, neolitico (pedra polida), caracterizado pelos machados celticos. Seguindo-se à idade de pedra, veio a dos metais, subdividindo-se em duas principais: a do bronze e a do ferro.

Mas, D. Bois e G. Gadeau, muito razoavelmente, acham que esta divisão não se presta bem de estudo da utilização da planta pelo homem, indicando a seguinte para o periodo pré-histórico: a idade da **colheita** parecendo filiar-se à época paleotica e a idade da **cultura primitiva**, de carater rudimentar, começando com o periodo neolitico que, de progresso em progresso, através da idade dos metais, se confundiu com o periodo histórico.

Nada, nos vestígios **paleolíticos**, indica a presença de plantas cultivadas, dominando por exemplo o regime da colheita. Essa fase de ausencia completa de Cultura, persistiu, todavia entre os povos selvagens, caçadores e mesmo pastores. O homem paleolitico, contemporaneo do mamute, não cultivada a terra, vivia da caça e da pesca. Só às colheitas, evidentemente, se deve o primeiro entendimento, se assim se póde dizer, entre o homem e os recursos postos à sua disposição pelo reino vegetal. Na opinião de Nolre, assinala a idade neolitica um gráu de industria bem mal adeantado, traçando a linha divisória entre dois mundos.

Vem em seguida a idade da pedra e dos **metais**. E' o **cobre** o primeiro metal utilizado, abundante na natureza, facilmente transformado em utensílios. Em seguida vem o **bronze**, presupondo um gráu de civilização mais adantado. Só se pode falar em idade do **ferro**, a partir da sua fundição e da extração do mineral, extração essa feita com o auxilio do carvão de madeira.

Para ter-se indicação do esforço do homem pela cultura dos campos, tornar-se-á necessário recorrer à idade da pedra, às construções lacustres da Suiça, onde foram encontrados documentos em depósitos lacustres pertencentes à idade da pedra, isto depois do primeiro periodo glacial.

Nessas palafitas foram achados, pela primeira vez, restos de animais domésticos, ao lado do do homem. Existem, independentes dos estudos de Heer sôbre os depósitos lacustres da Suiça, outros trabalhos sôbre os vegetais encontrados nas turfeiras ou lagos da Alemanha e Itália.

Na feliz apreciação de De Candole, pelas pesquizas arqueológicas e paleontológicas, chega-se a saber da existência de especies vegetais em epocas pré-históricas, mas fica-se ignorando se uma planta chegou depois de outra, ou se tvee outrora fórma diferentes, que não permitam reconhece-las nos fósseis.

Depois da idade do ferro chega-se finalmente à aurora da história, podendo-se acompanhar, com dados mais seguros, as transformações da agricultura.

Assim se exprime De Candole sôbre a dispersão das plantas e sua utilidade pelo homem: "A agricultura saiu, no que concerne às principais espécies vegetais, de três grandes regiões sem nenhuma comunicação umas com as outras: a China, o Sudoeste da Asia (ligado com o Egito) e a América intertropical. Isso não quer dizer que na Europa, na Africa, ou entre os povos selvagens não tenham sido cultivadas algumas espécies de plantas, em época remota e com carater local, servindo de acessório da caça e de pesca; se grandes civilizações, baseadas na agricultura, tiveram inicio nas regiões indicadas, sendo de notar que, no mundo antigo, foi sobretudo às margens dos rios que se constituiram as populações agricolas, enquanto na América isso aconteceu sôbre os planaltos do Mexico e do Perú.

Tinha a China agricultura adeantada quando, pela primeira vez, entrou em comunicação com a Asia ocidental, por intercâmbio de Chan-Kien, sob o reinado do Imperador Wusti, no século II antes da era cristã. As coleções chamadas Pentsa, escritas na época da nossa idade média compro-

vam que ele levou a fava, o pepino, o açafrão, o sesamo, o melão e outras plantas do oeste desconhecidas dos chineses.

A vasta região que se extende do Ganges à Armenia e ao Nilo não esteve tão isolado como a China. Transportando-se de lugar em lugar, as plantas cultivadas foram, com facilidade, conduzidas a grandse distancias. Bastará considerar que, antigas migrações e conquistas, misturaram, sem cessar, as populações arianas e semitas entre o mar Caspio, Mesopotânia e o Nilo. Ao mesmo tempo, grandes estados se formaram às margens do Eufrates e do Egito, sucedendo a tribos que já cultivavam algumas plantas. A agricultura é mais antiga nesta região do que na Babilônia e nas primeiras dinastias, que datam de mais de quatro mil anos. Os impérios assirio e egipcio procuraram em seguida, disputar a supremacia, e, nas suas lutas, transportaram populações, concorrendo para a disseminação de plantas. Após êsses antigos acontecimentos, cuja datas são incertas, as viagens, por mar, dos Fenicios, as guerras de Alexandre até as Indias e, finalmente, a dominação romana, acabaram por disseminar as plantas cultivadas no interior da Asia Ocidental, introduzindo-as na Europa e no Norte da Africa, por toda a parte onde pudessem ser exploradas. Mais tarde, por ocasião das cruzadas, restavam poucas plantas úteis por ser trazidas do Oriente. Por essa ocasião chegaram à Europa algumas variedades de árvores frutiferas que os romanos não possuiam e plantas de ornamentação. A descoberta da América, em 1492, foi o ultimo grande acontecimento que permitiu fossem as plantas caltivadas distribuidas por todos os paises. Agora, são as especies americanas, como a batatinha, o milho, o tabaco, etc. que são levados à Europa e à Asia. Em seguida, uma multidão de especies vegetais do mundo antigo são introduzidas na América.

Nêsse mesmo seculo, o tráfego de negros veio multiplicar as relações entre a Africa e a América, enfim, as facilidades crescentes dos meios de comunicação, combinadas com o desejo de melhorar, concorreram para produzir uma maior dispersão das plantas uteis como hoje testemunhamos.

Na antiguidade temos que destacar a próspera agricultura do Egito, muito favorecida pelas águas fecundantes do Nilo; a da Babilônia e da Caldea, com as suas ricas aluviões, possuindo trabalhos tornando-se paises de abundância; a da Grécia, de irrigação nos vales do Tigre e do Eufrastes, já beneficiada pela agricultura egipciana, legando algumas obras importantes sôbre questões agricolas, como a de Theofrate, que viveu no seculo III antes de Cristo, quasi toda população residindo nos campos, a cidade servindo apenas para goso religioso e politico; foi em Roma que a agricultura alcançou maior esplendor na antiguidade, porém, antes do Império haver caido em poder das classes inferiores e dos escravos, legando trabalhos escritos de incontestável valor, como as obras de Catão (200 anos antes de Cristo), Varrão, Columela e Paladius reunidas em coleção intitulada **Scriptos rei rustica vetares latini**, a enciclopedia de Plinio, contendo ensinamento sôbre a cultura das plantas, as **Georgicas**, obra prima de Virgilio, e outras de menor importância.

A agricultura antiga, como muito bem o disse brilhante escritor agricola, **vem toda ela da observação, adquirida através de resultados acumulados durante série de séculos** por esforços incessantes dos homens, depois de uma infinidade de tentativas, sendo transmitida sob forma de tradições culturais e, mais tarde, pelas civilizações adeantadas, através das obras impressas da Idade Média porque em consequência da quéda e subsequente desmoronamento do império romano, com a invasão dos bárbaros, ocorreu a paralisação de seu progresso. A Igreja, por sua epoca, tornou-se a depositária da civilização Galo-romana; conservando nos mosteiros as tradições do progresso adquirido na antiguidade. Representavam as práticas agricolas dos romanos as tradições das civilizações antigas, por eles avassaladas, as quais foram afogadas pelos povos conquistadores. "O abuso de feudalismo paralisou quasi todo o progresso; os senhores travaram a guerra, devastando os campos e perseguindo os camponeses."

Cessadas as guerras de religião, a necessidade de ordem e de paz se manifesta, amenizando-se os costumes. "Deixando-se de guerrear e a nobreza se ocupa da agricultura; os senhores feudais se preocupam com a bôa exploração de suas terras, suas vidas da abundância das culturas."

No século XV assite-se ao rendimento da agricultura. Aparece, por essa época a obra clássica de Oliver de Serres, "Teatre de l'Agriculture" et "Menage des Champs," verdadeira enciclopédia agricola, cuja primeira edição apareceu em 1600. Essa obra foi traduzida em diversas linguas. Como prático emérito, Oliver de Serres conhecia tudo o que a observação e a paciencia acumularam na antiguidade. Conquanto resuma dos trabalhos antigos, a obra de Oliver de Serres foi o código dos cultivadores durante dois séclos. Em 1563, Bernard Palisy publica um trabalho intitulado: "Tratado dos sais da Agricultura" que no dizer de Emond Gain "recedeu de mais do três seculos a teoria do agrónomo alemão Liebig, formulado no século XIX."

A despeito dos ensinamentos contidos nas obras publicadas, a agricultura permaneceu, no século XVII, sob o império da rotina. Assinala-se no entanto essa época por um grande movimento dos espiritos, pois nela é que aparecem os trabalhos de Milton, Galileu, Pascal, Descartes, e do qual, mais tarde, teria de participar a agricultura. Fôra necessário, antes que isso se desse, que os principios cientificos pudessem controlar e corrigir o empirismo; isto e, seria preciso que a aparecessem os trabalhos dos grandes naturalistas e economistas. E' assim que, no século XVIII, fisiologia, a quimica, a botânica, a geologia, a ciência ,enfim, penetrassem na agricultura. Tudo fazia crer que muito tempo não levaria até que se destaca Buffon, no Jardim das Plantas, possuindo campos de experiência e estudos agronômicos, tendo a seu lado quimicos e botânicos, procedendo a estudo sobre a produção vegetal e animal.

Entre os economistas destaca-se Diderot, na Enciclopédia ocupando-se das questões relativas à industria agricola; Quesney, considerando a agricultura como base da riqueza das nações; Voltaire, Rousseau e outros escritores fazendo preconceito da agricultura como a primeira das artes; **começa finalmente o ensino agricola a constituir objéto de preocupação.**

Esse movimento salutar, se não teve a virtude de promover o legitimo progresso agricola, fez que dêle resultasse certo entusiasmo pela vida rural, nobilitando a profissão do agricultor.

O método experimental não era ainda conhecido. Contudo êle ensaia os primeiros passos. E' assim que aparece, em 1780, a obra de Fabroni,

intitulada **Reflexões sôbre a agricultura**, contendo sábias reflexões originais baseadas sôbre experiências pessoais. Com êsse autor aparece o **papel do humus**, isto é, a influência nutritiva predominante da matéria orgânica em decomposição. "A terra vegetal" diz Fabroni, "é o segredo da fertilidade."

A química que, até então, era uma preocupação de filósofos, vê rasgarem novos horizontes para o seu futuro, mais tarde vindo a prestar grande auxilio à agricultura com Lavoisier que, aplicando a balança ao estudo dos fenômenos naturais, funda a química.

Deve-se a êle, com os seus trabalhos, o conhecimento da circulação da matéria à superfície do planeta. Antes de expirar no cadafalso da Revolução Francesa, Lavoisier, a quem se pode cognominar de "pai da química moderna", disse no seu célebre **Traité elementaire de chimie**: "Não foi no sal que se acendeu o facho de Prometeu; mas no ar, que envolve os animais e que eles decompõem, que os "seres vivos" renovam continuamente, o fogo que serve de alimento à vida". Vê-se que Lavoisier caiu em engano apenas considerando como "seres vivos" os animais e não as plantas. E hoje se sabe que as plantas são aparelhos de síntese, pela função que lhes é própria, da foto-síntese; enquanto os fenômenos que se passam no corpo animal não tem por fim senão destruir a matéria, as plantas gosam do privilégio de a fabricar. Ele foi, incontestavelmente, o creador da química, apesar de se ter querido ultimamente, com a descoberta feita de alguns corpos químicos, destruir o princípio por êle enunciado de que na natureza nada se perde e nada se cria, princípio êsse da conservação da energia e da matéria, até hoje mantido em toda sua integridade, em face dos nossos conhecimentos científicos, que não o destruiram.

Sessaure, no seu trabalho aparecido em 1804 — **Recherces chimiques sur la vegetation** — trouxe grande luz no estudo da absorção das dissoluções salinas dos vegetais. Ele fez sentir a relação existente entre a composição das cinzas dos vegetais e a do solo.

No começo do século XIX ignoravam-se ainda, nas práticas agrícolas, as descobertas recentes da química.

E' o que se póde deduzir do predomínio da **teoria única**, até 1850, desconhecendo-se o papel essencial da síntese das células vivas da planta, creando o complexo de todas as matérias orgânicas, à custa de elementos simples retirados do reino mineral. O agrônomo Thaer, em seu trabalho **Principes raisonnés de l'agriculture** (1831) diz: "O humus é a parte constituinte do solo. A fecundidade de um terreno depende inteiramente dêle; porque, se excetuar a água é a única substância que, no solo, fornece alimento às plantas. Os adubos minerais operam unicamente pela faculdade que tem de favorecer à decomposição." Vê-se assim que Thaer adotava a teoria única. Não só Mateu Dombasle, como Payen, consideravam também os adubos minerais como corretivos e fertilizantes, e não como alimento.

Em 1841, Liebig, com a sua notável, **Química Fisiologia Vegetal, aplicada à agricultura**, destrói a teoria única afirmando que "é a natureza exclusivamente que oferece aos vegetais as primeiras fontes de alimentação". Não se torna preciso encarecer a contribuição preciosa trazida pela teoria mineral, da problema da restituição da fertilidade do solo quando exgotado pelas colheitas. No entanto, será justo obsrevar que Liebig, querendo chamar para sua teoria o papel exclusivo das matérias minerais na alimentação das plantas, se colocou longe da verdade.

A química agrícola experimentou grandes progressos, com Boussingault fazendo estudos clássicos no laboratório e experiências de campo, sôbre alimentação animal, fenômenos químicos da vegetação, composição do solo, merecendo, por seus trabalhos, o cognome de "Pai da Agronomia"; Pasteur, com suas notabilíssimas descobertas sôbre microbiologia, traçou os rumos de pesquizas e descobertas sôbre a química biológica do solo, das plantas e industrias agrícolas de fermentação; Deherain estudou a circulação e perda de nitratos no solo; Cayon e Dupetit, a desnitrificação; Muntz e Girard (1885-1890) reuniram num trabalho de conjunto, completado por pesquizas pacientes, tudo quanto havia de clássico sôbre aduoos que estão essa, de capital importância para a agronomia; Lawes e Gilbert, num imenso labor, dirigiu durante 50 anos, a estação experimental de Rothamsted; Hellriegel e Wilfarth (1866-1888) descobrindo o azoto gazoso fixado pelas leguminosas e Berthelot, em 1895, a fixação microbiana do azoto pelo sólo.

A zootecnica é também uma ciência nova. Até o começo do século XIX, o gado era considerado como um mal necessário, destinando-se antes à produção de estrume e à produção de trabalho segundo a concepção de Matheu Dombasle e os agrônomos daquela época. Em 1843, Gasparin fez observar que as explorações agrícolas compreendem dois gêneros de produção; a produção vegetal e a produção animal, uma e outra devendo ser conduzidas segundo os ensinamentos da ciência experimental, mas visando obter-se o maior luco possível.

Baudement, encarregado de criar a nova doutrina, como professor do Instituto Agronômico de Versailles, lança as bases de uma nova ciência — a zootecnica. Ele faz ver que o animal em exploração precisa ser considerado, como uma **máquina industrial**, dando carne, leite e trabalho, em troca dos alimentos recebidos.

Linneu, o grande botânico, que nos deu a grande obra **Species Plantarum**, como fruto de seu genio criador, surgiu no século XVIII, a êle se devendo a nomenclatura binomia para as espécies, até hoje usada. Piotro Andréa Succardo, professor de botânica da Universidade de Pádua, foi o autor da mais vasta obra sobre fungos, aparecendo em 1862 o primeiro volume do **Sullage Fungorum**.

Desde a mais remota antiguidade poude o homem reconhecer os efeitos danosos dos insetos, principalmente como transmissores de moléstias ao homem. Entretanto, o campo da entomologia econômica é recente, principlamente em suas aplicações à agricultura.

Pode-se dizer que o interesse pela entomologia agrícola resultou do aumento das populações criando exigencia na defesa econômica das plantações.

Registra-se, como uma das primeiras conquistas da entomologia econômica, o combate à filoxera na Europa para a defesa da videira.

Se, graças à química, grandes têm sidos progressos da agricultura resta ainda tirar todo partido das descobertatas recentes das ciências biologicas.

O melhoramento das plantas é preocupação tão antiga do homem quanto a própria agricul-

tura. O registro mais antigo de plantas, internacionalmente preservadas pelas suas qualidades superiores, é encontrado, segundo Darwin, na antiga enciclopédia chinesa, traduzida pelos Jesuítas, no século XVIII. Utilisavam-se as melhores plantas e sementes para propagação. Segundo Fruwirth a hibridação era praticada nos tempos antigos, na China, com várias flores; na Itália, durante o Império Romano, com as rosas, e, no século XVII, na Holanda, com as tulipas; a polinização artificial foi mencionada por Teophrasto como o inicio do estudo da cultura das plantas. Deve-se aos floristas holandeses, célebres em suas fantasias, os trabalhos mais antigos para a produção de novas variedades de plantas conquistando renome mundial as variedades de Jacintos, introduzidos na Inglaterra desde 1596.

Os trabalhos sistemáticos para a creação de plantas tiveram lugar na ultima metade do século XVIII. Vários foram os pioneiros desse movimento; na Holanda, na Suécia, na Inglaterra na França, nos Estados Unidos, na Alemanha, com Baptiste, Van Mones, Kright, Thas, Cooper, Patrick, Scherreff, Frederic Hallet, secundados mais tarde, por Martin Hope Suton, Pierre François, Lévéque de Vilmorin e muitos outros. Só em 1865, graças às aplicações horticolas feitas por Mendel, cujas leis biológicas foram reveladas em 1900, pelo holandes De Vries, surgiu a **genetica**. A Genetica adquiriu metodos próprios e permite conhecer o jogo perfeito da **hereditariedade e da variação**, permitindo-lhe alcançar o fim desejado no melhoramento das plantas e dos animais, com segurança e economia.

Imenso é ainda o campo a ser explorado pela ciência experimental, e a ela a humanidade já deve, em nossos dias, as maiores conquistas em todas as esferas de conhecimentos. Quimicos, fisiologistas, botânicos, entomologistas, fitopatologistas, fisicos, agrônomos, veterinários, têm diante de si vastos dominios para pesquizas e estudos, procurando desvendar os segredos da organização e desenvolvimento dos séres vivos.

A verdade manda reconhecer que, se a agricultura, foi, nos primeiros dias da humanidade, um meio de vida, constituí-se em verdadeira exploração técnica e econômica objetivando retirar do solo os produtos destinados ao homem da maneira a mais perfeita e vantajosa. Enquanto a indústria se exerce em circulo restrito, obedecendo a processos definidos, a agricultura opera em horizontes mais largos, com resultados nem sempre certos. **Ela carece de controle que à economia compete estabelecer.**

Gasparin definiu a agricultura como uma ciência, entretanto, podemos considerá-la como a aplicação de muitas ciências, que se auxiliam. Como diz L. Passy, "a agricultura é um fato e um fato complexo, compondo-se de dois elementos, **a terra e o homem**. E' a terra que é cultivada e o homem é quem a cultiva. A agricultura é o esforço do homem por tirar do solo, ou melhor, da natureza, os elementos necessários à sua subsistência." "A agronomia procura a descoberta das relações mútuas entre os conhecimentos humanos tirados das diversas ciências: geologia, pedologia, botânica, zoologia e economia rural; ela deduz as regras que devem guiar o agricultor no exercicio de sua profissão ;ela tem, por fim, explicar todos os fenômenos complexos da produção das matérias orgânicas vegetais e animais; ela é que pôs a nação as causas e os efeitos imediatos de todos os processos da técnica agrícola, verificando-os pela experimentação sendo, por conseguinte, **um estudo vasto e delicado, do domínio dos sabios.**"

Não se póde aplicar à agricultura as soluções matemáticas, muito embora, regras bem conduzidas possam permitir soluções provaveis. Joga-se com todas as ciências naturais e sociais; dai porque a definição de Thaer, considerando-a uma profissão para o cultivador agrícola, uma parte para o agricultor, e uma ciência para o agrônomo, já não póde ser admitida. A agricultura resulta da associação da ação do homem e da força da natureza.

O agrônomo será o profissional que se preocupa com as leis da produção vegetal e animal e dos meios de aplicá-las do modo mais perfeito e econômico.

Não é mais o fruto da observação, ou melhor, não representa a prática transmitida de geração em geração, será antes um conjunto de conhecimentos humanos, a partir principalmente de meado do seculo XIX.

Nêstes cinquenta anos a produçao agricola, experimentou profundas modificações provocada pelos meios rápidos de comunicação, variando os processos de exploração com o meio e o tempo isto é, com o gráu de civilização e educação dos povos e, bem assim, com as circumstâncias climatericas, economicas e politicas dos diferentes países.

Não nos faltam expressões dêsse pensamento: é urgente, urgentissimo mesmo, crearmos a nossa doutrina agrícola, e preparando dentro dela nossos pofissionais, embora o tenhamos de fazer com modestia e dentro de nossas possibilidades financeiras, cuidadando sériamente das instituições de caráter experimental.

Não basta o ensino dado na escola, que apenas fornece certa soma de conhecimentos práticos; só um largo tirocinio feito no laboratório e na observação dos fenômenos passados em nosso meio será capaz de facilitar a formação de especialistas e a exploração econômica dos recursos agricolas do país. Um cientista, na inteira aceção da palavra, não se fórma, hoje em dia com o grau de densenvolvimento alcançado pelo espírito humano, mediante uma especialização apressada ou méra viagem ao estrangeiro, mas, sim num estágio longo em uma escola ou estação experimental. Esse titulo só se póde conquistar através longos anos de labor intenso, tal a complexidade dos fatores peculiares à natureza das questões agronômicas que, para serem incorporadas à prática corrente de um dado país, precisarão revestir-se de indispensável caráter econômico. Para um bom especialista torna-se indispensável vocação e entusiasmo na tarefa desempenhada.

E' minha convicção inabalável que, sem cuidarmos da formação da doutrina agronômica, com grande decisão de ânimo, aperfeiçoando os nossos produtos, precária será sempre a situação econômica do país, como corolário lógico dos métodos agrícolas empregados.

De muito temos a observar nos resultados alcançados pelo agricultor, em seus esforços de cultivar a terra, não há profissional que, acompanhando a transformação da técnica agronômica do mundo, possa deixar de reconhecer que a agricultura, em todos os países, principalmente nos novos, precisa ser orientada, aperfeiçoada e melhorada por um trabalho de experimentação contínua que, propondo-se a fins econômicos, se inspire em métodos cientificos.

Foi justamente com o advento da ciência experimental que se rasgaram novos horizontes para a agronomia.

E que temos feito entre nós, em matéria de experimentação agrícola?

Relativamente ainda pouco para um país da extensão do Brasil, contendo as condições de meios as mais diversas para as explorações rurais.

Só nos últimos anos e, mais recentemente com a creação do Centro Nacional de Ensino e Pesquizas Agronômicas, havemos de compreender a necessidade de ser sistematizada a experimentação agronômica em todo o país.

A lavoura cafeeira de São Paulo e as explorações agrícolas constituem padrão de glória para a agronomia nacional, e isso se deve, em grande parte, ao Instituto Agronômico de Campinas, a partir dos notáveis estudos de Dafert; ao reorganizar aquele Instituto, ultimamente foi declarado que o seu fim principal era o de "**procurar determinar e traçar as regras científicas e econômicas do código da lavoura racional paulista**". E' do Instituto de Campinas que, ainda hoje promanam todos os ensinamentos para a agricultura de São Paulo. No Instituto Agronômico de Campinas, como acontece com os notaveis resultados obtidos com o ressurgimento da cultura algodoeira, efetuam-se todas as investigações experimentais agrícolas; é a êle que recorrem agricultores e industriais buscando orientação e conselhos.

E em relação à administração federal? Não tem o assunto escapado às cogitações do Ministério, entretanto não puderam êsses estabelecimentos experimentais corresponder de modo completo e decisivo, no que dêles se tornava lógico esperar, em benefício do poder agrícola do país. Isso por dois motivos principais: falta de continuidade de direção e de estabilização, em sua legitimar acepção, nos assuntos afetos a êsses estabelecimentos. Há a salientar, sobretudo, a falta de continuidade de direção, de recursos financeiros e de especialistas.

Felizmente e, com a creação do Centro Nacional de Ensino e Pesquizas Agronômicas, notável realização governamental, poderemos assistir a uma sistematização de pesquizas agronômicas no Brasil e à formação de verdadeiros especialistas.

Se os tecnicos teem de sair da classe dos agronomos nacionais, tratemos de prepara-los, indo buscar no estrangeiro alguns pesquizadores mas o sejam de fato, podendo servir de nossos maestres.

Procurando antes amparar e estimular o trabalho agrícola do país do que perturbá-lo com medidas ou providências coercitivas, a função máxima do Ministério da Agricultura, daí a sua significação nos destinos do Brasil, será a de fazer aquilo que escapar à competência do particular, seja por exigir método e tempo (como são as experincias agricolas), seja aparelhamento técnico, incorporando-se à prática corrente o resultado das pesquizas e experiências. As estações experimentais não precisarão ser muitas, por dependermos de montagem custosa e pessoal técnico especializado; em grande número de casos, os campos experimentais, orientados e subordinados às estações experimentais existentse e as que se resolveram crear, resolverão as primiras necessidades.

Haja vista o que acontece nos Estados Unidos com a experimentação agronômica. Cada Estado ou território possue sua estação agronômica, e, sob o ponto de vista de recursos financeiros e de homens, são as melhores do mundo.

Não há quem desconheça hoje a extraordinária colaboração trazida pelas estações experimentais ao progresso da ciência agronômica nos Estados Unidos e, por conseguinte, ao desenvolvimento de suas fontes de riqueza agrícola.

O aspecto financeiro da questão não é desprezivel, convindo encará-lo muito sériamente, por não prescindir da colaboração das administrações estaduais.

Ao nosso Ministério da Agricultura cabe a elevada missão de dirigir e orientar a experimentação agrícola do país, pois, sem ela, a agricultura terá entre nós existência precária, conservando sempre ameaçada a expansão econômica do país.

Observa-se dia a dia, se prepararem os povos para a luta de concurrência, residindo uma das principais armas, no aumento e melhoramento da produção agrícola, no emprego de variedades aperfeiçoadas de plantas, sementes selecionadas, métodos racionais de preparo do solo, adubação, rotação de culturas, conseguindo retirar, pelo mais baixo preço possivel, grande soma de produtos numa mesma área cultivada, sem contudo exaurir a fertilidade do solo, devido à defortação das florestas.

"A Organização dos Estados, a vida social e a familia, as relações mútuas do homens, as profissões, a indústria, a arte e a ciência, enfim, tudo o que faz o homem, o que êle é, são devidas unicamente à circunstância de que possue um estômago e é submetido a uma lei natural que obriga a consumir diariamente certa quantidade de alimentos, que deve retirar da terra por sua atividade e habilidade, atendendo a que a naturza não oferece senão uma quantidade muito insuficiente. E' evidente que todas as causas influem de uma maneira qualquer sôbre esta lei natural, seja desfavoravelmente, seja vantajosamente, exercem uma influência decisiva sôbre as relações do homem". (Les lois naturelles de l'agriculture, Liebig).

A agronomia é fundamental à nossa existência de povo independente, desfrutando papel de inquestionavel preponderância entre as demais nações do mundo, para o que bastará ter-se em vista o exemplo da América do Norte.

Na agricultura, tem o Brasil a sua melhor fonte de riqueza, o que vem acontecendo dos tempos coloniais até os nossos dias. Já dizia Sully que "os bens da terra são as únicas riquezas inesgotáveis: tudo floresce onde floresce a agricultura."

Impondo-se cuidarmos de melhorar o trabalho de nosso agricultor, respeitando o que a tradição aconselha seja mantido, como fruto de longa adaptação no meio, compete-nos aperfeiçoa-lo à luz dos ensinamentos da moderna técnica agronômica, vasada em experiências no nosso próprio meio agrícola.

Se é incontestável que o trabalho anônimo de nosso agricultor, diremos mesmo do nosso homem do interior, por vezes tão menoscabado, tem sido fator decisivo da civilização brasileira, a **riqueza agrícola do Brasil só poderá ser assegurada, no domínio técnico da produção, com os estabelecimentos experimentais.**

A nossa doutrina agrícola será fruto do trabalho experimental, longo e perseverante, e dependerá do agrônomo brasileiro.

A PASTA DA AGRICULTURA TEM NOVO TITULAR

Nomeado o Sr. Novais Filho, Presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco

O Presidente da República assinou decreto concedendo exoneração ao sr. Daniel de Carvalho do cargo de ministro da Agricultura e nomeando para o substituir o senador Novais Filho.

Os deputados Arruda Camara, Costa Porto, João Cleófas, Lima Cavalcanti, Gilberto Freyre e Alde Sampaio dirigiram, então, ao Presidente Dutra o seguinte telegrama:

"Felicitamos V. Excia. pelo ato da acertada escolha do senador Novais Filho para ministro da Agricultura. A nomeação desse ilustre pernambucano para tão altas funções que certamente irá honrar, pelas qualidades de que é portador, constitue motivo de justa alegria para todo pernambucano."

A Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, ao tomar conhecimento do ato presidencial, nomeou uma comissão de seus diretores para assistir à posse do novo ministro, e telegrafou ao Sr. Presidente da República, e ao novo titular, nos seguintes termos:

"General Eurico Gaspar Dutra — DD. Presidente República — Rio de Janeiro — Nome Diretoria Sociedade Nacional Agricultura e no meu próprio felicito vossencia acerto escolha ilustre senador Novais Filho pasta Agricultura pt Trata-se lidimo representante classe rural Presidente Sociedade Auxiliadora Agricultura Pernambuco vg mais antiga Associação Agricola País e agricultor poderá assim prestar Govêrno Vossência inestimavel colaboração pt. — Saudações Respeitosas. — **Arthur Torres Filho** Presidente."



Ministro Antonio de Novais Filho

"Senador Novais Filho — Senado Federal — Rio de Janeiro — Meu próprio nome e no da Diretoria Sociedade Nacional Agricultura congratulo me ilustre patrício sua nomeação pasta Agricultura terá assim sua direção legitimo representante classe rural como lavrador e Presidente tradicional Sociedade Auxiliadora Agricultura Pernambuco. — Saudações atenciosas. — **Arthur Torres Filho**, Presidente."

Ensino Agrário Ambulante no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agronômo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da I. H. W. B.

E' preciso incentivar, cada vez mais, a expansão do ensino agrícola sob tôdas as formas e modalidades.

Além das escolas profissionais agrícolas mantidos pelos Poderes Públicos tais como as Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas e Escolas Agrotécnicas do Govêrno Federal, muitas modalidades de Escolas mantidas pelos Governos Estaduais e Municipais, Escolas mantidas por entidades de classe como a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura precisamos ainda:

a) de escolas primárias rurais onde o ensino da agricultura constitua uma de suas atividades, como os Escolas Típicas Rurais do Estado do Rio e do Distrito Federal;
b) dos Clubes Agrícolas Escolares dos quais já funcionam mais de 1.500 em todo o país,
c) de Cursos Práticos, como os mantidos pela Sociedade Nacional de Agricultura e pela Fundação Getúlio Vargas;
d) de Cursos de Treinamento Agrícola como os da C.B.A R.;
e) de Cursos Avulsos e de Extensão, como os da Universidade Rural;
f) de Semanas Ruralistas, como as do S.E.A V. e do S.I.A ;
g) de Semanas de Fazendeiros, como as da E.S.A V., da U.R., etc.;
h) de Missões Agrícolas como as que serão promovidas pelo Ministério da Agricultura com o Ministério da Educação.

Em recente viagem de estudos ao Estado de Minas Gerais, onde tivemos a oportunidade de analisar, com detalhes o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção ali em vigor, desde 1947, pudemos verificar o que de útil vem proporcionando ao homem rural mineiro, o **Ensino Agrário Ambulante**.

O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção prevê o desenvolvimento do Ensino Agrário Ambulante, já introduzido no Estado, em pequena escala, há vinte e um anos.

De acôrdo com o Plano, são objetivos do Ensino Agrário Ambulante:

a) procurar alcançar todos os habitantes do campo, adotando medidas que interessem mesmo a vida doméstica do trabalhador rural;
b) criar uma mentalidade sanitária, difundindo noções de higiene e meios de preservação contra doenças;
c) educar e instruir o produtor e seus filhos, preparando êstes para um trabalho mais eficiente;
d) melhorar o ambiente social das fazendas, possibilitando mais conforto e melhores condições de vida;
e) elevar o índice da produtividade do trabalhador, aumentando e racionalizando a produção,
f) promover a introdução de novas culturas e levar ao conhecimento dos agricultores os mais recentes dados experimentais, influindo beneficamente na rendimento das fazendas.

O Ensino Agrário Ambulante e Missão Médico Sanitária que fôra preconizada em um dos discursos do atual Governador do Estado, Dr. Milton Campos, foi organizado em setembro de 1947 e, até dezembro de 1949, isto é, em cêrca de dois anos de funcionamento, já realizou um grande trabalho educativo e de assistência médico-social, com o concurso dos comboios, presentemente em número de cinco, que vêm percorrendo as mais variadas regiões do Estado.

Cada comboio leva :

a) um agrônomo e um veterinário que orientam os agricultores sôbre os mais variados problemas de agricultura e de assistência veterinária aos rebanhos. O agrônomo e o veterinário realizam palestras, resolvem casos concretos nas fazendas, orientam os trabalhos agrícolas, promovem a vacinação dos rebanhos, etc., enfim, procuram resolver, orientando os fazendeiros e criadores sôbre os mais prementes problemas com que êles se defrontam, possibilitando, assim, a racionalização dos trabalhos agro-pecuários;
b) um médico e um enfermeiro que prestam a indispensável assistência ao homem rural, atendendo às consultas que lhes são feitas, examinando e medicando os enfermos, distribuindo medicamentos, etc ;
c) um cinematografista que se incumbe da exibição de filmes educativos sôbre assuntos agrícolas, veterinários, de higiene, etc., procurando assim, pela educação visual, melhorar as condições de trabalho e de higiene da população rural.

Compete ainda aos comboios de Ensino Agrário Ambulante, a venda, pelo preço de custo, de ferramentas e máquinas necessárias aos trabalhos agrícolas.

Em cêrca de dois anos, já realizaram os comboios :

a) cinquenta e cinco viagens, abrangendo, inclusive, as mais afastadas regiões do Estado, sendo 10 viagens ao Norte, 7 ao Sul, 13 a Leste, 10 a Oeste e 15 à Região Central
Em essas viagens, atingiram os comboios 236 dos 316 Municípios do Estado e percorreram 638 localidades diversas,
b) mil cento e sessenta e três palestras técnicas ;
c) oitocentas e vinte e cinco projeções de filmes educativos,
d) seis mil setecentas e trinta e cinco consultas agronômicas,
e) sete mil duzentas e cinquenta e duas consultas veterinárias,

f) cento e trinta e três mil cento e trinta e uma consultas médicas;
g) distribuição de milhares de medicamentos, abrangendo setenta e sete variedades diferentes de remédios;
h) vendidas noventa e duas mil trezentas e sete enxadas.

Dentre os medicamentos distribuídos, os foram em maior quantidade:

a) aralen (27.400 comprimidos);
b) anquilostomina (629.000 drágeas);
c) hepaglobina (1.539.000 drágeas).

Conforme se verifica, o problema máximo do interior ainda é o da saúde do homem rural, tanto que em 147.118 consultas:

a) 7.252 foram sôbre veterinária, isto é, 4,92%;
b) 6.735 foram sôbre assuntos agrícolas, isto é, 4,57%;
c) 133.131 foram sôbre consultas médicas, isto é, 90,51%.

Oxalá, continue cada vez mais ampliado e dotado de maiores recursos o **Ensino Agrário Ambulante** no Estado de Minas Gerais, pois os resultados já obtidos dizem bem do quanto de útil e educativo se pode conseguir junto às populações rurais que mais do que outra coisa qualquer estão necessitando de assistência médica e educacional para que possam receber a assistência social mais ampla que precisa atingir o homem do campo, — o anônimo construtor da nossa grandeza econômica —

O cooperativismo, o conceito de lucro e o petróleo, anteporta das guerras...

Por FABIO LUZ FILHO

Tivemos oportunidade, em outro trabalho, de acentuar algumas das características mais relevantes da teoria cooperativa.

Nunca será demais insistir nelas.

Já frisámos que, assim como a tomada da Bastilha simbolizou, para a Humanidade, um novo ciclo histórico, lembra a erradicação dos privilégios feudais e a declaração dos direitos do homem, a cooperativa constitui o marco inicial de um novo ciclo econômico, é simb

das relações econômicas, que passarão a realizar-se num plano de mútuo entendimento e à luz de princípios que colocam acima de tudo a dignidade da pessoa humana. Estabelecendo como fim último o princípio nuclear da satisfação das necessidades humanas que não o lucro, e distribuindo anualmente as sobras do exercício social na proporção das operações realizadas e não na proporção do capital, o cooperativismo introduziu no campo econômico um sistema que assume as proporções de uma verdadeira revolução, como bem o acentuou *Gide*, de vez que é o esfôrço que se recompensa e não o capital, revertendo as sobras aos próprios consumidores e não aos intermediários, o que constitui uma real diminuição no custo das utilidades e a formação de fundos para o futuro, num objetivo de completa emancipação, por enfeixar, nas mãos dos consumidores, todo o ciclo do processo econômico.

Cria o cooperativismo, assim, uma nova situação em que os consumidores são colocados à frente dos seus próprios destinos, à testa da administração das cousas. Estabelece um justo equilíbrio entre o processo econômico e o processo social, regulando a produção na conformidade das necessidades previstas, evitando tanto quanto possível os desníveis clássicos entre a produção descontrolada e o consumo desorganizado. Disciplina a um e a outro, atingindo sua ação solidária a esfera da educação e a do ensino, a da assistência social e a do intercâmbio internacional em bases de mútua compreensão.

Tendo por finalidade prestar serviços, servir melhor, sem espírito de lucro, que deseja abolir, possui o cooperativismo tôdas as virtudes para o estabelecimento de uma progressiva ordem econômica em que, visando ao justo preço, possam os consumidores criar um padrão de vida mais elevado, e arcabouçar uma ordem social mais equitativa e humana, a economia social estruturada cooperativamente.

Há tempos fez transcedentes declarações um homem que é considerado, nos Estados Unidos, como um dos cinco cidadãos ianques mais capazes em questões econômicas e sociais, o *Sr. Howard A. Cowden*. — E' êle, atualmente, presidente da "Consumers Cooperative Association", de North Kansas Citâ, Missuri, uma das maiores emprêsas a qual abarca todos os ramos do cooperativismo, desde o consumo até à produção, incluindo o petróleo.

E' êle constantemente solicitado por todos os órgãos públicos estadunidenses para que lhes dê sua preciosa colaboração. Pertenceu ao alto conselho que controlava o petróleo para fins de guerra ("Petroleum Industrâ War Council); preside ao Comité da Reconstrução Cooperativa Internacional da Liga Cooperativa dos Estados Unidos, de que é vice-presidente (e provável futuro presidente da Aliança Cooperativa Internacional): é diretor do Conselho Nacional da Federação de Cooperativas Agrícolas ("National Council of Farmers Cooperatives), etc.

E' *Cowden* possuidor, na opinião geral, de uma capacidade de organização que raia pela genialidade, homem da estirpe intelectual dêsses "brains" que ajudaram a ganhar a guerra e possibilitaram o advento da era atômica. Homens sem burocratismos anemiantes. E', pois, com *Warbasse*, um dos líderes de maior projeção no cenário cooperativista mundial.

Estando êle recentemente em Londres como delegado da América do Norte, à Conferência Cooperativa Mundial organizada pela Aliança Cooperativa Internacional, declarou aos jornais londrinos que, segundo a opinião de todos os delegados dessa Conferência, o movimento cooperativo tem virtudes que poderão, melhor que qualquer outro sistema, proporcionar ao povo, (êsse eterno iludido e espoliado) as cousas de que necessita, de vez que substitui o espírito de lucro, traço marcante da moderna economia mercantalista, essência do fenômeno capitalista, pela *prestação do serviço*.

A delegação americana, que encarnava, tinha por objetivos centrais o intercâmbio de serviços e de mercadorias entre as cooperativas dos diferentes países, para o que deveria existir um duplo e mútuo sistema de comércio entre as nações, porquanto muitas existem que só poderão pagar em mercadorias e serviços as utilidades de que precisam.

Alude êle às possibilidades de formação de uma Cooperativa Internacional de Petróleo. Acentua o que se vem realizando nos Estados em tão importante domínio. Lá já existem nove cooperativas regionais de petróleo com onze petrolarias, que produzem 60.000 barrís diários de petróleo crú e dois milhões de galões de petróleo refinado e possuem milhares de quilômetros de oleodutos e um perfeito sistema de distribuição.

A idéia básica dêle é a organização de uma cooperativa Internacional cujos associados seriam as cooperativas de vários países e as cooperativas locais dos Estados Unidos. Teria ela seus próprios campos de petróleo e petrolarias, e venderia êsse carburante em *bases de serviço* que não de lucro, característica basilar do sistema cooperativo.

E tudo dentro dos princípios cooperativistas universais; voto singular; distribuição de sobras na proporção das compras; contrôle democrático, et.

Considera isso o primeiro e fecundo passo para se libertarem os consumidores, especialmente aquêles da Europa esborcelada e faminta, nêste tétrito e inevitável após-guerra, do guante escravizante do comércio capitalista petroleiro de base monopolistica, anteporta das guerras.

Para que êsse plano, de tão grande repercussão, não fique na órbita umbrosa do visionarismo, ou não se esbarrando contra os conhecidos ardís do mercantilismo onimodo e onipotente, mistér se torna que as nações cumpram honestamente a *Carta do Atlântico*, criando, assim, um clima de confiança: acesso de todos os países, grandes e pequenos, ao

gôzo de iguais direitos e às matérias primas do mundo que sejam necessárias à sua prosperidade econômica.

Propõe a organização de uma Comissão Mundial de Petróleo, dentro da O. N. U. para distribuição do petróleo do mundo a todos os países, *sôbre bases de equidade*.

Em face do sombrio e pressago espetáculo das atuais competições no palco internacional, o que está principalmente, à hegemonia mercê da posse ou da patente é que as grandes nações vencedoras visam, conservação dessa mola mágica (para breves tempos, o poder atômico...), o petróleo...

Diante dessa inglória porfia e dessa mentalidade, é possível que homens da estatura intelectual e moral de *Cowden* (e todos nós, cooperativistas, que apoiamos, nós dessa banda do Atlântico, pertencentes a essa "raza cósmica" a que alude *José Vasconcelos* herdeira dos valores culturais da Europa...) passem por pobres banazolas idealistas em permanente estado onírico...

Mas, para a frente é que se caminha, como acentuámos em livro recente. Impertérritamente para a frente...

Muitos outros também passaram por loucos ou utópicos, êstes modalidades de loucos... *Fourier*, entre êles, como Owen... As companhias são honrosas.

Os 28 Tecelões de Rochdale, fundadores do cooperativismo moderno, também abriram, em 1844, no Beco do Sapo, em Lancástria (Inglaterra) a primeira tenda cooperativa debaixo de larachas mordentes...

Hoje, o cooperativismo congrega a mais de 400 milhões de pessoas, em cêrca de 800.000 cooperativas, e possui realizações econômicas, morais e sociais que assombram os mais cépticos... Cem anos de experiência...

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRÉDITO AGRÍCOLA NO BRASIL

Arthur Oberlander Tibáu
Assistente Técnico da Secção de Segurança Nacional do Ministério da Agricultura.

No Brasil, como nos demais países, não foi fácil a implantação do crédito agrícola, em bases racionais, tendo êle sido, por inúmeras vezes, postergado pelas autoridades que, injustamente, o preteriam em benefício do Comércio e da Indústria.

Seria absurdo admitir não ter havido crédito para a lavoura antes do advento da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Valioso instrumento da produção, êle era totalmente e continua a ser, em grande parte, distribuido pelos comerciantes que vendem a prazo e geralmente se cobram em espécie, ganhando na mercadoria que vendem e na mercadoria que compram, reputando aquela pelo maior preço porque corre o risco e faz favor, e esta pelo menor valor, porque estabelece o vencimento dos seus créditos para a época da safra quando a grande oferta por si mesma, apoiada pelas manobras baixistas, provoca a baixa dos preços.

Prestaram sem dúvida, e continuam prestando, um grande serviço à Nação, mesmo explorando a classe que não tinha amparo, e que não soube unir-se para fortalecer-se. Enriqueceram à custa do pouco que deveria sobrar para que o fazendeiro se emancipasse, e fundaram com o esfôrço alheio o monopólio do dinheiro. Com tal avidez se houveram, que não puderam discernir entre a vantagem de viver em regimem simbiótico, que permitiria a prosperidade de todos, e a desvantagem de viver como parasitas causando a sobrevivência de um à custa da derrocada de outros.

A criação de um organismo autônomo especializado — o Banco Rural — foi naturalmente o que ocorreu aos mais afeitos à complexidade do Crédito Agrícola, mas razões ponderáveis de várias ordens, deram ganho de causa à criação apenas de um apêndice ao Banco do Brasil sob a denominação de Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, tendo por finalidade financiar a lavoura, a pecuária e a indústria, conforme reza o seu artigo 1.º, na lei n.º 454, de 9-7-37, transcrito a seguir:

> "A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, instituida com o objetivo de fomentar o incremento da riqueza nacional, prestará assistência financeira direta à agricultura, à pecuária e às indústrias".

Esse memorável despacho governamental de 9 de julho de 1937, pode ser considerado como a pedra fundamental da emancipação da lavoura. De fato, a opressão sob a qual viviam asfixiados os lavradores bem se pôde avaliar pela verdadeira avalanche de propostas de empréstimos recebidas de todos os recantos do Brasil.

E' bastante expressivo o número de empréstimos e o seu valor tomados desde a fundação da Carteira, assim é que, até' ate hoje foram feitos 141.412 contratos no valor de Cr$ .... 19.935.215.229,00 dos quais 110.258 representando o valor total de Cr$ 14.820 035 351,20 foram liquidados até 31-12-48, restando "em ser" na mesma data 31.154 operações na importância de Cr$ 5.115.179.877,80.

O volume dos negócios da Carteira em 10 anos de atividade permite apreciar de quanto foi aumentado o patrimônio financeiro dos agricultores, e, consequentemente, de quanto se enriqueceu a própria Nação. Não menos aquinhoados teriam sido os comerciantes e industriais que tiveram os seus negócios aumentados pela maior abundância de materias primas e mais elevada capacidade aquisitiva dos agricultores. Não exageraríamos se computassemos êsse enriquecimento geral em mais de 100% sôbre o capital investido nos empréstimos supracitados.

Considerando-se as vicissitudes a que estão sujeitas as atividades agrícolas, a rigidez do prazo sempre constituiu motivos de grandes apreensões para os lavradores e criadores e, muitas vezes, a causa de liquidações desastrosas, devido a inoportunidade de venda dos seus produtos ou a insuficiência de colheitas. A flexibilidade do vencimento de obrigações deve ser uma das características vigorantes, em todos os regulamentos de crédito agrícola, mas por contrariarem as normas bancárias em uso, essa conveniência tem sido sempre excluída ficando ao arbitrio do banqueiro ou dos seus agentes. Essa obstinada intransigencia, tem sido, não raro, a causa do desespero dos agricultores, mas felizmente tal mentalidade ferrenha vem sendo aos poucos amaciada como veremos mais adiante.

Em seguida ao prazo, os juros são a questão mais debatida. Não pode haver comparação entre as possibilidades do comércio e da indústria e as da agricultura. Enquanto naqueles o crédito, a uma taxa fixa por ano, se reproduz e se capitaliza várias vezes, na agricultura, por via de regra, a produção correspondente a um empréstimo a curto prazo, só é apurável uma única vez, onerando a custo de produção muito mais pesadamente que no caso do comércio onde o capital é reembolsavel cada vez que a mercadoria é vendida, ou na indústria em que, da entrada da materia prima ao produto acabado, medeiam apenas alguns dias permitindo igualmente o reembolso tantas vezes quantas a produção entra no mercado.

Daí a conveniência de serem os juros substancialmente mais baixos quando o crédito se destina a operações agrícolas e a necessidade de interferência de medidas compulsórias capazes de estabelecer o necessário fluxo de capital para a lavoura.

A Carteira de Crédito Agrícola está cobrando o juro de 7% exclusive despesas de processamento e fiscalização, modicidade apenas aparente porque os dois últimos itens, elevam-se no mínimo a 10%.

A fiscalização da aplicação do crédito tem dado motivo a queixas, mas estas, dada a natureza da instituição distribuidora, são absolutamente infun-

dadas pois, na fase atual, em que os cadastros são ainda imperfeitos, esta medida acauteladora é não só indispensável como duplamente benéfica e cabalmente evita o instintivo abuso no emprego do crédito, e em muitos casos evita o malbarato da sua aplicação.

A administração da Carteira lutou a princípio com dificuldades substanciais no que se refere à parte técnica propriamente, quer do pessoal interno quer dos fiscais e avaliadores, justamente por se tratar de uma modalidade de crédito que envolvia atividades completamente extranhas as que habitualmente eram tratadas pelo Banco do Brasil. A medida entretanto que operavam foram adquirindo a necessária prática e melhor conhecimento agro-pecuário, familiarizando-se com os seus hábitos e a conduta dos clientes. Essa ambientação benéfica vem sendo conseguida nesse lapso de 10 anos durante os quais vem sendo feito o levantamento das disponibilidades cadastrais dos tomadores rurais. Os resultados dessa especialização não se fizeram esperar, assim é que hoje as operações já se fazem, em boa proporção, baseada no crédito pessoal, prática que sem dúvida facilita extraordinàriamente as operações. Êsse longo contacto com o agricultor, permitiu a formação de melhor juizo a respeito das suas aptidões e conduta, sendo desfeito assim o labéu de mau cliente que lhe era injustamente imputado.

O quadro de fiscais tem sido melhorado, sendo recentemente admitidos somente profissionais de agronomia e de veterinária e o corpo de avaliadores tem também evoluido na medida do possível. Os resultados obtidos com a medida que restringiu aos profissionais de agronomia e de veterinária conferiu aos trabalhadores da Carteira maior segurança e maior eficiência.

O movimento alcançado pela Carteira de Crédito Agrícola durante esses 10 anos de sua existência se desenvolveu de tal maneira que o volume de negócios se avantajou de muito ao de qualquer das outras dependências do Banco do Brasil e, talvez tenha sido superior ao de qualquer outro banco brasileiro, envolvendo tal soma de responsabilidades, que não se justificaria qualquer delonga na criação do Banco Rural Brasileiro, autônomo com o seu próprio capital e direção e organização independentes. As dificuldades apontadas são a constituição do seu fundo de movimento e a organização das suas agências e respectivo pessoal. De fato, são dificuldades não pequenas, mas que precisam ser removidas, e para consegui-lo é necessário que esforços nesse sentido sejam feitos e que seja dado início a sua solução.

No que se refere a Organização do Banco em si mesma, o próprio acervo da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil poderia servir de fulcrum para constituí-lo, inclusive o seu pessoal que passaria a pertencer-lhe. Para evitar que houvesse qualquer descontentamento, o seu regulamento poderia ser idêntico ao do Banco do Brasil, assegurando iguais direitos aos funcionários. Estes teriam a vantagem de passarem a pertencer a um Banco em cujo quadro de funcionários haveriam imensas possibilidades de acesso e portanto de fazer carreira muito mais rapidamente.

Para distribuição do crédito seria inicialmente contratada com o próprio Banco do Brasil que manteria nas suas agências a atual Carteira de Crédito Agrícola, através das quais atenderia aos agricultores. Haveria ainda a possibilidade de serem contratados os serviços de outros bancos particulares onde não houvesse agência do Banco do Brasil.

A medida que o Banco Rural fosse firmando as suas diretrizes e que o movimento fôsse se ampliando, ir-se-iam criando agências independentes, aproveitando o próprio pessoal da carteira das agências do Banco do Brasil onde operassem, bem como do que fôsse sendo treinado paralelamente ao desenvolvimento do Banco. As atividades da atual Carteira seriam orientadas no sentido de facilitar a transição, para que a transformação tivesse lugar sem solução de continuidade, pois qualquer modificação no rumo de operações causaria sérios transtornos ao publico.

O funcionamento da C. C. A. I., não deveria absolutamente ser perturbado até que o Banco Rural estivesse em condições de poder atuar com tôda eficiência. Os depósitos e os resultados das subscrições seriam recolhidos à Carteira que com êles operaria até quando o Banco se constituisse, recebendo então todo o acervo em poder daquela.

A par do vultoso movimento da Carteira de Crédito Agrícola, queixa-se o seu ilustre Diretor que não foi ainda providenciado o aumento de fundos indispensáveis a atender às solicitações de crédito cada dia mais volumosas. Assim é que para um total de inversões superior a quatro bilhões e setecentos milhões de cruzeiros, restando apenas de um fundo de um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros, restando um saldo devedor de aproximadamente três bilhões e cem milhões. Para suprir essa deficiência procedeu ao redesconto de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros e utilizou um bilhão e oitocentos milhões das disponibilidades do próprio Banco.

Não logrou o esperado sucesso o lançamento do bonus, cuja subscrição espontânea atingiu apenas a Cr$ 75.863.000,00 e mais Cr$ 348.683.280,10 subscritos compulsoriamente pelos Institutos.

Também não surtiu o efeito desejado o Decreto Lei n. 2.611 de 20-9-40.

Não vemos, face ao que acima vem relatado, como solucionar o problema dos fundos sem ampliar a compulsoriedade da medida a outras entidades econômicas e financeiras do país. Tomando por referência o movimento da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil os empréstimos feitos pelos bancos particulares e os adiantamentos feitos pelo comércio, pode-se avaliar o total mínimo necessário ao crédito rural em aproximadamente 15 bilhões de cruzeiros, importância esta que deveria representar o fundo de movimento do Banco Rural, ou presentemente, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Entre nós é prática corrente, a nefasta e criminosa orientação de cassar o crédito de maneira absoluta quando se esboça ou se declara uma crise. Dessa medida resulta inexoravelmente a precipitação do acontecimento e o agravo da situação. Nada mais errado nem mais em descórdia com as normas da boa finança de financistas e não de menos e assustadiços bancários.

A que se impõe nesses momentos são medidas de tal ordem que afastem ou amorteçam a psicose do medo e consequente desorientação. E' justamente quando deve interferir o govêrno de forma a restabelecer a confiança, tomando providências que contornem as dificuldades, quase sempre aparentes, ou capciosamente forjadas.

Daremos um exemplo típico: — Em 1943 esboçava-se em grande estilo a crise do algodão. As exportações foram quase totalmente suspensas e os grandes exportadores aproveitaram o ensejo para desencadear o movimento baixista. Iniciaram a pânico oferecendo na bolsa o produto por preços ri-

rnórios. Houve certa reação por parte dos maquinistas que se retraíram. Os baixistas confiantes nos seus êxitos anteriores, lançam em bolso a sua própria mercadoria a baixo preço. O govêrno, advertido da manobra criminosa, corre em auxilio do produtor, oferecendo financiamento na base do preço mínimo de Cr$ 95,00. Os baixistas insistem na sua política para desmoralizar a ação do govêrno. Êste mantem resolutamente a sua atitude, faz cessar o pânico, os preços se estabilizam e é salva a lavoura de mais uma derrocada provocada pelos comerciantes inescrupulosos. Convém acentuar que os resultados finais foram os mais auspiciosos possíveis, dos quais podemos destacar: — a) Foram radicalmente desmoralizados os baixistas; b) lucraram os produtores; c) lucraram os maquinistas; d) lucraram os prepostos da carteira; e) lucrou o Banco do Brasil; f) lucrou finalmente a Nação.

Os capilares da distribuição do crédito agrícola é que constituem o seu principal problema. Para a sua perfeição e integralização é que temos que evoluir. Com vistas a êsse ponto, assim termina ainda timidamente Leonardo Truda na sua magistral conferência: "Haverá pois sempre que confiar, na prática do crédito agrícola, por mais que se pretenda ampará-lo em bases reais, numa certa margem do fator pessoal, na idoneidade do devedor, na confiança maior ou menor que êste possa inspirar". Crédito pessoal é crédito na acepção do termo, e representa a doutrina que deve ser propagada e defendida para formar as bases fundamentais das disponibilidades cadastrais de cada um.

A medida que se aperfeiçoa a técnica bancária especializada, vão sendo estabelecidas normas simples que facilitam a tomada do crédito, critério que o barateia e concorre para sua acessibilidade.

O que vimos expondo mostra que o crédito agrícola no Brasil está longe de atingir a perfeição, mas não é menos verdade que já vencemos a primeira etapa, e talvez a mais difícil, justamente a que consistia em demonstrar a sua viabilidade e sobretudo a sua imperiosa necessidade. A demonstração foi feita através a eloquência dos números que representam o movimento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Essa entidade póde englobar em uma só rúbrica que apesar de corresponder a uma pequena parcela da totalidade dos empréstimos rurais no Brasil, atingiu tal vulto que superou de muito o movimento de cada uma das outras Carteiras do Banco do Brasil, representando aproximadamente 15% do movimento do empréstimo do país!



Progride no País o Movimento Associativo sob a inspiração do Dec.-Lei N. 8.127, de 24-10-1945

ATA de inauguração da CASA RURAL DE MALLET, sede da Associação Rural de Mallet.

Aos seis (6) dias de dezembro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), as doze horas e trinta minutos (12h 30m), à rua 15 de Novembro s/n, nesta cidade de Mallet, estado do Paraná, presentes o Exmo. Sr. Moysés Lupion, DD. Governador do Estado; Exmo. Sr. Dr. Pedro Firman Neto, Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; Exmo Sr. Dr. Waldemiro Pedroso, Secretário de Saúde e Assistência Social; Exmo. Sr Desembargador Ary Florencio Guimarães, Sub-Procurador Geral do Estado; Exmo. Sr. Waldemiro França, Prefeito Municipal de Mallet; Exmo. Sr. Hebantho Guimarães Camargo, Juiz de Direito da Comarca; Exmo Sr. Dr. Ernani Benghi, Deputado Estadual por Mallet; Exmo. Sr. Edgard Sporholtz, Deputado Estadual por Imbituva; Exmo. Sr. Dr. Antonio dos Santos Filho, Deputado Estadual por Paranaguá; Exmo. Sr. Dr. Julio Buskei, Deputado Estadual por Prudentópolis e Mallet; Exmo. Sr. Aldo Laval, Deputado Estadual por Ponta Grossa; Exmo. Sr. Dr. Jan Marchetti, Encarregado da Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura na cidade de Porto União, Santa Catarina; Exmo. Sr. Ateneu Holzman, representando a 4a. Zona Agrícola da Secção de Fomento Agrícola do Ministerio da Agricultura, sediada na cidade de Irati; Exmo. Sr. Rubens Suplicy Ferreira do Amaral, Diretor do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura do Estado; e mais autoridades civis e militares componentes da comitiva governamental ora em visita oficial no Municipio de Mallet; autoridades locais, eclesiásticas, pessoas gradas no comércio e indústria; Diretores de Núcleos Rurais do Interior do Municipio, lavradores, visitantes e povo em geral. — Procedeu-se a inauguração da Casa *Rural de Mallet*, séde da Associação Rural de Mallet, representada no ato pela sua Diretoria composta dos senhores: Dr. Miguel Matiskey, Presidente; Eurico Silva, Vice-Presidente; Arthur Alfredo Schier, Primeiro Secretário; João Bilak, Segundo Secretário; Miguel Mariano Domaradzki, Primeiro Tesoureiro; João Wolski, Segundo Tesoureiro, e pela sua Comissão Fiscal, composta dos membros efetivos, senhores Henrique Estevão Trzas-



Associação Rural do Marechal Mallet, Paraná. Solenidade da inauguração da "Casa Rural", séde dessa pujante associação de classe, em 6 de dezembro último.

kowski, Miguel Grgeszczyszyn e Waldemiro Zanko e de seus membros suplentes, senhores José Gonçalves Machado, Pedro Trojan e José Staszewski, — iniciando-se a solenidade com a recepção ao Exmo. Sr. Governador do Estado, junto a um arco de triunfo armado nas proximidades do edifício a ser inaugurado e ornamentado a caráter, aludindo a colheita de trigo ora em vigência nesta zona, sendo S. Exa. recepcionado por uma comissão composta de associados: senhores Cherubim de Almeida, Júlio Sessak, Henrique Estevão Trzaskowski, Júlio Sadovei, Romão Paul, João Pech e Ladislau Szlachta e mais por um grupo de crianças dirigidas pelo Sr. Vice-Presidente, fazendo a menina Dilcê Nogueira a entrega ao Exmo. Sr. Governador do Estado de um ramalhete de jasmins entremeado de espigas de trigo, com palavras de oferta, encaminhando-se daí S. Exa., comitiva, autoridades e povo defronte ao prédio, em cujo portal, vedado com a fita simbólica, o Exmo. Sr. Deputado Ernani Benghi, — o iniciador da idéia da sêde própria da Associação Rural de Mallet e patrocinador desta junto ao Govêrno do Estado, nos meses de fevereiro e maio do corrente ano para a obtenção, para aquele fim, do material do prédio de madeira que constituira a Coletoria Estadual desta Cidade, à avenida João Pessôa n. 32, — proferiu o mesmo Deputado alusivo e brilhante discurso, enaltecendo o trabalho de cooperação entre o Govêrno e o povo, resultando da doação feita por aquele e esforços do segundo, com a colaboração do comércio e indústria dêste Estado e dos Estados vizinhos, surgir o prédio que se inaugurar, devidamente aparelhado para atender as necessidades da lavoura e pecuária locais e defender também os interesses da nobre classe rural (Antes dêste discurso, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, a convite do senhor Presidente da Associação, hasteou, cantando os presentes o Hino da Pátria, a Bandeira Nacional, — valiosa e significativa oferta para o dia inaugural, feita pela *Sociedade Nacional de Agricultura*, do Rio de Janeiro). A seguir, ainda pelo Exmo. Sr. Deputado Ernani Benghi, foi convidado o Exmo. Sr. Dr. Secretário de Agricultura, para descobrir a placa fixada à entrada do prédio, placa contendo os dizeres: "Associação Rural de Mallet", os quais contornam um desenho a cores representando uma espiga madura de trigo, alusiva à época da inauguração da sêde, o que foi feito por S. Excia. o Dr. Secretário de Agricultura, que peroraram na ocasião, evidenciando o significado do movimento associativo dos lavradores e pecuaristas dêste Município, os quais podiam confiar no amparo, o mais completo possível, aos seus nobres e justificados propósitos de melhoria das condições da vida rural, por parte do atual Govêrno do Estado e especialmente de sua Secretaria, informando na oportunidade que, para comprovar êsse interêsse pelos poderes públicos pelas populações rurais, viera a esta Cidade, na véspera, mandado pela sua Secretaria, um trator com os respectivos implementos, para ser entregue nesta data ao Município de Mallet, com a finalidade do mesmo maquinismo ser aproveitado na lavoura local; e informou mais S. Excia. que dentro em breve seriam remetidos para cá um reprodutor e algumas novilhas de gado leiteiro holando-argentino, do lote recentemente adquirido pelo Estado. Procedido o descerramento da placa, S. Exa. o Governador do Estado, proferindo palavras solenes e dando a Casa Rural de Mallet por inaugurado, cortou a fita simbólica que vedava a entrada do prédio, em cujo recinto, devidamente aparelhado para a finalidade estatutária da Associação Rural de Mallet, o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca fez entrega, ao Presidente, da chave principal do prédio inaugurado, entregando também ao Vice-Presidente o livro de Registro do Patrimônio Social; ao Segundo Secretário, o livro da Biblioteca Social e ao Segundo Tesoureiro o livro de Visitas da "Casa Rural de Mallet", cujo livro, a seguir, foi oferecido, para aposição das respectivas assinaturas, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, aos Exmos. Srs. Secretários de Estado presentes, ao Exmo. Sr. Desembargador Sub-Procurador Geral do Estado e às demais autoridades federais, estaduais e municipais e aos presentes em geral. Aos mesmos foi servido aperitivo de produtos viti-vinícolas do Município de Mallet, oferta dos respectivos produtores. Após uma rápida visita à exposição permanente da Casa, S. Exa. o Governador do Estado e sua comitiva deixaram o recinto, agradecendo o Presidente, à saída, a honrosa visita. (Logo após a entrada no interior do prédio, foi feita a bênção do mesmo pelo Revmo. Pe. Segismundo Piotrowski). Aberto o prédio à visitação pública, deu-se por encerrada a solenidade da inauguração, do que lavrei a presente ata que, lida, vai assinada pelos membros da Diretoria e da Comissão Fiscal e por mim subscrita." — Copiada do livro que contém o original dos estatutos sociais, folhas doze a quatorze. Mallet, 8 de dezembro de 1949. (Assinado) Arthur Alfredo Schier — 1º Secretário. Visto: Em 8-12-49. (Assinado) Miguel Matiskei — Presidente. — (Estava uma impressão de carimbo, distintivo da "Associação Rural de Mallet — Mallet — Paraná."

A luta internacional contra a constipação

Segundo as estatísticas cêrca de uma terça parte dos habitantes das regiões setentrionais da América e da Europa sofreria anualmente durante o inverno das conseqüências de constipação. Inúmeras pessoas, tanto no hemisfério setentrional como no meridional tornam-se assim em cada vítima de afecções do aparelho respiratório. É a constipação que mina a constituição una imensa e são particularmente as conseqüência desta doença que se receiam. Se em 18/19 a gripe espanhola nos causou medo, há pouco, faz a gripe italiana.

Lembra-se da Polonia que em 1939 contou três e meio milhões de gripados. Em cada país a perda do capital nacional é enorme e não se pode exprimir em algarismos o que esta cama internacional do enfermo custa à humanidade.

Por esta razão é tão importante que a resistência do corpo se aumenta para que se possam evitar, em todo o caso, as complicações perigosas de ataques de constipação. A combinação do produto natural QUININA e da vitamina de fruta C é o remédio por excelência, inofensivo e seguro contra a constipação e para evitar complicações.

Exatamente nas estações perigosas o corpo precisa do tônico quinina e da vitamina C que aumenta a resistência

TIPOS DE PODA DAS ÁRVORES

ALDER AMERICANO
Eng.-Agrônomo

A poda é uma das mais importantes operações agrícolas e, tratando-se da técnica arborícola, seus fins podem ser assim resumidos: 1) conseguir a longevidade das árvores, tornando-as fortes, pela boa uniformidade na distribuição da seiva nutritiva, ou seja mantendo perfeito equilíbrio entre a parte subterrânea e a aérea; 2) dar às árvores as *fórmas* mais indicadas e apreciadas do embelezamento; 3) conseguir uma frutificação normal e abundante; 4) rejuvenescer as árvores que estão na fase de decrepitude; 5) garantir uma produção de frutos saborosos e sádios; 6) reduzir os ramos mortos ou doentes, inúteis ou mal conformados, a fim de permitir maior acesso à luz, ao ar e ao calor.

À vista do expôsto, podemos especificar os seguintes tipos de poda: a) de educação; b) de transplantação; c) de formação; d) de frutificação ou de produção; e) de conservação ou de limpesa; f) de restauração.

Poda de educação

Deve ser feita no viveiro, quando a planta necessita dos cuidados especiais, para orientá-loa devidamente no seu crescente desenvolvimento, isto é, fornecendo-lhe condições para o seu *ótimo* de vegetação. Tem-se em vista a eliminação dos raminhos baixos, no sentido de favorecer a saída de novos rebentos que, futuramente, irão constituir a copa, que é a parte superior da planta, constituída de tôdas as ramificações com ou sem folhagem. Quando esta operação não é feita cuidadosamente, surgirá, infalivelmente, uma brotação imperfeita, que influenciará na formação da copa. Nesta fase de crescimento, deve-se ter a máxima vigilância, pois do contrário qualquer descuido poderá acarretar sérios prejuizos a planta.

Estando a árvore em condições de ser transplantada para o lugar definitivo, procede-se, então, a uma ligeira poda, tanto na copa como nas raízes que se apresentam pódres, velhas, partidas ou demasiadamente compridas. Com isto, apenas visamos manter o equilíbrio necessário entre a parte subterrânea e a aérea do vegetal. Esta *a poda de transplantação.*

Poda de formação ou morfológica

Tem por fim dar à planta uma *forma* determinada, seguindo à risca as exigências de cada espécie no tocante às regras gerais para os fins que se tem em vista. Esta modalidade de poda é realizada durante o período de crescimento, a fim de conseguir uma copa conveniente, regular, bem ramificada, um "esqueleto" de boa conformação, cujos ramos fiquem uniformemente distribuídos, permitindo, assim, uma rápida circulação da seiva bruta ou mineral, um arejamento e luminosidade mais perfeitos e que a sua folhagem proteja a planta contra os "golpes de calor". Em se tratando de plantas frutíferas, claro está que precisamos aliar sempre as duas coisas, o útil ao agradável, ou seja, a beleza e o seu aproveitamento econômico.

Poda de frutificação

Também chamada de *produção*, que se efetua quando a árvore atingiu o seu franco desenvolvimento, tem por objetivo garantir a regularidade da produção dos frutos. Êste sistema de poda exige, por conseguinte, um podador inteligente, hábil e que conheça o modo de vegetação de cada espécie ou variedade frutífera. Estando ausentes estas qualidades, é aconselhável evitar a pode a fazê-la erradamente. Pelo presente processo se consegue colheitas normais. Cada fruteira tem suas regras gerais já retificadas pela técnica arborícola. Os ramos frutíferos devem ser, quanto antes, suprimidos, conservando-se apenas os novos, para floração vindoura. Executada com perícia, evita-se o desperdício da seiva, que, decerto, reverterá em benefício das gemas frutíferas.

Poda de conservação ou de limpesa

Consiste simplesmente na eliminação dos ramos mortos ou doentes, mal conformados, ou dos que se acham impedindo a passagem do ar e da luz. Os rebentos chamados "ladrões" também precisam ser eliminados.

A função principal desta poda é distribuir disciplinarmente a seiva, tanto a *bruta como a elaborada.* E' praticada logo após as colheitas ou durante o período de descanço do vegetal.

Poda de reforma ou de restauração

E' a que se efetua no caso de plantas mal podadas, velhas ou enfraquecidas.

(Comunicado n.º 104 do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Outubro de 1949).

A importância do cereal "Adlay" sob o ponto de vista econômico e social

Palestra coordenada pelo sócio da Soc. Nacional de Agricultura, F. Guilherme Steinemann, E. I., na reunião de 17-2-1950, no Rotary Club — Barra Mansa, Estado do R. de Janeiro

Os conhecimentos referentes ao plantio e o aproveitamento do cereal ADLAY datam do tempo dos Vedas, e constam de velhos papyrus daquela época. Cabe por este motivo aqui a citação de um sábio Rei, também da antiguidade, quando dizia:

"NIHIL NOVO SUB SOLE"

Nada inventei, nada de novo posso dizer aos senhores.

Seja-me permitido somente RECORDAR. Recordar, sob o signo de VIVER. Viver deve significar VIBRAR, e quem vibra há de mostrar MOVIMENTO, e este por sua vez, há de finalizar em PRODUZIR.

E, como complemento e introdução desta palestra, permitam-me invocar o elevado apêlo de um outro sábio dos tempos mais chegados, o grande e inesquecível benfeitor da humanidade, o douto HAHNEMANN, quando dizia:

"NÃO ACREDITEIS EM MINHAS PALAVRAS; VERIFICAI OS FATOS".

Sabemos que inicialmente foi o homem obrigado pela necessidade de exercer a agricultura, afim de prover a sustento para si e de sua prole, obter o pão de cada dia.

Com o decorrer dos tempos deixou de ser vegetariano e tornou-se carnívoro, cuidando, desde então, da pecuária.

E' interessante observar que as guerras na antiguidade, foram, geralmente, motivadas pela posse das PASTAGENS, sujeitando-se os povos a um estado de semi-escravatura ou servidão no que se refere à posse de terras para o plantio de trigo como alimento básico.

Verificamos estes fatos entre os antigos reinos da Pérsia, Babylonia, Assyria, Médos, Philisteos, Egypcios, Abyssinia e os povos nomades do Jordão, os Israelitas principalmente ,os quais estiveram algumas vezes em captiveiros prolongados.

Livros insuspeitos, como a Bíblia, o Talmud e o Al-Korão contam-nos fases tremendas da história de muitos povos, tendo como causas fundamentais a posse de alimentos.

As grandes invasões da Europa pelos Hunos, Mongois e Arabes, não tinham somente o brutal escôpo do assalto e da conquista, e, sim, a luta pela vida, isto é, pelo alimento.

Como sequência surgiu o artesanato, isto é, a indústria, já para produzir ferramentas que permitissem o aumento da produção, como também, para aparelhar os povos com apetrechos engenhosos para a defesa de seus bens contra a cobiça de vizinhos.

Assim sendo, teve a indústria os seus alicerces no desenvolvimento agro-pecuário, com raras exceções de algumas nações do mundo moderno.

— PANEM et circenses — a célebre frase de um grande pensador romano, frase de desprezo dirigido aos ocupantes do Forum de então, numa época de franca decadência do Império dos Cezares, devia ser parodiada e substituída por uma expressão mais nobre e mais humana para o mundo de hoje, isto é — PANEM, PACEM FACERE —.

E qual é a lição do mundo moderno, do mundo em que vivemos? Não vamos longe; dentro do nosso pequeno círculo de atividades em que vivemos, dentro dêste município, que é uma parcela das centenas que formam êste grande País, sob o signo sagrado e místico da constelação do CRUZEIRO, dentro dêste pequeno círculo, repito, encontraremos as lições que o tempo em sua marcha gravou.

Que as lições do passado sirvam para a geração presente e a futura, e possam proporcionar para o Brasil o que todos nós desejamos sinceramente — PAZ E PROGRESSO —.

O que nos ensina o passado? O que podemos esperar do futuro para êste Município?

No passado verificamos o desenvolvimento da antiga Capitania pelo braço indígena e pelo braço africano, na agricultura formando grandes plantações da cana, mandioca e outros menores, obrigando-os a instalação de engenhos para a fabricação do açúcar, álcool e a farinha; em paralelo apresentou-se uma bem desenvolvida criação de diferentes classes.

Mais tarde, já no tempo do Império, teve a velha provincia do Rio de Janeiro sua época aurea com o plantio de grandes cafezais e o maior desenvolvimento das usinas de açúcar, até a última decada do século passado, quando muitos fatores se tornaram desfavorável ao progresso do Estado do Rio.

De tempos para a atual época verifica-se felizmente um reerguimento bastante pronunciado sob diversos aspectos, principalmente sob o ponto de vista industrial.

Entretanto, não devemos fechar os olhos e deixar de reconhecer que o desenvolvimento da indústria, precisando muitos braços, aos quais pode oferecer boa paga, desfalcou as necessidades da lavoura, a qual entrou, por isso, em deplorável declínio; êste fator por sua vez provocou o encarecimento dos gêneros alimentícios e a falta dêstes últimos nos mercados de abastecimentos, tornando a classe obreira, em geral, subalimentada e mal satisfeita com o estado das cousas.

Grandes fazendas ficaram com os seus trabalhos da lavoura paralizadas, desenvolvendo outras a Pecuária, a qual menor número de braços exige.

As grandes indústrias instaladas neste Município, como por exemplo a Cia. Siderúrgica Nacional, a Siderúrgica Barbará, a Siderúrgica Barra Mansa, o Moinho de Barra Mansa, a Cia Nestlé, a Usina de Laticínios, as Indústrias Químicas Duperial e outras, e mais ainda, as novas indústrias em perspectiva, como por exemplo a fábrica de Cimento Vale do Paraiba, a fábrica Nitro-Química e Produtos congêneres, fábrica de Ferramentas etc, para a lavoura, Britadores e outras que possam surgir, tendo como base as indústrias siderúrgicas, hão de absorver totalmente mais braços para o seu funcionamento, aniquilando o que resta da Lavoura, e desfalcando, também, a Pecuária.

Surge então com mais nitidez o espectro da ALIMENTAÇÃO, cujo problema se acha gravado na consciência de todos, desde o último peão descalço até o burguês de colarinho e gravata.

A que preços subirão os gêneros alimentícios? Donde nos vem e poderão continuar vir?

Em que situação ficará a nossa Pecuária, cujas pastas se acham geralmente depauperadas e por isso a produção do leite por unidade é deficitária, aumentando-lhe o custo e deixando uma margem de lucro ínfimo?

Para que possamos responder em parte por pequena que seja e colaborar, com os poucos conhecimentos que possuímos dêstes graves problemas, em procura de uma ação que amenize o estado atual e que ainda possa surgir, referente ao acima exposto, devemos volver as nossas atenções a um grande personagem na vida nacional, o saudoso ex-ministro e agrônomo FERNANDO COSTA, o qual iniciou a campanha do lamento da produção do cereal.

O ADLAY — na alimentação nacional

Da lavra do agrônomo Ubirajara Pereira Barreto, da seção de Fomento Agrícola em São Paulo, apresenta esta publicação com clareza técnica, documentação fotográfica e testemunhos de numerosos lavradores, o quanto vale êste cereal de existência milenar, quando diz em uma das inúmeras páginas: "O novo grão, pelas suas qualidades biológicas e pelas suas vantagens culturais, econômicas, é altamente revolucionário, capaz de imprimir, ao ritmo econômico-social do país, transformação profunda, de conseqüências fundamentais no evolução político-econômico-social do Nação."

"Coloca-se, assim, êste cereal em o mesmo nível dos grandes acontecimentos que mudaram, tantas vêzes, a rota da Humanidade."

"E' do campo, através dos pioneiros da agricultura moderna que o precioso Adlay há de surgir, um dia, dando inteiro cumprimento à sua missão, isto é, a de alimentar, bem e fartamente a gente brasileira."

Vamos recordar agora o que diz o agrônomo Antônio Carlos Pestana, na Revista "A Lavoura" em dezembro de 1946, referente à Pecuária: "O Cereal Adlay" — "Continuo, porém, de pé, embargando os esforços dos zootécnicos e criadores brasileiros o desconhecimento de boas forrageiras indígenas e exóticas, que entre nós medram fácil e economicamente. Precisamos de forrageiras capazes de substituir pelas suas virtudes as que penosamente possamos cultivar, e as que por preço exorbitante possamos importar."

Referente à morte e a incapacidade de produção de grandes milharais, em conseqüência da falta transitória ou da escassez de chuvas em certas fases da vegetação, diz: "que em igualdade de condições, o cereal Adlay não teria a mesma sorte, porque é vegetal que uma vez plantado ficará no solo por três ou mais anos, pela menos, à semelhança da cana de açúcar, com soca e ressoca. E não é só. Pensemos no alívio e na economia que os lavrador tirarão as socas e ressocas do Adlay, livrando-o da obrigação de lavrar o solo e semá-lo todos os anos, como o exige o milho, por exemplo.

Pensemos também na redução dos tratos culturais, como uma das características mais apreciáveis do Adlay."

Conforme a análise química do Instituto do Ministério de Agricultura apresenta o Adlay, entre outros fatores:

Substância gordurosa	6,89%
Proteínas	13,65
Amido	'3,00

e em outra análise:

Substância gordurosa . . .	5,40%
Proteínas	12,40
Hidrocarbonados	69,90

Continuando o agrônomo Carlos Pestana:

"A proteína é material que tem faltado em boa dose às forrageiras indígenas, de multiplicação e cultivo fáceis. Daí vermos com freqüência, nas revistas de assuntos agro-pecuários a indicação de forragens exóticas, ricas daquele material, como o trigo, triguilho, farelo de trigo, aveia e até centeio para a composição de rações próprias para coelhos, galinhas, porcos, vacas leiteiras, cabras etc."

"Que significa isto? Que não temos outro sucedâneo para êsse mesmo trigo, cuja cultura no Brasil não se pode fazer com a mesma difusão e pelo mesmo custo, registrados noutros países."

"Nossa vida econômica, em certos setores, está assim condicionada às vicissitudes de recursos forrageiros vindos do exterior, e portanto muito precária é nossa estabilidade política na concerto das nações."

"Conversando com o nosso colega Franklin Viegas, pude ouvir-lhe a afirmativa de que o nosso problema zootécnico é, principalmente, **problema de forrageiras.**"

"A Revista "A Lavoura" de junho de 1949 publicou o artigo "Custo da Produção do Leite", da lavra do inspetor de Produtos de origem animal, sr. José Assis Ribeiro, em cujo artigo cita, por exemplo: "Trato deficiente dos pastagens"; Êste critério leva os interessados na produção racional do leite, ao melhoramento das pastagens, única possibilidade de, aumentando o valor das terras, aumentar-se o rendimento do gado."

"Quem pretender manter rebanho leiteiro em exploração racional tem que, antes de tudo, estar aparelhado para lhe fornecer alimentação adequada. E esta não se resume em simples aquisição de farelas, de tortas, etc. de escasso produção em nosso meio, razão dos seus elevados preços."

Em "Notas sôbre o cerreal Adlay" do Professor Paulo Parreiras Hortas, publicado na "A Lavoura" em fevereiro de 1948, encontramos informações de suma importância, pois elas foram tiradas de observações práticas em sua propriedade no Município de Barra do Piraí.

Dizem as observações, por exemplo, o seguinte: "Temos visto que os animais aceitam com a melhor boa disposição, quer as sementes picadas ou moídas, de Adlay, com ou sem casca, assim como se deliciam com sua parte vegetativa. Faz parte de nosso programa de 1948 aproveitar a variedade anã como produtora de sementes e a variedade comum (gigante) para ser usada, sobretudo, como forragem verde, dadas as ótimas qualidades evidenciadas pela análise química da parte vegetativa." Apresentava a parte verde em Proteína real de 1,52 e na substância sêca até 7,21%.

Referente a aceitação da parte sêca, folhas e hastes do Adlay pelo gado leiteiro pode o sr. Damião Medeiros informar também as suas observações práticas.

Voltando ao fator de "O ADLAY NA ALIMENTAÇÃO HUMANA", responde êste cereal de maneira integral e completa os seguintes quesitos, conforme destaca o agrônomo Ubirajara Pereira Barreto:

a) valor biológico igual ao trigo;
b) possibilidade de rápida produção em grande escala;
c) valor econômico baixo, ao alcance da bolsa popular;
d) forma de consumo mais popular, isto é, que possa ser consumido em grão inteiro, sem inconvenientes.

O Cereal Adlay, como alimento popular e barato, pode ser ingerido em grãos beneficiados, cozidos, em qualquer forma, como arroz e como cangica; assim proporcionará ao trabalhador um alimento sadio, barato e de facílimo preparo.

Na tabela de "Substâncias Nutritivas" encontramos o Adlay na seguinte posição:

	Valor biológico
Adlay . . . . . de 93,4 a	105,0
Trigo	84,4
Milho	91,2
Arroz	88,3
Aveia	80,6

PLANTAÇÃO E TRATO CULTURAL

O Adlay é uma planta de todos os climas e de tôdas as altitudes; vai desde o litoral — quente, úmido e baixo, até as altitudes mais elevadas e frias — na Bolivia até 1.500 metros sôbre o mar.

Nos climas quentes e úmidos e de pouca altitude seu ciclo vegetal se reduz a tal ponto que chega a produzir quase 3 vêzes ao ano.

Quanto mais fértil fôr o solo, melhor o Adlay se desenvolverá; entretanto, sua cultura nas terras menos frescas, na época das chuvas, é igualmente recomendada.

Plantando uma vez, a duração do pé, na terra, vai além de 3 anos, com suas produções normais e econômicas. Êste particular é muito importante, tendo-se em conta o custo da produção.

As despesas de preparo da terra e da plantação são efetuadas no 1.º ano, correm, portanto, por conta das colheitas de 3 anos, rebaixando consideràvelmente o custo da unidade.

A semeadura deve ser feita em linha, facilitando mais tarde a capina mecânica. Os sulcos paralelos devem guardar a distância de 1 metro no mínimo, e as sementes duas a duas, são colocadas no sulco distantes de 80 cm a 1m. de uma cova a outra.

Nas terras mais fracas e nos climas mais secos, estas distâncias podem ser reduzidas, porém, nunca menos de 50x50 cm.

Plantando com o espaçamento de 1x1m, pode UM hectare gastar 20.000 sementes ou sejam mais ou menos 1,6 a 2 kgs. de sementes, as sementes devem ser cobertas com 3 a 5 cm. de terra.

Também pode se realizar a plantação em covas, semelhante ao milho, feijão e outros cereais, deve se guardar sempre o espaço acima indicado.

A capina, em terras mais limpas, reduzem-se muitas vezes a uma só; nas terras menos limpas, necessitam-se de 3 a 4 capinas até que as plantas se tenham bem desenvolvidas.

Após o corte, rente ao chão, cobrem-se as touceiras com leve camada de terra, possibilitando, assim, melhor brotação para um novo ciclo de produção.

A folha cortada fica geralmente no terreno, impedindo o desenvolvimento do mato e evitando novas capinas na segunda vegetação. **Mais tarde serão as folhas, já em decomposição, enterradas como adubo, recuperando, desta forma e da mais econômica, as terras cançadas.**

PRODUÇÃO E COLHEITA

O rendimento por hectare constitui um índice de alto valor econômico; assim sendo, encontram-se colheitas que variam de 1.650 a 3.500 quilos por hectare, podendo tomar como base média em nossas terras 2.000 a 2.500 quilos em grão, para uma colheita, ou seja por ano, com duas colheitas — 4.000 a 5.000 quilos por hectare.

Cortam-se as hastes a 1 metro abaixo dos cachos, desde que as sementes estejam devidamente secas.

Logo após cortam-se as touceiras rente ao chão, cobrindo-as com terra para melhor e futura brotação.

Os cachos ficam amontoados no terreiro, como arroz, ou na própria lavoura, e 2 a 3 dias após o corte ficarão batidas para desembaraçar as sementes; estas, depois bem secas, ficarão armazenadas.

BENEFICIAMENTO DO GRÃO

O beneficiamento do grão processa-se igual como o do arroz ou café em máquinas simples de descascar, e, até, no mais rudimentar sistema do antigo monjolo.

Como forragem pode ser usado inteiro ou moído sem necessidade de separar a casca e a palha, conforme a aplicação a qual se destina.

Para a alimentação humana prepara-se o grão do Adlay como o arroz, obtendo um prato delicioso e nutritivo, rico em vitaminas.

Escreve o agricultor Reimar V. Schaoffhousen de Santo Amaro-S. Paulo: "O sabor assemelha-se com aveia. Para fazer pão, biscoitos ou bolos o grão pode ser moído no moinho de fubá, e misturado com a farinha de trigo. Cada boa dona de casa aprenderá logo a usar o Adlay para fazer muitos pratos diferentes e gostosos."

Plantação e colheita são muito simples; quem sabe plantar milho ou arroz, pode plantar e colher o cereal Adlay.

As folhas soltas, verdes ou secas, servem para forragem.

Os restos das plantas voltam para as plantações, onde serão espalhados entre as linhas como ADUBO, para recuperar as terras esgotadas ou cançadas, e prepará-las para novas culturas.

RESUMO

Não existe outro cereal que reuna tantas vantagens. Serve para a alimentação humana e para forragem. Contém em médio 16% de proteinas. Aproveitam-se os grãos e as folhas. Cultura simples e de alto rendimento. Em clima quente dá duas colheitas por ano.

O produtor pode beneficiar o Adlay, usando os grãos na alimentação da família e para forragem na própria fazenda.

E como final, PLANTANDO DÁ! E dá muito!

Esta apreciação de um lavrador foi publicada em "A Lavoura" de maio-junho de 1948.

A humanidade tem fome e reclama alimentos, a máquina humana encontra-se enferrujada, sêca e exausta, e ouvem-se as lamentações em tôdas as latitudes dêste vasto mundo de misérias e desgraças.

Somente sôbre uma sólida Agricultura e Pecuária Nacional pode a nossa Indústria expandir livremente, contando com braços fortes, sadios e produtivos de trabalhadores.

A cultura do cereal ADLAY representa um dos fatores na solução do problema e da alimentação humana, como também da melhoria da nossa Pecuária, referente à produção do leite, não sòmente neste Município de Barra Mansa, como em muitos outros centros do Brasil.

Página de
Barra Mansa - Volta Redonda
Estado do Rio

NORMAS PARA COMBATER A RAIVA DOS BOVINOS

JORGE VAITSMAN
Médico-Veterinário

As autoridades sanitárias responsáveis pela defesa de nossos rebanhos vêm desenvolvendo intensa campanha para a eliminação da raiva, cuja incidência nos bovinos tem sido alarmante nos últimos tempos. Até alguns anos atraz, era apenas conhecida no Sul; atualmente existe no Centro e Nordeste e ameaça alastrar-se pelas outras zonas do país.

Em algumas regiões é doença ainda desconhecida ou rara e, para isso mesmo, vamos resumir os conhecimentos atuais sôbre ela, a fim de que os criadores se alertem e fiquem prevenidos quanto aos aspectos principais do problema e possam cooperar, na defesa da economia nacional e também na de seus próprios interêsses que serão atingidos, caso apareçam animais doentes em suas fazendas.

A raiva comum e mais conhecida é a do cão, que se torna "danado", quando doente. Nos bovinos, de sintomas, em geral são diferentes, pois é diferente, também o mecanismo de suas transmissão. Na raiva dos cães, existe fúria e excitação; o animal torna-se agressivo, modifica seus hábitos e só na fase final da doença é que apresenta sinais de paralisia dos músculos da boca, impossibilitando a deglutição e a ingestão de água (daí o nome de hidrofobia); logo a seguir aparece uma paralisia do trazeiro e a morte sobrevem em poucas horas.

Os bovinos não têm esta forma de raiva, a não ser quando mordidos por raposas ou cães "danados". Embora possível, nos campos é muito raro que as cousas aconteçam desta maneira. Entre os bovinos, a raiva é transmitida pelo morcêgo hematófago, isto é, chupador de sangue, e a doença não apresenta os sinais de excitação e fúria tão comuns nos cães. A doença é conhecida pelos nomes de Paralisia dos Bovinos, Mal de Cadeiras dos Bovinos (Santa Catarina e Mato Grosso, principalmente) e Raiva Desmodina ou Raiva Epizoótica dos Herbívoros. O nome da raiva é conservado porque o agente causador é o mesmo da moléstia do cão, embora os sintomas e o mecanismo de transmissão sejam diferentes.

Nos bovinos, a doença caracteriza-se por uma paralisia súbita do trazeiro, sem nenhum outro sinal ou sintoma anterior, nem mesmo a marca da mordedura do morcêgo. A paralisia é progressiva e atinge os músculos do coração e morrendo o animal repentinamente no 5.º ou 6.º dia.

Não há nenhum tratamento possível para esta doença, que, entretanto, pode ser evitada quando o animal é vacinado preventivamente com produto testado. A dosagem da vacina varia de 10 a 40 cm3, conforme se trata de bezerros, novilhas ou garrotes e adultos de grande porte. A dose, na verdade, pouco influi. O que mais vale é o teste de segurança (teste de Habel), que a boa vacina deve apresentar, teste êsse só feito, no Brasil, pelo que sabemos, nos produtos do Instituto de Biologia Animal.

A campanha contra a raiva ,ora em execução pelo Ministério da Agricultura, só poderá ser bem sucedida se os criadores colaborarem decididamente com a Divisão de Defesa Sanitária Animal, observando, com todo o rigor, suas instruções, que, a seguir, resumimos:

1.º) Toda morte de animal com paralisia do trazeiro deve ser comunicada à Inspetoria Regional de Defesa Sanitária da região, que se encarrregará de proceder a primeira, vacinação do banho da fazenda;

2.º Seis meses depois, o criador deverá revacinar o gado e repetir essa vacinação, se necessário, até que sua zona fique saneada;

3.º) O criador deve combater sistematicamente os morcêgos hematófagos. Os não hematófagos podem ser poupados;

4.º) A classificação dos morcêgos não é difícil e os técnicso do Ministério da Agricultura se encarregarão de fazê-la e ensinar como distinguí-los;

5.º) O criador deve proteger as corujas, que são os inimigos naturais do morcêgo e, portanto, eficientes auxiliares no combate à raiva. As corujas caçam os morcêgos e os destroem. O gavião é outro inimigo natural dos morcêgos. Assim, nas zonas onde existe raiva o gavião também deve ser poupado;

6.º) O criador deve descobrir os esconderijos dos morcêgos, geralmente nos ôcos das árvores e nas tocas e fendas das rochas;

7.º) Localizado o "caseiro" dos morcêgos, tampam-se suas saídas com um pano e queima-se enxofre na entrada principal. Na falta de enxofre é bastante uma simples fogueira, cuja fumaça tonteia os morcêgos e os mata; os que conseguem sair, caem ao solo e podem ser facilmente eliminados por outros meios.

8.º) Além dos morcêgos, as raposas também devem ser perseguidas, pois podem contrair e transmitir a raiva;

9.º) O criador não deve esquecer de vacinar e revacinar com regularidade os cães da fazenda; e

10.º) Deverá sacrificar todo animal atacado de raiva e queimar ou enterrar as carcaças, profundamente.

Como se verifica dos detalhes dêste plano, a campanha contra a raiva, para ser eficiente, não pode dispensar a ajuda do criador, nos seus principais detalhes. Sua execução exigirá trabalho e

perseverança. Qualquer descuido ou excesso de confiança poderá ser fatal.

A luta contra o morcêgo é a parte essencial. Para descobrir suas tocas ou "caseiros", criadores gaúchos estão amestrando cães, o que não é difícil de ser imitado em outros Estados. Tais cães devem estar vacinados e revacinados, tomando-se o cuidado de que apenas localizem os esconderijos, deixando aos homens o serviço de caça e morte. A toca do morcêgo hematófago é típica pelo cheiro e aspecto próprio das fezes dos animais que se alimentam com sangue; e um pouco de prática ensinará o criador a distinguí-las das dos outros morcêgos que se alimentam de insetos e, portanto, não são prejudiciais aos bovinos ou qualquer outro animal do campo.

Em qualquer caso, porém, de diagnóstico de Raiva Bovina, o combate aos morcêgos deve ser total, a fim de evitar maior demora no saneamento da zona.

A proteção à coruja é outro detalhe importante que precisa ser integralmente atendido por todos que vivem no interior. A coruja é uma ave utilíssima, pois só se alimenta de ratos e morcêgos, livrando o criador dêstes dois temíveis inimigos.

Uma aproximação mais efetiva entre o criador e as Inspetorias Regionais de Defesa Sanitária Animal resultará em melhor êxito da campanha contra a raiva, ou de qualquer outra zoonose, que costuma surgir em nossos rebanho.

—

((Comunicado n.º 1 do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — janeiro de 1950).

Noticiário da Escola de Horticultura 'Wenceslão Bello'

CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A F. G. V.

Tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mais os seguintes Cursos Práticos, ministrados em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas:

Curso Prático de Solos e Adubação
Curso Prático de Enxertia
Curso Prático de Contabilidade Agrícola
Curso Prático de Cálculos e Medidas Agrárias
Curso Prático de Hortas Domésticos
Curso Prático de Organização de Pomares
Curso Prático de Organização de Museus Zoológicos.

CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A U. R.

Em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslão Bello os Cursos Avulso de Horticultura e de Extensão de Fruticultura, que vêm sendo ministrados desde 1944, no referido educandário mantido pela Sociedade Nacional de Agricultura.

CLUBE AGRÍCOLA "MIGUEL CALMON"

Reiniciou suas atividades o Clube Agrícola Miguel Calmon, mantido na Escola de Horticultura Wenceslão Bello pelos alunos do Cursos de Hortelão, Fruticultor e Floricultor.

INTERNATO DA ESCOLA

Da mesma forma que nos anos anteriores, foi elevado o número de pedidos de matrícula nos Cursos de Floricultor, Hortelão e Fruticultor que funcionam sob regimen de internato na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantido pela Sociedade Nacional de Agricultura.

OS TRIGOS DO SUL DO BRASIL

Do nosso prezado e ilustre consócio, Sr. Jorge Polysu, recebemos a carta e o artigo que, com prazer reproduzimos:

"Ilmo. Snr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sda. N. Agricultura Rio. — Prezado Sr. — Escrevo esta carta para lhe pedir 5 ou 6 numeros da "A LAVOURA", a fim de, com esta, visitar certos conhecidos, que desejo fazer entrar, como membros, na Sociedade, tendo já recebido as fôlhas para enchê-las.

Aproveito da ocasião para lhe comunicar que nos Estados Unidos da América do Norte, repararam que desde 1947, as semeaduras do trigo "Frontana" são as que ofereceram a maior resistência a ferrugem "15tlc" a mais virulenta, bem como verificaram que todos os cruzamentos de Bagé obtidos pelo Dr. I. Beckman são também muito resistentes, quando centenas de variedades importadas de tôdas as partes do Mundo não resistiram. Vão fazer cruzamentos dos trigos saídos de Bagé.

A êste respeito, junto mais uma folha do histórico do trigo 142 e Polysú — P. G. 1 onde sublinhei o que, me parece, ter tido uma enorme influência sôbre êsse bom resultado.

O Jornal, o "Estado de São Paulo", de 5-4-49 na secção: "Assuntos Agrícolas" publicou o texto de uma conferência feita em S. Paulo pelo Dr. I. Beckman onde se trata dos felizes resultados que êle obteve com o meu trigo.

Fiquei muito satisfeito em ver que trabalhei bastante para obtê-lo e que, pelo menos, deu um resultado certo.

Falta-me, agora, fazer algumas plantações com diversos solos, que, cultivados como acho que devem ser preparados e adubados, também como êles precisam, afim de obter, não 1 tonelada por hectare, mas pelo menos 1 T. 1/2 para no 2º ano obter 2 T. Na França em princípio dêste século já se obtiveram 3 toneladas e com trigos inferiores e em terras cultivadas desde centenas de anos e não vejo a razão pela qual, mesmo em terras consideradas como impróprias, não se obterá quantidade igual, mas trabalhando-as como precisa, e pondo à disposição da planta os elementos na quantidade indispensável.

Os terrenos de campo que existem em tôda parte, produzindo barba de bode, em 10 anos deverão tornarem-se as melhores terras para grandes áreas de cultura de trigo, e então esse cereal ficará a um preço muito remunerador. E o que o Brasil tem de obter: Muito trigo, custo baixo, solos e armazens e transportes econômicos. Venho de expôr o meu plano, mas 79 anos de existência me tornarão mais difícil a realização, bem que não pareço ter mais de 60 anos.

Peço desculpas pela má redação.

Assino-me com estima — J. Polysú.

A variedade que serviu de base às pesquizas seletivas que levaram 25 anos de persistentes experiências difíceis e estudos laboriosos, foi originária do Paraná. Essa variedade descoberta neste Estado custou sete anos seguidos em seleções naturais à pessoa que queria incentivar a cultura do trigo no Paraná, isso desde 1914, atingindo o resultado visado, sòmente em 1922 quando a variedade foi definitivamente fixada.

1a. PARTE

O Dr. J. Polysú era possuidor de diversos lotes de terras na Colônia Novo Tirol — Município de Piraquara. Desde 1913 tinha resolvido interessar os colonos dessa zona e os de Piraquara no plantio de trigo.

Esses, de origem italiana ou polonesa conheciam a cultura dêsse cereal e gostaram da proposta. Assim, o Dr. J. Polysú animado pelo interêsse manifestado pelos cultivadores, resolveu comprar, para semeá-lo, um trigo proveniente do Sul do País e, por isso, dirigiu-se ao prefeito de Guaporé, no Rio Grande do Sul, comprando em 1914 dois sacos da última colheita feita neste Município gaúcho.

Essas sementes foram distribuidas, na sua totalidade, à cêrca de 50 colonos da Colônia Nova Tirol, de Piraquara e, depois, em Novo Transval, Muricy e até no Município de Morretes.

Tudo isso necessitou grande trabalho, muito tempo e despesas custeadas pelo pesquizador, que trabalhava por sua própria conta, sem ajuda nenhuma, nem mesmo oficial.

Tôdas as semeaduras provenientes dêste trigo foram atacadas pela ferrugem, isso em todos os pontos onde era cultivado. Mas, entretanto, durante o período vegetativo o Dr. J. Polysú verificou que, no meio dos trigos, erguiam-se, viçosos alguns poucos pés resistentes, imunes de ferrugem (amarela). Marcou, conforme a técnica, com um barbante vermelho, em cada lote plantado, êsses pés diferentes, e, quando as espigas ficaram maduras, separou-as, uma por uma.

A totalidade dessa diminuta colheita atingiu o peso de 10 quilos de grão

Com o auxilio de dez colonos experimentadores de Nova Tirol, o Dr. J. Polysú semeou êstes dez quilos, a saber, um a cargo de cada colono e em meses seguidos: fim de abril, de maio e de junho de 1915.

Os poucos pés, que nasceram mais fracos, foram arrancados, deixando-se sòmente crescer os mais vigorosos, cuja produção foi muito boa

Dez espigas, era o mínimo em cada pé, algumas produziram até 45 espigas. O notável resultado, foi na época, condignamente registrado pela imprensa. Cada um dos cinco jornais diários de Curitiba então existentes, fizeram exposições de diversos pés inteiros; raizes, hastes e espigas. Da totalidade dos grãos colhidos, foram então selecionados os grãos mais pesados, numa solução de sulfato de cobre e depois, separados os maiores, por peneiras apropriadas, destinados êsses grãos de elite, às próximas semeaduras de 1916.

Procedendo dessa forma, conseguiu-se nas Colônias Nova Tirol, Novo Transval, Piraquara, Muricy e outros lugares de clima mais quente, na Serra do Mar, uma colheita de cêrca de 850 sacos, sejam mais de 50 toneladas de um trigo de peso por hectolitro de 79k — o qual, reduzido em farinha nos moinhos dos colonos deu um produto de primeira qualidade para panificação. A média das colheitas era de cêrca de uma tonelada por hectare, e desde êsse tempo a maioria dos colonos, quasi não compra farinha de fora, aproveitando também o farelo

Foram necessários sete anos para obter essa variedade que já estava fixada em 1922 Justamente um ano antes desta data, o Govêrno Federal cogitando de fomentar a cultura do trigo acabava de crear em Ponta Grossa a Estação Experimental de Cereais cujo diretor era o Dr. Hérmes de Barros Lima.

O Dr. J. Polysú resolveu mandar à estação recem-criada um saco de 60kg. da última colheita feita em Nova Tirol e, motu próprio, despachou em fevereiro de 1922, de Piraquara, um saco dessa preciosa variedade

Diversos colonos ofereceram vender sementes à mesma estação para distribuição pelo Govêrno Federal, mas o Dr. Hérmes Barros Lima declarou que a

verba sairia tarde de mais, para semeadura êste ano. (carta de 15 de março de 1924). Terminou então o trabalho pessoal do Dr. J. Polysú. A 2a. parte tratará dos resultados obtidos na Estação Experimental do Trigo e nas culturas feitas no Paraná e em outros Estados.

2a. Parte

O Dr. Paulo Leitão, Diretor da Estação experimental do Trigo em Ponta Grossa em 14 de novembro do mesmo ano, (1922), no Ofício n. 243 declarou que: Entre as 200 variedades nacionais e estrangeiras foi o trigo mandado em fevereiro de 1922 que deu os melhores resultados, pedindo então, em 9 de janeiro de 1923 (Ofício n. 268) por compra aos colonos, 50 quartas as quais foram mandadas imediatamente.

Pelo Ofício n. 504 de 6 de abril de 1923, o Dr. Paulo Leitão, comunicou que essa variedade tinha sido registrada sôbre o nome de TRIGO POLYSÚ com o n. 142 e que o fez semear para experiências no Estado de São Paulo.

A colheita em 1924 atingiu, no campo experimental, à mais de cem sacas, grande parte foi distribuida pelo Ministério da Agricultura em diversos Estados.

O Ministério quiz então, comprar aos colonos quatro toneladas, que o Dr. J. Polysú foi encarregado de adquirir dos produtores. Infelizmente até ao momento de semear, a verba do Ministério não chegou e o Dr. Polysú responsável perante os colonos foi obrigado a pagar, do seu bolso, aos produtores êsse trigo, que logo depois, êle ofereceu à título de presente nas Colônias dos arredores de Curitiba.

Assim, foi à própria custa do descobridor da variedade, que, esta mesma espalhou-se nos municípios vizinhos da Capital (São José, Araucária, Campo Largo, Palmeira, etc.).

Mais tarde, a estação experimental de Ponta Grossa fez novas linhagens de 142, que denominou PONTA GROSSA n. 1, 2 e 3 que são a mesma variedade 142. Também outros batizaram esta mesma, com o nome da Serra onde tinha ela nascido, e onde está ainda cultivada hoje (MARUMBI). Assim, todos os trigos conhecidos sob os nomes de POLYSÚ — PONTA GROSSA n. 1, 2, 3 e MARUMBI são todos uma só variedade: o n. 142.

(Fotografias demonstrativas nas págs. 6-7-8-10-11-20 e 21 da obra do saudoso Dr. GIL STEIN FERREIRA: O melhoramento do trigo) Ministério da Agricultura 1931.

Onde o 142 não ficou misturado com os outros cereais, conservou-se puro e produz colheitas possuindo qualidades superiores sôbre todos os pontos de vista, idênticos à variedade registrada em 1923.

O Dr. Ildefonso Correia, que ocupava o posto de Inspetor Agrícola Federal, declarou em 1925 que foram colhidos na Colônia Orleans 22.600 kg. de Polysú (142) que apresentou adaptabilidade notável em terras fracas e cansadas, coisa desconhecida em outras variedades nacionais e estrangeiras, e, no jornal "A República", de 12 de novembro de 1923 declarou mais, que, só a constatação dêsse fato vale dezenas de contos de réis; muitos Países, diz ele, tem gasto, nem dez contos, nem cem contos, procurando essas qualidades excepcionais sem o ter conseguido satisfatòriamente, e, mais adiante dizia que, na Colônia Afonso Pena uma faixa de trigo Barleta está definhando entre duas tiras de Marumbi, (142) que se mostra viçoso e bem espigado. A terra é a mesma e nenhuma das duas qualidades recebeu adubos.

E nesse mesmo ano foi experimentado na Colônia Novo Transval uma área de 2.500 metros quadrados na qual a colheita atingira 700 kg. de trigo n. 142, de peso hectolitrico de 79 kg. êsse rendimento corresponde a 2.800 kg. hectare. O que é uma extraordinária colheita.

Esses admiráveis resultados fazem lembrar o que tinha dito o grande Frederico II, Rei da Prússia. "E mais útil à Humanidade que todos os politicos do mundo, aquele que faz crescer duas espigas do trigo, onde antes, apenas crescia uma".

3a. Parte

O competentíssimo geneticista DR. IWAR BECKMAN, Chefe de Serviço de Experimentação e Genética em Bagé (R. G. do Sul) soube reconhecer o valor dessa variedade que êle tinha escolhido, na estação do trigo de Ponta Grossa em 1925, para servir de base aos delicados estudos que pretendia proceder e, recentemente, na sua interessante publicação CINCO ANOS DE COLABORAÇÃO EXPERIMENTAL EM TRIGO NO RIO GRANDE DO SUL, que mandou ao Dr. J. POLYSÚ, escreveu esta dedicatória: "Ao ilustre engenheiro JORGE POLYSÚ, descobridor do famoso trigo Polysú, base primordial das pesquisas seletivas em trigo, registradas no Brasil nos últimos 25 anos, transmite o autor, as suas vivas felicitações e cordiais saudações".

Bagé, 31-1-49 (a.) IWAR BECKMAN

As variedades "Rio Negro" e "Frontana" são trigos superiores sob todos os pontos de vista. O trigo "Rio Negro" é do tipo tardio, ciclo vegetativo demorado, apropriado para o Sul do Brasil, Uruguai e Argentina, o trigo "Frontana", pelo contrário revela-se uma variedade cosmopolita adaptando-se às mais variadas zonas ecológicas.

O Dr. Gustavo Fischer competentíssimo agrônomo uruguaio provou suas perfeitas adaptações em plantações experimentais (1 em Minas; 1 em S. Catarina; 2 no Paraná, 2 em São Paulo, 3 no Uruguai; 3 no Chile; 5 na Argentina e 7 no Rio Grande do Sul).

Para panificação, o Rio Negro e o Frontana rivalizam com o Fronteira que, até hoje, é o trigo nacional do mais alto valor industrial.

Outro fato de grande importância: o peso hectolítrico da Frontana é superior ao do Fronteira, alcançando 82 quilos, o que corresponde a um aumento de cêrca de quatro cruzeiros por saco, o que representa milhões de cruzeiros nos milhões de sacos produzidos.

O Rio Negro e o Frontana resistem à ferrugem amarela e melhor que qualquer outro, à parda e à preta. Uma valiosa qualidade do Frontana é de se distinguir por uma extraordinária resistência à prejuizos causados por passarinhos. Essa enorme vantagem se prende a uma firme construção da espiga, a qual é de debulhar algo difícil. Essa resistência, quase absoluta reveste-se de importância capital que afeta tôdas as variedades precoces.

A maturação do Frontana, quando semeado em junho se registra em novembro. Assim, torna-se possível aproveitar a terra colhida por imediatas plantações de milho ou de feijão obtendo, dessa forma, duas colheitas no mesmo terreno em um ano.

Um adiantado agricultor de Bagé em 1945 colheu na mesma terra, dentro de um único ano: trinta e três sacos de trigo por hectare e depois trinta sacos de feijão. Esses rendimentos de uma terra, sem adubação, no prazo de um ano só, é, realmente algo de grande valor.

Convém mais uma vez, insistir sôbre êsse fato importante: que essa insignificante colheita de dez quilos de grãos selecionados obtidos em terreno onde tinham sido semeados 120 quilos de trigo, foram a origem de uma das variedades que serviu de base primordial às pesquizas seletivas procedidas depois no Brasil durante 25 anos pelo Dr. IWAR BECKMAN em Bagé e no Uruguai pelo Dr. Alberto Boerger e será o caso de aplicar a êstes cientistas as palavras já citadas, proferidas por Frederico o Grande, em favor de quem faz crescer duas espigas de trigo, onde antes, apenas crescia uma.

Esquema da Técnica de Planejamento

SEVERINO SOMBRA

(Diretor Executivo da Associação Brasileira de Planejamento)

A) FASES DO PLENEJAMENTO:

1 — **Definição do Problema:**
a) Exame da situação
b) Designação dos objetivso.

2 — **Pesquisa:**
a) Esclarecimento do problema
b) Revisão dos objetivos.

3 — **Plano:**
a) Integração das conclusões da Pesquisa em um todo orgânico e corlato.

4 — **Programa:**
a) Ordenação na execução do Plano.

5 — **Aprovação:**
a) Apresentação do Plano e Programa à aprovação do órgão ou autoridade responsável (Congresso, no caso de planos nacionais).

6 — **Execução:**
a) Execução do Plano pelos órgãos executivos apropriados, de acôrdo com o Programa e as possíveis alterações introduzidas na Aprvoação.

7 — **Aprovação:**
a) Reexame periódico do Plano e do Programa, particularmente importante no caso de longa duração, para adaptá-lo às possíveis mudanças na situação.

B) CARACTERISTICA DO PLANEJAMENTO:

1 — **Quanto ao Objetivo:**
a) Definição clara e precisa
b) Correspondência no meio ecológico e social
c) Aprovação inicial dos órgãos responsáveis.

2 — **Quanto à Pesquisa:**
a) Delimitação segura
b) Organização racional
c) Interpretação científica
d) Atualização periódica.

3 — **Quanto ao Plano:**
b) Concepção simples
b) Conjunto flexível
c) Dimensão proporcionada
d) Adoção de elementos padronizados
e) Reexame periódico.

4 — **Quanto ao Programa:**
a) Início oportuno
b) Ritmo correspondente às dimensões e nos meios
c) Conclusão completa.

5 — **Quanto à Execução:**
a) Direção escalonada
b) Administração capaz
c) Autonomia suficiente.

C — CONDIÇÕES DO PLANEJAMENTO:

1 — **Aceitável politicamente**
2 — **Executável tècnicamente**
3 — **Viável economicamente.**

D — LIMITAÇÕES DO PLANEJAMENTO:

1 — **Oportunidade**
2 — **Possibilidade técnica**
3 — **Possibilidade financeira.**
4 — **Aceitação pela opnião pública**, no caso de planos de interêsse coletivo, a depender de:
a) nível intelectual do meio
b) preparo da opinião
c) ação de oposições.
5 — **Organização política**, a influir na adoção e execução do Plano, quando de interêsse coletivo, em função de:
a) sua forma
b) condições político-partidárias
c) posição do organismo planejador
d) funcionamento burocrático.

E — PRINCIPIOS DO PLANEJAMENTO:

1 — **Princípio da previsão**
2 — **Princípio da finalidade social**
3 — **Princípio da subordinação política**
4 — **Princípio da seleção**
5 — **Princípio da adaptaçao**
6 — **Princípio da correlação e interdependência.**
7 — **Princípio da proporcionalidade**
8 — **Princípio da centralização e descentralização.**
9 — **Princípio da revisão**
10 — **Princípio da prioridade.**

F — MODALIDADES DO PLANEJAMENTO:

1 — **Operacional:** planejamento de trabalhos a serem realizados.
2 — **Estrutural** planejamento de organizações a serem criadas.
3 — **Funcional:** planejamento de administrações a serem estabelecidas.

G — TIPOS DE PLANEJAMENTO:

1 — **Físico** — tendo por objetivos os recursos naturais, a paisagem, o meio físico e a localização geográfica.
2 — **Econômico** — tendo por objetivos a criação, o desenvolvimento, a organização, a coordenação e o contrôle de atividades econômicas.

3 — **Social** — tendo por objetivos a defesa e o melhoramento das condições de saúde e bem-estar social.

4 — **Cultural** — tendo por objetivos a alfabetização geral, facilidades educativas, desenvolvimento da pesquesa, estímulo às ciências e artes e cooperação internacional.

5 — **De área** — (local, urbano, municipal, estadual, regional), que combina os 4 tipos anteriores, com o objetivo do desenvolvimento das condições de vida na área em questão.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO

Conselho Diretor:

— Edmundo de Macedo Soares e Silva
2 — Anápio Gomes
3 — Fernando Lobo
4 — Valentim Bouças
5 — Rafael Xavier
6 — Luiz Dodsworth Martins
7 — Severino Sombra de Nascimento
8 — Joaquim Moreira de Souza
9 — Cristovão Leite de Castro
10 — Jorge Zarur
11 — Antônio Dias Macedo
12 — Bernardino de Matos
13 — Durval de Magalhães Coelho
14 — Carlos Alberto Nóbrega da Cunha
15 — Artur Hehl Neiva
16 — David Fernandes Lima
17 — Rômulo Cabral Sombra
20 — Benito Derizans
20 — Bento Derizans
21 — Gil Amora
22 — Aluizio Pinheiro Ferreira
23 — César Cantanhede
24 — Alvaro Porto Moitinho
25 — Jose Oliveira Reis
26 — Raul Bopp
27 — Mário Brandão
28 — Antônio Cunha Baima
29 — Benjamim Soares Cabello
30 — João Gilberto Ferreira de Souza

Comissão Executiva:

1 — Edmundo de Macedo Soares e Silva
2 — Anápio Gomes
3 — Valentim Bouças
4 — Rafael Xavier
5 — Severino Sombra de Albuquerque
6 — Joaquim Moreira de Souza
7 — César Cantanhede

Diretor Executivo:

Severino Sombra de Albuquerque

Relatório das atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, durante o ano de 1949

Prof. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor do C. A.

O Clube Agrícola Miguel Calmon, registrado S.I.A., sob o número 1.098, constituido pelos alunos da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", segundo o programa que se propôs realizar, trabalhou ativamente durante o ano de 1949.

Entre outras atividades, conseguiu o Clube Agrícola Miguel Calmon:

a) manter uma horta com 50 canteiros nos quais foram plantados: alface, chicórea, acelga, pimentão, repolho, couve, salsa, cenoura, nabo, rabanete, beterraba, etc.;
b) manter um viveiro com as seguintes mudas de árvores frutiferas: cajueiros, mangueiras, fruta de conde, abricó, jaqueiras, sapotizeiros, ameixeiras, abacateiros, etc.;
c) realizar competições esportivas entre os alunos, especialmente durante a semana comemorativa do aniversário da escola;
d) manter um aviário com trinta e sete cabeças;
e) promover solenidades cívicas nas datas nacionais;
f) comemorar as datas do aniversário da Escola e da Sociedade Nacional de Agricultura;
g) promover uma série de solenidades comemorativas do dia da árvore, inclusive o tradicional plantio de um árvore;
h) ampliar a sua biblioteca;
i) aumentar o seu estoque de ferramentas;
j) promover uma série de palestras educativas sôbre os mais variados assuntos;
k) distribuir a outros Clubes Agrícolas, oito mil mudas de hortaliças,
l) prestar assistência técnica a outros Clubes Agrícolas, inclusive orientar a criação do Clube Agrícola Conde de Agrolongo, na Penha;
m) colaborar na realização da Segunda Semana do Hortelão;
n) instituir prêmios para os melhores alunos da Escola, constando de livros e ferramentas horticolas;
o) manter o jornal "O Horticultor";
p) colaborar com a direção da Escola em tudo quanto se fez necessário a sua atuação;
q) reunir-se, mensalmente, em assembléia geral, para deliberar sôbre o programa de suas atividades.

Releva salientar que, para o desenvolvimento de tão úteis e oportunas realizações, contou sempre o Clube Agrícola Miguel Calmon com a colaboração:

a) do Diretor da Escola, Dr. Antônio de Arruda Câmara, que, sempre amigo do Clube, ajudou-o não só materialmente, como também, prestando-lhe assistência técnica e apoiando, estimulando e colaborando ativamente para que êle pudesse levar a bom termo o programa que se propôs realizar, inclusive chamando-o a colaborar com a direção da Escola em tôdas os empreendimentos em que êle pudesse tomar parte;
b) dos professores e assistentes da Escola, sempre prontos a ajudarem ao Clube Agrícola em tôdas as suas realizações, não só auxiliando-o materialmente, realizando palestras, orientando-o, etc.;
c) do Diretor e funcionários do Serviço de Informação Agrícola, sempre dispostos a auxiliá-lo, quer fornecendo-lhe recursos de trabalho (adubos, ferramentas, inseticidas, sementes ,etc.) quer prestando-lhe assistência técnica e apoio;
d) do secretário da Escola, horticultor Agrícola Castello Barges que, sempre solicito, colaborou para que o "O Horticultor" pudesse ser publicado com regularidade;
e) da Fundação Getúlio Vargas, que forneceu recursos materiais para a manutenção do jornal (estencil e tinta para o mimeógrafo).

Entre outras, promoveu o Clube Agrícola Miguel Calmon, as seguintes palestras, durante o ano de 1949:

a) Problemas fundamentais da educação rural brasileira, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira;
b) Escolha de uma propriedade agrícola, pelo Eng. Agrônomo Arthur Natividade Seabra;
c) A organização da Classe rural, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara;
d) Higiene das habitações rurais, pelo Prof. J. M. Barthola;
e) O problema da saúva no Brasil, pelo Eng. agrônomo Jalmirez Gurmarães Gomes;
f) As atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
g) Importância da contabilidade nas propriedades rurais, pelo prof. Pedro Goulart da Silveira Filho;
h) O papel do pau Brasil na nossa história, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
i) Alguns vultos da história do Brasil, pelo prof. Subael Magalhães da Silva;
j) A figura de Tiradentes, pelo prof. Subael Magalhaes da Silva;
k) O significado do Dia da Árvore, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
l) A proteção à natureza, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
m) Importância dos Clubes Agrícolas Escolares, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
n) Objetivo dos Clubes Agricolas, pelo prof. Roberval Cardoso.

Entre os concursos promovidos pelo Clube Agrícola em 1949, podemos destacar:

a) Concurso sôbre "a importância da árvore" promovido pelos professores Antonio de Arruda Câmara e Geraldo Goulart da Silveira;

b) concursos sôbre "o aniversário da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", promovido pela professora Julieta Capanema.

Por ocasião da realização da Segunda Semana do Hortelão, o Clube Agrícola "Miguel Calmon" teve a oportunidade de colaborar com a Escola em todos os setores de atividades, tendo sido honrado com a inclusão de seu presidente, aluno Antonio Alboni, na Comissão de Bem Estar.

Durante a realização da Segunda Semana do Hortelão, teve o Clube Agrícola "Miguel Calmon" a oportunidade de homenagear o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, na pessoa do Dr. William Simão, chefe da Seção dos Clubes Agrícolas Escolares, que, especialmente convidado, presidiu a sessão solene do Clube que contou com a presença do Diretor da Escola, do Técnico de Educação Rural Dr. Robervol Cardoso, do Eng. Agrônomo Arthur Notividade Seabra, do prof. Pedro Goulart da Silveira Filho, do Eng. Agrônomo Amoury Silveira, do horticultor Agrícola Costella Borges e tantos outros amigos.

Entre outros prêmios distribuidos pelo Clube Agrícola "Miguel Calmon" podemos destacar:

a) dez prêmios em dinheiro, instituidos com o auxílio do Diretor, dos professores e dos assistentes da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", distribuidos aos vencedores das competições esportivos;
b) cinquenta prêmios em livros agrícolas distribuidos a todos os alunos no dia do aniversário da Escola;
c) prêmio "Adriano Dantas" dado ao Semanista Diamantina Augusto Rodrigues, lavrador no Distrito Federal;
d) prêmios "Ministro Daniel de Carvalho", "Prof. Arthur Torres Filho", "Dr. Maria Vilheno", distribuidos aos melhores alunos no dia da colação de grau da turma de 1949;
e) prêmio "Prof. Antonio de Arruda Câmara" instituido pelos professores Geraldo Goulart da Silveira e Jalmirez Guimarães Gomes.

Durante o ano de 1949 foram publicados 9 números do jornal "O Horticultor" que é o documentário informativo da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e do Clube Agrícola "Miguel Calmon".

Na sessão solene presidida pelo Dr. William Simão, foi:

a) organizado um mostruário dos troféus obtidos pelo Clube Agrícola;
b) uma exposição de gêneros produzidos pelo Clube Agrícola.

Relevo salientar que tôda a produção do Clube Agrícola "Miguel Calmon, constante de aves, ovos e hortaliças é consumida pelos próprios alunos, não havendo, portanto, renda da produção.

Conforme se verifica, não foram poucas as atividades do Clube Agrícola "Miguel Calmon" durante o ano de 1949.

Oxalá, não nos faltem jamais o estímulo, o apoio e a colaboração dos bons amigos que nos vêm ajudando, para que o Clube Agrícola "Miguel Calmon" possa levar avante o seu grandioso programa de trabalho.

O exemplo da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" é um estímulo para que o Clube Agrícola "Miguel Calmon", fiel à tradição da Escola, realize, sem alarde, uma grandiosa obra educativa.

Relatório do Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo Sr. Iris Meinberg, relativo ao exercicio de 1949

1. A Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo congrega atualmente 97 associações rurais e cooperativas agricolas, sediadas no interior do Estado paulista. Este número tende a crescer em qualidade e quantidade no corrente ano, em virtude da atuação eficiente e proficua daquela entidade em benficio dos produtors rrais.

2. Os proprios dirigentes da FARESP estão empenhados na elevação do número de filiadas, e estão certos de que conseguirão seu objetivo, em virtude do ambiente favoravel que encontram entre os legitimos representantes das forças produtoras agricolas.

3. Estes hoje mais esclarecidos e orientados do que antem vêm no associativismo da sua classe o caminho certo não só para a defesa dos seus interesses e direitos como para a obtenção dos meios necessárias á melhoria da sua produção e da sua economia individual e coletiva, atravez da assistencia técnica e financeira.

4. O acervo de realizações e de serviços prestados pela Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo aos ruralistas paulistas é grande, especialmente se considerarmos sua pequena existencia. A entidade que representa a pecuaria e a lavoura paulista, foi fundada em 1946, estando completando agora seu quinto ano de idade.

5. O associativismo rural no Estado de São Paulo está alcançando neste momento um dos seus pontos altos, e por isto as suas possibilidades são grandes e animadoras, com reflexo direto na projeção que ganha o seu orgão, federativo no cenário economico nacional.

6. Em janeiro do corrente ano, com a presença de representantes delegados das entidades filiadas, realizou-se a Assembleia Geral da Faresp para prestação de contos da diretoria e aprovação do relatorio do Presidente, referentes ao exercicio social do ano de 1949.

7. Por este relatorio podemos ter uma ideia das atividades desenvolvidas por aquela entidade durante o ano de 1949 e do quanto ela realizou pela agricultor.

8. O confronto dos relatorios da presidencia, apresentado, religiosamente, todos os anos para conhecimento e debate por parte dos delegados dos entidades filiadas, mostra que a atividade da FARESP tem crescido de ano para ano, em profundidade e em extensão.

9. Paralelamente á exposição dos principais acontecimentos, feita nos relatorios, nota-se a preocupação inteligente de ai ser imprimido o pensamento politico-economico da classe. Ele e, desta forma, a definição do pensamento e da orientação dos dirigentes da Faresp.

10. Esta franqueza de pensamento e de atitudes, caracteristica dos responsavéis pela direção da classe rural paulista lhes tem permitido consolidar a posição e o prestigio da FARESP entre os agricultores, outras orgãos de classe e entre as autoridades oficiais de âmbito estadoal e federal.

11. E' interessante lembrar que a Faresp formou-se pela congregação de elementos pecuaristas, razão natural que levou a entidade a estender inicialmente suas atividades em torno das reivindicações da pecuaria do Brasil Central. Agora, entretanto, as forças da produção agricola representadas na Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo exprimem o pensamento e as atividades dos diferentes setores da produção rural, desde o café e a carne até o chá e os cereais.

12. Cada um dos setores da produção agricola não só possue os seus representantes na diretoria da Faresp, como contam com o seu Departamento Especializado, onde técnicos e assessores prestam colaboração na solução dos inumeros problemas que diariamente afluem a entidade federativa pela voz das suas filiadas.

13. Nenhuma decisão ou atitude é tomada pela Faresp sem que os elementos do interior, isto é, as Associações Rurais e Cooperativas Agricolas sejam ouvidas. Este é um principio consagrado e respeitado pelas diretorias que se têm sucedido á frente dos destinos da FARESP.

14. O destaque de alguns itens do relatorio da presidencia mostrará com facilidade esta afirmativa. As atitudes e as reivindicações pleiteadas por aquele orgão de classe, as suas manifestações, revelam o pensamento do produtor rural, e em todos os setores da produção agricola, sentimos sua atuação politica, economica, financeira e técnica.

15. Do relatorio, queremos destacar, pela sua significação e pela sua importancia, as reuniões realizadas no interior do Estado sob o patrocinio da FARESP para discussão e debate dos problemas ligados á agricultura e á pecuaria, que mostram a preocupação existente, de serem sentidos de perto os anseios e as necessidades do lavrador e do pecuarista. Estas reuniões congregam sempre técnicos e autoridades oficiais, interessados tambem neste contacto direto com os problemas e dificuldades do agricultor, e, em levar-lhes o resultado de seus trabalhos de pesquiza e experimentoção.

Estes técnicos e os elementos do fomento agricola (agronomos regionais), procuram estar presente ás reuniões realizadas no interior pela FARESP, buscando juntos uma cooperação, porque sabem ser esta a maneira mais eficiente e útil de trabalhar em beneficio do reerguimento e da melhoria da produção agricola do Estado, e portanto, da economia nacional. Entre estas reuniões e concentrações efetuadas no decurso do ano de 1949, citamos as de São João da Boa Vista, de Presidente Prudente, Cruzeiro, Vargem Grande do Sul, Santa Rita do Passa Quatro, Pereiras, Capão Bonito, Tatuí, Araraquara, Jundiaí, e muitas outras.

16. Entre os movimenots e realizações da Faresp no ano de 1949, não podemos deixar de mencionar a sua atuação e o seu destaque junto à Conferencia de Araxá, onde lhe coube representação eminente na Comissão Central do Conclave e nos debates e apresentação de sugestões nas Comissões Técnicas.

17. Vejamos algumas realizações da Faresp em beneficio dos cafeicultores e da economia do café.

Lutou pelo desaparecimento do acerva fantasma do DNC., constantemente a ameaçar a estabilidade da situação estatistica do produto e, em consequencia, a politica da livre oferta e procura. Manifestou-se pela necessidade de uma propaganda continua junto aos mercados consumidores, para assegurar á rubiácea uma posição capaz de permitir a sua expansão e a sa estabilidade. O diretor do seu Departamento de Café foi enviado em viagem de estudos aos mercados consumidores da America do Norte e do velho continente Europeu, afim de obter informações pessoais sobre a situação dos mercados para conhecimento dos orgãos de classe e dos produtores. Por outra lado, a presença do representante dos cafeicultores paulistas nos mercados consumidores, permitiu que fossem levados esclarecimentos sobre a real situação de nossa lavoura e mercado cafeeiro.

18. A Faresp teve especial atuação no movimento efetuado pelas entidades de classe para obtenção do financiamento do café por três safras, elaborando para tanto um anteprojeto de lei, que foi enviado ao Congresso Nacional, batendo-se pela necessidade deste financiamento ser estabelecido em carater permanente.

19. Paralelamente ao financiamento dos entressafros, foi pleiteada a elevação das bases do financiamento do produto, tendo-se em vista os novos preços a que foi o mesmo conduzido, obtendo-se desta forma, um reajustamento de preços em beneficio não só do produtor como da economia nacional.

20. Quanto ao setor de pecuaria de corte a atuação da Faresp não deixou de ser menos eficiente. O principio de estimulo e justa recompensa aos esforços do criador como elemento básico na solução de nossos problemas de produção de carne continuou a constituir tèse principal das reivindicações pleiteadas pela Faresp durante o ano de 1949.

21. Existindo um desajuste entre o preço da carne pago pelo consumidor e o custo de produção do bezerro, necessario se fazia um reajustamento do preço. Respeitando os sagrados e legitimos interesses do produtor, iniciou em fins de 1948 a Faresp, uma representação junto ao Governo Federal, para pleitear medidas necessarias ao seu objetivo.

22. Em fevereiro de 1949, após um trabalho intenso de justificação perante as esferas federais, alcançaram os pecuaristas uma solução satisfatoria para o prosseguimento de suas atividades, obtendo do governo da União a portaria 135, que elevou o preço da carne no tendal.

23. Possuindo inumeros filiados diretamente interessados no problema da produção do leite, não poderia deixar a Faresp de dedicar uma atenção especial a todos os aspectos da atividade leiteira no Estado. As entidades do Vale do Paraiba, filiadas á Faresp, representam uma grande e consideravel parcela de fornecedores de leite para a Capital paulista e para o Distrito Federal.

24. Tendo como base as conclusões da Concentração de Guaratinguetá, onde milhares de produtores de leite se reuniram para debater a situação de suas atividades, a FARESP elaborou um memorial a ser encaminhado ao Excelentissimo Senhor Presidente da Republica, onde foi exposta em detalhes a dificuldade da produção leiteira do Estado, em virtude dos preços pagos ao produtor de leite.

25. O justo resultado alcançado pelo Federação das Associações Rurais, atravez da campanha do leite, deu-lhe ocasião para crescer o seu prestigio entre a numerosa classe dos produtores de leite, trazendo definitivamente para as suas fileiras os seus expressivos representantes e lideres.

26. Paralelamente ao aumento de preço do leite pleiteado pela FARESP, traçou a entidade em colaboração com os técnicos oficiais e associações rurais, um plano de melhoria da produção de leite. O aumento do preço atendia a uma situação temporaria. Era necessario traçar as linhas de uma conduta para o futuro, em definitivo, que assegurasse a melhoria e o barateamento do produto em beneficios agora, não só do produtor como do consumidor. Higienização do produto, transporte melhor, assistencia técnica e financeira, melhores reprodutores e vacas, maior rendimento, e outros medidas necessarias á melhoria do leite.

27. Dando cumprimento ao que dispõe o artigo 2º, letra "I", dos seus Estatutos Sociais, a Faresp deu prosseguimento ao seu programa de assistencia economica ás suas filiadas e associados, importando e distribuindo mercadorias (arame, tratores, jipes, adubos, etc.), por preço e condições especiais.

28. Esta programação por parte da FARESP, tem permitido ao agricultor, obter com grande vantagem os elementos tão escassos de que necessitam, para melhorar e baratear a sua produção.

29. Visando tornar uma realidade para o meio rural as vantagens dos Serviços Sociais e as normas trabalhistas de nossa Consolidação, os dirigentes da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, têm debatido continuadamente o assunto, procurando evitar o êxodo da mão de obra rural para os centros urbanos, onde existem vantagens e regalias que o trabalhador rural não possue. E' preciso criar melhores condições de vida para o trabalhador rural e sua familia, afim de que possamos, não só retêlos ao campo, como contarmos cum uma mão de obra valorizada e eficiente.

30. Durante os trabalhos da Conferencia de Araxá, os delegados da Faresp, apresentaram e defenderam, intransigentemente, a necessidade da criação dos **Serviços Sociais Rurais.**

31. Os projetos de lei, criando o Serviço Social da Lavoura, apresentado ao Congresso Nacional, mereceu minucioso estudo por parte da diretoria da Faresp, tendo esta, em principios do ano de 1949, organizado um Departamento Social Rural, congregando elementos interessados no assunto. Postos de Assistencia estão sendo fundados nas zonas rurais, onde a entidade conta com o auxilio dos suas filiadas.

32. O relatorio do presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, sr. Iris Meinberg, aborda ainda, com criterio e orientação, outros setores da produção agricola, outros problemas rurais de ordem técnica, social, economico e financeira, que em outro numero analizaremos.

PROVEITOSO O AMPARO DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL À LAVOURA CANAVIEIRA

Atuação das Estações Experimentais de Cana — Desenvolvimento das Associações de Classe dos Fornecedores — Financiamentos para a defesa das lavouras — Aumenta o volume das canas entregues pelos fornecedores.

Empenhado em elevar os niveis da produção canavieira no País, tem o Instituto do Açúcar e do Álcool realizado um esforço continuado, no sentido de melhorar as condições da lavoura de cana nas diversas regiões produtoras. Assim em 1949, animada pelos excelentes resultados colhidos através da atuação das Estações Experimentais de Campos e Curado, procurou a antarquia açucareira apressar a fundação de outras do mesmo tipo nos demais Estados canavieiros.

Nos termos dos acôrdos assinados com os Governos de Minas Gerais e da Bahia, foram criadas as Estações Experimentais dêsses dois Estados. O Instituto do Açúcar e do Álcool contribui com 150 mil cruzeiros anualmente para a manutenção de cada estabelecimento, além de haver doado 200 mil cruzeiros para as despesas iniciais da respectiva instalação. Também com o Govêrno de Minas Gerais foram ultimados entendimentos para a instalação de um Campo de Mudas, em Visconde do Rio Branco, no centro da principal zona canavieirã estadual e onde se tem feito sentir bastante a falta de canas-planta, tão necessárias à expansão das lavouras.

Ainda em 1949 renovou o Instituto do Açúcar e do Álcool o acôrdo assinado, em 1944, com os Govêrnos da União e do Estado de Pernambuco, a Cooperativa dos Usineiros e o órgão de classe dos fornecedores de cana, visando ampliar os trabalhos de investigação agronômica e de assistência à lavoura canavieira. Um acôrdo da mesma natureza foi assinado com o Govêrno do Estado de São Paulo e a Associação dos Usineiros dêsse Estado, tendo como objetivo dar maior amplitude aos trabalhos de assistência á lavoura canavieira paulista a cargo da Estação Experimental de Cana de Piracicaba.

A instalação das Estações Experimentais de Cana dos Estados de Alagoas e de Sergipe será completada tão pronto os respectivos govêrnos adotem as providências necessárias, uma vez que a parte que cabe ao Instituto do Açúcar e do Álcool se acha devidamente preenchida.

Para melhor compreender a significação dessas Estações Experimentais no quadro da lavoura canavieira, é oportuno transcrever alguns dados relativos às de Curado e de Campos. A primeira dispõe de Secções de Química, Genética, Biologia, Entomologia e Agricultura. Foram por elas fornecidas, em 1848, cêrca de 800 mil quilos de sementes e 28 rebolos. Para moagem a Estação entregou mais de quatro milhões de quilos de canas de diversas variedades, cultivadas e selecionadas nos campos próprios do estabelecimento. A área dedicada à cultura da cana nos campos da estação foi aumentada de cêrca de 1.330 metros quadrados. E' preciso ter presente, no entanto, que a assistência da Estação Experimental de Cana de Curado à economia pernambucana não se limita à prestação de serviços materiais, de natureza técnica pròpriamente dita, mas, sobretudo, cuida de assegurar constante orientação científica às fábricas e às lavouras, prestada com permanente dedicação pelos técnicos do seu quadro.

Não menores são os efeitos da cooperação da Estação Experimental de Cana de Campos. Basta afirmar que tôdas as variedades de cana cultivadas em Campos foram fornecidas pela Estação ou por ela importadas do estrangeiro. Realizou essa Estação um esfôrço dos mais apreciáveis, no sentido de enfrentar as praças da "cigarrinha", da "podridão vermelha" e do "mosaico", sendo que em relação à última o trabalho empreendido foi para lograr a substituição geral da Coimbatore 290 variedade atacada, a fim de evitar a propagação do mal que via de regra se verifica de surpreza.

Afora essa valiosa contribuição à lavoura canavieira, prestada por intermédio das Estações Experimentais, tomou o I. A. A., em 1949, numerosas outras providências destinadas a ajudar os lavradores no seu empenho de defender e fomentar a produção canavieira. Assim contribuiu a autarquia açucareira com 250 mil cruzeiros para o combate à praga do "carvão", verificada em São Paulo; entregou 80 mil cruzeiros à Secretaria da Agricultura do Estado do Rio, para custear a experiência com novos inseticidas destinados ao combate à cigarrinha das raizes; auxiliou a viagem de estudo e especialização de agrônomos a Cuba e aos Estados Unidos; instituiu um prêmio de 200 mil cruzeiros para quem conseguir a eliminação, de forma radical, da "cigarrinha"; finalmente emprestou cêrca de 2.800.000 cruzeiros aos fornecedores de cana de Pernambuco para financiamento de adubos.

Um esfôrço muito apreciável do Instituto do Açúcar e do Álcool é o relativo ao amparo às associações de classe de fornecedores de cana. Em 1949 foram criadas mais 6 cooperativas, nas diversas regiões canavieiras, elevando para 21 o número das existentes. Algumas dessas novas entidades receberam, em 1949, empréstimos para financiamento das lavouras, no valôr de 3.766 mil cruzeiros e outras tinham em tramitação, empréstimos no valôr de quatro milhões de cruzeiros. Ao terminar o ano de 1949, a divida dos fornecedores e banguezeiros para com a autarquia açucareira subia a mais de 34 milhões de cruzeiros destinados ao financiamento da entresafra das cooperativas.

Êstes alguns dos principais auxilios prestados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool aos lavradores de cana do Brasil. Outros ainda poderiam ser arrolados, destacando-se, desde logo, a permanente defesa dos interêsses dos fornecedores feita pela autarquia açucarira nos têrmos das leis vigentes. Na realidade, o Estatuto da Lavoura Canavieira e a legislação complementar tem assegurado aos fornecedores condições particularmente favoráveis para a sua prosperidade. Basta dizer que os fornecedores, que na safra 1941/42 entregaram às usinas 4.106.720 toneladas de canas, na safra 1947/48 entregaram 6.408.355 ou seja um aumento de 56,04%, num periodo de notórias dificuldades para a lavoura brasileira nos demais setores de trabalho.

NECESSIDADE DE UMA NOVA POLITICA COMERCIAL

"Uma grande questão a ser empreendida pelo Conselho Nacional de Economia", segundo a opinião do Sr. Artur Torres Filho — Revisão dos acordos com diversos paises

A propósito do próximo funcionamento do Conselho Nacional de Economia, ouvimos o Sr Artur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e ex-reitor da Universidade Rural. Abordando o assunto sobre o aspecto da política comercial, o conhecido economista assim se manifestou:

— Sempre fomos adeptos de um regime de reciprocidade nas relações internacionais, principalmente depois que a luta econômica externa se tornou acirrada, com restrições comerciais crescentes, lançando mão certo número de nações de um regime violento de restrições de importações, com desvalorização de moedas, licenças prévias etc. Como consequência dessa situação, sofre a balança comercial do Brasil profundas transformações, advertindo-nos da necessidade imperiosa que temos de adotar uma política comercial atenta às graves contingências do momento internacional. Procuramos nos conservar fiéis aos princípios da política comercial seguida tradicionalmente pelo Brasil.

TAREFA DO C. N. E.

E continuou:

— Precisaremos nos aproximar dos países com os quais temos menores incompatibilidades econômicas.

— Talvez fosse melhor rever os nossos acordos comrecíais com todos os países e de maneira e adaptar o comércio exterior às exigências peculiares de nossa economia. Seria uma grande questão a ser empreendida pelo futuro Conselho Nacional de Economia. Não nos devemos vincular à doutrina uniforme, mas nos adaptarmos às condições e às necessidad de nosso país e ter um plano nas relações comerciais.

Certamente, dentro do pensamento exposto, ficaram fixadas as normas da nossa "política comercial", a ser traçada dentro do mais alto senso realístico do momento internacional.

NOVOS RUMOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

— Já as próprias contingências a pouco e pouco nos vão forçando a sair do princípio da "cláusula imutável de nação mais favorecida em carater ilimitado". De há muito o ritmo normal do comércio internacional foi perturbado, como consequência da Grande Guerra, como todo o seu cortejo de perturbações para a vida das nações.

Já agora, diante da realidade que aí está, e sem que possamos apreciar toda a extensão dos males que nos possam advir, e que nos cumprirá traçar rumos novos para a economia brasileira não só dentro das nossas fronteiras com um grande mercado consumidor como no plano internacional, onde se fecham os mercados para os nossos produtos exportáveis. Se assim e, as providências que tenhamos de adotar deverão ser tomadas em conjunto, tanto de amparo e fortalecimento do mercado interno, como de defesa do intercâmbio internacional. Não compreendo mesmo como possam ser separados, parecendo-me, pois, conveniente adotar medidas dentro de um plano de conjunto. Essa será a grande obra da alçada do Conselho Nacional de Economia, concluiu o Sr. A. Torres Filho. (O Globo, 23-2-50)



BENEFICIOS DO USO DO SAL NA ALIMENTAÇÃO DO GADO

1 — O sal é indispensável a todo animal que se nutre de vegetais. Conserva-lhes a saúde e aumenta-lhes a resistência orgânica.

2 — Quanto mais pobre seja a pastagem em substâncias nutritivas, tanto maior a necessidade da ração de sal.

3 — O sal contribui, grandemente, para o aumento do peso do gado, fazendo crescer, consequentemente, o seu valor nos mercados consumidores.

4 — O sal na alimentação do gado faz com que as fêmeas se tornem fecundas e as crias mais robustas, impedindo nestas as perniciosas aberrações do paladar.

5 — O sal torna a digestão mais fácil e aumenta a assimilação das substâncias nutritivas contidas nos alimentos.

6 — Além de ser ótimo estimulante da nutrição, o hábito da ração de sal, torna dóceis os animais, facilitando ao criador inspecioná-los e acompanhar-lhes os movimentos.



CONSULTAS E INFORMAÇÕES

Engenheiro Agronomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor Técnico de "A LAVOURA"

Sombreamento dos cafesais.

Respondendo ao nosso consocio F. J., do Estado do Rio, tenho a informar que, segundo o Dr. Rogério Camargo, a melhor árvore de sombra para o cafeeiro é o ingazeiro. Sobre o assunto o consulente encontrará um folheto na coleção "Vamos para o Campo", editada por "Chácaras e Quintais".

Pó bordalez.

Esclarecendo à Sra. V. S. S., do Distrito Federal, tenho a informar que, realmente, o pó bordalez que se encontra no comércio, serve para preparar a calda bordaleza. A consulente deve empregar o pó bordalez sob a forma de calda, na concentração de 1%, isto é, 10 gramas do pó bordalez para 1 litro de água.

Resinose do abacaxizeiro.

Pelo que o consulente, Sr. M. C., do Estado do Rio, informa, os abacaxizeiros estão atacados pela lagarta da borboleta Thecla basilides, que causa o que se denomina "resinose do abacaxizeiro". O processo de combate que o consulente vem empregando, isto é, o emprego do B.H.C. é, realmente, muito recomendavl.

Solo para o amendoim

Esclarecendo ao Sr. J. H. A., nobsso consórcio do Estado do Espírito Santo, tenho a informar que os melhores solos para a cultura do amendoim são os terrenos soltos e leves, bastante permeáveis e de boa fertilidade. O plantio em terrenos argilosos, mesmo que tenham eles sido convenientemente preparados, isto é, bem revolvidos e destorroados, não é conveniente pelas dificuldades da colheita em tais terrenos.

Propagação da bananeira.

Esclarecendo ao Sr. D. A. R., do Distrito Federal, tenho a informar que as melhores mudas para o plantio de bananeiras são os filhotes que não apresentam as folhas abertas e que tenham de 0,20 a 0,50 m. de altura. Igualmente, os fragmentos do rizoma (batatas, como se diz vulgarmente), desde que tenham bôas gemas, prestam-se muito bem para o plantio.

Crotons.

Esclarecendo ao Sr. J. S. C., do Estado da Bahia, tenho a informar:

a) — realmente, os crotons, são muito ornamentais;

b) — os crotons vegetam bem em qualquer tipo de solo,

c) — a propagação pode ser feita por meio de estacas providas de boas gemas;

d) — o outono é uma boa época para o plantio das estacas.

Cursos em colaboração com a F. G. V.

Estão em funcionamento (dezembro de 1949), os seguintes Cursos Práticos mantidos na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", pela Fundação Getulio Vargas":

a) — Curso Prático de Floricultura, ministrado pelo Prof. Antonio de Arruda Camara e pelo Assist. Severino Gonçalves Camara,

b) — Curso Prático de Enxertia, ministrado pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira e pelo Assist. Agrícola Castello Borges,

c) — Curso Prático de Botânica Agrícola, a cargo do Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

d) — Curso Prático de Economia e Administração Rural, a cargo do Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

A SALGA DOS QUEIJOS

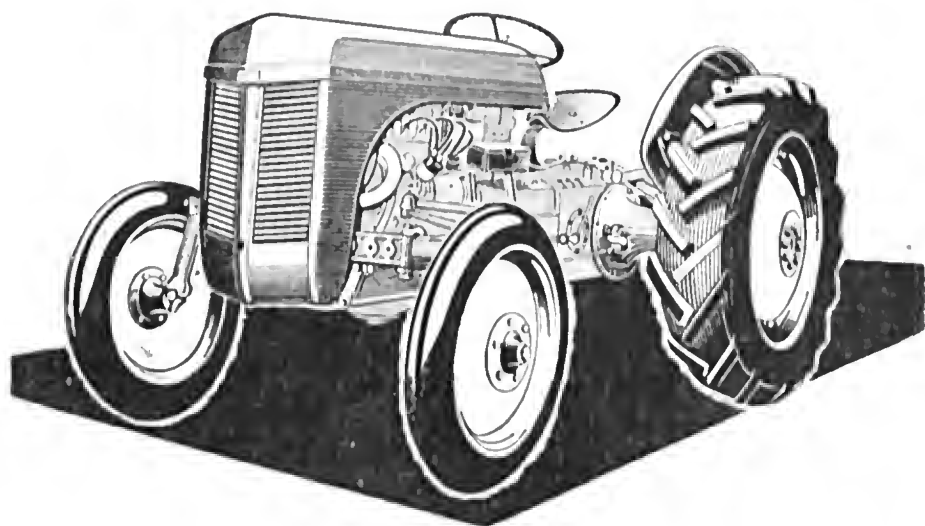
J. PINTO LIMA

Na fabricação de queijos, a salga é uma das operações obrigatórias, devendo merecer a mais cuidadosa atenção do fabricante. Em certos casos, como frequentemente ocorre em relação ao "queijo Minas", costuma-se adicionar sal ao leite, antes mesmo da junção do coalho, em quantidade variável de 300 a 500 gramas, por 100 litros. Esta prática, chamada de "salga no leite", pode ser aplicada a qualquer queijo, sempre que não inspire confiança a qualidade do leite usado no seu fabrico. Na verdade, justifica-se esta providência, pois a "salga no leite" diminui sensivelmente as fermentações anormais, evitando o estufamento precoce dos queijos. Como, porém, o sal pode conter sujidades, que passariam ao leite, é preciso empregar somente sal refinado, esterilizado ou em solução prèviamente fervida. Deve-se evitar por igual uma salga excessiva, que prejudicaria a coagulação.

E' claro que, quando já se adicionou sal ao leite, deverá ser menos intensa a salga dos queijos, operação que se segue à prensagem, o que vai completar o dessôro, concorrendo também para a formação da crosta. Além disso, a salga melhora o sabor do queijo e aumenta o seu prazo de conservação, contribuindo de certo modo para evitar o desenvolvimento de micróbios indesejáveis.

Conforme o tipo de queijo em fabricação, emprega-se a salga a sêco, em salmoura ou mista (os dois primeiros tipos de salga combinados). Trataremos apenas da salga a sêco, empregada para o queijo Minas, a Ricota, os tipos Roquefort, Limburgo, etc. Consiste o processo em esfregar-se sal refinado na superfície do queijo, depois de prensado. Não usar sal grosso nem fino, mas sim o mediamente moído, bem seco. Decorridas 24 horas, virar os queijos e esfregar sal novamente, em tôda a superfície, repetindo-se a operação até completar dois a três dias, para o queijo Minas, quatro a cinco dias para o tipo Roquefort, três dias para o Limburgo.

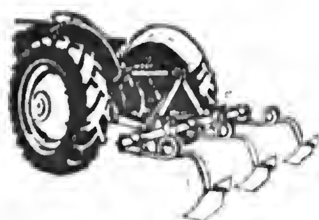
Os queijos em salga devem ser colocados sôbre mêsas de madeira ou revestidas de azulejos, e que proporcionem perfeito escoamento de sôro. E' de boa técnica, para os queijos de massa pouco consistente, deixá-los nas fôrmas ou, então, envoltos em panos, a fim de evitar deformações.



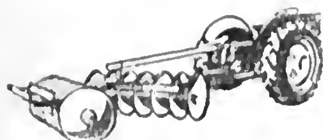
AGRO-TRATORES

FERGUSON

e implementos



BARRA DE TRAÇÃO



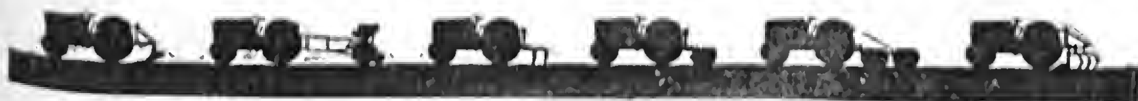
GRADE DE DISCOS

Desfrute de todos os benefícios e proveitos que a Agricultura Mecanizada lhe oferece. Os Agro-Tratores Ferguson e seus implementos — únicos e exclusivos — representam o que de mais moderno e aperfeiçoado se pode exigir.

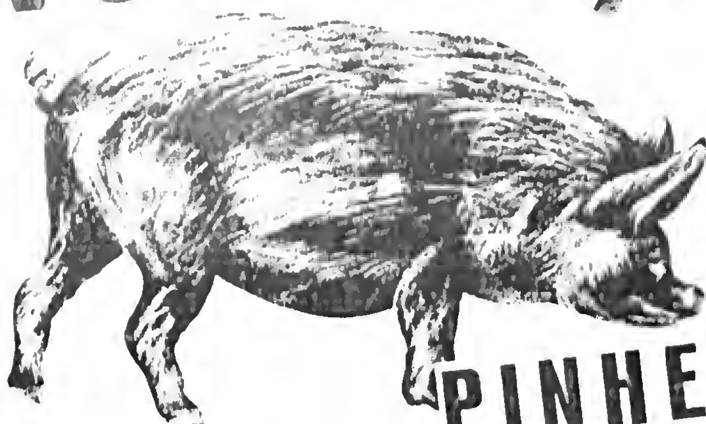
Distribuidores exclusivos para o Brasil:

VARAM MOTORES S.A.

ão Paulo - Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1099 - Fone: 6-4078
Rio de Janeiro - Rua Frei Caneca, 164 - Fone: 32-3838







Gráfica Vida Turfista — Rio

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Post. Agro [illegible] de [illegible]
Grande do Sul, Federal

ANO LIV

RIO DE JANEIRO — BRASIL

MAIO - JUNHO, 1950



SÃO PAULO — Uma fazenda de café (vista parcial)

S U M Á R I O :

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLÁU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRE'
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOÃO TJADER
ANTONIO BARRETO	—	JOSE' SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	—	JOSE' SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	—	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	—	MARIO VILHENA
EUVALDOD LODI	—	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	—	PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Conselho Federal de Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidencia da República) — (Pecuária) — Dr, Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão de Acordos Comerciais com o Exterior** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV — MAIO - JUNHO DE 1950

Possibilidades Tecnica de Cultura

Prof. Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Para o esclarecimento deste assunto importante de economia rural, impõe-se uma distinção, quer se trate de encará-lo em vista de uma agricultura extensiva, *ou de uma agricultura* intensiva.

A desproporcionalidade da população, em relação com a superfície territorial, faz-nos compreender a impossibilidade, por muito tempo ainda, do regime intensivo da agricultura. Entretanto, nota-se a tendência para a formação da pequena propriedade, mórmente nas regiões colonisadas.

Não é justificavel o emprego de grandes capitais, em paises de pequena população, por quanto seu rendimento será tanto menor quanto maior a acumulação no mesmo terreno. *Encontra-se, nos Estados, grande variedade de climas e terrenos prestando-se a quase todas as culturas, isto dependendo do lugar e da estação da plantação. Para que não nos sujeitemos a decepções em agricultura, devemos fazer um exame meticuloso, nos seus detalhes todos, das condições pedológicas e climatéricas da região onde vamos operar. A principiar, temos que considerar a origem geológica do solo, o seu estado de divisão, a sua fertilidade, examinando com perfeição todas as condições agrológicas. Como critério na apreciação da força produtiva do solo e dos produtos líquidos de que êle é suscetivel de fornecer, podemos alcançar úteis conhecimenos no exame dos vegetais espontâneos, dos animais, o aspecto das plantas lenhosas, a altitude do terreno, a sua exposição, a sua inclinação, o rendimento médio das culturas, como o seu valor locativo e venal. Uma vez feito tal estudo, segue-se o exame de todos os fatores climatéricos favoraveis ou nocivos à cultura: a natureza das fontes, a máxima e a mínima de temperatura, o regime da chuva e dos ventos, a freqüência ou não de tempestades, etc. A topografia do lugar influi de um certo modo decisivo na adaptação de culturas. Vejamos êste ponto interessante, aliás em muita ligação com o nosso país por ser êle acidentado. Há, todavia, um meio termo que precisa ficar bem esclarecido. Quando os declives são muito pronunciados, ultrapassando 0,05 m. por metro, os trabalhos de cultura tornam-se difíceis e sobretudo onerosos; e, se excedem de 45, o local só poderá permitir a cultura de pastagens ou a de vegetais lenhosos, florestamento. Em caso contrário, percebe-se quais não seriam as desvantagens das culturas anuais; as aguas precipitando-se com impetuosidade pel asuperfície em declive, arrastariam a parte movel do solo, a mais rica e ativa; a natural esterilidade do terreno que se semelhante fato sobreviria, importa a restituição da fertilidade, cujo acréscimo de despesas se póde bem aquilatar. Por outro lado, os solos sem inclinação e apresentando um sub-solo impermeavel, dão lugar ao acumulo dagua à superfície, vindo as plantas a sofrer de um excesso de humidade nas raizes. Em relação com a inclinação da superfície, dividiremos os terrenos em planícies, vales, encostas e planaltos. As planícies, embora no geral ofereçam as fórmas mais variadas para a execução dos trabalhos aratórios, nelas, entretanto, é que vamos ver quase sempre as mais fáceis e importantes explorações. Quando localisadas em fortes altitudes, são denominadas planaltos que, bons para a cultura, oneram às vêzes a produção, devido às dificuldades de transparte. No*

geral, prestam-se mais à criação. Os vales com pouca inclinação, como as planícies, apresentam superfícies muito produtivas.

Distinguem-se segundo são ou não submergidos todos os anos. No primeiro caso, preponderam as vantagens para a criação pela razão de terem prados naturais; no segundo, fáceis como são de cultivar, são consagrados a culturas várias. As encostas bem expostas podem ser aproveitadas com as culturas (a videira por exemplo) que não facilitem a erosão pela ação das aguas.

Acontece que as superfícies nas proximidades das montanhas são muito irregulares, não se adaptando com vantagem às culturas herbaceas. As colinas com forte inclinação não devem ser relegadas à categoria de terrenos imprestaveis, sendo utilisaveis seja para pastagens, seja para o cultivo de vegetais lenhosos. Não temos o cafeeiro que trouxe forte contingente para o aproveitamento dos nossos terrenos montanhosos? As arvores frutíferos, as essências florestais, enfim, as culturas arbustivas, bem como as pastagens, racionalmente tratadas, transformam em elementos preciosos de progresso e de felicidade para o homem — terrenos de aparência inúteis. Até há bem pouco tempo, estava a agricultura brasileira relegada à categoria de assunto pouco digno da preocupação intelectual dos nossos homens. Hoje, já se não poderá dizer outro tanto, mesmo porque inúmeros são os intelectuais que se dedicam aos problemas agrícolas e a todos os instantes vemos surgirem idéias alviçareiras pela imprensa, revelando capacidades até então desconhecidas...

Não sei com que fundamento, por ver que ainda nos escapam os justos elementos de apreciação, com poucas excepções, ouve-se falar, como sendo panacéa para a situação da agricultura do País, na urgência da implantação da policultura. Tal idéia tem mesmo contaminado alguns administradores, levando-os com atos e medidas, a engrossar as fileiras dos novos reformadores.

O solo é bom, o clima oferece vantagens, a produção foi abundante, a julgar-se pela primeira colheita — eis uma cultura que deve ser amparada, consumindo-se com uma iniciativa julgada com superficialidade somas às vêzes consideraveis. Mas até aí parará o lado agrícola da questão? Não ficam faltando para um julgamento cauteloso muitos outros fatores locais, como sejam: o rendimento da cultura, a qualidade do produto, os gastos da preparação, as despesas de transporte e outras, vindo a fazer face ao valor alcançado pelo produto no mercado? As culturas não têm exclusivamente limites naturais, mas tambem econômicos. Estudadas com perfeição as condições referidas, convirá sempre procurar-se uma boa renda territorial ordinária, senão extraordinária ou de privilégio. Para alcançar-se tal fim é preciso critério, é preciso orientação, impondo-se um estudo prévio, traçando uma diretriz segura aos agricultores.

Como um meio bastante eficaz e prático, reconhece-se hoje a vantagem dos modestos campos de experiência, demonstração e cooperação, cujo fim essencial consiste em difundir as práticas racionais e econômicas, de acôrdo com as condições locais.

Não há ligação de sinonimia entre as duas expressões correntes "campo de experiência" e "campo de demonstração". No primeiro, as experiências assumem o carater de alta experimentação agrícola, na sua fórma francamente superior, em que se consome muito dinheiro, pouco resultado produzindo, como: ensaios de processos novos, trabalhos experimentais, por exemplo, a determinação do gráo de ação de uma ou várias substâncias fertilisantes, o valor ou não de uma dada cultura, etc....

Deles só se poderão encarregar técnicos de notavel valor. Nos campos de demonstração, pelo contrário, nada se vai ensaiar, mas pôr em evidência o que a experiência periência confirmou, tendo-se por fim principal ensinar pelo exemplo aos agricultores, dando-lhes a confirmação dos maiores lucros, pela aplicação dos nossos conhecimentos adquiridos e da situação econômica do país.

Os trabalhos dos campos de demonstração devem impor-se pela eloqüência dos resultados econômicos, porquanto não se trata de experiências, que absorvem di-

nheiro fóra de propósito com a missão que têm de, no terreno da prática, evidenciar o que foi obtido no domínio da experiência. Pondo em destaque o valor dos campos de demonstração, não quero diminuir a transcendência das estações experimentais, podendo-se grupar em tres categorias a natureza dos ensaios que nelas se efetuam: sobre adubos, sobre variedades novas ou selecionadas, enfim, sobre os diversos fatores da produção vegetal.

No momento atual poder-se-ia dispensá-los, merecendo maiores cuidados os campos de demonstração. Não faltariam agricultores que puzessem terrenos à disposição do governo para esse mister elevado, restringindo-se os gastos e cumprindo-se com o mais patriótico e benemérito programa — instruir ss nossos valorosoo agricultores, que, com o seu esfôrço supremo e amor acrisolado ao trabalho, têm sido os pioneiros das nossas liberdades políticas. Êles e só êles poderão fazer a nossa futura grandeza econômica.

BIBLIOTECA ARTHUR TORRES FILHO

Do Sr. J. Protásio Bogéa, chefe da Agencia do Serviço de Economia Rural do Ministerio da Agricultura, na Bahia, recebeu o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura o seguinte oficio:

"MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Cidade do Salvador, em 28 de abril de 1950. Do Chefe da Agência do Serviço de Economia Rural. Ao Sr. Dr. Arthur Torres Filho. Assunto: Sôbre denominação de Biblioteca.

Tendo êste Serviço organizado uma Biblioteca, para consulta dos funcionários desta Repartição a qual já conta com numerosas e valiosas obras sôbre vários assuntos de história, agricultura, economia, etc., achei por bem denominá-la com o vosso nome, como uma homenagem ao mérito e aos relevantes Serviços que tendes prestado à agricultura e à economia rural do nosso país, para o que peço a vossa aprovação.

Certo de que emprestareis o vosso valioso concurso a essa nóvel Biblioteca, apresento os meus protestos de alta estima e consideração."

O Trigo Brasileiro

KURT REPSOLD
Diretor Tecnico de "A Lavoura"

Sem ser preciso remontar ao século XVII, quando o Brasil foi exportador de trigo, é indispensavel, entretanto, para perfeita compreensão da relevância do problema dêsse cereal, fazer uma sucinta resenha histórica.

Desde a sua creação e sempre na medida de suas possibilidades, vem o Ministério da Agricultura incentivando a produção de trigo no território nacional.

Posto que dispondo de recursos muito exiguos e sem a organização de planos metodizados de fomento e de pesquizas agronómicas, diversos Ministros da Agricultura procuraram equacionar o problema e dar-lhe solução. Dentre êsses ilustres titulares justo é salientar os nomes de Pedro de Toledo, Miguel Calmon e Lira Castro.

Anteriormente ao atual govêrno, porém, somente duas campanhas em larga escala, visando um rápido desenvolvimento da triticultura entre nós, foram levadas a efeito. A primeira teve lugar na gestão do Ministro Simões Lopes, em 1920, quando foram criadas as estações experimentais de Ponta Grossa, no Paraná e Alfredo Chaves, no Rio Grande do Sul. Depois disso, sòmente em 1937, sob a administração do Ministro Odilon Braga, conseguiu o Ministério da Agricultura condições para um trabalho intensivo nesse setor, condições essas decorrentes da Lei n.º 240, que autorizava o Poder Executivo a tomar medidas necessárias à expansão da triticultura e criava uma taxa que incidia sôbre o trigo importado. Dessa situação prevaleceu-se o Ministro Fernando Costa para dar novo e vigoroso impulso ao desenvolvimento triticola, promovendo uma campanha de fomento e creando as estações experimentais de Curitiba, no Paraná; Rio Caçador, em Santa Catarina; Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; Ipanema, em S. Paulo e Patos, em Minas Gerais.

O surto daí resultante perdurou, com alternativas, até 1943, quando entrou em vigor o denominado Convênio de Buenos Aires, com o qual assumimos o compromisso de não mais proceder à mistura da farinha de trigo com fécula de mandioca. Os prejuizos decorrentes dêsse ato subiram a centenas de milhões de cruzeiros, desaparecendo com êle, virtualmente, a florescente indústria da raspa da mandioca.

SITUAÇAO EM 1946

Já em 1945, com o término da ultima guerra, começáramos a sentir os primeiros efeitos das restrições, cada vez maiores, que passariam a nos ser impostas pelo nosso tradicional mercado abastecedor de trigo — a Argentina.

As cotações do trigo em grão, que vinham, naquela época, oscilando entre 7 e 11 pesos por quintal métrico, f.a.s. portos de Buenos Aires, Baía Blanca e Necochea, passaram rapidamente para 13,50 e, logo a seguir, para 15 pesos.

A par dêsse aumento de preço, que se acentuaria muito mais ainda, verificavam-se sensiveis reduções nos embarques de trigo argentino, com notaveis prejuizos para o nosso abastecimento.

Objetivando a solução dêsse estado de cousas, que se agravava de dia para dia, foram promovidos entendimentos que resultaram na vinda de uma missão argentina, que, verbalmente, assumiu o compromisso de fazer enviar para o Brasil, mensalmente, 100.000 toneladas de trigo, volume êste considerado como o mínimo indispensável para atender ao nosso consumo. Assentado foi, igualmente, que o preço pelo qual deveriamos pagar êsse trigo, seria aquele que resultasse o mais baixo em suas vendas para qualquer outro país, no mês anterior.

Desta forma, já para as primeiras 100.000 toneladas remetidas, o preço foi de 16 pesos por quintal métrico. Daí por diante, não houve mais contenção possivel e o preço foi sendo majorado sucessivamente para 25, 30, 35 e 60 pesos, pela mesma quantidade.

Em progressão inversa, as 100.000 toneladas mensais que deveriam ser remetidas, passaram a ser reduzidas de tal ma-

neira, que em longos períodos, não recebemos, siquer, 50% dessa tonelagem.

Nova missão argentina nos visitou em 1946, resultando inúteis todas as tentativas feitas no sentido de ser conseguida a normalisação dêsse comércio, mesmo com os maiores sacrifícios de nossa parte.

Convem lembrar aqui, que o nosso consumo de trigo "per capita" é dos menores do mundo. Em 1935, que é o último ano de que se possuem estatísticas comparadas de consumo, entre os maiores consumidores, os coeficientes individuais foram:

França.	127,8
Bulgária.	118,8
Itália.	111,6
Argentina	104,6

e entre os menores consumidores:

Estônia.	35,1
Polônia.	31,6
União Sul-Africana	22,5
Brasil.	22,0
India.	15,2
Japão	10,7

Em face do que ocorreu no ano de 1946, isto é, a vertiginosa ascensão dos preços do trigo e a diminuição das quantidades recebidas, verdadeiro tumulto se estabeleceu no comércio dêsse cereal. Proliferaram as firmas que passaram a importar farinha de trigo dos Estados Unidos, do Canadá e do Uruguái. Vale lembrar o fato de que, até 1944, o número de firmas comerciais habitualmente importadoras de farinha de trigo não excedia a 200 e que êsse número chegou a ultrapassar a 2.000.

Enquanto isso, nas maiores cidades brasileiras, interminaveis filas estendiam-se à frente das padarias, horas sem fim.

Êste, em largos traços, era o quadro existente, quando assumiu a pasta da Agricultura o Ministro Daniel de Carvalho.

A ATUAL CAMPANHA DO TRIGO

Em virtude da gravidade de que se revestia o problema, resolveu o Govêrno, já em fins de 1946, dar início a uma campanha visando conseguir um rápido e ponderável aumento de nossa produção de trigo, e assim, criar as bases para libertar o país, em definitivo, de situações constrangedoras como a então reinante.

Fazia-se mistér, antes de tudo, naquela oportunidade, reanimar a confiança de nossos triticultores e promover os meios para dar uma demonstração convincente de que o Brasil, quando realmente o quizesse, poderia produzir o trigo de que necessita para seu abastecimento interno.

Partindo dessas duas premissas, foi o problema detidamente estudado, evidenciando-se, desde logo, a necessidade da coordenação de todos os recursos e esforços de que podessem dispor os órgãos federais e estaduais, a fim de dirigí-los no sentido de uma rápida e eficaz reação da produção tritícola.

Com primeiro passo, foi feita a escolha das regiões onde a atuação deveria ser concentrada, prevalecendo o critério de que nos primeiros anos seriam eleitas, apenas, as zonas onde as culturas de trigo já se vinham fazendo com regularidade, isto é, aquelas de condições ecológicas comprovadamente favoraveis à cultura e que dispunham de material humano apto.

Deliberado ficou, igualmente, que os trabalhos experimentais tivessem prosseguimento em rítmo mais intenso, o que, felizmente, vem acontecendo, com a partcipação de técnicos nacionais e estrangeiros. Os resultados dessas atividades experimentais, podem parecer, aos leigos, como mesquinhos; êles são, entretanto, basilares para o evolver de nossa triticultura.

Na mesma ocasião, depois de um rigoroso balanceamento de todos os elementos aproveitaveis, ficou deliberado que o fomento à produção do trigo voltasse a ser atribuição da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, que o executaria em estreita colaboração com o Serviço de Expansão do Trigo e com as Secretarias da Agricultura dos Estados tritícolas, obedecendo a um programa que teria como pontos essenciais:

a) — sementes, sua produção, tratamento, guarda e distribuição;
b) — prestação de serviços de preparo do solo, plantio e colheita, e venda de máquinas para essas operações;
c) — armazenamento;
d) — defeza da produção, inclusive, fixação do preço mínimo; e
e) — industrialização, visando a criação da indústria moageira nas proximidades dos centros de produção.

A partir de fins de 1946, vem êsse programa sendo executado, com o rigor permitido pelos recursos financeiros disponiveis.

Assim, já em 1947, foram distribuidos aos agricultores 1.489.031 quilos de sementes de trigo. Em 1948, essa distribuição atingiu a 2.217.280 quilos e, em 1949, foi além de 3.000.000 de quilos, convindo notar que nessas quantidades não estão incluidas as sementes distribuidas diretamente pelos serviços estaduais. A partir de 1948 todas essas sementes foram produzidas em campos oficiais ou em "culturas fiscalizadas".

No tocante à mecanização da triticultura, tambem foi muito intenso o trabalho desenvolvido.

Seguramente 30 milhões de cruzeiros em máquinas agrícolas foram entregues à lavoura tritícola. Nos anos de 1947 e 1948, para citar sòmente as máquinas mais pesadas e de custo unitário elevado, foram encaminhados para essa atividade 301 tratores e seus implementos, 683 semeadeiras, 305 ceifadeiras e 549 trilhadeiras, inclusive 40 combinadas. A fim de que se possa fazer uma idéia do quanto representam essas máquinas, vale esclarecer que a pequena parte reservada para os trabalhos do Ministério da Agricultura permitiu elevar a capacidade diária de colheita da Divisão de Fomento, de 18.560 sacos em 1947, para 65.260 sacos, em 1948.

Foram ,ainda, remetidos e instalados nos estados sulinos 40 silos metálicos, com a capacidade de 60 toneladas cada um e construidos 4 grandes armazens, localizados em Erechim, Getúlio Vargas, Carasinho e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Além disso, foram as repartições executoras aparelhadas com numerosos caminhões, "pick-ups" e "jeeps", para que as máquinas e o pessoal pudessem ser deslocados de um ponto para outro, com a facilidade e a rapidez que as necessidades exigissem.

Paralelamente a essas providências, instalaram-se em pontos centrais das regiões produtoras de trigo, nada menos de 55 Postos Agropecuários, devidamente aparelhados para atender a um intenso fomento dessa cultura, dispondo até de oficinas para a conservação e reparoção da maquinária.

Para a realização dessas e de muitas outras medidas, objetivando a expansão tritícola, recebeu o Ministério da Agricultura, em 1947, da Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Fazenda, o crédito de 12 milhões de cruzeiros, do qual a Divisão de Fomento da Produção Vegetal aplicou 9 milhões, acrescidos de mais 4 milhões, estes de seus próprios recursos orçamentários. Os 3 milhões restantes daquela dotação foram empregados pelo Serviço Nacional de Pesquizas Agronômicas, em seus trabalhos experimentais.

Em 1948, para cntinuação e ampliação dos trabalhos, foi elaborado cuidadoso programa, prevendo uma despesa total de 60 milhões de cruzeiros a serem concedidos pela mesma Comissão de Financiamento da Produção. Dessa importância, todavia, foram entregues ao Ministério da Agricultura, apenas, duas parcelas de Cr$ 24.400.000,00 e Cr$ 20.000.000,00, num total de Cr$ 44.400.000,00, isto respectivamente, em março e agosto.

Como é obvio, êste fato causou sérios transtornos ao desenvolvimento da campanha, vez que, o problema tritícola é um todo harmonioso, composto de fases interdependentes, que precisam ser consideradas com igual intensidade e solucionadas coordenada e concomitantemente. Qualquer alteração de ritmo, em uma ou mais destas fases, só poderia resultar prejudicial ao conjunto. Com a concessão parcelada e incompleta dos recursos previstos, teve o Ministério da Agricultura de ir resolvendo os aspectos mais urgentes e protelando aqueles que, embora essenciais, poderiam suportar pequenos adiamentos. E, dessa forma, não puderam ser completadas partes importantes do programa de 1948, tais como a instalação de postos de sementes providos de aparelhamento de secagem e expurgo e a construção de uma bem localizada rede de armazens.

Em 1949, não recebeu o Ministério da Agricultura, em créditos especiais, um centavo siquer para o prosseguimento da campanha do trigo. Ainda assim, mercê de ingentes esforços, poude continuá-la, embora em escala bem mais reduzida.

Aplicou o Govêrno, nessa campanha, em recursos especiais, por intermédio do Ministério da Agricultura, a importância total de Cr$ 56.400.000,00, da qual, boa parte voltou aos cofres públicos, como produto da venda de máquinas e sementes, e outra parte, tambem ponderável,



Colheita de trigo no Paraná com uma "Combinada"



CULTURA DE TRIGO EM MINAS

Trigo maduro, sendo examinado por técnicos do Ministério da Agricultura

permaneceu como patrimônio da União.

Merece destaque, ainda, a decidida cooperação prestada pelos moageiros durante os três anos dessa campanha, quer promovendo facilidades para o normal escoamento da produção, e quer, concedendo auxílio financeiro para a intensificação dos trabalhos experimentais. Nessa colaboração repousam de certo modo, as possibilidades de êxito do empreendimento, sendo lícito esperar-se, portanto, não sofra solução de continuidade, mesmo que outras venham a ser as condições do mercado internacional.

Com o desenvolvimento do programa exposto, em cuja execução, é de justiça salientar a intensa colaboração das Secretarias de Agricultura do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, bem como, do Banco do Brasil, verificou-se o crescimento da produção do trigo nacional, que, de 170.586 toneladas, em 1944, passou para 405.135 toneladas, em 1948 e aproximou-se de 500.000 toneladas, em 1949.

A fim de que se possa fazer uma justa idéia do quanto isso representa para a economia do país, suficiente se torna transcrever os trechos seguintes, constantes da mensagem que o Sr. Presidente da República, em 15 de março de 1950, enviou ao Congresso Nacional:

> "Cumpre insistir em que se apreenda ao vivo a importância do que acabo de referir. A produção de 1948 representa para o país uma economia em divisas que ultrapassa o equivalente a Cr$ 1.250.000.000,00. Tomando-se como base a quantidade importada em 1944, — se não dispuzéssemos dessa produção, o país teria gásto em 1948, com a importação de trigo em grão e farinha, cerca de Cr$ 4.600.000.000,00, o que representaria dispêndio diário superior a Cr$ 12.000.000,00. Mesmo sem levar em consideração a estimativa da safra dêste ano, que se pronuncia bem maior que a do ano passado, — os resultados até agora colhidos com a campanha do trigo fundamentam as melhores esperanças. Por isto mesmo, está o Govêrno decidido a perseverar no caminho que sem esmorecimento vem trilhando. Daí a solicitação de um cr,dito especial de Cr$ 60.000.000,00 com a aplicação do qual nos propomos dar, em 1950, à triticultura brasileira, alicerces econômicos suficientemente sólidos que lhe permitam resistir aos embates da concorrência internacional, que já se desenha de natureza grave".

Como se vê, é o próprio Sr. Presidente da República quem afirma que "os resultados até agora colhidos com a campanha do trigo fundamentam as melhores esperanças".

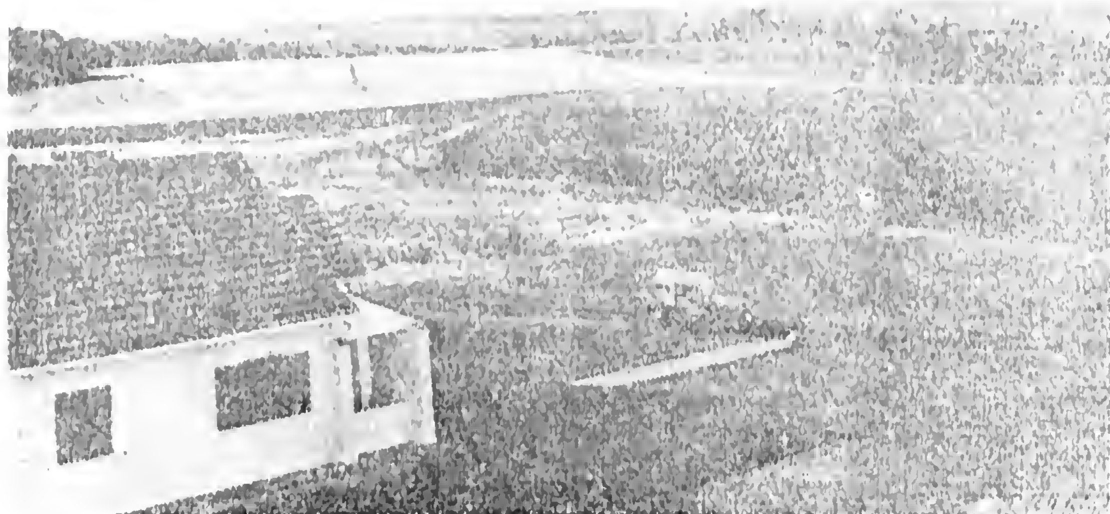
Para chegar a esta situação foi longo e árduo o caminho percorrido. Muitas foram as dificuldades que tiveram que ser transpostas e os trabalhos realizados durante as diversas etapas, desde 1909 até hoje, formam uma cadeia para a qual cada período contribuiu com um élo, cadeia essa, que vem sendo forjada por todos aqueles que, em qualquer época, trabalharam pelo desenvolvimento de nossa triticultura.

Chegada a esta altura, já é tempo de se lembrar os nomes de, pelo menos, os principais dêsses batalhadores, dentre os quais avultam: Artur Torres Filho, Carlos de Souza Duarte, Gomes do Carmo, Antônio de Arruda Câmara, Gil Stein Ferreira, Luiz G. Gomes de Freitas, Paulo da Silva Leitão, Ivar Beckman, A. R. de Oliveira Mota Filho, Vitor Mallmann, Gastão de Faria, Ademar Lopes da Cruz, Álvaro Simões Lopes, Benedito Paiva, Vespertino Marcondes de França, Alvaro Barcelos Fagundes, Jorje Polisú, Amaurí Poggi de Fiqueiredo, João Cândido Ferreira Filho, Caio Gracho Pereira, Carlos Gayer, Zedenko Gayer e tantos outros companheiros de jornada, uns já desaparecidos, alguns afastados dessas atividades e outros, ainda, continuando, num quase anonimato e sem esmorecimento, a lutar pelo ideal comum.

Na galeria dêsses homens, a quem o Brasil, por certo, um dia fará justiça, cabe agora um lugar de grande relêvo aos estadistas que nesses três últimos anos, com denodo e perseverança, deram o mais largo passo em direção da vitória, — o Presidente Eurico Gaspar Dutra e o Ministro Daniel de Carvalho.

PROSSEGUIMENTO DA CAMPANHA

Os êxitos até agora alcançados não são de molde, porém, a garantir de uma vez por todas a sobrevivência de nossa triticultura. E' indispensável, pois, que a campanha seja continuada até que a produção tritícola disponha de um embasa-



Posto agro-pecuario de IJUI, Rio Grande do Sul. A parte branca, ao fundo, e uma cultura de trigo



Trigal maduro, nas proximidades de Belo Horizonte

mento tão firme que possa, sem o amparo governamental, fazer face às oscilações do mercado internacional.

Transposta, como foi, a fase mais aguda da crise, faz-se mistér, agora, trabalhar no sentido da consolidação dos resultados auferidos.

Desta forma, impõe-se o prosseguimento e ampliação das atividades experimentais e de fomento às culturas. Estas últimas, dentro de uma nova e mais cuidadosa etapa, vez que, o apreciável volume de produção já alcançado permite considerar-se o problema com mais vagar. Assim, nos trabalhos de expansão às culturas, precisam ser aplicadas, mas generalisadamente, certas medidas técnicas, tais como, a proteção do solo contra a erosão, o emprêgo de adubos químicos, a incorporação da matéria orgânica, a irrigação, a rotação de culturas e outras, que permitirão aos triticultores ,senão aumentar grandemente a produção, pelo menos mantê-la em nível, de fato econômico. Ao mesmo tempo, é de todo indispensável que se cuide ,com urgência, das questões relacionadas com o armazenamento e a industrialização nas proximidades das zonas de produção. Este aspeto é de suma importância, bastando esclarecer que para uma produção anual que se aproxima de 500 mil toneladas dispomos, tão sòmente, de uma capacidade total de armazenamento, de 149 mil toneladas.

Por enquanto, e por certo tempo, é indispensável que essas medidas sejam completadas por outras, visando a manutenção do preço minimo, a unificação do preço em todo o país e o disciplinamento da importação de trigo. Estas duas últimas, cuja adoção deve, naturalmente, ficar subordinada a futuras circunstâncias, fariam desaparecer certas dificuldades que, vez em quando, surgem na circulação e colocação do trigo de determinadas zonas, e dariam ao nosso triticultor as garantias de que tanto carece para aumentar, sem receios, suas áreas cultivadas.

Longa é, ainda, a estrada a percorrer, mas, se forem continuados, com entusiasmo e perseverança os esforços até agora despendidos, breve chegará o dia, praza aos ceus, em que o Brasil não precisará receber de outras plagas o pão com que alimenta seus filhos.

Rio, 10-6-1950.

Segunda Conferência Nacional Algodoeira

A propósito da realização deste certame, projetado pela Sociedade Nacional de Agricultura, foi endereçado ao titular da Agricultura o seguinte ofício:

"Em 23 de maio de 1950 — Exmo. Sr. Dr. Antonio de Novais Filho, D. D. Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura

Em 1916, esta Sociedade fez realizar nesta Capital, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, a 1a. Conferência Nacional Algodoeira, com uma interessante e oportuna Exposição anexa.

A idéia dêsse certame, conforme declarou em entrevista ao "Jornal do Comércio" o dr. Miguel Calmon, posteriormente presidente desta Casa e Ministro da pasta hoje dignamente exercida por V. Excia., deveu-se ao Presidente Wenceslau Braz quando, em entrevista concedida ao dito jornal, pouco antes de possuir o govêrno, "lançou o problema do algodão entre nós, encarando-o em tôda a sua complexidade e importância."

"Um dos primeiros atos de sua administração — continua o Sr. Miguel Calmon — foi o que criou o Serviço de Algodão, confiado à competente direção do Prof. M. Creen e do qual, a despeito de dificuldades inerentes a esse gênero de empreendimentos, já temos colhido resultados apreciáveis."

Indo ao encontro do desejo do govêrno de então, a Sociedade promoveu a 1a. Conferência porque, ao seu ver, "não bastava para o bom êxito dos desejos manifestados pelo Sr. Presidente da República, a creação de um serviço técnico", mas se tornavam necessários inquéritos minuciosos e repetidos para se conseguirem vantagens permanentes em tal ramo de atividade"

Realizada a Conferência, dela resultaram os maiores benefícios ao surto da cultura de algodão no país e o profícuo trabalho dêsse memorável certame se acha condensado nos três volumes dos "Anais" logo depois publicados e que ainda hoje representam notável repositório de ensinamentos sôbre a matéria

Em 1922, foi a Sociedade encarregada pelo govêrno federal da sub-comissão de congressos do Centenário e, dentre os cinco que realizou, inclue-se a Conferência Internacional Algodoeira.

Junto aos elementos nacionais, ai trabalharam técnicos estrangeiros de nomeada, tendo a Inglaterra enviado uma numerosa delegação especial, presidida por Mr. Arno S. Pearse.

Todos reconhecem as vantagens para a cultura e o comércio de algodão, advindas desse certame, que procurou normalizar e coordenar as providências oficiais as necessidades do mercado estrangeiro, verificando-se um grande surto na produção e exportação do produto. Foram publicados 3 volumes contendo os *Anais* dêsse conclave, sendo tirada uma edição em inglês.

De 1922 para cá não se pôde tomar qualquer outra iniciativa idêntica em favor dessa cultura, a despeito da importância que representa na nossa balança comercial, e na economia de diversos Estados da Federação, sem falar no elevado índice econômico da indústria textil nacional, dela dependente.

E' porisso que à Sociedade ocorreu a idéia de trazer a debate, num grande conclave nacional, no qual se reunissem produtores, industriais e comerciantes, os problemas do algodão brasileiro, a fim de serem concertadas as medidas que se tornem necessários ao reerguimento da importante e tradicional atividade agrícola do país.

Em 1934, foi o Serviço do Algodão transformado no Serviço de Plantas Texteis e, após a extinção dêste, por mera coincidência ou em virtude de fatores outros que não cumpre agora verificar, a produção começou a minguar, a fibra entrou em decadência a fiscalização dos descaroçadores passou a ser utópica; a distribuição, compra e venda das sementes, em campos de cooperação, e uma série outra de providências antes em boa marcha, tornaram-se lacunosas ou difíceis.

Da "Mesa Redonda do Algodão no Nordeste", realizada em 1948, resultou um relatório em que a situação da preciosa fibra é colocada nos seus verdadeiros termos, e estes não são nada otimistas. Alí constam afirmações como as que se seguem:

— "Não há produção de sementes nos estabelecimentos oficiais;"

— "Não há contrôle na distribuição;"

— "Em alguns Estados a mistura de semente de herbáceo com arbóreo é uma verdade;"

— "Não existe prática de adubação, se bem que seja patente o enfraquecimento do solo."

Além dêsses problemas de ordem técnica, outros há no setor da indústria e do comércio — e também o do financiamento — que precisariam ser debatidos e normalisados, para, se possivel, organizar-se um roteiro, se não fosse possivel um programa de caráter permanente, para ser adotado por todos os interessados, a fim de evitar-se maiores prejuizos ao importante setor de nossa economia rural.

Eis porque à Sociedade se afigura necessário e urgente reunir técnicos, lavradores, industriais, comerciantes, entidades e outros orgãos interessados, a fim de serem alcançadas conclusões de caráter geral e nacional, em torno do algodão e seus complexos problemas atuais. Seria, assim, realizada a II Conferência Nacional Algodoeira.

Uma comissão na Sociedade elabora os planos desse conclave. Brevemente, serão convocadas as entidades estaduais e todos os setores interessados do país a colaborarem nessa cruzada em favor do algodão, destinando a Conferência um setor especial às demais fibras de produção brasileira

Todos os esforços e experiências desta casa serão postos à disposição dessa oportuna reunião, mas não dispensa a Sociedade o apôio e o patrocinio do Ministério da Agricultura, com o qual tem, até aqui, propósitos, espera a Sociedade Nacional de Agricul levado a efeito os seus maiores cometimentos.

Dando conhecimento a V. Excia. desses seus tura merecer o apôio solicitado, a fim de poder inaugurar a Conferência que será o coroamento de conclaves estaduais e regionais, onde os pontos de vista e aspirações locais serão colhidos, em setembro próximo.

Antecipando agradecimentos, aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de elevada consideração e apreço.

(as.) *Arthur Torres Filho*, Presidente; *Luiz Simões Lopes*, 1º Vice-Presidente."

COMISSÃO CONSULTIVA DE ACÔRDOS COMERCIAIS

INSTRUÇÕES PARA SEU FUNCIONAMENTO

Incluída a Sociedade Nacional de Agricultura, como representante da classe rural

O Sr. Embaixador Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores, assinou, a 8 de maio último, a seguinte Portaria sôbre o funcionamento da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais:

"Artigo 1.º — A Comissão Consultiva de Acordos Comerciais terá sua sede no Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único — O Presidente da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais poderá, por sua própria iniciativa e de acordo com a premência dos trabalhos, convocar sessões extraordinárias.

Artigo 2.º — Além de seus membros natos, a Comissão Consultiva de Acordos Comerciais será integrada por Delegados técnicos designados pela Confederação Nacional do Comércio, pela Confederação Nacional da Indústria e pela Sociedade Nacional de Agricultura, os quais serão convocados de acôrdo com os assuntos em pauta, que se relacionem, respectivamente, com os interêsses do comércio, indústria e agricultura.

§ 1.º — Os Delegados técnicos tomarão parte nas sessões da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais para as quais forem convocados, nas mesmas condições e em situação igual à dos demais membros componentes da Comissão.

§ 2.º — Os trabalhos das sub-comissões da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais deverão, igualmente, contar com a assistência dos Delegados de que trata o presente Artigo.

Artigo 3.º — Os relatórios e pareceres da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, com suas sugestões e iniciativas, serão enviados ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que êste resolva, em definitivo, sôbre cada assunto.

Artigo 4.º — A Comissão Consultiva de Acordos Comerciais será assistida por um Secretário, a ser designado, mediante portaria, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Artigo 5.º — Ao presidente da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais compete:

I) — convidar, quando julgar conveniente, organizações de classe da agricultura, da indústria e do comércio a expressar, por intermédio de seus órgãos específicos, em sessões expressamente convocadas para tal fim, seus pontos de vista sôbre assuntos submetidos à apreciação da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, obedecidas as seguintes normas:

a) — lavrar-se-ão atas taquigráficas dessas audiências, das quais constarão, **verbus ad verbum**, sejam os pontos de vista oralmente expressos, seja o conteúdo dos documentos, escritos porventura apresentados;

b) — tais atas deverão ser incorporadas, como anexos, aos pareceres e relatórios apresentados pela Comissão Consultiva de Acordos Comerciais ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

II) — presidir às sessões, coordenando os trabalhos e resolvendo questões de ordem levantadas.

III) — propor ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as medidas que se tornarem necessárias aos trabalhos da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, visando a maior eficiência dos mesmos.

IV) — requisitar, mediante indicação do Diretor Executivo, aos demais Ministérios e ao Banco do Brasil S. A. os funcionários necessários aos trabalhos da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais,

V) — designar uma comissão para, sob a presidência do Diretor Executivo, elaborar o projeto de regimento interno da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais,

VI) — designar as sub-comissões que se tornarem necessárias ao pronto e rápido andamento dos trabalhos da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais.

Artigo 6.º — Ao Diretor Executivo da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais compete.

I) — presidir aos trabalhos das sub-comissões

II) — convidar os membros componentes das classes da agricultura, da indústria, do comércio e consumidores para, em audiência pública, externarem seus pontos de vista individuais sôbre projetos de acordos comerciais submetidos ao exame da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais;

III) — fixar dia e hora para a realização de tais audiências publicas,

IV) — presidir às audiências públicas referidas nos números I e II do presente Artigo;

V) — propor ao Presidente da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais as requisições de que trata o Artigo 5.º, n. IV, das presentes Instruções.

Artigo 7.º — Ao Secretário da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais compete:

I) — secretariar as sessões e distribuir, com a necessária antecedência, as respectivas atas taquigráficas;

II) — dirigir os trabalhos da Secretaria;

III) — manter a Comissão Consultiva de Acordos Comerciais e suas sub-comissões a par das verificações da Seção de Política Comercial, fazendo-lhes as sugestões que julgar convenientes.

Artigo 8.º — A Comissão Consultiva de Acordos Comerciais terá uma Secretaria diretamente subordinada ao Secretário e dividida em duas seções: a) — Seção Administrativa; b) Seção de Política Comercial.

Artigo 9.º — Os serviços da Secretaria serão executados por funcionários do Ministério das Relações Exteriores e por funcionários requisitados pela forma indicada no Artigo 5.º, n. IV, das presentes Instruções".

A Comissão de que trata a presente Portaria foi instalada no Palácio Itamarati, sob a presidência do Ministro Ciro de Freitas Vale, em 31 de maio último.

Especialmente convocada, esteve presente a Sociedade Nacional de Agricultura, pelo seu Vice-Presidente, Dr. Antônio de Arruda Câmara, substituindo o Presidente efetivo, Dr. Arthur Torres Filho, que não compareceu por motivo imperioso.

O MINISTRO NOVAIS FILHO

recebe a visita da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura

Foi recebida, a 9 de Maio último, em audiência especial, pelo ministro Novaes Filho, a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo à frente os Srs. Luiz Simões Lopes, Edgard Teixeira Leite e Antonio de Arruda Câmara, vice-presidente da referida entidade de classe. Deixou de comparecer o presidente efetivo, Sr. Arthur Torres Filho, por motivo de doença.

Os dirigentes da S. N. A. apresentaram ao ministro os seus votos de feliz administração e a solidariedade da classe que representam.

Ao mesmo tempo, na palavra do Sr. Luiz Simões Lopes, a S. N. A., expôs ao ministro alguns pontos de seu programa de ação ligados à política do próprio Ministério. Deu o representante da Sociedade especial relevo ao problema da organização da classe rural em base associativa, encarecendo a necessidade do apôio do Govêrno à fundação das federações nos Estados que ainda não o fizeram e à criação, na capital da República, da Confederação Rural Brasileira, prevista no decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945. Mostrou a inferioridade em que se encontra a classe rural, a maior do país, em relação às demais, que já dispõem de ótimas organizações e meios financeiros, que lhes permitem dar assistência e proporcionar benefícios aos seus integrantes, além da participação mais ativa que assim obtiveram na política econômica do país.

Um outro assunto, ligado, aliás, ao primeiro, foi tratado, qual o da maior assistência ao homem do campo, que se impõe como imperativo nacional.

Referiu-se depois o orador à idéia da Sociedade em levar a efeito a II Conferência Nacional Algodoeira, se acaso não lhe faltar o apoio do Ministério.

Falou ainda o Sr. Simões Lopes sôbre a Casa da Agricultura, cuja construção, à Av. Presidente Justo, nesta capital, vai adiantada, e nos trabalhos da Escola de Horticultura "Wenceslau Belo" na Penha, mantida pela tradicional Sociedade.

A PALAVRA DO MINISTRO

O ministro Novaes Filho agradeceu a visita e manifestou a sua grande satisfação pela presença da diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura em seu gabinete, instituição que, a seu ver, sempre esteve presente em tôdas as boas causas da agricultura brasileira. Salientou que os pontos da exposição do Sr. Simões Lopes são um sinal evidente de que a tradicional Sociedade evolue e acompanha de perto as necessidades maiores da vida rural do país. De sua parte, prometeu examinar com o maior interêsse tôdas as sugestões que ora lhe foram feitas.

A SAFRA PAULISTA DE ALGODÃO

Deverão produzir-se 24% menos do que foi estimado — Com área muito maior, a colheita tende a ser igual à de 1949

A safra paulista de algodão em caroço, que chegou a ser estimada em cerca de 54.500.000 arrôbas e que em princípio de abril último fora calculada em quase 45.000.000, deverá atingir .... 41.500.000 arrôbas, apenas — eis a notícia que circula nos meios oficiais do Estado. Registrar-se-á, assim, uma nova quebra de 8%. A confirmar-se tal prognóstico, deveremos produzir 13.000.000 de arrôbas menos do que se esperava, o que implica uma quebra geral de cerca de 24%.

É digno de registro o fato de que a safra, tal como se acha de nova estimada, superará a de 1948/49 — que atingiu perto de 40.000.000 de arrôbas — apenas em 1.500.000 arrôbas, ou seja, menos de 4%. No entanto, a área semeada este ano foi muito maior, tendo ultrapassado a da safra anterior em cerca de 33%. Conclui-se dessa forma que a produção por alqueire caiu de modo apreciável e que ainda que fosse possível ao lavrador vender a colheita dêste ano pelos mesmos preços do ano passado — o que não está acontecendo — os negócios correriam piar.

Continua-se insistindo em apontar o excesso de chuvas como o principal responsável pelo declínio. Ainda em abril choveu muito em muitas zonas importantes, que influem no cômputo geral do Estado, como é o caso de Marília. Alguns técnicos do Fomento Agrícola acreditam numa recuperação durante o mês de Junho, pois o tempo vai agora correndo favoravelmente, beneficiando os trabalhos da colheita e a própria planta nos pontos em que o ciclo de frutificação ainda não se completou.

O Cooperativismo, a Escola de Nîmes e seus fundamentos

(Por Fabio Luz Filho)

Não caberia nos limites de um artigo desenrolar com minúcias tôda a história da **Escola de Nimes,** e seus pontos de contacto e divergência com a corrente socialista, e sua dissonância com a tese central do comunismo autoritário: a posse do poder político pela fôrça e a ditadura do proletariado.

Limitar-me-ei, em pinceladas largas, a dar-lhe a origem e os princípios basilares, que muitos classificaram de néo-rochdalianos, o que **Gide** repeliu

Foi **Gide,** a figura central dessa Escola e seu máximo teórico.

Nimes é uma cidade industrial francesa. Entre 1883 e 1887 eclodiram em Nimes várias instituições sociais, entre elas a **Bôlsa do Trabalho,** em 1885, a segunda da França

O principal fundador da Escola de Nimes foi **Edouard de Boyve,** que sofreu a influência de um pastor de grande valor — **Eugene Bersier,** que o converteu ao cristianismo (protestantismo). Conservou êle suas relações com parentes inglêses do lado materno, donde seus entendimentos com **Vansittart Neale,** ilustre representante dos socialistas cristãos da Inglaterra.

Dessa aproximação nasceu em Boyve o desejo de lançar as bases do movimento cooperativo em Nimes. **Auguste Fabre,** espírita, foi, dentre outros sem falar em **Gide,** a personalidade que o seduziu e que com êle cerrou fileiras

Encontravam-se amiúde na Sociedade de Economia Popular fundada por Fabre.

De Boyve criou então uma sociedade cooperativa com o apôio de Fabre; mas uma cooperativa aberta e não fechada.

Em Julho de 1885 realizou-se o primeiro Congresso das sociedades Cooperativas de consumo da França ao influxo da ação de **Gide, Boyve** e **Fabre,** entre outros, com a presença de **Vansittart Neale** e **Holyoake,** da Inglaterra. É criou-se o jornal "L'Emancipation"..

Houve vaivens doutrinários, críticas dos economistas clássicos e choques com a corrente socialista, o que provocou o conhecido **Pacto de Unidade de 1912,** o qual se resume num acôrdo de caráter doutrinário entre a **União Cooperativa,** nascida da Escola de Nimes, e a **Confederação das Cooperativas** (Bôlsa socialista), de vez que havia um grupo numeroso de socialistas que aceitavam o programa rochdaliano da Escola de Nimes, socialistas êstes vinculados ainda ao velho e generoso socialismo francês.

O PROGRAMA DA ESCOLA DE NIMES

O programa da Escola de Nimes foi exposto no Congresso de Lyon de 1886, no de Paris em 1889, no discurso de Boyve no Congresso de Paris de 1900, e, finalmente, em 1905 divulgado em uma circular enviada a tôdas as cooperativas francesas pela **União Cooperativa,** das sociedades cooperativas francesas de consumo. Ei-lo: "O cooperativismo tem por fim substituir o estado de competição atual por um regime de livre associação que providencie, de uma maneira equitativa, a distribuição das riquezas. O cooperatvismo de consumo não quer fazer-se o órgão exclusivo de um partido político, — nem de uma igreja, nem de uma classe social; mas quer ser o órgão de todos aqueles que queiram trabalhar para a realização do ideal cooperativo pelos seguintes meios:

1º — Criaçao de sociedades cooperativas para uma distribuição equitativa dos objetos de consumo;

2º — Criação de um capital coletivo e impessoal retirado das sobras antes da distribuição dos retornos;

3º — Criação de um armazem para vendas em grosso;

4º — Organização de indústrias cooperativas na medida das necessidades das cooperativas;

5º — Criação, no seio das cooperativas e fora delas, de obras sociais (não políticas e não-confessionais), reservando todos os seus recursos para seu fim supremo, que é a transformação da troca e da produção pela

criação de armazens de vendas em grosso e de indústrias cooperativas;

6º — Percentagem sôbre as sobras anuais para a instrução e a educação social dos cooperadores;

7º — Pelo consenso de tôdas as Uniões (federações) de cooperativas nacionais constituir uma **República Cooperativa,** cujo objetivo será o desenvolvimento da personalidade humana pela justiça e pela solidariedade".

O PACTO DA UNIDADE EM 1912

As doze virtudes do cooperativismo enumeradas por Gide em 1894 coincidiam perfeitamente com a enumeração que a Bôlsa Socialista fizera, e são:

1º — Viver melhor;

2º — Pagar o dinheiro à vista;

3º — Economizar sem esfôrço;

4º — Suprimir os parasitas sociais;

5º — Combater as despesas com as bebidas;

6º — Interessar as mulheres nas questões sociais;

7º — Fazer a educação econômica do povo;

8º — Facilitar a todos o acesso à propriedade;

9º — Constituir a propriedade coletiva;

10º — Estabelecer o justo preço;

11º — Eliminar o lucro;

12º — Abolir os conflitos;

Dos 12 pontos do programa classificado de "burguês" (êste burguês que encabeçou todos os movimentos de reivindicação social na Europa) da **Escola de Nimes,** 10 foram reproduzidos pelo programa dos cooperadores socialistas.

Assim sendo, a aproximação, após anos de divergências, se fêz, surgindo em 1912 o **Pacto de Unidade,** que conciliou cooperativistas e socialistas.

Alguns dados sobre a cultura do milho e do Arroz no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

MILHO

A cultura do milho representa um papel destacada para a economia mineira, pois a sua produção atingiu quase **dois bilhões de cruzeiros,** não sendo êsse valor ultrapassado por nenhuma outra cultura, nem mesmo a tradicional cultura cafeeira.

A produção dêsse cereal básico durante o período de execução do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, vem aumentando.

De fato, enquanto que no ano agrícola 1947/1948 a sua produção foi de 21.945.444 sacos, no ano seguinte ela foi de 24.942.467 sacos, com um aumento, portanto, de quase 20%.

O valor da produção representou, em 1947/1948 a elevada importância de Cr$ 1.423.153.144,00 e no ano seguinte, Cr$ 1.845.743.000,00, ao passo que, em igual período, a produção do café contribuiu, respectivamente, com Cr$ .... 1.061.128.675,00 e Cr$ 1.486.196.000,00.

A cultura do milho apresenta, entre outros, as seguintes vantagens :

a) é, depois do arroz, o cereal que dá maior rendimento por unidade de superfície cultivado;
b) a relação entre uma semente plantada e o número de sementes colhidas é, não raro, de 1:440;
c) tem grande rusticidade;
d) é muito resistente às doenças e pragas;
e) é uma das plantas melhor estudadas sob o ponto de vista de sua composição genética, conseguindo-se com isso continuamente, o aumento da produtividade.

A cultura do milho é, sem dúvida, não só a mais generalizada no Estado de Minas Gerais, como, também, no próprio país, e é das mais importantes porque :

a) dela depende, em grande parte, a produção animal;
b) o milho entra na alimentação humana quer em espécie, quer transformado em toucinho, carne de porco, galinha, ovo, etc.,
c) dêle se extrai amido, glicose, óleo, etc.

Através da Secretaria de Agricultura vem o Estado de Minas Gerais procurando estudar convenientemente tão importante cereal básico, realizando experimentações entre outras localidades, em Patos de Minas, Viçosa, Uberlândia, Belo Horizonte, Lavras, Sete Lagôas e Água Limpa.

Entre as variedades mais estudadas podemos destacar :

a) **Agroceres** — híbrido duplo, da Cia. Agroceres Ltda., de Viçosa;
b) **Instituto 1** — híbrido duplo, do Instituto Agronômico do Estado de Minas Gerais;
c) **Granjas Reunidas** — híbrido duplo de Gonçalves Pereira & Cia., de Viçosa;
Cateto — variedade selecionada, produzida por Gonçalves Pereira & Cia., de Viçosa;
H 300 — híbrido duplo, do Instituto Agronômico de Campinas;
Venezuela — variedade da Venezuela, produzida por Gonçalves Pereira & Cia., de Viçosa

Entre os resultados das experimentações já realizadas no Estado, podemos destacar :

a) que o espaçamento de 1,10 m. entre as fileiras é o que melhores resultados tem apresentado;
b) que os melhores híbridos se mostram superiores às melhores variedades selecionadas;
c) em Patos de Minas, por exemplo, plantados em terras férteis, os híbridos deram um rendimento de 6.053 quilos por hectare, enquanto que as variedades selecionadas deram, apenas, 1.847 quilos por hectare;
d) em terras fracas, como as de Água Limpa, os híbridos produziram 2.679 quilos por hectare, e as variedades selecionadas, 1.847 quilos por hectare.

Entre as recomendações que a Secretaria de Agricultura vem fazendo aos agricultores, com relação ao plantio do milho, podemos lembrar :

a) plantar, de preferência, o milho em terras frescas, de boa consistência e ricas em matéria orgânica;
b) fazer o plantio no início do período das chuvas, isto é, Outubro/Novembro,
c) plantar em fileiras espaçadas em 1,10 m.,
d) empregar, de cova a cova, a distância de 1,00 m. quando plantar 4 sementes por cova; 0,40 m. quando plantar 2 sementes por cova, e 0,20, quando plantar uma semente por cova;
e) plantar as variedades selecionadas, especialmente a variedade Cateto, como estágio intermediário para a cultura dos milhos híbridos, que são os mais aconselhados.

ARROZ

Visando intensificar a cultura do arroz, que é, sem dúvida, um cereal básico de grande consumo no país, vem Estado de Minas Gerais, através de sua Secretaria de Agricultura, realizando numerosas experimentações e procurando orientar tècnicamente os rizicultores, no sentido de, pela cultura racional

obter-se maior rendimento cultural e, ao mesmo tempo, procurando interessar os agricultores na cultura de tão importante cereal.

O aproveitamento, durante um mesmo ano agrícola, do terreno com a cultura do arroz no verão, seguida no inverno, com a cultura do trigo irrigado, é, sem dúvida, uma prática que interessa muito aos agricultores, pelas vantagens econômicas que dela advém.

Os trabalhos experimentais tem visado, principalmente, a determinação das variedades mais aconselháveis para os dois métodos de cultura do arroz no Estado: a do arroz do "sêco" e a do arroz irrigado, e vem sendo realizados em Belo Horizonte, Água Limpa, Patos de Minas, Almeida Campos, Corma da Mata, Lavros, Machado, Pitangui e Uberlândia.

Entre as conclusões resultantes das experimentações já realizadas podemos destacar:

a) que a cultura do arroz do "sêco" oferece menor rendimento que a cultura do arroz irrigado;
b) que em certas regiões, dadas as condições especiais de clima e solo, pode ser feito, com sucesso, a cultura do arroz do "sêco", como por exemplo no Triângulo e na Zona da Mata do Corda (Uberlândia, Patos de Minas, etc.);
c) que a cultura do arroz irrigado tem proporcionado ótimos rendimentos e apresenta as vantagens de não depender das precipitações pluviais, não exigir capinas, etc.;
d) que, em relação às condições químicas do solo, o arroz pode ser plantado em terrenos levemente ácidos, necessitando não raro de adubação fosfatada e azotada, não sendo necessária, via de regra, a adubação potássica;
e) quanto à época de plantio, a do arroz do "sêco" é determinada pelo início das chuvas, prolongando-se até meiados de Novembro, enquanto que o arroz irrigado deve ser plantado sempre, entre 15 de Outubro e 15 de Novembro;
f) quanto ao rendimento, a média para o arroz irrigado foi de 3.875 quilos por hectare, e para o arroz do "sêco", de 1.526 quilos por hectare, em numerosos experimentações realizadas, nas quais foram grandes os desvios do rendimento. São considerados bons rendimentos 2.500 quilos por hectare para o arroz do "sêco" e de 5.000 quilos por hectare, para o arroz irrigado;
g) para o sistema de cultura irrigada, as variedades mais indicadas em face dos resultados experimentais são as seguintes: Pratão, Ponta Preta, Blue Rose e Amarelão;
h) para a cultura do arroz do "sêco", as experimentações revelaram como melhores variedades a Agulha ESAV para a região de Patos de Minas e o Amarelão para a região do Triângulo Mineiro;
i) podem também ser indicadas como boas variedades para a cultura do "sêco", as variedades Ponta Preta e Pratão;
j) entre as variedades que tem alcançado melhor cotação comercial podemos destacar o Amarelão e a Agulha ESAV.

A cultura do arroz, na vingência da execução do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção vem se desenvolvendo muito satisfatòriamente, registrando-se um acréscimo de 27% entre a produção do ano agrícola 1947/1948 e a do ano agrícola 1948/1949.

De fáto, no ano agrícola 1947/1948, a produção de arroz em casca foi de 8.868.691 sacas, enquanto que no ano agrícola 1948/1949, essa produção elevou-se para 11.346.599 sacos, com um acréscimo, portanto, de 2.477.908, o que é, sem dúvida, um índice muito expressivo.

Obs. — Os dados acima indicados foram obtidos em recente viagem de estudos feita no Estado de Minas Gerais, de acôrdo com o plano traçado pelo Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da S.N.A. (estudo do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais).

A LAVOURA
(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)
Fundada em 1897
Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade
Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor
Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor-Técnico
LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário e Gerente
Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º
Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245
Rio de Janeiro

Organização da Classe Rural

A 9 de janeiro de 1948, o Sr. Deputado pelo Estado de São Paulo, Dr. Altino Arantes, apresentou projeto, que tomou o n.º 928, mandando revogar o decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945, e sob cujos dispositivos vem sendo organizada associativamente a classe rural.

Ida o projeto à Comissão de Agricultura, foi ali aprovado o parecer do Deputado Duque de Mesquita rejeitando-o (10 de dezembro de 1948), o qual concluiu da seguinte forma:

"Destruir a atual lei n.º 8.127, que vai promovendo a organização rural em base associativa, será deixar o campo abêrto à invasão de doutrinas exóticas e impedir que o govêrno leve à maior classe produtora do país tôda a assistência que ela está exigindo, social, econômica e técnica".

Na Comissão de Finanças, não logrou melhor sorte a rejeição proposta pelo representante paulista. Em substancioso parecer, o Deputado Agostinho Monteiro, seguido pelos demais colegas daquele órgão técnico, foi também contrário a que se revogasse uma lei que vem dando tão bons resultados.

Para conhecimento da classe rural, vai o trabalho do ilustre representante paraense transcrito na íntegra:

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO

N.º 27-50

O Projeto n.º 928, de 1948, de iniciativo do ilustre deputado Altino Arantes e subscrito por distintos colegas, revoga o Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, que dispõe sôbre a organização da vida rural, que sucedeu o Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945. O projeto foi objeto de acurado estudo da Comissão de Agricultura que opinou unanimemente pela sua rejeição. O parecer do relator designado, o ilustre deputado Duque de Mesquita, condensou em cinco itens as principais razões apresentadas pelo autor na sua justificação ao projeto:

Ei-las:

1) o diploma cuidou "pura e simplesmente de jungir a sofredora classe dos nossos lavradores ao arbítrio do govêrno:

2) a legislação seria atentatória da ampla liberdade de associação assegurada por tôdas as Constituições do Brasil e da própria Carta outorgada em 10 de novembro de 1937.

3) o decreto e seu regulamento feriram o princípio dos artigos 141 § 12 e 159 da Constituição atual ao estabelecer no seu artigo 1. "que cada município terá uma Associação Rural";

4) que ao pagamento da "taxa rural" no conceito do parágrafo 1.º do artigo 1.º, ficaria sujeito todo aquêle "que fôsse considerado no exercício da profissão rural, participasse ou não do quadro social de tais afirmações, e

5) que a Sociedade Rural Brasileira de S. Paulo em face da prerrogativa legal que dá às associações rurais enquadradas na legislação que se procura revogar, estaria prejudicada nas prerrogativas de que goza atualmente.

Examinando cuidadosamente essas razões o relator da Comissão especializada apresentou contestação interessante e documentada.

Parece-nos dispensável resumir argumentos e documentários por isso que publicados no "Diário do Congresso". Destaco entretanto, o item 4.º, sôbre o qual o relator se limitou a dizer que "é matéria sôbre a qual se viesse a ser estabelecida, teria antes de a respeito manifestar-se o Congresso Nacional". "Nessa ocasião, então, poderiam ser estudados e atestados os possíveis inconvenientes apontados pelo ilustre proponente".

Porque não enfrentar desde logo a matéria que se me afigura da maior importância, por isso mesmo que sôbre ela assenta a formação do patrimônio social e consequente possibilidade de efetivação das finalidades das associações consignadas no artigo 17? Uma das razões invocadas pelo ilustre autor do projeto para a revogação do decreto é a seguinte: "o artigo 21, alínea "b", determina a criação de taxas especiais para a constituição do patrimônio das associações a serem fundadas". E' óbvio que ao pagamento dessas taxas ficaria sujeito todo aquêle que no conceito do artigo 1.º, § 1.º "fôsse considerado no exercício da profissão rural" participasse ou não do quadro social de tais agremiações".

Vejamos o que diz o art. 21:

Art. 21. "O patrimônio das associações rurais, das Federações das Associações Rurais e da Confederação Rural Brasileira é constituído:

a) das jóias e contribuições de sócios, das associações e das federações;

b) **da cota-parte das taxas criadas ou que venham a ser criadas e lhes forem atribuídas;**

c) das subvenções e auxílios.

d) das doações e legados;

e) das rendas patrimoniais; e,

f) dos resultados das atividades sociais não compreendidos nas alíneas anteriores.

Como se vê, aí não se "determina a criação de taxas especiais para a concretização das associações a serem fundadas", como declara o autor do projeto.

Mesmo, porém, fôsse imperativa essa criação, haveria a obrigatoriedade do pagamento de tais taxas por parte daquêles que, ao tempo, exercessem atividades rurais? Parece-nos que não porque o Decreto-lei n.º 8.127, no seu artigo 1.º, apenas define a profissão rural, sendo o ingresso na associação, facultativo, e não obrigatório, como julga o autor do projeto de revogação.

Mas, se fôsse o pagamento de taxas obrigatório, por parte dos profissionais, estaria porventura o diploma criando fato novo, ou estabelecendo precedente odioso? De que modo vivem os sindicatos, o SESI, o SESC, o SENAI, a L. B. de A., e outros órgãos de classe e beneficência consagrados na nossa legislação?

No caso, será mesmo de prever a base financeira para a execução do programa — sobretudo o de assistência — que a lei determina seja executado pelas organizações criadas sob a égide dêsse Decreto-lei. A latitude dêsse programa melhor será avaliada pela transcrição do artigo 17 do Decreto n.º 8.127:

"Art. 17. As associações rurais, reconhecidas nos têrmos dêste Decreto-lei, órgão de defesa, representação e técnicos consultivos do govêrno municipal, e, por intermédio dos seus órgãos superiores, dos Estados, dos Territórios Federais e do Govêrno Federal, terão as seguintes atribuições:

a) congregar, em seu seio, todos os que se dediquem à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais, inclusive extrativas, de origem animal e vegetal;

b) colaborar com os poderes públicos no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que exerçam atividades rurais;

c) articular os elementos da classe rural além de promover a defesa dos seus direitos e interêsses e realizar as suas aspirações, bem como o progresso e o aprimoramento da agricultura;

d) manter, com as congêneres, relações de cordialidade e cooperação;

e) manter um centro de informações sôbre a vida agro-pecuária do município;

f) instalar e manter, sempre que possível em edifício próprio, a "Casa Rural de..." (segue-se o nome do município), para sede social;

g) manter serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício dos sócios;

h) sustentar e defender perante a federação os interêsses e aspirações de seus sócios;

i) prestar as informações que lhe forem solicitados pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais;

j) difundir noções de higiene, visando, principalmente, a melhoria das condições do meio rural;

l) promover o ensino profissional de interêsse agro-pecuário diretamente ou em cooperação com os órgãos oficiais;

m) organizar museus ou exposições permanentes dos tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica;

n) pugnar pela aplicação das medidas relativas à padronização e à classificação dos produtos agro-pecuários;

o) colaborar na aplicação das leis atinentes à vida rural;

p) auxiliar ou executar, quando devidamente credenciada, serviços oficiais de estatística;

q) organizar serviços de arbitragem nos meios rurais e, bem assim, de avaliações e peritagens, respeitada a legislação em vigor;

r) executar, se essa tarefa lhe fôr cometida, serviços de contrôle leiteiro e de registro genealógico;

s) estimular a economia de seus sócios, favorecendo a aquisição da propriedade rural, e promovendo a constituição e desenvolvimento de cooperativas que realizem a defesa dos seus interêsses econômicos;

t) realizar periòdicamente, com a assistência do govêrno, exposições agro-pecuárias distritais, municipais ou regionais; e,

u) desempenhar atribuições que por intermédio de seus órgãos superiores, lhe forem delegadas pelo poder público".

São êstes, objetivos tendentes a elevar e dignificar a profissão, como meio de se fixar o homem à terra, combatendo indiretamente o êxodo para as cidades. O decreto assegura direitos e vantagens ao homem do campo tal como ao trabalhador do comércio e da indústria a farta legislação já os têm efetivado.

Haveria, pois, mal em que se utilizasse taxa existente, para ser aplicada em tão altos objetivos? Será, até, a maneira apropriada de iniciar-se o movimento que toma corpo como imperiosa necessidade, de efetiva assistência ao ruralista desamparado.

Aproveitemos o pouco já feito e dilatemos a ação do decreto que já produz seus primeiros frutos. A classe rural começa a se erguer.

A Conferência das Classes Produtoras de Araxá, onde a indústria, o comércio e a agricultura estiveram presentes em paridade de representação, recomendou:

"1) que os serviços sociais sejam estendidos à classe rural, por meio de uma progressiva adaptação dos processos mais convenientes, indicados pela experiência,

2) que, embora caiba ao Estado, em primeiro plano, o dever de criar e manter os serviços assistenciais ao trabalhador rural, seja reconhecida a necessidade de **que participem do seu estudo, organização e direção, os representantes qualificados das atividades rurais.** É êste, aliás, o espírito do decreto.

Estamos seguramente informados de que a Sociedade Nacional de Agricultura e a Comissão que orienta a aplicação dessa lei, continuam em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura, a promover a criação de associações rurais municipais e suas federações estaduais, convencidas de que essa é a fórmula mais natural e por isso mesmo mais indicada para a desejada organização da nossa classe agrícola. E essa organização se afigura indispensável e urgente à Sociedade Nacional de Agricultura, como precípua condição, para que os **poderes públicos** nestes tempos de verdadeira fuga dos campos, possam assistir com os meios de que carece, não só para a elevação do seu nível de vida mas também para que ela assuma o alto papel que lhe cabe na comunhão brasileira.

Existiam registradas no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, em princípios dêste ano, cêrca de 200 associações rurais e vários processos de registro de organizações em andamento nos Estados. Oito federações estaduais se encontram em funcionamento. A Confederação Rural Brasileira, cúpola da organização, ainda não foi fundada. É pensamento entretanto dos líderes da classe fundá-la com o maior número de federações, a fim de dar-lhe vida duradoura e absoluta legitimidade de representação. Juntamos uma relação dessas instituições, bem como um esquema da organização prevista no Decreto n.º 8.127.

Escreveu o ilustre Senador Senhor Apolônio Sales que "As associações rurais previstas constituem verdadeiros órgãos de extensão do Ministério da Agricultura, não colidindo com os sindicatos rurais, criadas ou a se criarem sob a orientação do Ministério do Trabalho. O decreto em causa objetivo, principalmente, acolher uma realidade nacional, aproveitar o longo trabalho já realizado pelas nossas associações agrícolas e dar à lavoura uma lei mais a sua feição, tendo em vista as peculiaridades do meio, o caráter nitidamente extensivo da atividade, o estado atual de desenvolvimento do espírito associativo, a dificuldade de diferenciação da atividade rural, enfim, considerar, para maiores possibilidades de êxito a profunda diferença que marca o trabalho nas grandes cidades e no campo". "Com essas associações — continua o ilustre ex-ministro da Agricultura — atenderia o poder público à necessidade de

agir em maior profundidade, indo ao encontro dos programas de ação, das deficiências e até das aspirações de tôdas as classes que, conjugadamente, realizam a vida rural".

Creio ser um trabalho digno de apreço, o que vem sendo realizado com determinação e patriotismo à sombra dessa lei e que, ao meu ver, ao invés de ser combatida, deverá ser altamente prestigiada. Penso que tudo seja suscetível de aperfeiçoamento. A lei terá possivelmente uma ou outra falha, mas os seus altos objetivos e os resultados já apresentados exigem a sua permanência e não a revogação sumária proposta.

Deixemos que a sua aplicação mais demorada e a experiência ponham em evidência os defeitos passíveis de correção, já que, dentre tôdas as iniciativas para a organização da classe rural, tem sido esta, pelos seus efeitos, a que mais se ajusta ao meio brasileiro.

Sou, pois, pela rejeição do projeto do eminente Sr. Deputado Altino Arantes, com a sugestão de que, atendendo aos imperativos do momento e à recomendação das Classes Produtoras na Conferência de Araxá, se aproveite desde logo a rêde de associações rurais para atender a assistência social tão reclamada pelo homem do campo, por todos reconhecida como necessária e urgente e tão bem preceituada nas alíneas "a" e "j" do artigo 17.

Não se coarctem os nossos dirigentes de reconhecer a situação de inferioridade em que se encontram os trabalhadores rurais, em relação aos seus colegas da indústria e do comércio; dispõem uns e outros de organizações e de meios financeiros que já lhes proporcionam razoável situação no plano assistencial. Aproveitemos, pois, a determinação do Decreto-lei n.º 8.127, para a imediata distribuição de benefícios, tão reclamados, quanto longínquos.

A indústria e o comércio arrecadam por ano cêrca de 500 milhões de cruzeiros para os seus serviços de assistência. De onde vem afinal, essa vultosa importância senão do povo, que produz e trabalha? Assim como a indústria e o comércio, também a agricultura deve suprir-se de recursos para atender as iniciativas imprescindíveis ao seu soerguimento.

Por tôdas estas razões, somos pela rejeição do projeto n.º 928, de 1948.

Sala "Antônio Carlos", 13 de abril de 1950. — **Horácio Lafer**, Presidente. — **Agostinho Monteiro**, Relator. — **Raul Barbosa.** — **Gaston Englert.** — **João Cleofas.** — **Toledo Piza** com restrições. — **Café Filho.** — **Orlando Brasil.** — **Fernando Nóbrega.** — **Leite Neto.** — **Lauro Lopes.** — **Duque Mosquito.** — **Dioclécio Duarte.**

(Diário do Congresso 26 de abril de 1950, fls. 2.789-50)

A Visita De Um Grande Técnico Laticinista Uruguaio Ao Brasil

Por *Otto Frensel*, Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura.

Em 22 de abril p. p., o Rio de Janeiro recebeu a visita do Sr. Engenheiro Agrônomo, Juan Minut, Diretor da Cooperativa Nacional de Produtores de Leche ("Conaprole"), de Montevidéo, Uruguai. O ilustre viajante foi passageiro do vapor italiano "Conte Grande", acompanhado de seu filho, o advogado Dr. Renzo Minut.

Foi recebê-lo no Cais do Pôrto uma comissão, composta dos Srs. Albino Silvares, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro, Osvaldo Ballarin, Otto Frensel, este em nome do "Boletim do Leite", do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Minas Gerais, Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, de Porto Alegre, e da Sociedade Nacional da Agricultura e Dr. Rubens Magalhães Pecego, Inspetor de Produtos de Origem Animal, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, representando o Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura.

Passados os primeiros momentos da emocionante recepção e acomodados os ilustres visitantes em seu hotel, foi aproveitada a tarde daquele dia, um sábado, para um passeio aos pontos mais pitorescos da Capital Federal. Além dos visitantes e do autor, acompanharam-nos os Srs. Osvaldo Ballarin e Dr. Rubens Pecego.

No dia seguinte, domingo, tivemos a grande satisfação de receber os visitantes em nossa residência, para um almoço, aproveitando a tarde para visitar alguns pontos interessantes da nossa bela capital.

No dia seguinte, domingo, tivemos a grande satisfação de receber os visitantes em nossa residência, para um almoço, aproveitando a tarde para visitar outros pontos interessantes da nossa bela capital.

Na manhã do dia 24, visitamos os entrepostos de leite da Sociedade Mineira de Laticínios Ltda., na Estação Alfredo Maia, onde fomos recebidos pelos Srs. Plinio Celestino de Castro e Antonio Finza; da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Ltda., à rua Sotero dos Reis, onde fomos recebidos pelo Sr. Adrião Vila Nova e a Seção de Engarrafamento da CCPL, à rua Jorge Rudge que visitamos detalhadamente sob a orientação do respectivo gerente, Sr. Adriano Lopes Pereira. Nestas visitas fomos acompanhados pelo Sr. Dr. Rubens Magalhães Pecego, representante do Departamento Nacional da Produção Animal.

À tarde visitamos o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Daniel de Carvalho, em companhia do Dr. Rubens Pecego, tendo sido recebidos por S. Excia. em companhia do Sr. Dr. Paulo Froes da Cruz, seu Assistente. O Sr. Eng. Agr. Juan Minut manteve longa e interessante palestra com o Sr. Ministro, retribuindo, assim, a honrosa visita que S. Excia. lhe fizera na "Conaprole", por ocasião da sua recente estada no Uruguai. Fomos, também, recebidos pelo Sr. Dr. Henrique Blanc de Freitas, Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Animal, com o qual o Sr. Juan Minut, igualmente manteve longa e oportuna palestra. A seguir fomos recebidos pelo Sr. Dr. Augusto de Oliveira Lopes, Diretor da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal que se encontrava na companhia do Sr. Dr. Luiz de Sá Miranda, do Serviço de Leite e Derivados daquela Divisão. Fomos, ainda, recebidos pelo Sr. Dr. Jorge Pinto Lima, do Serviço de Informação Agrícola o qual proporcionou ao Sr. Juan Minut uma série de publicações de seu interesse.

Na manhã do dia seguinte, 25, o Sr. Eng. Agr. Juan Minut, acompanhado de seu filho, por nós e pelo Sr. Dr. Rubens Magalhães Pecego, representando o Departamento Nacional da Produção Animal, seguiu para Juiz de Fora em visita a Fábrica-Escola de laticínios "Candido Tostes". Durante esta viagem o Sr. Minut teve ensejo de observar interessantes aspectos do Interior do Brasil. Ao mesmo tempo todos nós que o acompanhamos, tivemos ocasião de chamar a sua atenção para as condições reais dos laticinios brasileiros, suas dificuldades e grandes lutas. O fator distancia e grandeza foi o que mais impressionou o nosso ilustre visitante, pois, não cançávamos em lembrar-lhe a grandiosa superficie de cêrca de 8.500.000 km2 do Brasil. As 11,30 chegamos no páteo da FELCT, onde fomos recebidos pelo seu Diretor, Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade, professores, alunos e funcionários, com aquele espírito amistoso e cavalheiresco que tanto os caracterizam e que resolvemos batisar de "espírito felctiano". Evidentemente, como para todos nós, a visita à FELCT pelo Sr. Eng. Agr. Juan Minut foi um grande e inesquecivel acontecimento, tendo ele tido a grata satisfação de encontrar diversos professores que já o tinham visitado na "Conaprole" em Montevidéo. Via-se que a satisfação era evidentemente reciproca. Difícil e longo seria relatar aqui detalhadamente as emocionantes homenagens que lhe foram tão justamente prestadas. Após as apresentações seguiu-se um lauto almoço à brasileira que foi saboreado com evidente satisfação pelo homenageado. Em nome dos alunos falou o Sr. José Furtado Pereira, proferindo discurso vibrante, oportuno e vivamente aplaudido, em virtude das justas homenagens que tão bem traduzia. Profundamente emocionado, o homenageado, abraçou o orador e agradeceu com palavras sinceras e muito oportunas. O fim do almoço foi abrilhantado por um afinado grupo de vocalistas, cantando em homenagem ao ilustre visitante as mais conhecidas e atraentes canções regionais brasileiras.

Seguiu-se uma detalhada visita aos laboratórios da Escola e à fábrica propriamente dita. O Sr. Juan Minut tudo visitou com evidente interesse, demorando-se nas várias seções onde proferiu observações de grande valor para os presentes, em alguns casos verdadeiras aulas que foram altamente apreciadas.

Finalmente teve lugar uma sessão solene no salão respectivo sob a presidência do Diretor da FELCT, Sr. Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade o qual convidou para fazer parte da mesa os ilustres visitantes, Sr. Eng. Agr. Juan Minut, seu fi-

lho Dr. Renzo Minut, Dr. Rubens Magalhães Pecego, representante do Departamento Nacional da Produção Animal e Otto Frensel, representando o "Boletim do Leite", os Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro e no Estado de Minas Gerais, Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, de Porto Alegre, e a Sociedade Nacional de Agricultura. Com a sala repleta de professores, alunos, funcionários e visitantes, o Sr. Dr. Sebastião S. Ferreira proferia um discurso inicial, enaltecendo a honrosa presença do Sr. Ministro. A seguir proferiu brilhante oração o professor Dr. Dante Nardelli que foi muito aplaudido. Respondeu, altamente comovido, o homenageado, Sr. Eng. Agr. Juan Minut, o qual teve ensejo de relatar, nesta oportunidade, referencias sôbre os problemas dos laticínios em geral que representam uma verdadeira e das mais uteis aulas sôbre êste assunto. Em brilhante oração, prestou homenagem a nós, como patrono da Biblioteca "Otto Frensel" do Diretório Acadêmico da FELCT, o aluno Paulo Gomes. Vivamente emocionados, agradecemos esta homenagem a qual nos agradavelmente nos surpreendeu, notadamente por ter sido pronunciado na presença de tão seleto auditório. Aproveitamo-nos do ensejo para entregar aos responsáveis pela referida biblioteca alguns livros novos que oferecemos a mesma. A seguir, o Sr. Professor Dante Nardelli entregou ao Sr. Juan Minut, como homenagem especial da FELCT a flâmula da Escola e uma carteira de Felctiano Benemérito. Finalmente foram oferecidos aos visitantes os distintivos da FELCT, os quais foram ativados respectivamente, ao Sr. Juan Minut pelo aluno Sr. Augusto da Silva Carvalho, ao Sr. Dr. Rubens Pecego, pelo aluno Sr. José Furtado Pereira e ao Sr. Otto Frensel pelo aluno, Sr. Paulo Gomes.

Todos os homenageados agradeceram vivamente sensibilizados. No livro dos visitantes, o Sr. Eng. Agr. Juan Minut deixou consignada a ótima impressão de tudo que lhe fôra dado observar. Este exemplo foi seguido pelos demais visitantes. Depois de feitas as mais cordiais despedidas, voltamos no mesmo dia para o Rio de Janeiro. Durante a viagem comentamos longamente a nossa tão útil e agradável visita a FELCT. Foi para nós uma grande satisfação verificar a ótima impressão que essa visita tinha despertado em nosso ilustre hóspede. Desejamos, portanto, reiterar aqui os nossos mais sinceros agradecimentos ao digno Diretor da FELCT, Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade e a todos os professores, alunos e funcionários.

Na tarde do dia 26 visitamos, em companhia do Sr. Albino Silvares, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro, as fábricas da Cia. U. S. Harkson do Brasil, fabricantes dos Produtos Sorvex "Kibon" (ice cream). Fomos recebidos pelos Srs. Kent Lutey, Presidente da Cia. e B. A. Kubushko, Diretor Técnico. Tendo como guia o próprio Presidente da Cia. Sr. Kent Lutey, tivemos ensejo de visitar detalhadamente, tanto a antiga fábrica à Rua do Matoso, como a nova em fase final de construção na Rua Visconde de Niterói. Tanto uma como a outra impressionam sobremodo qualquer visitante e a impressão do Eng. Agr. Juan Minut foi incontestavelmente das melhores. Como técnico de profundos conhecimentos que é, teve o Sr. Juan Minut ensejo de verificar que possuimos no Brasil uma indústria de laticínios que presta os mais assinalados serviços à população no fornecimento de produtos alimentícios de mais elevado valôr nutritivo, aliados a higiene inapecável e a apresentação o mais convidativa. Si esta finalidade já foi conseguida com a fabrica provisoria atual, bem podemos imaginar o que não será conseguido com a fabrica nova que representa, indiscutivelmente, a última palavra na idealização de uma moderna e eficiente fabrica de "ice cream".

A visita seguinte foi feita no Serviço de Fiscalização Sanitária do Leite, onde fomos recebidos pelo conhecido técnico, Sr. Dr. Marcos Mighevich, chefe deste serviço há longos anos. Travou-se, entre os dois grandes técnicos animada palestra que acompanhamos com grande interêsse, dados os profundos conhecimentos que dela colhemos. Visitamos as várias seções do Serviço de Fiscalização do Leite do Rio de Janeiro, tendo o Sr. Juan Minut nesta oportunidade, também, ensejo de palestrar com a Sra. Dra. Luiza Saraiva, Química Chefe e Dr. José M. C. Marçal, Chefe do Serviço de Microbiologia, ambos antigos e reputados técnicos.

No dia 27 acompanhamos o Sr. Eng. Agr. Juan Minut e filho para uma visita a São Paulo para onde seguimos, de manhã cedo, por avião. No Aeroporto paulista fomos recebidos pelos Srs. Francisco da Silva Villela (Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo e sócio da firma Alves, Azevedo S/A), Dr. Tarquinio Olivo da Fonseca (Presidente em exercício do referido Sindicato e Diretor da S. A. Fábrica de Produtos Alimenticios "Vigor"), Dr. Cesare Giusti (Diretor da Cia. Brasileira de Laticínios Polenghi") e Dr. Pascoal Mucciolo (Professor Catadrático da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo). Após os cumprimentos e animada palestra, depois de instalados no hotel, seguimos em visita a Sociedade de Laticínios Dominia Ltda., acompanhados do Professor Dr. Pascoal Mucciolo. Fomos otimamente recebidos pelos diretores daquela emprêsa, Srs. Ohido Lello e Maria Giraldi, os quais mostraram detalhadamente ao Sr. Juan Minut as instalações existentes, descrevendo, também, as inovações que estavam em período de instalação.

A tarde foi dedicada a uma visita demorada e detalhada às grandiosas instalações da S. A. Fábrica de Produtos Alimentícios "Vigor" onde, em companhia do Professor Dr. Pascoal Mucciolo e Dr. Luiz A. Penha, Diretor da "Revista dos Criadores", fomos recebidos pelos diretores daquela sociedade Srs. Otto R. Jordan, Dr. Tarquino Olivo da Fonseca, Totila Jordan e Will Otto Jordan.

Na manhã do dia seguinte, 28, visitamos, primeiramente, a fábrica do conhecido queijo "Catupiry" do Sr. M. Silvestrini o qual nos recebeu com grande satisfação. Impressiona, não só a originalidade da indústria, pois, se trata de um tipo de queijo inteiramente idealizado pelo Sr. Silvestrini, mas, também, as excelentes condições técnicas e higiênicas de toda a fábrica. O aspeto mais original consiste no fato de todas as máquinas terem sido idealizados e construidas pelo proprio Sr. Silvestrini. Não se trata, porém, apenas, da aparelhagem para a fabricação do queijo, mas, também, de maquinas originais para a fabricação das caixas especiais e dos sacos de "cellophane". Foi uma visita muito util e deveras interessante. Acompanharam-nos nesta interessante visita os Srs. Dr. Otto Magalhães Pecego, Inspetor Chefe da Inspetoria Regional da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, no Estado de S. Paulo e Dr. Fidelis Alves Netto, Chefe do Serviço de Produção e Beneficiamento do Leite no Interior da Divisão de Inspeção de Produtos Alimenticios de Origem Animal do Departamento da Produção Animal do Estado de São Paulo.

A seguir, a convite do Sr. Dr. Otto Pecego, visitamos a sede de sua Inspetoria Regional, onde o Sr. Juan Minut teve ensejo de apreciar o gigantesco trabalho dessa util Inspetoria, colhendo dados, estatisticos, mapas, etc.

A visita seguinte, também, em companhia dos dois referidos conhecidos técnicos paulistas, foi a fábrica da Cia. U. S. Harkson do Brasil em São Paulo, onde fomos recebidos pelo gerente, Sr. Collin Smith o qual nos mostrou, com interesse e detalhes, não só a instalação de fabricação do "ice cream" "Kibon", como, também, a nova instalação de desidratação de ovo e de leite. O Sr. Juan Minut teve, assim ensejo de conhecer mais uma etapa do grande progresso da Indústria do "ice cream" no Brasil, graças a iniciativa e competencia da referida companhia.

A tarde foi dedicada a uma visita detalhada ao Departamento da Produção Animal, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, situado no belo parque da Avenida Agua Branca. O Sr. Eng. Agr. Juan Minut e comitiva, acompanhado do Sr. Dr. Otto Magalhães Pecego e Professor Dr. Pascoal Mucciolo, foi recebido pelo Sr. Dr. Fernando F. da Costa Filho, Diretor da Divisão de Inspeção de Produtos Alimenticios de Origem Animal, em cuja companhia percorremos todos os serviços da referida divisão, tendo o Sr. Dr. Juan Minut ensejo de palestrar com os técnicos, chefes dos referidos serviços, colhendo dados e impressões muito úteis. Tivemos, ainda, ensejo de visitar a Biblioteca do Departamento, onde o Sr. Eng. Agr. Juan Minut foi obsequiado com uma série de trabalhos distribuidos pela referida biblioteca.

A noite acompanhamos o Sr. Juan Minut numa visita a séde da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, a convite do Professor Dr. Pascoal Mucciolo. Convidado para fazer parte da mesa, o Sr. Juan Minut teve ensejo de ouvir vários oradores, expondo teses muito interessantes sobre o assunto principal da reunião "a mastite". Instado para fazer sobre o assunto, o Sr. Juan Minut teve ensejo de fazer observações originais sôbre a matéria em discussão, mostrando, assim, o profundo conhecimento que possui de todos os detalhes que possam interessar a produção do leite.

Iondiaveis compromissos nos obrigaram a voltar para a Capital Federal na noite daquele dia, de maneira que, muito a nosso pezar, tivemos que nos despedir do nosso grande amigo e ilustre visitante, Sr. Eng. Agr. Juan Minut, de seu filho Dr. Renzo Minut e de todos os amigos paulistas que com tanta bôa vontade e interesse nos acompanharam nessa inesquecivel visita histórica para os laticínios de SãoPaulo e do Brasil. Estavam presentes no momento o Sr. Dr. Antonio Brasiliano da Costa, Consultor jurídico do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais o qual, em nome do referido Sindicato, fora cumprimentar o nosso ilustre visitante, bem como os Srs. Felice Piccinini e Dr. Cesare Giusti, diretores da Cia. Brasileira de Laticínios "Polenghi".

Não tivemos, pois, o prazer de poder acompanhar o Sr. Juan Minut em suas visitas nos dias 29 e 30 do corrente, mas baseados numa carta que nos escreveu o nosso grande amigo, Sr. Professor Dr. Pascoal Mucciolo o qual os acompanhou nas visitas desses dias, estas foram as seguintes:

O dia 29 foi inteiramente dedicado a uma visita a Campinas, onde foram visitadas as seguintes granjas, produtoras de leite tipo "A": Sant'Ana, Santa Candida e São Martinho, bem como a Fazenda "Anhumas", produtora de leite tipo "B". Visitou-se, também, a moderna usina, exportadora de leite tipo "B" e "C" da Cia. Leco de Produtos Alimenticios Ltda. Pelo proprietário da Granja São Martinho foi oferecido um almoço ao Sr. Minut o qual estava acompanhado do Sr. Dr. Fidelis Alves Netto, Chefe do Serviço de Produção e Beneficiamento de leite no Interior do Departamento da Produção Animal do Estado, bem como do Sr. Poscoal Mucciolo, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina Veterinária da Faculdade de São Paulo. Segundo carta que já recebemos do Sr. Juan Minut, ele achou esta visita a Campinas muito interessante e pretende escrever algo sôbre ela na revista argentina "La Industria lechera".

O último dia de sua tão curta estada no Brasil, dia 30, o Sr. Eng. Agr. Juan Minut aproveitou para visitar pontos pitorescos e interessantes da Capital Paulista, como sejam o Instituto Butantan, Jóckey Club, Clube Pinheiros, Jardim América, Jardim Europa, etc. Ela foi acompanhado nestas visitas pelos Srs. Drs. Cesare Giusti, Fidelis Alves Netto e Pascoal Mucciolo.

Finalmente, no dia 1º do mês corrente, segunda-feira, de manhã cedo, teve lugar o seu embarque no aeroporto de volta para Montevideo. Estiveram presentes para lhe apresentar os cumprimentos de despedida e de bon viagem os Srs. Francisco da Silva Villela, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo, Professor Dr. Pascoal Mucciolo e Dr. Cesare Giusti.

A visita dêste nosso velho e caro amigo nos deixou, como a todos que com êle tiveram ensejo de privar, durante a sua tão curta estada aqui, a mais agradavel impressão já pelos seus dotes pessoais, como pelo vasto e profundo conhecimento que possui de tudo quanto se relaciona nos assuntos laticínios.

Este conhecimento aliás não nos era extranho, leitores que somos dos seus inúmeros e úteis trabalhos originais. Infelizmente a sua visita foi demasiadamente curta, pois, muitas das visitas projetadas tiveram que ser cortados para o nosso grande pezar e dos demais interessados.

Por nosso intermédio o Sr. Eng. Agr. Juan Minut, reitera os seus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que tanto o homenagearam em sua visita, enviando a todos os seus mais cordiais cumprimentos.

De nossa parte, também, agradecemos ao distinto visitante a grande honra que nos proporcionou, certos que estamos de termos estreitado ainda mais os laços de amizade já existentes e de termos conseguido mais um amigo sincero do Brasil. Nesta agradavel convicção, formulamos sinceros votos de felicidade e saúde, bem como de volta ao Brasil para muito em breve.

O BANCO DO BRASIL E O CRÉDITO AGRICOLA

Como nos anos anteriores, abre a "A LAVOURA" espaço para a parte do Relatório do Banco do Brasil, referente às operações da sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

E' uma necessidade para a classe rural, não só tomar conhecimento dos esforços que veem sendo despendidos pelo tradicional estabelecimento bancário, no afan de dotar a nossa agricultura dêsse indispensável elemento propulsor que é o crédito, como familiarizar-se com os vários tipos dêsse crédito, servindo a uma atividade complexa e sui-generis, como a agricultura, porque, é preciso que se diga, do conhecimento, por parte do homem do campo, das modalidades peculiares ao crédito rural, também dependem o seu bom êxito e a sua maior difusão nos meios agrícolas.

A análise dêsse importante setor da vida do Banco do Brasil em 1949, segundo os dados do Relatório do seu presidente, leva-nos, desde logo, a três importantes conclusões:

1a — pequeno aumento na rúbrica dos recursos destinados a atender ao crédito agropecuário;

2a. — maior emprego de recursos na dito crédito;

3a. — maior distribuição do crédito entre os pequenos produtores.

Enquanto em 1948 os recursos específicos disponíveis da Carteira montaram a 1.591.433.734,70 em 1949 apresentam-se com o pequeno aumento de 1.732.115.577,70, o que obrigou o Banco, para atender ao crescente movimento da Carteira Agrícola, a valer-se como nos anos anteriores de outras fontes de suprimento, visto como, lamentavelmente, a arrecadação dos recursos a que se refere o decreto-lei n. 3077, de 26 de fevereiro de 1941, ficou "muito aquem da expectativa".

Houve, contudo, um aumento nas aplicações agro-industriais de cêrca de mais de meio milhão de cruzeiros em 1949, pois que as aplicações do ano anterior, de 3.421.753.775,50, passaram para .... 4.047.766.252,30 no exercício seguinte.

Em comêços de 1948, foi a Sociedade Nacional de Agricultura convocada a participar de uma reunião, sob a presidência do Exmo. Sr. Presidente da República, a qual compareceram os Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura, o Presidente do Banco do Brasil, e o Diretor da respectiva Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Foi, então, pelo Dr. Arthur Torres Filho apresentado o ponto de visto da Sociedade, que ficou resumida na seguinte conclusão:

> "Dentro das idéias expostas e dado o pensamento de S. Excia o Sr. Presidente da República, de levar estímulo e amparar os verdadeiros produtores nacionais, ousa a Sociedade Nacional de Agricultura sugerir a seguinte modalidade para atender principalmente à situação do pequeno produtor:
>
> — Facilidade, em todo o país, de crédito até o limite de Cr$ 15.000,00 a todo agricultor, inclusive arrendatário, colonos, etc., a ser concedido através das agências do Banco do Brasil e, sempre que possível, sob a forma de acôrdo com cooperativas, associações rurais, e mesmo com outros bancos regionais e locais obedecendo a uma supervisão central, afim de evitar possiveis desvirtuamentos e, sobretudo afastar os conhecidos entraves burocráticos, que tornam dificel no momento qualquer operação de crédito de que careça o agricultor."

A terceira conclusão desta rápida apreciação está assim plenamente justificada: a Carteira, que em 1947 forneceu apenas 2.291 empréstimos aos pequenos produtores (limites de 250,00 a 30.000,00) subiu em 1948 para 3.803, elevando-se para 5.94[illegible] no exercicio em reparo.

E' uma situação auspiciosa, que vem ao encontro dos desejos da classe rural, expostos pela Sociedade Nacional de Agricultura na memoravel reunião, a que nos referimos

Um outro ponto, que merece favoravel reparo é o capitulo referente ao financiamento das máquinas agrícolas. Sabemos todos que o regime do trabalho da enxada, em que de um modo geral ainda se encontra a nossa agricultura, é um dos motivos do alto custo e do fraco rendimento da nossa produção rural. Tôdas as medidas que visem à disseminação do emprêgo da máquina em nossas atividades de campo, são portanto benéficas à nossa ec[illegible]

nomia. Enquanto não dispuzermos do nosso parque industrial, capaz de fornecer, a preço baixo máquinas apropriadas ao nosso meio e às nossas culturas, teremos de ir buscar no estrangeiro aquelas que possam fazer render o trabalho, e diminuir o custo da produção. Por várias vezes, a Sociedade Nacional de Agricultura pleiteou, junto aos órgãos capazes, entre os quais o Conselho Federal do Comércio Exterior, a implantação da indústria de máquinas agrícolas no país, tendo, mesmo, levado ao Govêrno estudos e planos a respeito. Seria o caso de o Banco do Brasil estudar, para ulteriores providências, êsse outro aspecto do problema: a produção nacional de máquinas agrícolas. De qualquer modo, o financiamento da importação de maquinas é já um elemento altamente favorável aos objetivos da melhoria da produção. As cifras que encontramos no relatório são bastante promissoras: de 19 empréstimos em 1947, aquem da casa do milhão de cruzeiros, passou essa rúbrica para 498 operações em 1949, no valor de 52 milhões de cruzeiros.

Também, no que se refere ao trigo, cuja produção ascendente em breve esperamos libertará o país da dependência estrangeira, o auxílio da Carteira não foi menos substancial: de pouco mais de ...... 1.143.000,00 em 1947, passaram os financiamentos no trigo para 27.115.000,00.

No setor industrial — que em alguns aspectos não pode ser separado do agrícola, pois que muitas das indústrias ali compreendidas são, puramente rurais, como as do açúcar, do vinho, do charque, do trigo, do algodão, seu beneficiamento, etc., não foi menos proveitosa a interferência da Carteira, tendo êsses setores de nossa economia se beneficiado com 265 milhões de cruzeiros para o seu maior desenvolvimento.

Da leitura do Relatório do Banco do Brasil, nessa parte vital para a economia do país, que é o crédito rural, se infere que muito já vem realizando a sua Carteira Agrícola, e que, se lhe não faltarem recursos, aliás previstos, nela terá a produção agro-pecuária brasileira um decisivo ponto de apoio, e até um estimulo precioso.

Fazemos, daqui, os melhores votos para que a orientação do digno presidente do Banco do Brasil sr. Ovidio de Abreu, exemplarmente seguida pelo operoso diretor da Carteira Agricola e Industrial, Sr. Marino Machado, seja, como até aqui, no sentido do seu constante aperfeiçoamento e simplificação.

Com isto, estará o Banco do Brasil integrando-se, cada vez mais, no conjunto das forças impulsionadoras da nossa economia e do nosso progresso.

OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Trecho do Relatório apresentado à Assembléia geral realizada em 27 de abril do corrente ano pelo Presidente do Banco do Brasil, Dr. Ovidio de Abreu.

a) Recursos e Aplicações

O Decreto-lei n.º 2.611, de 20 de setembro de 1940, que fixou em 7% ao ano a taxa máxima de juros compensatórios dos financiamentos rurais, e o Decreto-lei n.º 3.077, de 26 de fevereiro de 1941, baixaram normas destinadas a prover o Banco do Brasil dos recursos adequados às operações de crédito especializado, tornando compulsório o recolhimento à sua caixa dos depósitos judiciais, dos depósitos exigidos pelas emprêsas concessionárias de serviços públicos e de 15% dos depósitos ou fundos das instituições de previdência.

Não poderia a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, sob pena de vêr comprometida a sua missão fundamental, que é a de fomentar, através de eficiente amparo financeiro, o desenvolvimento da riqueza do País — em harmonia, portanto, com os elevados propósitos do Govêrno Federal — prescindir dos recursos que lhe asseguraram os aludidos Decretos-leis.

A arrecadação dos citados recursos ficou, entretanto, muito aquém da expectativa, porque os recolhimentos das instituições de previdência — de cujo volume mais se esperava — foram sensivelmente diminuídos em virtude de interpretação restritiva que vem sendo dada aos têrmos do Decreto-lei n.º 3.077.

O quadro a seguir, dos recursos e aplicações da Carteira em 31 de dezembro de 1949, demonstra que não se modificou, no exercício, a situação que já tem sido objeto de comentários em relatórios anteriores: com aplicações que totalizavam 5.634 milhões de cruzeiros, a Carteira só dispunha de recursos específicos no montante de 1.732 milhões

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Recursos e aplicações

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

RECURSOS

	Cr$
Recursos próprios da carteira: (Decreto-lei n. 3 077, de 26-2-941)	
Depósitos judiciais a vista e de aviso prévio de menos de 90 dias	1 085 661 781,90
Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais	32 631 723,10
Depósitos de emprêsas concessionárias de serviços públicos	147.865.186,20
Depósito obrigatórios a prazo fixo (Institutos) . . .	390.093.886,50
	1 656 252.577,70
Bônus em circulação	75 863 000,00
	1 732.115.577,70
Recursos de outras origens:	
Da Carteira de Redescontos	2.387 506.598,70
Das disponibilidades gerais do Banco .	1.515.180 516,70
	5.634.802.693,10

APLICAÇÕES

		Cr$
Empréstimos rurais . .		4 047.766.252,30
Empréstimos Industriais . .		1 125 326 500,40
Empréstimos sôbre produtos agrícolas decorrentes de contratos com o Govêrno Federal		
Cêra de carnaúba (Lei 694, de 26-2-948)	1 202 243,10	
Cêra de carnaúba (Lei 694 de 7-5-949)	70 941 647,60	
Gêneros alimentícios (Lei 615, de 2-2-949)	6.122.115,30	78.266 006,00
		5 251.358 758,70
Créditos em liquidação		383.443.934,40
		5.634 802.693,10

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 31-12-949

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias" que conforme seu próprio nome indica, não são realizados em espécie

O Banco do Brasil, empenhado em não restringir as operações de crédito especializado, tem lançado mão de suas disponibilidades gerais para suprir a falta dos aludidos recursos. Fá-lo, porém, com sacrifício de sua economia, uma vez que aplica em empréstimos rurais, que representam mais de 80% dos financiamentos realizados pela Carteira e não comportam, por fôrça de lei, juros superiores a 7% a.a., somas importantes, que lhe renderiam mais se invertidas em operações comerciais.

Não houve alteração no total de bônus em circulação, as quais se expressam em 76 milhões de cruzeiros, tendo-se verificado, no exercício, pequeno acréscimo no montante dos depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daqueles títulos (390 milhões de cruzeiros).

Realizou a Carteira, desde sua fundação, ... 157.211 contratos, no valor de 23.745 milhões de cruzeiros, dos quais 124.479, somando 17.662 milhões de cruzeiros, foram liquidados até 31 de dezembro de 1949, restando em vigor, na mesma data, 32.732 contratos, no total aproximado de 6.083 milhões de cruzeiros, inclusive créditos ainda não utilizados.

b) Crédito Agrícola

Enquanto em 1947 foram feitos 5.448 financiamentos agrícolas (incluídos os agro-industriais), no valor de 1.209 milhões de cruzeiros, subimos em 1948 para 8.676 contratos, no total de 1.583 milhões, atingindo em 1949 a 12.301, no montante de 2.378 milhões de cruzeiros.

A variação sôbre o exercício passado, foi, assim, em 1949, de mais 3.625 contratos, somando 795 milhões de cruzeiros.

Visando ao aumento da produção, mormente de gêneros alimentícios, estamos empenhados em ampliar o número de financiamentos agrícolas, estendendo a assistência da Carteira por um grande círculo de lavradores, de preferência pequenos e médios.

Em 1949, os empréstimos rurais até Cr$ ...... 30.000,00, constituíram 44% do total. Essa percentagem fôra, no exercício de 1948, de 41%.

Foram estabelecidas normas especiais com o fim de facilitar os empréstimos a pequenos produtores, assim considerados os não excedentes de vinte mil cruzeiros.

Desde que o produtor seja radicado e conhecido em sua zona como elemento honesto e trabalhador, pode obter o financiamento do entressafra de sua lavoura, até aquêle limite, com um mínimo de demora e despesas, estando dispensadas a avaliação prévia da safra e as certidões usualmente exigidas, louvando-se o Banco nas declarações do interessado.

No mesmo dia da assinatura do contrato de penhor, pode o cliente retirar a primeira parcela do esquema de utilização do crédito aberto, promovendo o próprio Banco o registro do contrato e admitindo a inclusão no orçamento, das despesas contratuais, quando o creditado não dispuser dos recursos suficientes para pagá-las. Permite ainda que nos mesmos orçamentos estejam compreendidas verbas para manutenção do lavrador e de sua família.

E' nosso pensamento elevar gradativamente o limite estabelecido para gôzo dessas facilidades, desde que a experiência demonstre não envolverem essas operações riscos demasiados.

Mas, em suas relações com os pequenos produtores, deparam-se à Carteira sérias dificuldades. Muitos dêles são elementos mais ou menos nômades, cultivam terras arrendadas e mudam de domicílio frequentemente. E' compreensível que não nos seja fácil prestar-lhes auxílio quando chegam à zona de uma das Agências inteiramente desconhecidos.

O pequeno lavrador, o arrendatário, que não pode oferecer, nos seus índices individuais, base suficiente para obtenção de financiamento, em que entrará sempre, como é inevitável, uma parcela apreciável de crédito pessoal, conseguirá alcançar o auxílio necessário, amparando-se, através da organização cooperativista, na solidariedade de outros pequenos lavradores.

E' indiscutivelmente o cooperativismo a solução ideal do problema do pequeno produtor. Dispensamos todo interêsse às operações com cooperativas (às quais concedemos juros especiais) e realizamos com várias delas contratos anuais de financiamento, beneficiando inúmeros lavradores.

Foram concedidos, em 1949, a diversas cooperativas, 49 empréstimos, no valor de cêrca de 69 milhões de cruzeiros.

Infelizmente, porém, o número de cooperativas é muito menor do que se poderia desejar e se justificaria pelo número de produtores em atividade.

E' sabido que um dos maiores obstáculos à organização e ao êxito das cooperativas entre nós é a falta, no seio da classe dos pequenos produtores, de elementos com as indispensáveis qualidades de líderes e administradores. E essa dificuldade é também um sério obstáculo às operações de crédito com as cooperativas.

MAQUINAS AGRICOLAS

Tiveram apreciável incremento, no exercício, os empréstimos para aquisição de máquinas agrícolas.

Com o êxodo constante do trabalhador rural atraído por melhores perspectivas de vida nos centros urbanos, é urgente que a mecanização amplie as possibilidades da agricultura, atenuando os efeitos do desfalque do trabalho humano.

Em 1947, os financiamentos para compra de máquinas não passaram de 19, no valor de 829 milhares de cruzeiros; em 1948, foram já 64 operações, somando 6 milhões, e, em 1949, subiram êsses empréstimos a 498, no total de 52 milhões de cruzeiros.

PRODUTOS

AÇUCAR (LAVOURA E INDÚSTRIA)

Permanecendo as condições anteriores, nossos financiamentos à lavoura de cana e às usinas de açúcar — atividades que continuam absorvendo maior soma de recursos da Carteira — elevaram-se, em 1949, a 547, no valor de 900 milhões de cruzeiros, enquanto em 1948 foram em número de 331, no total de 557 milhões de cruzeiros. Dêsse modo, a variação do exercício está representada por mais 216 empréstimos, no montante de 343 milhões de cruzeiros.

ALGODÃO HERBÁCEO

Mantidas as bases dos financiamentos, elevaram-se êstes, em 1949, a 2.487, no valor de 193 milhões de cruzeiros. No exercício anterior, haviam sido em número de 1.399, no total de 108 milhões de cruzeiros, verificando-se, pois, a variação de mais 1.088 contratos, correspondentes a 85 milhões de cruzeiros.

CACAU

Inalterado o limite de financiamento de entressafra — Cr$ 30,00 por arroba de produção estimada —, efetuamos, em 1949, 349 empréstimos, no montante de 22 milhões de cruzeiros. Tendo-se realizado, em 1948, 142 operações, no total de 41 milhões de cruzeiros, as oscilações ocorridas expressam-se, no valor, por uma queda, enquanto seu número mostra-se bem maior, com uma diferença de 207 contratos.

Vencido em 29 de dezembro, foi prorrogado por um ano o empréstimo de 30 milhões de cruzeiros concedido ao Estado da Bahia, sob penhor mercantil de amêndoas de cacau, e destinado a adiantamentos, pelo Instituto de Cacau, aos cacauicultores que venderem ou entregarem o produto àquela entidade. Facultamos, ainda, o direito de reutilização das margens do crédito que se verificarem em conseqüência de remições decorrentes das vendas efetuadas.

CAFÉ

Não houve modificação nas bases e condições dos financiamentos comuns de lavouras. Entretanto, ante a perspectiva de apreciável redução da atual safra, motivada pela longa estiagem, resolvemos adotar solução de emergência, aguardando a transformação em lei do projeto n.º 801-1949, da Câmara dos Deputados, o qual dispõe sôbre o financiamento especial nos períodos agrícolas entre 1.º de novembro de 1949 e 31 de outubro de 1952.

Assim, em caráter excepcional ,autorizamos financiamentos fora das bases em vigor (estabelecidas estas em função das colheitas previstas) mas limitados ao estritamente indispensável para exclusivo custeio da parte, nas lavouras prejudicadas pela sêca, considerada potencialmente de produtividade econômica. Convencionou-se que os empréstimos não deveriam exceder de 60% do valor da safra prevista somado ao de outras garantias admitidas, e que nos pudessem oferecer os proponentes, na falta de recursos paar atender ao excesso do custeio sôbre o financiamento máximo.

Já no fim do exercício, a 24 de dezembro, foi sancionada a Lei n.º 1.003, que autoriza o Poder Executivo a contratar com êste Banco, nos mencionados períodos agrícolas e sob responsabilidade do Tesouro Nacional, a realização do financiamento das lavouras de café cujo custeio, em virtude da redução da respectiva produtividade, ocasionado pela sêca, não se enquadre nas disposições do regulamento da Carteira.

Nossos financiamentos comuns à lavoura de café, desde 1945, se expressaram pelos seguintes algarismos:

Anos	Número	Cr$ 1.000
1945	1.522	171.813
1946	2.063	303.385
1947	1.904	343.070
1948	3.061	511.283
1949	3.302	676.023

CERA DE CARNAUBA

Financiamentos especiais

Em cumprimento da Lei n.º 694, de 7 de maio de 1949, e nos têrmos do contrato para sua execução, celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Banco em 23 de julho de 1949, a Carteira autorizou empréstimos especiais, mediante penhor mercantil de cêra de carnaúba das safras de 1947/48, 1948/49 e 1949/50.

Essa providência objetivou a defesa do mercado do produto, cujas cotações sofriam, no momento,

forte pressão baixista, com reflexos pertubadores na marcha das exportações.

Foi fixada a seguinte base de adiantamentos por arroba de 15 quilos liquidos, de cêra das

Tipos	Cr$
1	580,00
2	560.00
3	420,00
4	400,00

Facultou-se aos mutuários liquidar os respectivos contratos por meio da venda do produto empenhado ao Govêrno Federal. Outrossim, foi permitida que os financiamentos do mesmo gênero concedidos anteriormente a agricultores e industriais, em execução da Lei n.º 266, de 26 de fevereiro de 1948, e nos têrmos da autorização governamental contida em Aviso n.º 467, de 22 de julho de 1948, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, fôssem ajustados às condições estabelecidas para cumprimento da Lei n.º 694.

Os saldos devedores dos empréstimos especiais sôbre cêra de carnaúba, em 31 de dezembro, eram os seguintes:

Lei n.º 266, de 26-2-48 .. Cr$ 1.202.243,10
Lei n.º 694, de 7-5-49 .. Cr$ 70.941 647,60

Segundo disposição da Lei n.º 694, os fundos destinados a essas operações seriam os previstos no parágrafo primeiro do artigo 198 da Constituição Federal. Para não retardar a respectiva realização, todavia, deliberou o Banco efetuar os empréstimos com seus próprios recursos, enquanto não recolhidos pelo Tesouro Nacional os referidos fundos.

Demonstramos, o seguir, a evolução dos empréstimos feitos no regime das Leis 266 e 694:

TRIGO

Iniciada nossa assistência na região meridional do País, foi ela estendida ao Estado de São Paulo, onde se esboçam fortes possibilidades na zona sul e no vale do Paraiba, e estamos no propósito de levar amparo financeiro aos Estados que apresentem condições favoráveis à lavoura do trigo, produto de vital importância para nosso economia.

Em outubro, a Carteira fez-se representar em Belo Horizonte, para tomar parte na primeira Mesa Redonda do Trigo, promovida por importantes órgãos de Minas Gerais, verificando-se, naquela ocasião, no campo de cooperação de trigo da variedade **Kenia 155**, mantido pela Secretaria da Agricultura do Estado, o início oficial da safra, com o expressivo resultado de 2.900 quilos por hectare, sendo o produto de excelente qualidade.

Os financiamentos à lavoura de trigo passaram de 54 contratos, no montante de Cr$ 1.143 000,00, em 1947, para 460, na soma de Cr$ ... . 10.748.000,00, em 1948, e para 828, no total de Cr$ 27.115 000,00, em 1949.

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

(Plano de emergência)

Visando a estimular a produção de gêneros alimentícios, por meio da garantia de preços mínimos, baixou o Govêrno a Lei n.º 615, de 2 de fevereiro de 1949, para cuja execução foi celebrado, em 16 de maio de 1949, contrato entre o Ministério da Fazenda e o Banco, havendo-se iniciado, logo a se-

	N.º	Cr$	Quilos
Lei n.º 266, de 26-2-48			
Créditos concedidos	109	51.308.644,80	2 450.691
Idem resgatados	49	21.611.128,40	996.177
	60	29.697.516,40	1 454.514
Idem transferidos para o regime da Lei n.º 694	57	29.094.523,30	1.426.694
Créditos em ser	3	602.993,10	27.820
Lei n.º 694, de 7-5-49			
Créditos concedidos, inclusive os transferidos do regime da Lei n.º 266	130	79.157.052,70	2.742.584
	7	4.242.186,30	93.800
	123	74.914.866,40	2.648.784
Idem resgatados	6	3.821.520,00	124.740
Idem liquidados a débito do Tesouro Nacional			
	117	71.093.346,40	2.524 044
Créditos em ser			

quir, as operações, que podem ser de duas modalidades

— aquisição imediata da mercadoria ou
— empréstimo sob penhor mercantil, facultado ao devedor o resgate por meio da entrega do produto ao Govêrno Federal

Foram contemplados os seguintes produtos, das safras de 1948-49, 1949-50 e 1950-51, e fixados os preços básicos adiante mencionados, para o exercício de 1949.

	Cr$	
Arroz beneficiado	155,00	por saco de 60 kg
em casca	55,00	" " " " "
Feijão .		
das variedades brancas	115,00	" " " " "
idem de côres	105,00	" " " " "
idem pretas	100,00	" " " " "
Milho	60,00	" " " " "
Soja	90,00	" " " " "
Trigo	120,00	" " " " "
Amendoim	60,00	por saco de 25 kg
Girassol	2,00	por quilo

Por Decreto do Poder Executivo n.º 27.396, de 4 de novembro de 1949, foram mantidas, para o exercício de 1950, as cotações do feijão, da soja e do girassol; as dos demais produtos sofreram majorações, como segue:

	Cr$	
Arroz beneficiado	180,00	por saco de 60 kg
Milho	66,00	" " " " "
Trigo	150,00	" " " " "
Amendoim	66,00	por saco de 25 kg

Só pode ser objeto de aquisição ou penhor produto que se ache depositado em armazéns pertencentes aos Estados ou por êstes controlados, armazéns que serão indicados ao Banco pela Comissão de Financiamento da Produção. Relativamente ao arroz em casca, entretanto, é admitido o depósito em quaisquer armazéns apropriados e idôneos, desde que situados em localidade onde seja exequível o beneficiamento do produto em tempo útil

Apenas os Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo indicaram os armazéns habilitados a receber em depósito os produtos, ficando, assim, circunscritas às respectivas áreas as operações do "plano de emergência".

O saldo devedor dos empréstimos da espécie era, em 31 de dezembro, de 6 milhões de cruzeiros.

Quanto às aquisições de gêneros por conta do Tesouro Nacional, de conformidade com a Lei n.º 615, importaram em 61 milhões de cruzeiros, no ano de 1949.

Conforme se verifica pelo mapa do movimento geral dos créditos concedidos pela Carteira até 31 de dezembro, no fim dêste capítulo, foi substancial nosso auxílio financeiro às demais atividades agrícolas, principalmente às lavouras de gêneros alimentícios

c) Crédito Pecuário

Antes da Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948 (que não só veio reger a moratória vigente desde o Decreto-Lei n.º 9.686, de 30 de agôsto de 1946, como ajustar as dívidas de criadores e recriadores de gado bovino, estabelecendo o processo e a forma de seu pagamento), estiveram pràticamente suspensos os financiamentos à pecuária, que foram, em 1947, em número de 397, no total de 88 milhões de cruzeiros.

Com a promulgação, porém, da referida Lei, que então parecia fixar rumo definitivo para a matéria, foram regulamentados os empréstimos da espécie, mediante a adoção de normas cuidadosamente estudadas, como mencionado no relatório de 1948, ano em que o número de contratos subiu a 836, no valor de 369 milhões de cruzeiros.

Transcorreu o exercício de 1949 sob a expectativa do resultado da discussão, pelo Congresso Nacional, do projeto chamado de reajustamento das dívidas dos pecuaristas, expectativa que por certo não concorreu para a prática normal e intensiva dos financiamentos, justamente quando a atividade se mostrava necessitada de estímulo.

Sancionada a 24 de dezembro última, a Lei n.º 1.002, estamos instruindo nossas Agências no sentido da perfeita e rápida execução dêsse novo diploma legislativo.

Embora não atingissem ainda ritmo normal, bastante apreciável revelou-se o acréscimo verificado nos empréstimos pecuários, cujo número, em 1949, foi de 2.970, no valor de 712 milhões de cruzeiros, isto é, mais 2.134 do que no exercício anterior, sendo a diferença de 343 milhões de cruzeiros.

Não nos limitamos, no exercício, a operar nas bases e condições estabelecidas em agôsto de 1948, quando foram as Filiais autorizadas a reiniciar as operações. Elevamos os adiantamentos para aquisição de gado destinado ao corte (que passaram a ser calculados sobre o preço do animal gordo), assim atendendo, por meio de melhor assistência financeira, à conveniência de prover à alimentação das populações urbanas, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo.

Foram também melhoradas as bases do financiamento de gado leiteiro, antes indistintamente fixado

em Cr$ 700,00 para qualquer fêmea, ampliando para Cr$ 1 800,00 o adiantamento máximo no caso de vacas de raças puras e admitindo o limite de Cr$ 1 500,00 para os exemplares de boa mestiçagem. Na forma regulamentar, porém, o adiantamento não excederá de 60% do valor real dos animais.

Para os recriadores que disponham de pastagens adequadas, localizadas nas proximidades dos grandes centros consumidores ou em zonas dotadas de vias de comunicação que permitam o transporte econômico de gado gordo para abate, passamos a admitir empréstimos para recriação e engorda do mesmo gado. Essa faculdade de concessão de créditos para engorda dos animais recriados foi estendida às operações inicialmente contratadas apenas com a finalidade de recriação mas que satisfaçam as condições citadas, hipótese em que terão seus prazos dilatados de um ano.

Asseguramos, assim, aos recriadores em condições de engordar as reses por êles próprios recriados, a possibilidade de melhor rendimento de seu esfôrço produtivo.

Com o objetivo de atenuar as dificuldades verificadas no setor de gado bovino de corte, nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Bahia, vamos pôr em prática — estando já em expedição as instruções às Agências — nova fórmula de financiamento, da qual certamente fluirão reais benefícios para a produção pecuária do País, assegurando-se o abastecimento de carne à população, sabido que êste suprimento poderia ser sèriamente comprometido com a constante diminuição de matrizes, das quais se tem feito desordenada matança.

Muitas vêzes, impossibilitados por falta de recursos de conservar seus bezerros, os criadores são forçados a dêles dispôr, logo que desmamados, sofrendo inevitável pressão de interessados em lhes pagar preços sempre baixos, de sorte que, para grande número dêles, nessas condições, a criação se tornou atividade pouco remuneradora, senão deficitária. As sucessivas elevações do preço da carne, concedidas pelos órgãos governamentais de contrôle, pràticamente não beneficiaram o criador. Êste só lucrará com tais aumentos de preços quando conseguir reter o produto até a idade de três anos, vendendo-o diretamente ao invernista. E' sôbre o criador que pesa todo o trabalho da produção. Maior é o seu emprêgo de capital, sabido que a criação exige instalações muito mais caras e que, sendo o rendimento médio dos rebanhos de 50% do número de matrizes, deve êle possuir duas vacas para obter uma cria anual, além de um reprodutor para cada grupo de vinte crias. E' o criador, entretanto, o que menor resultado aufere, relativamente.

O largo apôio que prestamos a recriadores e invernistas objetiva, principalmente, melhorar, por fôrça da concorrência, os preços dos bezerros. Verificamos, porém, que só parcialmente atingimos o fim desejado. Contribuimos, por certo, para que ditos preços não caíssem a níveis ainda mais baixos, mas devemos reconhecer que o efeito da concorrência entre os compradores tem sido discreto. A nova fórmula de financiamento que poremos em prática, sem prejuízo de nossa habitual assistência a recriadores e invernistas, visa exatamente a proporcionar aos criadores a oportunidade de recriar seus próprios bezerros, permitindo-lhes usufruir integral proveito de seu esfôrço produtivo e proporcionando-lhes meios de elevar o padrão técnico de sua atividade.

O financiamento só será concedido a criadores que ainda não recriem habitualmente suas produções e que disponham de terras para a recriação, arrendadas ou próprias.

O crédito poderá ser aplicado no custeio da fazenda, nas despesas de subsistência do mutuário e de sua família, em iniciativas de interêsse da produção e no pagamento de dívidas oriundas das atividades rurais do financiado e obedecerá às seguintes normas gerais:

Na assinatura do contrato — adiantamento de 75% do preço corrente na região, sôbre as crias do próprio rebanho, desmamados, de ambos os sexos, não podendo o número de fêmeas exceder o dos machos;

No início do segundo ano — adiantamento complementar suficiente para atingir o financiamento 65% do valor, nessa época, das crias apenhadas (a rápida valorização dos animais explica o decréscimo da percentagem de adiantamento).

Prazo de 1 ano, prorrogável por mais um. Juros exigíveis apenas na liquidação do contrato, isto é, na ocasião da venda normal dos animais.

Garantia de animais adultos em valor bastante para completar a margem regulamentar de 40%, aos preços do momento. Se o rebanho-base já estiver onerado, será recebido em segundo penhor.

O criador poderá fazer um contrato cada ano, incluído cláusula de intercomunicação das garantias, sempre que já houver algum em vigor.

Nas regiões adequadas à invernagem, será admitida uma segunda prorrogação de um ano, para fins de engorda, desde que aparelhado o mutuário, caso em que será concedido novo adiantamento, mas apenas sôbre os machos e do montante estritamente necessário para as despesas de engorda.

Para a consecução dêsses objetivos, promovemos a reforma do regulamento da Carteira, tornando viáveis essas operações, com as quais pretende o Banco ainda melhor e mais racionalmente concorrer, dentro da finalidade da Carteira especializada, para o fomento da riqueza pecuária do País.

Para o completo êxito da iniciativa, porém, necessário se faz que os criadores ofereçam melhor assistência nos rebanhos, que elevem a capacidade de sustentação de suas pastagens e que adotem, enfim, métodos mais adiantados, de maneira a obter aumento real da produção.

d) Crédito Industrial

Prosseguiram em ritmo crescente as aplicações decorrentes dos financiamentos industriais, resultado êsse que revela o empenho com que são apoiadas e auxiliadas as fontes de produção que verdadeiramente interessam à economia do País.

Novos setores industriais mereceram, no transcurso do exercício, a nossa assistência, e para outros — como os de energia elétrica, trigo, vinho e charque — foram estabelecidos, com o conhecimento advindo da prática das operações, normas menos rígidas para a concessão e movimentação dos créditos necessários ao seu incremento, que se vem verificando em bases economicamente estáveis e sadios.

Mercê das novas bases estabelecidas em 1949 para a celebração de contratos, os financiamentos a indústria de beneficiamento de arroz e outras cereais (como aliás ocorreu em 1948, pelo mesmo motivo, com o café e o algodão) ascenderam ao total de 265 milhões de cruzeiros, enquanto os relativos ao exercício de 1948 não ultrapassaram de 121 milhões.

Relativamente à energia elétrica — fator preponderante para o desenvolvimento econômico e industrial do País — foram fomentados, com o nosso auxílio financeiro, o aumento e melhoria das instalações existentes, somando os créditos abertos em 1949 a importância de 49 milhões de cruzeiros.

Com o objetivo de possibilitar o aproveitamento racional de subprodutos, foi admitido, em determinados casos, o financiamento, a beneficiadores primários de algodão, para extração de óleo de semente. Em resultado, os aplicações na produção de óleos vegetais e gorduras elevaram-se, em 1949, a 31 milhões de cruzeiros. Seu valor, em 1948, cifrou-se em 12 milhões.

As indústrias têxteis, interessadas em obter maior e mais econômica produção, mereceram substancioso apôio, traduzido por operações no valor de 83 milhões de cruzeiros, sendo de notar que, em 1948, nossas aplicações nêsse setor de atividade fabril limitaram-se a 18 milhões.

Mister se faz ainda assinalar que, fruto do estímulo e amparo que vimos dando à produção do trigo nacional, na industrialização primária dêsse cereal foi necessário inverter, em 1949, 48 milhões de cruzeiros, quando em 1948 participamos, apenas, com 25 milhões.

Confrontando-se os resultados de 1948 e 1949, nota-se que, enquanto no primeiro ano foram contratados 369 operações no valor global de 496 milhões de cruzeiros, no último foram realizadas 513, correspondendo a créditos abertos no total de 714 milhões de cruzeiros.

Assim, e não obstante a mais rigorosa observância dos preceitos e normas que disciplinam as operações da espécie, o montante das nossas aplicações em empréstimos industriais, desde a instalação da Carteira, atingiu, em 1949, a 2.736 milhões de cruzeiros. Somavam 2.022 milhões as apuradas em 1948.

O saldo devedor dos financiamentos concedidos traduzio-se, em 31 de dezembro de 1949, por 1.125 milhões de cruzeiros. Em igual data do exercício anterior, estava representado por 898 milhões.

e) Letras Hipotecárias

Estas operações prendem-se ao reajustamento econômico concedido aos agricultores pela legislação especial que se consubstanciou nos Decretos-leis ns. 1.002, 1.172, 1.230, 1.888, 2.071, 2.238, 2.157 e 2.689, respectivamente de 29 de dezembro de 1938, 27 de março, 29 de abril e 15 de dezembro de 1939, 7 de março, 28 de maio, 30 de abril e 26 de outubro de 1940.

Como é sabido, o reajustamento consistiu na concessão de empréstimos em letras hipotecárias aos requerentes, a prazo máximo de 20 anos e em montante não superior a 75% do valor dos bens dados em garantia, com a consequente extinção das dívidas dêles requerentes por fôrça da entrega das letras hipotecárias aos credores.

O Banco do Brasil foi incumbido da realização dos empréstimos em letras hipotecárias, assim como do preparo dos processos, para efeito de acôrdos amigáveis ou de julgamento pela Câmara de Reajustamento Econômico quando requerido o reajuste compulsório.

Durante o ano de 1949, foram efetuados 22 empréstimos da espécie, no valor total de Cr$ .... 1.827.800,00, sendo:

		Cr$
oriundos de ajustes compulsórios	21 —	1.608.800,00
oriundo de ajuste voluntório	1 —	219.000,00

No mesmo período, liquidaram-se 30 contratos, na importância global de Cr$ 2.449.900,00. Assim, existiam em vigor, em 31 de dezembro de 1949, 227 empréstimos, com o saldo aproximado de 22 milhões de cruzeiros.

Foi emitida, no exercício, apenas uma letra, de Cr$ 1.000,00, para substituição de outra, inutilizada indevidamente; resgataram-se 838, totalizando Cr$ 1.827.800,00, para atender às operações realizadas.

De acôrdo com o balanço encerrado em 31 de dezembro de 1949, ficou reservada a verba de Cr$ 2.249.500,00 para ser aplicada no resgate de 1.195 letras, em sorteio com data para 31 de janeiro de 1950. Já se efetuou o sorteio, e o resgate está sendo feito à proporção que se apresentam os títulos.

Somavam as letras hipotecárias em circulação, em 31 de dezembro de 1949, o valor de 23 milhões de cruzeiros.

FINANCIAMENTOS RURAIS

NUMERO

CLASSES DE PRODUTORES	1938-44	1945	1946	1947	1948	1949	TOTAL
PEQUENOS:							
De Cr$ 250,00 a Cr$ 5.000,00	9.784	2.717	1 776	618	1 010	1 613	17.513
De Cr$ 5.001,00 a Cr$ 10.000,00	13.298	3.819	2.708	900	1.561	2.803	25.149
De Cr$ 10.001,00 a Cr$ 20.000,00	6.311	1.049	686	215	490	690	9.541
De Cr$ 20 001,00 a Cr$ 30 000,00	9 157	3.153	1 930	458	742	840	16 280
	38 550	10.738	7 160	2 291	3 803	5 946	68 488
MÉDIOS:							
De Cr$ 30.001,00 a Cr$ 50.000,00	10 670	4.089	2 544	649	1 039	1 626	20.537
De Cr$ 50.001,00 a Cr$ 100 000,00	12.721	5.518	3.215	943	1.505	2.782	26.684
	23.391	9 527	5 759	1 592	2.544	1.408	47.221
GRANDES:							
De Cr$ 100.001,00 a Cr$ 500 000,00	13 448	7 490	4 103	1 618	2 503	3.931	33.093
Superiores a Cr$ 500 000,00	2.114	1.889	456	346	663	1,001	6 439
	15.562	9 349	4 559	1 964	3.166	4.932	39.532
TODOS OS PRODUTORES	77.503	29 614	17.478	5 847	9 513	15.286	155.241

. DAS CLASSES SÔBRE O TOTAL

CLASSES DE PRODUTORES	1938-44	1945	1946	1947	1948	1949	TOTAL
PEQUENOS:							
De Cr$ 250,00 a Cr$ 5.000,00	8	4	4	5	5	5	6
De Cr$ 5 001,00 a Cr$ 10.000,00	13	9	10	11	11	11	11
De Cr$ 10.001,00 a Cr$ 20.000,00	17	13	16	15	16	18	16
De Cr$ 20.001,00 a Cr$ 30 000,00	12	11	11	8	8	5	11
	50	37	41	39	40	39	44
MÉDIOS:							
De Cr$ 30.001,00 a Cr$ 50.000,00	14	14	15	11	11	11	13
De Cr$ 50 001,00 a Cr$ 100 000,00	16	18	18	16	16	18	17
	30	32	32	27	27	29	30
GRANDES:							
De Cr$ 100.001,00 a Cr$ 500 000,00	17	25	23	28	26	26	22
Superiores a Cr$ 500 000,00	3	6	3	6	7	6	4
	20	31	26	34	33	32	26
TODOS OS PRODUTORES	100	100	100	100	100	100	100

Um bom amigo das letras

EDITH MAGARINOS TORRES

E' sempre grato e nunca tarde para recordar um amigo desaparecido, mòrmente, quando êle, como João Vampré, de quem ora me ocuparei, deixou apenas recordações suaves, inesquecíveis.

Os vai e vens da vida o trouxeram desde cedo, do seu **pequeno** e **grande** Estado de Sergipe para São Paulo.

Foi ali, segundo suas notas biográficas que, em Limeira, contando apenas 18 anos de idade, ingressou na Escola regida pelo coronel José Faria da Costa, onde, graças à rara intuição, à extraordinária faculdade de assimilação, dominou sem custo as árduas disciplinas da época e logo, dotado de singular precocidade, passou de aluno a mestre.

Transferindo-se para São Paulo, ali continuou a lecionar, consagrando ao jornalismo todos os momentos vagos.

Sua estréia no jornalismo verificou-se no "Diário Popular", onde manifestando desde logo, o gôsto pela cultura da língua, escrevia uma série de artigos sôbre filologia, refutando teorias do Pe. Sena Freitas.

Nesse período de sua vida — ainda instável, insatisfeito, transferiu-se para Minas. Em Ouro Preto cursou a Escola de Farmácia e sempre ocupado com as letras, tornou-se colaborador da "Minas Gerais".

Nesse ínterim, irrompe a Revolução de 6 de setembro. E João Vampré incorpora-se ao batalhão Benjamim Constant em defesa da legalidade, representada por Floriano Peixoto, o famoso "marechal de ferro".

Finda a revolta, retornou aos livros. Surgiu de novo o mestre. O escritor — desta vez, norteou logo para sua verdadeira vocação. — Seus artigos apareciam sucessivamente, na "Diário Popular", "Comércio de São Paulo", "Correio Paulistano", "Estado de S. Paulo" de que era crítico literário efetivo, e em várias revistas literárias — sendo seus trabalhos sempre apreciados pelo alto valor de erudição e do fino sabor estético de que se revestiam.

Data, dessa época, delicado poemeto — O NATAL EM SERGIPE — que mereceu ser vertido para o italiano e incluído numa poliantéia que a Tribuna Italiana preparou para solenizar a grande data religiosa. Cedendo ao encanto das rimas, escreveu poesias destinadas ao "Parnaso Sergipano" e Silvio Romero em carta lhe dizia, mais tarde, em termos elogiosos — que as incluiria num livro — então em preparo.

Membro da Academia Paulista de Letras e efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, neste caráter e com designação da Diretoria, foi orador oficial e seu representante na solenidade comemorativa do 4.º centenário do descobrimento do Brasil. Êsse belo discurso foi publicado e incluído no v. 6.º de 1901 da mesma Revista, tendo sido ainda impresso em avulso.

Prosseguindo nesse estudo, entregou-se, mais tarde, a uma obra de mais fôlego: FATOS E FESTAS NA TRADIÇÃO NACIONAL — prefaciado por Silvio Romero (ainda inédito) e dividido em 2 partes, a 1.ª compreende: FESTAS E TRADIÇÕES DE SÃO PAULO, a 2.ª, ASPECTOS REGIONAIS NORTISTAS.

Passados anos, sempre dedicado ao folclore, que achava, como seu grande amigo João Ribeiro, o estudo básico de nossa literatura, veio a publicar no "Diário de Notícias", "O Paiz", "Correio da Manhã", "Jornal do Comércio" e várias revistas — uma linda série de estudos enfeixados sob os títulos: ASPECTOS PAULISTAS, ASPECTOS FLUMINENSES, ASPECTOS REGIONAIS DO NORTE E SUL.

Noutras circunstâncias e, com algum esfôrço, para que houvesse interêsse da parte dos diretores do Touring Club, em folhetos com ilustrações, em côres, seriam essas monografias inestimáveis para divulgação do que é nosso, a exemplo do que se faz em várias partes do mundo.

Releva mencionar seus ensaios sôbre etnografia e potamografia, publicados nos "Anais hidrográficos do Ministério da Marinha", ensaios notáveis, a exemplo daquêle a respeito do étimo — Baependi hoje conservado no livro histórico do contra-torpedeiro de igual nome. E que lhe valeu elogiosa nota do Marinha.

Na "Revista da língua portuguesa" dirigida por Laudelino Freire, seu grande amigo, publicou longos estudos sôbre folclore e problemas de linguagem, influência da língua tupi na geografia do Brasil.

Transferindo-se para o Rio em 1911, e tendo sido nomeado por concurso, para o cargo de 1.º oficial da Diretoria Geral do Ministério da Agricultura, foi designado pelo ilustre Ministro de então, Dr. Pedro Toledo para, no Serviço de Informações Agrícolas, na qualidade de Assistente dêsse Serviço, cabendo-lhe o encargo de organizar publicações agrícolas de ordem geral, bem assim a feitura do "Boletim Agrícola", que êle transformou num repositório magnífico de informações, para orientação de tôdas as atividades do Ministério, transformando êsse "Boletim" em órgão de consulta, em extremo instrutivo e útil para a classe agrícola. Êsses trabalhos foram publicados em separata e "monografias para divulgação".

Infelizmente, com a falta de continuidade na vida do Ministério, o "Boletim" veio a desaparecer deixando uma lacuna, até hoje vaga.

Curioso é observar, como — sem ser agrônomo, graças ao seu espírito de pesquisador, aliado a profundo conhecimento de ordem geral, notadamente botânica, ciências naturais, João Vampré se impôs como um Mestre, no gênero.

Publicações agrícolas, desde então, lhe disputavam a colaboração erudita, original. E seu nome apareceu firmando trabalhos em CHÁCARAS E QUINTAIS, SELEÇÕES AGRÍCOLAS, A LAVOURA.

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, sempre o distinguiu como um dos seus pares e em 1935, reuniu-se para ouvi-lo em bela preleção mais tarde publicada pela Revista A LAVOURA.

Extinto o Serviço de Informações em 1930, foi João Vampré readmitido, no mesmo cargo, no Departamento Nacional de Povoamento do mesmo Ministério.

Depois de aposentado, nos últimos anos conservou

sempre o mesmo espírito arguto, fino, todo dedicado ao estudo meticuloso, de pesquisa de gabinete, de buritodor infatigável.

Nunca lhe faltaram horas para o manuseio de livros. Tendo sempre à mão lapis afiados, blocos de papel, para êle os horas se encurtavam. . .

Na plenitude do saber, servido sempre pelo mesmo zêlo beneditino, inalterado pelas lides do pensamento, talvez fôsse verdadeiramente feliz, não lhe faltassem nos últimos tempos, resistência física para os passeios costumeiros peo bairro de Copacabana, que êle viu crescer, desabrochar e de que conhecia todos os encantos, todos os mistérios também . . .

Não lhe foi mais possivel também visitar as redações do "Correio da Manhã", "Jornal do Brasil", "Jornal do Comércio", dos quais foi assíduo colaborador; privou-se de perambular à cata de raridades bibliográficas daqueles livros de edições esgotados, livros raros, preciosos para suas consultas.

Assim, poucos dias antes de seu desaparecimento, ainda se mostrava ansioso por um trabalho de Nino Rodrigues, e um outro de Pedro Calmon, que desejava consultar para um ensaio que preparava para o quadricentenário da Bahia. Escrever foi sempre para João Vompré uma espécie de vício — como o é o da leitura — que Valery Larbaud definiu tão lindamente, — ser um vício insopitável, um vício impune.

Que lucidez de espírito! Que imensa cultura clássica chegou a possuir! Que belo latinista!

Era um prazer consultá-lo. Informava sempre com segurança e com o maior critério. Se por um acaso, algum lapso de memória, (o que era raríssimo) não lhe ocorresse logo a informação, o termo exato, sorria modestamente para fazer-me pacientar. Mas, logo no dia imediato surgia sorridente, trazendo em mãos, as conhecidas folhas do bloco de pequeno formato, que usava, cobertos de seu cursivo miúdo e nítido. E dizer que dava assim, resultante de estudo, de pesquisa de que nunca tiraria o menor proveito material. . .

No tumultuar agitado do mundo das letras deram-se nos últimos meses de 1949, comemorações de centenários de vários figuras ilustres, Ruy Barbosa, Nabuco, V. Souto. . .

Foi nesse momento, que João Vampré, o grande escritor sergipano de quem me ocupo — deixou de existir.

Não teve então, pela imprensa, as homenagens de que era tão merecedor. Mas, que importa? Seus trabalhos aí estão, "o escrito permanece", para tornar imperecível o título que lhe cabe de verdadeiro cultor das letras.

O PLANO SALTE

O "Diário Oficial" de 19 de maio dêste ano publicou a íntegra do decreto que aprovou o PLANO SALTE. "A LAVOURA" reproduz o importante ato e transcreve, do Plano, a parte relativa ao Setor "Alimentos", dado o seu grande interêsse para a classe agrícola.

LEI N.º 1.102, DE 18 DE MAIO DE 1950

Aprova o Plano Salte e dispõe sôbre sua execução.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Presidente da República autorizado a realizar, durante os exercícios de 1950 a 1954, os empreendimentos relativos à saúde, alimentação, transporte e energia integrantes do plano previsto no texto e nos anexos da presente lei — Plano SALTE.

Parágrafo único — O Poder Executivo promoverá entendimentos e firmará acordos com os governos estaduais e municipais, as autarquias, as sociedades de economia mista, entidades paraestatais existentes ou que venham a ser criadas em virtude de lei e entidades privadas, no sentido de coordenar atividades relacionadas com os programas de trabalho dêste Plano.

Art. 2.º — As despesas com a execução do Plano SALTE, na parte que constitui responsabilidade direta da União, serão classificadas e atendidas à conta dos seguintes recursos:

I — Dotações orçamentárias e

II — Produto de operações de crédito.

Art. 3.º — O Orçamento Geral da União consignará ao Plano SALTE:

	Cr$
para o exercício de 1950 —	1.900.000.000,00
para o exercício de 1951 —	2.200.000.000,00
para o exercício de 1952 —	2.400.000.000,00
para o exercício de 1953 —	2.550.000.000,00
para o exercício de 1954 —	2.600.000.000,00

Parágrafo único — Essa consignação será feita sem prejuízo das parcelas de trezentos e quarenta, trezentos e dez, trezentos e trinta e cinco e trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros, que deverão ser deduzidas, respectivamente, nos exercícios de 1951 a 1954, nas dotações com destinação constitucional.

Art. 4.º — E' o Poder Executivo autorizado a realizar as seguintes operações de crédito:

a) um empréstimo de dois bilhões de cruzeiros, em divisas existentes ou que venham a existir, ao Banco do Brasil S. A.;

b) um empréstimo interno, sob forma de obrigações, nos têrmos do art. 5.º e seguintes.

Art. 5.º — O Poder Executivo poderá emitir até a quantia de cinco bilhões de cruzeiros, em parcelas anuais de um bilhão, no máximo, constantes de obrigações ao portador ou nominativas aos juros de 7% ao ano, pagáveis semestralmente.

Art. 6.º — As obrigações, que terão o valor nominal de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros), Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), deverão ser resgatadas em dez anos, por sorteio ou por compra em Bôlsa, a partir do fim do prazo de execução do Plano SALTE, de acôrdo com tabela de amortização que será organizada pelo Ministério da Fazenda.

Art. 7.º — As obrigações federais do Plano SALTE serão recebidas pelas repartições federais como caução e fiança, pelo seu valor nominal.

Art. 8.º — O Ministério da Fazenda providenciará para que as obrigações sejam vendidas em público, por meio de pregão, nas Bôlsas de Títulos do País, por preço mínimo calculado em cada mês pela média das cotações.

Art. 9.º — Os coupons vencidos e as obrigações sorteadas serão pagos pelas repartições federais competentes e, por conta do Govêrno Federal, pelas Agências do Banco do Brasil S. A. e da Caixa Econômica Federal onde forem apresentados.

Art. 10 — O produto da arrecadação do Fundo Rodoviário Nacional e da Contribuição de Melhoria (cota pertencente à União) será aplicado na execução dos programas rodoviários estabelecidos no Plano SALTE.

Art. 11 — E' o Poder Executivo autorizado a celebrar contratos para aquisição, nos mercados internos ou externos, dos materiais e equipamentos necessários à execução do Plano SALTE.

Parágrafo único — Essas aquisições, observados os programas de cada setor, correrão à conta dos recursos referidos no art. 2.º ou dos provenientes da exportação de artigos cuja produção esteja prevista no Plano.

Art. 12 — E' instituído o Fundo Rotativo, até a importância de Cr$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), destinado à aquisição e revenda de artigos, equipamentos e outros materiais necessários à execução do Plano e a auxiliar o financiamento da produção por êle amparada.

Art. 13 — E' o Poder Executivo autorizado a celebrar acordos com os concessionários de Estradas de Ferro beneficiadas com o Plano SALTE e dispôr sôbre a forma de reembôlso das quantias que nas mesmas forem aplicadas pela União.

Art. 14 — Na execução do Plano SALTE, o Poder Executivo, a fim de estimular a indústria nacional, dará preferência, em igualdade de condições técnicas, aos equipamentos produzidos no País, facilitando e fomentando sempre que técnica e economicamente indicado, a criação de novos setores industriais para a fabricação deles.

Art. 15 — A movimentação, aplicação e comprovação das dotações do Plano SALTE serão feitas na forma do que dispõe o Decreto-lei n.º 6.144, de 29 de dezembro de 1943, que é para êsse fim revigorado.

Art. 16 — O Presidente da República é autorizado a tomar tôdas as providências e expedir os atos necessários à execução do Plano SALTE.

Art. 17 — As quantias consignadas na discriminação da verba de Cr$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), atribuída no Orçamento de 1949 à Presidência da República, se-

rão deduzidas, respectivamente das dotações dos Anexos desta lei.

Art. 18 — Se o empréstimo interno, de que trata o art. 5.º, não atingir a receita neste estimada para cada exercício, o Poder Executivo poderá como reforço, realizar empréstimo externo até à metade da soma prevista.

Art. 19 — As despesas autorizadas, as ordens de pagamento expedidas e as disponibilidades existentes no Banco do Brasil S. A. para execução dos programas serão, quando não utilizadas dentro do exercício, consideradas despesas efetivas e levadas a "Restos a Pagar", em conta especial do Plano SALTE.

Art. 20 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1950, 129.º da Independência e 52.º da República. — **Eurico G. Dutra — Honório Monteiro — Sylvio Noronha — Canrobert P. da Costa — Raul Fernandes — Guilherme da Silveira — João Valdetaro de Amorim e Mello — A. de Novais Filho — Eduardo Rios Filho — Armando Trompowsky.**

SETOR ALIMENTOS

I — Plantas têxteis

		Cr$
1	Melhoramento, multiplicação e distribuição de sementes de algodão, inclusive serviços de cooperação, construção e instalação de uma estação experimental em Guanambi na Bahia	15 000 000
2	Melhoramento, multiplicação de sementes ou mudas de caroá, inclusive serviços de cooperação	5 000 000
3	Melhoramento, produção de sementes selecionadas e fomento da juta	10 000 000
4	Construção de armazens e postos de classificação	10 000 000
5	Financiamento para instalação de uma fábrica de sisal (agave), no Estado da Paraíba .	20 000 000
6	Financiamento à Cooperativa de Caroá do Nordeste, sediada em Recife, instalação de uma fabrica de caroá e outras fibras no Estado de Pernambuco	50 000 000
	Importancia a ser transitoriamente despendida	110.000.000
	Importância a ser recuperada	80.000 000
	Despesa a ser definitivamente realizada	30 000 000

II — Arroz

1	Melhoramento, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação	60 000 000
2	Trabalhos de irrigação nas zonas arrozeiras, inclusive no vale do Rio Guamá, no Estado do Pará	60 000 000
	Importância a ser transitoriamente despendida	120.000 000
	Importância a ser recuperada	60 000 000
	Despesa a ser definitivamente realizada	60 000 000

III — Batata

1	Melhoramento, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação	50 000 000
	Importância a ser transitoriamente despendida	50.000 000
	Importância a ser recuperada	13.000.000
	Despesa a ser definitivamente realizada	37 000.000

IV — Cacau

1	Melhoramento, fomento e defesa sanitária	30 000 000
2.	Financiamento da produção por intermédio da Carteira Agrícola do Banco do Brasil S.A. . .	40 000 000
	Importância a ser transitoriamente despendida	70.000 000
	Importância a ser recuperada	40 000.000
	Despesa a ser definitivamente realizada	30.000 000

V — Café

1	Melhoramento, inclusive execução, em cooperação, dos trabalhos de sombreamento	50 000 000

VI — Chá

1	Melhoramento e desenvolvimento da cultura	5 000 000

VI — Feijão

1	Melhoramento, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação	15 000 000

VIII — Fumo

1	Melhoramento da cultura e trabalho de cooperação, inclusive concessão de auxílios por intermédio do Instituto Baiano de Fumo às entidades que mantenham campos de cultura racional de fumos para capas de charutos bem assim a formação de pequenas propriedades	20 000 000

3 Criação ou auxílio para instalação de escolas rurais destinadas ao ensino da cultura do fumo, inclusive contratos de professores especializados, no país ou no exterior . . . 10.000.000

Total 30.000.000

IX — Forragem

1 Trabalhos experimentais de agrostologia	5.000 000
2 Produção e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação	10.000.000
3 Auxílios aos criadores, cooperativos e associações para construção e instalação de silos e galpões destinados ao armazenamento de forragens . .	15.000.000
Importância a ser transitoriamente despendida	30.000.000
Importância a ser recuperada	5.000.000
Despesa a ser definitivamente realizada	25.000.000

X — Mandioca

1 Conclusão das usinas de álcool de mandioca	12.000 000
2 Melhoramento e desenvolvimento da cultura	3.000.000
Total	15.000 000

XI — Milho

1 Melhoramento, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive campos de cooperação	100 000 000
2 Postos de beneficiamento, expurgo e distribuição, inclusive cooperação com agricultores, cooperativas e associações	50.000.000
Importância a ser transitoriamente despendida	150.000.000
Importância a ser recuperada	50 000 000
Despesa a ser definitivamente realizada . . .	100 000 000

XII — Mate

1 Empréstimo de Cr$ . . . . 10 000 000,00 às federações das cooperativas de produtores de mate, para construção de 50 armazens reguladores, com capacidade de 300 toneladas cada um, ao custo médio de Cr$ 200.000,00 através da efetiva aplicação do Decreto-lei n.º 7 002, de 30 de outubro de 1944, e assim distribuído:

Paraná 25 unidades . . .	5.000.000	
Santa Catarina, 10 unidades . . .	2.000 000	
Rio Grande do Sul, 10 unidades . . .	2.000.000	
Mato Grosso, 5 unidades	1.000.000	10 000 000

2 Empréstimos de Cr$ . . . . . . 25.000.000,00 às federações das cooperativas de produtores de mate, pela Caixa de Crédito Cooperativo, Banco do Brasil S.A. ou quaisquer outros estabelecimentos de crédito, a longo prazo e juros baixos sob a garantia do produto armazenado ou da safra pendente, para financiamento da produção e assim distribuídos:

Paraná	10.000.000	
Sta. Catarina	5.000.000	
Rio Grande do Sul . . .	5.000.000	
Mato Grosso	5.000.000	25 000.000

3. Empréstimos para racionalização da produção e aparelhamento industrial das federações das cooperativas de produtores de mate, dentro do esquema seguinte: Cr$ . . . . . 70.000.000,00 a longo prazo e juros baixos, sob a garantia das próprias instalações ou das contribuições incidentes sôbre o mate produzido no país e aplicadas pelas organizações cooperativas em benefício da economia ervateira e no incremento do cooperativismo, as quais, compreendidas no preço do produto desde sua criação e, em consequência pagas indiretamente, quer pelo produtor, quer pelo consumidor, continuarão a ser cobradas por intermédio do industrial e exportador

a) para construção de modernos barbaquás coletivos, nos principais centros produtores do Paraná, dotados de tôdas as instalações complementares, destinados à melhoria, racionalização e barateamento do custo do mate cancheado . .	18 000 000
b) para construção de idênticos barbaquás coletivos nos principais centros produtores de Santa Catarina . .	10 000 000
c) para construção de 7 pequenos engenhos regionais, no Rio Grande do Sul	4 500 000

d) para construção de 1 pequeno engenho regional em Ponta Porã, Mato Grosso	2 500 000
e) para montagem, no Rio de Janeiro, de moderna indústria de refrigerante à base do mate	25 000 000
f) para propaganda do mate no interior e exterior, pela federação das cooperativas de produtores de mate	10 000 000
4. Criação e aparelhamento de uma Estação Experimental do Mate, para estudos de métodos racionais de defesa e melhoria do produto, abrangendo plantio, colheita, elaboração e beneficiamento, inclusive pesquisas sôbre o aproveitamento dos diversos sub-produtos do mate, subordinada à Confederação das Cooperativas do Mate, que receberá ainda uma subvenção anual, em verba do Instituto Nacional do Mate, de Cr$ 1.000.000,00 e outra igual do Ministério da Agricultura para atender ao custeio de seu funcionamento	5 000 000
Importância a ser transitòriamente despendida	110.000 000
Importância a ser recuperada	105 000 000
Despesa a ser definitivamente realizada	5 000 000
5. Verba ao Instituto Nacional do Mate, para amparo à economia ervateira do consumo do mate, dentro e fora do país, não podendo, em qualquer hipótese, ser aplicada em nomeação ou admissão de pessoal	50 000 000
Importância a ser transitòriamente despendida	50.000 000
Importância a ser recuperada	25 000 000
Despesa a ser definitivamente realizada	25 000 000

XIII — Horticultura e fruticultura

1. Instalação, construção e manutenção de estações experimentais	45 000 000
2. Melhoramento, produção e distribuição de enxertos e sementes, inclusive serviços de cooperação	30 000 000
3. Assistência técnica e financeira para industrialização dos produtos hortícolas e frutíferos	50 000 000
Importância a ser transitòriamente despendida	125.000.000
Importância a ser recuperada	15 000.000
Despesa a ser definitivamente realizada	110 000 000

XIV — Trigo

1. Aquisição de sementes para revenda, inclusive transporte e tratamento	1.000 000 000
2. Experimentação, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação	40.000 000
3. Construção e financiamento de instalação de armazens, depósitos e pequenos moinhos nas zonas da produção	120 000.000
4. Mecanização da lavoura tritícola mediante aquisição de máquinas para revenda	60 000.000
Importância a ser transitòriamente despendida	1 220 000.000
Importância a ser recuperada	794 000 000
Despesa a ser definitivamente realizada	426 000 000

XV — Armazens e silos

1. Para constituição do capital da Sociedade de Economia Mista "Cia Nacional de Armazens Gerais"	10 000 000

XVI — Vale do Paraíba

1. Auxílios aos serviços de experimentação agrícola	20.000 000
2. Construção e financiamento de instalação para fazendas modêlo e matadouros frigoríficos para pequenos animais	20 000 000
3. Desobstrução e retificação parcial do Rio Paraíba, em São Paulo, na região de Pindamonhangaba, e construção de barragens para recuperação das terras destinadas à cultura de cereais	10 000.000
Importância a ser transitòriamente despendida	50 000 000
Importância a ser recuperada	20 000.000
Despesa a ser definitivamente realizada	30.000 000

XVII — Produção animal

1. Defesa sanitária animal	200.000.000
2. Fomento da produção animal	300 000.000
3. Indústria e inspeção sanitária	100 000 000
4. Construção, financiamento e prêmios de matadouros industriais	90 000 000
5. Constituição do capital e subscrição de debêntures da Sociedade de Economia Mista "Cia Frigoríficos Nacionais Sociedade Anônima"	100 000 000
6. Laticínios:	
a) Assistência técnica e financeira aos produtores e industriais, inclusive coope-	

tação 20 000 000
b) Conclusão do entreposto central do leite do Distrito Federal 30 000 000
7 Pesca:
a) Assistência social e financeira aos pescadores e suas colônias 15 000 000
b) Construção, aparelhamento e financiamento de entrepostos 30 000 000
c) Frota pesqueira e estações de piscicultura 25 000 000
8 Desenvolvimento da avicultura, apicultura e sericicultura 50 000 000

Importância a ser transitoriamente despendida 960 000 000
Importância a ser recuperada 280 000 000

Despesa a ser definitivamente realizada 680 000 000

XVIII — Imigração e colonização

1 Aquisição e financiamento de núcleos coloniais na região dos grandes açudes do Nordeste com execução de trabalho de irrigação 50 000 000
2 Para acorrer às despesas com a seleção, transporte e fixação de imigrantes e colonização, inclusive Cr$ 30 000 000,00 para a colonização no Vale do Rio Guamá, no Estado do Pará 300.000.000

Importância a ser transitoriamente despendida 350.000.000
Importância a ser recuperada 200.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada 150 000.000

XIX — Conservação do solo

1 Estudos e pesquisas relacionadas com a conservação do solo 25.000.000
2 Trabalhos de conservação e recuperação do solo em cooperação com os Estados, Municípios e particulares e conjugados com os serviços de fomento da produção vegetal e reflorestamento, inclusive no Vale do Paraíba 200.000.000

Importância a ser transitoriamente despendida 225.000.000
Importância a ser recuperada 60.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada 165.000.000

XX — Fertilizantes e corretivos

1 Estudos, construção e auxílio às instalações necessárias à exploração das jazidas de apatita de Araxá, em Minas Gerais, Jacupiranga em S. Paulo e Comisão na Bahia, e de outros fertilizantes minerais . . . 60.000.000
2 Aquisição e revenda de fertilizantes 50.000.000
3 Desenvolvimento da produção de leguminosas destinadas à adubação verde inclusive serviços de cooperação 40.000.000

Importância a ser transitoriamente despendida 150.000.000
Importância a ser recuperada 70.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada 80.000.000

XXI — Defesa sanitária vegetal

1 Combate à broca do café . . . 100 000 000
2 Combate à saúva, mediante assistência técnica, prêmios e serviços de cooperação 70.000.000
3 Combate às pragas e doenças dos canaviais inclusive indenização aos canaviais que forem queimados 30.000.000
4 Combate a outras doenças e pragas da lavoura, inclusive o "serecocus paraibense" 100.000.000
5 Assistência fitossanitária, aquisição de máquinas inseticidas 200.000.000

Importância a ser transitoriamente despendido 500.000.000
Importância a ser recuperada 250.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada 250.000.000

XXII — Açúcar

1 Melhoramento, multiplicação e distribuição de mudas de cana inclusive serviços de cooperação 25.000 000
2 Assistência financeira, exclusivamente destinada a lavradores de cana de açúcar, em todo o país através dos sindicatos ou associações de plantadores, onde existirem, e pelas Secretarias de Agricultura, nos Estados, onde não houver as referidas organizações, assim discriminadas:

Alagoas	7.000.000
Bahia	5.000.000
Ceará	300.000
Espírito Santo	1.000.000
Minas Gerais .	3.250.000
Pará	1.000.000
Paraná	1.500.000
Piauí e Maranhão . . .	1.000.000
Rio de Janeiro	9.000.000
R. G. do Norte	1.000.000
Santa Catarina	1.200.000
São Paulo . .	3.250.000
Sergipe	4.500.000

56.000 000

Importância a ser transitòriamente despendida 81 000 000
Importância a ser recuperada 68 000.000

Despesa a ser definitivamente realizada 13 000 000

XXIII — Pesquisas

1 Despesas de qualquer natureza com a locação de serviços técnicos de experimentação . 37 500 000

XXIV — Óleos, cêras e resinas

1 Pesquisas, instalação e equipamento de laboratório e de postos de expurgo 40 000 000
2 Fomento das indústrias de óleos e cêras, auxílios e trade cooperação 60 000 000
3 Financiamento à industrialização da cocus nucifera (côco da Bahia), nas Estados da Bahia, Paraíba, Alagoas e Sergipe, com o aproveitamento integral da mesma, em tôdas as suas partes, como sejam: metacarpo ou casca fibrosa, endocarpo ou casca e amêndoa 12.000.000

Importância a ser transitòriamente despendida 112.000.000
Importância a ser recuperada 72 000.000

Despesa a ser definitivamente realizada 40 000.000

XXV — Mecanização agrícola

1 Compra de máquinas agrícolas para revenda 300 000 000
2 Instalação e manutenção de parques regionais para prestação de assistência mecânica 200 000 000
Manutenção de escolas de tratoristas e centros de treinamento 50 000 000

Importância a ser transitòriamente despendida 550 000.000
Importância a ser recuperada 300 000 000

Despesa a ser definitivamente realizada 250.000.000

XXVI — Enxadas e instrumentos agrícolas

1 Compra de enxadas e instrumentos agrícolas para revenda 100 000 000

Importância a ser transitòriamente despendida 100 000.000
Importância a ser recuperada 80 000 000

Despesa a ser definitivamente realizada . 20 000 000

XXVII — Arame para cêrca

1 Compra de arame para cêrca para revenda 70 000 000

Importância a ser transitòriamente despendida .. 70 000 000
Importância a ser recuperada 70 000 000

XXVIII — Serviço de meteorologia

1 Material, instalação e manutenção de 50 estações meteorológicas para fins climatológicas e sinóticas 2 500 000
2 Material e instalação de 40 estações meteoro-agrárias . 2 400 000

Total .. . 4 900 000

QUADRO SINÓTICO DAS DESPESAS DE EXECUÇÃO NO SETOR ALIMENTOS

TOTAL DO QUINQUÊNIO

Subsetores de ação

I	Plantas têxteis ..	30 000 000
II	Arroz	60.000 000
III	Batata	37 000.000
IV	Cacau ...	30.000.000
V	Café	50.000.000
VI	Chá	5.000.000
VII	Feijão	15.000 000
VIII	Fumo	30.000.000
IX	Forragem	25.000.000
X	Mandioca	15.000.000
XI	Milho	100,000.000
XII	Mate	30,000,000
XIII	Horticultura e fruticultura	110,000.000
XIV	Trigo	426.000.000
XV	Armazéns e silos ..	50.000.000
XVI	Vale do Paraíba ..	30 000.000
XVII	Produção animal ..	680 000.000
XVIII	Imigração e colonização	150 000.000
XIX	Conservação do solo	105 000 000
XX	Fertilizantes e corretivos	80 000 000
XXI	Defesa sanitária vegetal	250.000.000
XXII	Açúcar	13.000 000
XXIII	Pesquisas	37.500.000
XXIV	Óleos, cêras e resinas	40 000 000
XXV	Mecanização agrícola	250 000.000
XXVI	Enxadas e instrumentos agrícolas	20 000 000
XXVII	Serviço de meteorologia	4 900 000
	Total	2 733 400.000

Educação e Assistência Social ás Populações Rurais

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da Escola de Horticultura
Wencesláo Bello

O problema da educação e da assistência social às populações rurais é um problema de relevante importância que, em nosso país, precisa e deve ser encarado com o máximo cuidado e atenção.

A maior parte de nossa população habita a zona rural, e do trabalho agrícola obtém os meios para a subsistência.

Da agricultura, abrangendo a pecuária e as indústrias extrativas de origem vegetal, depende todo o arcabouço de nossa economia.

Apesar do surto industrial dos últimos anos, ainda somos, e continuaremos sendo um país agrícola, dada a nossa extensão territorial que permite, passamos manter ao lado da indústria, uma enorme produção de matérias primas; de todos os produtos alimentícios indispensáveis à nossa subsistência, e, ainda, um saldo sempre favorável, que assegure o nosso comércio de exportação.

Precisamos olhar sempre, com todo o interêsse, os nossos problemas agrícolas, pois êles são de uma importância fundamental para a economia nacional.

Não bastam as medidas diretas de incentivo à produção, sem que primeiro se tenha encarado o problema do homem rural, do homem esquecido, do homem que trabalha para assegurar a subsistência do resto da população.

De acôrdo com o Quinto Censo Demográfico do Brasil, levado a efeito em 1940, temos uma população de quarenta e um milhões, duzentos e trinta e seis mil, trezentos e quinze habitantes, dos quais vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta localizados na zona rural, isto é, 68,73% da população do país encontra-se na zona rural.

Apesar de tudo, infelizmente, pouco se tem feito de eficiente e objetivo em prol de nossa população rural que, abandonada, sem conforto de espécie alguma, sem instrução, sem os mais elementares conhecimentos de higiene, mal alimentada e doente, ainda trabalha e produz.

O problema da valorização do homem rural e da elevação do nível de vida de nossa população rural, assume um aspecto de grande relevância e é, sem dúvida, daqueles que merecem prioridade em face de outros problemas de âmbito nacional.

Da agricultura dependem a indústria e o comércio.

A agricultura produz, a indústria transforma e o comércio distribui.

Paradoxalmente, cuidou-se mais, até agora, da educação e da assistência social aos trabalhadores da indústria e do comércio, deixando-se de parte o trabalhador rural, justamente aquele que primeiro devia ser amparado.

Já não será sem tempo que devemos reparar o grande êrro em que incidimos e a grande injustiça que estamos cometendo, relegando para um plano secundário, os problemas que dizem respeito à vida rural do país.

O êxodo rural, com tôdas as suas desastrosas consequências, é um grave problema que cada vez mais se acentua, e precisa e deve ser encarado com a máxima atenção.

Para a sua agravação contribui, sem dúvida, o grande desequilíbrio existente entre o tratamento dispensado aos trabalhadores da indústria e do comércio, melhor aquinhoados pela assistência educacional e pela assistência social que os trabalhadores da agricultura.

É' preciso e inadiável que os mesmos benefícios sejam extendidos aos que se dedicam ao trabalho agrícola; àqueles que, pela importância fundamental que representam para a economia nacional, já deviam ter sido, há mais tempo, amparados.

Através da educação, precisamos cuidar da formação humana e profissional do homem rural; através da assistência social, melhorar as condições de vida no meio onde êle habita.

Sòmente com o concurso de um sistema de educação e assistência social rural convenientemente planejado e patriòticamente executado, conseguir-se-á a valorização do homem e a elevação do nível de vida de nossas populações rurais, fatores decisivos para a produtividade, enriquecimento e progresso constante do país.

Os Morcegos Chupadores de Sangue

SEU PAPEL NA TRANSMISSÃO DA RAIVA

José Norberto Macedo
Veterinário-Sanitarista

E' interessante assinalar que foi baseado nas informações e suspeitas dos criadores catarinenses que os veterinários resolveram, um dia, estudar o papel que os morcegos hematófagos, ou chupadores de sangue, exerciam na transmissão da raiva.

Naquele tempo 20 a 30 anos passados — o próprio diagnóstico de raiva ainda deixava margem a discussões e interpretações diversas, porquanto os sintomas verificados na doença do boi e do cavalo em nada se pareciam com a conhecida raiva do cão.

Era extranho, assim, que o boi e o cavalo raramente tivessem acessos de fúria e não atacassem o homem ou os outros animais, como em geral, acontece com os cães raivosos.

A não transmissibilidade da doença quando se encontravam juntos na mesma pastagem, animais doentes e sãos, a predominância dos sintomas de incoordenação de movimento dos membros posteriores e a fase final de paralisia, tudo dava margem a confusões.

Custou, assim, vários anos para que se generalizasse o conceito de que a doença era realmente a raiva.

Ora, o meio de que ainda se podia dispor, como hoje para combater a moléstia, era a aplicação de vacina, cujos bons efeitos estavam fortamente comprovados. Iniciou-se então, intenso trabalho de vacinação.

Aconteceu, porém, que as condições para o emprego da vacina anti-rábica no campo, em larga escala, estavam longe de ser favaráveis e, como não podia deixar de ser, surgiram os fracassos.

Vale à pena apontá-los aqui porque, não obstante um esclarecimento tardio ,alguns deles foram corrigidos e outros ainda dependem unicamente do criador ou do vacinador.

Vejamo-los:

se conheciam os modernos testes capazes de indicar se conheciam os modernos tests capazes de indicar qual o valor ou a capacidade imunisante do produto.

2 — As doses aplicadas eram insuficientes.

3 — Os criadores não tinham o necessário cuidado de aplicar a vacina no tempo certo, deixando prescrever os prazos de validez.

4 — A vacina não era conservada em baixa temperatura; no verão apanhava calor excessivo durante o transporte e nem sempre os criadores as conservavam em lugares frescos.

5 — A aplicação de dose única com fins preventivos, em animais já contaminados, apressava o aparecimento dos sintomas e morte.

Outras causas que seria longo enumerar ainda contribuiram para esses fracassos e que, hoje, com a evolução natural da técnica, dos conhecimentos e das experiências obtidas, foram inteiramente afastadas, possibilitando o preparo de vacinas mais eficientes.

Entretanto, se a função imunizante ou de proteção foi melhorada a ponto de se obter vacinas 100% eficazes, o fato de não se poder determinar ou conhecer, entre os animais de um rebanho, quais os que se acham contaminados pelo virus rábico, leva, naturalmente, a descrença aos criadores que vêm animais vacinados morrerem.

Outras vezes, o fato do animal ser infectado pelo virus do organismo, também dá margem à essas interpretações contrárias, aumentando o desânimo.

É preciso saber, entretanto, que o animal vacinado não pode se infectar antes de passada a chamada fase negativa da vacina, ou seja, o periodo compreendido entre 15 e 30 dias, necessários para a vacina provocar, no organismo, a formação de anticorpos, ou seja, os seus meios de resistência à infecção rábica.

Antes de findo esse prazo, o animal, mesmo vacinado, está sujeito a se infectar e morrer. Conhecidos estas razões os criadores saberão encarar as perdas com mais otimismo.

COMO ACABAR COM A RAIVA

Mas não haveria um meio radical ou definitivo de se resolver o problema da raiva sem esses prejuizos? a resposta é: — sim, existe um meio eficaz, radical definitivo que resolve o problema da raiva: a matança ou exterminio dos morcegos hematófagos, ou chupadores de sangue.

Ante este conselho, porém, surge logo a pergunta:

— Como descobrir caseiros de morcegos na imensidade das serras, dos campos e das matas.

Para aqueles, porém, que já se dedicaram à procura de caseiros a causa se mostra sob outros aspectos, pois as buscas se limitam às proximidades dos cursos dagua; o morcego está sempre nessas imediações.

Jamais encontramos hematófagos em lugares sêcos, onde viviam, havia sempre umidade, ainda que num ôco de uma grande árvore a abertura se dispunha de tal maneira que, internamente, estava sempre umedecida por água de chuva.

O local habitado pelos hematófagos é facilmente reconhecido pelo mau cheiro característico dos excrementos do bicho.

COMO RECONHECER O HEMATÓFAGOS?

Não se deve confundir os morcegos comuns, comedores de insetos e, como tais, úteis à lavoura — com os chupadores de sangue ou hematófagos. Também não se deve confundi-lo, como os morcegos de beira mar, caçadores de peixe

Estes, porém, se prestam mais à essas confusões pois têm os dentes incisivos bem parecidos com os dos hematófagos.

O comedor de peixe é maior, amarelado e apresenta uma particularidade muito interessante: quando em cativeiro, alimenta-se prontamente do peixe que se lhe dá. Mastiga e ao envêz de ir engulindo enche o espaço compreendido entre os dentes e as bochechas com toda a massa que depois deglute.

A identificação de hematófagos poderá ser feita observando-se alguns característicos principais:

a — dentes apropriados para morder; os dois dentes incisivos centrais superiores salientam-se dos demais. São encurvados, bem unidos, e ponteagudos;

b — Os dentes da arcada dentária inferior são pequenos e separados por um vão central por onde suga o sangue,

c) — não apresentam cauda ou membrana caudal (entre as pernas);

d) — alimentam-se exclusivamente de sangue;

e — os morcegos insetivoros ou frujivoros tem pequenos dentes serrilhados em ambas arcadas.

COMO CAÇÁ-LOS

Encontrando-se o caseiro deve-se ter todo cuidado afim de que os seus habitantes não escapem. Se nas árvores ôcas ou nas furnas, procurar tôdas as entradas e saidas e vedá-las perfeitamente, deixando abertas apenas duas, a entrada principal ou inferior e a saida superior. No inferior, faz-se um pequeno fogo onde se lança enxofre ou outro corpo qualquer capaz de produzir fumaça irritando; na saida superior coloca-se uma tarrafa ou rêde de pesca de malhas miúdas, ou sua falta, um simples saco de aniagem. Tomar precauções porque muitos morcegos caem sobre os próprio fogo ou braseiro e, não obstante sapecados, fogem.

O perigo é tanto maior se admitimos que da sua mordida podemos nos infectar pelos virus rábico,

A situação da Companhia Siderúrgica Nacional

O que revela o relatório da diretoria — 308.000 toneladas de aço para 1950

Cumprindo disposições estatutárias, a Companhia Siderúrgica Nacional realizou a assembléia geral ordinaria, ocasião em que a diretoria prestu aos acionistas contas de sua gestão.

O relatorio então apresentado mostra um acentuado acréscimo de produção e de vendas em relação aos anos anteriores e exibe situação econômica e financeira próspera, comprovada pelo Balanço publicado

Tendo realizado um programa de produção que atingiu ao total de 226.837 ton de laminados aço, a Usina pôde entregar ao mercado nacional os seguintes produtos:

	Ton.
Trilhos e acessórios	33.612
Barras e perfilados estruturais	29.608
Chapas grossos	33.605
Chapas finos a quente	37.079
Chapas finos a frio	34.900
Folhas galvanizadas	11.237
Folhas de Flandres	20.496

e mais os seguintes subprodutos da distilação do carvão, obtidos pela produção de 271 710 ton. de coque:

	Litros
Benzol	1.505 003
Tolual	926.388
Xilol	65.038
Nafta Solvente	24 774
Combustivel para motor	1.164.930
Sulfato de amônia (ton.)	3.845
Alcatrão	19 150 427
Naftalina (ton.)	568
Oleo desinfetante	250.000
Piche	171 578

Além dessa produção a relatório consigna ainda produção própria de minerios, calcáreas e carvão explorados em minas de propriedade da Companhia, tendo sido extraídos.

	Ton.
Carvão	280.683
Minérios	290.550
Calcáreas	47 471

O carvão nacional é beneficiado na usina de lavagem de Capivari, e que lavou 597 835 ton. durante o ano de 1949, beneficiando também carvão de outros mineradores ,o beneficiamento de carvão produziu 173 171 ton. de carvao metalúrgico e 259 531 ton. de carvão para vapor

Dispondo de usina termo elétrica própria em Capivari, a C.S N produziu energia elétrica para seu próprio consumo Industrial, vendeu 3 790 810 kw e vem de celebrar contrato com o govêrno catarinense para fornecimento de energia a Florianópolis.

A produção da usina foi vendida quase que exclusivamente ao mercado nacional, pois sôbre um total de Cr$ 992.570 944,70, apenas 2,4% se destinou à exportação

Muito interessante foi a distribuição percentual das vendas no mercado, que acusou a seguinte proporção

São Paulo	44,7%
Rio e Dist Federal	38,4%
Estados do Sul	4,5%
Estados do Norte	6,0%
Estrangeiro	2,4%

As atividades comerciais da Companhia revelam que o mercado nacional tem aumentado sensivelmente sua capacidade de consumo, o que se deve, de um lado ao aumento da produção de diversas indústrias já existentes, de outro lado ao aparecimento de diversas indústrias novas. Êsse é, justamente, um dos aspectos de maior interêsse, pois demonstra a profunda influência que a criação da indústria pesada de aço já vem trazendo ao parque de indústrias de transformação do país, apesar de datar de apenas 3 anos a produção de Volta Redonda.

Como de costume, a Companhia fez escoar sua produção seja através de distribuidores, seja diretamente a consumidores industriais ou ao govêrno (incluidas neste item as Autarquias e as Estradas de Ferro). No primeiro caso, as vendas foram feitas por meio de uma rêde de firmas revendedoras que, no ano de 1949, somavam 141 distribuidoras no território nacional, sendo 26 nos Estados do Norte, 20 nos do Sul, 9 nos Estados Centrais, 47 no Rio e 39 em São Paulo.

As organizações industriais que consomem produtos de Volta Redonda, utilizando-os como matéria prima para fabricação de utilidades diversas, isto é, as indústrias de transformação, abastecem-se diretamente na usina, o que lhes permite obter matéria prima barata para suprir o mercado com produtos acabados diversos como sejam: vasilhames e embalagens (tambores, latas, recipientes para produtos de petróleo, leite, conservas diversas, carbureto etc.); tubos para água, gás e liquidos industriais, eletrodutos; fitas para amarração de fardos e caixas; fogões; aquecedores; pias; ferramentas e máquinas agricolas; material ferroviário; artigos para construção civil e naval, etc.

As vendas diretas ao govêrno abrangem principalmente trilhos e acessórios para vias férreas, chapas, vigas e perfilados para construção naval e de obras d'arte rodo e ferro-viárias, chapas para tanques de petróleo, etc

Em 1949 foram entregues ao país mais ... 29 890 toneladas de trilhos, placas de apôio e talas de junção para Estradas de Ferro Nos três últimos anos, Volta Redonda já abasteceu com trilhos de fabricação nacional 1 596 km de via férrea, ou seja, mais do triplo da distância Rio-São Paulo.

Mercê do crescimento continuo de sua produção anual, que é tôda absorvida com avidês pelo mercado, a situação econômica e financeira da Companhia vem apresentando ano após ano indices cada vez melhores Tendo iniciado a distribuição do 1.º dividendo no 1.º semestre de 1948 com uma percentagem de 6% a a, manteve essa percentagem no 2.º semestre seguinte e no 1.º semestre de

1949, tendo-a elevado a 8% a a., no 2.º semestre désse ano.

As ações têm [illegible] em Bolsa uma valorização [illegible] altas fixas, havendo apesar disso pouco interesse dos acionistas na venda delas, o que revela confiança em maiores valorizações futuras.

A demonstração da Conta de Lucros e Perdas assinala um total de Cr$ 156 934.983,40 de Lucros Líquidos distribuíveis, dos quais 28% serão desembolsados para atender aos fundos e reservas legais e estatutárias, destinadas a garantir o capital e manter sua potencialidade econômica.

Apesar das reservas e de ter sido computada a depreciação em volume adequado aos ativos fixos e aos lucros foi possível aumentar o dividendo das ações ordinárias para 8% a. a., mantendo os 8% a. a., para as preferenciais.

Pelo balanço de 31 de dezembro, com os reforços trazidos no fim do exercício, os diversos fundos foram substancialmente aumentados e somam: o Fundo de Reserva legal: — Cr$ 117.151.618,80, o de Renovação: Cr$ 31.464.499,80 e o de Previsão Cr$ 28.100.000,00.

Tal situação, levada ainda em conta a tradição de rigorosa pontualidade na solvência de seus compromissos, tanto no país como no estrangeiro, confere à Companhia uma posição realmente ímpar.

Tendo conseguido realizar no ano de 1949 um programa de construções que permitiu acrescer a capacidade produtiva do equipamento, a administração da Companhia pôde fixar para o ano de 1950 um programa de produção que elevará o total de produtos de aço a 308 000 toneladas, assim distribuídos.

	Ton.
Trilhos e acessórios	87.000
Perfis e barras	40.000
Chapas grossas	33.000
Chapas finas a quente	34.500
Chapas finas a frio	66.400
Chapas galvanizadas	12.000
Folhas de Flandres	33.000
	308.000

Êsse programa repousa numa produção programada de 390 000 ton. de gusa e 288.200 ton. de coque metalúrgico o que dará, além disso, elevada produção de subprodutos de carvão.

Ao preço médio obtido em 1949, a produção de 1950 poderá dar à Companhia uma renda de Cr$ 1.202.047.250,00, ultrapassando a marca do bilhão de cruzeiros por ano.

Aliás, no decorrer do ano de 1949 quase foi alcançada essa cifra, pois as vendas da Companhia totalizaram Cr$ 922.470.944,70, sendo que o mês de dezembro ultrapassou a marca dos cem milhões de cruzeiros mensais, o que é uma cifra altamente significativa.

Resultados tão compensadores e perspectivas tão promissoras vem apresentando a iniciativa industrial de Volta Redonda, que estudos e projetos de expansão da usina estão já em fase bastante avançada ,o que aliás tem sido objeto de lisonjeiras comentários da imprensa do país e dos Estados Unidos da América.





AVENIDA RIO BRANCO...

(expressão do progresso duma metrópole)

Que contraste impressionante e ilustrado com as duas fotografias da entrada da nossa principal artéria, no espaço de 45 anos. A primeira só nos desperta senti… de nostalgia de outros tempos … dos fraques, … guarda-sóis, tilburys, das yayás e dos kio… *Vira-se a Folha do Tempo* — e mestre João de Barro desvenda aos nossos olhos, na outra fotografia de idêntico local, o magnífico conjunto de detalhes dum estupendo progresso, onde se destaca a obra do homem aliada à excelência dos materiais. O cimento portland "MAUÁ" supera as especificações do mundo inteiro.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, mantida na Penha (D. F.) pela Sociedade Nacional de Agricultura, grupo de alunos internos, com o seu instrumental agrícola, em trabalho de campo.

ANO LIV

RIO DE JANEIRO — BRASIL

JULHO - AGÔSTO, 1950



LOTE DE NOVILHOS ZEBÚS — Minas Gerais

SUMÁRIO:

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ORGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da Republica) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite, **Comissão Central de Preços** (Presidência da Republica) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra, **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson, **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente das Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV — JULHO-AGOSTO 1950

CUSTO DA VIDA

Prof. ARTHUR TORRES FILHO — Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Aqueles que acompanham a história econômica do mundo, sabem que a Grande Guerra não é a única responsável pela alta excessiva de todas as ultilidades indispensáveis ao homem; trata-se, quando muito, de uma crise que se agravou, cujas origens são antigas, objeto como tem sido o assunto, de longa data, das cogitações dos economistas.

A elevação dos preços manifestou-se mais profundamente na segunda metade do século XIX. No fim desse século e no começo do XX, assume, o movimento de alta, sintomas impressionantes, principalmente entre 1895-1905, e mais tarde a partir de 1908.

Na Europa, muito antes da 1.ª Grande Guerra, tentativas haviam sido feitas pelas municipalidades para fundar leiterias, açougues, etc., travando-se luta contra o aumento cada vez maior dos preços. É assim que surgiram as sociedades cooperativas, as ligas de consumidores, as "regies", as cosinhas populares, etc.

Podem ser agrupadas em tres ordens, as causas principais da alta dos preços: ecômicas, demofráficas e políticas.

Dentre as econômicas, uma das principais, será o desenvolvimento peculiar às sociedades modernas, principalmente ao regime industrial, nuns paises mais do que em outros, determinando o êxodo rural, por conseguinte a deserção do trabalho da terra. A constituição capitalística da Sociedade hodierna tem tido repercussão nos preços; assim, por exemplo, os "trusts" e os "cartels". Não menos importantes têm sido os conflito perguntas havado entre operarios e patrões.

Uma outra causa, à qual os economistas atribuem importância notavel, vem a ser a abundância do ouro, nestes últimos cinqüenta anos. Isso quer dizer que, onde ha muito ouro, os preços se elevam. Acontece que o poder aquisitivo da moeda diminue, devido à sua multiplicação; o interesse e as rendas baixam de valor. Tudo torna-se ou parece tornar-se mais caro. Nesse caso, a situação se mostra torturante para os que possuem rendas fixas, capitalistas ou funcionários, operários e empregados, cujos salários e rendas só aumentam lentamente.

Não viria a pêlo discutir o assunto por esse aspéto; os economistas muito se têem preocupado com a depreciação resultante da superabundância do ouro no mundo.

Paises há onde se tem verificado pletora de habitantes nas cidades; outros, em que o coeficiente de natalidade, sendo elevado, tem aumentado sensivelmente a população; concorrendo essas causas para a alta de preço das mercadorias.

É bem verdade, se a lei de Malthus não teve confirmação até hoje, com o rigor previsto pelo seu creador, não é menos certo que, em condições particulares, pode o aumento de população determinar a carestia da vida.

Politicamente, acontecimentos vários, num dado país, influem sôbre os preços gastos imoderados da administração, com o lançamento constante de novos impostos ou agravação dos antigos; deslocamento da população para obras improdutivas; desvalorisação da moeda circulante, etc..

Nos nossos dias, a Grande Guerra constitue uma exemplificação dolorosa; concluindo a paz, conturbado permanece o mundo, ainda se fazendo sentir seus dolorosos efeitos.

Não foram apenas as fontes de produção que ficaram perturbadas com a Grande Guerra; principalmente a circulação se alterou e, em vista da interdependência dos fenômenos econômicos nos nossos dias, esse estado de coisas tem ocasio-

nado desfragada especulação mercantil em diferentes paises.

Outro aspeto do momento, que está preocupando os financistas de todo mundo, é a "crise monetária" e, consequentemente, a "questão cambial", cujas oscilações não se acham suficientemente documentadas.

É atribuida, pelo menos essa é a opinião da maioria, á larga emissão de papel-moeda, recurso de que se serviram vários paises para suprir o meio circulante, com o desaparecimento dos metais, em particular ouro e prata.

Pode-se dizer, no entanto que quasi todas as nações se socorreram desse expediente; possivelmente, umas mais do que outras, refletindo-se na situação cambial. Preciso se torna ter em vista a situação interna de cada país, mormente a aplicação dada ás emissões de papel moeda. Assim, por exemplo, o desequilíbrio da balança comercial, pode, para um dado país, ter efeito acentuadamente nocivos sôbre o câmbio; como também as despesas imoderadas, desequilibrando os orçamentos, com a inversão de capitais em obras nem sempre reprodutivas, ou quando o sejam, selo-á muito tardiamente, devendo preferir-se melhor oportunidade para semelhantes gastos.

A intolerância do regime fiscal é um outro ponto a se salientar. Sabe-se que, depois da Grande Guerra, houve uma agravação geral de impostos em todo mundo, cuja incidência nem sempre se fez com ponderação.

O imposto indireto ainda é o mais geralmente preferido; embora preconisado o imposto sôbre lucros comerciais e rendas pessoais, alegando-se atingir a todos, não tem ele correspondido à expectativa, pelo menos em alguns paises.

Em síntese, são essas as causas das dificuldades e misérias que afligem a humanidade. Não poderiamos indicar aquí, todas as medidas aconselhaveis para debelar o mal que, no Brasil, também se tem feito sentir, apesar dos seus abundantes recursos de produção.

No dizer de Georges Renard, "o mal sendo quasi universal, os remédios precisam ser internacionais". Isso não importa desenidar-se cada país da sua situação interna, aumentando a produção e procurando regularizar o consumo. A bôa ordem nas finanças públicas é uma das medidas mais aconselháveis, como a diminuição dos impostos refletindo-se sôbre o consumidor. Segundo o Deputado Barthe, na Inglaterra, tem-se 67% de impostos diretos e 33% sôbre o consumo; na França, 37% de impostos diretos e 63% sôbre o consumo.

O ambicionado estado de equilíbrio para ser alcançado está a exigir trabalho perseverante, espírito de continuidade e paz durável.

Como se formam os preços? Sob que influência se elevam? São perguntas da maior importância, que os economistas até hoje se têm esforçado por responder, tal o papel que desempenha o preço na vida diária.

Diz-se em economia, que o preço é o valôr da permuta de duas mercadorias, uma das quais é a moeda ou, em outros termos, é a relação entre certas quantidades de moeda e a quantidade da mercadoria considerada suscetivel de ser obtida em permuta.

Até Stuart Mill, a resposta clássica no caso, era de que o preço de cada mercadoria varia na razão direta da procura e inversa da oferta, sendo regulado por conseguinte pela relação entre a oferta e a procura.

A LAVOURA

(ORGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.° Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.° Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng.° Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.° Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO

Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.°
Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245
Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Nos nossos dias, essa fórmula já não póde ser aceita; as formações dos preços são de tal ordem, que não nos é dado prever, pràticamente as suas formas e conseqüencias.

Na opinião de J. Moret "o equilíbrio do preço não é senão uma das faces do equilíbrio geral; o preço, a oferta e a procura duma mercadoria não se acham apenas ligados estreitamente, mas dependem de todos os fatores do equilíbrio do mercado". Ainda na opinião desse economista "a inflação da circulação difuciária representa antes a conseqüencia do que a causa da alta dos preços, acarretando essa alta uma modificação na repartição das mercadorias em detrimento da coletividade.

Ultimamente, notaveis economistas, dentre eles Bonniatian, Aftalion e outros, devido à formidavel destruição de riquezas em conseqüencia da guerra, têm procurado explicar a formação dos preços e sua influência na distribuição das riquezas.

É crença geral que tóda a economia política hoje, mais do que nunca, deve constituir objeto de sérias preocupações; novos fenômenos se tendo apresentado e outros se declarado em formas novas, ignorando-se como se estabilisará, no futuro, a vida das nações, mais do que nunca segregadas, cada qual procurando tomar medidas de defesa própria na ordem econômica — quando tudo nos diz, que os fenômenos econômicos se internacionalisam por uma interdependência dia a dia mais acentuada.

Certamente, a *questão dos mercados* é daquelas dignas do melhor exame por parte de todos os paises, dependendo do seu conhecimento, no interior e exterior, saber-se os diferentes gráos de venda dos produtos, isolada e coletivamente.

Produzir ou dispôr de elementos capazes de permitir a produção, não é suficiente; esforços precisam ser compugidos para *reproduzir* e *vender* em bôas condidições, conseguindo preços médios para a produção.

Hoje, para combater-se as crises agrícolas, não podem as medidas revestir-se de carater particularista; porquanto, complexas como são essas crises, exigem no geral um conjunto de providências, muitas delas se prendendo a questões de economia rural. Devido a isso, o exame do mecanismo dos mercados, não é bastante; tornam-se precisas investigações de outra natureza: — agronômicas, biologicas, físicas, estatísticas e econômicas, das quais só homens experimentados se poderão ocupar, exigindo um conhecimento muito exato dos métodos agrícolas de cada país.

No caso, por exemplo, de procurar-se saber o que convem produzir, impõe-se o estudo das variedades de plantas; das qualidades e quantidades de produtos solicitados pelos mercados; da história e geografia da produção e sua distribuição, interpretando-se as tendências da produção agrícola com as oscilações de preços; da taxação incidindo sôbre a produção e distribuição dos produtos agrícolas; enfim, o conhecimento de uma série de informações bem apuradas, podendo alicerçar-se a produção em bases seguras e racionais.

Nos dias que correm a produção é considerada um dever, como também será o de permitir fazer com que os produtos cheguem ao consumidor pelo menor preço possivel; a colheita, conservação e distribuição dos produtos agrícolas, obedecem, na atualidade, a conhecimentos técnicos e econômicos tão aperfeiçoados, como os da própria produção.

Os estudos das condições de mercados; as investigações que facilitem uma produção abundante e a preços módicos; no momento por que atravessa a humanidade, tudo aconselha dever constituir um programa social e econômico da mais alta significação para a vida dos povos.

O CAFÉ - Parecer da Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu do Sr. Munhoz da Rocha, 1.º Secretário da Câmara dos Deputados, o ofício que se segue:

"Senhor Presidente:

A fim de atender a requerimento do Senhor Deputado Daniel de Carvalho, Presidente da Comissão de Inquérito sôbre o Preço do Café, desta Câmara, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a instalação daquela Comissão, verificada no dia 29 de maio p. p..

Outrossim, em atenção, ainda, ao dito requerimento, solicito a Vossa Excelência se digne de providenciar no sentido de que essa Sociedade se pronuncie sôbre a anormalidade no mercado do café e efetue a remessa de cálculos sôbre o custo da produção da aludida mercadoria, além de outros informes que julgue convenientes para que a referida Comissão possa estudar, sob todos os aspectos, o problema caféeiros do país.

Aproveito a oportunidade..."

Desejando corresponder á honrosa solicitação, designou a Sociedade uma comissão, cujo parecer foi presente áquele orgão da Camara, e composta pelos Engenheiros Agrônomos Julio Cesar Covelo, Kurt Repsold, Antonio de Arruda Camara e Joaquim Côrtes Villela.

O parecer da Comissão, que representa o ponto de vista da Sociedade Nacional de Agricultura sôbre a importante materia, está assim redigido:

Solicita o 1.º Secretário da Câmara dos Deputados, para atender requerimento do Presidente da COMISSÃO DE INQUÉRITO SÔBRE O PREÇO DO CAFÉ, providências no sentido da Sociedade Nacional de Agricultura:

a) — enviar seu pronunciamento sôbre a anormalidade do mercado do café;

b) — remeter calculos sôbre o custo da produção do café;

c) — e, finalmente, prestar outros informes que julgue convenientes ao estudo, sob todos os aspectos, do problema caféeiro do país.

A Sociedade Nacional de Agricultura designou para o estudo da matéria comissão técnica constituida membros de sua Diretoria e Conselho Superior que, após exame cuidadoso do problema, acordou opinar sejam prestados, em caráter sucinto, os seguintes esclarecimentos:

1 — O café, em todos os tempos, sofreu as contingências das altas e baixas de Bolsa resultantes, muitas vezes, do maior ou menos interesse do comprador No caso recente do chamado *Relatório Gillete* cujas conclusões teriam influido na baixa do preço do produto ter-se-à de levar em conta o alto preço relativo atingido pelo café no mercado americano, provocando, com grave prejuizo para os produtores, natural retração do consumo e conseqüentemente, maior duração dos estoques normais das praças consumidoras. A oscilação repentina de preços, provocada, às vezes, como simples operação de rotina comercial, é fruto de não dispormos, presentemente, de meios capazes de evita-la, deforma ruinosa. Daí a necessidade de ser o mercado de café, tanto quanto possível, posto ao abrigo das desordens resultantes de anormalidades provocadas pelo interesse comercial. Tudo indica a conveniência de retomarmos uma política orientada no sentido de serem reguladas as saídas do produto tanto para os mercados de exportação como para os nacionais de consumo, mal providos, frequêntemente, em quantidade e qualidades compatíveis com as necessidades e preferências das regiões consumidoras Seria aconselhável o estudo de um plano que atuasse em função das safras apuradas, em cada Estado produtor, dois ou mais anos agrícolas. Paralelamente a essa medida reguladora impõe-se o máximo esforço no sentido de ser observado, nas transações comerciais, critério capaz de estimular, nos centros produtores, o interesse pela produção dos melhores tipos, o que vale dizer, pela racionalização e melhoria da cafeicultura no Brasil.

2 — O custo da produção, variável de região para região, de localidade para localidade e, até, de ano para ano em um mesmo estabelecimento produtor, não pode, a rigor, ser expresso com a necessária segurança. A deficiência da prática gene-

ralizada de contabilidade padronizada no meio rural e a variação dos elementos computados ou não, dificulta, consideràvelmente, a apresentação de cálculos que exprimam o custo medio das diferentes operações.

Inquéritos realizados com a colaboração de técnicos, lavradores e associações rurais, nos centros produtores paulistas e mineiros, mostram váriar, dentro de limites muito afastados, o custo de produção de um saco de 60 quilos de café beneficiado. Em julho de 1949 regulava nas zonas caféeiras do Estado de S. Paulo (x):

Zona	*Custo de produção (1/3 da lavoura adubada)* Cr$
Itatibense	776,00
Mogiana	749,30
S. Paulo-Minas	649,60
Santos-Jundiaí	626,40
Monte Alto	509,00
Central do Brasil . . .	506,40
Soracabana	498,80
S. Paulo-Goiás	421,90
Noroeste	415,80
Morro Agudo	403,00
Baixa Paulista	401,90
Doaradense	399,50
Araraquarense	371,50
Barra Bonita	362,50
Alta Paulista	345,50

A médida do Estado calcalada sôbre uma safra de 8.681.309 sacos corresponde a Cr$ 441.00. Informações de julho do corrente ano (xx) dão os centros caféeiros das regiões fisiograficas do Estado de Minas Gerais, os seguintes custos de produção por saca de 60 quilos de café beneficiado:

Região	Safra	Custo de produção
Sul	1.028.469	388,00
Metalurgica	13.317	388,00
Oeste	262.067	324,00
Alto Paranaiba . .	47.969	272,00
Mata	1.219.696	240,00
Rio Doce	576.078	220,00

Eleva-se a média do custo de produção nas lavouras mineiras a cêrca de Cr$ 292,00 por saca de 60 quilos de café beneficiado. O custo de produção nas lavouras paulistas apresenta média mais elevada mas, no cálculo, foi considerada a adubação em um terço das lavouras. Observe-se que em nenhum dos exemplos apresentados estão incluidos juros sôbre o valor das propriedades caféeiras e outros encargos que, em última análise, gravam, de fáto, o custo da produção.

Há, ainda, a produção de regiões decadentes, como as do Etado do Rio, onde o custo de produção é bem mais elevado e as zonas, chamadas novas, como o norte do Paraná, onde êsse custo também resulta um tanto alto, apezar da elevada média de produção, vez que, muitas plantações estão produzindo suas primeiras safras, onde a mão de obra é carissima e as utilidades indispensáveis sobrecarregadas de elevados onus.

Revela o exame da situação do nosso patrimônio caféeiro acentuado decrescimo nos respectivos valores. Baixou a partir do quinquenio 1938-42 o número de cafeeiros (2.870.000.000 em 1933/37 para 2.326.000.000 em 1938/42 a .... 2.218.000.000 em 1943/47 a cêrca de ..... 2.197.000.000 em 1949 assim como o volume das safras (23.315.000 sacas em 1933/37 a 19.903.000 em 1938/42 a .... 14.259.000 em 1943/47) e o rendimento das lavouras que vêm caindo, de ano para ano, principalmente nas chamadas zonas velhas. Enquanto isso elevou-se, consideràvelmente, o custeio das lavouras que de mais ou menos Cr$ 800,00 por mil pés no quinquenio 1928/32 alcança, atualmente, para mais de Cr$ 3.000,00.

3 — A situação exposta, em amplas linhas, é diversa, muito diferente, da apresentada por outros países produtores que têm o seu patrimônio cafeeiro aumentado e robustecido. Devemos levar em conta e ter sempre presente que alguns dos concorrentes do café brasileiro gozam, entre os consumidores norte americanos, de preferência pelas suas qualidades, obtendo maiores preços e, ainda, a possibilidade de um aumento substancial nas plantações africanas.

A Comissão designada pela Sociedade Nacional de Agricultura considerando de indisfarçável gravidade a situção da lavoura cafeeira no Brasil julga dever, nessa oportunidade, lembrar a conveniência e necessidade de:

(x) — Rui Mourão — Agente do Serviço de Economia Rural no Estado de S. Paulo.

(xx) — José Maria Barbosa — Agente do Serviço de Economia Rural no Estado de Minas Gerais.

a) — ser o Ministério da Agricultura reaparelhado, pondo-se à sua disposição amplos recursos para atender às necessidades técnicas e econômicas da lavoura cafeeira, devendo para tanto serem restabelecidos e instalados, sob sua imediata direção, serviços técnicos nacionais de assistência à lavoura caféeira, de amplitude suficientemente extensa e capaz de reformar os absoletos processos agrícolas ainda dominantes no país;

b) — serem facilitadas e ampliadas, dispensando-se exigências onerosas, as operações de crédito agrícola para custeio das lavouras, estabelecimento racional de culturas e recuperação de fertilidade do sólo. Essas medidas são de caráter urgente e deverão vigorar com absoluta continuidade até que sobrevenha a reforma bancária e consequênte criação do Banco de Crédito Rural. A medida preconisada neste item é a única que poderá livrar o produtor da ação do intermediário. Para que se tenha uma ideia dos prejuizos causados ao produtor pela inexistência do crédito agrícola diréto e pela resultante ação do intermediário junto aos produtores, basta salientar-se que 90% da safra cafeeira de 1949, foi vendida pelos produtores a preços que variaram de 300 a 450 cruzeiros por saco, quando a mesma unidade obtinha nos centros de exportação, preços que variaram de 900 a 1.150 cruzeiros.

c) — e, finalmente, criação e organizações completa de órgão oficial para contrôle da política econômica do café, devendo colaborar, na direção e orientação do mesmo, técnicos especializados e delegados representantes dos produtores dos principais centros caféicultores do país.

Gado leiteiro britânico de raça Guernsey

Por Major D. MAC L. MACMILLAN,
Redator da Revista dos Criadores de Gado Guernsey

Ultimamente vem aumentando muito na América do Sul o interêsse pela indústria de lacticínios e o fabrico de produtos lácteos de qualidade. Se considerarmos a quantidade de leite em estado natural consumido pelas populações urbanas, bem mais elevada — há muitos anos — do que na Europa, surpreende um pouco que êsse desenvolvimento se haja atrasado. A florescente indústria de gado de corte é prova insofismável de que não há nesses países nenhum impecilho físico.

LEITE E QUALIDADE

Na Grã-Bretanha existem várias raças puras diferentes de gado leiteiro, que há gerações vem sendo cientificamente criadas para produzir leite, em vez de carne, e algumas raças que se consideram de finalidade dupla. Entre as raças leiteiras pròpriamente ditas algumas há que se especializam em produção elevada, enquanto outras se ocupam mais com o alto teor graxo do que com a produção total de leite. A Guernsey é uma vaca que se destaca tanto pela quantidade como pela qualidade do leite que produz. O público dos Estados Unidos há muito reconhece essa característica, evidenciada pela atraente côr cremosa do leite, genuino indício do seu valor alimentar. A dona de casa britânica está agora imitando a norte-americana, tanto assim que se paga bonificação especial aos produtores de leite Guernsey com teor de gordura não inferior a 4%; e apesar disso a procura continua a exceder a oferta.

HISTÓRIA DA RAÇA

A história da evolução da raça Guernsey é a história da criação seletiva do gado britânico. Como o indica o nome, o gado teve origem na pequena ilha de Guernsey, na costa francêsa do Canal da Mancha, há uns mil anos. Desprotegida, aberta sôbre o Atlântico, não é de estranhar portanto que, numa época em que não havia navios a vapor ou aviões, não se tenha verificado a introdução de quaisquer outros tipos que poderiam ocasionar detrimento da raça original. Há mais de cem anos foi promulgada uma lei proibindo a **importação de gado** em pé para a ilha, sendo assim eliminados os perigos decorrentes da modernização do transporte.

Os registros da raça Guernsey foram iniciados na própria ilha em inícios do século passado, assim como na Inglaterra e em vários outros países em que a raça foi introduzida. Os assentamentos nesses Herdbooks são cuidadosamente feitos sob inspeção das Sociedades Pecuaristas respectivas, e desde aquela época muito se vem fazendo para aumentar ainda mais o prestígio do gado Guernsey puro em tôda parte. Talvez a mais importante providência tenha sido a criação do Registro Superior, inclusão no qual só pode ser alcançado pelo animal de elevada lactação de considerável teor de gordura

CARACTERÍSTICAS

De aspecto, o gado Guernsey é bem atraente, de coloração dourada que as malhas brancas ainda mais realçam. A vaca tem as características das verdadeiras produtoras de leite, sendo um animal de porte médio, nem muito grande e pesadona, nem de estatura excessivamente pequena. As pernas não são torcidas ou arcadas e a silhueta é boa, com ampla caixa toráxica. Uma boa vaca sempre tem bom peito e ombros bem feitos. A distância entre as ilhargas e a largura entre as pernas são de grande importância, pois só assim ela pode acomodar um ubre equilibrado. Êste deve extender-se para a frente e para cima, na parte posterior. A parede inferior deve ser plana e dotada de quatro tetas uniformemente espaçadas, de tamanho mediano, e veias saltadas. E' ordenhada com facilidade, o que é importante nesta época de grandes salários. A cabeça da vaca é de traços finos, positivamente femininas, em comparação com a cabeça masculina de touro de boa estirpe.

Na sua ilha nativa, a Guernsey é essencialmente a vaca da pequena granjeira. Disto podemos deduzir que, em qualquer parte do mundo, ela é em primeiro lugar, acima de tudo, econômica em matéria de forragem, o que se verificou em qualquer latitude. Em vista do reduzido tamanho das pastagens em Guernsey, é normal que tôdas as rezes, independentemente de sexo ou idade, sejam presas no laço ao pastar e com o passar das gerações isto imbuiu a raça de duas características valiosas. Via de regra, o gado Guernsey taso o pasto dentro de pequeno raio, mesmo quando está em liberdade, e come sem protesto as ervas que tiver pela frente. A segunda característica, resultante da prática de amarrar as rezes é a docilidade das Guernsey, o que não apenas as torna fáceis de manejar como conduz a uma disposição tranquila e serena que se reflete na velocidade com que se aclimatam a quase tôdas as condições climatéricas ou de administração.

ADMINISTRAÇÃO

Quando uma raça não é bem conhecida num país, qualquer que seja êste, uma das primeiras perguntas que o candidato a comprador faz é a possibilidade de usar a forragem de produção local ao mesmo tempo mantendo a elevada média de produção de leite, sem queda do teor graxo. Quando se trata de gado leiteiro, a maneira de melhor responder esta pergunta é dividir a resposta em duas partes distintas. Nos Estados Unidos é prática corrente dar ao animal volume nutritivo para manter o animal sadio e para os primeiros dez quilos de leite diários. Durante as épocas em que isto não é possível por meio da pastagem direta, no local, a forragem disponível, composta de feno, alfafa ou restôlho de milho tem sido demonstrada suficiente, em experiências práticas. A segunda parte da ração, que consiste de leite de cada vaca, Considera-se suficiente para as Guernseys uma ração concentrada equilibrada de aproximadamente dois quilos por dia para cada cinco quilos adicionais de leite por dia, acima dos dez quilos básicos. Utilizando-se os ingredientes disponíveis na região, uma ração equilibrada de dois quilos poderia compor-se, por exemplo, de meio quilo de aveia, meio de milho, 750 gramas de linhaça e 125 gramas de farinha de sangue e osso. Em quase todos os países da América do Sul êsses cereais são produzidos na fazenda, ou adquiríveis a preço econômico e em quantidade, sendo a farinha de sangue e ossos obtida com relativa facilidade; a mistura para uma ração na qual a pro-

porção de amido e proteína são as indicadas para as Guernsey de alta produtividade. O único acréscimo que talvez se tornasse necessário é proporcionar às rezes certa quantidade de sal.

PROBLEMA DA FERTILIDADE

Entre os pecuaristas sul-americanos tem-se verificado alguma ansiedade pelo número de vacas estéreis constatado, o que agora se atribui em grande parte ao excesso de cálcio no alfafa cultivado em certas partes do continente, o que desequilibra a proporção mineral entre fosfatos e cálcio na alimentação dos animais. Os pesquisadores veterinários apontaram essa causa do mal e sugerem que se lhes proporcione quantidades suplementares de fosfatos, nas zonas onde há excesso de cálcio, assim restabelecendo o equilíbrio. A maneira mais prática de o fazer é talvez dar ao animal um sal que contenha fosfatos monocálcicos ou dicálcicos, em vez de sal gema comum, até que se verifique o reequilíbrio.

PRODUÇÃO

Ouve-se às vêzes falar muito a respeito de **records** individuais alcançados por certas vacas, porém quando isso sucede é em geral numa ocasião; depois não se ouve mais falar na campeã. Por outro lado, é relativamente comum que as Guernsey obtenham uma produção total que lhes dê direito ao Grã Diploma de Mérito com 45.356 quilos de leite e 2.249 quilos de gordura. Do ponto de vista do granjeiro não pode haver comparação entre o valor econômico de uma mera produção superior a 10.000 quilos de leite de baixo teor graxo e uma produção total comparável com a que se exige para um Grã Diploma de Mérito. Na Grã-Bretanha as Sociedades de Registros efetuam um registro para cada lactação, mas na ilha de Guernsey é registrado apenas uma lactação por animal, por ser inconômico, ou mesmo impossível, a pequena indústria de lacticínios sustentar uma vasta organização de registros. Convém que se tenha em mente esta diferença ao se examinar o pedigree e os registros de produção de leite do gado Guernsey.

SUCESSOS CONSEGUIDOS

Esta característica da Guernsey é exemplificada pelos resultados divulgados do Concurso Nacional de Rebanhos Leiteiros, levantado por um rebanho Guernsey em 1949, e no qual vem logrando distinção há três anos consecutivos. Em 1947 houve cinco rebanhos Guernsey entre os vinte primeiros de tôdas as raças leiteiras, com a média, para os cinco rebanhos, de 3 683 quilos de leite a 4,67 % de gordura. Em 1948 houve nove rebanhos Guernsey entre os vinte primeiros colocados, com a média de 4,25 quilos de leite de 4,73 % de gordura.

As últimas cifras, relativas a 1949, de nova incluem cinco rebanhos Guernsey entre os vinte primeiros, inclusive o primeiro e segundo lugares, sôbre todos os outros, com a média, para os cinco rebanhos, de 4.590 quilos de leite com 4,93 % de gordura. Entre os rebanhos oficialmente registrados pelos Anais de Produção Leiteira da Inglaterra e Gales, um rebanho Guernsey conseguiu em 1949, a média coletiva de 5.539 quilos de leite com 4,67 % de gordura para as vacas adultas e 4.545 quilos de leite de 4,29 % de teor graxo para vacas de primeira cria, em 305 dias de lactação. Os rebanhos que lograram estas cifras são localizados em fazendas afastadas entre si e, portanto, com administração diferente.

Os criadores de gado leiteiro da África, cujo senso prático é notório, experimentaram quase tôdas as raças britânicas de gado leiteiro, sendo opinião firme de um fazendeiro de grande experiência, estabelecido em Kenya, que nenhuma outra raça se compara com a Guernsey em mérito, para o fim que têm em vista. Pequenas granjas de Guernseys puros são mantidas em alto nível de eficiência e enriquecidas pela importação periódica de rezes da melhor estirpe, vindas do Reino Unido. Nessas granjas as fêmeas são consideradas primàriamente como mães de touro Guernsey de pedigree que serão por sua vez usados para cobrir gado indígena zebú ou mestiço, para melhorar êste último. O sistema está produzindo resultados excepcionais, utilizando Guernsey da grande capacidade demonstrada pelos Guernsey de resistir climas extremos, particularmente o sol tropical ou subtropical, o que provàvelmente se deve ao característico pigmento amarelo de seu couro.

GUERNSEY — RAÇA UNIVERSAL

Pràticamente não há lugar no mundo onde as Guernseys não se hajam demonstrado ideais como raça leiteira. Isto se aplica tanto ás rezes mantidas para melhora da raça ou usadas para mestiçagem das raças locais. Já provaram ser econômicas na alimentação, em relação á elevada produtividade total. Revelaram-se extremamente resistentes a tôdas as variações de climas, desde o sol tropical até a neve ártica, sendo ainda fáceis de manejá-las, correspondendo aos menores esforços de uma administração sadia. O teor graxo não só se mantém elevado como o sua presença e patenteada pela colorido atraente do leite, que possui maior valor vendável. São muito conhecidas pela sua longevidade, e a sua vida em rebanho é utilíssima, concebendo com facilidade e dando cria regularmente, em condições normais.

Uma valiosa doação à Bibliotéca da Sociedade Nacional de Agricultura

Da Exma. Sra. D. Margarida Dias Ferreira, viuva do esforçado colaborador da Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Roberto Dias Ferreira, que por mais de trinta anos a serviu como chefe da sua Secretária, acaba a Bibliotéca da Sociedade de receber uma das mais preciosas doações, de quantas lhe têm chegado, ultimamente: é que, dentre os livros e folhetos enviados, alguns teem especial significação para a Sociedade pois que na sua maioria são exemplares raros de edições esgotadas da instituição. A reconstituição da bibliotéca social nunca seria satisfatoria se as próprias publicações da Sociedade não figurassem em suas estantes. De alguns velhos consócios temos recebido muitos exemplares. Agora, porém, animam-se os que esperam ver a coleção editada pela Sociedade novamente à mão, para consulta, a atestar a sua notavel cooperação ás letras agrícolas do país, pois muitos deles vieram em meio a outros preciosos e raros trabalhos sôbre assuntos de interesse da agricultura e da Sociedade.

Muito obrigados, pois, à veneranda e ilustre Senhora, que com isto revela ser continuadora do carinho com que sempre a distinguio o seu digno esposo, e nosso companheiro de trabalho.

Eis a relação dos livros oferecidos:

Rev. "A Lavoura" encardenados: Ano 1929 — 1934 — 1936 — 1939 — 1934

Boletim	de	Agricultura	—	Série	32	— Ano	1931	—	numeros	únicos
"	"	"	—	"	34	— "	1933	—	"	"
"	"	"	—	"	35	— "	1934	—	"	"
"	"	"	—	"	36	— "	1935	—	"	"
"	"	"	—	"	37	— "	1936	—	"	"
"	"	"	—	"	38	— "	1937	—	"	"
"	"	"	—	"	39	— "	1938	—	"	"
"	"	"	—	"	40	— "	1939	—	"	"
"	"	"	—	"	42	— "	1941	—	"	"

"	"	"	—	Ano 22	—	jan. — dez.	1933
"	"	"	—	" 23	—	jan. — marc.	1934
"	"	"	—	" 23	—	abr. — jun.	1934
"	"	"	—	" 23	—	jul. — set.	1934

Rev. do Dep. Nac. da Produção Animal — Ano 1 — n.º 2 — 3 e 4 de 1934
" " " " " " " — " 1 — n.º 5 e 6 de 1934

Rodriguésia — Rev. do Jardim Botânico — Serv. Florestal
Ano VII — n.º 16 set. — dez. 1943
" VIII — n.º 17 marc. — jun. 1944
" IX — n.º 18 abril. — 1945
" X — n.º 20 dez. — 1946

Anais da 1.º Expos. Estadual de Lãs — realizada 9/12 dez. 1939 S. A. Uruguaiana — Sul,
Principais doenças dos Ovinos — Dr. Outubrino Corrêa — Bol. n. Jan. 1941 S. A.Sul.
Seleção Ovina — Conf. de Manoel M. Matos na Expos. — feira realiz. em out. de 1938. Bagé — S. A. do Rio Grande do Sul.
Tratamento de profilaxia da Gastrointerite verminosa dos Caprinos e Ovinos — Silvio Torres — S. I. A. — 1943.
Aspetos Econômicos da Ovinicultura — G. Veloso N. Vieira — Bol. 92 — jun. 942. F. A. R. S. U. L.
A Criação de Lanigeros e sua industria — Paschoal de Moraes — 1922.
A Cabra — Paschoal de Moraes — Tip. Carmo 55 — D. F. — 1920.

Pastagens para Suinos — Anacreonte Avila de Araujo — Bol. 8/10/939 — S. A. Gr. Sul
Regras práticas para alimentação racional dos Suinos — J. Pinto Lima — S. I. A. 942.
A Peste Suina — Dr. Vital Brasil — 1934.
Criação de Suinos — A. Teixeira Viana — S. I. A.
Os Suinos — Nicolau Athanassof — S. A. São Paulo — 1941.
Manual Prático da Criação de Porcos na America — F. D. Cuburn — trad. Salvador de Mendonça — S. Paulo — 1913.

O Farelo fino ou farelinho de arroz na alimentação dos Suinos — N. Athanassof — 942.
Exploremos racionalmente os Suinos — Armando Chelll — S. I. A. 944.
Pricipais doenças dos Suinos — Outubrino Corrêa — S. A. Porto — Alegre — 1942

Tratado de Galinocultura — Delgado de Carvalho — 1913 D. F.
Galináceos & Columbianos — Delgado de Carvalho — 1918 D. F.
Vamos Criar Galinhas — Otavio Domingues — S. I. A.
Avicultura — S. I. A. — 1942.
O raquitismo dos Pintos e certos erros de alimentação — José Reis — S. A. São Paulo 1942.
O mercado de Ovos no D. F. — Evaristo Leitão — D. E. Prod. 1936.
Fundamentos de l.ª conservacion de huevos refrig. — Pedro Menendez — Rev. Fac. Agr. 939.

Criação de Coelhos — Ernesto C. Santiago Junior — S. I. A. 1942.
Nações praticas para a criação industrial do Coêlho — Aldo Bartholomeu — S. A. S. P.

O Apicultor Brasileiro — Emilio Schenk — R. Gr. Sul — 1911 e 1923.
Orientação para o Sericicultor — Mário Thomé da Silva — S. I. A. 1941.
Curso Rápido de Sericicultura — Mário Vilhena — 939 — ministrado na E. H. W. Bélo.
Em Prol da Sericicultura — J. Nogueira de Carvalho — 1931.
Condições essenciais para ter êxito na criação do Bicho da Seda — M. Vilhena. S. I. A.
Organização de um Amoreiral — M. Vilhena — I. R. Seric. Barbacena.

A Saúva e seu combate — O. do Vale Rêgo e José Soares Brandão F.º — publ. 17 — 941
Demonstrações de processo dee combate á Saúva — D. N. P. Vegetal — 936.
Extinção das Saúvas — Pedro Corrêa Néto — memoria apres. Conf. Algodoeira 916.
Cruzada contra a Saúva — Luiz A. de Azevedo Marques — S. I. A. 1928.
A Ind. Pastoril em Pernambuco — Apolonio Peres — Recife — 1917.
Ordem Higiênica — Luiz Gonçalves Vieira — S. I. A. — 941.
A Ráça Schuyz — Guilheme Hermsdorff — S. I. A. 941.
A Ráça Bovina Normanda no E. R. Gr. Sul — tése XV. Congr. Rural realiz. em Porto Alegre, 24 a 29 de maio 1931 — Ataliba de Figueredo Paz — S. A. Gr. Sul.
Criação dee Gádo na Frisia (Holanda) S. A. Gr. Sul — Bol. 12 938.
A escolha da Vaca Leiteira — Coop. Ind. de Pec. da Bahia. 8 — 939.
Vantagens do descornamento do Gádo — Coop. Ind. de Pec. da Bahia — Publ. 3.
A Zebunização do Brasil — R. Fernandes e Silva — 2.º Congr. de Agronômia 939.
O cuidado com o Couro aumenta seu lucro — Coop. Ind. Pec. da Bahia — Publ. 1
Industria Pecuária — Memoria apres. ao Min. Agr. Pedro de Tolêdo por Edu. Cotrim.
Experiência de Engorda de Novilhos em Campo nativo — Bol. 96 abr. 942 — S. A. Gr. S

Piscicultura — R. von Hireing — 938.
Serv. de Piscicultura e de refloresameno e Postos Agricolas do Nordeste Brasileiro — Min. Vação — 932.
Memoria de la Comision Central de Investigaciones sôbre a La Langosta — 935 — La Nacion.
Reg. para o Entreposto de Pesca da Cidade do Rio de Janeiro — S. I. A. — 941.
Criação Racional da Carpa S. I. A. Hugo Cruz Mascarenhas — 941.
O fomento da Piscicultura entre nós — Ascanio de Faria e H. Muller — S. I. A. 940.
A Defumação do Pescado — Elzamann Magalhães — S. I. A. — 941.
Sururú da Lagôa Mundaú (Alagôas) Elzamann Magalhães — S. I. A.

Consideração sôbre a construção de uma Queijaria — Manoel Z. de Mesquita — S. I. A. 1940.
A utilização dos fermentos na Ind. de Laticinios — Manoel Z. Mesquita — S. I. A. 940.
Utilização do Leite desnatado na alimentação dos animais domesticos — Gabriel Mohabyi — S. A. São Paulo.
Para ter bom Leite não basta ter Vacas — J. N. B. Zany — S. I. A. — 942.
Aspeto atual da Ind. Laticinios no Brasil — Luiz Gonçalves Vieira — tése XI Congr. Nac. de Laticinios Berlim — Alemanha — agosto 937.
Manual de contrôle Leiteiro e Manteigueiro — Luis Fernando Ribeiro — Pará — 934.
O Leite suas industrias e falsificações.
Leite limpo — Inst — Pec. da Bahia publ. n.º 4.
Manteiga — Policarpo Rocha F.º — Dir. Est. Prod. — D. F. — 935.
Uniformização do Queijo de Minas — Ellydio F. de Castro e Manoel Z. de Mesquita
Coiho — Jorge de Sá Erap — S. I. A. 949.
O Queijo Chester ou Cheshire — Manoel Z. de Mesquita — S. I. A. 942.
Exame dee contrôle do Leite na fonte de produção — Jorge de Sá Earp — Dir. — Est. P. Prod. — D. F. 935.
Analise pratica da manteiga e margarina — J. de Sá Earp — Dir. Est. Prod. 935.

Manual prático de Adubação — A. Menezes Lobre — 937 — S. Paulo.
Irrigação Mecânica do Nordeste — Antonio Cunha Bayma — S. I. A. 941.
Pratica de fazer Feno — Ezelino Amadio Falzoni — S. I. A.

Breves instruções sôbre a Fenação e a cultura da Palma sem espinhos — Coop. Ind. Pec. da Bahia — 1938.
Ervilha Forrageira — Waldemiro Pimentel — S. I. A. — 941.
Forrageiras para Verão e Outono — Anacreonte Avila de Araujo — S. A. I. C. P. Aleg.
Forrageiras para Inverno e Primavera — Anacreonte A. de Araujo — " " (1940
Leguminosas Forrageiras "Os Trevos e Alfafas" — Anacreonte A. de Araujo — 938
Para substituir a Alfafa — Dir. Est. Prod. — 1933.
O Capim de Rhodes — Dir. Est. Prod. 1933.
O Capim de Jaraguá — publ. Secção Agrostologia e Alm. dos Animais — 1940 — D. F.
O Capim Colonião — Einar Alberto Kok — S. A. I. C. São Paulo — 1942.
O Capim Elefante — S. Agrost. Alim. Animais — 940.
Guiné Capins, Sempre Verde e Murumbú — S. A. A. Animais — 940.
Capim de Planta e Capim de Angola — S. A. A. Animais — 940.
Adubação Verde — Lourenço Granato — Ed. Monteiro Lobato — 1920.
Adubos Verdes — Outubrino Corrêa, bol. 26/10/939 — S. A. I. C. Gr. Sul.
O sublimado corrosivo no tratamento das sementes horticolas — J. Soares Brandão
Higiene Rural — Lamartine Antonio da Cunha — S. A. S. Paulo (S. I. A. 942.
Como obter o Azoto barato para a Agricultura — Genesio Pacheco — S. A. I. S. Paulo
Nova Fonte de prod. dos Adubos Organicos — A. Arruda Câmara — 1934.
A Influência dos "Elementos Raros" — na adubação das plantas — A. M. Sobr. 936.
Razões e emprego da Adubação — Renê Gouveia da Cunha — S. I. A. 943.
Erosão e seu combate — Wanderbilt Duarte de Barros — S. I. A. 1942.
Erosão em terrenos inclinados é um dos meios de combate-la — Julião B. Ramos.
Considerations sur la fertilité des terres agricoles et plus specialement. des terres Agesilines — tése Arthur Torres F.º — I. Agr. Roma — 1930.
Classificação dos Sólos em classes quando sua textura — 1.º Conrg. Agronômico Rio Gr. do Sul — dez. 1934 — Labiénio Jobim.
Erosão dos Solos — Labiénio Jobim — S. A. Rio Gr. Sul — 1941.
A Industria Pastoril no Ceará — Thomaz Pompeu Sobr. 1917.
Banheiro Carrapaticida — Coop. Ind. Pec. da Bahia — publ. 2.
O Contrôle arsenical do Banho Carrapaticida — Milton G. Guerreiros — Bol. 91. dez. 941 Sul.
Habronamose Gastrica e Cutanea — S. I. A.
Tratamento e profilaxia da Fébre Aftosa — S. I. A. 942.
Como combater o Berne — S. I. A. — J. Pinto Lima — 1942.
Péste de Secar — J. P. Lima — S. I. A. 1942.
Verrucosis (Bubas, verrugas) Camilo Hondelof —1939.
Notas Fito-Sanitarias — Eduardo R. Figueredo Junior — S. A. I. C. São Paulo 1942.
Os perigos do Cárbunculo Hemático — Waldemar Peixoto de Oliveira — S. A. I. D. Porto Alegre — 1942.
Palorose — José Reis — S. A. I. C. São Paulo — 1942.
O emprego Concentrados na alimentação do Gádo leitero — George Frederco Iaun Sep. Bol. Soc. Brs. Agron. jun. 941 — S. I. A. 1942.
A importância da Palma na alimentação do Gádo — Fernandes Silva — S. A. Pernambuco 931.
Elementos de Clinica Veterinária — palestra do Major João Diniz Moniz Barreto do Aragão — 24/7/915 — Imprensa Militar — Ilustração da 4.ª Expos. Nac. de Gádo do Rio de Janeiro.

Entomologia Florestal — Aristoteles Silva — S. I. A. 1941.
Aproveitamento racional das Florestas — Mansueto Koscinski — conf. 4/11/940 S. R. Bras. Soc. Rural Brasilera.
Praga nas Arvores de ornamentação pública do R. de Janeiro — Luiz A. de Azevedo Marques — S. I. A. — 1927.
As Florestas e as Chuvas A. Alvaro A. da Silveira — B. Horizonte — 1916.
Monografia sôbre Arboricultura — Salvador Calderon — Dep. B. Entomologico S. Salv.
Legislação Florestal — 1.º parte (Legislação Historica — 1789-1389) Paulo Ferreira de Souza — Dir. Est. Prod. — 1934.
Legislação Florestal 2.ª parte (Leis Florestais dos Estados) P. F. de Souza 1935.
Pragas e Molestias de Arvoredo Frutifero — tése 1.º Congr. Agron. R. Sul dez. 933 Ernesto Romma — Bol. 7 abril 934.
Sementes Florestais — Mansueto de Koscinski — S. A. I. C. São Paulo.
Código Florestal — D. N. P. V. D. D. F. 1934.
O Pinheiro Brasileiro na Silvicultura Paulista — Mansueto de Koscinski — S. Paulo.
Notas sôbre a cultura dos Eucalipitus — S. I. A.
Manual do Plantador de Eucalipitos — Navarro de Andrade — S. Paulo.
Cultura dos Eucalipitos — Luis Simões Lopes — S. Florestal — S. I. A. — 1942.
O Cultivo e Exploração dos Eucalipitos — M. Agr., — 1918.
Instruções cultura do Milho — S. I. A.
Notas praticas sôbre a cultura do Milho — Carlos Teixeiras Mendes — S. A. I. C. São Paulo.
Os carvões do Milho — José Sores Brandão F.º — S. I. A.
Industrialização dos Hibridos — Armando Chieffi — S. A. I. C. São Paulo — 1942.

O Milho e o seu aperfeiçoamento industrial — H. Kronenberg — Av. Rio Branco 66
Cultura e melhoramento do Milho — Leopoldo Pena Teixeira — S. I. A.

Cultura do Arroz — S. I. A.
Transplante do Arroz — Francisco Gonçaves Flores — S. A. Rio Gr. Sul.
Orientação Geral para Cultura do Arroz no E. S. Paulo — Hilário da Silva Miranda.
Cultura do Arroz — Americo de Mironda Ludolff S. I. A. 943 (S. A. de S. Paulo.
A Cultura do Arroz no E. R. Gr. do Sul — Dir. Serv. Insp. Agr. R. Gr. Sul.
Les Bois Indigenes de S. Paulo — Edmundo Navarro de Andrade e Otavio Vecchi 916
A cultura do Arroz no Mun. de Iguape — Ernesto Guilheme Yong S. Paulo — 1916.
Contribuição para o colbimento da Brusone do Arroz — S. A. Porto Alegre 939.
Lagartas nociva aos arrozais e capinzais — Paulo Fonsêca — sep. Bol. Agr. 940 S. Pau.

A Importância dos Trigos precoces para nosso meio — 1.º Cgr. Agr. S. Iwar Beckmann
Defesa dos Grãos alimenticios armazenados contra insetos nocivos — 945 S. A. S. Pau.
As perspectivas da cultura do Trigo no Brasil — bol. 83 — dez. 940 — S. A. Gr. Sul.
O problema do Trigo no R. Gr. Sul — Atalba F. Paz — S. A. Gr. Sul — bol 72 jan. 939
Dois novos Trigos — Iwar Beckmann — bol. 93 jan. 942 — S. A. Gr. Sul..
Contribuição para o estudo do fenômeno da marelidão nos Trigais do Sul do Est. d Rio Gr. Sul — Maximiliano Von Parseval — S. A. Gr. Sul 1939.
Instruções praticas para a cultura do Feijão Soja — Benjamim H. Hunicutt — Jornal Com. de 1938.
A Soja sua importância na alimentação seu emprego no pão — Benedito Bruno da Silva — S. A. do E. São Paulo — 1941.
A cultura da Soja no Brasil — Henrique Lobe — S. I. A. — 942 — Dir Est. Prod.

Meio e processos de combater o gorgulho dos Feijões, Favas, Ervilhos e Cereais Paulo Vieira Souto — S. I. A.
Os Feijões Mulatinho e Preto — H. Lobre — S. I. A. 1940.

A contribuição do consumidor para aperfeiçoamento do mercado de frutas — Evaristo Leitão e Romolo Cavina — S. I. A. 939.
Processos usados na embalagem de frutas no mercado D. F. — Evaristo Leitão — 1930.
O Comércio e os mercados de Frutas na Europa — Hannibal Porto — 1930.

A vinificação da Uva — Celeste Gobbato — S. A. Gr. Sul.
Notas sôbre a cultura da Videira — R. Fernandes e Silva — S. I. A.
Instruções sôbre a cultura da Videira — S. I. A.

Doenças dos Citrus — José Soares F.º — S. I. A.
Mosquistos transmissores de doenças infecçiosas — Luiz A. de Azev. Marq. — 929 S. I
Cultura da Laranjeira para exportação — Silvio Gomes de Brito — S. Paulo.
A podridão preta e a podridão peduncular dos Citruas — Raymundo Fernandes e Silva Dir. Est. da Prod. 1935.
A Viticultura Nac. o a Phylloxera — Manoel M. Fonseca — Sep. Bol. M. Agr. 24/4/35.
Influência de los frutos Citricos en la Alimentacion Humana — M. A. del Uruguay.

Notas sôbre a cultura da Mandioca — S. I. A.
Cultura da Mandioca — Aristides Caire — S. I. A. 1914.
Doenças da Mandioca no Nordeste — Josué A. Deslandes — Sep. Bol. M. A. fev. 1941.
Cultura e comercio da Batata — G. Veloso.
Doenças da Batata e medidas de prevenção — Josué A. Deslandes — S. I. A. 940.

O Algodão em Pernambuco — João Augusto Falcão — Dir. Est. Prod. 1935.
Cultura do Algodoeiro — L. Granato.
Cultura do Algodoeiro — Gustavo R. P. Dutra — S. A. São Paulo — 1916.

A cultura Cacaueira na Bahia — Gregorio Bondar — S. I. A.
Adubação dos Cacaueiros — A. Conturib — Centro Exper. Agr. do Kalisyndicakt Alem.
Defesa do Cacau Brasileiro — Jornal do Com. 1936.

O Caroá e sua importância na economia Pernambucana — R. Fernandes e Silva 932.
A industrialização das Fibras Texteis Leiberianas. Irvino W. Tibiriça — S. I. A 942.

Oleo de Oiticica — Antenor Machado S. I. A. 1940.
Notas sôbre a cultura da Oiticica — R. Fernandes e Silva — S. I. A.

Cultura da Cana de Açucar — Adrião Daminha F.º — Dep. N. P. V. 939.
Molestias Cryptogamicas da Cana de Açu. — Rosrio Avern Saccá — S. A. São P. 916.

A Tamareira — Pimentel Gomes — S. I. A. 941.
A cultura da Tamareira no Brasil — R. Fernandes e Silva — D. E. Prod. 1938.

O Coqueiro da praia — Pimentel Gomes — S. I. A.
O Côco — no mercado mundial e no Brasil — Julio Poetzscher — S. I. A. 1941.
Palmeiras nativas gênero Cocus na alimentação dos animais domesticos° — Inst. Pec. Bahia — Gregorio Bondar — tése 2.° Congr. Cr. Bahainos — publ. 6 — 1939.
Importância econômica das palmeiras nativas do gênero Cocus nas zonas secas do interior Bahiano — Gregorio Bondar — Ins. Central Fomento E. Bahia 1939.
Insetos nocivos e molestias do Coqueiro — Cocus nucifera no Brasil — bol. n.° 8. de 1940 — Gregorio Bondar — I. C. F. Econ. Bahia.
O Babaçú — os Est. Maranhão e Piauí — José de Viveiros — S. I. A.

O Amendoim — N. A. Neme — S. C. Sampaio — S. A. São Paulo.
Cultura do Amendoim — João Marques de Souza — S. I. A. — 1915.
Doenças e pragas do Amendoim — José Soares Brandão F.° — 1942 — S. I. A.

O Café — Silvio Ferreira Rangel — S. N. A. — M. Orosco & Comp. 1908.
O Café no 2.° Centenário de sua introdução no Brasil — D. N. Café — 1.°/2.° vol. 1934.
A politica econômica do Café — Crepory Franco — Ed. Coêlho Branco — 1944.
O problema Caféeiro de São P. e Pec. de Leite — Landulpho Alves. D. F. Prod. Animal
Roselliniose — doença do Cafeeiro — Jefferson Firth Rangel — Dir. Est. Prod. 1935.
A praga do Café no Est. de S. Paulo — Hilário Freire — Discursos proferidos na Câmara dos Deputados — S. Paulo 1918.

Cultura do Fumo — Luiz G. Gomes de Freitas — D. E. Prod. 1935.

Banana sua cultura e comercio no Brasil — Dep. N. Com. — 1932.

Cultura Comercio e Ind. do Abacaxí — Carvalho Barbosa — Chacaras e Quintais 932.
Doenças e pragas do Abacaxí — R. Fernandes e Silva — 934.
Notas sôbre a cultura do Abacaxí — S. I. A. 1941.

O Girasol — Alvaro Pompeu Tolêdo — Sep. Bol. Agr. 940 — S. Paulo.
O Girasol sua cultura e importância econômica — R. Fernandes Silva — S. I. A. 1942.

Mamona, a baga que vale ouro — Pimentel Gomes — S. I. A. 1940
O Mamoeiro e a Papaina — R. Fernandes e Silva — S. I. A. 1936.

Doenças do Marmeleiro — Josué Deslandes — Dir. Est. Prod.

A Septoriose do Tomateiro — José Sodré Brandão F.° — S. I. A. 1942.

Cartilha do Lavrador, José Osório de Souza Juidor — S. I. A. 1942.

Prod. e consumo de Hortaliças em S. Paulo, Poetzscheer — S. I. A. 941.
Especies Horticolas — Itagyba Barçante — S. I. A.
Abrigamento dee plantações — Julião Barroso Ramos — S. I. A 1940.
Adubação das Hortas — Otto Lyra Schader — S. I. A.

Ervilha de Vaca ou Cow-pea — S. I. A.

Plantas medicinais Brasileiras — Eurico Teixeira da Fonseca.
Plantas anti-leprosas — João Gonçalves Carneiro — Inst. Biologico 1939 S. Paulo.
Cultura das Plantas em vasos — M. A. Petit — Lisbôa — 1921.
As riquesas do Brasil — Dep. Nac. Com. 1935
Notas e Anotações — Francisco Canéla — Ed. Norte — 1923
Rumo á terra — Fabio F. Luz — A. Coêlho Branco — 1936
As Plantas Ornamentais da Flora Brasilica — F. C. Henne Sep. Bol. Agr. S. A. Paulo.
Timbós e Rotenona — Adrião Caminha F.° — S. I. A.
Valor fertilizante dos Alimentos — Jorge de Mélo Sabugosa — Sep. bol. Soc. Bras. Agr. — jan. 1941 — S. I. A.
Substancias Tamantes — José Sótero Angelo — S. I. A. 1942.
Substancias Alimentares de Procedencia Animal — S. A. São Paulo — 1941

O Mate — Francisco Leite Alves Costa — Dir. Est. Prod. 1935.
Le Maté — A. Moreau de Tours — Ed. G. Steinheil — Paris — 1904

Doença da Cebôla — J. P. da Costa Néto — S. A. I. C. Porto Alegre — 1941.
Notas sôbre a cultura da Cebôla — S. I. A.
Breves Instruções sôbre a cultura da Bragantia — Eurico Fer. Viana — S. I. A. 942.
A Guaxima — Admar Lópes da Cruz — S. I. A. 1942.
O Guaraná sua cultura e Ind. Frederico Schimidt — S. I. A. 941.
Breves informações sôbre a Piptadenia Comunnis — (Jacaré)

No Mundo dos Insetos "Vespa" — versus lagarta — Luiz A. de A. Marques I. B. D. A.
Morcegos da família "Desmodontidae" — Silvio Torres — Sep. D. N. P. A. 935) 1932(.
Cigarrinha nociva a varias espécies vegetais — Luiz A. de Azevedo Marques — Inst. Biol. Def. Aric. — 1928.

Problemas da la Culture Cotonnière — Inst. Int. Agr. — Roma — 1922.
A Produção Agrícola do Brasil — Benjamim H. Hunnicutt — Soc. Nac. Agr. 1925
Plano Geral de Organização Agraria — Dir. Org. Def. Prod. — Bol. 2 — 1934.
Atividades do Dep. Nac. da Prod. Animal — Landulpho Alves — 1936.
A conservação das máquinas Agrícolas — J. Quitiliano de A. Marques — S. I. A. 942.
O Ensino Agrícola no Brasil — 1926 Arthur Torres F.º — 1926.
Almanaque Agrícola do Brasil — 1992.
Noções elementares de Agric. e Higiene — E. Parisel.
Saneamento do Brasil — Belisário Pena — Ed. Jacinto R. Santos — 1923.
O Homem na Usina Catende — 1941.
Questões Econômicas — Afonso Costa — I. Nac. 1918.
Economia Nac. e Nacionalismo Econômico "Comercio do Cafe Paulista no Oriente Nicolau José Debané — S. Paulo — 1917.
O Cooparativismo no Mundo no Brasil em S. Paulo — Luiz Amaral — S. Paulo 934.
O Crédito á Prod. e a reforma do Banco do Brasil — Alde Sampaio — 937.
Chumbo e Prata no E. S. Paulo — Othon Henry Leonardos — S. A. São Paulo.
A carreira Agrícola — H. Piquet — Soc. Bras. para animação da Agric.
Concreto Armado — Aloysio de Freitas — S. I. A. 944.
Breves notas sôbre as condições gerais do Mun. de Itaguai — Vicente Mayo de Maia S. I. A. 944.
Instalações de Gazogênios em Caminhões de Transporte S. I. A. 940 — C. A. Basthon
Decr. Leg. 2.933 de 6 de jan. 1915 — Regula a propriedade das Minas — Bol. Serv. Economia Rural — Ano I — n.º 2 — 943.
Informações sôbre o expurgo dos Produtos Agrícolas em Câmaras a Vacuo Parcial Raul Gomes Pinheiro Machado — publ. Est. Prod. 1934.
Bário — Othon Henry Leonardos — D. Est. Prod
Fórmula de Estatutos de Uma Coop. de Trabalho — Serv. Insp. Fom. Agr. 931.
Duas novas especies de Ipomvea — F. C. Hehne — S. A. São Paulo.
Aspectos da Economia Rural Brasileira — Dir. Serv. Insp. Fom. Agr. 1922.
Culture et exploitation du Caoutchouc — au Bresil — V. Cayla 1913 — Peris.
Guia para Contabilidade Agrícola — para uso dos Cr. em Agr..
Os magnos problemas de nosso "Hinterland" Walter Wolf Saur Esco. Agr. de Lavras
Cursos de Monitores Agrícolas — L. B. A.
Regimentos dos Aprendizados Agrícolas — S. I. A.
Da Ecologia — Raul Briquet Junior — S. I. A.
Manual dos Advogados. Fazendeiros Agricultores e Criadores do Brasil — Alvaro de Figueiredo — Paulo 1920.
Relatório apresentado ao Dr. J. T. de Assis Brasil — Min. Agr. por Arthur Tores F.º Dir. Serv. Insp. Fom Agr. 1930.
Anuários da Soc. Bras. Agronômia — Vol. 1 — 930 "Questões Agrícolas do Brasil"
Almanaque Agrícola Brasileiro — 1918.
A. B. C. do Agricultor — Dias Martins — Impr. Nac. 922.
Pequeno Trabalho de Agricultura Tropical — H. A. Alford Nicholl Trad. Pernamb. 906
Expansão Econômica do Brasil — Arthur Torres F.º S. N. A. — 935.
Consultor Agrícola — Alvaro da Silveira — Belo Horizonte — 918 — 2.ª Edição.
Entomologia Agrícola Brasileira — Carlos Moreira — Ins. Biológico — 921.
Anais do IX Congr. Rural e do Extraordinário — 3 a 7 out. 935 F. R. Sul.
Anais do IX Congr. Rural e do Congr. Rual Extraordinário 3 a 7 out. 935 F. A. R.Sul
Coop. Agrícola — Fábio Luz F.º — S. I. A. 932.
Missão Econômica Brasileira ao Japão — Rel. Eurico O. Melo e Plinio G. Kroff. F. A. R. S. U. L. 937.
O Rio S. Francisco — S. I. A. 942.
Higiene Suburbana e Rural — A. de Padua Dias — S. A. São Paulo.
Falhas do Direito de Propriedade no Brasil — M. P. de Siqueira Campos S. A. São P.
Fórmulas Estatutos de Coop. de Panificação — S. I. F. A. Agr. Tip. S. Benedito — 931
Plano Geral de Organização Agrária — D. O. Def. Prod. 934.
Estatísticas Agrícola — S. I. F. Agrícola — S. I. F. Agrícola — 924.
Cultura dos Campos — J. T.d e Assis Brasil — Soc. Bras. Animação Agricultura — 905
Agricultura Geral — Hubert Puttemans — Impr. Michel Despret — Nevelis Belg. 925
Monografia Agrícolas — Joaquim Carlos Travossos — Vol. III — I.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

O inesquecível sociólogo Alberto Torres, com verdadeira visão profética, na sua obra "O Problema Nacional Brasileiro", proferiu um conceito lapidar: "O Brasil tem por destino ser um país agrícola; tôda ação que tender a desviá-lo dêsse destino é um crime contra sua natureza e contra os interêsses humanos".

Mais ainda: "As sociedades humanas estão já pagando, com a carestia da vida, pesado tributo ao desaproveitamento do sólo e do braço humano, à atividade infecunda e à inércia do maior número; uma das mais graves consequências da política do capitalismo, das especulações mercantis, da febre de enriquecimento."

Pois bem. Procurarei evidenciar pelos ensinamentos da história, quanto de verdade se encontra no conceito daquele eminente sociólogo, porquanto, até hoje, não instituímos um programa econômico nacional, capaz de acautelar o país das invasões econômicas e do imperialismo financeiro de outros povos mais fortes do que nós, o que seria o objetivo principal do Conselho Nacional de Economia criado pela Constituição.

Há quem condene Portugal por não ter sabido aproveitar-se de suas conquistas, cuidando seriamente da colonização e, por conseguinte, da agricultura.

Êsse fato se verifica em relação ao Brasil na fase colonial, sendo certo que a tradição portuguesa não era a de um povo de agricultores, onde o domínio mouro e o regime feudal impuseram a escravidão do camponês, tirando-lhe o incentivo para o trabalho da terra.

Dêsse modo, ao se iniciar a fase dos descobrimentos no século XV, viu-se Portugal impelido para o mar e com o seu território de terras pouco produtivos e já exaustos, tornou-se difícil a exploração da agricultura.

Diante de tais condições do solo português, iniciados os descobrimentos marítimos, fácil será compreender, em face do espírito heróico e aventureiro da raça, se visse ela desde logo voltada para o Oceano.

Descobertos os tesouros das especiarias das Indias e das minas do Brasil precipitou-se a queda da agricultura em Portugal, que entrou em franca decadência com vultuosa imigração para as colônias.

Diante disso, não é de extranhar fizessem os portugueses muito pouco pela organização da agricultura no Brasil. Desde seu início teve a agricultura a estrangulá-la os monopólios do comércio e da navegação, que aliás sempre constituíram os principais elementos da política de conquista dos povos daquela época.

Outra coisa não era de esperar, já da própria tradição do povo português, já porque empolgava o seu govêrno a obsessão de alargar os domínios coloniais, sucedendo-se arriscadas expedições, que percorriam os oceanos em direção da Ásia e da Africa.

Se é exato, que não houve um plano metódico de colonização do Brasil; se nos primeiros tempos o comércio clandestino do pau-brasil proporcionava a riqueza e, até mesmo, se tornou possível a exploração do ouro; passada a primeira fase que se seguiu ao descobrimento, os colonizadores, em breve prazo, tiveram que voltar as suas vistas para a exploração das terras.

O Brasil não podia oferecer as mesmas facilidades que as Indias ao comércio, porquanto nas Indias havia uma civilização milenária e um comércio organizado, de modo a permitir aos colonizadores um tráfico com os naturais, explorando as especiarias, os metais e as pedras preciosas.

Não aconteceu o mesmo coisa, em relação ao Brasil, os seus naturais ainda se encontravam em um estado rudimentar de civilização.

Cêdo tiveram que se convencer os colonizadores de que a conquista da terra de Santa Cruz só se poderia realizar com a fundação da agricultura.

A exploração da terra se apresentava assim como uma consequência inelutável do meio, de que se não tinha para onde fugir.

E os fundamentos econômicos do Brasil, tal como parece ainda hoje, tiveram que repousar na agricultura.

Os dois primeiros centros de colonização no Brasil foram S. Vicente e Piratininga, fundadas por Martim Afonso de Souza, em 1532, pois até então só existiam no litoral do país feitorias de caráter provisório.

Promoveu a construção de casas, fez distribuir terras e sesmarias, introduziu castas de animais domésticas, trouxe a cana de açúcar da Ilha da Madeira e muitas outras variedades de plantas.

Em virtude das dificuldades havidas na fundação dêsses dois núcleos, D. João III resolveu recorrer às capitanias hereditárias, mediante amplas concessões dadas com a obrigação dos concesionários cultivá-las, objetivando a metrópole antes explorar as riquezas da colonia do que mesmo efetivar uma colonização em bases seguras.

Eram os donatários verdadeiros senhores feudais da Idade Média, transplantando-se para o Brasil um regime condenado na Europa.

Em 1538, devido ao insucesso da colonização foi criado o primeiro govêrno geral com Thomé de Souza, para realizar a centralização política e administrativa do Brasil.

Apesar das controvérsias entre naturalistas e historiadores, muitas plantas agrícolas que hoje cultivamos (como milho, fumo, mandioca e outras mais) já eram exploradas, embora rudimentarmente, pelos indígenas, pela época do descobrimento.

Graças à uberdade do solo, à excelência do clima foi fácil aos colonizadores portugueses ensaiar no Brasil culturas de plantas européias e muitas outras trazidas das ilhas atlânticas. Dêsse modo vieram, a cana de açúcar (que seria mais tarde nossa maior riqueza agrícola no período colonial), o trigo, o arroz, o coqueiro e inúmeras árvores frutíferas.

"O advena — no dizer de Oliveira Viana — encontrou aqui, sob um céo limpo, uma natureza áspera, selvagem, de difícil domesticação mas também fecunda, abundante e inexaurível em tesouros alimentares."

O pastoreio, antes da agricultura, por exigir esta uma situação econômica mais estável, surgiu como o meio de vida mais generalizado.

E' certo que nem todos podiam construir engenhos ou viver do comércio nas cidades do litoral.

Tôdas as condições se apresentavam favoráveis à criação de gado — bons campos nativos, clima amena, abundante rêde hidrográfica — daí porque as raças pastoris se aclimataram e ràpidamente povoaram os campos.

O gado, na opinião de Oliveira Viana, como ainda hoje acontece, constituiu o principal agente de desbravamento, da nossa terra; êle precedia à plantação do canavial e à plantação cerealífera.

Não foi sempre possível operar-se sem tropeços o desenvolvimento da agricultura, pois a sanha do ouro nunca arrefeceu de todo na ânima dos aventureiros, que procuravam a Colônia.

E com que elementos se teria fundado a agricultura no Brasil?

Preliminarmente se tinha que cuidar da colonização; mas, se às plagas da Colônia aportavam elementos bons, também vinham em grande número, degradados e criminosos, completando êsse quadro triste as escravidões "vermelha" e "negra", esta última implantada desde o estabelecimento das capitanias, quando a primeira começou a falhar e se tornou insuficiente.

O elemento negro apareceu como uma necessidade para solucionar o problema do trabalhador agrícola no Brasil.

Como fatores de perturbação da vida da Colônia têm-se que salientar as guerras contínuas com os selvícolas e os estrangeiros.

Ainda no seu primeiro século de existência colonial, o Brasil foi colhido por extremas dificuldades econômico-financeiras, pois ainda mal alicerçada a sua economia, viu-se sacudido por lutas constantes contra franceses, ingleses, espanhóis e holandeses.

Certamente que outro seria o desenvolvimento da colônia se não fôssem essas lutas; tendo o domínio holandês, por mais largo e estável, trazido algum benefício à riqueza do Brasil onde se localizou.

Êsse período da nossa história foi sombrio, poucos lucros tendo podido auferir a Metrópole da Colônia. Explica-se assim porque o Brasil não pôde ter grande desenvolvimento econômico no século XVI.

Cumpre salientar entre 1581 e 1640 o domínio da Espanha sôbre Portugal, e êsse acontecimento muito influiu para retardar ainda mais o progresso do Brasil, que se via apoiado apenas na sua atividade.

Apesar disso tem-se o progresso agrícola em algumas capitanias, como Pernambuco e Bahia, crescendo a exportação ao longo do litoral. Constituíam objeto de cultivo a cana de açúcar, que servia para o preparo do açúcar, o fumo, a mandioca, o algodão, no preparo de tecidos grossos, cereais, cacau, gengibre, etc., chegando a haver no Brasil certo grau de prosperidade.

Enche grande parte do século XVII, de 1642 a 1654, o domínio holandês, cuja conquista no Brasil se fez por intermédio da Companhia das Índias Ocidentais.

Grandes perturbações ocorreram em seguida à conquista de Pernambuco e as demais capitanias vizinhas, sucedendo-se um longo período de guerras, acarretando graves prejuízos à agricultura, justamente na região mais agrícola.

Dá-se, em 1630, a nomeação de Maurício de Nassau para Governador Geral, e por tratar-se de um hábil militar e excelente administrador verificou um sensível progresso nas capitanias sob o domínio holandês.

A produção do açúcar cresceu sensivelmente e, em consequência, as rendas públicas.

Como quisessem os holandeses alargar os seus domínios, organizaram expedições para a conquista de outras capitanias, registrando-se mais tarde a decadência econômico-financeira da região conquistada.

Em 1644 Maurício de Nassau deixa Pernambuco e regressa à Europa.

Seguem-se anos de contínuas agitações, desencadeando terrível luta pela expulsão dos holandeses, que determinou a paralização das fontes de produção.

Em 1654, com a capitulação da Taborda, dá-se a expulsão dos holandeses do Brasil, cessando o seu domínio.

O elemento trabalhador estava representado, na sua maior parte, pelo índio escravizado, porque, devido à guerra com a Holanda, o tráfico africano quase que tinha cessado.

Por essa época se encontrava a agricultura em franca decadência.

Até fins do século XVII — segundo Rocha Pombo — as indústrias no Brasil estavam limitadas às do açúcar e do algodão.

"A economia geral — declara êsse historiador — estava constituída pela pequena lavoura e pelo grangeio de produtos nativos sôbre os quais caíam o fisco e o abuso das autoridades, tornando penosas as condições do trabalho, e só favorecendo a astúcia especuladora dos poucos que tinham por si a indulgência e a proteção dos financeiros".

"Estado e sociedade — na opinião de Oliveira Viana — estavam divididos em três classes: a senhorial, a dos homens livres, possuidores de domínios e a dos escravos, operários agrícolas."

"Até meado do século XVII os Paulistas — declara Mattoso Maia — lucravam mais com as expedições para escravização dos índios e contra as reduções dos jesuítas do Paraguai e Uruguai do que nas suas tentativas de encontrar ouro".

Pode-se dizer, por tudo isso, que não era boa a situação econômica do Brasil, ao findar o século XVII.

Ao século XVIII não será exagêro chamar-se de século do ouro, muito principalmente na sua primeira metade.

Até então, segundo Oliveira Viana, **os engenhos de açucar e os currais haviam constituído os fatores decisivos do nosso povoamento**.

Com o advento das minas, surge um fator novo e decisivo de desenvolvimento do interior, atraindo o elemento trabalhador com o abandono das fazendas.

Dentro em pouco se fazia sentir a **febre do ouro**, com todo seu cortejo de males, fazendo com que o Brasil perdesse muito, com a diminuição das explorações agrícolas, escapando-lhe o monopólio do açúcar.

Existiam no Brasil, em 1711, conforme Varnhagem, 1 500 engenhos de açúcar, que produziam 37 000 caixas de 35 arrobas, rendendo a lavoura de cana mais de três milhões de cruzados.

Com o aparecimento das minas, o eixo econômico do país até então fixado no Norte deslocou-se para o Sul.

Embora a exploração das minas se fizesse sem ordem nem lei, apesar disso, constituiu fator preponderante no povoamento do Brasil.

Com a elevação ao trono de Portugal, em 1750, de D. José, foi chamado para Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) que, dotado de grande inteligência e capacidade administrativa, voltou sua atenção para o Brasil, pra-

ticando medidas que podem ser consideradas como tendo sido de incontestável vantagem para a Colônia.

Figura muito combatida, pela obstinação e audácia das medidas que adotava, como também exaltada por outros, dentre os atos do Marquês de Pombal considera-se como de maior repercussão na época a supressão da Companhia de Jesus e expulsão dos Jesuítas. Desde 1549, que os Jesuítas vinham prestando notáveis e indubitáveis serviços à obra benemérita de civilização da Colônia.

Os nomes de Nóbrega, Anchieta, Antônio Vieira e outros ficaram para sempre ligados à história do nosso país.

"Foram os Jesuítas — na opinião de Lemos Brito — os que introduziram os primeiros rudimentos de indústria no Brasil, os que encaminharam por processos inteligentes a agricultura, os que deram ao país as mais importantes construções nos seus colégios e nos seus templos. Todo êsse labor eles o exercitaram com os índios, que depressa se transformavam em excelente obreiros ou artífices."

Citam-se muitos serviços prestados pelo Marquês de Pombal em benefício do Brasil, destacando-se, por exemplo, a reversão ao Estado das diversas capitanias que se achavam ainda em poder dos herdeiros dos donatários.

A história registra também atos de extremo rigor praticados por Pombal e acobertados pelas leis da época.

A descoberta das minas de ouro abalou Portugal e o Brasil. Nada mais seria capaz de deter a corrida para o interior, desorganizando a agricultura e muito principalmente a indústria do açúcar.

No Brasil a febre do ouro — declara Moreira Telles — fazia estiolar a agricultura desamparada e levava aos campos de Minas a desordem e o crime. Sob os desvários da Metrópole acumula-se a miséria, e a colônia era vítima de fazer riquezas.

Isso significa que, mesmo na época em que mais intensa era a exploração do ouro, portanto, quando deveria existir maior riqueza, o abandono da agricultura com o afluxo de braços para as minas, ficou-se uma situação de miséria para o Brasil.

Da exploração do ouro, na opinião exaltada de alguns dos nossos historiadores além de outras vantagens, veio concorrer decisivamente para o povoamento dos nossos sertões teve o inconveniente que se não deve deixar de assinalar, da desorganização e decadência da agricultura e, por conseguinte veio trazer o atrofiamento do progresso econômico do país.

Não se póde negar, é certo, que ao influxo do movimento minerador se deve, em grande parte, o povoamento do nosso interior.

Como assinalam alguns dos nossos sociólogos, dentre eles Oliveira Vianna, as incursões no interior e o seu povoamento, já se faziam com as explorações pastoris e agrícolas, muito antes da descoberta das minas de ouro.

A produção colonial do ouro, de acôrdo com o Barão Von Eschwege de 1700 a 1820, foi de . . . . 5.240 924 grs. podendo-se dizer, excetuando o concurso trazido à colonização, bem pouco benefício trouxe ao país. Outro tanto se poderia dizer da exploração de diamantes e das pedras preciosas. O Dr. Pandiá Calógeras avalia o ouro extraído no Brasil até 1896, em 910 283 quilos.

Calculando cada grama de ouro em 1$200, tem-se 38.005 827$000 que, em relação ao capital empregado, dá um saldo de 16 371 672$400.

Já na segunda metade do século XVIII omorte ou o febre do ouro e a agricultura voltava a merecer a atenção da Metrópole. Ela estava, entretanto, fortemente onerada de impostos.

O algodão e o arroz no extremo norte, o açúcar e o fumo em Pernambuco e a indústria açucareira na Bahia e Rio voltaram a ser objeto de preocupação dos habitantes.

Caracterizava-se o domínio colonial por três aspectos principais, que impediam a formação da riqueza econômica do país: o monopólio do comércio e da navegação, o trabalho escravo e o livre exercício das profissões industriais.

Suportavam os artigos de produção da Colonia excessiva tributação, procurando a Metrópole arrecadar o máximo de rendas.

No fim do regime colonial, declara Vitor Viana — Lavra terrível despotismo econômico. O regime metropolitano monopolizava as rendas de uma porção de produtos, de quase tudo que o Brasil importava em grande quantidade, monopolizava a navegação centralizadas quase tudo em Lisbôa regularizava a exportação, cujas remessas dependiam de fiscos draconianos".

Acrescenta ainda. "O regime era opressor, lesivo, e obstrava de todas as idéias que iam dominando na Europa e iam sendo aplicadas nos Estados Unidos. Enquanto se extinguiam barreiras nas grandes nações da Europa aqui, de capitania a capitania, havia uma porção de impostos vexantes que impossibilitavam em muitas casas a livre circulação de mercadorias. Não podiam os brasileiros plantar oliveira, cultivar trigo, fiar e tecer o seu próprio algodão, para que se enriquecessem com os preços do monopólio os produtores portugueses e os intermediários de Lisbôa, queriam comprar em Londres por um para os vender por mil".

Eis qual era a situação do Brasil no decurso de três séculos de domínio colonial, quando as ecos dos ideais de liberdade, no fim do século XVIII e começo do século XIX, com a revolução francesa e a independência americana, chegavam ao Brasil.

Grandes acontecimentos políticos e sociais se dariam no século XIX, a começar pela transmigração da Família reinante de Portugal para o Brasil, fugindo à guerra napoleônica desencadeada na Europa.

Transfere-se para o Brasil a séde da monarquia portuguesa, o que veio apressar a abolição do regime colonial.

No manifesto que fez publicar de guerra à França, D. João VI dizia: "A côrte levantará a sua voz do seio do novo Império que vai crear."

A permanência de D. João VI no Brasil durante treze anos assume, sem exagêro, pelas medidas por ele adotadas, as proporções de verdadeira revolução social, política e econômica.

Bastará que os enumeremos: decretou a abertura dos portos (20 de janeiro de 1808), de importância incalculável para o futuro desenvolvimento do Brasil, permitiu o livre estabelecimento de fábricas e indústrias (1 de abril de 1808); concedeu relativa liberdade ao comércio interno; cuidou do problema dos transportes, animou a agricultura diminuindo os impostos que a oneravam, creou um curso de agronomia na Bahia (1814); facilitou a vida comercial com a creação do Banco do Brasil; isentou de impostos a matéria prima importada e aboliu os impostos de exportação para os produtos nacionais.

Deve-se reconhecer que o período da permanência de D. João VI no Brasil, que vai de 1808 a 1821, foi dos mais fecundos da nossa história econômica, apesar do fausto da sua côrte, e da dependência em que sempre esteve da Inglaterra

A sua política financeira tem por vezes merecido reparos, mas foi quem lançou as bases do nosso direito orçamentário.

"Na chegada de D. João VI, havia ouro e prata em abundância, pouco cobre, e o meio circulante, era puramente metálico. Na sua partida, o ouro e a prata haviam quase totalmente desaparecido da circulação, e o país estava inundado por notas do Banco e moedas de cobre falsificadas.

O câmbio tinha descido de 84 a 48 ds. e o ouro e a prata, até o cobre tinham subido a um grande ágio sôbre as notas do Banco (notas inconversíveis ou de curso forçado)". (J. J. Sturz, citado por Amaro Cavalcanti, no trabalho "A vida econômica e financeira do Brasil" — conferência — 1915).

Ninguém pode contestar que, a partir da vinda de D. João VI, principalmente com a abertura dos portos, o Brasil adquiriu novas fôrças, alcançando grande desenvolvimento econômico.

Há quem considere que deixamos de ser colônia a partir da transplantação da Côrte para o Brasil.

"O Brasil todo contava então — diz Varnhagen — três milhões de habitantes, dos quais quase a terça parte eram escravos.

A sua exportação se reduzia: 1.º a do açúcar — 9.000 caixas do Rio, 20.000 da Bahia, 14.000 de Pernambuco e 1.000 de Santos, 2.º 70.000 sacas de algodão, sendo 40.000 de Pernambuco, 16.000 do Maranhão, 10.000 da Bahia e 4.000 do Pará e Rio; 3.º noventa e tantos mil arrobas de café, quase todo produzido no Pará pois do Rio apenas se contavam 3.200 arrobas; 4.º oitocentas e tantas mil arrobas de cacau, 5.º 5.600 arrobas de anil, além de tabaco, pau de tinturaria, madeiras de construção, alguma salsaparrilha, copaíba, goma e outros artigos de menos monta".

Não eram bôas, por essa época, as condições de Portugal, agravadas pelas suas condições financeiras e pela invasão estrangeira. De bem pouco lhe valiam as colônias asiáticas e africanas. Isso determinou um forte êxodo para a América, mão grado todas as medidas em contrário para coibi-lo. Era evidente que a colônia, pela sua extensão, população e riqueza já valia mais do que a Metrópole.

O regresso de D. João VI para Portugal dá-se em 26 de abril de 1821, entregando a Regência do Brasil ao seu filho D. Pedro.

"A população do Rio de Janeiro — declara Mattoso Maia — sofreu uma diminuição muito sensível, tanto em número como em importância dos habitantes, que se tinham retirado. Além da nau D. João VI, que levava a Família Real, tinham também seguido as fragatas Carolina e Princeza Real, seis charruas, muitos transportes e embarcações mercantes, conduzindo cerca de 4.000 pessoas, que repentinamente deixaram as plagas do Rio de Janeiro, levando os cabedais que podiam, e esses em ouro. Esses capitais retirados de chofre deviam produzir falta bem sensível ao Banco do Brasil e ao comércio".

O afastamento de D. João VI determina modificação profunda na vida do país, não só política como econômica, em consequência da interrupção do programa por êle até então seguido.

Em Portugal era crença geral que tinham sido excessivas as prerrogativas concedidas ao Brasil durante a permanência nele de D. João VI. Daí o tentarem suprimir as liberdades conquistadas pelo país, praticando-se até mesmo promover a sua recolonização e ocupação pelas armas.

Exigiu-se que D. Pedro regressasse a Portugal, quando ele já se achava identificado com os interesses do Brasil.

Em manifesto de 6 de agosto de 1822 dizia D. Pedro I que "queriam que os brasileiros pagassem até o ar que respiravam e a terra que pisavam. Sempre quizeram os europeus conservar este rico país na mais triste e dura dependência da Metrópole, porque julgavam ser-lhes necessário estancar ou pelo menos empobrecer a fonte perene de suas riquezas".

Acentuavam-se cada vez mais as divergências na opinião pública do Brasil em relação a Portugal, até que D. Pedro se viu coagido a desobedecer às ordens da Côrte de Lisbôa, precipitando-se os acontecimentos cujo epílogo foi a proclamação da independência em 7 de setembro de 1822.

Funda-se o Império sendo D. Pedro coroado Imperador em 10 de dezembro desse ano, inaugurando-se a dinastia dos Bragança na América.

Devido à intervenção da Inglaterra, D. João VI, por Decreto de 27 de agosto de 1825, reconhece a Independência do Brasil.

Atravessou o país uma fase de grande efervescência de paixões, quando tinha que se organizar para a vida de independência que alcançara. Embora corajoso, D. Pedro I não reunia predicados de administrador, contando embora com a colaboração de eminentes homens de Estado.

Estava fadado que não seriam tranquilos os primeiros anos do Império, em razão das sedições militares, das lutas com as tropas portuguesas, até sua final expulsão do Brasil.

Em uma fase agitada como essa, muito pouco poude o país conseguir em pról do seu desenvolvimento econômico.

A crédito desse primeiro reinado, na intenção de impulsionar a agricultura, tem-se que registrar algumas medidas como a instalação de colônias alemãs no Rio Grande do Sul, a concessão de sesmarias em Santa Catarina, a creação de estabelecimentos para vulgarisar conhecimentos de agricultura e algumas outras providências de menor importância.

Em 7 de abril de 1831 retira-se D. Pedro para Portugal, abdicando em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara que tinha a idade de 5 anos, nomeando a José Bonifácio de Andrada e Silva tutor de seus filhos.

Foi pelo Congresso instituida a Regência provisória, tornado mais tarde definitiva.

Em 12 de agosto de 1834 foi votado o Ato Adicional à Constituição do Brasil creando um só Regente em vez de três.

Realisada a eleição, a escolha recaiu no Senador Padre Diogo Antonio Feijó, cujo proclamação de Regente do Império teve logar em 12 de outubro de 1835.

Revelou-se Diogo Feijó um grande estadista, de rara energia, contendo a dissolução do Império ante as grandes perturbações políticas e militares.

Na opinião de Feijó, a falta de respeito à autoridade excitava geral clamor, as instituições vacilavam, o cidadão vivia receioso e assustado; o vulcão da anarquia ameaçava devorar o Império. Diogo Feijó é substituido na Regência, em 19 de setembro de 1837, pelo Senador Pedro de Araujo Lima.

Foi Feijó "quem, por assim dizer, fundou aqui o poder civil, quem estabeleceu em nossa Pátria o prestígio da autoridade e da lei; quem deu à nacionalidade a sua integração atual".

Conquanto fossem de extremas dificuldades o governo regencial, assim mesmo alguma coisa foi feita pela educação da mocidade creando escolas. Foi nessa época foi fundado o colégio Pedro II, inaugu-

rodo a 25 de março, e o Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, instalado em 21 de outubro, ambos essas creações tendo tido logar em 1838.

O periodo da Regência vai de 2 de abril de 1831 a 22 de julho de 1840, data em que se deu a declaração da maioridade de Pedro II.

Apesar da preocupoção dominante dessa época ter sido o problema politico, descuidando-se o govêrno do programa econômico e financeiro, a exportação do país cresceu sempre, **avolumando-se a produção do café.**

O nosso intercâmbio com o exterior, graças sobretudo ao desenvolvimento da navegação internacional revela tendência para aumentar.

No exercicio de 1839 a receita fôra de ... 15.947:936$000 e a despesa de 24.968 661$00.

Caracterisa-se a situação financeira nesse período, talvez o mais agitado de toda nossa história, pelos deficits, impostos, emissões e empréstimos; mas, mesmo assim, na opinião de Agenor de Roure, fez muito a Regência "guardando o Brasil para os Brasileiros".

Em 22 de julho de 1840 terminou o govêrno da Regência com a declaração da maioridade de D. Pedro II, que assumiu a suprema direção do país, contando por essa época quinze anos de idade.

Continuaram nos primeiros anos do segundo Império as perturbações por numerosas guerras civis, tendo D. Pedro II a auxiliá-lo ilustres homens públicos.

E as perturbações políticas continuaram a embaraçar o nosso progresso econômico.

De 1849 em deante, diminuido o efervescência politica conseguiu o país realisar acentuado desenvolvimento, situação essa que sofreu nova descontinuidade com o período da guerra do Paraguay, de 1864-1878.

Na ordem econômica convem assinalar a **introdução da cultura do café no país,** pois introduzida no Pará, Amazonas e Maranhão em 1723, só cinquenta anos mais tarde aparece no sul, extendendo-se por S. Paulo, Minas, Espirito Santo, Bahia, etc.

Vem se juntar o café, ao qual estaria reservado até nossos dias papel de relevância inconstrastável na nossa história econômica, aos demais artigos de exportação, como açucar, aguardente, algodão, fumo, cacáu, anil, madeiras, couros e algum ouro.

Em 1827 já figurava o café, na nossa exportação com o volume de 152.048 sacos de cinco arrobas; em 1831, já atingia a 448 249 sacas; em 1841 a 1 258.882 sacos, em 1871 a 2 884 624 sacos.

A companha do Uruguay e depois a guerra do Paraguay, que além de 600.000.000$000 custou ao Brasil 100.000 vidas, obrigando-o a fazer grandes sacrificios pecuniários, forçado que foi a contrair empréstimos e fazer emissões, prejudicou bastante o progresso econômico da nação.

Até então o país atravessou uma situação de prosperidade econômica e o govêrno de Pedro II havia realisado grandes empreendimentos, como a construção de estradas de ferro, atingindo a navegação e o comércio forte desenvolvimento, bem assim a agricultura.

O problema de mão de obra no nosso meio rural, que até hoje, com exceção de S. Paulo, para onde desde 1873, sendo Ministro da Agricultura o Con-

selheiro Antonio Prado foram encaminhados os imigrantes, esta por resolver-se, tendo começado a se agravar com a proibição do tráfico em 1817, e a seguir a sua supressão em 1850, em virtude da lei Euzebio de Queiroz.

A preocupação da colonização estrangeira só se tornou uma realidade com a vinda de D. João VI em 1808, que baixou um decreto assim concebido. "Como é útil ao meu real serviço e ao bem público dar incremento à agricultura e à população que é muito restrita neste país, e por outros motivos que nos têm sido apontados e me parecem bons, sou servido que concessões de terras por sesmarias possam ser feitas aos estrangeiros habitantes do Brasil na mesma forma prescrita por minhas ordens reais a respeito dos novos vassalos tendo em vista todas as leis ou disposições em contrário"

A primeira colônia de estrangeiros no Brasil data de 108 com a fundação de Nova Friburgo. A de S. Leopoldo no Rio Grande do Sul só teve lugar alguns anos mais tarde.

Em 28 de setembro de 1871, na ausência de Pedro II, que havia empreendido uma viagem à Europa, a princeza Dona Izabel promulgou a Lei do ventre livre, defendida pelo presidente do Conselho, Visconde do Rio Branco.

Foi ainda a princeza D. Izabel quem em 13 de maio de 1888, numa segunda regência, promulgou a lei de libertação dos escravos.

A estatística oficial do ano anterior à abolição acusava a existência de 723.419 escravos, representando um valor aproximado de quinhentos mil contos.

A Lei n. 3.353 de 13 de maio, pela qual se extinguiu a escravidão no Brasil, é concebida nos seguintes termos.

A Princeza Imperial Regente, em nome de sua Magestade o Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império, que a assembléia geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º — E' declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contem.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, a faça cumprir, publicar e correr.

Dado no palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67.º da Independência e do Império.

Princeza Imperial Regente.
Rodrigo Augusto da Silva."

Facil será avaliar qual não tenha sido a desorganização trazida por essa abolição ao regime do nosso trabalho agrícola até em vigor.

Até hoje, pode-se dizer, continua insolúvel a organização do nosso trabalho rural, apesar da influência decisiva que possue o futuro do país.

Manda a justiça reconhecer que sempre constituiu preocupação do 2.º Império a substituição contínua sistemática do trabalho livre, retomando assim o programa econômico de D. João VI, interrompido no govêrno de Pedro I e durante a Regência.

Houve sem dúvida, por parte dos estadistas do Império, a preocupação de encaminhar a transformação do trabalho agrícola de que as leis do ventre livre (Lei Rio Branco) e a da libertação dos sexagenarios servem de demonstração eloquente.

A corrente imigratória para o Brasil começa a se verificar desde 1828, mas, ao se dar a abolição, o contingente de braços trazido, estava longe de fazer face à desorganização que se manifestou e ainda perdura na nossa agricultura.

Não houve, é certo, a paralisação do progresso econômico do país, mas quem negará que o terreno para uma transformação assim tão brusca se achava preparado?

Entraram no Brasil, de 1835-1855 cerca de 374.000 imigrantes, 1855-1880, 261.804.

O encaminhamento dessa imigração fez-se de preferência para o Sul, apontando-se os ministros Antonio Prado e Rio Branco como aqueles que lhe deram maior impulso.

Em 1888, com a supressão dos subsídios (Ministerio Buarque de Macedo) decaiu a imigração, tendo o Império nos primeiros anos, gasto grandes somas tanto com a imigração como com a colonização.

Nota-se um movimento ascensional na corrente imigratória em 1885, a partir principalmente de 1887 em deante e depois de abolida a escravidão.

De 1820 a 1919 calcula-se terem entrado no Brasil 3.577.355 imigrantes.

Se se tivesse de apreciar exatamente a influência do fator trabalho na nossa agricultura, ter-se-ia até mesmo que considerar dentre os vários fenômenos o do sistema geográfico nas diversas regiões do país.

E' assim que o Sul tem progredido mais ràpidamente e se povoado sob a influência das grandes correntes imigratórias estrangeiras e nacionais, movimento esse mais lento no Centro; o nordeste, será antes um centro de irradiação, fornecendo elementos de trabalho para o norte, centro e sul.

E' certo que o povoamento das diversas regiões do nosso território não se vai efetuando igualmente. E' um desequilíbrio que se fará sentir no progresso dessas regiões, já se não podendo duvidar mais que o povoamento do sul se dará com maior aceleração, contando além do crescimento vegetativo da população com as correntes imigratórias.

Aí está num fenômeno que não pôde escapar às cogitações dos responsáveis pelo futuro do nosso país.

Não se pode negar que o Brasil no segundo Império atingiu regular progresso econômico, crescendo o volume da exportação do café, do açucar, do algodão, da borracha, do cacau, do mate e dos couros, o comércio exterior teve um desenvolvimento crescente.

AINDA A ESCOLA DE NÎMES

Por FABIO LUZ FILHO

Acentuou lapidarmente Gide que o **programa da Escola de Nimes é transformar, em seu princípio mesmo, a ordem econômica atual, fazendo passar o govêrno econômico das mãos dos produtores para as aos consumidores, abolindo o lucro** (pelo princípio da restituição das sobras na proporção das operações efetuadas com a cooperativa) **e tôdas as deduções parasitárias de que nascem as grandes fortunas, e estabelecer por tôda parte o justo preço.**

Gide, depois de, em páginas vivas e sinceras, tecer justas homenagens à obra monumental de **Marx,** frisou que o **princípio da mais-valia,** no plano cooperativo, toma apenas outra base e outro caráter.

"A Escola de Nimes sempre se apresentou respeitosamente como filha de Rochdale. Quando se rebelou contra os velhos cooperativistas franceses, desfraldou o programa de Rochdale, proclamando que era a êsta que se devia voltar com a preocupação de modestamente nada nêle ser alterado".

Entanto, um movimento não vive durante meio século, acrescenta, sem adquirir uma certa fisionomia, sem deixar seu traço na história das doutrinas e na ação prática.

Goumont acentua

"On peut dire, en effet, que l'Ecole de Nimes, a constitué, en corps de doctrines, ce qui n'était jusqu'alors que le programme spontané d'un mouvement ouvrier".

("Pode-se dizer, com efeito, que a Escola de Nimes transformou em corpo de doutrinas o que não era mais, até então, do que um programa espontâneo dum movimento operário")

Tem-se que acrescentar, em abono da Escola de Nimes, a sua **inspiração moral e espiritual,** como já acentuei, no que se afasta de **Owen e Fourier,** os quais, como precursores, achavam que a transformação do meio social bastaria para a transfiguração dos homens e para torná-los felizes.

Daí frisar a Escola de Nimes que tôda a questão social é, no fundo, uma questão moral, e que é precisamente do caráter do cooperativismo trazer para a ordem econômica êste fator moral que é o **ajuda-mútua** e que tem por divisa um por todos e todos por um.

O próprio **Sorel,** não deixou de aceitar a fórmula cooperativa, desde que subordina ao sindicato, por evitar, dizia ("Matériaux d'une théorie du prolétariat"), que se transformassem em **economatos** capitalistas, **Sorel,** no seu ideal sindicalista revolucionário que apelava para a violência, ao caracterizar a ação dos sindicatos, dizia que o sucesso da revolução social era impossível sem a realização de uma evolução moral, no que perfilha **Durkheim.**

Gide acentuou, com propriedade, que o **programa da Escola de Nimes se tornou a carta do movimento cooperativo em todos os países do mundo** ("qui est devenu la charte du movement coopératif dans tous les pays du monde").

E **Goumont** acrescenta mais que a Escola de Nimes, **"impondo a fórmula dos Rochdalianos, lhe deu tôda a sólida virtude duma doutrina ao mesmo tempo científico, moral e social".**

Eis, em traços rápidos, o programa universal da Escola de Nime.

Como se vê, o movimento cooperativo em sua pureza é autônomo, despeado de influências estatais ou desejoso de controles ou ligações estatais.

Gide, ao fim, já havia cedido quanto à rigidez do esquema de Nimes, admitindo as relações intercooperativas, de vez que, o contrário, seria quase que a vinculação permanente e inapelável, com visos de subordinação absoluta de tudo, principalmente do elemento rural, às poderosas organizações de consumo federativas, não obstante, depois de sua morte, essas relações ainda não se tenham concretizado de maneira satisfatória, como no Brasil, por exemplo, como em comunicado à imprensa recentemente fêz sentir o **Centro Nacional de Estudos Cooperativos, o que é lamentável.**

Entanto, Fouquet, o maior teórico vivo moderno do cooperativismo, sentenciou que as relações Intercooperativas fazem reaparecer, entre a exploração campesina cooperativada, **"método social e econômicamente superior ao salariado"** (que estabelecem as grandes federações de consumo com suas grandes propriedades agrícolas), elementos de ordem moral, de vez que os cooperadores do campo e os da cidade tomarão consciência dos laços de interdependência que os unem.

Estabelecer-se-á, assim, uma comunidade de sentimentos que levará a uma mutualidade equitativa, ao respeito mútuo de suas condições de vida e trabalho. **"As relações intercooperativas dão, assim, uma vida nova as velhos noções morais do "justo preço" e do "justo salário", o predominância do social sôbre o econômico".** E', além do mais, fonte de progresso técnico, rehumanização e remoralização das relações econômicas. **"Les biens transmis ne sont plus de simples valeurs économiques, des marchandises depouillées d'humanité". (Fouquet).**

Ademais, as relações intercooperativas, **"tendem igualmente a uma organização do processo eco-**

nâmico; a oferta e a procura, em lugar de serem feitas indiretamente e, talvez, ao acaso de circunstâncias de tempo e lugar, são postas em contacto direto e permanente uma com a outra".

Paul Claudel, Fauquet, Lavergne, Lasserre, etc., etc. recentemente afirmaram, de público, apoiando declaração da Aliança Cooperativa Internacional, que os cooperativistas só reconhecerão identidade de fins entre a ação cooperativa e a ação do Estado quando êste se livrar da pressão dos interêsses privados e responda à necessidade duma organização que faça prevalecer o espírito de serviço sôbre o espírito de lucro, tanto no plano nacional, como no internacional.

Repetta, o ilustre militante socialista argentino, recentemente frisou em conferência (ao se referir às nacionalizações) à obra realizada por mais de 800 mil cooperativas no mundo com 143 milhões de associados, seus armazéns, suas fábricas, seus campos de produção agrícola, suas frotas de navios, seus bairros residenciais, suas oficinas e mais de dois milhões de operários e empregados, consumidores todos participantes do movimento cooperativo.

Cita a **Warbasse, Ramadier** ,socialista, e **Perkins,** que se rebelam contra a possibilidade de tôdas essas realizações da iniciativa privada em benefício coletivo serem absorvidas pelas nacionalizações, principalmente na Inglaterra ,esta com cêrca de 2.000 cooperativas de consumo que englobam um movimento de operações de mais de 8 bilhões de libras, dando trabalho a 250 000 pessoas, e à qual pertence a quarta parte da população inglêsa.

Perkins, no Congresso recente de Brighton, declarou que o govêrno trabalhista inglês não tinha a intenção de minar a posição do movimento cooperativo inglês, **"cujos métodos são superiores a quaisquer formas de organização industrial e comercial"** principalmente a, de índole estatal. O fantasma da burocratização da economia parece, pelo menos, em parte, afastada...

Repetta disse que **criar uma economia na qual só se apliquem medidas coercitivas do govêrno, equivale a ignorar a importância dos valores humanos e a destruir a fonte da mesma da qual sai a inspiração democrática.**

Eis aí a voz autorizada de um autêntico rochdaleano.



II Conferência Nacional Algodoeira

Em 1916 a Sociedade Nacional de Agricultura fez realizar no Rio de Janeiro a 1.ª Conferência Nacional Algodoeira, de tão benéfica influência na cultura dessa preciosa fibra no país.

Em 1923, promoveu e realizou, também nesta Capital, a 1.ª Conferência Internacional Algodoeira.

Mais de 25 anos são passados sem que os interessados na cultura dessa preciosa fibra se reunissem para trocar idéias e firmar a orientação a ser seguida, face aos novos rumos que a cultura, o comércio e a indústria têm forçosamente tomado nesse largo espaço de tempo.

De resto, a situação do algodão no Brasil, últimamente, vem chamando a atenção de nossos homens de govêrno e de classe, pelo acúmulo de problemas, de resolução imperiosa, a fim de serem atendidos aspétas prementes daquela grande atividade agrícola do país.

Foi por isso, que a Sociedade Nacional de Agricultura deliberou levar avante, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, como nas vêzes passadas, o importante certame, cujo ante-projeto de programa está concebido nos seguintes termos:

REGIMENTO E PROGRAMA

Finalidade

Art. 1.º — A 2.ª Conferência Algodoeira, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, a ser realizada, no Rio de Janeiro, durante a primeira quinzena de setembro de 1950, tem por objetivo estudar a situação em que se encontram a lavoura, o comércio e a indústria do algodão, examinando as causas que concorrem para o decréscimo da produção e sugerindo medidas capazes de soerguer a lavoura, estabilizar o comércio e equilibrar a indústria do produto.

Art. 2.º — A 2.ª Conferência Algodoeira, além da parte referente ao algodão, tratará de outras plantas têxteis de valor econômico, sobretudo daquelas que estão concorrendo ou possam vir a concorrer para o fortalecimento da nossa balança comercial.

Participantes

Art. 3.º — São membros da Conferência todos aqueles que solicitarem sua inscrição à delegação estadual, ou à Comissão Organizadora, na falta daquela.

Delegações Estaduais

Art. 4.º — Serão constituídas nos Estados delegações da Conferência, incumbidas de organizar a representação e participação da lavoura, do comércio e da indústria locais.

Parágrafo único — As delegações deverão manter permanente contáto com a Comissão Organizadora, recebendo e coordenando as contribuições ou estudos e promovendo uma ou mais reuniões, nas quais será recolhido, em forma de recomendações, sucintamente justificadas e documentados, o ponto de vista dos interessados, para, após estudo das Comissões Técnicas, ser presente ao plenário da Conferência.

Comissão Organizadora

Art. 5.º — A Conferência será organizada por uma comissão designada pela Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, e se comporá de presidente, vice-presidentes, secretário geral e Comissão Técnica.

Art. 6.º — A Comissão organizará o programa da Conferência, designará as Delegações e, de um modo geral e amplo, superintenderá os trabalhos da Conferência até a primeira reunião preparatória.

Mesa de Conferência

Art. 7.º — Durante o seu funcionamento, a Conferência será dirigida por uma Comissão Executiva ou Mesa Diretora, eleita na primeira reunião preparatória.

Deliberações

Art. 8.º — Tanto nas Comissões Técnicas como nas sub-comissões e ainda no plenário, as deliberações serão tomadas por maioria, obrigando os membros ausentes.

Voto

Art. 9.º — Terão voto nas Comissões os participantes da Conferência.

Parágrafo único — No plenário, além da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Nacional da Indústria e da Sociedade Nacional de Agricultura, a lavoura, o comércio e a indústria, à razão de um para cada uma dessas atividades econômicas por unidade da Federação representada, terão direito a voto.

Sessões preparatórias

Art. 10.º — Serão realizadas duas sessões preparatórias, uma para reconhecimento de poderes e eleição da Mesa Diretora e outra para a nomeação, posse das comissões e sub-comissões e distribuição dos trabalhos.

Sessões plenárias

Art. 11.º — Serão realizadas tantas sessões plenárias quantas fôrem necessárias, a juízo da Conferência.

Contribuições individuais

Art. 12.º — Além do resultado do trabalho das Delegações, a Conferência poderá apreciar, a juízo da Mesa Diretora, trabalhos avulsos individuais versando temas do programa, ou assuntos que, embora não estejam ali compreendidos, sejam julgados de interêsse.

Comissões

Art. 13.º — Haverá obrigatòriamente três comissões técnicas: lavoura, comércio e indústria, e tantas sub-comissões quantas forem julgadas necessárias.

Art. 14.º — O presidente da Conferência, pessoalmente ou através de um dos vice-presidentes, poderá, se assim julgar necessária, assumir a presidência de uma ou mais comissões ou sub-comissões ou reuni-las em conjunto, para discussão e deliberação de matéria connexa.

Estudos, trabalhos, indicações

Art. 15.º — A Conferência, através da Comissão Organizadora e Delegações, receberá os trabalhos que versem a temária em três vias, datilografadas, com o máximo de 10 páginas em espaço de 2. Todos os trabalhos deverão terminar por conclusões sucintas.

Palavra

Art. 16.º — Cada participante da Conferencia terá o direito à palavra sôbre o relatório de cada comissão por período não superior a 5 minutos, ficando a Mesa com a faculdade de limitar o tempo a cada orador, caso a discussão da matéria tenha atingido uma hora.

Redação final e Anais

Art. 17.º — Na última sessão plenária, serão designadas duas comissões, uma para revisão e coordenação das conclusões, outra para a organização dos Anais da Conferência.

Casos omissos

Art. 18.º — Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Temário

Art. 19.º — A 2.ª Conferência Algodoeira baseará os seus trabalhos em temário próprio e no resultado de estudos, observações e inquéritos realizados, a propósito, nas várias regiões produtoras do país, a cargo de órgãos e entidades a êsse fim convocados.

Art. 20.º — O temário da Conferência e o trabalho nos Estados versarão os seguintes assuntos gerais:

a) — lavoura

b) — comércio

c) — indústria.

I — LAVOURA

1) — **Terra.** Meios de obtê-las, — compra, arrendamento, doação e parceria. Financiamento para aquisição. Preparo. Máquinas, ferramentas e utensílios. Defesa contra a erosão e conservação da fertilidade do solo.

2) — **Sementes.** Colaboração científica para melhoramento das plantas. Estações experimentais. Campos de sementes. Campos de cooperação. Culturas fiscalizadas. Organização de emprêsas para a produção de sementes destinadas a plantio.

3) — **Adubos e corretivos.** Produção nacional. Redução do custo. Difusão nos meios agrícolas das vantagens da prática da adubação e correção das terras.

4) — **Zonas de plantio.** Variedades cultivadas. Delimitação das zonas respectivas. Estudo da possibilidade de aproveitamento de novas terras.

5) — **Defesa sanitária.** Novos processos de combate às pragas e doenças. Meios de intensificar a defesa sanitária. Assistência oficial.

6) — **Colheita.** Melhoria dos processos.

7) — **Pessoal.** Assistência social, mão de obra, treinamento e especialização.

8) — **Impostos e taxas.** Política tributária.

9) — **Crédito.** Financiamento da produção, — preço mínimo.

10) — **Cooperativismo.** Cooperativas de produção, beneficiamento, compras e vendas em comum, crédito e mistas.

11) — **Transporte.** Rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo. Fretes e tarifas.

12) — **Seguro.** Contra doenças, pragas e intempéries.

13) — **Política de preços.** Custo de produção, remuneração ao produtor.

II — COMÉRCIO

1) — **Algodão em caroço** — Centros comerciais. Classificação. Beneficiamento (descaroçamento e prensagem). Enfardamento. Armazenagem.

2) — **Algodão beneficiado** (em pluma). Centros comerciais. Bolsas. Classificação. Consumo interno. Armazenagem. Reprensagem. Exportação. Financiamento.

3) — **Caroço de algodão.** Classificação. Armazenagem.

4) — **Transporte.** Rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo. Fretes e tarifas.

5) — **Pessoal.** Assistência social, mão de obra, treinamento e especialização.

6) — **Seguro.** Fogo, extravios, etc. e acidentes.

III — INDÚSTRIA

1) — Estudo das relações mercantis entre o produtor, comerciante e o industrial, visando a harmonia de interêsses. Fiação e tecelagem. Óleo. Subprodutos.

A Terceira Semana do Hortelão da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

Prof. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Engenheiro Agrônomo

Generalidades

A Escola de Horticultura "Wenceslau Bello", mantida na Penha, Distrito Federal, realizou, com grande êxito e entusiasmo, a sua **Terceira Semana do Hortelão,** no período de 3 a 9 de Julho do corrente ano.

As **Semanas do Hortelão,** levadas a efeito em 1948, 1949 e 1950 no tradicional educandário da Sociedade Nacional de Agricultura constituem um exemplo frizante do que de útil e objetivo vem conseguindo realizar a referida entidade de classe que, desde 1897, vem dedicando grande interesse e carinho ao problma da educação rural brasileira.

De fato, desde 1897, com o seu Aprendizado Agrícola da Penha, até o momento, com a sua Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", não descuidou jamais a Sociedade Nacional de Agricultura do problema do ensino profissional agrícola, que considerou sempre fundamental para a valorização e elevação do nível de vida de nossas populações rurais.

Muito já realizou a Sociedade Nacional de Agricultura, e si mais não fez, foi porque sempre contou com recursos insignificantes para levar adiante obra tão grandiosa e patriótica.

O presente relatório da **Terceira Semana do Hortelão** dá bem uma idéia do muito que realiza, sem alarde, na Penha, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

A Terceira Semana do Hortelão realizou-se por iniciativa e sob a orientação da Sociedade Nacional de Agricultura que há mais de cincoenta anos vem trabalhando em prol do ensino profissional agrícola no Brasil e da Fundação Getúlio Vargas, entidade de carater técnico e educativo que vem dedicando, também, especial interesse no problema do ensino agrícola e teve a colaboração:

a — da Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura,
b — da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária do Ministério da Agricultura;
c — da Secretaria de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal, através de seu Departamento de Agricultura.

A colaboração das referidas entidas foi valiosa e indispensável para que os trabalhos da III Semana do Hortelão alcançasse o êxito das semanas anteriormente levadas a efeito na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em 1948 e em 1949.

A Sociedade Nacional de Agricultura colaborou.
a — monetariamente;
b — fazendo a publicidade da semana;
c — com o concurso de elementos técnicos de sua Diretoria.

A Fundação Getúlio Vargas, colaborou
a — monetariamente;
b — com o concurso do orientador de seus Cursos Práticos Agrícolas.

O Serviço de Informação Agrícola, colaborou:
a — com auxílio material (publicações);
b — com o concurso de técnicos de seu quadro

A Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária colaborou com o concurso de técnicos do seu quadro

A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal colaborou:
a — com material (um caminhão do exercito, inseticidas e fungicidas), mimeografou o programa da semana e emprestou material de mecanização devidamente equipado, equipado;
b — com o concurso de técnicos de seu quadro

Da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" colaboraram.
a — todo o corpo docente,
b — todos os alunos que em férias se encontravam no estabelecimento;
c — O clube Agrícola Miguel Calmon,
d — todos os funcionários.

SEMANALISTAS INSCRITOS (INTERNOS)

Motr.	Nome	Proced.
1	— Maj Aníbal Antonio Costa . .	M. Gerais
1	— Cel. Francisco A. de Arruda Camara	
3	— Carlos dos Santos Mendes . . .	E. do Rio
4	— Francisco Retto Filho	M. Gerais
5	— Jaime Maciel	E do Rio
6	— Cantidio Rangel de Britto . .	"
7	— Antonio de Jesus Maciel . .	"
8	— Candido José da Silva	"
9	— Francisco Xavier Barbosa . . .	M Gerais
10	— João Garcia de Souza	"
11	— Wilson dos Santos Barroso .	E. do Rio
12	— Waldemar Motte	D. Federal
13	— Vitor Hugo Nunes Bártolo .	"
14	— Antonio Pereira de Siqueira . .	M. Gerais
15	— Mozart Carneiro Dantas	D Federal
16	— Alvaro Belasa Sampaio	"
17	— Manoel dos Santos Lacerda . .	"
18	— Nestor José de Mattos	"
19	— Landio Leiras	"
20	— Antonio Gonçalves de Queiroz	"
21	— Hermógenes Mattos	"
22	— Osario Ferreira Guedes	"
23	— Alberto Lourenço Cabrita	"
24	— Antonio Fernandes Teixeira . .	"
25	— Luiz Soares Costa	M. Gerais

Coordenadores

Foram Coordenadores da Terceira Semana do Hortelão os Engenheiros Agrônomos Antonio de Arruda Camara, Vice-Presidente da S.N.A. e Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e Geraldo Goulart da Silveira, Vice-Diretor da E. H. W. B. e Orientador dos Cursos Práticos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas que tiveram a seu carga:
a — organização do programa da III Semana do Hortelão;
b — a supervisão de todas as atividades

Colaboradores técnicos (aulas)

Contou a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", durante a Terceira Semana do Hortelão, com o

colaboração de 16 técnicos que ministraram aulas, dos quais:

a — 11 Engenheiros Agrônomos,
b — 3 Horticultores,
c — 1 Hortelão;
d — 1 Contador

Foram os seguintes técnicos que ministraram aulas:

1 — Hortelão — Adriano Dantas
2 — Horticultor — Agricola Castello Borges
3 — Engenheiro Agrônomo — Amaury Henrique da Silveira.
4 — Horticultor — André da Silva Neto
5 — Engenheiro Agrônomo — Antônio de Arruda Camara.
6 — Engenheiro Agrônomo — Charles Frederick Robbs
7 — Engenheiro Agrônomo — Eduardo Hugo Froto.
8 — Engenheiro Agrônomo — Eduardo Sofer
9 — Engenheiro Agrônomo — Geraldo Goulart da Silveira.
10 — Engenheiro Agrônomo — Guaracy Lavor
11 — Engenheiro Agrônomo — João Moreira Borthola.
12 — Engenheiro Agrônomo — Milton Socci Cabral
13 — Contador — Pedro Goulart da Silveira Filho
14 — Engenheiro Agrônomo — Orlando Ferreira.
15 — Horticultor — Severino Gonçalves Camara
16 — Engenheiro Agrônomo — Subael Magalhães da Silva

Colaboradores técnicos (palestras)

Contou a Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", durante a III Semana do Hortelão com a colaboração de 17 técnicos que realizaram palestras, dos quais:

a — 14 Engenheiros Agrônomos,
b — 2 Jornalistas;
c — 1 Médico Veterinário

Foram os seguintes os técnicos que ministraram palestras:

1 — Engenheiro Agrônomo — Alberto Rovache
2 — Engenheiro Agrônomo — Antonio de Arruda Camara.
3 — Jornalista — Carlos Burhr
4 — Engenheiro Agrônomo — Charles Frederick Robbs.
5 — Engenheiro Agrônomo — Eduardo Hugo Froto.
6 — Engenheiro Agrônomo — Flávio de Carvalho Mesquita.
7 — Engenheiro Agrônomo — Geraldo Goulart da Silveira.
8 — Engenheiro Agrônomo — Guaracy Lavor
9 — Jornalista — Hilcar Leite
10 — Engenheiro Agrônomo — Jalmirez Guimarães Gomes.
11 — Médico Veterinário — Jorge Prata Lima
12 — Engenheiro Agrônomo — Lauro Dias Vieira
13 — Engenheiro Agrônomo — Olavo de Barros Araujo e Silva.
14 — Engenheiro Agrônomo — Osmar Lopes de Rezende.
15 — Engenheiro Agrônomo — Roberval Cardoso
16 — Engenheiro Agrônomo — Valdiki Moura
17 — Engenheiro Agrônomo — William Simão

Movimento das aulas

Durante a semana foram ministrada 24 aulas perfazendo um total de 45 horas de aulas.

Foram os seguintes as aulas ministradas.

1 — Água, rega e irrigação, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.
2 — Preparo do terreno para instalações hortícolas, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva
3 — Mecanização da horticultura, pelo Prof. Milton Socci Cabral.
4 — Tratos culturais das hortaliços, pelo Prof. Orlando Ferreira.
5 — Culturas de hortaliços frutíferas, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
6 — Ferramentas e utensílios hortícolas, pelo Prof. Severino Gonçalves Camara.
7 — Características e manejo do material usado em defesa sanitária vegetal, pelo Prof. André da Silva Neto.
8 — Indústrias rurais domésticas, pelo Prof. Amaury Henrique da Silveira.
9 — Sementeiras e repicagem, pelo Prof. Eduardo Sefer.
10 — Cultura de hortaliças, pelo Prof. Agrícola Castello Borges.
11 — Padronização de produtos hortícolas, pelo Prof. Severino Gonçalves Camara
12 — Adubação orgânica — Estrumeiras, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.
13 — Contabilidade nas explorações hortícolas, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.
14 — Economia e administração de uma horta, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.
15 — Divisão do terreno em lotes ou taboleiras, pelo Prof. João Moreira Borthola.
16 — Defesa sanitária das hortaliças, pelo Prof. Charles Frederick Robbs.
17 — Industrias rurais domésticas, pelo Prof. Amaury Henrique da Silveira.
18 — Cultura de hortaliças de raízes e tubérculos, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
19 — Mecanização da horticultura, pelo Prof. Milton Socci Cabral
20 — Situação da horta (escolha do local) pelo hortelão Adriano Dantas
21 — Cultura de hortaliças nas zonas quentes, pelo Prof. Guaracy Lavor
22 — Aproveitamento racional do sólo, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.
23 — Adubação química das hortaliças, pelo Prof. Agricola Castello Borges.
24 — Acondicionamento e transporte de produtos hortícolas, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva

As aulas foram o mais possível claras e objetivos e, em conjunto formaram um Curso Prático de Horticultura

Palestras

Durante a III Semana do Hortelão foram realizadas 19 palestras, assim distribuidas:

a — 5 palestras ao almoço;
b — 4 palestras ao jantar,
c — 5 palestras à noite;
d — 4 palestras durante a reunião do Clube Agrícola Miguel Calmon;
e — 1 palestra extra, durante a sessão cinematográfica

Foram as seguintes as palestras:

Palestras ao almoço

1 — O mercado de hortaliças no Distrito Federal, pelo Prof. Eduardo Hugo Frota.
2 — Aproveitamento de uma propriedade agrícola, pelo Prof. Alberto Ravache.
3 — Grêmios para o homem rural, pelo Prof. Roberval Cardoso.
4 — Defesa Sanitária das hortas, pelo Prof. Charles Frederick Robbs.
5 — Propriedade rural, pelo Jornalista Hilcar Leite.

Palestras ao Jantar

1 — O ensino profissional hortícola, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
2 — O valor da bôa semente, pelo Prof. Olavo Barros de Araujo e Silva.
3 — Aspectos do Brasil rural, pelo Prof. Lauro Dias Vieira.
4 — Importância da apicultura, pelo Prof. Gunracy Luvor.

Palestras a noite

1 — Organização ou classe rural, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.
2 — A situação da agricultura e da pecuária no Distrito Federal, pelo Prof. Osmar Lopes de Rezende.
3 — O ensino profissional hortícola, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
4 — Cooperativismo, pelo Prof. Valdik Moura.
5 — Avicultura doméstica, pelo Prof. Jorge Pinto de Lima.

Palestras no Clube Agrícola

1 — Atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
2 — Clubes Agrícolas, pelo Engenheiro Agrônomo Roberval Cardoso.
3 — A campanha dos Clubes Agrícolas, pelo Jornalista Carlos Bahr.
4 — As atividades do Serviço de Informação Agrícola, pelo Dr. William Simão.

Sessões cinematográficas

Graças à colaboração dos Professores Jolairez Guimarães Gomes e Flávio de Carvalho Mesquita, foram realizadas 2 sessões cinematográficas com a exibição de 5 filmes técnicos, sendo:

a — um sôbre "A broca do café", preparado pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, precedido de comentários pelos referidos técnicos;
b — quatro sôbre outros assuntos de técnica, cedidos pela Embaixada Americana.

Movimento do refeitório

Durante a III Semana do Hortelão foram servidas 1425 refeições, assim distribuidas:

a — 350 cafés pela manhã;
b — 415 almoços;
c — 328 luches;
d — 332 jantares.

Reunião do Clube Agrícola Miguel Calmon

Durante a III Semana do Hortelão realizou-se, com a assistência de todos os semanistas, a reunião anual de prestação de contas do Club Agrícola Miguel Calmon, constituido pelos alunos da Escola.

Presidiu a reunião do Clube Agrícola o Dr. William Simão, Chefe do Serviço de Clubes Agrícolas do Ministério da Agricultura.

Usaram da palavra, em nome do Clube Agrícola Miguel Calmon o estudante José Antonio Simões Lopes, Presidente, e o Prof. Geraldo Goulart da Silveira. Durante a reunião, fizeram palestras, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, o Prof. Roberval Cardosa, o Jornalista Carlos Burh e o Dr. William Simão.

Aproveitando a oportunidade realizou o Clube Agrícola Miguel Calmon.

a — uma exposição de hortaliças colhidas na horta mantida pelo Clube;
b — distribuição de prêmios (livros e ferramentas) oferecidos pelo Serviço de Informação Agrícola.

Jornal "O Hortelão"

Durante a Semana circulou o jornal mimeografado "O Hortelão".

Foram editados 5 números do referido jornal, perfazendo um total de 450 exemplares que foram distribuidos entre os semanistas e os visitantes.

Comissão de "Bem Estar"

Funcionou eficientemente a Comissão de "Bem Estar", chefiada pelo Hortelão Adriano Dantas e integrada pelos Fruticultores Antonio Alb[illegible] [illegible] Rualem e pelo estudante José Antonio Simões Lopes.

Sessão de encerramento

A sessão de encerramento, presidida pelo Dr. Benvindo de Novaes, Diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal contou com a presença, na mesa, do Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola, representando a Sociedade Nacional de Agricultura, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Vice-Diretor da Escola, representando a Fundação Getúlio Vargas, o Prof. Subael Magalhães da Silva, representando a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, o Prof. Milton Sacci Cabral, representando o Departamento de Agricultura do Distrito Federal, o Prof. Pedro Goulart da Silveira, representando o corpo docente da Escola, o Assistente Agrícola Costella Borges, representando os professores dos Cursos Prático, o Assistente Antonio Alboal, representando os assistentes da Escola, o Hortelão Adriano Dantas, representando a corpo administrativo da Escola e o estudante José Antonio Simões Lopes, representando o Clube Agrícola Miguel Calmon.

Durante a sessão de encerramento fizeram uso da palavra:

a — O Dr. Antonio de Arruda Camara que fez um sucinto relato das atividades da III Semana do Hortelão;
b — O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que falou em nome do Clube Agrícola Miguel Calmon;
c — O Prof. Subael Magalhães da Silva que falou em nome da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal;
d — O Dr. Benvido Navais, que focalizou a ação da Sociedade Nacional de Agricultura e a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" no setor do ensino agrícola.

Geraldo Goulart da Silveira
Coordenador da III Semana do Hortelão

Cooperativa Agrícola de Cotia

À margem do Relatório do seu dinâmico e ilustre Presidente, Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida.

A Cooperativa Agrícola de Cotia realizou a sua 22.ª Assembléa Geral Ordinária para apreciar os resultados obtidos pela organização no ano social de 1949-1950, apresentado por seu presidente, dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, em relatório elaborado á luz das estatisticas organizadas pelas diversas seções da organização.

Antes de apreciarmos os pormenores dos trabalhos realizados, cumpre ressaltar as palavras do sr. Emil Lustig, diretor da Federação das Cooperativas Suecas, quando visitou esta organização em São Paulo no ano em curso: "Considero a Cooperativa Agrícola de Cotia como um modêlo de trabalho solidário tendo observado estar nela implantada uma verdadeira democracia economica; é um monumento de imenso trabalho e pode servir como modêlo ás cooperativas de todo o mundo". — Estas palavras de um diretor de federação cooperativa do velho mundo, dizem melhor que qualquer afirmativa de nossos estudiosos no assunto, servindo para que os céticos meditem e cuidem melhor das virtudes cooperativistas.

Na leitura do seu relatório, o dr. Manoel Ferraz de Almeida declara nas considerações iniciais: — "A coesão demonstrada pela nossa comunidade é de admirar, expressando quanto vale a fôrça da união de 4 mil e poucos lavradores, sinceramente reunidos sob a bandeira de um ideal comum, consubstanciado na realização da verdadeira democracia, a democracia econômica". Fala depois sôbre os obstáculos que procuram enquadrar o cooperativismo como meras organizações mercantis, e assim desconsiderando em nosso meio a essência da teoria cooperativista, minando no pensamento dos cooperativistas ortodoxos, sinceros, receio pelas graves consequências que poderão advir para o futuro do movimento. Entra, então, na posição da Cooperativa de Cotia na lavoura do Estado, lembrando que no espaço de 25 anos, as atividades da cooperativa, no campo das vendas e compras em comum, elevaram-se — o que esclarece os números e cifras que hoje traduzem o movimento anual da organização — em 17 vêzes o número de cooperadores; em 112 vêzes, o capital social e o fundo de reserva; o volume de vendas 70 vezes e o de compra 200 vêzes. Esse progresso constante faz com que a Cotia tenha papel relevante no suprimento dos mercados de gêneros de São Paulo e Rio, ajudando também as deficiências dos mercados de outros Estados. Sôbre a batata diz que nos 19 mil alqueires da área semeada com o produto, em cinco Estados do sul, a Cotia semeia 1.000 alqueires, ou seja 8% daquele total, retendo, porém, 16% dentro do Estado, distribuindo a cooperativa, no exercício em estudo, 406 mil sacas, correspondendo ao rendimento médio de 406 sacas por alqueire colhido pelos associados. Na avicultura, o Estado possue 2.413 granjas com 2.667.927 aves, sendo a produção anual de ovos de 24.297.144 dúzias, e destes totais, a cooperativa tem 511 granjas, 305.316 aves e produz 3.601.793 dúzias de ovos anualmente. Quanto ao tomate, a área plantada no Estado, no ano em estudo, foi de 2.125 alqueires, sendo que na Cotia atingiu a 250 alqueires; a produção média foi de 901 caixas por alqueires para os não cooperados e de 2.256 caixas para a cooperativa. A venda global de legumes atingiu a Cr$ 13.414.500,10, ou seja 11,51% sôbre o ano anterior; a de morango, foi superior em quantidade em 6,51%, e em cruzeiros 11,76%; algodão em 125,21%, para um montante de 127.825 arrobas, sôbre o exercício anterior. O oleo de menta, chá preto, banana, carvão de lenha e outros produtos, ofereceram movimentos animadores, inclusive a produção de algas marinhas, que atingiu a 45,91%. — Os serviços de exportação, cabotagem distribuição de capitais, vendas a varejo, departamento de compras, realizaram trabalhos dignos de economia. O conjunto desses trabalhos, pode ser avaliado pelo resumo estatistico do movimento geral do ano social da Cooperativa Agrícola de Cotia, expresso pela cifra de Cr$ 486.857.638,30, que acusou um aumento sôbre o exercício do ano anterior de Cr$ 58.650.703,40, e que é assim descriminado: vendas, Cr$ 194.306.589,90; compras

Cr$ 86.175.766,90; crédito, Cr$ .... 195.359.630,20, e serviços sociais, Cr$ 11.015.651,30, prefazendo o total de Cr$ 486.857.638,30. — O capital social englobando o capital realizado de Cr$ ...... 34.859.219,6 e o fundo de reserva de Cr$ 1.897.752,50, elevou-se a Cr$ 29.756.972,10, assim acusando um aumento sôbre o ano anterior de Cr$ 5.026.663,90. O ativo imboliário passou a Cr$ 55.246.170,20 representando um aumento de Cr$ ...... 1.621.709,00 em confronto com o exercício 48-49. O serviço de crédito apresentou um volume de Cr$ 195.359.630,00; o saldo da conta de depósitos registrou um aumento de 9 milhões de cruzeiros, chegando os empréstimos a 3.700 mil cruzeiros. Prosseguiu o dr. Ferraz de Almeida analisando os serviços médicos, de engenharia, transportes, serviços de incubação e os trabalhos da fazenda experimental de Moinho Velho, assim como a parte de ensino, inclussive para os filhos dos associados. Deteve-se no problema da mecanização da lavoura, mencionando que nos Estados Unidos tem 8 milhões de tratores, para uma área cultivada de 176.478.000 hectares, e que aqui no nosso país, temos 21.960.000 hectares de área cultivada e apenas com 12.000 tratores, lembrando, então, que se deve cogitar do problema da mecanização, restando-nos utilizar as facilidades ao nosso alcance.

Terminou o dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, incontestável lider cooperativista e das classes rurais, suas declarações contidas em relatório, dizendo que: "Devemos refletir que a democracia identifica-se com o ideal do brasileiro mas que a igualdade de oportunidades efetivamente deve ser defendida em benefício de todos. Ao lado do direito de enriquecer não deve existir a liberdade de passar fome, para o que, em correspondência com a democracia politica, devemos cuidar de criar uma verdadeira democracia econômica". — "Mas uma vez peço vênia para reiterar a necessidade de preservarmos o espírito de nossa organização. Êsse espírito nasceu dos pioneiros do Moinho Velho e deverá, através do tempo nortear a administração dos negócios sociais hoje entregue ás nossas mãos. Em nenhuma circunstância será lícito esquecermos os exemplos dêsses admiráveis lavradores".

Deputado Lauro Montenegro

Discurso pronunciado na "Casa da Paraíba" pelo Dr. João Maurício de Medeiros, Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

Bem haja a "Casa da Paraíba" que, soube reunir os paraibanos presentes nesta capital, sem distinção de côr, religião ou política, na mais fraternal dos convívios, procura reverenciar os mortos, estudando-lhes a vida naquilo que de melhor passa oferecer à meditação dos vivos.

Bem hajo Senhor Presidente e senhores diretores, a orientação sadia e proveitosa que vindes imprimindo à organização dêste sodalício, tão novo, ainda, mas já tão promissor, em cujo seio nos sentimos, todos, como irmãos no próprio lar paterno, onde a amizade e o interêsse comum devem constituir preocupação única e de todos os instantes, não permitindo, jamais, que nele medrem a discórdia, a paixão e a inveja, sentimentos antagônicos à felicidade que vos propusestes criar pela união da colônia paraibana.

Não me encontrava, aqui, na data histórica e feliz de sua criação, só por isso deixando de figurar entre os seus sócios fundadores, o que muito me pesa. Já subscrevi, porém, a minha proposta de sócio efetivo e a ela, às suas elevadas finalidades, dispensarei sempre a mais decidida colaboração.

Congratulo-me, pois, com os autores de tão meritória idéia e faço votos, os melhores, par que a nossa "Casa da Paraíba" alcance e ultrapasse, mesmo, os seus nobres desígnios.

Entre os homenageados de hoje incluístes o deputado Lauro Montenegro, a mim distribuindo o responsabilidade de falar sôbre a sua personalidade, o que fizestes, segundo me foi declarado, atendendo à circunstância ,que muito me honra, de haver sido eu, além de seu colega na profissão de agrônomo e no serviço público estadual e federal em que juntos labutamos, um dos amigos que mais de perto privaram da sua intimidade. E não fôra isso, outra justificativa não haveria para tal encargo, de vez que todos aqui conhecem tão bem quanto eu a vida do saudoso homenageado e melhor do que eu qualquer um poderia traçar a sua biografia e, com ela, o seu perfil moral, profissional ou político.

Lauro Montenegro nasceu na povoação de Alagoinha, Município de Guarabira, Estado da Paraíba, aos 28 de abril de 1894 e faleceu, nesta capital, aos 22 de abril de 1950. Foi, desde criança, um privilegiado pela inteligência e pelo caráter, predicados pelos quais se impôs sempre à admiração, estima pessoal e respeito de quantos tiveram a ventura de com êle privar.

Muito jovem, ainda, ingressou no tradicional Seminário de Olinda, onde se iniciou na carreira eclesiástica, que deveria concluir em Roma, conforme desejavam seus dignos progenitores. Aconteceu, porém, que, outra sendo a sua vocação, já quando nesta metrópole, em trânsito para a Cidade Eterna, resolveu tirar a batina para empunhar o arado, fazendo, com brilho excepcional, o curso de Agronomia na extinta Escola de Socorro, em Pernambuco.

Acadêmico, ainda, ingressou na vida pública, atuando, eficientemente, no Serviço Estadual de Algodão, mantido pelo Estado da Paraíba em regime de cooperação com o Govêrno Federal.

Daí foi êle, pela sua competência, solicitado para trabalhar no Aprendizado Agrícola "Vidal de Negreiros", como auxiliar do respectivo diretor, o invulgar e saudoso técnico José Augusto da Trindade, grande luminar das ciências agronômicas, a quem o Nordeste e o Brasil devem os mais relevantes serviços.

Anos depois, era Lauro Montenegro nomeado para dirigir igual estabelecimento em Pernambuco — o Aprendizado Agrícola de Tamandaré, onde o sua atuação enérgica e eficiente lhe valeu ser convidado para Secretário da Agricultura do grande Estado nordestino. Nesse pôsto de tamanha responsabilidade e importância, no qual se impôs pelo muito que fez em proveito das atividades rurais pernambucanas, permaneceu até o fim do Govêrno Carlos de Lima.

Logo depois era designado para dirigir um Campo Experimental de Côco, do Ministério da Agricultura, em Sergipe, função essa em que mais, ainda, se consolidou o elevado conceito que vinha mereci-

damente desfrutando como técnico e administrador, tanto fez pela cultura daquela rica palmácea e, em particular, de sua principal variedade — o coqueiro anão.

Pouco tempo, porém, aí permaneceu, pois foi convidado para Secretário da Agricultura em seu Estado natal, marcando época a sua gestão na Pasta, tão importantes foram os serviços que prestou à lavoura e à pecuária paraibanas.

Da Paraíba, onde ficou até o término do Govêrno Argemiro de Figueiredo, veio colaborar na Divisão do Material de seu Ministério, onde prestou os mais assinalados serviços ao país.

Foi, então, designado para chefiar a Seção de Fomento Agrícola e dirigir os serviços articulados do Ministério da Agricultura, em Alagoas, ponto culminante de sua atuação como agrônomo e chefe de repartição. Acumulando, com aquelas, as funções correspondentes a Secretário da Agricultura, que lhe foram outorgadas, com absoluta liberdade de ação e o máximo apôio, pelo Interventor Ismar de Góis Monteiro, conseguiu realizar, na terra gloriosa dos generais, uma das obras mais notáveis que no Brasil já se fez sob a direção de um agrônomo daquele Ministério. Tão eficiente foi a sua atuação nos meios rurais alagoanos, que por ela se impôs a confiança e amizade de tôda a população do Estado, daí resultando a boa e geral acolhida dispensada à indicação do seu nome para deputado federal.

Começa, então, aí, uma fase nova e fulgurante para o já renomado homem público que, no Congresso, como Constituinte e Parlamentar, logo conquistou as simpatias e o melhor aprêço de seus pares. E' que foi realmente intenso e brilhante o trabalho que desenvolveu no plenário e nas comissões, como membro da Mesa da Constituinte, orador fluente e de largos recursos, autor de vários projetos e de numerosos pareceres, muitos dos quais notáveis pela firmeza de suas conclusões, baseadas que eram no estudo aprofundado dos assuntos.

E foi êsse o homem probo, simples e capaz que perdeu o Nordeste, em particular a nossa Paraíba, e, sobretudo, o Brasil, com apenas 56 anos de idade, quando muito poderia fazer ainda pelo Estado em que nasceu, pelo que tão brilhantemente representava na Câmara Federal e pelo país a que serviu sempre com inexcedível devotamento e patriotismo.

Lamenta, profundamente, a agronomia nacional, o prematuro desaparecimento, com a sua morte, de um de seus expoentes máximos na cultura, na inteligência e na operosidade, que era, ao mesmo tempo, uma de suas maiores esperanças no que diz respeito à organização e engrandecimento da classe, à reivindicação de seus justos direitos e boa prática das normas por que sempre se bateu visando o fortalecimento da economia brasileira pela exploração racional de nossas riquezas agrárias, devidamente orientada pelo Ministério da Agricultura.

Sentem os amigos, o grande vácuo que se abriu com o seu perecimento, a cada instante que se faz presente, à memória de qualquer deles, aquele espírito sempre alegre acolhedor, que jamais se deixou abater, não obstante os duros revezes por que passou na vida.

Choram os parentes a separação do ente querido que se foi, deixando implantada, no coração de todos, a mais cruciante das saudades.

Neste instante, porém, cantemos hosanas à sua memória, glorificando, assim, a vida de quem, como êle, nasceu e morreu pobre, deixando à Família tão só o belo e rico patrimônio moral que modelou com dedicação e sacrifício e legando à Pátria o maior e mais relevante acêrvo de bons serviços prestados com verdadeiro carinho e o mais acendrado amor patriótico.

Bem haja, finalmente, a iniciativa feliz e oportuna que teve a direção desta "Casa" homenageando um paraibano assim tão merecedor da nossa gratidão, do nosso respeito e da nossa saudade, pelo muito que fez em benefício do país, pelo engrandecimento do Nordeste, pelo bom nome da Paraíba.



O Instituto do Açucar e do Alcool e a assistência ao trabalhador rural

A educação e a assistência social às populações rurais é um problema de indispensável urgência que, em nosso país, precisa e deve ser encarado com o máximo cuidado e atenção.

A maior parte de nossa população habita a zona rural, e do trabalho agrícola obtém os meios para a sua subsistência

Da agricultura, abrangendo a pecuária e as indústrias extrativas de origem vegetal, animal e mineral, depende todo o arcabouço de nossa economia.

Em que pese o surto industrial dos últimos anos, ainda somos, e continuaremos por muito tempo ainda, sendo um país agrícola, dada a nossa extensão territorial que permite possamos manter ao lado da indústria, uma enorme produção de matérias primas; de todos os produtos alimentícios indispensáveis à nossa subsistência, e, ainda, um saldo sempre favorável, que assegure a nossa comércio de exportação.

E' necessário olhar sempre, com todo o interêsse, os nossos problemas agrícolas, pois êles são de uma importância fundamental para a economia nacional

Não bastam as medidas diretas de incentivo à produção, sem que primeiro se tenha encarado o problema do homem rural, do homem esquecido, do homem que trabalha para assegurar a alimentação e o trabalho do resto da população.

Pelo Censo Demográfico do Brasil, levado a efeito em 1940, temos uma população de quarenta e um milhões, duzentos e trinta e seis mil, trezentos e quinze habitantes, dos quais vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta localizados na zona rural, isto é, 68,73% da população vive no campo e do campo.

Infelizmente, pouco se tem feito de eficiente e objetivo em prol de nossa população rural que, abandonada, sem conforto de espécie alguma, sem instrução, sem os mais elementares conhecimentos de higiene, mal alimentada e doente, ainda trabalha e produz.

O problema da valorização do homem rural e da elevação do nível de vida de nosso população campesina assume um aspecto de grande relevância e é, sem dúvida, daqueles que merecem prioridade em face de outros problemas de âmbito nacional.

Da agricultura dependem a indústria e o comércio

Já não será sem tempo repararmos o grande êrro em que incidimos e a grande injustiça que estamos cometendo, relegando para um plano secundário, os problemas que dizem respeito à vida rural do país.

O êxodo rural, com tôdas as suas desastrosas consequências, é um grave problema que cada vez mais se acentua, e precisa e deve ser encarado com a máxima energia e espírito prático.

Para a sua agravação contribui, sem dúvida, o grande desequilíbrio existente entre o tratamento dispensado aos trabalhadores da indústria e do comércio, melhor aquinhoados pela assistência educacional e pela assistência social que os trabalhadores da agricultura.

E' preciso e inadiável que os mesmos benefícios sejam extendidos aos que se dedicam ao trabalho agrícola; àqueles que, pela importância fundamental que representam para a economia nacional, já deviam ter sido, há mais tempo, amparados.

Através da educação, precisamos cuidar da formação humana e profissional do homem rural; através da assistência social, melhorar as condições de vida no meio onde êle habita

Sòmente com a concurso de um sistema de educação e assistência social rural convenientemente planejado e patriòticamente executado, conseguir-se-á a valorização do homem e a elevação do nível de vida de nossas populações rurais, fatores decisivos para a produtividade, enriquecimento e progresso constante do país.

Todos clamam pelo imediato socorro ao homem do campo. Até projetos têm surgido no Congresso visando sanar a lacuna. Mas nada de positivo surgiu ainda.

E' por isso que se torna digno dos maiores louvores o trabalho que o Instituto do Açúcar e do Alcool, dentro das suas possibilidades e de um plano bem arquitetado, vem realizando em favor do homem ligado à cultura e à indústria da cana de açúcar.

Assim é que desde 1941, quando foi

promulgado o Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-lei n.º 3.855), vem o I.A.A. cuidando do problema da assistência médico-social para o trabalhador do açúcar. Com efeito, naquele diploma legal, o art. 22 previa, nos contratos-tipos, "moradia sã e suficiente, assistência médica, dentária e hospitalar gratuita e ensino primário gratuito aos filhos dos trabalhadores". Dois anos após, era publicada a Resolução n.º 206/48, que nos seus arts 12.º e seguintes dispunha da retenção de Cr$ 0,40 por tonelada de cana entregue pelos fornecedores às usinas para a constituição de um Fundo de Assistência Médico-Social para o trabalhador rural e pequeno fornecedor. Por conta do referido Fundo, já estão em andamento trabalhos de construção de ambulatórios em Sertãozinho e Capivari (São Paulo) e Campos (E. do Rio) bem como a aquisição de uma ambulância para serviço odontológico em Pernambuco.

Finalmente em 1946, com o decreto-lei n.º 9.827 (12-9-46), ficou estabelecido que as usinas de açúcar destinariam Cr$ 0,20, por saco de açúcar produzido, para serviços médico-sociais, tendo o assunto sido disciplinado pela Resolução n.º 206/48 da Comissão Executiva do I. A. A. Essa Resolução estabeleceu uma ordem de gradação e preferência na prestação daqueles serviços: ambulatórias; hospitais regionais e centrais; instituições recreativas e culturais.

Em Pernambuco e Alagoas, iniciaram-se já as obras de construção de dois hospitais, com capacidade de 300 leitos cada, destinados aos trabalhadores do açúcar e, após a publicação do decreto-lei n.º 9.827, cêrca de 175 novas realizações (ambulatórios, escolas, pequenos hospitais, creches, ambulâncias, campos de desporto) foram levadas a efeito pelas usinas do país.

O Instituto do Açúcar fiscaliza a aplicação das verbas oriundas do fornecimento de cana e do fabricação do açúcar, mantendo um Serviço especializado, na Seção de Assistência à Produção, o qual serve também como orientador de tôdas as iniciativas exigindo supervisão técnica, como ambulatórios, hospitais, escolas e outros itens.

Amparado o produtor e posteriormente o fornecedor de matéria prima, voltam-se as vistas do I.A.A. paar a trabalhador do açúcar, agora que a ameaça de ruina foi afastada das fábricas de açúcar e das plantações de cana. A ordem econômica restabelecida, pôde o Instituto delinear, com perspectivas seguras, porque objetivas, as linhas de um amplo programa em defesa da saúde e reerguimento do nível intelectual do homem do açúcar. As bases para a execução dêsse programa estão consubstanciadas no contrôle firme pelo I.A.A. na aplicação das verbas e no vulto das mesmas. A média de arrecadação, de 1943 a 1948, da retenção de Cr$ 0,40 p/tonelada de cana fornecida é de Cr$ 1.857.674,00 anuais; da incidência de Cr$ 2.00 par saco de açúcar produzido, a média, de 1946 a 1949, é de Cr$ 44.213.292,00. A tendência dessas verbas é para aumento significativo, ante a crescente ampliação dos canaviais e crescimento evidente da produção açucareira.

QUESTÕES AGRÍCOLAS

Uma carta do nosso sócio Sr. Jorge Polysú, para o qual, com prazer, abrimos espaço.

"Ilma. Sr. Dr. Prof. Arthur Torres Filho. M. D. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro. Prezado Sr. Dr. Tive prazer em ler ùltimamente na "A Lavoura" e no "O Jornal" de 16 de 4, artigos relativos ao trigo e, no "O Jornal" de 23 de 4, um muito interessante sobre a "Refertilisação das Terras Brasileiras", um muito importante artigo que trata da agricultura intensiva.

Como é uma questão que conheço bem, por me ter dedicado em adubos e na aplicação dos mesmos desde que saí das escolas, quero dizer em 1892, quando entrei na indústria de adubos químicos, e trabalhei nesta, desde esso data até hoje ainda, tomei por isto, a liberdade de lhe dirigir essa carta. Já conto muitos anos, mas continuo forte e trabalho bastante pela lavoura, no Brasil, desde 1904 quando cheguei pela Casa Elqueiroz (Luiz Queiroz) no inicio de 1904. — Lá fabriquei o mais antiga adubo feito e vendido no Brasil, o Adubo Polysú, que continua a se fabricar e ser vendido na França pela Casa Vilmorin de Paris. De 1892 a 1903 fabricava numa grande fábrica da França uma média diária de 200 toneladas de superfosfatos, de fosfatos precipitados de ossos, de adubos completos e industriava o sangue dessecado, que fabricava também no matadouro de São Paulo para Elqueiroz.

Dirigia a exploração de todos esses adubos e tratava em terrenos de minha família, na Borgonha, de experiências de rendimentos de pastos naturais e artificiais, de vinhedos sepultados (Chablis) (Beaune) e, sobretudo de trigo.

Respeito ao trigo, lhe direi que o jornal "Estado de São Paulo "de 28 de 3-50 publicou uma nota relativa a experiências feitas nos Estados Unidos, em Beltsvelle, que provou que sôbre cent nas de trigos provenientes dos paises mais afastados, os únicos que ofereceram mais resistência à ferrugem "15th", a mais virulenta de todas, são todas as variedades produzidas em Bagé pelos cruzamentos feitos pelo Dr. F. Beckman desde 1925, e que, destas variedades, a mais resistente ainda é o Frontana, que eles semeam desde anos. O mesmo jornal — Estado de São Paulo — na data de 29 referiu-se, ainda à esta nota, dizendo que os técnicos norte americanos que vieram para tomar parte da IV Reunião Brasileira de Trigo, declararam que o "Frontana" é a variedade mais resistente a ferrugem "15th", da zona Oeste dos Estados Unidos. E o "Estado de São Paulo "diz (Dr. Edgard Fernandes Teixeira) que o trigo deve ser semeado de março a abril (em São Paulo) aqui, conforme a zona, em abril, maio e junho. Assim, colhe-se antes das chuvas do fim do ano. O Estado de São Paulo publica em data de 5-4-50, a conferência do Dr. I. Beckman promovida pela Secretaria de Agricultura de São Paulo em 17 de março de 1950, na Biblioteca Municipal, onde esse geneticista demonstra o papel importante que tem na formação das variedades que ele obteve em Bagé com o meu trigo (142 = Polysú — Tg 1 = Marumbi) e, à este respeito, junto a esta separata, onde sublinhei as partes principais que explicam porque os Americanos acharam os cruzamento obtidos, refratários ou, pelo menos, os mais resistentes às ferrugens.

Desejava que o Dr. ficasse ciente disso, agora quero lhe expor o que tenho ainda para demonstrar:

Na França, nas culturas feitas em terras de minha familia, entre 1893 e 1903 quando ao tratar do preparo da terra, da semeação, depois de ter procedido às diversas adubações, e do desenvolvimento dos trigos de inverno procedi a muitas experiências de preparo do solo, no modo de semear, de cultivar durante a vegetação e de aplicar os adubos para, conforme as terras, ver as dosagens preferíveis.

Cheguei, em áreas de acre, 5 acres, 10 acres, a resultados magníficos, neste tempo onde tudo era feito com máquinas antigos, puxadas por cavalos, mas que em parcelas assim, pequenos é verdade, chegaram a me dar até 3 toneladas por hectare.

Esses resultados foram obtidos devido a diversos fatores: Preparo do solo todo especial, adubação escolhida e com doses massiças de certos elementos, sementes de variedades boas e sementes escolhidas, conforme regras indispensáveis, desinfecção das mesmas antes. Semeação própria para perfeito desenvolvimento do trigo e perfilhação abundante — culturo e tratos especiais nos primeiros meses.

Tudo isto em terrenos próprios para trigo, mas, mesmo num campo com barba de bode, si a terra aravel e de boa espessura, com preparos especiais durante 2 anos, no 3.º ano poderá chegar a essa mesma produção.

Gastará adubo, que é uma grande despeza, mas, economisará sôbre o peso da semente e colher-se-á o duplo do que se colhe e se chegará a colher 3 vezes, e, possivelmente mais ainda.

O "O Jornal" publica artigos muito interessantes do Dr. Assis Chateaubriand, que fala de sua viagem nos Marrocos e preconiza o emprego dos superfosfatos, que são especiais para nossas terras acidas, e para obter trigo os fosfatos são indispenáveis, como também o potássio, mais que o azoto.

A este respeito lastimo que não se proceda no Brasil, a estudos dos jazidas de salgenia, que existem em muitos Estados, jazidas formidáveis. Essas jazidas, algumas pelo menos, devem conter camadas de sais potássicos e seria um auxilio enorme pelas adubações, pela economia de divisas e até pela exportação desses sais indispensáveis.

Para acabar vou lhe dar um resumo comparativo das despesas de adubos e das colheitas de trigo na França e na Bélgica, extraída do número de janeiro de 1950 da Revista Bulletin des Engrais de Paris.

O resultados da estatística das colheitas são inferiores a realidade, porque entram resultados obtidos em terras que não são próprios para trigo, onde se satisfaz, sem adubos a colheitas de 500* por are. Isso abaixa muito a média.

Quantitées d'engrais employés par hectare.

	França	Bélgica
Azote	11 ks.	72 ks.
Ac. Phosphorico . .	21 ks.	72 ks.
Potassio	16 ks.	95 ks.
Production statistique)	1,700 ks.	3,000 ks.

Naturalmente não se poderá ultrapassar um certo máximo de adubos, não teria mais acrescimento de renda, porque é preciso que o preço dos adubos seja inferior ao excesso do preço obtido pela venda.

Vou continuando, na medida dos meus meios, fazendo pequenas culturas, de um lado e do outro em terrenos de diversos tipos e em climas bem variáveis, desde 1000m até sòmente 100m., numa zona quente do litoral, mas onde não faltam as chuvas e até hoje tem sempre excelentes resultados, mas cultivando de forma diferente das culturas habituais, preparo a terra com grande antecedência para nela fazer reservas de água e gasto muito menos sementes que a quantidade que todos usam. Penso que na próxima colheita confirmará o meu modo de fazer, (foi confirmado).

Abusei dos seus olhos para decifrar os meus hieroglifos, peço desculpar-me e também aceitar os meus melhores sentimentos de apreço e estima."

(a.) **Jorge Polysú**

O Reflorestamento no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Em recente viagem de estudos que fizemos ao Estado de Minas Gerais, de acôrdo com o programa estabelecido com o Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, tivemos oportunidade de constatar o que naquela Unidade da Federação se vem fazendo no setor do reflorestamento.

Como bem salienta o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado na justificativa da necessidade do reaparelhamento material e pessoal da Divisão de Reflorestamento, **"O Brasil vive ainda o ciclo econômico da lenha".**

No Estado de Minas Gerais, por exemplo, o consumo de lenha e de carvão vegetal é elevadíssimo, devendo-se considerar ainda a madeira para fins diversos, cuja procura é, cada vez, mais crescente.

Alguns dados estatísticos esclarecem melhor o assunto.

Durante o ano de 1947, o Estado de Minas Gerais produziu:

a) 244.922 toneladas de carvão vegetal;
b) 1.262.840 dormentes;
c) 30.616.000 metros cúbicos de lenha;
d) 964.840 metros cúbicos de madeira.

Relevo salientar ainda que não são computados os gastos provenientes das queimadas desordenadas que, apesar dos dispositivos do Código Florestal, continuam sendo praticadas impiedosamente, em todo o país.

Das 244.922 toneladas de carvão vegetal, ... 124.929 toneladas, isto é, 50% do total, foram produzidas por uma única região do Estado — Zona Metalúrgica —, seguindo-se, em ordem decrescente, a região do Rio Dôce, com 67.893 toneladas, a zona da Mata, com 32.909 toneladas, o Sul de Minas, com 14.525 toneladas e outras zonas com menos de 2.000 toneladas.

A zona de Itacambira, foi a que menos carvão produziu, registrando as estatísticas, apenas 5.000 toneladas.

As zonas que mais concorreram para a produção de dormentes em 1947, num total de 1.262.840 unidades, foram o Oeste de Minas, com 262.000 dormentes, a Zona do Médio São Francisco, com 220.000 unidades, o Sul de Minas, com 139.800, o Triângulo Mineiro, com 132.500 dormentes, a zona de Itacambira, com 105.000 unidades e outras com menos de 100.000 dormentes.

O Alto Jequitinhonha foi a zona que menos dormentes produziu, concorrendo apenas com 2.600 unidades.

Mais concorreram para a produção de lenha, o Sul de Minas com 5.149.000 de metros cúbicos, a zona da Mata com 5.149.000 de metros cúbicos, a zona Metalúrgica com 3.904.000 metros cúbicos, a zona do Oeste com 3.950.000 metros cúbicos, a zona do Rio Dôce com 3.030.000 de metros cúbicos, cabendo às demais regiões fisiográficas do Estado, produção inferior a 2.000.000 de metros cúbicos cada uma.

A região que menos lenha produziu foi a zona de Urucuia, que concorreu com, apenas, 305.000 de metros cúbicos.

E' muito interessante lembrar que só o consumo de lenha, em 1947, foi equivalente a 30.616.000 metros cúbicos, o que representa uma média de 4,5 metros cúbicos de lenha por habitante, pois, segundo o censo de 1940, a população mineira é de .... 6.803.410 de habitantes.

Quanto à madeira pròpriamente dita, só o Sul de Minas produziu, em 1947, 221.050 metros cúbicos, seguindo-se, em ordem decrescente, a zona do Rio Dôce com uma produção de 202.000 metros cúbicos, a zona da Mata com 137.890 metros cúbicos, concorrendo as outras regiões fisiográficas do Estado, com menos de 100.000 metros cúbicos cada uma.

A que menos forneceu madeira pròpriamente dita, foi a região do Médio São Francisco, com, apenas 6.750 metros cúblicos.

Segundo cálculos da Divisão de Reflorestamento da Secretoria de Agricultura do Estado, anualmente, uma área de cêrca de duzentos mil hectares é desnudada para permitir uma extração de 12.500.000 de madeira aproveitada para lenha, madeira, etc.

De acôrdo com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção o programa mínimo de reflorestamento do Estado é o do "reflorestamento visando a recomposição de, pelo menos, as áreas devastadas", tornando-se necessário, portanto, que haja um perfeito entrosamento, mediante acôrdos, entre o Estado, os Municípios, as Entidades Autárquicas, a direção das ferrovias e rodovias, as emprêsas consumidoras de combustível vegetal e os particulares.

Dando execução ao Plano foram plantados, em 1948, além de 8.549.899 pés de eucaliptus, numerosos exemplares de jacaré, pinheiro, angico vermelho, ipê, folha de lobo, etc.

Por outro lado, foram assinados convenios com a Rêde Mineira de Viação, a Leopoldina Railway, a Estrada de Ferro Vitória a Minas e Bahia a Minas, em virtude dos quais já foram criadas nas margens das referidas ferrovias, 120 sementeiras ou peque-

nos hortos que produzirão as indispensáveis mudas destinadas ao reflorestamento.

Oxalá, prossiga sem esmorecimento o plano de reflorestamento das áreas devastadas do Estado de Minas Gerais, pois, segundo dados estatísticos, para um consumo de 100.000.000 de metros cúbicos de lenha no Brasil, sòmente o grande Estado da Federação teve um consumo de 24.119.000 metros cúbicos, isto é, quase 25% do total, e para um consumo de 620.000 toneladas de carvão vegetal em todo o país, o Estado de Minas Gerais gasta .... 280.000 toneladas, isto é, 45% do total.

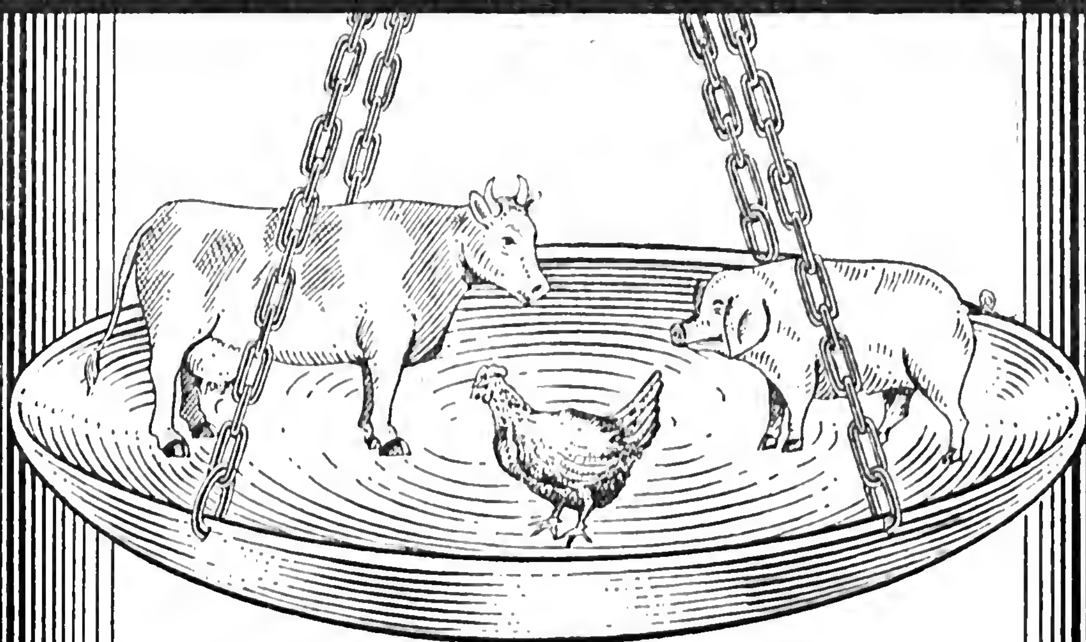
Visando o preparo de elementos convenientemente esclarecidos e orientados sôbre os problemas fundamentais da silvicultura, que possam difundir, pelas mais variadas regiões do Estado os ensinamentos recebidos, tornando possível, assim, a intensificação do reflorestamento tão necessário ao Estado de Minas Gerais, foram criados **Cursos intensivos de Silvicultura.**

São admitidos nesses cursos:

a) elementos recrutados nas próprias fazendas,
b) funcionários municipais.

Para que possam fazer tais cursos intensivos, são proporcionadas aos candidatos, hospedagem e transporte gratuitos.

Até a presente, já foram preparadas quatro turmas de silvicultores práticos.



DEVOLVENDO ao dono o seu pêso em OURO!



TORTA COMPLETA Nº 1

Para vacas leiteiras, cabras e coelhos.

TORTA COMPLETA Nº 2

Para porcos e açougue.

TORTA COMPLETA Nº 5

Para galinhas poedeiras.

ANIMAIS SADIOS
BONS PRODUTOS
BOM RENDIMENTO

REFORMA AGRARIA

CUNHA BAYMA
Engenheiro-Agrônomo

A propósito dos projetos ùltimamente entre nós organizados sôbre reforma agrária, ainda não esquecemos certo conceito emitido há anos em um discurso inflamado, pelo qual essa reforma consistia na importação de máquinas agrícolas, inclusive cultivadores e outros instrumentos de simplicidade maior. Cabe frizar em seguida que a reforma agrária de que carece o país, estará no aproveitamento melhor das terras, sobretudo das que se encontram perto dos grandes centros consumidores e quase nada produzem. Será um novo regime de divisão da propriedade rural em eliminação gradual dos latifúndios improdutivos, por meio do crédito de aquisição, crédito de exploração e crédito de construção para os colonos e pequenos proprietários em geral. Há de ser uma orientação econômica segura na produção das diferentes safras de nossos produtos da terra, de acôrdo com a região e todos os mais fatores. Residirá num processo simultâneo de educação agrícola, pastoril, florestal, etc., incidindo sôbre todos seus ramos de atividade, inclusive os meios diversos de tornar atraente e de embelezar a vida dos campos. Compreenderá, além das grandes compras de maquinária no exterior, a associação multiplicada dos agricultores em cooperativas de produção, de consumo, de compra e venda, e até de variadas indústrias agrícolas, — muito mais do que até agora. Repousará fundamentalmente nas vias de comunicação aumentadas e na solução de tôdas as dificuldades de transporte, que abrange estradas, caminhos, veículos combustíveis e lubrificantes. Exige a solução do problema de armazens silos e frigoríficos. Pede que haja um bom mercado interno que existirá com a elevação do nível de vida e melhor poder aquisitivo do povo. Reforma agrária será, ainda, combate generalizado à erosão, prática real do reflorestamento e exploração racional das matas, será o estabelecimento dos fábricas e emprêgo inteligente de adubos, o uso da água na irrigação, a cultura intensiva, a mecanização da lavoura sem o caráter exclusivista da motocultura inacessível e até desconhecida para grande parte dos lavradores. Será a renovação que depende de trabalho metódico, seguro, dos poderes e órgãos competentes, no sentido de criar e fomentar a produção econômica sem os arroubos da propaganda mal orientada, que chegou até a dar adeus ao carro de bois como veículo já desaparecido na onda do progresso rural que, na realidade, ainda não está assim. . . A respeito de reforma agrária, há no Congresso Nacional dois projetos, dos quais o primeiro de iniciativa do próprio poder legislativo, pela mão do deputado Samuel Duarte, e o segundo de iniciativa do Govêrno originário do Ministério da Agricultura na recente gestão do então Ministro da Agricultura Dr. Daniel de Carvalho. E mais para trás encontra-se a excelente contribuição representada pelo ante-projeto do Código Rural, elaborado em 1942 por uma Comissão sob a presidência do Dr. Luciano Pereira da Silva, Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura. O Congresso Nacional tem, portanto, três contribuições da mais alta valia para servir de base a um projeto capaz de atender às necessidades rurais brasileiras, não esquecidos o conhecimento e a capacidade dos doutos e dos ruralistas que honram a Câmara e o Senado da República. Resta, pois, pôr mão à obra que será uma daquelas de maior profundidade quanto à influência que pode desempenhar no desenvolvimento e na vida do Brasil agrícola e pastoril.

Mais uma grande cooperativa de colonização Italiana que se funda no Brasil

Cumprindo uma de suas elevadas funções, o Ministério da Agricultura, por intermédio de seu órgão especializado — o Serviço de Economia Rural — sob a direção do Dr. Julio Cesar Covello, acaba de orientar a fundação da Cooperativa Agricola e Industrial Umbra no Brasil, com séde na Fazenda Barra Grande, no Municipio de Paratí, Estado do Rio de Janeiro.

Designado, especialmente, o Agrônomo Paulo Vilhena Brandão Albuquerque, da Seção de Organização e Propaganda das Sociedades Cooperativas, prestou êle tôdo a assistência necessária, não só no campo cooperativo pròpriamente, como naquele econômico, examinando e evidenciando todos os aspétos capazes de permitir o desenvolvimento e a prosperidade da novel entidade.

No gênero, a Cooperativa Agrícola e Industrial Umbra no Brasil, de "trabalho em comum durante 20 anos, após os quais entrarão os colonos na posse plena da terra, é o primeiro dêsse tipo a fundar-se na América do Sul, dispondo, pela forma que está constituida e pela localização e plano de trabalho, de condições indispensáveis a uma vitória certa. Congregando todos seus associados para execução coletiva do programa pré-estabelecido, explorando racionalmente as fontes econômicas disponiveis da região, onde se fixarão, inclusive industrializando aquelas possiveis, e fazendo a produção chegar diretamente ao consumidor por intermédio de seus próprios meios de transporte, por preços naturalmente sem competição, pois que cada setor será atendido por equipe especializada, estará a Cooperativa Umbra fadada aos maiores resultados.

Foi compreendendo o alcance e a projeção que ela poderá alcançar, que o Serviço de Economia Rural não regateou aplausos e se lançou ao trabalho, pondo-se à disposição dos 10 italianos, sócios da Cooperativa Umbra na Itália, designados especialmente para no Brasil, providenciarem a transplantação da entidade do país de origem para o nosso. Assiste-os, como assesôra, a Sra. Carmen Varriale.

Não permitindo a lei brasileira tal procedimento, chamou a si o Dr. Fábio Luz a tarefa de transplantar a idéia central dos cooperados, elaborando os estatutos pelo qual se regerão os destinos da Cooperativa Umbra no Brasil, dentro dos moldes brasileiros.

Não foi pequeno o trabalho tido pelo Serviço de Economia Rural para atender aos desejos dos fundadores da Cooperativa Umbra, traduzindo o mais fielmente possível seus anseios e adaptando às contingências da lei e do meio brasileiro os estatutos e o programa de trabalho.

A Cooperativa recem-fundada tem sua origem na Itália. Em Trevi, na Provincia de Perúgio, fundou-se, em 1949, uma Cooperativa com a finalidade de colonizar o Brasil com seus associados. Assim conseguiram congregar 1.500 associados num total de 9.000 pessoas, e um capital realizado de ...... 45.000.000 de liras, destinado a fazer face às despesas gerais de administração e viagem da comissão ao Brasil, inclusive despesas de passaporte, transporte de maquinária de seus associados, etc. A comissão, que se encontra no Brasil, já deu os primeiros passos, fundando a Cooperativa Agricola e Industrial Umbra, sob orientação do Serviço de Economia Rural e escolhendo o local para se fixarem, que é a região compreendida entre Mangaratiba e Paratí, inclusive estes dois municipios.

E' a Cooperativa Umbra uma organização interessante, do tipo integral, a primeira a fundar-se na América do Sul. Reune diversos grupos profissionais, que darão seu trabalho pessoal, contando-se: pescadores com todo o equipamento e barcos, inclusive um de 200 toneladas); transportadores (com 40 caminhões); serralheiros (com serrarias); carpinteiros; marceneiros, pedreiros, agricultores; criadores; eletricistas; técnicos em cerâmica; fabricantes de queijo, etc. Pela organização que têm, procuram êles bastarem-se a si mesmos, executando os associados tôdas as tarefas que forem cometidas à Cooperativa, qualquer que seja o campo em que se lance, existindo, assim, as melhores razões de vitória, pois que os obreiros dessa colmeia de trabalho são os interessados no futuro de sua Sociedade.

A escolha da região sul do Estado do Rio, e da fazenda Barra Grande para sua séde, teve em vista as condições potenciais que a região oferece para trabalho de vulto como o que pretende realizar a Cooperativa Umbra.

A fazenda Barra Grande, no municipio de Paratí, está próxima de grandes centros consumidores como Niterói, Distrito Federal e Santos. Por via maritima, a Cooperativa poderá dentro de 6 a 8 horas, lançar sua produção no Distrito Federal, podendo se quiser, utilizar-se da Estrada de Ferro Central do Brasil, no trecho entre Mangaratiba e D. Pedro II.

Tendo em vista o programa que a Cooperativa pretende executar, a fazenda Barra Grande se apresenta como o tipo ideal. Cinco quilômetros de praia, possibilitando a exploração do pescado; matas permitindo a imediata exploração de madeiras, pela já existência de fôrça e uma serraria; olaria e barro permitindo o fabrico de tijolos, telhas e cerâmica de luxo; palmital, permitindo, não só a industrialização do palmito, como da bebida denominada assai, grandemente consumida na Amazônia; cêrca de 800 alqueires ou mais de terras, permitindo a lavoura mecanizada, terras essas profundas e bem dosadas nos seus elementos constituintes; terras para criação; altitudes diversas permitindo várias culturas como: arroz, feijão, milho, cana de açúcar, verduras, frutas (tropicais e européias) e batatinha (Solanum tuberosum) principalmente por ocasião da escassez no Distrito Federal (inverno), desde que irrigado.

Embora resumidamente, está patente o grande campo de ação que pode desenvolver a Cooperativa Umbra no Brasil, dispondo, como dispõe, de dois grandes fatôres na produção: pessoal abundante, especializado e rigorosamente recrutado, a maquinário. Falta apenas o financiamento.

Existe um contrato de opção de compra por parte da Cooperativa para a Fazenda Barra Grande pelo valor de Cr$ 20.000.000,00.

O Govêrno italiano, visando naturalmente assegurar condições de vida aos seus subditos, não per-

mitirá a saida dos sócios da Cooperativa italiana para o Brasil, sem que seus diretores provem a existência dessas condições. A garantia de um empréstimo a ser feito à Cooperativa no Brasil, naturalmente dentro das condições do crédito especializado, possibilitará a imigração dêsse valiosissimo contingente humano para o Brasil.

E' evidente a importância dêsse acontecimento para o Estado do Rio de Janeiro, Ao governo e aos seus orgãos de crédito se apresenta rara ocasião de um procedimento capaz de projetar à posteridade aquêle que o encabeçar.

A colonização de base cooperativa deve ser encarada como função social e não como função comercial.

Todos sabem a valiosa contribuição do colono italiano na mobilização agricola do Brasil, Não sairá atualmente, emigrante italiano a não ser cooperativado, donde o duplo valor dessas preciosas levas imigratórias.

Ao governo cabe medir a sua enorme responsabilidade nesse setor vital.

(Do Serviço de Economia Rural)

A Sociedade Nacional de Agricultura e o Ensino Agricola

ANIVERSÁRIO DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"

Reportagem para "A Lavoura" pelo Prof. Geroldo Goulart da Silveira.

A Sociedade Nacional de Agricultura, que desde 1899 vem dedicando especial atenção ao problema do ensino profissional agrícola, merece, sem dúvida, os mais calorosos aplausos pela que de prático e objetivo tem conseguido realizar, apezar dos exíguos recursos com que sempre contou.

O exemplo da Escola de Horticultura "Wenceslóa Bello" é eloquente.

Apezar do dificuldades várias, principalmente a elevação sempre constante do custo de vida, vem a Sociedade Nacional de Agricultura mantendo, na Penha, o Escola de Horticultura, "Wenceslóa Bello" que abriga, sob regimen de internato inteiramente gratuito, cincoenta filhos de agricultores provenientes das mais diversos regiões do país.

Essa tenacidade e esse ideolismo que sempre nortearam aqueles sob cujas ombras tem estado a direção de tão benemérita instituição, são dignas de registro.

Em 1899, com o Aprendizado Agrícola da Penha e hoje, com a Escola de Horticultura "Wenceslán Bello" que resultou da transformação daquele, representam cinquenta e um anos de trabalho fecundo e construtivo de que muita pode orgulhar-se a veneranda associação de classe.

O HORTO FRUTÍCOLA DA PENHA E O APRENDIZADO AGRÍCOLA DA PENHA

Em 1899, quando ministro da Vinção, Indústria e Obras Públicas o Dr. Severino Vieira, pelo aviso ministerial 199 foi a então "Horto Vitícola e Estação Filoxérica da Penha" transferida para o jurisdição da Sociedade Nacional de Agricultura.

Naquela época, sob a gestão do preclaro Dr. José Cardoso de Moura Brasil, a Sociedade Nacional de Agricultura transformou o patrimônio que havia recebido, na Horto Frutícola da Penha e na Aprendizado Agrícola da Penha, de que foi primeiro diretor o Dr. Manoel Paulino Covalcanti, estabelecimentos que muita contribuiram para o desenvolvimento da agricultura nacional.

O Horto Frutícola do Penha, distribuindo gratuitamente mudas de árvores frutíferas até 1912 e daí por diante, mediante uma módica indenização, muito contribuiu para o desenvolvimento de nosso incipiente fruticultura, principalmente de citricultura que, algum tempo depois, tomaria grande impulso.

O Aprendizado Agrícola da Penha, mais tarde denominado Aprendizado Agricola Wenceslán Bello, deu ao país um elevado número de profissionais, numa época em que poucos eram os estabelecimentos que ministravam o ensino profissional agrícola.

Em 1917, quando então Presidente da República o Dr. Wenceslau Braz, pelo decreto n.º 12.424, de 28 de março, recebeu a Sociedade Nacional de Agricultura e doação definitiva das terrenos de que estava de posse desde 20 de dezembro de 1899, sob as cláusulas "de inalienabilidade e de não poder a mesmo Sociedade destiná-los a outros fins que não sejam os da manutenção, ali, do Horto Frutícola da Penha, as campos de demonstração, de culturas e criação do Aprendizado Agrícola Wenceslão Bello".

A Sociedade Nacional de Agricultura, cumprindo os dispositivos do doação, sempre manteve, às vezes com inauditos esforços tão úteis estabelecimentos, construindo neles numerosas benfeitorias tais como a residência do Diretor, o reservatório de água, a pocilga, a estrumeira, as estradas, as instalações de água, energia e luz elétrica, os depósitos de máquinas, as oficinas, etc.

A ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÁO BELLO

Sob a presidência do Dr. Ildefonso Simões Lopes, que sentia a necessidade da remodelação do então Horto Frutícola da Penha e da transformação do Aprendizado Agrícola em uma Escola de Horticultura, que viesse preencher um claro no ensino agrícola do Brasil, grandes modificações al foram feitas.

Para isso, esse eminente presidente, a quem muito ficou o dever a S. N. A., preparou um "Plano de Remodelação do Horto Frutícola da Penha", que depois de detidamente estudado, foi aprovado pelo Conselho Superior da S. N. A.

Em 1931, o Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório da República, baixou o decreto n.º 20.294 de 12 de Agosto que possibilitou a remodelação do Horto Frutícola da Penha e, consequentemente, a instalação da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Designado pela Presidente do Sociedade Nacional de Agricultura, foi encarregado de organizar a remodelação do Horto e a creação da Escola de Horticultura Wenceslán Bello, o Dr. Manoel Paulino Cavalcanti. Esse agrônomo, primeiro Diretor de Aprendizado Agrícola da Penha, se desabrigou, com brilhantismo, da missão que lhe fora confiada.

Uma vez aprovado o plano pelo Dr. Mario Carneiro, Encarregado do Expediente do Ministério da Agricultura, tiveram início então as obras da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, modelar estabelecimento de ensino que, em nove anos, já conta com relevantes serviços prestados à horticultura brasileiro.

Não é possível deixar de assinalar o relevante papel que desempenharam em tão grandioso empreendimento o Dr. Artur Torres Filho, atual Presidente da S.N.A., que com tanta interesse e dedicação tem trabalhado pelo engrandecimento da Sociedade, e o Dr. Arrudo Camara, que desde 1937, data da fundação da Escola, a vem dirigindo com delicação, idealismo e grande acerto, conduzindo-a por uma trilha assinalada por grandes empreendimentos e notáveis conquistas.

ATA DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"

Aos quinze dias do mês de maio de 1937, as dez horas da manhã, na sala da congregação da Escola de Horticulturo "Wenceslão Bello", construido pela

Sociedade Nacional de Agricultura nos terrenos do Horto Fruticola da Penha, em substituição ao antigo "Aprendizado Agricola" que ali funcionou durante numerosos anos, presentes as altas autoridades públicas, diretores, sócios e funcionários da referida Sociedade que assinam esta Ato, foi solenemente inaugurada a Escola cuja construção iniciada em 1935, foi possibilisada pelo Decreto do então Chefe do Governo Provisório, o ilustre e eminente senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, número 20 294, de 12 de agosto de 1931 Presidente da República, o Exmo. Snr. Dr Getúlio Dorneles Vargas, Ministro da Agricultura, o Exmo. Sr. Dr Odilon Braga; Interventor Federal no Capital da República o Exmo Rev.º Cônego Olympio de Mello; Presidente da Sociedade, o Sr. Dr. Ildefonso Simões Lopes, 1.º Vice-presidente, em exercicio, Sr Dr Arthur Torres Filho; diretor do Horto e da Escola Dr. Antonio de Arruda Camara E, para constar, foi lavrado o presente, que vai por todos assinado Getúlio Vargas, Odilon Braga, Ildefonso Simões Lopes, Arthur Torres Filho, Antonio de Arruda Camara, Geraldo Goulart da Silveira, Adriano Dantas, Diogenes Caldas, Evaristo Leitão, Fabio Luz Filho, Roberto Dias Ferreira, Luis Marques Poliano, Eurico Santos, Manoel Coutinho dos Santos, José Marques Sarabanda, Mario Guedes, Julio Hamem Jorge, Luiz de Almeida, Joaquim Ignacio, Heitor da Silveira Grillo, Alvaro Simões Lopes, Kurt Rapsold, Manoel Gonçalves de Freitas, Domingos Faria, Guiomar de Arruda Camara, Joana de Arruda Camara e outros.

Programa comemorativo do aniversário da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello"

A direção da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" e o Clube Agricola "Miguel Calmon" organizaram para a Semana de 8 a 15 do corrente, o seguinte programa comemorativo do aniversário do tradicional estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade de Agricultura

Palestras

Dia 8 as 16,00 horas: **"Organização da classe rural"**, pelo Professor Antonio Arruda Camara e às 19.00 horas, **"Fiscalização das sementes importadas"**, pelo Assist. André da Silva Neto

Dia 9, as 16,00 horas. **"Apicultura"**, pelo Prof. Guaracy Cabral Lavor, acompanhado de projeção cinematográfica e às 19,00 horas **"Importância dos museus escolares"**, pelo Assist Agricola Castello Borges.

Dia 10, as 16,00 horas: **"Higiene das habitações rurais"**, pelo Prof Geraldo Goulart da Silveira.

Dia 11, às 16,00 horas: **"Broca do café"**, pelo Prof. Jalmirez Guimaraes Gomes, acompanhado de projeção cinematográfica e as 19,00 horas **"Importância da classificação dos produtos agricolas"**, pelo Assist Severino Gonçalves Camara.

Dia 12, às 16,00 horas: **"Grandes vultos da história nacional"** pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.

Dia 13, às 17,00 horas. **"Elementos que valorizam uma propriedade agricola"**, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

Programa esportivo

Dia 14, das 10,00 às 12,00 horas haverá competições esportivas com prêmios oferecidos pela Escola, pelos professores e pelo Clube Agricola "Miguel Calmon".

Sessão comemorativa

Dia 15 às 20,00 horas haverá sessão comemorativa do aniversário da Escola com a presença de todo corpo docente, obedecendo ao seguinte programa:

a — abertura pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, diretor da Escola;

b — discurso do aluno José Antonio Simões Lopes em nome do Clube Agricola Miguel Calmon,

c — discurso do aluno do 2.º ano Joel de Almeida Freire;



ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÁO BELLO

Grupo de alunos do modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura, quando se dirigiam para uma aula prática acompanhados do Professor Geraldo Goulart da Silveira

d — discurso do aluno do 1.º ano Joviniano Pontes Ribeiro;

e — palestras sôbre **"Realizações da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello"**, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;

f — encerramento pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.

A **sessão comemorativa** teve início às vinte horas do dia 15 conforme havia sido anunciado, sob a presidência do Dr. Antonio de Arruda Camara, diretor da Escola, estando a mesa constituida pelos professores Geraldo Goulart da Silveira e Pedro Goulart da Silveira Filho, pelos assistentes Severino Gonçalves Camara, André da Silva Neto e Antonio Albani, pelo Sr. Adriano Dantas, Administrador do Horto e senhores Aloisio Fonseca, auxiliar de ensino e José Antonio Simões Lopes, presidente do Clube Agricola.

Aberta a sessão, pelo Diretor, foi dada, sucessivamente a palavra aos alunos José Antonio Simões Lopes, Joel de Almeida Freire e Joviniano Pontes Brito que falaram, respectivamente, em nome do Clube Agricola Miguel Calmon, dos alunos do 2.º ano e dos alunos do 1.º ano, cujos discursos estão transcritos, em outro local, usou da palavra, em seguida, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, decano da congregação que, em um incisivo improviso fez uma síntese das realizações da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em seus treze anos de trabalho fecundo em pról do desenvolvimento do ensino horticola entre nós, sob a esclarecido direção do Dr. Antonio de Arruda Camara.

Procedeu-se a seguir, a entrega de prêmios cujo relação encontra-se adiante.

Encerrando a solenidade, usou da palavra o Diretor da Escola, Dr. Antonio de Arruda Camara que, em um vibrante improviso teceu comentários sôbre a data que, tão festivamente comemoram, anualmente, com invulgar idealismo e satisfação, diretores, professores, funcionários e alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Discurso do Presidente do Clube Agricola Miguel Calmon, estudante José Antonio Simões Lopes, aluno do 2.º ano.

Ilmo. Sr. Diretor, senhores professores, sr. administrador, meus senhores, caros colegas. A data de hoje, assinala o 13.º aniversório da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". E eu, como presidente do Clube Agricola Miguel Calmon, sinto-me honrado em vos dizer nesta solenidade, algumas palavras acerca de data tão auspicosa. Procurarei traduzir meus sentimentos em linguagem simples, pois falta-me preparo intelectual. O Clube Agricola Miguel Calmon, foi fundado a 20 de Abril de 1946, pela diretoria desta Escola, e com a colaboração dos professores e alunos. Desde a data de sua fundação, vem contribuindo junto a Escola na formação de profissionais, capazes de resolver os problemas que estão ligados à vida rural. O nosso Clube Agricola, como as demais instituições congêneres, tem por objetivo incutir na nosso mocidade, o entusiasmo, o amor pela vida rural, através de conhecimentos técnicos e práticos que visam tornar a atividade rural lucrativo e agradável.

O Clube Agricola Miguel Calmon, vem realizando palestras educativas com a colaboração valiosa dos professores, no setor que diz respeito ao ensino agri-

coln, vem prestando auxilio às diversas escolas que também têem os seus clubes agrícolas. Este objetivo vem sendo obtido pela cooperação conjugada de alunos, diretor, professores, administrador e demais auxiliares desta escola. O nosso Clube, por sua vez vem prestando, na medida do possível auxilio técnico e moral, a outros clubes semelhantes existentes em outras escolas. Esperamos daqui por diante ampliar cada vez mais o raio de nossas atividades e, para isso estamos certos que não nos faltará o apôio eficiente que temos recebido até agora por parte dos colegas e dos senhores membros do corpo docente. À escola "Wenceslão Bello" a creadora e incentivadora do nosso Clube a nossa saudação sincera.

Discurso do estudante Joel de Almeida Freire, aluno do 2.º ano, em nome dos veteranos

Ilmo. Sr. Diretor, Senhores professores, sr. administrador, meus senhores, caros colegas. Nesta solenidade em que a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" comemora o seu décimo terceiro aniversário, me foi dado a honra de falar, representando a classe do 2.º ano. Indicado para tão honrosa encargo, não me envaideço absolutamente, pois reconheço não ser capaz de transmitir em frases eloquentes a objetividade destas palavras.

Ao ensejo desta comemoração, nós, alunos do 2.º ano, levamos aos novos alunos a nossa saudação e amizade; estendemo-lhes as mão para que, unidos pela mesma causa possamos prosseguir com entusiasmo. Edifiquemos muralhas em torno de nós mesmo afim de defendermos o nosso lema: "Lutar e Vencer", isto é, estudar com afã, trabalhar em prol do nosso futuro, cumprindo com todos os deveres da vida escolar, isso para que, mais tarde possamos ver coroado de êxito o nosso esforço, tornarmo-nos homens capazes de resolver nossos problemas, e dentro da nossa capacidade profissional, resolver problemas agricolas em diversos pontos do nosso país.

Unidos sejamos enquanto nos encontramos juntos sob o têto da nossa Escola, procurando corresponder a espectativa dos nossos professores, procurando compreender a objetividade do ensino que estamos recebendo.

Quando daqui sairmos, havemos de nos separar para lugares diferentes, não nos separemos porém pela maneira de agir e proceder. Procuremos revelar e propagar os conhecimentos que aqui adquirimos, se assim o fizermos estamos realizando uma grande obra pelo Brasil e elevando o nome e a tradição da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Sejais benvindos senhores "calouros", eu, em nome do segundo ano vos recebo com amizade. Tenho dito.

Discurso do estudante Joviniano Pontes Brito, aluno do 1.º ano, em nome dos calouros.

Ilmo. Sr. Diretor, Senhores professores, meus senhores e senhoras, prezados colegos. Em nome dos alunos do 1.º ano e do curso prévio, venho neste momento solene agradecer de coração, os sentimentos de gratidão, pela prova de distinção e amizade que ora nos foi dado pelos nossos colegas do 2.º ano. Desejaria neste momento possuir capacidade intelectual, para melhor externar os nossos agradecimentos, e corresponder nestas palavras, o gesto brilhante dos nossos companheiros de estudo. E' pelos meus companheiros e por mim em particular, que prometo: havemos de corresponder ao apêlo que nos foi feito, e amanhã, quando formos também veteranos, haveremos de orientar os nossos colegas calouros que nos precederem, portanto nós, calouros de hoje e veteranos de amanhã, vimos agradecer penhoradamente aos nossos colegas e amigos do 2.º ano.

Relação de prêmios e do alunos premiados

Prêmio "Miguel Calmon" — José Antonio Simões Lopes — Presidente do Clube Agricola Miguel Calmon — aluno do 2.º ano.

Prêmio Prof. Antonio de Arruda Camara — Joel de Almeida Freire — aproveitamento — aluno do 2. ano.

Prêmio Dr. Luis Simões Lopes — Lucas Martins de Abreu — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Dr. Ildefonso Simões Lopes — Luis da Silva Cezar — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Sociedade Nacional de Agricultura — José de Oliveira — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Joviniano Pontes Brito — aproveitamento — aluno do 1.º ano.

Prêmio Fundação Getulio Vargas — José Bernardes — aproveitamento — aluno do 1.º ano.

Prêmio Serviço de Informação Agrícola — Djalma Bandeira Lima — aproveitamento — aluno do 1.º ano.

Prêmio Prof. Geraldo Goulart da Silveira — Edson Costa Rodrigues — aproveitamento — aluno do 2. ano.

Prêmio Prof. Subael Magalhães da Silva — Juir Miranda — comportamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Prof. João Moreira Bartholo e Jalmirez Guimarães Gomes — Alfredo Fornazelli — comportamento — aluno do 2. ano.

Prêmio Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho — Sinval Martins dos Santos — estudo a noite — curso prévio.

Prêmio Prof. Amoury Silveira e Pedro Pais Barros — Bertoldo José de Moura — estudo a noite — curso prévio.

Prêmio Assist. Agricola Castello Borges e Severino Gonçalves Camara — Antonio Malheiros — estudo a noite — aluno do 1.º ano.

Prêmio Dr. Arthur Torres Filho — José Lauredo — estudo a noite —aluno do 2.º ano.

Prêmio Adriano Dantas — Rubem Henrique Jacundá — T. Práticos — curso prévio.

Prêmio Assit. André da Silva Neto e Antonio Albani — Newton Rousn de Moura — T. Práticos — aluno do 1.º ano.

Prêmio Prof. Manoel Paulino Cavalcanti e Henrique Vaz — José de Almeida Nogueira — T. Práticos — aluno do 2.º ano.

Competições esportivas promovidas pelo Clube Agricola Miguel Calmon em comemoração do 13.º aniversário da Escola de Oorticultura "W. Bello".

Prêmio Sociedade Nacional de Agricultura — (Corrida de bastão — menores) — Vencedor: Geraldo Raimundo.

Prêmio Fundação Getúlio Vargas — (Corrida de bastão — maiores) — Vencedor: Lucas Martins de Abreu.

Prêmio Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — (Corrida de saco — maiores) — Vencedor: Rubem Henrique Jacundá.

Prêmio Dr. Luis Simões Lopes — (Corrida de agulha — menores) — Vencedor: Djalma Bandeira.

Prêmio Dr. Antônio de Arruda Câmara — (Comer maçã — menores) — Vencedor: Antônio Malheiros.

Prêmio Clube Agrícola "Miguel Calmon" — (Cor-

rida de saco — menores) — Vencedor: Edison Fernandes.

Prêmio Dr. Arthur Tôrres Filho — (Corrida de agulha — maiores) — Vencedor: Newton Rosa de Moura.

Prêmio Prof. Geraldo Goulart da Silveira e Assist. Agrícola Castello Borges — (Comer maça — maiores) — Vencedor: Antônio Segurado.

Prêmio Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho e Assist. Severino Gonçalves Câmara — (Quebra pote — menores) — Vencedor: Almir Coelho de Souza.

Prêmio Prof. Subael Magalhães da Silva e Assist. André da Silva Neto — (Quebra pote — maiores) — Vencedor: Odimar da Silva Ramalho.

Prêmio Prof. Jalmirez Guimarães Gomes e Assist. Antônio Albani — (Corrida de ovo na colher — menores) — Vencedor: Mozart Dantas.

Prêmio Prof. Amaury Silveira e Pedro Pais Barros — (Corrida de ova na colher — maiores) — Vencedor: Alfredo Farnazelli.

Prêmio Dr. Mário Vilhena e William Simão — (Saltar obstáculo e apanhar bastão — menores) — Vencedor: José Seraphim.

Prêmio João Moreira Bartolo e Flávio Mesquita — (Saltar obstáculo e apanhar bastão — maiores) — Vencedor: Sinval Martins dos Santos.

Prêmio Prof. Luis Alves de Matos — (Cabo de guerra) — Vencedor: José Bernardes, Geraldo Raimundo, José de Almeida Nogueira, Rubem Oenrique Jacundá e João José Barbosa.

Prêmio Adriana Dantas — (Corrida de corniça) — Vencedores: Mozart Dantas e Geraldo Raimundo.

A LUTA CONTRA O ABORTO BOVINO (BRUCELOSE)

JORGE VAITSMAN
Médico-Veterinário

Já por diversas vêzes temos tomado a atenção de nossos leitores, advertindo-os para o grave perigo que os bovinos atacados de **abôrto infeccioso** (Brucelose) representam para a saúde humana. A doença no animal é, de certo modo, benígna, pois a vaca que aborta logo se refaz e, ao fim de algum tempo, mostra tôdo aparência de boa saúde e normalidade. Entretanto, continua ela espalhando, pelo seu leite, principalmente, perigosos micróbios que vão causar doenças grave às pessoas que se alimentam daquêle produto, diretamente ou sob a forma de seus subprodutos, como o queijo, etc.

E' também, doença de consequências econômicas más para o criador, pois ela se espalha com muita facilidade, durante muitos anos o rebanho atingido apresenta grande percentagem de abôrtos, com reflexo na queda da produção leiteira. Infelizmente, não é doença que posso ser curada, ainda, com facilidade. Em muitos países, inclusive no Brasil, já existem leis que recomendam o sacrifício, com indenização, dos animais atingidos pelo **abôrto infeccioso.** Não é esta uma doença fácil de evitar na fazenda, com vacinação rotineira, como são a Peste do Manqueira, o Carbúnculo Verdadeiro, a Raiva, etc. Isto não quer dizer que a doença não posso ser combatida. Pode sim, mas não basta a ação nem o desejo particular do criador, como nos outros casos citados. A luta contra a Brucelose exige íntima cooperação do criador com os veterinárias, principalmente os profissionais sanitaristas do Ministério da Agricultura. O criador interessado no desaparecimento da doença em sua fazenda deve, inicialmente, solicitar de um serviço oficial, a identificação dos doentes e disseminadores, o que só é possivel depois do exame de sangue de todos os bovinos da fazenda. Os reagentes, isto é, os que apresentarem "exame de sangue positivo" devem ser afastados do rebanho e sacrificado. E' a única medida eficiente. Os animais novos, sujeitos à doença, devem ser vacinados com a Vacina Antibrucela, mas esta vacinação só deve ser executada pelos veterinários oficiais. No mercado de drogas veterinárias, o criador encontrará, talvez à venda produtos aconselhados para a vacinação contra o abôrto (brucelose). Entretanto, não deve usá-las em seu rebanho por conta e risco próprios. A luta contra a Brucelose, para ser radical e eficiente exige um rigoroso contrôle oficial. E' por isso que advertimos os criadores contra os perigos de usar tais vacinas por sua iniciativa particular. Neste, como em muitos problemas pecuários, torna-se indispensável que o criador procure a orientação e aceite as recomendações dos serviços públicos especializados.

PROGRAMA DOS TRABALHOS DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DA FEBRE AFTOSA

DE 5 A 11 DE SETEMBRO DE 1950

Terça-feira, dia 5

Às 9 horas — Sessão preparatória.

Às 14 horas — Sessão de instalação com a presença de autoridades e Comissões da Agricultura, da Câmara e do Senado.

Discurso do Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Animal.

Conferência do Dr. Silvio Torres.

Às 20 horas, reunião da 1.ª Comissão Relatora.

Quarta-feira, dia 6

Às 9 horas — Reunião da 2.ª Comissão Relatora.

Às 14 horas — Continuação dos trogbalhos da 2.ª Comissão Relatora.

Às 20 1/2 horas — Conferência do Prof. Otto Waldmann.

Quinta-feira, dia 7

Às 8 horas — Visita às instalações do quilômetro 47, saindo os ônibus da Praça Quinze, Edifício da Caça e Pesca.

Almôço no restaurante da Universidade Rural.

Sexta-feira, dia 8

Às 9 horas — Reunião da 3.ª Comissão Relatora.

Às 14 horas — Sessao plenária.

Às 20 1/2 horas — Conferência do Dr. Alfredo Telles Giron.

Sábado, dia 9

Às 9 horas — Sessão plenaria.

Às 14 horas — Reunião da Comissão Organizadora do Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa.

Domingo, dia 10

Às 9 1/2 horas — Continuação dos trabalhos da Comissão Organizadora do Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, até a sua conclusão.

Segunda-feira, dia 11

Às 9 horas — Sessão plenária para discussão e aprovação do Plano Nacional de Combate a Febre Aftosa.

Às 21 horas — Jantar de encerramento com a presença do Sr. Ministro da Agricultura e Diretor Geral do D.N.P.A.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Divisão de Defesa Sanitária Animal

Rio de Janeiro, D. F.

Em 21-7-50.

Da Presidente da Comissão Organizadora

Ao Sr. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura — N. Capital.

Assunto: Transmite regulamento e programa dos trabalhos da 1.ª Conferência Nacional de Febre Aftosa.

Senhor

Tenho a honra de vos transmitir inclusos, o regulamento e o programa dos trabalhos da Primeira Conferência Nacional de Febre Aftosa, que deverá realizar-se nesta Capital de 5 a 11 de setembro próximo, de acôrdo com a Lei n.º 493, de 19 de novembro de 1948.

Tratando-se de uma assembléia que estudará assunto da mais alta importância para o desenvolvimento da economia do país, no setor da pecuária, onde a incidência da zoonose em foco vem repercutindo desastrosamente, inibindo os esforços empregados na política de aumento da proução e contribuindo ao desequilíbrio, cada vez mais em evidência, entre os estoques disponíveis e às exigências do consumo, estou certo que a matéria receberá o apoio da vossa valiosa cooperação.

Sirva-me do ensejo para renovar os meus votos de estima e consideração.

Aluizio Lobato Valle
Presidente da Comissão Organizadora

1.º CONFERÊNCIA NACIONAL DE FEBRE AFTOSA

RESOLUÇÃO

Por iniciativa do saudoso Deputado Dr. Maurício Grocco Cardoso foi proposto a convocaçao da 1.ª Conferência Nacional de Febre Aftosa, mediante projeto apresentado e brilhantemente justificado no Congresso Nacional, sendo posteriormente, assinado o Decreto n.º 26.343 de 10 de fevereiro de 1949, abrindo crédito especial destinado à sua realização.

REGULAMENTO

Art. 1.º — A 1.ª Conferência Nacional de Febre Aftosa será realizada no Rio de Janeiro, de cinco a unze de setembro de 1950, sob o alto patrocínio de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, pelo Ministério da Agricultura em colaboração com as Secretarias de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, Associações Rurais e Instituições Científicas que se dedicam ao estudo dessa virose.

Art. 2.º — A Conferência terá por finalidade debater o temário apresentado e sugerir diretrizes ao desenvolvimento de uma grande campanha de combate à Febre Aftosa.

Art. 3.º — O Presidente da Comissão Organizadora, designado pela Portaria n.º 71 de 20 de dezembro de 1949 do Sr. Diretor Geral do D.N.P.A., reunirá os membros da Conferência para uma Sessão Preparatória, com o objetivo de aclamar.

1.º — O Presidente de honra.

2.º — A Mesa Diretora da Conferência, constituída de:

a) um Presidente
b) três Vice-presidentes
c) um Secretário Geral
d) três Secretários.

3.º — Três Comissões Relatoras.

DAS SESSÕES

Art. 4.º — Além das sessões de instalação e encerramento, haverá tantas sessões plenárias, quantas forem necessárias a juízo do Presidente da Conferência, que as convocará anunciando a respectiva ordem do dia.

Art. 5.º — O Presidente da Conferência distribuirá pelas Comissões competentes as contribuições apresentadas e os assuntos do temário a serem relatados.

Art. 6.º — Nas sessões plenárias serão discutidas e votadas as recomendações e as resoluções das diferentes Comissões.

Art. 7.º — As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente voto de desempate.

DAS COMISSÕES

Art. 8.º — Cada Comissão Relatora terá um presidente e um secretário, eleitos pelos seus membros.

Parágrafo único — O Presidente designará um relator para cada trabalho ou assunto do temário debatido na Comissão.

Art. 9.º — As Comissões estudarão as proposições apresentadas, fundamentando, por escrito o seu parecer.

Art. 10.º — Além do julgamento dos trabalhos submetidos à apreciação, as Comissões apresentarão também ao plenário, pareceres sôbre a matéria indicada no programa da Conferência.

Art. 11.º — Haverá sessões das Comissões sempre que os seus respectivos presidentes os convocarem.

Art. 12.º — O Presidente da Conferência designará uma quinta Comissão, de nove membros, incumbida de organizar o PLANO NACIONAL DE COMBATE À FEBRE AFTOSA que será discutido nas últimas sessões plenárias.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13.º — A Comissão Organizadora providenciará a publicação das recomendações da Conferência e dos trabalhos aprovados.

Art. 14.º — As dúvidas que surgirem na interpretação dêste Regulamento e as omissões que nele se verificarem, serão resolvidas pelo Presidente da Conferência.

Noticiário da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello"

III Semana do Hortelão

Realizar-se-á na Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", sob os auspícios e orientação da Sociedade Nacional de Agricultura e da Fundação Getúlio Vargas, com a colaboração do Ministério da Agricultura, e da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, a III Semana do Hortelão.

Durante o período de 3 a 9 de Julho, hospedará a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", sob regimem de internato inteiramente gratuito, vinte e cinco lavradores do Distrito Federal e de outros Estados, que assistirão aulas, demonstrações práticas, palestras, etc., sob os mais variados problemas relacionados com a horticultura.

Além dos internos admitirá ainda a Escola, matrículas sob regimem de externato, também gratuito, para todos os interessados nos problemas da horticultura.

Semana do Fazendeiro

Representará a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" na Semana do Fazendeiro da Universidade Rural, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, que foi, pelo Reitor da U.R., convidado para integrar a Comissão Executiva do referido certamem.

Cursos Práticos

Serão realizados no período de Julho a Setembro, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, os seguintes Cursos Práticos:

a) Melhoramento do Solo;
b) Organização de Herbários;
c) Restauração de Pomares;
d) Economia e Administração Rural;
e) Floricultura;
f) Cultura de Hortaliças Foliáceas;
g) Contabilidade Agrícola;
h) Apicultura.

Da mesma forma que todos os outros cursos ministrados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", os atuais serão inteiramente gratuitos.

Designação de professores

Foram designados para lecionarem nos Cursos Práticos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, os Professores Geraldo Goulart da Silveira, Subael Magalhães da Silva, Guaracy Lavor, Pedro Goulart da Silveira Filho e os assistentes Agrícola Castelo Borges e Severino Gonçalves Camara.

Clube Agrícola Miguel Calmon

Continuam muito animadas as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, constituido pelos alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello.

E' Diretor do Clube, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, e Presidente, o estudante José Antonio Simões Lopes, aluno do segundo ano.

Movimento da Escola em 1949

Foi o seguinte o movimento de matrículas o ano passado, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello":

a) Cento e quatro alunos nos cursos permanentes, que funcionam sob regimem de internato;
b) Seiscentos e oitenta e quatro alunos nos Cursos Práticos, que funcionam sob regimem de externato;
c) Cento e sessenta e dois alunos nos Cursos de Extensão, que funcionam sob regimem de externato.

Conforme se verifica, passaram pela Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", em 1949, **novecentos e cincoenta aluno,** o que é um índice bastante expressivo do que vem realizando a Sociedade Nacional de Agricultura em pról do ensino hortícola no país.

Uma expressiva homenagem

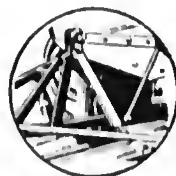
No dia 15 de Maio, data do aniversário da Escola, foi prestada ao Dr. Antonio de Arruda Camara, que a dirige desde 1937, uma expressiva homenagem pela passagem de mais um aniversário de sua fecunda administração, usando da palavra, em nome do corpo docente, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, em nome do corpo discente os estudantes Edson Castro Rodrigues e Joviniano Brito e em nome do Clube Agrícola, o estudante José Antonio Simões Lopes.

AUMENTE SUAS SAFRAS

diminuindo o custeio – com o *TRATOR* FORD

Visite o seu Revendedor Ford e peça uma demonstração do Trator Ford. Ficará impressionado, antes de tudo, com sua rapidez: a rapidez com que êle chega ao local de trabalho; a rapidez com que é engatado o implemento (em 1 minuto ou menos!); a rapidez com que faz as curvas; a rapidez com que ara até em terrenos ainda não roçados! Um exemplo? *Ford ara, em média, 2-½ hectares em um dia, e gradeia 1 hectare por hora!*

Mas o Trator Ford lhe oferece ainda muitas outras qualidades: é extremamente econômico, é facílimo de manejar, oferece absoluta segurança, dispõe de uma linha completa de implementos especialmente construída para trabalhar com Ford.



O TRATOR FORD EXECUTA SERVIÇOS LEVES E PESADOS

Graças ao novo sistema de Engate em 3-Pontos — importante inovação Ford — a tendência de o implemento levantar, ao encontrar a resistência do solo, é transformada em maior aderência das rodas traseiras, o que aumenta sua fôrça de tração, igualando-a à de tratores mais pesados.

ALGUMAS VANTAGENS DO CONTRÔLE HIDRÁULICO FORD



1. Permite transportar os implementos suspensos do solo, economiza tempo, não danifica o implemento, nem a estrada.



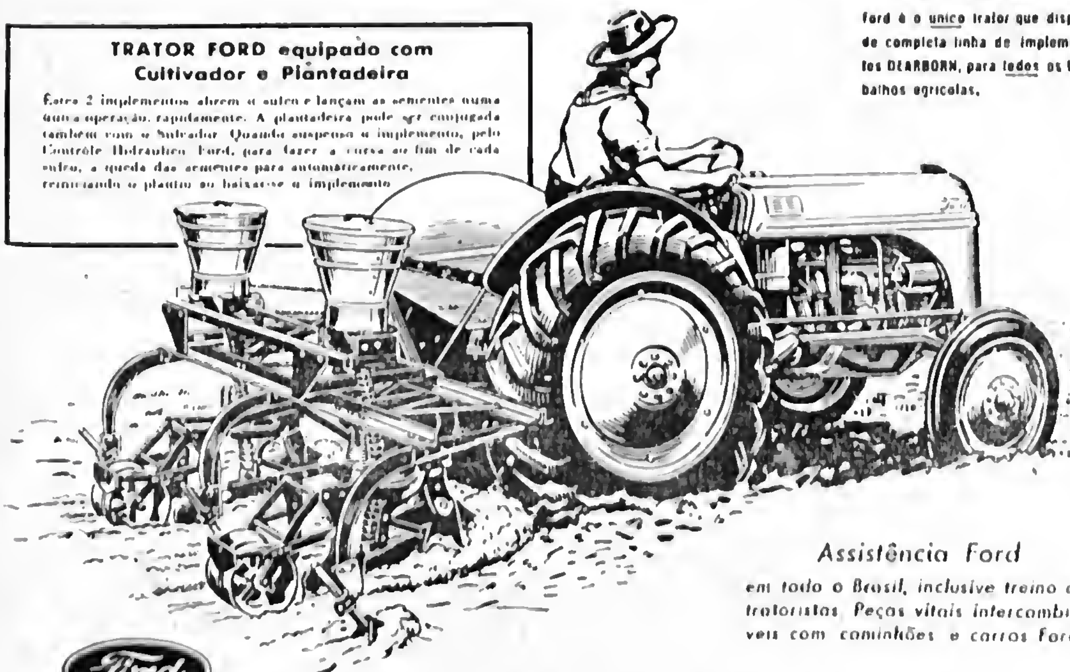
2. Permite executar curvas fechadas, aumenta o rendimento do trabalho e economiza gasolina.



3. Regula automàticamente a profundidade do implemento, em terrenos acidentados ou alagadiços.



Ford é o unico trator que dispõe de completa linha de implementos DEARBORN, para todos os trabalhos agrícolas.



TRATOR FORD equipado com Cultivador e Plantadeira

Êstes 2 implementos abrem o sulco e lançam as sementes numa única operação, rapidamente. A plantadeira pode ser conjugada também com o Sulcador. Quando suspenso o implemento, pelo Contrôle Hidráulico Ford, para fazer a curva ao fim de cada sulco, a queda das sementes para automàticamente, reiniciando o plantio ao baixar-se o implemento.

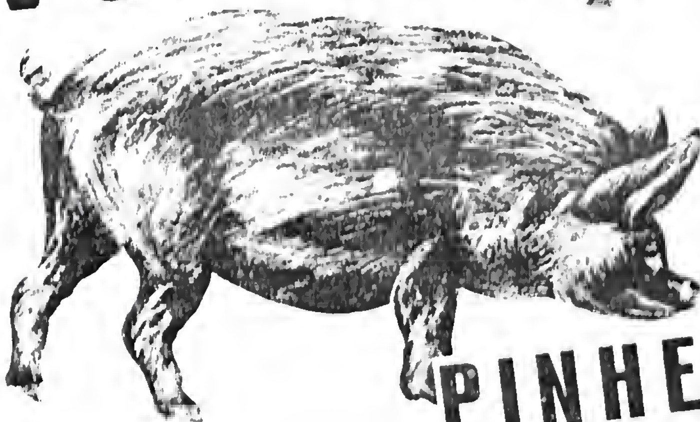
Assistência Ford em todo o Brasil, inclusive treino de tratoristas. Peças vitais intercambiáveis com caminhões e carros Ford!



FORD MOTOR COMPANY



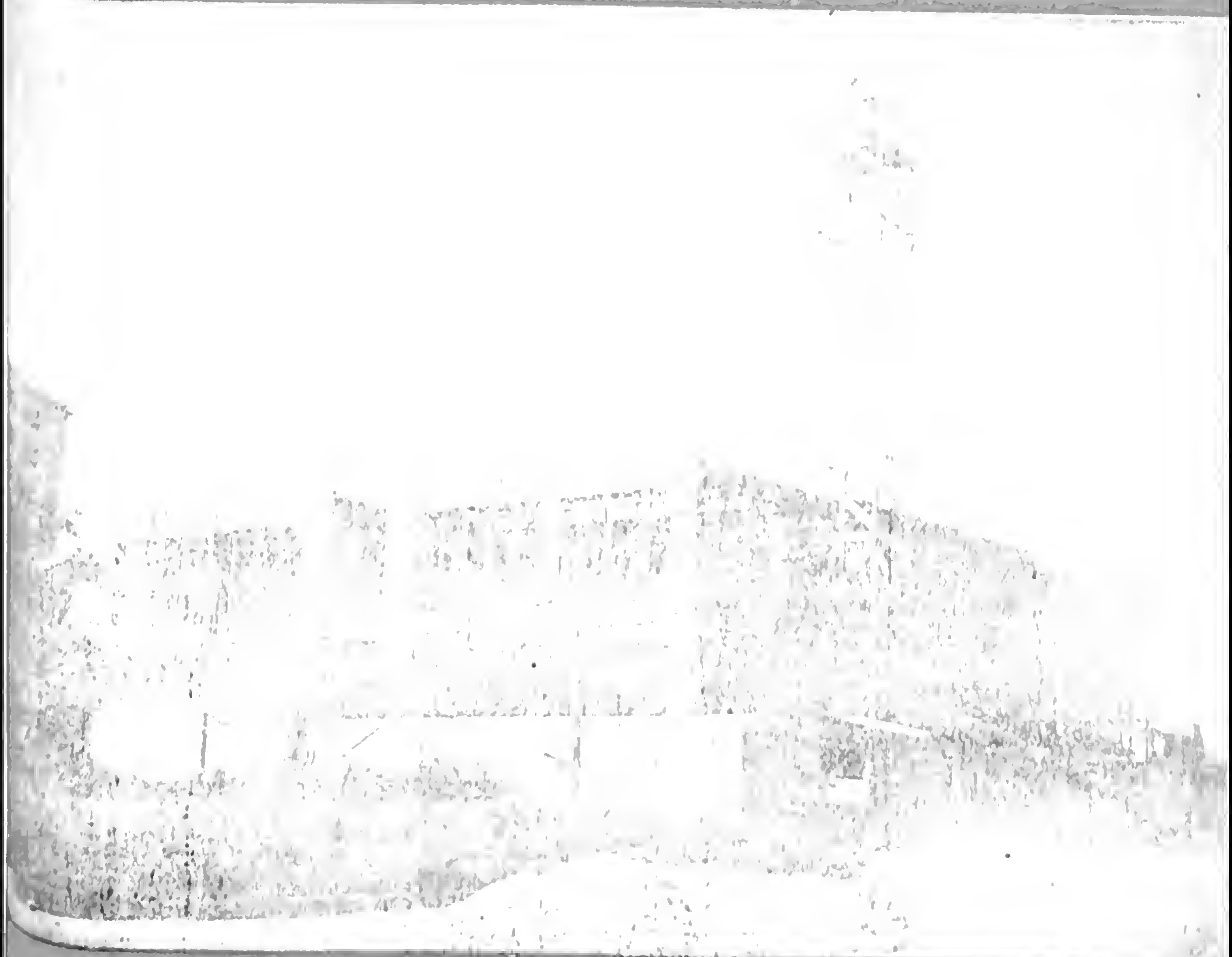




A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

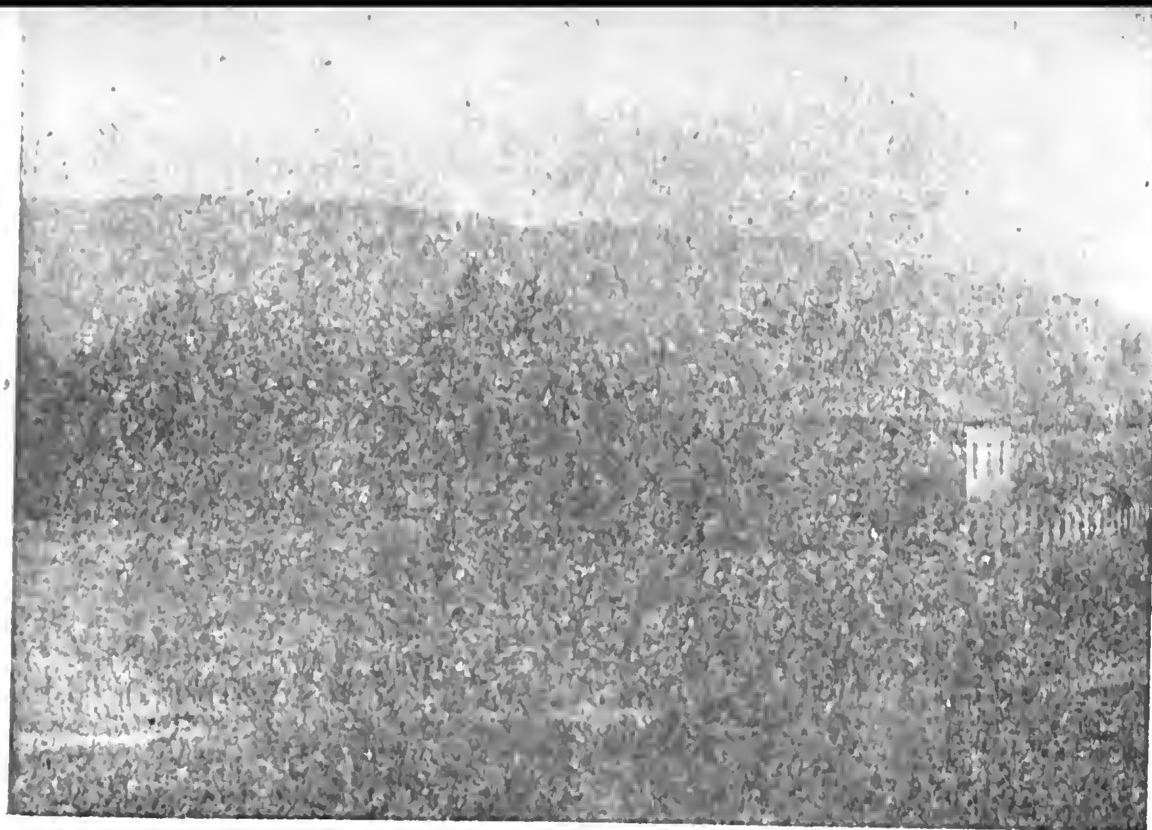
ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



"A Casa da Agricultura", sede em construçao da Sociedade Nacional de Agricultura, a Av. Presidente Justo, ergue-se rapidamente. A estrutura em concreto armado já atinge, aí, o 2º pavimento. Foto batida em 16 de outubro.

ANO LIV

RIO DE JANEIRO — BRASIL
SETEMBRO - OUTUBRO, 1950



POÇOS DE CALDAS — [illegible] Juqueri [illegible]

SUMÁRIO:

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETULIO DORNELLES VARGAS
Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINEAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Secretário	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral		LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TECNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRE
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITAO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONORIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOAO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMOES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOAO TAJDER
ANTONIO BARRETO	—	JOSE SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSE ALVES DE SOUZA	—	JOSE SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN HUR FERREIRA RAPOSO	—	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL NETTO CAMPELLO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	—	MARIO VILHENA
EUVALDO LODI	—	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	—	PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRES MEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIAO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ORGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho, **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache, **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite, **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra, **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson, **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas do Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV SETEMBRO OUTUBRO 1950

Uma Politica Econômica Para o Brasil

Prof. **Arthur Torres Filho**
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

No atual momento de depressão econômica, o Brasil, como todos os países tem necessidade de tornar tão eficiente quanto possível a defesa dos mercados internos e assegurar os externos para suas produções. Impõe-se, portanto, a aplicação de medidas que valorisem a produção agropecuaria e industrial, generalisando processos tecnicos de produção, circulação e distribuição, particularmente de produtos agricolas e matérias primas.

Da resistência que as fontes de produção possam oferecer, neste grave momento da economia mundial, dependerá seguramente o progresso economico-financeiro do país. Medidas de estimulo e orientação de produção se impõem, de modo a serem encaminhadas as correntes do comércio interestadual e estrangeiro, tendo em vista prevenir-se a superprodução, regularizando o consumo; estabelecendo-se a disciplina econômica mediante estreita colaboração das classes produtoras com o poder publico, de modo a que cheguem aos centros consumidores nacionais e estranjeiros, produtos padronisados, e em bom estado de conservação.

Os problemas econômicos podem ser de duas ordens: nacionais e internacionais. Se, em relação aos nacionais, os países podem, dentro de certos limites, defender seus interesses; na esfera internacional, a cooperação se torna indispensável.

Acontece, por esse motivo, muitas questões agricolas e industriais por sua magnitude, só poderem ser resolvidas pela coordenação dos recursos de diversas nações. Conferências internacionais se sucedem para dirimir dificuldades que perturbam as relações entre os povos. Sente-se que caminhamos para uma nova éra nas relações internacionais, embora as barreiras aduaneiras, de cambio e outras restrições aumentem sempre, dificultando as permutas.

Por toda parte está patente a exigência de uma nova politica comercial que afinal restitúa ao mundo o ambicionado equilibrio destruido pela Grande Guerra, cujas graves consequências estamos sentindo na perturbação crescente da vida da humanidade. Atravessamos uma volta da história em que muitos paises precisarão decidir se devem ou não prosseguir no caminho até agora trilhado. Isso significa a necessidade do estudo das relações internas para pôr em equilibrio os ramos da produção porque se assim não acontecer se irá agravando sempre a ordem politica e social dentro de cada nação. Isso importa dizer que o Brasil deve traçar, com segurança, rumos de sua politica econômica externa e interna, papel esse que, pela Constituição de 1946 foi conferido ao Conselho Nacional de Economia, que o Sr. Presidente da República, com inspiração patriótica, deu, por bem, criar.

Na agricultura e na industria residem as fontes primaciais de atividades fornecedoras dos elementos de expansão econômica dos povos. Até há pouco, as permutas do comércio mundial se vinham mantendo em relativa normalidade, delimitadas as linhas divisorias entre paises agricolas e industriais.

E' evidente que o Brasil, como país novo, com a vantagem de forte crescimento demografico, embora necessitando de comércio internacional para enriquecer-se, deverá procurar, em primeiro lugar, organizar-se internamente.

Observa-se que vai desaparecendo o privilégio de produção de que gozavam certos países para alguns produtos, confiantes nas riquezas naturais, a cada passo se verificando o desequilibrio das economias nacionais.

Como palavra de ordem surgiu a preocupação de importar pouco e exportar o máximo, regime esse que criou para o comércio internacional situação a que poucas nações poderão resistir, principalmente aquelas de nivel elevado de vida, lutando com outros povos de mão de obra barata e menores encargos sociais.

O Brasil não conseguiu atingir, no intercambio comercial, a posição que de direito lhe compete, a pezar dos seus grandes recursos imanentes e das qualidades de energia dos seus habitantes. Muitos produtos nossos têm sido repelidos dos mercados exteriores, outros, a despeito das decantadas condições propícias do meio, não lograram transpôr com segurança nossas fronteiras. Recursos naturais não podem mais constituir privilégio, diante dos recursos da ciência.

A evolução econômica tem-se realizado com constantes sobressaltos, acarretando esse fato insegurança para a fortuna pública e particular.

Nos dias que correm, cada nação não procura comprar o que necessita, mas, sim, vender o que produz. Na técnica da produção, como na das transações comerciais, vão os povos procurar meios de vencer na liça da competição.

Quem considere a extensão do nosso progresso econômico, quem procure conhecer o que de fato êle tem trazido ao bem estar, às diversas classes sociais, será forçado a confessar que pouco temos alcançado, recebendo ainda do estrangeiro muito do que poderiamos produzir em nossas terras e que aquilo que produzimos só muito precariamente é lançado no intercâmbio mundial.

Questão magna por excelência nesta hora, de que está dependendo a ordem interna do país e a sua própria soberania, é e será, por longos anos, a da nossa organização econômica.

No dominio do desenvolvimento agricola podemos destacar os seguintes pontos essenciais: largo emprega da moto — cultura, usando combustivel nacional; organisação associativa e cooperativa da classe rural; o emprego da genética para o melhoramento das nossas plantas e rebanhos; organisação do crédito rural descentralisado, dotando-o de prazos longos e juros baixos, ao alcance dos produtores; revisão de impostos municipais e estaduais, que oneram a produção e circulação dos produtos agro-pecuários; organisação de assistência educacional e social das classes rurais; adoção de uma legislação de terras que promova a fixação do homem ao sólo, evitando o grave fenômeno social do êxodo para centros urbanos.

Em suma, fácil se torna compreender, pelo exposto, a necessidade de diretrizes seguras para uma politica econômica no Brasil, diretrizes essas que pelo artigo 205 da Constituição Federal foram confiadas ao Conselho Nacional de Economia, cuja colaboração com os poderes públicos será, certamente, de alto valôr para os destinos do país.

A Politica da Terra

O direito de propriedade, os limites do latifundio, o elemento humano e o capital — fatores essenciais do problema agrário, que é inegavelmente economico-social — Os exemplos paulistas e gaucho — "Latifundio geográfico" e "latifundio social". — Sentido pratico a colonização. — O crédito rural, os seguros, as leis do trabalho rural a mecanização e os contratos agricolas.

No seu memoravel discurso de São José do Rio Preto, Estado de S. Paulo, o então candidato Getulio Vargas abordou um dos principais temas da nossa economia rural, o problema da terra. Por sua grande repercussão e interesse, aqui o transcrevemos. E também como homenagem ao ilustre Presidente de Honra da Sociedade Nacional de Agricultura — que, novamente no governo, por certo dará a atenção que merecem os assuntos, como este, tão de perto ligados à nossa agricultura.

"POVO E TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO!

Há anos, nesta mesma cidade, ante a multidão que, em alvoroço generoso, procurava me cercar com a exteriorização do seu entusiasmo sincero e sadio, e que de mim se via separada pelos cordões do isolamento, não me contive e pedi que fossem eles retirados porque o meu maior anseio era poder misturar-me com o povo, em quem sempre encontrei compreensão e respeito e de quem sempre recebi carinho e solidariedade.

Continuo ainda hoje a pensar e a proceder da mesma maneira. Sou o mesmo homem de ontem, que não receia o contato popular e se sente bem no meio da multidão.

Foi desta terra de São José do Rio Preto, exemplo de trabalho e tenacidade, que conclamei os brasileiros à marcha para o Oeste. Aqui os bandeirantes hodiernos ergueram uma cidade que é modêlo de progresso e organizaram um município que espêlha na sua riqueza o espírito empreendedor de seus habitantes. Foi portanto de propósito, que atendendo a essas circunstâncias, escolhi São José do Rio Preto para, nesta minha jornada cívica, falar ao Brasil assuntos relacionados com a tão debatida questão agrária. Não é mal sòmente nosso, mas de quase todos os países novos, falar-se em reforma agrária onde não há nada a reformar, mas sim a prever e organizar. Nesta altura do progresso social e econômico do Brasil, o de que precisamos é de uma lei agrária que estabeleça, como ponto de partida para as demais soluções, o conceito social da propriedade. Este conceito já decorre, aliás, da Constituição de 18 de setembro de 1946, quando condiciona o bom uso da propriedade ao bem estar social, e estabelece que a lei poderá promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos, por meio de desapropriações por necessidade ou utilidade pública, ou por interêsse social, mediante prévia indenização em dinheiro.

O abandono das terras e o interêsse social, tendo em vista as necessidades dos centros populosos das grandes cidades, e as exigências técnicas da colonização, é que justificam a desapropriação de terras.

Em face do novo conceito doutrinário que se dá ao direito de propriedade, não posso deixar de ferir a questão do latifúndio e de expôr, como candidato de uma poderosa parcela do povo brasileiro, a minha opinião sôbre o assunto.

Num país como o nosso, imenso e despovoado, não podemos tratar de matéria tão debatida, tendo nas mãos, ùnicamente as cartilhas com que se reivindica, em países de população agrária intensa, melhor distribuição das terras e a revogação de preceitos jurídicos que condições locais alteram.

Basta olhar no Brasil os exemplos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, para vermos como onde não há ranços feudais a propriedade rural se vai, aos poucos, subdividindo — com as partilhas e com a colonização.

O de que necessitamos, portanto, é que não se aprecie o latifúndio apenas como uma desmesurada extensão territorial, concentrada numa só mão, mas que a lei o delimite no espaço de modo que possamos estabelecer aquelas diferenciações que um sociólogo americano, com muita propriedade, traçou entre "latifúndio geográfico" e "latifúndio social" a fim de fixar as normas de intervenção do Estado num e noutro caso.

Uma vez definidos o direito de propriedade e os limites de concessão ao latifúndio, podemos apreciar o elemento humano e o capital, que com a terra integram os fatores essenciais do problema agrário, que é, inegavelmente econômico e social.

País despovoado, devemos, por conseguinte, tratar com seriedade os problemas da imigração e da colonização, por meio de leis adequadas ao nosso meio.

Temos experiências próprias no sul do país. Utilizando-as e consultando as de outros países semelhantes ao nosso, podemos encarar a colonização sob o sentido pratico, de modo a acelerar o povoamento do solo, aumentar a produção e, consequentemente, o nosso poderio econômico.

Faz-se mistér, portanto, criar o orgão especializado, capaz de enfrentar questões de tamanho magnitude, resolvendo-as com acêrto e prosseguindo, sem tergiversações, nos rumos adotados.

Como elemento necessário ao sucesso de qualquer programa, nesse terreno, não podem ser esquecidos, o crédito, o seguro, as leis sôbre o trabalho rural, a mecanização da lavoura, a legislação sôbre contratos agricolas.

Relativamente ao crédito rural é preciso ter em vista, que deve êle ser distribuido em empréstimos e a prazo suficiente, através da regulamentação em que se discriminem as operações do exercicio e de melhoramento, e cuja concessão, em qualquer hipótese, tem que ser efetuada a juros baixos e por aparelho consagrado especialmente a essa modalidade de transação: o futuro Banco Rural Brasileiro.

O Banco do Brasil, os Bancos dos Estados, os Bancos Agricolas, as Cooperativas e as Caixas de Crédito Rural, que se organizarem de acôrdo com as leis que a respeito forem promulgados, deverão operar com os ruralistas dentro de juros cujo limite máximo, fixado legalmente, não poderão ser ultrapassados sob qualquer pretexto.

O crédito ,assim disciplinado, facilita o desenvolvido da mecanização das nossas lavouras, progresso que o Govêrno Federal auxiliará por meio de fornecimento a baixo preço de tratores e de outros veiculos a motor, através da Fábrica Nacional de Motores e de outras que o Govêrno venha a construir sob a forma de sociedades mistas.

Todos êsses problemas, pois, requerem solução imediata, que temos de dar, dentro de um plano agrário, nesta altura, já uma exigência das nossas necessidades, e que terá de corresponder á estruturação da economia nacional e á mobilização dos nossos recursos inexplorados.

Nenhuma nação, até hoje, pôde proporcionar alegria, bem estar e riqueza ao seu povo, senão organizando sólidamente a exploração rural, base de qualquer progresso industrial.

Terras cobertas de lavouras e campos cheios de rebanhos garantem a estabilidade econômica de qualquer país.

POVO E TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO!

Nesta campanha não me animam sentimentos diferentes daqueles que até hoje têm norteado a minha vida pública.

Não cultivo ódios nem malquerenças, nem ambições; e se me encontro, agora, perante o povo como candidato á Presidência da República é porque não pude deixar de atender á convocação que vinho recebendo dos brasileiros de todas as condições sociais.

Saí do retiro voluntário onde vivi durante três anos, porque o povo do meu País assim o exigiu.

Vim corresponder aos vossos apelos, trabalhadores, e por isso a luta cívica em que me empenho é sobretudo vossa.

Cerrai fileiras em tôrno dos candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Social Progressista, tanto á Presidência da República, como ao govêrno deste grande Estado de São Paulo.

Nunca me haveis decepcionado, pois nos momentos em que para vós apelei, respondestes sempre com o vosso decidido apoio, com o calor da vossa solidariedade.

Estou certo de que também agora contarei convosco.

Ás urnas, pois!

E até 3 de outubro!"



Cooperativismo e Colonização Italiana no Brasil

pelo DR. NINO QUATTROCCHI
(Presidente da Cooperativa Agricola "Paraiso", fundada em Araruama, Estado do Rio, em julho de 1950)

DEDICATORIA

Ao ilustre Dr. Fábio Luz Filho, de quem tive a oportunidade, durante a minha estadia no Brasil, de conhecer e apreciar a clara e ampla visão dos problemas econômicos e sociais dêste grande país, dedico êste estudo sôbre as possibilidades da colonização ítalo-brasileira, como testemunho da minha mais viva e atenciosa admiração

1.º) Impressões sôbre a imigração no Brasil

Procurei sempre considerar e enfrentar a solução do problema migratório da Cooperativa "Terra do Sol", que tenho a honra de representar legalmente no exterior, sem idéias preconcebidas e sem fáceis paixões, especialmente porque, além do Oceano, os panoramas são muito diferentes dos da Itália

As recentes experiências que causaram tantos decepções, oferecem as mais honestas e práticas indicações para uma serena objetividade de juizos sôbre tal problema Muitas iniciativas de imigração, embora custosamente aparelhadas faliram, especialmente na América do Sul, pelos superficiais conhecimentos locais, induzindo, assim, algumas nações européias a interromper suas correntes de trabalhadores para êste hemisfério.

As profundas diferenças existentes entre as várias nações sul-americanas, entre suas várias regiões e frequentemente no interior de uma mesma zona, criam uma pluralidade de pontos de vista às vêzes tão contrastantes, e com diversas característicos, que não permitem mais uma avaliação de conjunto

E' lógica e intuitivo, pois, a necessidade de concentrar tôdas as atenções para qualquer solução que aplaine o caminho é que seja o produto de experiências adquiridas "in loco"

O país que possui as condições melhores para um seguro e amplo desenvolvimento de atividades em todos os campos, é, sem dúvida, o Brasil, que nos honra com a arraigada convicção de que a imigração italiana, no sentido de colonização, é a mais conveniente, pois suas realizações estão merecendo as mais elogiosas referências dos homens responsáveis dêste país.

As possibilidades de realizações de grandes progressos agrícolas dependem principalmente da maneira de fixação das populações em relação ás enormes disponibilidades de terra Grandes emprêsas de colonização não poderão enfrentar, com tranquilidade e com sucesso, as dificuldades iniciais de suas obras sem dispor largamente do fator tempo

Não deve prevalecer, portanto, rigidez de critérios para os entendimentos e os projetos, mas uma fluida elasticidade, quando existe uma recíproca boa vontade e as intenções são claras e honestos.

Os que se propuseram solucionar tais problemas e deverão ser os responsáveis pelo encaminhamento da poderosa máquina de progresso econômico que é a imigração, não de estar a altura de sua missão delicadíssima, escolhidos, direi, quase obrigatòriamente, não entre as categorias de hóspedes flutuantes, mas entre elementos estáveis, sem interferências da burocracia, que habitualmente cria dificuldades com seus formalismos absurdos

Quem escreve confia, pelo menos, para poder iniciar, na capital livre, ainda que modesta, de um núcleo cooperativista, como será demonstrado em seguida, mais do que nas grossas promessas de intervenção oficial, que quase sempre impedem ou frustam iniciativas de seguro rendimento econômico e social

E' indispensável, ao invés, educar, instruir os nossos imigrantes, submetendo-os a um verdadeiro controle para atenção de sua idoneidade

E' bastante extranho, mas é frequente assistir ao fenômeno de unidades imigratorias que parecem esquecer, nos novos ambientes, os normais hábitos, revelando defeitos absolutamente desconhecidos em seus países de origem E' preciso, pois, o conhecimento psicologico dos fatores mo-

rais e materiais que devem concorrer para o feliz sucesso das emprêsas de colonização. Geralmente é dura a vida nos países tropicais. Não deve enganar o fácil vegetação de algumas zonas. E' oportuno, ao invés, como sempre faço, recomendar, pelo menos inicialmente, que se dê a necessária importância ao clima, ao solo que deve ser lavrado. São necessárias casas confortáveis, próximas de centros habitados, onde poderão encontrar, os trabalhadores, as indispensáveis comodidades da vida.

As migrações internas, num segundo tempo, são muito mais fáceis do que as de além-mar. Por isso não nos deve preocupar se imediatamente não se pensa em instalar homens e famílias nacionais no centro de Mato Grosso ou de Goiás. E' necessário evitar tanto quanto possível que os imigrantes caiam em nostalgias, porque os que são destinados à colonização, ainda quando, como acontece nos meus entendimentos se tornem proprietários das terras que cultivam encontrarão, sem dúvida, dificuldades de ambientação às vêzes enormes. A colonização é sempre uma aventura material e psicológica que exige plena consciência das dificuldades, coragem, espírito de sacrifício, otimismo, mas, sobretudo, confiança nos trabalhadores. O imigrante italiano, reconhecidamente um elemento de trabalho de alta capacidade produtiva, de iniciativas inteligentes e de hábitos sãos, deve ter a perfeita sensação de que é considerado um fator necessário, apreciado, para o desenvolvimento econômico dêste grande país. E' preciso que êle não se sinta estranho na vida do novo país e que veja e constate em tôrno de si, sempre, uma sincera cordialidade e a demonstração de que é estimado como um coeficiente precioso do desenvolvimento econômico da sua nova pátria.

2.º) Condições para arraigar no Brasil os núcleos cooperativistas

As condições agrícolas do Brasil, acerca da possibilidade de determinar tipos de produção, são vários; desde a Amazônia ao Rio Grande do Sul. Não se conseguiu ainda fixar aspectos especiais à agricultura brasileira. Em geral, prevalece o tipo colonial de cultura. Ainda hoje se fazem grandes roçados para obter terrenos férteis, mas quando estes, por serem pouco tratados segundo as exigências que sua exploração intensiva envolve, dão sinais de cansaço, são abandonados. Hoje, porém, êste método, pelo crescente valor das terras e pelas novas diretrizes econômicas do Brasil está sendo abandonado pois a agricultura vai assumindo um tipo normal.

O exemplo vem-nos também da América do Norte, que sofreu êste mesmo fenômeno, essencialmente porque, sem a atual evolução dos sistemas agrícolas, e desconhecendo os meios para preservar as terras das erosões, etc., os trabalhadores acabavam transformando em deserto o que era antes um verdadeiro jardim.

Biliões e biliões de dólores gastaram e continuam gastando os Estados Unidos para restabelecer o equilíbrio que foi alterado quando, pelas derrubadas, se torna impossível a produção sem as chuvas. Também no Brasil o primeiro alarme foi lançado pelos técnicos de São Paulo, que constataram fenômenos metereológicos muito importantes em relação ao regimen das chuvas. Impõe-se, portanto, o tratamento do terreno para produção do tipo perene, com todos os cuidados necessários para torná-lo mais fértil e estudando a maneira de evitar as erosões, mantendo as chuvas com a reconstituição das matas, onde fôr necessário.

3.º) A assistência econômico-política e social aos núcleos cooperativistas no atual momento

O atual momento político em relação a história do Brasil dêstes últimos 50 anos, é, sem dúvida, o melhor para a realização do envio de fortes correntes migratórias da Itália. O aumento sempre crescente da população italiana de cêrca de meio milhão de almas por ano, o limitado espaço nacional que não pode conter o nosso Povo, as desocupações que dêsse estado de coisas derivam, são tão graves, que não permitem delongas em abrir tão preciosa válvula de salvação.

Não são suficientes os grandes esforços dos Governos, com suas providências internas, saneamentos e divisões de latifúndios, fomento da industrialização, etc. Por isso a única solução do problema demográfico italiano é a emigração, para a África, para a Austrália, a América e precisamente para o Brasil.

Esta Nação tem urgentes necessidades de uma forte transfusão de energias no seu esperançado rural.

Julgo, por conseguinte, que chegamos ao

ponto em que noa devio haver mais dificuldades para a realizaçua de concretos entendimentos sôbre a emigração italiana para o Brasil, uma vez obtidas as respostas afirmativas aos seguintes quesitos:

a) Constituiu a Itália uma especial entidade, o I.C.L.E., dotando-o de fundos para o estudo e a desenvolvimento e a assistencia a emigração?

b) Destinou a Itália os 300 milhões de cruzeiros dos bens italianos na Brasil para a emigraçao neste pais?

c) O Brasil, generosamente, aceitou em pôr à disposiçoo dos imigrantes as terras necessários a preços de favor?

d) Instituiu o Brasil o Conselho de Imigraçao, com a dotaçao de fundos suficientes para o seu funcionamento?

e) Deu o Brasil e continua a dar auxilios econômicos a juros módicos, amortizáveis suavemente, além das viogens gratuitas e de outras providências?

f) Nâo há interêsse em vários Estados do Brasil em favorecer, por todos os meios a sua disposiçâo, a imigraçâo especialmente das italianas?

g) Colocou a E.R.P. à disposição da Itália, 13 milhões e 200 mil dólares para auxiliar a imigração para a América do Sul, fornecendo instrumentos agrícolas, habitações, etc.?

Entâo penso que a colonização na Brasil é já um fato certo e não uma iniciativa ainda longe de uma passivel realização.

Plano econômico de um núcleo tipo de Cooperativa

Insistindo sôbre a oportunidade enunciada jó pelo abaixo-assinado, de um núcleo de 50-60 famílias paor colonizar pela menos 1.000 alqueires de terras, especialmente fazendas ja em cultura, e com as mesmas tolerantes aproximações seria necessório estabelecer as seguintes condições

a)	terreno na medida de 30 hectares para cada família e para cultura intensiva	1.500 ha
b)	terreno para postagem e criação de gados	1.500 ha.
c)	terreno para ficar em mata natural ou em mata talhadiça . . .	1 000 ha.
d)	terreno para culturas extensivas	500 ha
e)	terreno destinado a construção de casas, estrada	500 ha
	TOTAL	5 000 ha

Familia: — Cada familia deveria ser com posta de 5 unidades, dos quais pela menos 3 hábeis para o trabalho

Habitações: — Pelo menos 50 casas residenciais normais, além de grupo de construções destinadas a sede social do núcleo, da armazem, a venda, a serraria, do depósito dos instrumentos de trabalho, a garagem, a enfermaria e, num segundo tempo a escola, igreja, etc.

Comunicações: — Sejam assegurados pelo menos com o centro habitado mais próximo.

Água: — Assegurado o abastecimento hídrico potável com as normas de higiene.

Aparelhamento mecânico: — Dois tratares de cinta, dois tratores de rodas, dois caminhões, um jeep, dois mono-relhas, e bi-relhas, semeadoras, ceifadoras, debulhadoras, destorroadores, arados, instrumentos agrícalas pessoois.

Aparelhamento agrícola individual: — Uma serra tipo "Brento", uma plana, uma queijeiro, um forno para pão, um moinho pora a mandioca, etc.

Pora todo o aparelhamento descrito, a partir das casas, a relativa despesa mantém-se em tôrno dos sete milhões de cruzeiros.

Tal quantia, porém, conforme as eventuais facilidades, como seriam a possibilidade de obter terras a título gratuito ou semi-gratuito, dilações dos pagamentos de forma que possam garantir a amortização, fornecimentos dos instrumentos agrícolas em geral por parte da "E.R.P.", viagem gratuita ou semi, assistências várias, etc., fica reduzida como em seguida vai ser demonstrado com cifras muito acessíveis

Com modestos capitais sociais pode-se organizar, pois, um núcleo e dar lhe vitalidade.

Orçamento preventivo para o funcionamento de um núcleo cooperativista

		Cr$
1.º	— Custo do terreno, cêrca de 1 000 alqueires geomét	2 000 000,00
2.º	— Custo de 60 casas, a Cr$ 15.000,00 cada uma	900 000,00
3.º	— Despesas pela construção de estradas, serviços hidráulicos, etc	100 000,00
4.º	— Aparelhamento agrícola, tratores, etc . . .	800 000,00
5.º	— Despesas para aquisição de gado normal, cêrca de 500	

	cabeça . .	600 000,00
6.º —	Custo de viagem para 300 pessoas	750 000,00
7.º —	Despesas para mobílias e utensílios para 60 famílias	120 000,00
8.º —	Aparelhamento industrial geral . .	200 000,00
9.º —	Despesas necessárias para a lavragem dos primeiros 500 hectares de terreno e até a primeira colheita	150 000,00
10.º —	Despesas para a manutenção de 60 famílias por um ano	360 000,00
11.º —	Despesas gerais para construções e imprevistos .	520 000,00
	TOTAL .	6 500 000,00

As despesas indicadas nos números 1, 2, 4, 5, 6 e 7, deveriam ficar a cargo das contribuições **ad-hoc**, criadas, as despesas ficariam, em consequência, assim reduzidas de

		Cr$
1.º —	Para a compra dos terrenos e pelo convênio ítalo-brasileiro o alúvio sôbre as despesas indicadas no anterior quadro deveriam ser de	2 000 000,00
2.º —	Para intervenção dos fundos da F R P (uma metade)	450 000,00
3.º —	Como supra por inteiro	800 000,00
4.º —	Como supra, por metade	100 000,00
5.º —	Pelas facilidades concedidas pelo Brasil . . .	250 000,00
6.º —	Pelos fundos F R P, por metade	60 000,00
	TOTAL	4 360 000,00

As despesas, portanto, que no orçamento apresento para o funcionamento do primeiro núcleo, já calculadas em Cr$ . . 6.500.000,00, com os Cr$ 4.360.000,00 de contribuições governamentais, reduzir-se-iam a Cr$ 2 140.000,00, iguais a liras italianas de 40 milhões, que o abaixo-assinado se comprometeria, com o único apôio moral por parte do Govêrno italiano, em obter por subscrição do sócios da própria Cooperativa

Realização no primeiro ano de vida do núcleo tipo

Com referência dos preços índices obtidos das culturas de tipo normal, a colheita do primeiro ano de vida do núcleo-tipo poderia dar o resultado seguinte

	Cr$
Produto da colheita dos primeiros 500 hectares de cultura normal, 5 000 quintais a Cr$ 100,00	500 000,00
4 000 metros cúbicos a Cr$ 20,00 o m3	30 000,00
Corte de madeira paar obras (800 metros cúbicos, a Cr$ 800,00 o m3	640 000,00
Produto leite (30 mil litros a Cr$ 1,00 o litro)	30 000,00
TOTAL .	1 250 000,00

Este resultado constituiria o início de um fundo de reserva, dado que, como escrevi acima, tôdas as despesas para o primeiro ano estão incluídas no plano geral

Realização no fim do 2.º ano e sucessivos até o 5.º ano de vida

	Cr$
Produto de duas colheitas por 1 500 hectares de cultura geral (30.000 quintais a Cr$ 100,00 o quintal)	3 000 000,00
Produto de corte de matos para lenha, 1.º ano	60 000,00
Produto de corte de madeira para obras	640 000,00
Produção de leite e venda de vitelas	80 000,00
Produto de produção de colheita extensiva .	200 000,00
TOTAL .	4 000 000,00
Despesas da Cooperativa para pagamentos, etc, a 40%	1 600 000,00
Despesas de caráter geral a 25%	1 000 000,00
TOTAL .	2 600 000,00
TOTAL LÍQUIDO .	1 400 000,00

Que nos cinco anos sucessivos, atingindo a cifra de 7 milhões de cruzeiros, constituiria a extinção global dos gastos feitos pela instalação e funcionamento da Cooperativa

Rio de Janeiro, Julho de 1950

Rumo ao Campo!

A prosperidade nacional está a depender, na hora presente, do aumento e da maior diversidade da nossa produção agrícola e industrial, tanto para o consumo interno, como para as exportações. Acontece conosco o que também se dá com outras nações americanas, que no dizer de ilustre economista "uma Nação devedora, não pode aspirar uma balança de pagamento ativo, ou melhor, equilibrado, até que a balança comercial apresente importantes saldos favoráveis".

Se quiséssemos demonstrar a tese de que a nossa capacidade produtiva não tem crescido, oscilando sempre em extremos que evidenciam nossa debilidade econômica, teríamos que estudar o volume físico da produção agrícola e seu valor, o volume das mercadorias transportadas nas estradas de ferro e outras vias de comunicação.

Não se pode duvidar existir um paralelismo entre a capacidade econômica e a capacidade financeira do país. Frustar êsse equilíbrio, que deverá existir sempre, será de consequências funestas para a nação que só à custa de muito esfôrço de todas as administrações (estaduais e municipais) em perfeita harmonia com o Govêrno Federal, será capaz de nos encaminhar para uma política verdadeiramente construtiva. Esse seria o papel a desempenhar pelo Conselho Nacional de Economia.

A fase que atravessamos, como ninguém poderá negar, é de desequilíbrio na vida econômico-financeira do país. Essa situação está a exigir medidas de ordem financeira, de um lado e de outro, larga política de proteção ao trabalho nacional, a começar pela eliminação do desordenado regime tributário em vigor e uma adaptação das tarifas alfandegárias, consultando a capacidade econômica do contribuinte e desafogando o trabalho nacional.

As demonstrações insofismáveis da sistema que deprime a nação temo-las no que ocorre com a vida econômico-financeira. Ao reconhecê-las, nem por isso devemos nos deixar abater, mas sim lançarmos mão de todos os recursos para reerguermos o país, fazendo-o retomar o caminho acelerado de sua evolução econômica.

O nosso verdadeiro ideal, em matéria de exportação, deveria ser o de infiltrar o produto do trabalho nacional nos mercados externos, dilatando a capacidade econômica do país, procurando colocar o excesso de sua produção. Isso quer dizer, que o problema fundamental do Brasil é o de sua expansão comercial no interior e no exterior.

Quem examina o ritmo do nosso movimento de exportação, verificará o quanto tem sido êle variável, em tonelagem e valor, nos seus principais artigos, sem excetuarmos o café, que contribui com cêrca de 70%.

Fôrça é reconhecer o papel de relevância sem contraste que a intensificação da produção de nossas terras poderá desempenhar no desenvolvimento da prosperidade nacional, pelo melhor aproveitamento das suas enormes fontes latentes de riqueza.

A contingência da luta no campo das competições econômicas está a exigir de nós, se quisermos vencer, a introdução de novos métodos da exploração da terra, revolucionando a rotina e os processos culturais.

Sem os ensinamentos da agronomia, por certo permaneceremos retardatários, incapazes de possuir forte estrutura econômica. Procuraremos, por isso, transformar os processos de cultivo, melhorar as variedades de plantas cultivadas, generalizar o emprêgo da adubação, aplicar, enfim, os ensinamentos da complexa ciência agronômica.

E' fato sem contestação que temos caminhado, do Império à República, sem programa definitivo de política econômica, abrangendo todo o país, com apoio das administrações estaduais e municipais, no entanto sem êsse programa, não alcançaremos nenhuma finalidade segura, não poderemos zelar pelas fontes de produção e tudo caminhará entregue às próprias fôrças da Nação.

A descontinuidade de nosso movimento econômico é uma revelação flagrante da nossa imprevidência, para prová-lo bastará que examinemos as nossas exportações, sendo fácil concluir-se que essa exportação

se acha limitada, em percentagem dominante ao café, que prepondera sem contraste no valor e no volume, deixando sujeita às maiores surprêsas a vida econômica e financeira do país.

Nos tempos modernos não é dado a nenhum povo viver consumindo os próprios produtos, sem vender nem comprar. Todo nosso esfôrço para regularizar nossa vida financeira, será improfícuo, se não acelerarmos a exportação, isto é, se não conseguirmos aumentar a capacidade de produzir, vender e comerciar.

Só dêsse modo nosso desenvolvimento se fará com normalidade; só assim alcançaremos riqueza sólida, corrigindo os deficits na balança de pagamentos.

Para exportar em grande escala, de modo a conseguir recursos em ouro para as necessidades de pagamento no estrangeiro seria precisa produzirmos em grande escala, e, para isso, teriamos de fazer exame consciencioso de nossas condições agrícolas, mediante investigações agronômicas, estatísticas e econômicas, de modo a serem removidos os embaraços que atrofiam as fontes de produção.

Múltiplas são as causas que perturbam o trabalho nacional; e, sem procurarmos estudá-las e resolvê-las, com mão forte, não removeremos os embaraços que prejudicam nosso progresso econômico.

Em grande parte, devido às crises, que se apresentam bruscamente, sem ritimo algum, temos ainda a produção agricola minguada, que não reflete, em absoluto, os extraordinários recursos do territória do Brasil e nem está em relação com a população de que hoje dispõe.

A politica que nos convém, aquela que consulta as aspirações nacionais e de que está dependendo a expansão comercial no exterior e o fortalecimento da fortuna pública, reside no amparo e na propulsão da produção nacional, em quantidade suficiente para atender às necessidades internas a ser lançado, em forte escala, no mercado exterior.

Não nos esqueçamos, porém, que, com as profundas modificações experimentadas pela produção agrícola mundial, só poderão vencer, na competição comercial, os países melhor organizados técnica e econômicamente.

E' certo que o Brasil, no momento grave por que atravessa o mundo, precisa ir buscar no meio nacional as fontes de vida, despertando as regiões decadentes por novos surtos de expansão.

A tendencia geral é a de cada nação viver dos próprios recursos, diante do estado geral criado pela destruição de capitais, muito principalmente depois da Grande Guerra.

Os preços dos produtos agricolas têm caido em todos os mercados, prejudicando o consumo dos produtos industriais.

Vemos que as nações da Europa estão empregando os melhores esforços para se erguerem do cataclismo econômico, adotando reformas agrárias e se aparelhando para melhor explorar os recursos contidos em seus territórios. Por nossa vez, precisamos produzir soma apreciável de mercadorias úteis, para satisfazer as necessidades da vida nacional e termos volume suficiente para a exportação em bases racionais.

Não viria agora a pêlo traçar planos econômicos, mas um dos aspectos da nossa questão agrária digno de ser focalizado, é a da aproveitamento da terra, assunto êsse, na atualidade, da maior relevância social e econômica por estar empolgando a atenção de todos os povos. Vemos que, no Brasil, a resistência oferecida, neste momento, à crise universal, é devida, em grande parte, à sua agricultura. Isso prova residir no labor dos campos um dos fatores mais eficientes do progresso nacional.

Em tôda a Europa, como neste momento sucede, muito principalmente na Itália e na Espanha, como também nos Estados Unidos e no México, a divisão da propriedade territorial está se operando mediante irresistível movimento de transformação.

E' certo que, na aplicação ao nosso meio, de medidas idênticas, teremos de procurar a solução mais lógica e apropriada ao nosso país.

E' sabido que grande parte da massa da nossa população rural vive na penúria, pode-se dizer que o trabalho do agricultor não é devidamente compensado, por reinar a desordem na produção. Entretanto, a nação só poderá ser arrancada das graves crises financeiras e o bem-estar reinar nas cidades, se dispusermos de produção agrícola abundante e de fácil circulação em nosso território, livre das peias de uma tributação excessiva e desordenada.

Carecemos evitar o êxodo acentuado da população dos campos, iniciando enérgica política de expansão econômica. Vemos extensos latifúndios atirados ao abandono na vizinhança de cidades populosas, en-

quanto o estômago enorme delas, se estorce à mingua de gêneros de subsistência adquiridos, geralmente, por altos preços. E' que o regime da grande propriedade se vai prolongando indefinidamente, com prejuízo do maior número e dos interêsses do país.

Um programa que tivermos de traçar nessa diretriz, exigirá legislação mais enérgica do que a que possuimos, para que o plano a executar não fique sujeito a interrupções, como sóe acontecer com a maioria dos nossos empreendimentos. As medidas a serem preconizadas valem por sua complexidade; obras de drenagem e de irrigação; localização dos agricultores; direção agronômica; tudo isso, é evidente, necessita fazer parte de um plano de conjunto com legislação especifica.

Somos dos que consideram sempre pouco todo o auxílio prodigolizado àqueles que vivem do trabalho da terra, entre nós, pois nosso supremo ideal deverá ser transformar a massa dos seres humanos, que vive no interior do país, em elemento realmente ativo e eficiente do progresso nacional.

Carecemos, enfim, de uma série de medidas decalcadas em um plano de conjunto, com base financeira estável, de modo a se iniciar entre nós bem orientada politica agricola.

O Estado tem que intervir em benefício da socialização da terra porque essa é uma das maiores questões sociais e econômicas da nossa época.

O inesquecivel sociólogo Alberto Torres, com verdadeira visão profética, na sua obra "O Problema Nacional Brasileiro", proferiu um conceito lapidar: "O Brasil tem por destino ser um país agrícola; tôda a ação que tender a desviá-lo dêsse destino é um crime contra sua natureza, contra os interêsses humanos".

Mais ainda: "As sociedades humanas estão já pagando, com a carestia da vida, pesado tributo ao desaproveitamento do solo e do braço humano, à atividade infecunda e à inércia do maior número; uma das mais graves consequências da política do capitalismo, das especulações mercantis, da febre de enriquecimento."

O momento para o Brasil é de — rumo ao campo — a exemplo daquele — **retour a la terra** — com que o ilustre ministro Meline indicou à França como caminho de sua salvação.

TRIGO - PRIMEIRO ARMAZENS, DEPOIS MOINHOS

KURT REPSOLD
Diretor técnico de "A Lavoura"

Notícias veiculadas pela imprensa desta Capital informam que numerosos plantadores de trigo no Rio Grande do Sul resolveram solicitar providências, ao Govêrno da República, no sentido de incentivar a industrialização dêsse cereal, nas proximidades das zonas de cultivo.

Tál fato é um índice seguro de que nossos triticultores atingiram um elevado gráu de evolução, já se preocupando com aspetos econômicos ligados à sua produção

Na realidade, a instalação de moinhos, em número suficiente, nas vizinhanças das regiões de plantio, traria numerosa vantagens, pois, além de evitar o deslocamento da produção para o litoral, com real economia de transporte, garantiria a sobrevivência da própria triticultura. E assim seria, porque, ao mesmo tempo que os moinhos do litoral, dificilmente poderiam concorrer com os do interior na moagem do trigo brasileiro, êstes últimos, com exceção dos localizados na faixa fronteiriça, ficariam impossibilitados de competir com aqueles, na industrialização do trigo importado, desde que, ao mesmo tempo, fosse resolvida a unificação do preço do produto em todo o país.

Outra vantagem seria a da permanência dos sub-produtos do trigo nas zonas rurais, onde são indispensáveis para o desenvolvimento das criações.

Como possievl resultante, ainda, dessa medida, e à proporção que fosse crescendo nossa produção de trigo e, consequentemente, reduzindo as necessidades de importação, verificar-se-ia a conveniência da mudança dos moinhos do litoral para o "hinterland".

Apesar de todos êsses aspetos favoráveis, porém, não é licito deixar de se examinar a questão, tendo em vista as demais fases em que se subdivide o problema do trigo, tanto mais quanto, embora deslocado dos centros de produção, nosso porque industrial tem capacidade suficiente para beneficiar, pelo menos por enquanto, todo o trigo brasileiro ou importado, necessário ao consumo do país

Muito mais grave e premente do que êste aspeto da questão é, sem dúvida, o que diz respeito ao armazenamento. Pode-se asseverar, sem receio de contestação, que a solução do problema do trigo brasileiro está, agora, na dependência da capacidade de armazenagem.

Se examinarmos, com cuidado, as razões que determinaram a falta de êxito das tentativas anteriores, ou melhor, se procurarmos os fatores que permitiram as manobras econômicas, levadas a efeito, no sentido de inutilizar as precedentes campanhas de fomento do trigo, vamos nos deparar com a mesma causa — a insuficiência de nossa re de silos e armazens. Atentando-se para o fato de não possuirmos abrigo conveniente, siquer, para 40% de nossa produção tritícola, fácil é verificar que justamente aí reside o ponto crucial da questão.

Nas atuais circunstâncias, vê-se o produtor na contingência de ter que colocar o seu trigo, logo após a colheita, com a maior fapidez, sujeitando-se, para tanto, às imposições dos intermediários, que, às mais das vezes, alegam estar esgotada a capacidade de seus depósitos, a fim de justificar seu desinteresse e conseguir reduções de preço.

Há, também, a insuficiência dos meios de transporte, incapazes de realizar, com a regularidade e a rapidez necessárias, o escoamento das safras, o que tem dado aso a que muito trigo se tenha perdido no interior do país.

Fatos como êsses, é que têm motivado a instabilidade de nossa produção de trigo, provocando descrença entre os lavradores, que só se animam a aumentar suas áreas cultivadas quando contam, como atualmente, com o amparo governamental.

Não se suponha, todavia, que êste problema tenha surgido agora com o rápido aumento da produção, observado nos últimos quatro últimos anos. Ele é antigo e, pode-se afirmar, que abrange toda a nossa produção agrícola, cuja insegurança não tem sido afastada, nem mesmo, com a garantia de financiamento.

Vale evidenciar, ainda, que o aumento da possibilidade de armazenagem importa,

diretamente, no crescimento da capacidade da industrialização, vez que, permitindo o recebimento da matéria prima, parceladamente, dilata o periodo de moagem

Já em 1942, diante do desenvolvimento que a produção de trigo vinha apresentando, sugerimos, em relatório oficial, a instalação de uma rêde de silos e armazens, como medida garantidora da continuidade daquela evolução. Submetido êsse relatório a decisão superior, recebeu do então Sr. Presidente da República, o seguinte despacho: "Aprovado, devendo-se organizar um plano para execução gradual do serviço". Lastimavelmente, entretanto, nada foi feito, e, apesar dos quatro armazens ultimamente construidos no Rio Grande do Sul, a situação agravou-se muito mais, face ao grande crescimento da produção, que de então para cá, praticamente, duplicou.

Convém, ressaltar, por fim, que da instalação dessa rêde de armazenamento depende, em boa parte, a eficiencia de todas as demais medidas que visem dar sólido alicerce econômico à nossa triticultura.

Assim, sem dispormos de uma capacidade de armazenagem adequada e convenientemente distribuida, resultarão incompletas todas as providências que tenham por escopo :

a) — garantir e fiscalizar o preço mínimo;

b) — unificar o preço em todo o país,

c) — organizar um esquema para a importação de forma a facilitar a colocação de nossas safras,

d) — determinar e distribuir, quando necessário, cotas de moagem,

e) — estabelecer uma taxa movel sôbre a importação; e

f) — financiar a produção, diretamente ao lavrador.

Diante do que ficou exposto, parece-nos que a orientação mais acertada para prosseguimento da atual Campanha de Fomento do Trigo Brasileiro, deve ser. — PRIMEIRO ARMAZENS, DEPOIS MOINHOS

O Sombreamento em Restauração da Lavoura do Café

A comunicação feita pelo dr. Pedro Corrêa Neto, à Sociedade Rural Brasileira e que adiante publicamos, é um documento que merece o exame e a meditação dos que se preocupam do grande problema nacional, que é o de promover a restauração da lavoura cafeeira no Brasil. Século e meio de cultura a pleno sol, determinou a destruição de milhares de quilómetros quadrados de florestas, para o plantio de milhões e milhões de cafeeiros, no Estado do Rio, em S. Paulo, em Minas, no Espírito Santo e no Paraná.

A maior parte destas lavouras desaparecera, inteiramente ou então em vias de desaparecer.

Urge deter o completo aniquilamento de uma principal máquina de fazer dóllar que é o maior contigente para exportação brasileira — o café.

Mas como faze-lo?

Para esta interrogação nós temos a resposta no método de Lavoura protegida por arvores, notamente leguminosas — que é hoje conhecido por sombreamento.

Adotado e indicado oficialmente pelo Cel. Macedo Soares, governador do Estado do Rio, tem sido assunto para debates apaixonados nos meios interessados. A Sociedade Nacional de Agricultura, em colaboração com a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, promoveu, nesta capital, uma reunião de que participaram elementos destacados da técnica e da lavoura de S. Paulo, especializados na materia. Esta memorável reunião, prestigiada com a presença do Presidente da República, deveria ser considerada como o ponto de partida para um grande movimento nacional em prôl do sombreamento.

O autor do relatório què hoje publicámos é figura de alto prestigio das classes conservadoras de S. Paulo e para eles chamamos a particular atenção dos nossos leitores.

RESTAURAÇÃO DA LAVOURA CAFEEIRA

Alarmado com a queda da produção de café no Estado de São Paulo, 50% menos do que já produziu, tratei de investigar a causa desta derrocada. Penso estar vinculada ao sistema de cultura, a lavoura isolada que é instável e de vida efemera enquanto na Colombia outros países, a produção de um cafesal é sempre a mesma, eternizando-o pela substituição de cafeeiros deficitários pela replanta, no nosso sistema isolado, as lavouras vão sendo abondonadas por improdutivas e transformadas em pastagens. As novas plantações entre nós não chegam a substituir as antigas desaparecidas, ao passo que na Colombia o número de cafeeiros está subindo, assim como a produção total. Nestes últimos 5 anos, a jugal pelo Anuário Estatística da Superintendência dos Serviços do Cafe da Secretaria da Fazenda de São Paulo, o cafeeiro em São Paulo produzia uma média de 450 gramas por pe, na Colombia a produção foi de 500 gramas por pé, na Venezuela 530, em Cuba 510, Salvador 426; Honduras 428 gramas por pé de café.

Por área a produção do sombreamento estrangeiro é bem maior que a do nosso isolado, quasi o dobro, porque as nossas plantações são de 3,5 a 4 metros de distância, ao passo que nas republicas citadas são de 2,5 metros.

Como já existem aqui algumas esperiências sobre o sombreamento, procurei verificar como êle se comporta. No Instituto Agronômico de Campinas o digno diretor Dr. Mendes se dispôs gentilmente a me prestar todas as informações: Declarou-me, sem preambulos, fracassado o sombreamento principalmente por escassez de chuvas. Em Campinas o sombreamento foi feito conjuntamente com a cássia e o ingazeiro com sombra demaziada. A produção tem sido 50% a menos no sombreado. Agora estão tirando a cássia e deixando o ingazeiro. Penso que, não fosse a cassia, a safra do isolado e do sombreado teriam sido iguais, porque segundo me disse o Dr. Walter Lazarine, distinto agrônomo, diretor da Fazenda Esperimentad de Ribeirão Preto, la a produção do sombreado pelo ingazeiro e pelo isolado foi igual. Acho que si houvesse podado os ingazeiros, a produção do sombreado seria maior.

O insucesso foi completo no sombrea-

mento pela Cassia assim como de outras essencias. Nem a tipuana, no começo tão promissora, poderá competir com o ingazeiro, porque fornece pouca matéria orgânica para a humificação do solo. O ingazeiro mesmo que fosse um concurrente do café, pela absorção de substancia nutritivas necessarias ao seu desenvolvimento, restituiria com imensa vantagem este material, pela abundante folhagem que se desprende de seus galhos durante todo o ano. É tão grande a quantidade de folhas nos velhos sombreamentos que, quando em decomposição, exalam um odôr caracteristico, vulgarmente conhecido por bafo do sertão. Fóra da mata sómente senti o bafo do sertão em Caçapava na fazenda sombreada do notável agrônomo Joaquim de Barros Alcantara, pioneiro do sombreamento, No Estado de São Paulo. Nesta propriedade a quantidade de humus é tão grande que não há necessidade da carpa e o sólo está sempre molhado. Ahi a produção é de 1.200 gramas por pé de café e não existia a bróca quando infestava os cafezais isolados visinhos.

O Dr. Mendes, em suas informações foi sincero e franco, de fato, nas fazendas esperimentais do govêrno o fracasso foi completo.

Generaliso a expressão porque asseverou-me o referido diretor que, o que eu visse em Ribeirão Preto observaria nas outras estações esperimentais· Mesmo assim procurei Botucatú. No Lageado, fazendo experimental nesse municipio, o sombreamento foi esperimentado em larga escala com inúmeras essencias, tendo sido péssimo o resultado; o aspéto da lavoura, nos rincões onde ela ainda existe, é profundamente desolador. Todavia, há exceção: a lavoura sombreada pelo ingazeiro está resurgindo com vigôr digno de menção. A safra pendente é bôa; seria o dobro si a sombra não fosse tão densa, ou si podassem 50% dos galhos dos ingazeiros, exceto nos logares onde a gomóse se encarregou deste serviço matando algumas destas arvores protetoras. Na mesma lavoura ao lado, conservada em pleno sol, a produção é nula. O estudo comparativo destas duas lavouras fronteiriças será prova exuberante do quanto é util o sombreamento pelo ingazeiro. Está portanto a fazenda do Lageado em condições de elucidar a questão; dirigida pelo competente agronomo Dr. Isidro Gil; não é absolutamente um espirito e [illegible] ingestoes.

É preciso que assim seja tratando-se de assunto novo, visto como na Colombia e outros paises cafeeiros, todas essas essencias aqui fracassadas, são utilizadas com êxito. No café caturra o resultado foi negativo porque a sombra é muito fechada.

Sendo plantado a 2,5 metros a percentagem deve ser de um ingazeiro para 8 pés de café no começo, 16 e mesmo 20 mais tarde. Assevera o Dr. Theodoro Quartin Barbosa, importante fazendeiro da zona de Marilia que, tal seja o tamanho do ingazeiro depois de 9 anos de sombreamento, basta 1 destas arvores para 16 e até mais cafeeiros bourbons comuns. É uma opinião que deve ser acatada e estudada porque possue 30 mil pés de café sombreado de 5 anos cuja producão é igual a do isolado. Afirmo que é bom negocio porque sabemos que o sombreado rende mais no beneficio, alcança melhor preço, sendo de mais futuro porque dura mais e a producão será maior quando o sólo for revestido pelas folhas do ingazeiro. Em sua fazenda há mais cem pés sombreados de 9 anos em ótimas condições; mas, acha que não servem de exemplo por ser pequena a quantidade· Decepcionado com o que vi na Fazenda Esperimental de Ribeirão Preto, bem impressionado fiquei com a fazenda do Snr. Urbano Bomfim, situada num dos espigões mais elevados da zona de Ribeirão Preto, em Cravinhos.

Possue 56 mil pés de café dos quais 50 mil sombreados. Fazenda secular, uma das primeiras formadas na zona, era para ser cortada, pois, não produzia mais de 5 sacos por mil cafeeiros, quando o proprietário resolveu sombrea-la com ingazeiro para 4 pés de café. No fim de oito anos retirou a metade dos ingazeiros, ficando 1 para 8 cafeeiros. Disse-me o Snr. Bomfim que quasi todo ano precisa podar um pouco o ingazeiro para fornecer sombra nunca superior a 40%. Atualmente o sombreado produz uma média de 55 sacos por mil pés, enquanto o isolado que não foi sombreado por ser mais produtivo não fornece mais que 12 sacos por mil pés. E quanto colhem as fazendas isoladas visinhas.

Foram muito prejudicadas pela sêca reinante nos últimos tempos, ao passo

(*) — A cultura sombreada no nordeste brasileiro [illegible]

que o sombreado nada sofreu com a falta de chuvas.

O Snr. Bomfim, ardoroso adepto do sombreamento está contente com a restauração da sua lavoura, tendo desaparecido até os caramujos, e ainda mais satisfeito ficou com o aumento de 20% no peso e melhor preço no mercado. Em Botucatú visitei a fazenda Bôa Esperança próxima ao Lageado, do Dr. João B. de Souza Aranha, muito bem administrada há trinta anos pelo Snr. José Pires de Campos. Possui 160 mil cafeeiros tendo sido cortados por deficientes 140 mil. Mais tarde deviam ter sido cortados mais 50 mil, porém resolveram adubar-los com adubo químico. Destes 50 mil, 11 mil plantados em terra mais fraca, nada melhoraram, continuaram definhados, sem produção. Estavam condenados ao corte quando resolveram sombrea-los pelo ingazeiro para experiencia. Por erro, o sombreamento foi feito há 9 anos a razão de 1 ingazeiro para 8 cafeeiros quando a regra é de 1 para 4, retirando a metade passados 8 anos. Durante este periodo de sombra não receberam nenhuma adubação, quando os que ficaram isolados porque se reabilitaram com a 1.ª adubação foram por diversas vezes adubados com palha, estereo de curral, torta e adubo quimicos, Atualmente toda a lavoura apresenta ótimo aspéto com bôa carga. A sombreada vem de ano para ano melhorando a produção, promete bôa colheita, sendo a safra os 5500 pés igual a da lavoura visinha, a dos outros 5.500 pés inferior em 20% à de 24 mil pés do café amarelo que variam sempre recebendo a citada adubação. No sombreado a erosão que era demasiada desapareceu tornando a terra uma verdadeira esponja. Localizado na parte mais alta da fazenda foi o que menos sentiu a seca do ano passado.

Disse-me o Snr. Pires de Campos que, na marcha em que vai, será brevemente das primeiras lavouras da fazenda, mesmo sem adubação; que não cortará mais nenhum cafesal, nos deficitários o machado será substituido pelo ingazeiro. Quando alguns agricultores já solucionaram o problema do sombreamento na restauração dos cafesais velhos e nos plantados em terra cançada e que pode-se ter alguma esperança nas fazendas experimentais do goveno. As fazendas particulares que fizeram a sombra densa pelo ingazeiro ou que utilizaram outras essências, abandonaram o sombreamento ou estão nas mesmas condições que as fazendas experimentais.

Os sombreamentos por várias essencias observados nas estações experimentais deveriam ser abandonados para não causarem decepção e desânimo aos lavradores. Mesmo que fossem de ingazeiros não poderiam servir de provas porque a sombra é muito densa. Segundo o autor de um substancioso artigo publicado no numero de outubro último da revista norteamericana, A Fazenda, sobre a cafeicultura na Indonesia, no sombreamento demasiado ou quando a sombra é densa, a produção é pequena ou nula em qualquer zona cafeeira.

Quanto a curva de nível e adubação, imensamente favorecem à cafeicultura, são todavia, inferiores a ação do ingazeiro que torna o sólo humificado, absorvente, desaparecendo por completo a erosão.

Quem visitar a fazenda Bôa Esperança constata este fato e começa vê o ingazeiro uma arvore prodigiosa. Para terminar cito diversos fátos que são argumentos preciosos a favor do sombreamento: A perenidade do cafeeiro. Por ocasião das secas frequentes entre nós resiste mais. Maturação igual, podendo a colheita fazer numa só vez ao ano por derriça; é neste ponto superior a Colombia onde são feitas 2 colheitas por ano a dedo porque há sempre café maduro e verde misturados. Por não haver excesso de chuvas os nossos cafeeiros são compactos, desenvolvendo-se bem, tanto para cima como para os lados, com o excesso de chuvas o que sucede na Colombia, Indonesia, etc., os galhos esgueiram-se para o céu procurando luz, havendo necessidade de poda-los. O café amadurecido ao mesmo tempo e ficando preso ao galho em vez de cair ao sólo, permite uma colheita absoluta, não ficando fruto algum na lavoura para manutenção da bróca. No beneficio rende mais 20%. No mercado tem preferência e encontra melhor prêço. O cafeeiro isolado tem sido a causa dos desertos e das cidades mortas, o sombreado restitue a vida as cidades e devolve a fecundidade ao sólo, podendo ser aproveitadas as terras cançadas. Deixo de citar outras fazendas sombreadas no Estado de São Paulo, porque nelas o sombreamento se comporta do mesmo modo que nas já citadas de Caçapava, Cravinhos e Botucatú.

Adubos e Corretivos no Plano de Recuperação Economica e Fomento da Produção no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Do Diretoria Técnico da S. N. A.

Em viagem de estudos que tivemos oportunidade de realizar, em Fevereiro, no Estado de Minas Gerais, por determinação do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, observando o que no referido Estado vem sendo feito de acôrdo com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, tivemos oportunidade de encarar o problema dos adubos e corretivos.

Não se pode esperar a melhoria da produção agrícola sem o concurso da ciência agronômica.

A adubação, e, igualmente, o problema da acidez dos solos, devem merecer, sem dúvida, a atenção dos responsáveis pelo fomento da produção.

De fato, sem corrigir o solo para que êle apresente uma acidez conveniente para a maioria das culturas, e sem proporcionar às plantas os alimentos de que elas necessitam para que possam desenvolver-se em condições satisfatórias, não se pode esperar o necessário aumento de produção, que não deve ficar, tão sòmente subordinado ao aumento da área cultivada, mas, sobretudo, ao maior rendimento por unidade de superfície.

Visitando os diversos Departamentos da Secretaria de Agricultura daquele Estado, tivemos a oportunidade de obter dados sôbre os problemas do cálcio, do potássio e do fósforo, indispensáveis à agricultura mineira.

CÁLCIO

O problema do cálcio para a agricultura, em um Estado como Minas Gerais, em que a maior parte das terras possui pH inferior a 7, isto é, em que a maior parte dos terrenos são ácidos, é de relevante importância, pois a maior parte das culturas exige terrenos alcalinos, neutros, ou levemente ácidos.

Visando o aproveitamento das diversas ocorrências calcáreas existentes no Estado (formações calcáreas do Rio das Velhas, do Rio São Francisco e inúmeras outras), tendo em vista o fornecimento do indispensável corretivo da acidez dos solos a baixo preço aos lavradores, vem o Govêrno do Estado de Minas Gerais:

a) — estudando, convenientemente, as jazidas calcáreas existentes que, em virtude da quantidade de suas reservas e da proximidade dos meios de transporte possam sehr exploradas racionalmente;

b) — estudando a mais conveniente localização dos primeiros moinhos para o preparo do calcáreo destinado à calagem das terras.

De acôrdo com o Plano, serão instalados, inicialmente, moinhos localizados em Belo Horizonte, Zona da Mata, Triângulo Mineiro e no Nordeste, Sul e Norte do Estado.

Inicialmente já foram encomendadas 25 moinhos que, instalados nos pontos mais aconselhados, possibilitarão, dentro do objetivo visado (baixo preço para que o calcáreo seja accessível ao lavrador), a indispensável correção da acidez dos solos mineiros, e, conseqüentemente o mais racional aproveitamento dos mesmos.

FOSFORO

Não são poucas as terras do Estado de Minas Gerais que, cultivadas há longos anos, sem nenhuma adubação, mostram uma alarmante deficiência em fósforo.

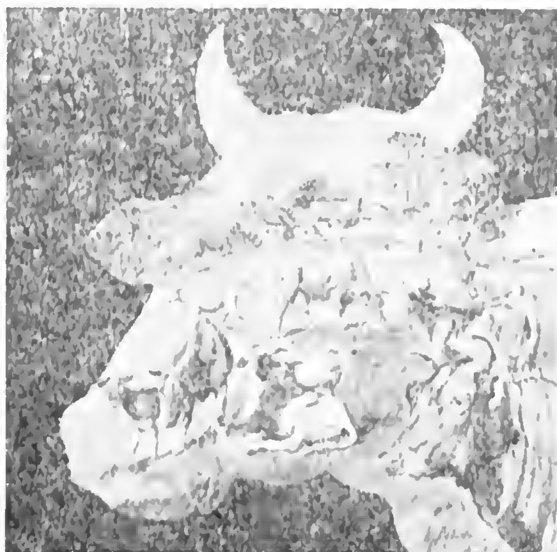
Por outro lado, não é possível conseguir-se o aumento da produção sem que as terras estejam aptas para fornecerem às plantas os sais minerais que elas necessitam para que apresentem um desenvolvimento normal.

Quanto ao fósforo, tão indispensável para a agricultura mineira, em obediência às diretrizes do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção:

a) — foram feitos estudos das enormes jazidas de rochas fosfatadas situadas nos

Atenção, criadores e fazendeiros!

Já está à venda



o "INSETICIDA ESSO "A" PARA GADO"

(Concentrado emulsionavel de Canfeno Clorado)
50 % Toxafeno

Experimentado no Brasil pelo Ministerio da Agricultura, Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Instituto Biológico de São Paulo, Estancias Duvivier S/A., Fazenda Santa Clara — Ericeira — Estado de Minas Gerais, do Sr. Silvio de Andrade Bastos, Fazenda da Tabatinga — Ericeira — Estado de Minas Gerais, do Sr. Cel. Severino Junqueira, e Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. — Avenida Presidente Wilson, 164 — D. Federal.

O Inseticida Esso "A" Para Gado vem sendo recomendado somente para gado de corte, porque até hoje não se sabe se o seu uso é ou não perigoso, ou potencialmente perigoso, para gado leiteiro no periodo de lactação, ou para os consumidores dos produtos de gado leiteiro. Antes de recomendarmos o uso do produto em gado leiteiro no periodo de lactação, estamos aguardando o resultado final dos estudos toxicológicos, atualmente em curso, que até hoje não deram nenhuma indicação de ser o Toxafeno absorvido em quantidades perigosas.



O Inseticida Esso "A" Para Gado está à disposição dos criadores brasileiros, em quantidades limitadas, devido às dificuldades de importação, para que possam manter os rebanhos completamente isentos de carrapatos e outros parasitas externos.

Ajudar a difundir o uso do Inseticida Esso "A" Para Gado em nosso país é contribuir para auxiliar a campanha de combate aos parasitas externos que vêm causando tanto prejuizo aos nossos rebanhos.



Peçam informações à

STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL

Avenida Guararapes, 203 6.º andar Caixa Postal 242 Recife — Est. de Pernambuco	Av. Presidente Vargas, 290 12.º andar Caixa Postal 1.163 Distrito Federal	Rua Araujo, 224 Caixa Postal 36 B São Paulo Est. de São Paulo

minerais de Araxá, cujas reservas estão avaliadas em 90 000 000 de toneladas;

b) — está sendo ultimada a montagem de um forno elétrico na Cidade Industrial;

c) — serão, futuramente, instaladas duas grandes fábricas de adubo fosfatado.

De acôrdo com os estudos já feitos, pode-se conseguir:

a) — uma produção mínima de 100 000 toneladas anuais de concentrado de minério fosfatado;

b) — de duas toneladas de minério, uma tonelada de concentrado com 30 a 35% de P_2O_5.

A instalação prevista em Araxá exigirá um capital de vinte milhões de cruzeiros e terá capacidade para produzir 300 toneladas diárias de concentrado (tratará, por dia, 600 toneladas de minério).

POTÁSSIO

Quanto ao potássio, também indispensável para nossas terras agrícolas, vem sendo feitas pesquisas sôbre os depósitos situados no Sul do Estado.

As rochas potássicas de Poços de Caldas parece que não poderão ser economicamente aproveitadas para a produção de adubo potássico para a agricultura, em virtude de fatores vários, como sejam:

a) — o fato das jazidas não serem contínuas;

b) — o baixo teor em potássio;

c) — a dificuldade do tratamento das rochas.

O assunto, entretanto, ainda está em estudos, e não se pode, desde já, tirar conclusões a respeito.

Ainda de acôrdo com o Plano, já foi adquirido um conjunto de máquinas destinadas à moagem do tufito de Patos de Minas que encerra, além de fósforo, potássio e cálcio, uma certa quantidade de elementos menores, que servem para a adubação, conforme experiências já realizadas.

A Indústria Nacional de Lã

GERALDO VELLOSO NUNES VIEIRA
Da Federação das Associações Rurais
do Rio Grande do Sul

A indústria nacional de lã é indiscutivelmente um dos setores de maior importância da economia brasileira, não só pelo número de fábricas existentes como pelo volume de suas produção que acendem plenamente o consumo do país

Atualmente existem no Brasil 23 fábricas de fiação e tecelagem de la, assim distribuidas:

São Paulo	14 fábricas com	125.700	fusos	78,5%
Rio Grande do Sul	6 " "	29.600	"	18,5%
Rio de Janeiro	6 " "	4.300	"	3,0%
	TOTAL	159.600		

Segundo dados colhidos entre as referidas fábricas a quantidade de fuzos acima reelrida será elevada a 223.700, sendo 153.000 para fio cardado e 70.400 para fio penteado

O consumo de lã dêsses estabelecimentos é estimado em 22.000 toneladas anualmente, que sao fornecidas pela Rio Grande do Sul na proporção de 80% e o restante pela Austrália, Africa do Sul, Argentina e Uruguay

De um modo geral sabe-se que a maioria das fábircas consomem quasi que exclusivamente lã nacional havendo, entretanto, algumas fiações que se dedicam ao fabrico de fios de alta titulação e que necessitam importar la Merina d ealta qualidade — 64's a 70's — principalmente da Austrália e Africa do Sul

Durante o periodo da última guerra com as dificuldades de importação de fio estrangeiro as fiações elevaram suas produções, trabalhando grande parte delas em três turnos para poderem, tanto quanto possivel, suprirem as tecelagens

A tendência natural das nossasi fiações é produzirem fios de alta titulação que se destinem ao fabrico de panos de melhor classe e consequentemente de maior preço Sendo alto o custo da mão de obra há toda a conveniência na produção de artigos de maioi valôr os quais no caso presente exigem matéria prima de grande qualidade, cuja producão nacional é ainda pequena em face do crescente consumo

A maioria das fiações nacionais estão convenienternente aparelhadas para produzirem qualquer tipo de fio A maquinaria atualmente usada denominada sistema Continental e Rings exigem grande uniformidade das fibras para a produção aproveitável e conveniente. As las menos finas, isto é, os tipos chamadas Cruzas (de 56's até 48's) são mais indicados para o sistema de maquinaria Inglês e Fleyers.

A situação da indústria de fiação com referência à matéria prima é ainda de absaluta necessidade de importação de lã estrangeira de finura acima de 64's, devido a diminuta produção nacional dessa classe de lã, que alcança apenas a cerca de 3 000 toneladas ou seja 16% sôbre o total da matéria prima riograndense.

Quasi tôda a produção de fios de lã é destinada as tecelagens nacionais A exportação de fios em 1947 foi apenas de 24 toneladas no valôr de Cr$ 4.387.000,00 e em 1948, 22 toneladas no valôr de Cr$ 844.000,00

A situação das indústrias de fiação de la é no momento bastante precária em face da crescente importação de fios estrangeiros e tecidos que sao oferecidos à venda a preços inferiores ao custo dêsses artigos nacionais.

A importação de la lavada, em tops, em fio e de tecidos que foi em 1944 de 838.856 atingiu em 1948 a 2.385.111 quilos na valôr de Cr$ 33.759.796,00.

Essa vultuosa importação que ameaça de forma alarmante a estabilidade da indústria nacional de la se deve a dois fatores principois que são: 1.º — tarifas alfandegárias muito baixas; 2.º — a disparidade do valôr do cruzeiro no mercado internoe e externo

Si compararmos as cifras de valores entre a importação e a exportação de lã, verificaremos que o Brasil dispendeu na importação dêsse textil na forma bruta e ma-

nufaturado a importancia de Cr$ ...... 468.101.000,00 e exportou em idêntica forma apenos Cr$ 105.753.000,00, havendo pois um déficit na balanço comercial na ordem de Cr$ 363.348.000,00

Conclue-se portanto que além dos prejuizos de ordem econômica e social que essa vultuosa importação de lã ocasiona à indústria nacional, acresce ainda os reflexos de tal situação na balança comercial do país, permitindo uma evosão de ouro que em nenhuma hipótese se justifico, pois se trota de um setor da economia nacional cuja matéria prima existe no país e sua industrialização alcançou notável progresso em todos os sentidos.

Examinando-se o problema sob o aspeto técnico-econômico surge naturalmente a pergunta. Está a indústria nacional em condições de atender ao consumo do pois de todos os tipos de fios e tecidos que nele são negociados.

Essa pergunta, naturalmente, pode ser interpretada de duas maneiras. Si por consumo nacional se entende o uso de tecidos de lã de média qualidade ascessível ao poder aquisitiva de todas as classes sociais da país, teremos que forçosamente reconhecer que a indústria nacional está capacitada a atender plenamente as exigências do consumidor nacional. Si entretanto incluirmos o consumo de tecidos de alta qualidade obtidos unicamente com fios de alta titulaçao, teremos que reconhecer que a sua produção é ainda diminuta pela falta de matéria prima nacional em condições satisfatórias.

O que está ocorrendo na momento porém não é o importação dêsses artigos que a indústria nacional ainda não está capacitada de produzir em quantidades satisfatórias. Ao contrário a concorrência estrangeira com fios e tecidos de qualidade idêntica ao que se produz no país, porém a preços abaixo do custo.

O extraordinário afluxo observado nas importações de fios e tecidos de lã tem contribuido para a situação de franca saturaçao em que se encontram os mercados nacionais, co mos mais graves prejuizos para a produção, comercialização e industrialização da lã. Êsses prejuizos também alcançam o própria comércio de tecidos que já se vê a braços com situações financeiras verdadeiramente emboroçosos

Urge, portonto, a adoção de medidas eficientes, capazes de resolver a situaçao aflitiva da indústria e do comércio de lã e garantir a normalidade da produção e dos mercados nacionais para o futuro.

Dionte da capacidade da indústria nacional de abastecer o pois de tecidos de lã, seria de todo a conveniência o estabelecimento da limite de 50 toneladas anuais para a importoção de tecidos de lã.

Com referência ao fio de lã parece-nos de todo aconselhável que se adotem as medidas propostas pelos Sindicatos de Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que atendem plenamente todos os interesses jogo:

1.º — Que só seja permitida a importoção de fios de lã quando adquiridos diretamente por empresas que se dediquem a indústria de lã;

2.º — Que os pedidos de licença de importação de fios de lã sejam encaminhados à Corteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, por intermédio dos Sindicatos de Indústria de Fiação e Tecelagem do respectivo região, cumprindo a estes controlar as reais necessidades de consumo de cada fábrica, a semelhança do que ocorre, com êxito, com relação a exportação de fios ed algodão.

E' indicustível a importância da tarifa aduaneira para a orientação econômica do pois. Ao lado do suprimento de recurso para o herário pública, tem a pauta alfandegário e elevada missão de estabelecer a sistematizoção da produção nacional

Relativamente aos artigos de lã, em que as matérias primas estão submetidas a direitos superiores aos dos produtos manufaturados, a atrifa revela ausência completa de orientação técnico e provoca graves distúrbios no economia nacional.

A taxação deve guardar sempre a devida proporção quanto aos valores das mercadorias tributodas.

AO Decreto lei n.º 8.819 de 24-1-1946, revogou em parte os de números 7.367 de 8-3-1945 e 7.682 de 27-6-1945.

Em consequência dessas alterações as taxas dos artigos 133 e 136, isto é, lã bruta, lã lavada e lã preparada não foram alterados conservando-se como estavam, atingindo portanto o Decreto-Lei 8.819 unicamente o artigo 137, isto é, fio de lã já manufaturado e fio de lã em novelas (para crochet) que possou pela revogaçao extranha e parcial dos referidos decretos

7.367 e 7.682, a pagar de acordo com o antigo Decreto-Lei n.º 2.872, de 18-12-1940.

Como consequencia dessa inexplicável medida passou a tarifa em vigor a seguinte escala:

	DECRETO 8.819	DECRETO 7.367
Lã bruta	Cr$ 2,80	Cr$ 2,80
Lã lavada (crua)	8,00	8,00
Lã preparada (crua) "Tops"	15,00	[illegible],00
Fio manufaturado (cru)	4,60	20,00
Fio de lã em novelos (crochet)	21,00	43,00

Evidencia-se pelo simples confronto das escalas acima que a tarifa em vigôr nem siquer guardou o indispensável escalonamento que deveria ser mantido tendo por base a tarifa incidente sôbre a lã bruta. Ao contrário do que deveria ser a finalidade da tarifa o Decreto-Lei n.º 8.819 favorece enormemente a entrada de fio de lã já manufaturado, pois paga menores direitos que a própria lã apenas preparada e lavada.

Si realmente houvesse interesse de defender a economia nacional através de taxas aduaneiras deveriam estas serem proporcionais aos valores das mercadorias, a exemplo do que acontece na grande parte dos países que têm uma produção a defender da concorrência e dos "dumpings" estrangeiros.

Nos Estados Unidos da América do Norte cuja produçao laneira pode ser comparada à do Brasil, pois está em condições semelhantes, dispondo de grande produçao de lão e uma indústria nacional extroordinàriamente desenvolvida, que ainda necessita importar mais de dois terços do seu consumo de matéria prima em estado bruto, as tarifas sôbre lã obedecem a seguinte escala.

Lã bruta	US$	0,24 por libra lavada
"Tops"	"	0,37 " " mais 20% ad valorem
Fio	"	0,37 " " " 35% " "
Tecido	"	0,50 " " " 60% " "

Transportado que fosse para o nosso país identico critério deveria a nossa tarifa ser a seguinte, tomando por base os valores médios:

	VALOR APROXIMADO	
Lã bruta	Cr$ 20,00 por kg.	Tarifa Cr$ 2,80
Lavada	" 40,00 " "	" " 8,00 mais Cr$ 8,00 ad-valorem
"Tops"	" 90,00 " "	" " 15,00 " " 31,50 "
Fio	" 120,00 " "	" " 20.00 " " 72,00 "

CONCLUSÕES

1) A indústria nacional de lã constitue um dos setores de maior importância no parque industrial do Brasil, pelo seu aspeto econômico-social.

2) A tendência da indústria nacional de fiação e tecelagem de lã é aumentar a sua capacidade de produção, passando de ... 159.600 fuzos para 223.700 no próximo ano de 1950.

3) A produção nacional de lã bruta atende apenas a 80% do consumo da indústria, sendo necessário a importação de matéria prima de alta finura acima de 64's para manufatura de fios de alta titulaçao acima de 56.

4) A grande maioria das fiações nacionais estão aparelhadas para produzirem qualquer tipo de fio, desde que disponham de matéria prima apropriada.

5) Toda a produção de fios é destinada ao consumo das tecelagens nacionais sendo exportado apenas pouco mais de 20 toneladas anualmente.

6) O maior entrave ao desenvolvimento da indústria nacional de lã reside na concorrência do produto estrangeiro, que é vendido no país a preços inferiores ao custo nas fábricas nacionais.

7) As facilidades proporcionadas pela tarifa anti-protecionista que prevalece para a lã, acrescidas da disparidade do valor do cruzeiro no mercado interno e externo, ocasionam enorme deficit na balança comercial do Brasil e ameaçam de maneira

alarmente a estabilidade econômica da produção, do comercio e principalmente da indústria da lã.

8) Há necessidade urgente de se regulamentar a importação de fios e tecidos de lã, cabendo exclusivamente aos Sindicatos de Fiação e Tecelagem das diferentes regiões fabris, controlar as reais necessidades de consumo de cada fábrica.

9) A atual pauta aduaneira referente a tarifa de lã caracteriza-se pela falta de critério e de técnica tarifária, pois não guarda o devido escalonamento com relação ao valor dos diferentes artigos desse textil, resultando daí que ela favorece a entrada de produto manufaturado, com grave prejuizo para a defesa inadiável em defesa da industrialização de lã, e, condicionando essa importação a tipos de fios de alto titulação, isto é, acima de 56.

3.º — Que os pedidos de importação de fios e tecidos somente seja feito por intermèdio dos Sindicatos de Indùstria de Fiação e Tecelagem de cada região, cumprindo a estes controlar as necessidades de consumo de cada fábrica.

4.º — Revogar o Decreto-Lei n.º 8.819 revigorando o Decreto n.º 7.367 acrescido de taxas ad-valorem.

Ferramentas, Implementos e instrumentos agrarios (.)

ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
3.º Vice-presidente da Sociedade Nacional
de Agricultura

Examinando os debates havidos durante a audiência pública realizada para o estudo do ajuste comercial entre o Brasil e Grã-Bretanha, na parte referente aos artigos de CUTELARIA, FERRAGENS, IMPLEMENTOS E INSTRUMENTOS, pedimos venia para fazer algumas considerações no interesse da agricultura e da indkstria nacional.

ENXADAS

A nossa importação de enxadas nos anos de 1935 a 1949 manteve-se em ascenção nos primeiros três anos, baixou no quarto, caiu nos três anos seguintes, foi muito reduzida durante a guerra para, afinal, elevar-se nos três kltimos anos com o agravante de preços muito mais altos que os do primeiro período e pouco mais baixos que os de importação alcançados durante a guerra.

Foram as seguintes nossas importações nos últimos quinze anos:

IMPORTAÇAO

Ano	Quilos	Cr$
1935	4.430.394	22.388.935,00
1936	5.620.795	26.990.568,00
1937	5.952.360	33.365.258,00
1938	3.571.119	20.540.000,00
1939	1.394.429	8.357.961,00
1940	1.094.150	7.174.027,00
1941	739.632	5.467.759,00
1942	172.921	1.377.849,00
1943	2.803	29.389,00
1944	24.010	272.155,00
1945	70.023	1.218.987,00
1946	745.482	9.242.889,00

(*) Parecer defendido em reunião da Comissão Consultiva de Acôrdos Comerciais

Ano	Quilos	Cr$
1947	1.490.079	22.596.351,00
1948	2.490.079	37.083.724,00
1949	2.995.082	46.642.835,00

Observa-se que, as importações de 1949 comparadas com as de 1947, correspondem em volume e valor a mais do dobro e, no que conte, não foram licitadas no artigo reputado de bôa qualidade. De variadas marcas e procedências figuram, entre as enxadas importadas, tipos que não conseguiram, nos exames realizados por iniciativa do Ministério da Agricultura, laudo favorável dentro das especificações estabelecidas como capazes de satisfazer as exigências de labores agrícolas.

Divergem, neste particular, consideravelmente, as opiniões, batendo-se uns pela proibição de importação, alguns no sentido de serem estabelecidas restrições e, outros, afinal, abertamente, pela liberdade de importação.

Proibir a importação é medida que não atende aos interesses da agricultura (*) porém, pesando bem as consequencias, não nos parece deva ela defender a importação indescriminada, livre, que não tem concorrido, até agora, para a melhoria da distribuição nem para a baixa dos preços. Acreditamos estejam seguindo bom caminho os que opinam devam tais restrições ficar adstrita a qualidade do pelo estabelecimento de restrições, mas entendemos, artigo importado que, em nenhuma hipotese, deverá ser inferior, sob qualquer aspecto, ao melhor produto de fabricação nacional.

Não deseja a agricultura, que reconhece e aprecia a esforço da indústria, concorrer mesmo indiretamente, para o seu desistimulo e desorganização. Devemos nos lembrar que durante a guerra deu a indústria nacional muito mais do que esperavamos e aparelhou-se, com inegavel esforço, para suprir deficiencias do mercado interno que, ainda agora, não obstante as crecentes importações realizadas, nos quatro últimos anos, sofre com a falta do artigo nos mercados do interior, seja em consequência da diminuição da capacidade aquisitiva dos compradores, seja por dificuldades opostas à distribuição. Não devemos esperar possam as repartições oficiais, que adquirirem o artigo paor cessão, a preço de custo, a agricultores, atender Yqueles residentes em localidades distantes e praticamente afastadas de sua área de alcance e influência efetiva.

No quinquênio 1945-49 elevou-se a produção nacional de enxadas dos tipos consumidos nas diferentes regiões do país a cêrca de 20.762.548 unidades, assim distribuidas:

Ano	Número de peças (*)
1945	2.771.908
1946	3.170.781
1947	3.524.765
1948	4.367.730
1949	6.927.364

As fábricas nacionais de enxada, entretanto, segundo elementos divulgados (**) e confirmados em inquérito que acabamos de realizar, têm elevada capacidade de produção — superior a 7.000.000 de peças — como se vê pela seguinte relação:

Companhia Mecânica e Importadora de S. Paulo	3.000,00
Indústria Metalúrgica N. S. da Aparecida S/A.	1.200,00
Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita)	1.200,00
Fábrica de Artefatos de Aço Tupi Ltda.	1.200,00
Metalurgia New-Zor Ltda.	180,00
Industrial S. Sebastião Ltda. . . .	120,00

(*) A importação estimulará a concorrência que evitará o desinteresse do fabricante nacional pela melhoria da qualidade e pela manutenção da uniformidade de suas marcas e, ainda, abusos na formação dos preços

Fabrica de Itajubá (Exercito)	120,00
Diversas (não incluida a "Usina Cugon ga", em Recife, de instalação recente)	350,00

Segundo esclarecimentos que nos foram prestados por representantes das três primeiras empresas relacionadas não tem havido elevação do consumo de enxadas "que continua limitado entre 4.500.000 a 5.000.000 de peças por ano" o que, evidentemente, não é muito, e inferior a capacidade das fábricas a pouco maior que a média da produção (4 152.509) no quinquênio 1945/49 (*) acrescida de quota anual de enxadas restauradas (300.000). Considedo o consumo médio anual de 5.000.000 de peças, a produção de 1949 acrescida das unidades restauradas e da importação do mesmo ano (6.927.364 + 300.000 + 2.604.419) somos levados a admitir a existência de elevado estoque no país e o excesso, a menos que seja, como acreditamos, muito maior o consumo, terá de influir no mercado e, naturalmente, no ritmo das importações.

Em referência à qualidade devemos considerar que são encontradas no mercado, de fabricação nacional, enxadas, e, ainda, que as fábricas nacionais têm cuidado com interêsse da melhoria do produto achando-se algumas delas, no que estamos informados, aparelhadas para a fabricação do artigo que, com especificações precisas, venha a ser reclamada. Está provado pelos exames realizados em institutos oficiais de tecnologia, — institutos de cuja idoneidade não se pode duvidar —, a excelência de algumas marcas de enxadas nacionais e de procedência inglêsa, mas, também, a existência no mercado de enxadas de fabricação nacional e de procedência estrangeira que não alcançaram, nos exames a que foram submetidos, satisfatória classificação.

Os tipos de enxada preferidos no país, por satisfazerem determinadas exigências ou só pelo hábito da sua utilização outros, devem merecer a atenção dos fabricantes e dos importadores, mas, em qualquer caso, se impôr pela qualidade, corresponder às especificações estabelecidas para o artigo bom e como tal consideram os agricultores, nas respectivas zonas, aquele que resiste ao trabalho em suas terras e duram proporcionalmente mais tempo. Procedem as reclamações, os pedidos insistentes de importações, de zonas determinadas que não têm encontrado, nas enxadas utilizadas no trabalho de suas terras, a resistência e a durabilidade necessárias.

Não se pode por em dúvida e nem considerar como resultantes de juizos apressados o pronunciamento das associações rurais que traduzindo a opinião de seus associados, batem-se, com insistência, pela liberdade de importação. Consideramos, porem, dever elementar advertir que a importação só por si, indiscriminada, não resolverá o problema, pois, entre as enxadas importadas, mesmo da Inglaterra, há marcas que não correspondem e não conseguem satisfatória classificação.

Devemos, portanto, importar sòmente o artigo de bôa qualidade e que satisfaça aos requisitos de resistência e durabilidade no trabalho das terras a que se destinam.

O mesmo critério poderá ser aplicado às enxadas de procedencia alemã, uma vez que a importação de artigos de "cutelaria em geral, inclusive ferramentas agricolas manuais" está subordinado, ao ajuste comercial negociado, aos "tipos licenciaveis pela CEXIM".

FOICES E MACHADOS

Não suscitaram êsses artigos interêsse maior preteridos pela enxada. Apesar de utilisados, em menor escala, nos labores rurais, teriam provocado debates acalorados, fossem desfavoráveis as condições apresentadas pelos artigos de fabricação nacional. Mesmo assim concorrem, principalmente os machados de procedência estrangeira, importados, para o decréscimo da nossa atividade fabril, embora já se disponha no país, de instalações e aparelhamento apropriados à melhor fabricação.

CAVADEIRAS, ENXADAS E PICARETAS

Artigos utilizados em trabalhos rurais de natureza pesada a(bertura de buracos para esteios de cêrcas, valas, caminhos, etc. em terrenos endurecidos ou pedregosos) precisam satisfazer requisitos de resistência e durabilidade.

PÁS

As de utilização horticola, principalmente, tem requisitos que os fabricantes inglêses atendem satisfatòriamente.

FACAS, FACÕES OU TERÇADOS

Os tipos utilizados nas atividades agropecuarias, licenciáveis em dolares norte-americanos e francos suiços, poderiam ser vantajosamente fornecidos pela indústria nacional, sendo os de fabricação inglêsa, geralmente, bem conceituados no meio rural brasileiro.

ALFANGES

As lâminas de fabricação nacional que temos experimentado deixam muito a desejar. Não afiam bem, amassam com facilidade e têm, geralmente, pequena duração.

CANIVETES E TESOURAS

Canivetes de enxertia e poda, assim como tesouras de poda e outras ferramentas horticolas escasseiam no mercado os tipos mais desejados pelos floricultores, fruticultores, jardineiros e viveiristas.

CONCLUSÕES

Em face do exposto e tendo em vista os interêsses da agricultura que, repetimos, aquecia e tem em grande conta os esforços da indústria que conseguiu, é inegável, grande progresso na fabricação de artigos indispensáveis ao desenvolvimento do meio rural, notadamente de ferramentas, implementos e instrumentos agrários, há poucos anos de importação forçada, concordamos, em princípio, com a contra-proposta brasileira, opinando no sentido:

(*) — Cálculo baseado no pêso médio de 1150 grs por peça.
(**) — A enxada na economia nacional — pgs. 7 e 8 do numero 6 — fevereiro de 1950 — Vida Rural.

(*) — Cálculo baseado no peso médio de 1.150 grs por peça.

a) — da importação de enxadas de fabricação inglêsa, dentro do limite que venha a ser estabelecido, ficar subordinada a marcas cujos característicos se enquadrem em especificações aprovadas pelo Ministério da Agricultura e que assegurem, realmente, a bôa qualidade do artigo;

b) — da importação de foices, machados, cavadeiras manuais, enxadões, picaretas e pás, notadamente das destinadas à horticultura, e lâminas de alfange, ficar subordinada ao fator qualidade;

c) — da inclusão na lista de artigos licenciaveis pela CEXIM de facas, facões ou terçados utilizados nas atividades agropecuárias e, bem assim, de canivetes de enxertia, tesouras de poda e outras ferramentas horticolas fabricadas na Grã-Bretanha e ser importadas dentro de limites estabelecidos.

A AGRICULTURA NO CENSO DE 1940

Foram recenseados, em 1940, 1.904.589 estabelecimentos agro-pecuários no território nacional. A área total dos mesmos somava a 197.720.247 hectares, dos quais apenas 18.835.430 eram ocupados pela lavoura. 88.141.733 hectares eram pastagens. 49.085.464 matas, 29.296.493 terras não approveitadas e, finalmente, 12.361.127, terras improdutivas. Dos estabelecimentos recenseados, 590.322 dedicavam-se à agricultura; 1.133.846 à agro-pecuária e 115.347 apenas à pecuária.

Do total dos estabelecimentos, 1.530.482 eram de propriedade individual, dos quais 1.410.850 de brasileiros natos; 23.968, de brasileiros naturalizados e 95.664, de estrangeiros. 226.428 estabelecimentos eram de propriedade em condominio; 17.320, de proppriedade de pessoas jurídicas; 100.080, pertenciam ao Govêrno e 30.279, de propriedade não declarada. A maior parte dos estabelecimentos era explorada pelos próprios proprietários; mas 178.375 o eram por administradores; 221.505, por arrendatários; 109.016, por ocupantes e 19.090 por outras pessoas de qualidades diversas ou não declaradas.

Quanto a área desses 1.904.589 estabelecimentos, o Censo Agricola de 1940 apurou que 39.305 tinham menos de um hectare; 103.077, de um a dois hectares; 272.086, de dois a cinco; 240.089, de cinco a dez; 315.676, de dez a vinte; 455.057, de vinte a cinquenta; 204.705, de cinquenta a cem; 123.008, de cem a duzentos; de 89.332, de duzentos a quinhentos; 31.478, de quinhentos a mil; 18.932, de mil a dois mil e quinhentos; 5.390, de dois mil e quinhentos a cinco mil; 2.217, de cinco mil a dez mil; 1.236, de dez mil a cem mil, e, finalmente, apenas 37, com área superior a cem mil hectares. 2.964 estabelecimentos não tinham área declarada. Verifica-se, por conseguinte, que a percentagem que cabe aos estabelecimentos de grande superficie é pequena.

O valor total dos estabelecimentos recenseados em 1940, foi estimado em 34 biliões, 879 milhões e 837 mil cruzeiros, sendo 19 biliões, 897 milhões e 156 mil cruzeiros referentes às terras; 5 biliões, 316 milhões e 139 mil cruzeiros aos prédios e construções e 8 biliões, 94 milhões e 1152 mil cruzeiros aos animais.

Cooperativismo, Crédito Agrícola e Colonização

Esclarecimentos e Considerações

FÁBIO LUZ FILHO
Presidente do Centro Nacional
de Estudos Cooperativos

O CRÉDITO COMO SERVIÇO SOCIAL NO MÉXICO

O crédito agrícola é em certos países encarado como um serviço social, tal como a instrução, o saneamento, etc., ou como um serviço público, dos quais se afasta a idéia de lucro. Ésse o critério mexicano ao instituir o crédito oficial aos "ejidatários".

Sem, entretanto, chegar aos empréstimos gratuitos, (**Aristóteles, Proudhon** com seu "direito econômico"), as garantias e os juros para empréstimos "de avio" e outros, têm eles mais um caráter educativo, de vez que as cooperativas locais (que reunem milhares de "ejidatários) são controladas e assessoradas pelo Banco Nacional de Crédito Agrícola, de âmbito nacional, até quanto ao processo de comercialização dos produtos agrícolas. Tem função tutelar. Estabelece armazéns de depósitos junto às cooperativas.

Os indígenas, que formam 50% da população mexicana, preferem manter a tradição do "ejido", pequena propriedade ou comunidade. (Ver **"Teoria e prática das sociedades cooperativas",** do autor).

O sistema agrário constitucional mexicano admite a **média** e a **pequena propriedade rural,** pelo gradativo fracionamento dos latifúndios, proibidas às sociedades anônimas e instituições bancárias a aquisição de terras. Criou-se o "Homestead" (patrimônio de família), inspiração da legislação norte-americana.

O cultivo coletivo da terra, substituindo a exploração parcelária das "ejidos", encontra óbices, entre outros, no baixo nível cultural do indígena e sua índole suspeitosa em numerosas regiões mexicanas.

A reforma agrária mexicana visou a criação de uma classe média rural alicerçada na pequena propriedade, que está sendo consolidada pelo crédito agrícola fácil, barato e, sobretudo, educativo.

[illegible] 40% dos [illegible]

O Banco Nacional de Crédito Agrícola parte do princípio de que o numerário que o agricultor pode pedir depende de sua capacidade de administração e da produtividade que consiga com o dinheiro que recebe para a operação desejada; o prazo de amortização do empréstimo deve estar em relação com os fins do mesmo, na conformidade do rendimento da inversão, que, por sua vez, está na dependência da rapidez de circulação do capital. O juro deve corresponder ao preço do dinheiro no mercado, acrescido dos riscos e sustos de cada caso particular. As garantias não podem enquadrar-se na rigidez do crédito territorial.

FUNDOS COMUNS E GARANTIAS

Nos países de avançada civilização agrícola, há, até, para efeitos de crédito agrícola, a criação de fundos comuns de garantia de depósitos organizados pelas sociedades cooperativas, que seguem o mesmo modêlo de estatutos, o que oferece segurança sólida aos depositantes, como na Letônia e na França, onde a organização do crédito agrícola é bàsicamente cooperativa, repousando na autonomia das cooperativas, encarregado o estabelecimento Central (Caisse Nationale de Crédit Agricole) de pôr à disposição das cooperativas o numerário necessário aos empréstimos agrícolas na medida em que seus recursos próprios sejam insuficientes, ou não possam ser empregados em operações de médio ou longo prazo.

Para os empréstimos de prazo curto, as garantias, correntes em todos os países que têm a verdadeira noção do crédito agrícola, são depósitos de títulos, uma caução, um **warrant,** as colheitas pendentes, um compromisso de garantia de produtos colhidos.

"A caução ou garantia solidária de reembôlso, — subscrita por terceira pessôa [illegible] solvável, é [illegible] recomendável todas [illegible] em que fôr possível.

"Poder-se-á aconselhar a formação de pequenos grupos de agricultores que se dêem reciprocamente caução solidária perante as instituições de crédito agrícola". (Tardy).

Esta modalidade prevaleceu na quase totalidade das verdadeiras cooperativas de crédito do Brasil, cheias de bom senso e com raízes nas nossas condições de meio, desde as prósperas caixas rurais do Rio Grande do Sul, até às caixas e cooperativas de crédito de responsabilidade limitada do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, entre outras. A Central das Cooperativas de crédito da Paraíba assinala em seu balanço o predomínio dos descontos e contas-correntes garantidas ou a descoberto, e empréstimos sôbre promissórias, como as caixas do Rio Grande do Sul, de vez que a Central controlada, assessora e fiscaliza as suas filiadas.

As caixas rurais do Rio Grande do Sul realizam verdadeiras "créditos de aquisição", que favorecem a colonização.

"O **warrant** agrícola pode ser utilizado onde o grau de evolução dos agricultores fôr suficiente", porquanto a falta de passe do penhor será um risco para o prestamista se essa condição não existir.

"O **warrant** comercial é possível com a existência de armazéns gerais. Se os agrupamentos cooperativos tais como silos, atafonas, estufas e cantinas dispuserem de locais nos quais possam ser armazenados os produtos que servem de garantia, facilitarão as operações de prazo curto, que nos Estados Unidos vão de 9 meses a três anos sôbre bilhetes de mercadoria e conhecimentos de produtos não deterioráveis "empréstimos de movimentação de capital".

"Notadamente para o financiamento de colheitas, a warrentagem coletiva oferece maior segurança para o prestamista".

"A cessão das colheitas pendentes constitui de alguma sorte uma forma de warrentagem, de vez que o penhor fica na posse do que pede o empréstimo. E' comum nas colônias francesas. A soma adiantada não ultrapassará certa fração (no geral um têrço do valor provável da colheita), feito o empréstimo com certa antecedência (no geral 4 meses) sôbre a safra.

E há compromisso prévio escrito de parte do agricultor.

A LOCALIZAÇÃO DO CRÉDITO E PRAZOS

Louis Tordy, diretor da Caisse Nationale de Crédit Agricole, da França, é considerado uma das maiores autoridades mundiais nêsse assunto. Frisou êle mais que as cooperativas locais de crédito devem reunir-se em sociedades regionais, estas com guias e caixas de compensação e desconto.

Essas sociedades em cada país formarão um organismo central com participação estatal, central de compensação e de redesconto, coordenadora e disciplinadora das atividades das associações cooperativas regionais e locais e controladora de seu funcionamento.

O crédito será adoptado ao rendimento médio e à capacidade de reembôlso das explorações agrícolas.

O crédito agrícola, afirma êle, para preencher papel útil, deverá:

1.º — **Ser concedido para um prazo suficientemente longo e que esteja em relação com a operação que se tenha de facilitar.**

2.º — **Ser consentido a uma taxa de juros pouco elevada;**

3.º — **Ser cercado de garantias suficientes a fim de se evitarem os abusos de crédito; mas, não deve ser obrigatòriamente um crédito real, e poderá revestir, quando necessário, a forma de um crédito pessoal, tendo emc onta, sobretudo, o valor moral e profissional do tomador; é o crédito moral;**

4.º — **Ser adoptado ao rendimento médio e à capacidade de reembôlso das explorações agrícolas, notadamente nos períodos de crise;**

5.º — **Ser praticado por instituições cujos dirigentes tenham recebido formação especial e possuam conhecimentos comprovados no domínio bancário.**

Deverão as associações possuir recursos que possibilitam os empréstimos escalonados por um longo período, quando necessário, dentro do critério básico de distribuir os prazos em consonância com a divisão tripartida do capital agrícola; **circulante, mobiliário** (morto ou vivo) ou de **exercício,** e **territorial.**

O **crédito pessoal** só se concebe quando o organismo financiado fôr local, isto é, situado "à porta do agricultor", o que constitui o critério cooperativo generalizado no mundo. Uma resenha que fizéssemos dos sistemas de crédito agrícola em numerosos países, isso poria em nítido relêvo.

Já se disse que a **localização** do **crédito** traz o conhecimento direto das qualidades morais e profissionais do agricultor e do valor produtivo de suas explorações agri-

celas, o que o torna mais justo, barato, simples e útil, fundamentado na confiança e no conhecimento recíprocos.

O crédito agrícola cooperativo preenche êsses requisitos cordiais.

Os economistas italianos afirmam que deve revestir o caráter de **crédito controlado.**

Isso sempre preconizámos no Ministério da Agricultura, desde 1926, início da reação oficial contra o falso cooperativismo no Brasil, e em livros sucessivos.

CRÉDITO COLETIVO

O **crédito coletivo** é o feito às cooperativas como pessoas jurídicas.

Para êste caso, a exigência da hipoteca em geral ou é feita quando se trata da aquisição de imóveis ou quando a cooperativa já os possui, ficando os associados solidàriamente responsáveis pelo reembôlso. São os empréstimos no geral representados por títulos com prazos renováveis. Êsses efeitos são garantidos por avais dos proprietários ou associados ou pela produção que possua o prestatário.

Podem mesmo ser aceitas garantias da firma ou assinatura dos presidentes das cooperativas, lídima fórmula de crédito pessoal, meio eficaz considerado com o melhor ajustado às condições e necessidades do agricultor, pelo lado moral e pelo ângulo da simplicidade do mecanismo.

E' comum também ser proporcionado o crédito ao capital social, ou a algumas vêzes o capital realizado e às reservas das cooperativas.

Entretanto, não estão excluidas garantias como a caução pessoal de um ou vários fiadoress olváveis, associados ou não, efeitos de comércio, títulos oficiais, objetos de valor e bens mobiliários, **warrants**, hipotecas e penhor. Questão de prazos e natureza de garantias.

CRÉDITO DE COLONIZAÇÃO NA ARGENTINA

A Argentina possui "créditos de aquisição" que são créditos de colonização.

E' sabido com que zêlo sempre tratou ela dos dois problemas básicos para sua economia rural, a colonização e o crédito.

O Banco de la Nación Argentina, o Banco Hipotecário Nacional, entre outros, orientam uma sadia política agrária.

Para aumento da colheita do ano de 1947, por exemplo, o Banco de la Nación Argentina criou empréstimos especiais de fomento nas zonas agrícolas destinados a cobrir as despesas co ma semeadura e a aquisição de sementes de trigo, linho, cevada, aveia e centeio.

Os empréstimos eram feitos sôbre a firma do agricultor a juros de 4% anuais, credito, pois, pessoal.

E não só o govêrno federal tem essa preocupação; os principais também. O Banco Provincial de Santa Fé foi autorizado pelo govêrno da Provincia a conceder empréstimos a agricultores, criadores e cooperativas agrícolas e pastoris. Estes empréstimos terão garantias hipotecárias de primeiro grau e por prazos maiores de dez anos, destinados a adjudicação de imóveis rurais prepostos à exploração agrícola e pastoril ou a tambos (granjas pastorís), e para o cancelamento de dívidas provenientes de saldos de compras de imóveis rurais em exploração.

São condições dêstes empréstimos: que os impetrantes sejam agricultores que explorem diretamente suas propriedades ou que as arrendem para explorá-las da mesma forma; que as cooperativas funcionem na conformidade da lei orgânica argentina; declaração de valor produtivo das terras que explorem a adequada organização; que os títulos de domínio sejam perfeitos.

O Banco não aceitará pedidos de empréstimos destinados a cancelar gravames constituidos à favor do Banco Hipotecário Nacional, do Banco de la Nación Argentina (Seção de Crédito Agrário), do Banco Provincial de Santa Fé (Seção de Crédito Hipotecário), cujos prazoss ejam superiores aos dos créditos concedidos pela lei de que tratamos.

Não podem os empréstimos autorizados por esta última lei exceder de 50.000 pesos por pessoa. As cooperativas poderão ter empréstimos até 100.000 pesos. O Banco fixará periòdicamente os juros das operações previstas nessa lei, tendo sempre em consideração o estado das explorações rurais, o destino e o prazo dos empréstimos.

Tôdas as operações dêsse gênero estão isentas dos tributos fiscais. O Banco poderá exigir a qualquer momento garantias supletórias ou pagamento antecipado do crédito concedido, caso fique comprovada uma diminuição da garantia ou o não cumprimento dos requisitos exigidos pela lei.

O Banco Provincial de Santa Fé realizará as vendas das terras que adquirir para

defesa de seus créditos ou em consequência de execuçao de hipotecas, em parcelas adequadas para cada cultura, produção e zona, em superfícies suficientes para o trabalho de uma família, facilitando o pagamento em um prazo mínimo de dez anos, ou por meio de empréstimos especiais da Seçao de Crédito Hipotecário

O Banco regulamentará os empréstimos, dando-lhes o necessário limite, assim como baixará as instruções ou resoluções gerais que considere convenientes para assegurar o exato cumprimento da lei.

COLONIZAÇÃO COOPERATIVA NA COLÔMBIA

Em face dessa questão do crédito, é preciso ainda considerar que a Colômbia acaba de destinar à colonização cooperativa 50.000 hectares de terras excelentes localizadas nas contrafortes da Sierra Nevada, em Carocolita. Os colonos recebem instrumentos agrícolas, equipamento mecânico, sementes, animais de tração, produtos farmacêuticos, tudo abedecendo a um plano em que se inclui a assistência médico-sanitária, o crédito e a organização cooperativa

A LAVOURA

(ORGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO

Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados



A NOSSA AGRICULTURA

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Evoluiu a nossa nacionalidade e com ela terá que evoluir a nossa agricultura.

Historiar-se a vida de um povo é historiar-se a sua agricultura. Bastante complexa, refletindo o refinamento social e o esplendor de uma civilização, absurda é a suposição de se querer vê-la rutilar entre uma nacionalidade em organização, que sofre o caldeamento de diversas raças e está disseminada por uma imensa extensão territorial. Produto de mera irreflexão é a concepção, a miúde formulada, que já éramos para possuir processos altamente racionais de cultivar o solo, quando, gradativamente, vamos realizando nossas conquistas sociais.

Os grandes esforços da intelectualidade humana, há muito acumulados, só pelos últimos anos do século XIX, com os progressos da ciência experimental, lograram armazenar a soma de elementos precisos para clarear de uma nova aurora o vasto campo da agronomia. Vemos conquistas científicas longamente obtidas pelo espírito humano — no que êle de mais excepcional pôde alcançar até hoje — aliarem-se (ciências físicas, químicas, naturais, matemáticas e econômicas) projetando luz nova e vivificadora nos domínios da agronomia. De outra parte, observamos a feição complicadíssima que assume o problema agronômico em todo o mundo, pelo seu caráter social e principalmente econômico, interessando diretamente os destinos dos povos. A pouco e pouco, vamos obtendo novas conquistas de civilização, trazendo o progredimento da agronomia. Lembremo-nos, todavia, que se tornou preciso acumular uma bagagem prática, vencer várias etapas, antes que lográssemos atingir a situação atual.

Palavras de uma profunda verdade prática e de grande compreensão da diretriz a seguirmos foram as proferidas pelo meu grande e saudoso mestre Dr. Dias Martins: **"A ciência tem o mesmo valor em tôda a parte, mas o seu auxílio ao trabalho do homem varia com o povo de cada país."**

Em sulcos indeléveis, como marcos miliários, aí está o trabalho pertinaz de muitas gerações, representando o estudo do meio para a adaptação científica.

A agricultura, preocupando-se com as produções animal e vegetal, na exploração econômica para criar numerário, terá forçosamente que considerar a luta entre o plástico vital e o meio.

A ciência passou a utilizar-se, com os recentes progressos, da experimentação e da observação, como meios de estudo.

A obra incomparável construída pela ciência no século XIX, produzindo benefícios de ordem material, também os trouxe de natureza moral. Não é mais justificável descrer-se, para o futuro, dos seus avanços, que, sempre cintilando, vão abrindo novas luzes ao entendimento humano, no meio em que habita. Pensar o contrário, é preciso dizê-lo, redundaria na descrença contra a qual está a própria evidência dos fatos.

Foi a ciência que, penetrando pelo domínio da relação, rasgou o véu que tornava impenetráveis múltiplos fenômenos, entregues hoje ao conhecimento geral. O franco advento da ciência, apoiando-se na experimentação e na observação, testemunhamos ao assinalar de uma era das maiores prosperidades em todo o mundo. Quebram-se, enfim, as grilhões de muitas tiranias materiais e mesmo morais, tornadas incompatíveis.

A inteligência do homem vai-se clareando, robustecendo com os novos elementos adquiridos, percorre séculos quase de completas trevas, para receber forte jato de luz com a Renascença e terminar com a grande epopéia de glórias e conquistas que foi o século XIX. Pode dizer-se que o espírito humano caiu no domínio de si mesmo. Assistimos, dessa época para cá, à expansão franca da inteligência humana, com a série de todos os benefícios, cuja lógica conseqüência seria temeridade prever. Não foi uma evolução, mas uma verdadeira revolução.

Eis-nos, finalmente, no seculo XX. Tem-se o progresso extraordinário de tôda vida social.

A agricultura entra numa nova fase, de completo remodelamento, dando-se o mesmo com o comércio e com a indústria. **A miséria desaparece donde fôra impossível até então.** O homem recorre à inteligência e à reflexão para criar civilizações de um esplendor incomparável, dando origem a vida social em tôda a sua plenitude.

A agronomia, como fôra de imaginar, vê rasgarem-se novos horizontes para os seus destinos, com o desenvolvimento das ciências naturais, físico-químicas, matemáticas e econômicas. As indústrias sentem-se com um bafejo excepcional, o aparecimento da bacteriologia dá um lugar especial à higiene e à alimentação; o comércio amplia-se extraordinàriamente — a humanidade entra numa fase de luz.

Ora, era evidente: havia a necessidade e tornou-se preciso que evoluissemos social e moralmente, antecipando qualquer movimento para acompanhá-la. Faz-se mistér saber que as condições sociais superam, e muito, às vezes, as condições naturais. Não são baldadas as tentativas e improfícuos os esforços, que ltrapassam a capacidade de entendimento de um povo? E' urgente criarmos, pela instrução primária difundida e pela educação profissional, o ambiente social em que há de viver e desenvolver-se a nossa agricultura.

Hoje, é lógico admitir-se, coom vencido, em parte, o período do **desbravamento,** assinalado na história do progresso do País, com acontecimentos épicos como as bandeiras paulistas.



Impõe-se-nos trabalhar com denôdo pela formação do ambiente social que, à medida que se fôr ampliando, fará também crescer o valor moral do nosso povo e expandirem-se tôdas as suas atividades.

Como agir na emergência em que nos achamos? Logo ao primeiro golpe de vista prescrutador, pela comunhão de agricultores, que fortemente coopera para a nossa grandeza, distinguimos: uma geração cria da nos antigos metdos e outra que surge em horizontes inteiramente mudados.

E' claramente impossível a uniformidade de orientação. Aqui, como em todo o critério de orientaçao, principalmente agrícola, revestindo-se sempre de grande complexidade, se impõe o exame prévio, mediante a aplicaçao de um plano seguro, modificável tão sòmente no decurso de larga experimentação.

Não se pode prescindir, em agricultura, quer pelo lado social, quer econômico e técnico, da observação e da experimentação.

Os deslumbramentos excepcionais da indústria no século XIX, denominado o século da grande indústria, colocou ainda mais em relevo o papel da agricultura na vida econômica dos povos.

Fundamental à vida da humanidade, pois a sua função máxima é produzir o alimento, não perdeu a agricultura em importância, constituiu-se em uma difícil indústria, caracterizando-se mesmo como a primeira, tanto na ordem científica e social. Os progressos extraordinários da ciência no século passado, trazendo a revolução técnica da agricultura, determinou a sua completa industrialização. Aplica-se-lhe o lema básico da indústria: produzir com o mínimo de despesas gerais e com o mínimo de despesas de produção. As indústrias manufatureiras, pela aparência de melhor remuneração ao trabalho e pelos atrativos especiais dos centros onde se acham, ocasionaram o êxdo dos campos, o desalojamento de capitais e economias. Tal sintoma já se revelou francamente entre nós, cumprindo evitá-lo, dando à agricultura todos os recursos, deixando-a emular condignamente com as outras atividades, prodiaglizando conforto e independência aos que a ela se dedicam.

A indústria, qualquer que seja, exige: matéria prima, máquinas, fôrça motora, capital e crédito. Na agricultura, a matéria prima é a semente: a fôrça motora — os instrumentos e máquinas agrícolas: a máquina é a terra e, finalmente, o capital e o crédito são mais indispensáveis à agricultura que a muitas indústrias.

E' preciso, entretanto, distinguir-se: a agricultura cria, mas não transforma como a indústria. Prendendo-a à vida da humanidade, por condição biológica, ela interessa essa mesma vida em muitas outras modalidades. Dizem com acerto os economistas: **"Não há boa situação econômica, sem boa situação agrícola."**

A pobreza e a indigência são consequências do atrazo ou estiolamento da agricultura: pois, não é dela que nos vem a ali-

mentação, a vida para o comércio e o que se totalidade da matéria prima para a indústria? Recordemo-nos que nela encontra ocupação, pelo menos, 3/4 da população operária do mundo: "Quando a agricultura sofre, as fontes de produção se exaurem, enfraquece o comércio e a paralisia ataca a indústria, cessa o trabalho, e a miséria que pesa sôbre a indústria mãe se estende, como uma vasta lepra, sôbre todo o corpo social."

Profundas verdades!

Já no mundo se operava a grande revolução científica que devia intensificar o trabalho agrícola, transformando a sua técnica, quando nos escasseavam os elementos de produção, num ambiente pouco desenvolvido moral e materialmente, experimentando ainda sensíveis evoluções sociais. Não se pode conter o orgulho pela nossa raça, quando tudo isso se examina, vendo-a triunfar para vir a conceder-nos no campo econômico os louros a que faz jús um povo que se tem revelado forte, num país de riquezas incomparáveis e inexploradas.

Podemos dizer que, até aqui, nos mantemos, graças a alguns produtos tropicais, ló riqueza de dons naturais do nosso País, e, em parte, por ter-se realizado o movimento reformador da técnica agrícola nos últimos anos do século passado.

Preparando-nos para o combate econômico do século pela organização agrícola, comercial e industrial; atraindo o elemento colonizador e localizando-o à medida que o meio social fôr sendo preparado; fazendo com que tenham marcha consentânea com a evolução intelectual da nossa época, atingiremos ao apogeu da nossa nacionaliddae.

A agricultura européia esteve prêsa às minas de salitre do Chile: cuidemos com esmero, portanto, da **conservação da efrtilidade do nesso solo,** que muito diretamente se prende aos nossos destinos. A população estará sempre em ligação direta com a proporção dos alimentos do solo, que contribuem para a produção vegetal e mineral, sendo esta produção a fonte de todos os valores que o homem emprega nas necessidades da vida. Dizia Adam Smith, o criador da economia política: A população de um país não depende do número de homens que pode vestir e conter, mas do que pode nutrir.

As grandes aspirações nacionais, os grandes surtos em prol do soerguimento intelectual, de todo progresso material enfim, todos os justos ideais de um povo forte, viril, não passarão de simples manifestações insatisfeitas, enquanto a independência do nosso estômago constituir um problema...

O Brasil, não deve **nem pode ser uma nação industrial,** antes que seja país de **agricultura próspera e organizada.** Da agricultura é que deverão vir capitais e braços para a indústria. Parece-me a mim, que, neste particular, nos vamos precipitando, sem criar os alicerces básicos de nossa verdadeira evolução econômica.

Agitam-se em todo o mundo as questões econômicas, que empolgam e dominam não só os governos como tôdas as atividades. Pois bem; as crises econômicas não resultam senão da diminuição da produção e da diminuição do valor dos produtos. Discerne-se sem esfôrço, qual a função da agricultura... O lema fundamental que temos a seguir será: produzir muito e barato. As reformas econômicas deverão visar não só auxiliar a produção, como o escoamento e o consumo dos valores.

Como indústria criadora de numerário por excelência, a agricultura foi e tem sido a formadora da riqueza entre os povos, desde os primórdios da humanidade. Devemos evitar sempre a depreciação da produção, regularizando a grande lei econômica da oferta e da procura, empregando esforços pelo estabelecimento de boas estatísticas **agrícolas** e comerciais. Se não fôr utopia, será pelo menos absurdo, querer-se governar sem estatística.

Como cuidaremos com critério da expansão econômica? Sem o conhecimento exato da produção e consumo dos gêneros, não estaremos às cegas, sujeitos a tôdas as especulações? Imagine-se, agora, o agricultor que quiser dirigir sua propriedade sem uma boa contabilidade. Fatalmente trá de sucumbir na primeira emergência séria, que se lhe oferecer.

Numa emprêsa agrícola qualquer, para obter-se o máximo proveito com o mínimo de dispêndios, faz-se mistér conhecer tôdas as influências susceptíveis de agir sôbre a produção agrícola; ainda mais, o valor dos produtos, isto é, a situação do mercado. Finalmente em tôda a atividade, o progresso dependerá da aquisição de idéias criteriosas, cuja aplicação tenha por conseqüência imediata a economia no emprego das fôrças necessárias à produção (trabalho e capital).

Têm-nos faltado autonomia e vigor, economicamente falando. Ignoramos a capacidade produtiva do nosso solo e o custo da produção. Ainda mais, o que **produzimos e o que consumimos.** Falta-nos resolver quase todos os problemas de economia política e rural, entregues ainda o caso e ao obscurantismo.

Dia a dia, felizmente, caminha nossa agricultura, despertada da letargia em que se achava, passando a formar em primeiro plano entre as nossas cogitações de povo soberano e cônscio dos seus deveres.

Em agricultura, importa saber, para que sejam uma garantia para a comunhão, principalmente entre os povos cujos interêsses mais vitais se prendem à produção agrícola, não só os agentes que sôbre ela atuam, como também sôbre a circulação e o consumo dos produtos, evitando-se crises e situações bem angustiosas. Está evidente que a ação do agricultor isolado e mesmo associado não tem o vigor preciso para o encaminhamento e manutenção da vida econômica do país, desenhando-se também o papel do legislador e do administrador. Uma verdade, entretanto, não deverá apagar-se do nosso pensamento: a melhor combinação se reconhecerá sempre por êste simples caráter. "O máximo de iniciativa particular e o mínimo de intervenção governamental". O Govêrno, como é de sua função, procurará defender e regularizar a vida coletiva, para que a iniciativa particular possa desenvolver-se. Nos países democráticos principalmente, em que o Estado não deve ser mais que a imagem da opinião do povo, cumprindo-lhe executar, é justo que o agricultor a êle faça chegar o êco de suas necessidades, associando-se em defesa dos seus interêsses. "Uma população — diz Stuart Mill, que não tem o hábito de obrar espontâneamente no interêsse coletivo, que espera do seu govêrno ordens, ou uma direção em tôdas as questões de interêsse público, que aguarda o impulso do govêrno para tudo que não é negócio do hábito e da rotina, não goza senão da metade de suas felicidades: sua educação é defeituosa num dos ramos mais importantes." O agricultor não pode, por contingência de vida e como fator social preponderante, viver isoladamente, — sendo esta uma das bases fundamentais para a prosperidade da agricultura. A verdadeira associação consistirá na união dos pequenos, dos humildes, daqueles que por si sós nada podem, solidarizando-se no trabalho, na competência, no capital, nas responsabilidades — erguendo o nível moral e a situação econômica. A classe agrícola, mais que qualquer outra, tem a imperiosa necessidade de quebrar o individualismo que reina no seu seio. Diz, com muita precisão, o ilustre agrônomo Dumond: "A prosperidade da agricultura está intimamente ligada a uma poderosa organização da classe rural." O agricultor, quando associado, fala Meline: "Il oblige tout le monde a competer avec lui, au lieu d'être le prisioner de tout le monde." Devo dizer bem alto: a não ser em condições muito seguros de remuneração, mediante crédito razoável, preço mínimo remunerador e bem organizado mutualismo, cooperativismo em tôdas as modalidades, seguridade de consumo, instrução técnica, facilidades do transporte, organização do trabalho agrícola para tornar maior e mais econômica a produção, a completa garantia da propriedade, por boa legislação rural, o povoamento pela colonização estrangeira e nacional, achar-se-á a nossa agricultura e, portanto, a vida econômica do País prêsa às mais angustiosas oscilações, trazendo em iminência de fracasso os destinos daqueles que a êles se dedicam. A instrução primária e profissional fortemente difundida formará o ambiente social necessário ao desenvolvimento da agricultura.

Por patriotismo e verdadeiro culto aos destinos da nossa grande Pátria, nossos homens de administração, como todos os brasileiros, devem consagrar o mais acrisolado amor à **causa do progresso da nossa agricultura.**



Histórico do Algodão no Ceará

J. PROTASIO BOGEA

A planta do algodão aqui já foi encontrada pelo luso, na época da colonização dêste Estado, em forma nativa ou agricultada pelo autóctone, desde que grande parte dos artefatos domésticos, como rêdes de dormir e de pescar, era fabricada com o fio dessa "malvácea".

Aliás, neste particular, os cronistas dos primeiros séculos do descobrimento são acordes em relatar trabalhos de fiação e tecelagem com esta fibra, na civilização pre-colombiana.

O escritor e político cearense, Ildefonso Albano, conta que, em 1600, os índios negociavam algodão com os piratas que velejavam pela costa cearense.

A mesma afirmativa fez o capitão-mór, Martim Soares Moreno, que aqui esteve com Pêro Coelho, durante três anos.

Segundo o dr. Tomaz Pompeu de Souza Brasil, nos tempos coloniais, o cultivo do algodão provàvelmente "se limitava às necessidades de consumo doméstico, sendo certo que para a exportação só podiam concorrer as exíguas quantidades plantadas no litoral, pela dificuldade de transporte, carência de estradas, fretes custosos, defeitos de descaroçamento, etc."

O sargento-mór, Antônio José Moreira, que foi o verdadeiro fundador da lavoura algodoeira do Ceará, em viagem de comércio, em 1777 à serra da Uruburetama, viu pés de algodoeiro junto às moradias de Francisco Cunha Linhares e Januária de Albuquerque, verificando ser de excelente qualidade. Dizemos ter sido o mesmo o precursor do fomento dessa fibra, em virtude de ter animado a êstes e outros moradores, neste ramo de atividades e ter financiado a cultura e ensinado o trabalho de beneficiamento e enfardamento.

Em 1877, a zona da "Uruburetama" produziu 78 arrobas, no ano seguinte ascendeu para 234 e, no fim do século XVIII, a produção já era de 5.000 arrobas de pluma.

Isto fez com que outras regiões, como Fortaleza e Aracati, entrassem na partilha da produção e, no princípio do século XIX, a exportação fôsse de 30 a 40 mil arrobas de algodão em pluma.

Durante o período em que o Ceará esteve ligado a Pernambuco, isto é, até a expedição do Decreto de 17 de janeiro de 1799, o algodão aqui produzido era exportado pelo porto de Recife. Êsse produto, conforme atestados da época, era muito cotado nos mercados europeus, onde granjeara a reputação de primeira qualidade, "devido à finura, fortaleza, comprimento e brilho de suas fibras".

A guerra de "Sucessão Americana" possibilitou ao Ceará produzir 1.135.650 quilos, em 1863. Em 1866 foram vendidos, em Fortaleza, 2.066.072 quilos, por Cr$ 26,00 a arroba, em pluma. De 1867 a 1870 exportaram-se 22.765.214 quilos.

Finda a luta, a concurrência americana fez baixa a nossa produção.

Quanto à exportação, devem ser lembrados os esforços de Barba Alardo, na Administração do qual tivemos os primeiros embarques diretos para a Inglaterra, tendo sido de 165.525 quilos a primeira exportação para aquele porto, verificada no ano de 1810. Em 1813 a exportação havia quasi duplicado: — 306.144 quilos e, em 1814, mostrava, ainda, marcha ascendente — 351.895 quilos.

O Senador Pompeu, no seu "Ensaio Estatístico", diz ser a cultura do algodão a mais antiga e, de todas, a mais importante e florescente.

O cidadão suisso Ravy, que se demorou no Ceará 4 anos, assegurou que "o seu solo e clima são favorabilíssimos à cultura do algodão". "Penso", dizia o mesmo senhor, "ser de grande importancia para o futuro dessa Província atender seriamente aos meios de melhorar o plantio do algodão". Salientava, ademais, o prejuizo anual de milhares de contos ocasionado pelo empirismo do sistema de cultura empregado.

Comunicava Barba Alardo, referindo-se ao distrito da então Vila de Sobral (1814) — "em consequência das suas ricas serras (Uruburetama e Meruoca) que produzem preciosos algodões, a sua lã poderá vir a ser ainda algum dia importante ramo de comércio". "Eu mandei", prossegue, "para essa Côrte, ao Con-

de de Linhares, uma amostra que causou bastante admiraçao e, igualmente os ingleses o fizeram, igualando-o ao de Bigonha, porém não pude continuar as minhas tentativas, que iam sendo felizes, em consequência do meu despacho para Mata-Grossa".

Quanto a moléstias, parece ser de 1848 a notícia da primeira de vulto, aparecida em princípios de 1800, como se depreende das palavras do presidente Fausto de Aguiar, no seu relatório à Assembléia Provincial ,em 15 de julho de 1848·

— "O algodão, cuja cultura esteve algum tempo abandonada por causa do mâfa, que a perseguia, já continua a ser lavrado com vantagem" Êste "môfa" seria a "antroquinosis"?

A primeira máquina de descaroçar, de "serras", foi introduzida pela Governo Provincial e confiada ao importante fazendeiro de serra de Maranguape, Inácio Pinto de Almeida e Castra. Data de 1849 a introdução daquele descaraçador.

Até então, era todo a algodão cearense beneficiada em descaroçador de "rôlo", baseada a sua construção na antiquada "churca" indiana.

ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAO BELLO

Programa da solenidade de encerramento do ano letivo e terminação dos Cursos de Hortelao, Fruticultor e Floricultor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" a realizar-se em 23 de Novembro de 1950, às 16,00 horas.

1.º PARTE — ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

1.º — Abertura da sessão peo Dr. Antonio de Arruda Camora, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e Diretor da Escola.

2.º — Relatório das atividades da Escola em 1950, pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, Vice-Diretor.

3.º — Entrega de prêmios aos alunos.

2.º PARTE — TERMINAÇÃO DOS CURSOS

1.º — Leitura do termo de colação de grau pelo decano da Congregação, Professor Geraldo Goulart da Silveira

2.º — Discurso do orador da turma, diplomando José Antonio Simoes Lopes.

3.º — Discurso do paraninfo da turma, Dr. Cinéas Lima Guimarães

4.º — Palavras do Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola

I CONFERENCIA NACIONAL DE FEBRE AFTOSA

O PLANO NACIONAL DE COMBATE A AFTOSA

A I Conferência Nacional de Febre Aftosa, que se reuniu nesta Capital, com a participação de veterinários procedentes de todas as regiões do Brasil, encerrou seu strabalhos aprovando vasto plano de combate à zoonese que tão graves danos causa à economia do país.

Sôbre êsse plano o Dr. Cid de Holanda Tavora, Diretor do Instituto de Biologia Animal, prestou à imprensa as seguintes declarações:

"Os resultados obtidos na Primeira Conferência de Febre Aftosa — declarou-nos o Dr. Cid Tavora — avantajaram-se às previsões mais otimistas. Um notável espírito de equipe e um entusiasmo que jámais presenciei em outros congressos de que participei deram como fruto maior o plano de envergadura nacional destinado ao desencadeamento da luta contra o mal que há tantos anos vem acarretando elevadíssimos prejuizos aos nossos homens do campo.

O Plano afirmou-o sem constrangimento é excelente. Os que o elaboraram têm os conhecimentos e a experiência que o problema sempre exigiu num país como o nosso, que vem pagando pesado tributo à zoonoso, onus esses que as estatísticas da Divisão de Defesa Sanitária Animal calcularam serem superiores a 400 milhões de cruzeiros anuais.

De um modo geral o plano atende a todos os aspectos de combate à aftosa, incluindo a questão do crédito especial necessário, sem a obtenção do qual nada se poderá fazer com a amplitude que se almeja. Confiamos, entretanto que esta última parte encontrará apoio decidido e urgente de nossas altas autoridades responsáveis, desde que já o Ministro Novaes Filho, obedecendo ao programa da presidência da República, manifestou sua firme decisão de iniciar em todo o país a tarefa do extermínio da aftosa.

O plano aprovado pela Conferência recomenda com suas providências preliminares a organização de uma Comissão Executiva Central os membros que a deverão compôr a de Comissões Executivas Estaduais, subordinadas à primeira e trabalhando em conjunto.

A Comissão Executiva Central compete em resumo máximo, fixar o Plano de acôrdo com as recomendações agora aprovadas e superintender a fiscalizar todas as medidas necessárias à sua execução.

Foram considerados os seguintes elementos básicos necessários à execução do Plano e Combate a Febre Aftosa: produção de vacina e sôro em larga escala; medidas gerais de profilaxia e polícia sanitária; investigações e aperfeiçoamentos técnicos; documentação e divulgação e recursos financeiros. Cada capítulo desses tem as suas medidas discriminadas.

Em relação à produção de vacinas e sôro em larga escala, o Plano prevê a obtenção de virus, sua conservação, técnica e preparo, método de elaboração de vacina, preparo e controle do hidroxido de aluminio, recomenda vacina mono e bivalentes, trata das dosagens, vias da inoculação e duração da imunidade conservação, transporte e prazo de validade da vacina, técnicas de tipificação, o preparo de sôro anaftoso, a instalação dos laboratórios e locais e inoculação.

No que concerne às medidas gerais de profilaxia e polícia sanitária, recomendou, entre outros pontos, atualizar e ampliar se fôr o caso a legislação em vigor referente ao transito de animais e seus produtos, feiras e exposições e a inspeção sanitária dos matadouros, a vacinação do gado em trânsito internacional, etc.

No capítulo dedicado à investigação e aperfeiçoamento técnicos, o Plano prevê a criação imediata de uma Seção de Febre Aftosa no Instituto de Biologia Animal, com quadro de pessoal próprio, além do levantamento epizootiológico dos vários tipos de virus ocorrentes em todo o país, de manutenção de cursos periódicos sôbre febre aftosa e instituição de um prêmio anual para trabalho brasileiro de investigação que traga real contribuição ao melhor conhecimento da moléstia. Determina um estudo mais acurado da vacina trivalente, tendo em vista insucessos verificados na prática.

Para a execução do Plano de Combate, finalmente, a Conferência considerou de imperiosa necessidade que o Departamento Nacional da Produção Animal obtenha, com a máxima brevidade, dos poderes competentes o crédito inicial de 50 milhões de cruzeiros, com urgência, de aplicação de três anos e que o referido crédito seja especial e obedeça às normas existentes para a rotatividade das rendas auferidas.

Estamos assim em condições técnicas de desencadear a luta em todo o país contra a aftosa. Restam-nos apenas os recursos necessários a fim de que possamos proteger definitivamente e com urgência uma das maiores riquezas do país. Não poderia haver notícia mais grata aos criadores de todo o Brasil".

Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslau Bello

NOVOS CURSOS PRÁTICOS:

Tiveram início, em Setembro, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mais oito Cursos Práticos da série que naquele estabelecimento vem realizando a Fundação Getúlio Vargas. Os novos cursos são os seguintes: Apicultura, Reflorestamento, Botanica Agrícola, Zoologia Agrícola, Cultura de Raizes e Tuberculos Horticolas, Multiplicação Vegetal, Calculos e Medidas Agrarias e Contabilidade Agrícola.

III Semana do Fazendeiro da Universidade Rural

A Escola de Horticultura Wenceslau Bello estava representada na III Semana do Fazendeiro da Uni

versidade Rural pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira que foi membro da Comissão Executiva do referido certame e ministrou aulas sôbre "Obtenção de mudas de fruteiras".

Atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon

Continuam muito promissoras as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, constituido pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello. Durante a realização, na Escola, da III Semana do Hortelão, no periodo de 3 a 9 de Julho, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do Clube, teve oportunidade de prestar contas das atividades do referido Clube, em sessão presidida pelo Dr. William Simão, chefe da Secção de Clubes Agrícolas Escolares do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Homenagem ao Dr. Arruda Câmara

Por ocasião do aniversário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, prestaram os professores e alunos da Escola uma expressiva e justa homenagem ao Dr. Antonio de Arruda que com tanto carinho e idealismo vem dirigindo o modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Matrícula nos Cursos Práticos

Elevou-se a mais de duzentos, o numero de matrículas nos Cursos Práticos ministrados na E. H. W. B. pela F. G. V. no periodo de Julho a Setembro do corrente ano.

III Semana do Agricultor

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello esteve representada na III Semana do Agricultor da Escola Agritécnica de Barbacena, pertencente à rêde de estabelecimentos da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira que, especialmente convidado, ministrou aulas de "Fruticultura", aos numerosos fazendeiros que ali compareceram.

Combate às "Moscas da Laranja"

JALMIREZ GOMES
Eng.º Agrônomo

Os nossos lavradores, principalmente das regiões citrícolas, são sempre alarmados com o surto das moscas das frutas, que em determinadas épocas do ano, aparecem com intensidade, destruindo grande parte das safras de laranja e de outras fruteiras cultivadas, como pessegueiros, goiabeiras, etc.

Várias são as moscas que atacam frutas, sendo entretanto de maior frequência e prejudiciais as duas espécies conhecidas por "Mosca amarela" e "Mosca do Mediterrâneo".

As frutas são infestadas quando estão na época do amadurecer. As fêmeas dêsses insetos, ao atacá-las, fazem uma perfuração na casca onde depositam os ovos. Destes, saem então as larvas que se dirigem para a polpa de que se alimentam, ocasionando portanto, o seu apodrecimento.

Quando completam o crescimento, essas larvas abandonam os frutos em que se criaram, enterram-se no solo, transformando-se em pupa de onde saem mais tarde as moscas adultas.

No início, as "frutas bichadas" apresentam um descoramento da casca em redor pontos onde as moscas introduziram os ovos. Mais tarde, com o desenvolvimento das larvas e destruição da polpa, aparece na casca uma área amolecida com um orifício central, por onde as larvas deixam as frutas, quando estas não caem ao sólo.

Contra as moscas de frutas em geral, são aconselhadas as seguintes medidas de combate:

1 — *Colheita das frutas bichadas* — É uma operação trabalhosa, uma vez que é indispensavel proceder-se, periòdicamente, à catação de todas as frutas caidas ao solo ou ainda das que estiverem nas árvores com sinais de bichadas. Estas devem ser enterradas a certa profundidade, ou submetidas a processos ou tratamento com inseticidas que matem as larvas e as moscas que se criem. Esta medida não sendo feita com regularidade, da margem a que muitas vezes sejam colhidas e destruidas frutas que já foram abandonadas pela maioria das larvas que nelas existiam.

2 — *Aplicação de frascos caça-moscas* — Consiste no uso de frascos de vidros, contendo uma solução atraente para as moscas, e que, pendurados às árvores, são uniformemente espalhados no pomar.

As soluções mais usadas são as seguintes: 1 parte de caldo de laranja e 3 partes de água; 1 parte de caldo de goiaba e 4 partes de água; 100 gramas de farelo e um litro dágua; ou então 50 grs. de farinha de carne em um litro dágua. Qualquer dessas fórmulas deve se rempregada 24 horas depois de preparada e substituida nos frascos caça-mosca de 7 em 7 dias.

A eficiência desta medida é relativa, não devendo ser adotada como meio exclusivo de combate às moscas de frutas, muito embora estes frascos permitam colher um grande número desses insetos.

3 — *Colheita cedo* — Sempre que possivel, esta prática deve ser adotada, como meio de prevenir, principalmente no Distrito Federal e Estado do Rio, as grandes infestações das laranjas que são deixadas para colheita tardia (de setembro em diante).

4 — *Tratamento do pomar* — Com inseticidas é o método mais prático e eficiente de combate direto às moscas da laranja. Logo que sejam notados os primeiros sinais de ataque, as árvores devem ser tratadas com inseticidas que, depositadas sôbre as frutas, permaneçam tóxicas às moscas durante vários dias. E dos produtos apresentando esta ação demorada, e que até hoje têm sido usados, o DDT é o mais indicado.

Para proteção dos laranjais, com este inseticida podem ser feitos os seguintes tratamentos:

— Polvilhar as plantas com mistura de 5% de DDT, 40% de enxofre e o restante de talco.

No mínimo três tratamentos são necessários, com intervalo entre cada um de 25 dias. Repetí-los imediatamente após as chuvas fortes. Bastam somente 40 — 60 gramas de pó por árvore.

— Ou então pulverizar a cultura com a solução contendo 0,5 a 1% de DDT, na forma de pó molhavel, 1% de enxofre molhavel e água (100 litros). Devem ser feitas três ou mais aplicações espaçadas de 25-30 dias, ou repetidas após as chuvas. Aplicar a solução de preferência sôbre os frutos.

Em ambos os casos o enxofre é adicionado com o fim de combater ao mesmo tempo os *ácaros* que produzem a "ferrugem" da laranja.

O *polvilhamento* é uma operação mais prática, porém a pulverização quasi sempre dá maior proteção às frutas, pelo fato dos resíduos de DDT permanecerem por mais tempo sôbre as mesmas.

Aumentam os Depositos Populares, da Caixa Economica Federal do Rio de Janeiro, prova da confiança do povo a esse estabelecimento de crédito

INDICE DE PROSPERIDADE NAS SUAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

Merece realmente uma referência especial, o Balanço Geral, que para conhecimento do publico, acaba de ser publicado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO relativo as suas atividades do primeiro semestre do ano em curso.

"Através esse documento altamente expressivo, encontram-se aí, todos os dados necessários ao mais meticuloso exame dos técnicos ou interessados".

Um dos motivos dignos de destaque, é o volume dos depositos, fator do crescente desenvolvimento e progresso da Caixa Econômica, reflexo da sua administração, apoiada pela confiança e prestigio do povo aquela instituição de crédito popular. Intensificando por toda a cidade sua rede de agências, concorrendo assim para maior facilidade e bem estar do publico tem ainda a sua Administração demonstrado em sucessivas campanhas, as vantagens de previdência, como fator de equilíbrio social. Rendamos louvores a obra que vem realizando a Caixa Econômica Federal, no incentivo à economia popular, oferecendo e concretizando abrigo seguro para a guarda dos pequenas reservas domésticas, prevenindo a familia para o futuro.

DEPOSITOS POPULARES

Bem expressivos são os números que ilustram o balanço no que se refere a esse titulo. Verifica-se, que Cr$ 2.906.135.330,10 é o montante dos depósitos populares, expressão eloquente de prestígio e popularidade. Representam esses números a economia de pessoas, que demonstram assim, a sua confiança a Caixa Econômica.

Sem o aumento constante das economias entregues a sua guarda, não poderia a Caixa Econômica, tornar-se, como ocorre no atual momento, no estabelecimento bancário mais popular, que ostenta nos documentos oficiais o total de 3.773 milhões de cruzeiros como saldo dos depositos.

DEPOSITOS ESCOLARES

Instituindo o depósito escolar, o que também não deixa de ser popular, vem desde há muito a Caixa Econômica, incutindo no espírito da criança, o senso de responsabilidade futura, tornando-a econômica, encaminhando ao caminho certo, preparando-a para o amanhã. Nesse titulo que figura a importancia de Cr$ 11.661.929,20 se reflete o que de notavel [illegible] a Caixa Economica, no terreno previdenciário [illegible] o Brasil [illegible].

OUTRAS OPERAÇÕES

[illegible] demais operações depois dos "populares" os depósitos de "avisos prévios" registraram um [illegible] de 68 milhões e um saldo de 337 milhões.

[illegible] modalidade de depósitos criada durante o [illegible] "especiais", para os funcionarios da [illegible] e do Ministério da Fazenda, já no encerramento do semestre aparecia com um saldo de 34 milhoes. Também os comerciais subiram para 289 milhoes, com majoração de 18 milhoes. Após o aumento de 9 milhões nos depositos a prazo fixo, que montaram a 93 milhoes, o último acréscimo na casa dos milhoes foi o dos depósitos compulsórios com um saldo de 103 milhoes e aumento de 2 milhoes em relação ao total anterior. Só os depósitos escolares majoraram em volume inferior a um milhão, pois só tiveram acréscimo de 207.000 cruzeiros, com um saldo de 11 milhões e 661 mil cruzeiros.

Outro detalhe importante observa-se no campo das aplicações dos depósitos que a Caixa Econômica recebe, vai desde a concessão de emprestimos para as grandes obras de saneamento e melhoramento urbano, favorecendo as condições de vida da população, até os pequenos créditos pessoais sob a garantia do penhor de objetos de uso doméstico.

Nas várias modalidades de crédito, uma das que mais interessam a população, refere-se ao financiamento hipotecário, pois soluciona um problema insolúvel na metrópole.

Admite-se assim, o maior volume de empréstimos da Caixa Econômica, correspondente a hipotecas, quando no ultimo exercicio, registraram um saldo de 1.472 milhões de cruzeiros, com um aumento de aplicações de quase 70 milhões sôbre o saldo anterior.

Logo após seguem os empréstimos sob consignação com a apreciável soma de 716 milhões, prova de que a Caixa Econômica, procura dentro as necessidades do crédito, atender aos servidores públicos, esta laboriosa classe, evitando que recorram a agiotagem, tão prejudicial aos interesses da familia.

Neste setor, apresentou a Caixa Econômica, maior aumento na aplicação nos primeiros meses de 1950.

Na categoria dos empréstimos com garantias simultaneas, a Caixa Econômica inclue os financiamentos nos Estados e Municipios, para obras de interesse coletivo e a concessão de crédito às classes produtoras, nos diversos ramos de atividades — industriais, agrícolas, pastoris, comerciais, etc. Registraram aqueles empréstimos um saldo de 470 milhões de cruzeiros, com um aumento de 23 milhões em relação ao semestre anterior. Com os aumentos das outras categorias, os empréstimos feitos pela Caixa Econômica assinalaram um acréscimo de 305 milhoes de cruzeiros no último exercicio. São as seguintes as demais modalidades de aplicações, com os respectivos saldos na data de encerramento do balanço em foco, penhores, 180 milhões, Caixas Econômicas Federais 51 milhoes, e, Caução de Títulos, 17 milhões. Com o objetivo de facilitar a aquisição de titulos públicos, a Caixa Econômica instituiu durante o semestre uma modalidade especial de empréstimo, que no balanço de junho ultimo acusava um saldo de Cr$ 1.881.311,40.

[illegible] em dados claros e precisos o Balanço da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, documento que atesta o desenvolvimento e progresso desta notável instituição de crédito popular.

☆ Consultas e Informações ☆

Eng. Agr. **Geraldo Goulart da Silveira**
Consultor técnico de "A Lavoura"

CALAGEM E MICROORGANISMOS DO SOLO

Respondendo ao sr. F. A. O., nosso consócio do Estado de Minas Gerais, tenho a informar que, realmente, a calagem dos terrenos ácidos, favorece o desenvolvimento de bactérias do solo. De fato, enquanto que em terrenos com acidez expressa em 6,2, o número de batérias atinge a treze milhões e seiscenta mil em uma grama de solo, e mterrenos com acidez expressa em 4,8, esse número atinge, apenas, a quatro milhões (segundo os cálculos de Waksman).

Graviola enxertada

Respondendo ao sr. F.X.F., ao Maranhão, tenho a informar que a graviola pode ser propagada por enxertia, quer por borbulhia, quer por garfagem Qualquer Anonácea serve como porta-enxerto, mas o araticum, pela sua rusticidade, é, sem dúvida o mais aconselhável.

Ácaros da cajá-manga

Respondenda ao sr. S.V., do Distrito Federal, informo que os ácaros da cajá-manga pode mser combatidos pelo processo de pulverização com calda sulfo cálcica.

Fixação de dunas

Elucidando o sr J.A.L, nosso consórcio do Estado do Rio Grande do Sul, tenho a informar que, são mais aconselhadas para a referido Estado sulino, a lomba verde e o cedro marítimo, para a fixação de dunas. Conquanto muita aconselhável pela rapidez com que se desenvolve, a lomba verde apresenta a desvantagem de ser u intanta exigente em umidade, o que não acontece com o cedro marítimo, que a substitue, vantajosamente, nas zonas menos úmidas.

Oleo de bucha

Esclarecendo ao sr E.L., do Estado do Rio, informo que as sementes de bucha fornecem um óleo combustível Aproximadamente a quantidade de óleo é de cerca de 45% O resíduo resultante da extração do óleo, isto é, a torta de bucha, pode ser empregada como adubo, sendo apreciável o seu teor em ácido fosfórico e em nitratos

---

A Hora do Mate

Os imponderáveis também agem sôbre os problemas econômicos. É preciso, porém, estar-se aparelhado para receber os seus benefícios.

A disciplinação das produções, o preparo do clima para a sua prosperidade, a propaganda psicológica, no seio dos consumidores, tudo isto deve constituir a bússola orientadora de todos aqueles que têm sôbre os seus hombros, as responsabilidades da Economia Nacional.

Deve estar contente a Diretoria do Instituto Nacional do Mate, com os dias gloriosos que está vivendo a herva mate, desde o chimarrão até o chá mate, hoje introduzido, tão auspiciosamente, nas nossas rodas sociais elegantes.

Na última reunião da Junta Deliberativa daquela autarquia, o seu ilustre e dinâmico Presidente, Dr. Generoso Ponce Filho, recebeu homenagens muito expressivas, e a Estatística demonstrou um progresso natural na linha ascendente da preciosa produção, no seu comércio interno e nas perspectivas do seu comércio exterior

Todas as expressões da indústria, do comércio, da política, da cultura paranaenses, catarinenses, matogrossenses e riograndenses do Sul, em reunião solene, testemunharam a sua gratidão e a sua admiração pelo programa do Presidente Ponce Filho, figura já inconfundível entre os melhores servidores do Brasil, na sua vida econômica

A Hora do Mate foi, admiravelmente, aproveitada pela atual direção do Instituto, alcançando um êxito de que é testemunha, mais imparcial do que os interessados de várias correntes e opiniões, nem sempre inspiradas só no interêsse nacional, o povo em geral — o grande consumidor que disputa os diversos tipos de mate, na certeza de que se alimenta e se tonifica com uma das maravilhosas produções com que a Natureza Brasileira nos prodigalisou. Não se poderá, nunca, com justiça, negar os méritos que cabem ao senhor Generoso Ponce Filho e seus colaboradores, no triunfo a que atinge, nesta época o nosso mate, na hora do mate

BOLSA DE ESTUDOS PATROCINADA PELA INDUSTRIA DO PETROLEO

Entendimentos levados a efeito entre a Standard Oil Company (N. J.) e o Instituto Internacional de Educação, sediado em New York, EE. UU., resultaram no estabelecimento de bôlsas internacionais de estudo, destinadas aos que, possuindo grau superior, pretendem se especializar, fazendo cursos de extensão nos Estados Unidos.

Essas bôlsas, conhecidas com "Bôlsas Internacionais Esso", fazem parte do programa de intercâmbio cultural com países estrangeiros, que vem sendo executado pela referida Companhia, com o objetivo de estreitar relações e proporcionar aprimoramento técnico a pessoas de todo o mundo, contribuindo, também, para uma melhor compreensão internacional. Sem restringir os cursos que patrocinarão as bôlsas em aprêço oferecem prioridade aos que pretendem ampliar seus conhecimentos em campos científicos ou econômicos.

Para o ano letivo norte-americano de 1951 1952, que terá início em setembro próximo e terminará em junho seguinte, quatro bôlsas, no valor de 2.500 dólares cada, serão concedidas. Uma delas caberá ao Brasil, cujo candidato será selecionado por uma comissão presidida pelo professor Manoel Lourenço Filho e assim constituída: Mr. John A. Thompson, secretário executivo do Instituto Brasil Estados Unidos; Sra. Aracy Muniz Freire, presidente da Comissão de Bôlsas dêsse Instituto; e professor Jorge Costa Neves, representante da Standard Oil Company of Brazil, filiada da emprêsa patrocinadora Esso. A comissão escolherá o bolsista entre os candidatos indicados pelas comissões regionais que serão constituídas nas principais cidades do país, por membros proeminentes nas comunidades, elementos que farão a seleção inicial.

Entre as condições essenciais para concorrer à bôlsa, encontram-se a de ser o candidato brasileiro nato ou naturalizado, ter conhecimento satisfatório da língua inglêsa; ser diplomado em estabelecimento de ensino superior e ter entre dezoito e 35 anos de idade. Uma vez satisfeitas essas condições, o candidato terá uma série de entrevistas com os membros da comissão julgadora, já que a experiência profissional, os conhecimentos gerais e a personalidade são fatôres preponderantes para a escolha.

Não será essa a primeira vez que a indústria do petróleo facilita a brasileiros a oportunidade de aumentar seus conhecimentos técnicos. Em setembro dêste ano, o Snr. Angelo Mário Gonçalves, assistente da cadeira de Telecomunicações da Escola Politécnica de São Paulo e engenheiro do Instituto de Eletrônica, anexo ao mesmo estabelecimento, foi contemplado com uma "Bôlsa Internacional Esso", partindo para os Estados Unidos, onde está fazendo, no Instituto Carnegie, em Pittsburg, o curso de eletrônica industrial.

O Novo "Controlador de Serviço" dos Tratores Ford

5 instrumentos em 1

Um utilíssimo instrumento acaba de ser aperfeiçoado por engenheiros da Ford Motor oCmpany e passou a constituir equipamento standar em todos os novos tratores Ford. E' êle o "Proof Meter", que se chamará no Brasil "Controlador de Serviço".

Montado no painel de instrumentos do trator Ford, lhe possibilita ao operador determinar num relance a velocidade do motor, do trator, da tomada de fôrça, da polia e o número de horas de serviço.

Os engenheiros dessa indústria há muito vêm procurando um modo de eliminar o cálculo "a olho" na operação dos tratores agrícolas. Durante anos tem êles recomendado velocidades ideais de operação para o motor, a tomada de fôrça, a polia e os vários implementos agrícolas. Mas os fazendeiros tinham de seguir essas recomendações apenas por puro palpite. O "Controlador de Serviço" vem agora apresentar a solução dêsses problemas básicos para a operação econômica e eficiente dos tratores e equipamentos agrícolas. Representa, portanto, um passo decisivo para o aperfeiçoamento dos trabalhos agrícolas.

O círculo exterior do "Controlador de Serviço" indica a velocidade do motor, possibilitando ao operador escolher a velocidade ideal para obter maior rendimento e economia em cada um de seus trabalhos.

O segundo círculo indica a velocidade do trator, facilitando ao operador a escolha da velocidade e da marcha ideais para ceifar, plantar, adubar e muitos outros trabalhos agrícolas para os quais na velocidade correta do trator reside a diferença entre o trabalho **bem** executado e simplesmente o trabalho executado.

A operação eficiente de grande parte dos implementos agrícolas depende da velocidade correta da tomada de fôrça. Isto é agora possível obter graças ao indicador especial incluído no "Controlador de Serviço".

A velocidade da polia — fator importantíssimo para a operação de serras, moinhos, bombas d'agua e outras máquinas acionadas pela polia é determinada em outro círculo do "Controlador de Serviço".

Um registro do trabalho do trator pode agora ser mantido com o medidor de horas do "Controlador de Serviço". Esta inovação torna possível não só determinar o tempo da execução das varias tarefas agrícolas, como o momento exato para cuidados mecânicos, lubrificação, troca de óleo, etc.

O "Controlador de Serviço" é, portanto, um grande passo para a melhoria da operação dos tratores, permitindo o trabalho em bases mais técnicas e seguras.

Agora, que a nossa mecanização agrícola já tornou uma realidade, com os tratores aumentando dia a dia o volume e a variedade de trabalho, o "Controlador de Serviço" será sem dúvida de grande utilidade para que êsses trabalhos sejam mais perfeitos e mais econômicos.

Combate ao Inssétos Caseiros

Eng. Agr. JULIO DI PARAVICINI TORRES

Os prejuizos causados pelos insetos domesticos, isto é, os que convivem com o homem, são ás vezes avultados. Haja vista os grandes estragos provocados pelos cupins no madeiramento, das casas, moveis, vestuarios, documentos, livros, etc.,

Outros há que, alem, de se tornarem inconvenientes ao nosso sossego, são transmissóres de doenças infetocontagiosas, como a mosca, a pulga, o mosquito e o percevejo, que podem transmitir disenteria, filária, ulcera do Baurú, tracoma, maleita, febre amarela, tifo, peste bubônica, etc..

Dentre os principais insetos que são nossos inimigos, podemos citar, cupim, barata, formiga, lopisma (traça dos livros), mosquitos, percevejo e pulgo.

Mosca, mosquito, pulga e percevejo, são combatidos pelos inseticidas comumente vendidos no comércio, os quais, em geral são fabricados com querosene, naftalina acido salicilico, rotonona, piretro, DDT, etc..

As baratas podem ser combatidas por uma mistura do acido bórico, queijo ralado e açucar. Elas morrem devido ao borax que ao passar por seu tubo digestivo, paraliza as funções intestinais, tornando, uma espécie de argamassa no seu interior, como o gêsso. Esta formula dá ótimos resultados e o "veneno" é inofensivo ao homem. Emprega-se tambem a massa fosfórica ou uma mistura de acido bórico, farinha de trigo e fluoreto de sódio. Recomenda-se também pulverisações com fluoreto de sódio ou fluosilicato de sódio em pó nos lugares onde se encontram as baratas, que morrem rapidamente.

Antigamente, as moscas eram espantadas com fôlhas de mamoneira ou caçadas com mosquiteiros. Hoje, existem no comércio inseticidas a base de DDT, que são bem eficientes, alem de outros produtos que são queimados nos quartos de dormir, comumente empregados para exterminar mosquitos.

Como preventivo para as pulgas, recomenda-se manter bem limpos os cômodos da casa, calafetar as frestas do soalho e encerá-lo desinfetar os lugares cimentados, com água e creolina e pulverizar o corpo dos gatos e dos cachorros com DDT em pó.

Os antigos usavam colocar, em baixo das camas, ramos de erva de Santa Maria para afugentar as pulgas.

Os cupins são insetos que maiores prejuizos causam as nossas propriedades. Eles dão preferência pelos lugares úmidos, de pouca limpeza. Proliferam assustadoramente, comendo madeiras, principalmente as "moles" como o Pinho. Apesar de vegetarianos, atacam tambem o couro. Seu combate consiste em destruir os ninhos, passando Carbolineum ou ortodiclorobenzeno nas madeiras de pequena espessura. O querosene é uma boa arma contra essa praga. Os objetos atacados podem ser expurgados em camaras fechadas com gazes de sulfureto de carbono (formicida). Nos cupins atacando madeira, cujos ninhos se achem localizados no solo, onde seu combate torna-se dificil, costuma-se fazer uma aplicação do sulfureto de carbono ou cianeto de potassio ou sódio ou, ainda, um veneno qualquer desses usados no exterminio dos formigueiros.

As formiguinhas que gostam de doces, graxas e carnes, podem ser combatidas com qualquer dos inseticidas conhecidos. Os americanos usam para êsses insetos os seguintes repelentes: borax, naftalina, paradiclorobenzeno, tabaco enxofre, óleo de cedro, canfora, etc., Eles também empregam formulas cuja composição entram mel, açucar agua e arsênito de sódio, que, colocados em pires, são distribuidos nos lugares onde as formigas tem acesso.

Pode-se ainda colocar nos buracos dos formigueiros, de onde saem as formigas, umas colherinhas de sulfureto de carbono ou bicloreto de etileno (C2H4C12), cujos gazes matam rapidamente esses insetos.

Outro método conhecido, bastante eficiente para matar as formigas, consiste em pulverizações de fluoreto de sódio ou fluoral (Naf).

Finalmente, há o emprego de pedaços de toucinho ou graxas, impregnadas de pequena quantidade de tartaro emético.

Os percevejos, que, segundo observações realizadas, podem, num ambiente favorável de 15°C, suportar um jejum de 130 dias, serão removidos dos esconderijos e mortos com pireto, querozene, gazolina, benzina ou qualquer outro inseticida conhecido no comercio.

Para eles há o emprego do anidrido sulfuroso resultante da queima do enxofre (adicionando-se salitre para auxiliar a combustão). Esse gas no entretanto provoca a tosse em certas pessoas, falta de ar ou mal estar nos alérgicos. Por isso é necessario muito cuidado por ocasião do emprego dessa fumigação, alias como na aplicação dos demais venenos, principalmente onde haja crianças e animais domésticos, para que eles não sejam envenenados. E' indispensavel uma rigorosa fiscalização de todos os objetos da casa onde exista esse pernicioso inseto, devendo-se mandar pintar ou caiar as paredes da mesma, para um completo trabalho de combate.

Muitos inseticidas novos vêm sendo utilizados, em carater experimental, no combate as pragas dos vegetais cultivados e que poderão dar bons resultados no exterminio dos insetos domesticos por enquanto, porém, não se deve aconselha-los. Por não estarem bem estudados os efeitos maléficos que poderão prejudicar a saúde do homem.

O PROBLEMA DO SAL

Em virtude da grande repercussão que teve no país o artigo que, tratando do problema do sal, em face das greves verificadas nos centros produtores — e felizmente já superadas —, foi publicado no último número do "Boletim da Associação Comercial", aqui o transcrevemos, para conhecimento dos meios interessados, no caso, os criadores do país:

Diríamos melhor o problema do transporte, porque o problema do sal, só existe, no que diz respeito com a sua distribuição, pelas várias e longínquas regiões do país

A sua produção aumenta e melhora, o seu consumo ultrapassa ao transporte possível Daí as solicitações não atendidas, a que o Instituto Nacional do Sal vem dispensando os seus mais cuidadosos estudos e providências.

Ainda, há pouco, o Sr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, e membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro, examinando a questão, proclamou a necessidade de armazens distribuidores e reconheceu a falta de transporte como a causa principal da má distribuição do sal, e isto sem culpa da nossa Marinha Mercante, sem meios para atender melhor ao transporte, como declarou a Presidente do Instituto Sr. Francisco Antunes Maciel, em vários documentos.

As providências, porém, estão sendo tomadas, em repetidos entendimentos entre a Presidente Antunes Maciel e o Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, e a cooperação da Comissão Executiva daquela autarquia

. . até mesmo a hipótese do aproveitamento de vapores estrangeiros, para o transporte do sal, foi cogitada e está em exame.

Ultimamente, greves injustificáveis têm perturbado a vida da economia salineira, maximé no Norte

E isto não se explica, quando, até os preços do sal, nas salinas, para as atacadistas, foram aumentados, visando a situação econômica e social dos trabalhadores

Diríamos melhor o problema do transem gasolinas, sem aumen tre peço para o consumo popular do produto

Muitos entendimentos estão em curso para a soluçao da palpitante questão, até mesmo uma melhora na contribuição do sal no preço de frete pago às emprêsas de transporte.

Essas questões não podem ser resolvidas em caráter unilateral.

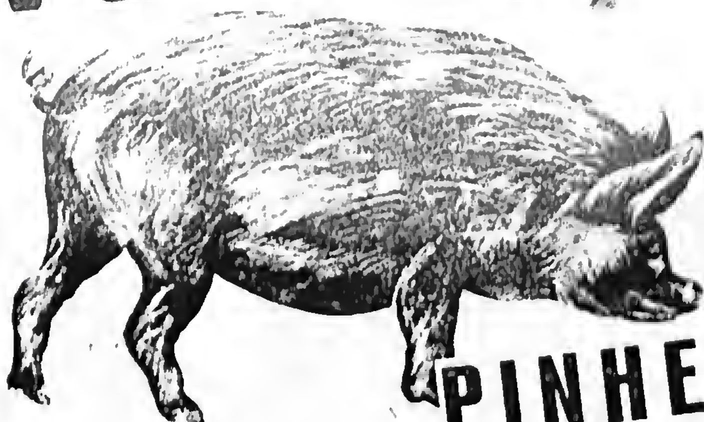
O sal ajudando a transporte, por meio dados, numa só equação contenda os dois elementos.

O sal ajudando o transporte, por meio de fretes compensadores e, aí, o transporte podendo atender melhor a distribuição do elemento vital, por todo o país.

Como afirmou o Sr José Augusto, da tribuna da Câmara, o Brasil pode confiar no Instituto Nacional do Sal, sob a direção do Presidente Antunes Maciel com a colaboração de sua Comissão Executiva e o apôio que lhes dá o Govêrno da República


produtos


veterinários


I P
PINHEIROS
CAIXA POSTAL 951 - SÃO PAULO

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Embarque de bananas, em Santos. Continúa sendo essa uma das mais importantes atividades agrícolas da região.

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LIV

NOVEMBRO-DEZEMBRO, 1950



Café, ainda e por muito tempo — a maior riqueza nacional

SUMÁRIO:

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETULIO DORNELLES VARGAS
Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINEAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Secretário	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral		LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRE
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	—	JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	—	JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	—	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL NETTO CAMPELLO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	—	MARIO VILHENA
EUVALDO LODI	—	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	—	PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente das Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV NOVEMBRO - DEZEMBRO 1950

O Milho (Zea Mays L.) na Economia Nacional

Pelo Prof. Arthur TORRES FILHO Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

A produção agrícola brasileira é resentado por 29 produtos principais, ocupando o milho, entre eles, o terceiro lugar em quantidade e o primeiro quanto à área cultivada.

De norte a sul do país, encontra-se o milho em todas as propriedades rurais.

E sem contestação possível, o principal cereal brasileiro, bastando considerar-se a sua importância na alimentação do nosso homem rural e na dos animais.

É o cereal que faz a fartura.

O proprietário rural que tem o paiol de milho "cheio", não teme as crises.

Com muito acêrto, dizem os proprietários rurais que o milho é o "esteio da fazenda".

Segundo dados oficiais, o volume total de nossa produção agrícola orça em .... 64.000.000 de toneladas, ocupando uma área de 14.532.476 hectares.

Esses dados estimativos, se por um lado podem render omento de produção por outro lado revelam também o aspecto mais grave da agricultura brasileira que é a queda de rendimento por hectare em conseqüência da exaustação da fertilidade do solo não só pela falta de refertilização como também pela falta de defesa contra a erosão.

O milho, cultivado em todos os Estados do país, é exigente e o elemento básico da alimentação do homem rural e da criação de animais domésticos, e também matéria prima valiosa para industrialização, representada por numerosos produtos e sub-produtos de largo consumo no comércio interno.

Infelizmente, o rendimento por hectare, pelas razões já expostas, é de cerca de 1.500 quilos, o que representa, sem dúvida, um rendimento baixo, que está a exigir um trabalho enérgico de recuperação para que possamos elevar a nossa produção desse valioso cereal, de cerca de 6.000.000 de toneladas para 30.000.000, para garantia do bem estar das populações rurais e das cidades.

Os Estados Unidos, por exemplo, produzem mais de 70.000.000 de toneladas de milho, consumido quase que só nos mercados internos, pois a exportação é insignificante (apenas 2%).

São ainda grandes produtores de milho o México e a Argentina, sendo que esta última exporta quantidades apreciáveis para vários mercados europeus (cerca de 98%, o que muito concorre para o fortalecimento de sua economia).

Os cereais, indiscutivelmente, tais como o arrôs, o trigo, o milho, o centeio, a cevada, etc., devem constituir o alicerce da estruturação agrícola de qualquer país.

O Brasil, como todos os países americanos, cujos indígenas sempre tiveram no milho um fator precípuo de sua alimentação, sem prejuizo do que fizer pelos outros cereais, precisa traçar um programa sério de recuperação do milho, para que possamos produzilo bastante, bom e barato.

A Sociedade Nacional de Agricultura sempre incentivou o desenvolvimento da produção dos cereais, e, particularmente, em relação ao milho, não só realizou a 1.ª Exposição Nacional de Milho, no Rio de Janeiro, com grande sucesso, no Govêrno do eminente Dr. Wenceslao Braz, como também, outras exposições em vários Estados do país.

É inacreditável dizer-se, por exemplo, que o Brasil já importou milho em quantidade apreciável.

O panorama, agora, entretanto, é outro.

É indispensável que, a exemplo dos Es-

tados Unidos, a Argentina, etc., façamos um plano de recuperação da cultura do milho, aliás como já está previsto no Plano SALTE que, além de outros, estabelece um crédito de Cr$ 100.000.000,00 para melhoramento, multiplicação e distribuição de sementes de milho, inclusive campos de cooperação.

É premente, para o melhoramento das condições econômicas da vida nacional, que o País produza soma apreciável de produtos úteis, com margem ainda para exportação.

Uma larga recuperação no cultivo do milho, nos moldes dos trabalhos de genética já realizados com tão precioso cereal, especialmente a produção de milho para distribuição, todos os anos, aos agricultores, como já estão fazendo, com largo sucesso, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, etc., é medida que se recomenda.

Nesse particular, é digno de registro o que o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais vem realizando no Govêrno do eminente Dr. Milton Campos, e os trabalhos do Instituto Agronomico de Campinas, em São Paulo, um dos grandes centros de pesquiza e experimentação agrícola do País.

Resolvido o problema da produção em condições racionais e econômicas, caberão à indústria e ao comércio, o abastecimento dos mercados internos com os numerosos produtos e sub-produtos de milho, de incontestável valor para a alimentação humana.

Precisamos, sem dúvida, de uma vasta rêde, em todos os Estados, de instalações industriais para o aproveitamento de tão valioso cereal que ocupa lugar tão destacado na produção agrícola nacional.

Foi graças ao desenvolvimento da cultura do milho que os Estados Unidos puderam fortificar a sua economia agrícola, com o estabelecimento de fazendas mistas (agricultura e pecuária), que tão magníficos resultados vêm apresentando.

O Brasil, portanto, nesta fase de indispensável organização de sua economia agrícola, não poderá esquecer-se do desenvolvimento da produção de cereais, entre os quais o milho representa papel destacado.

O Trigo e o Agrônomo

KURT REPSOLD
Diretor-Técnico de "A LAVOURA"

A situação de auto-suficiência quanto ao trigo tem custado, a muitos países, grandes sacrifícios, demandando boa dose de perseverança. A história dêsse cereal encerra fatos e aspectos que, aos poucos, são revelados ao mundo. Regiões onde era impressão geral, sua introdução e seu desenvolvimento teriam decorrido sem maiores dificuldades, tiveram que lutar com óbices que só a persistência de certos homens pôde transpor. Assim é, por exemplo, o caso dos Estados Unidos.

Paul de Kruif, em seu livro "Os vencedores da fome", relata, com muita sinceridade, a grandiosa e ao mesmo tempo melancólica história de Mark Alfred Carleton, êsse agrônomo que, muita vez, foi considerado visionário e, até mesmo, desequilibrado. A êle, porém, deve a América do Norte a introdução das variedades Kubanka e Kharkov, que deram solução à questão fitotécnica do trigo. Foi o Kubanka, — trazido das estepes do urgai, — que possibilitou o aproveitamento das terras do noroeste americano, onde o seu cultivo se estendeu a mais de quatro milhões de acres, e foi o resistente Kharkov, das ventosas estepes de Starobelk, quem ensejou o plantio de vinte milhões de acres de terras negras do oeste americano.

Muito criança ainda, teve Carleton a primeira lição do quanto era difícil, nas condições de então, ganhar a vida plantando trigo. Assistiu, em 1876, a **ferrugem** assenhorear-se dos trigais da Kansas, dos quais, muitos não foram, sequer ceifados. Guardou, para sempre, a lembrança dessa tragédia, dedicando tôdas as suas energias e tôda a sua existência na busca de uma solução que evitasse a repetição da catástrofe. Diplomou-se na Escola de Agricultura do Kansas e transformou sua vida numa sucessão de pesquisas e experimentos em tôrno do trigo e da ferrugem.

Essa obsessão chegou a tal ponto que um de seus amigos dizia: "A pátria era para êle apenas trigo. O trigo era a sua vida."

Pois bem, êsse agrônomo, a quem a economia dos U.S.A. deve muitos e muitos bilhões de dólares, morreu quase ignorado, no mais completa miséria, obscuro e abandonado, num longínquo lugarejo do Perú.

Logo no início da biografia de Carleton, no primeiro capítulo do já citado livro, Paul de Kruif diz essa amarga verdade. "Morrer na obscuridade tem sido o destino daqueles que, com os seus sonhos e com a sua inteligência, lutaram contra a fome a bem da humanidade".

Ao término da leitura dessa desencorajante história o espírito volve-se, de imediato, para a nossa triticultura e para os nossos agrônomos, encontrando m u i t o s pontos de semelhança.

Também foi, entre nós, a **ferrugem** que causou os males, que, até hoje, não foram totalmente afastados. Transformou-nos de país exportador de trigo, que éramos nos séculos XVII e XVIII, em país importador dêsse cereal, dependente, de forma assás constrangedora, da produção estrangeira. Embora o nosso consumo **per capita** seja um dos menores do mundo, as importâncias que têm sido gastas com essa importação atingem a somas astronômicas. Já em sua última Mensagem ao Congresso Nacional, referindo-se a êste assunto, o Sr. Presidente da República, frizava: "A produção de 1948 representa para o país uma economia em divisas que ultrapassa a . . . Cr$ 1.250.000.000,00. Tomando-se como base a quantidade importada em 1944, — se não dispuséssemos dessa produção, o país teria gasto em 1948, com o importação de trigo em grão e farinha, cêrca de Cr$ 4.600.000.000,00, o que representaria despêndio diário superior a Cr$ . . . . . . 12.000.000,00."

Estas cifras referem-se, é bom acrescentar, ao período em que a nossa recuperação nesse setor atingia o seu ponto culminante.

Nessa altura já haviam sido transpostas inúmeras dificuldades, graças ao ingente, perseverante e anônimo esfôrço realizado pelos nossos técnicos, num labor constante de vários decênios. Não é difícil imaginar o número de experimentos feitos, que por certo atingem a dezenas de milhares, objetivando a obtenção de variedades de trigo resistentes às diversas raças fisiológicas de **ferrugem** observadas no país. Êsse traba-

lho, que demanda especialização científica e técnica, é executado no recesso das estações experimentais, localizadas em nosso vastíssimo "hinterland", sendo conhecido, apenas, por um reduzido número de pessoas. Daí, não se lhe dar o devido valor, nem se reconhecer aos seus executantes o mérito que realmente têm. E não se suponha, não venha, êsse trabalho dando resultados satisfatórios Dispomos das variedades "Frontana", "Cincona", "Trintacinco", "Fronteira", "Rio Negro", "Sales", "Kenia", "Bandeirante" e tantas outras, perfeitamente apropriadas às nossas diferentes condições ecológicas, para provar, justamente, o contrário. Vale lembrar, ainda, que variedades brasileiras estão sendo multiplicadas no Uruguai e na Argentina, para, em seguida, sua produção ser por nós importada.

E' de salientar, por igual, que a questão tritícola dos U.S.A. ficou resolvida com a solução de sua fitotecnia, quando, no Brasil ela encerra fatores mais difíceis e variados. Se assim não fôsse, estaríamos com o nosso problema do trigo resolvido. Mas, se de um lado, os aspectos agrícolas estão muito bem encaminhados, quer quanto ao fomento da produção e quer quanto a parte experimental, por outro lado, as questões econômicas continuaram muito distantes de uma solução, maximé, o escoamento, o armazenamento e a industrialização.

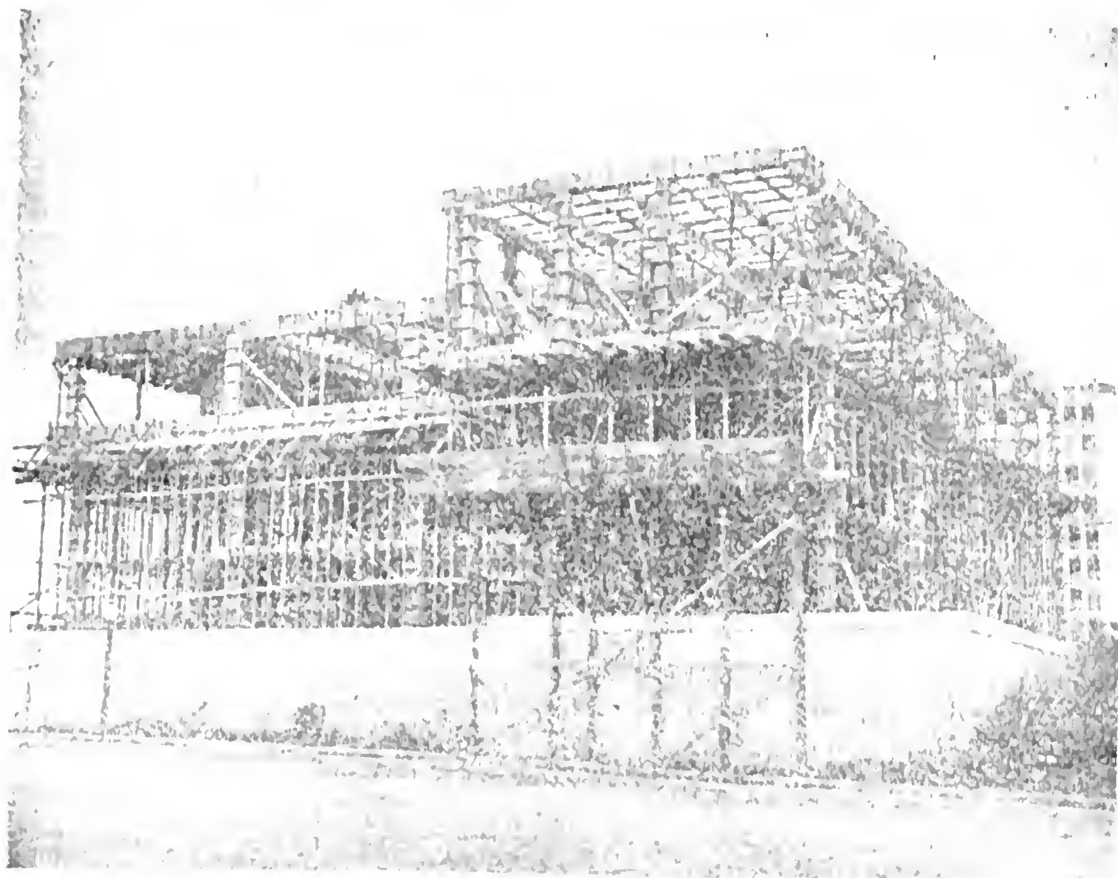
No que tange ao agrônomo, então, a diferença é maior ainda. Enquanto nos U.S.A., o caso de Carleton foi uma verdadeira exceção, aqui no Brasil constitui generalidade. A própria administração, desde há muito, dá a êsses técnicos um tratamento incompatível com o preponderante papel que desempenham na economia do país. Ao mesmo tempo que lhes move a maior concorrência, prestando gratuitamente tôda sorte de assistência aos agricultores, coloca êsses técnicos, em seus quadros funcionais, em condição inferior a de outras profissões liberais.

Como resultado dêsse proceder, aí estão os agrônomos sem maior incentivo pela sua nobre profissão, localizados nas mais ínvias regiões, num contínuo sacrifício, trabalhando de sol a sol, mas, descrentes e revoltados, aconselhando aos seus próprios filhos que escolham outra carreira, que lhes possibilite melhor posição social e maiores compensações. Aí estão as escolas de agronomia, quase sem alunos, em virtude das poucas perspectivas que a carreira oferece, impossibilitando, de fato, um melhor selecionamento e a obtenção do número técnicos, suficiente às mais prementes necessidades do país.

Nas atuais conjunturas, sobretudo, quando o Brasil, mais do que nunca, precisa da produção agrícola para estruturar, sòlidamente, sua economia, impõe-se um movimento renovador que acabe, de uma vez por tôdas, com essa legião de **Carletons,** que na América do Norte foi caso isolado e jamais repetido.

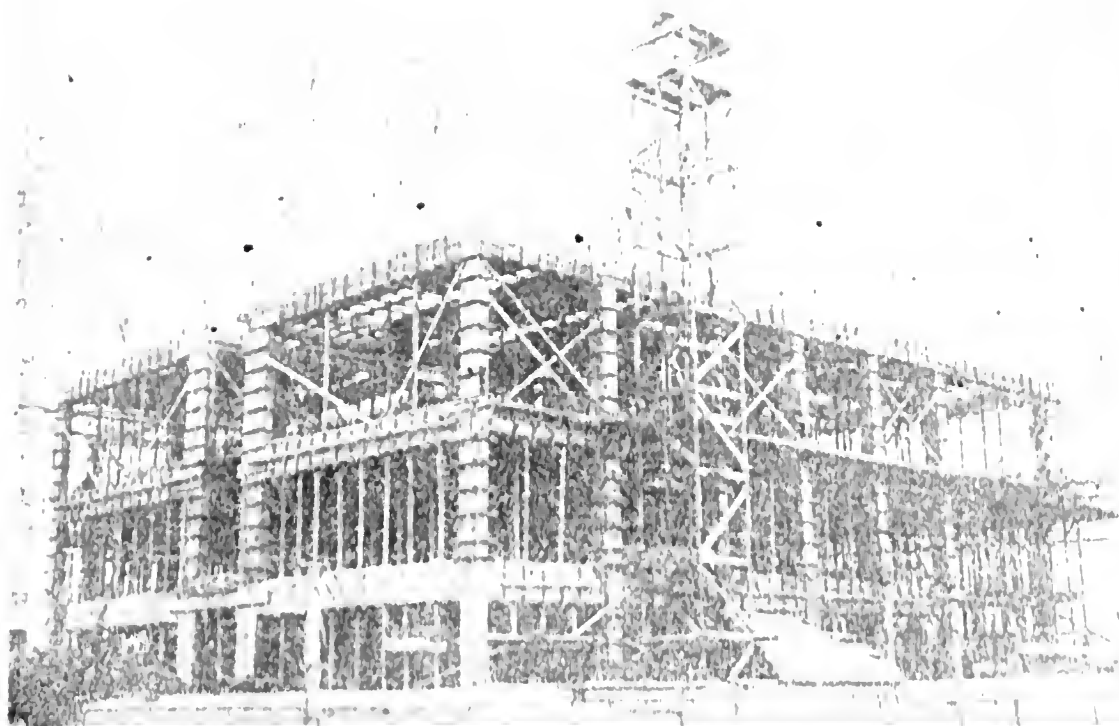
(Publicado no "O Jornal", de 1-10-50).

CASA DA AGRICULTURA



Continuam ativos os trabalhos de construção da nova sede da Sociedade Nacional de Agricultura. A fotografia mostra a parte do edifício, já com a sua segunda lage concretada, que dá para a Avenida General Justo. (Foto batida em 16.10.1950)

Nesta outra fotografia, tirada do futuro jardim lateral do edifício, vê-se distintamente o entarpamento da terceira lage. O edifício terá 9 pavimentos, além do sub-solo.



A Sociedade Nacional de Agricultura e o Ensino Profissional Horticola

(colação de grau da 11.ª turma diplomada Escola de Horticultura Wenceslau Bello)

Reportagem para A LAVOURA pelo Engenheiro Agronomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Realizou-se, de acôrdo com o programa, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura, a solenidade de encerramento do ano letivo e de terminação dos Cursos de Hortelão, Fruticultor e Floricultor.

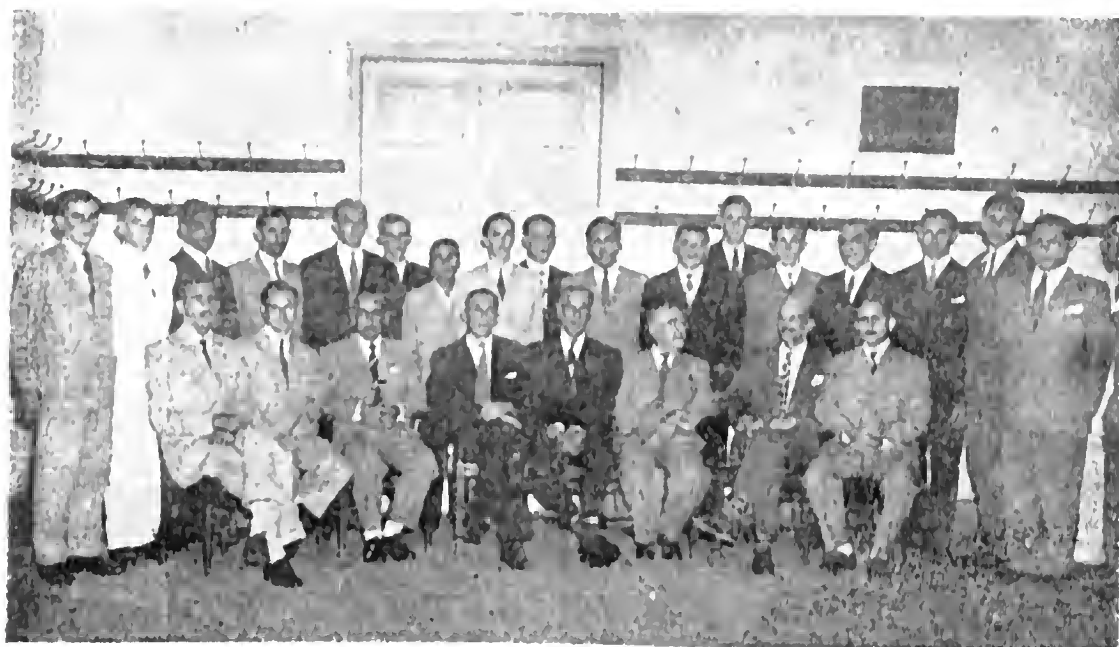
Os diplomados de 1950, em número de 20, dos quais 16 receberam diploma de Fruticultor e Hortelão e 4 de Floricultor e Hortelão, constituíram a 11.ª turma de profissionais preparados pelo modelar estabelecimento de ensino profissional da Sociedade Nacional de Agricultura.

A sessão foi presidida pelo Sr. Antônio de Arruda Câmara, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e Diretor da Escola, integrando ainda a mesa os Srs. Guilherme Hermsdorf, Diretor da Escola Nacional de Veterinária, Cinéos de Lima Guimarães, Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, Geraldo Goulart da Silveira, professor e Vice Diretor da Escola, Jalmirez Guimarães Gomes, representando o Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Ministério da Agricultura, e Amaury Silveira, representando o Diretor do Serviço de Informação Agrícola. Aberta a sessão pelo Sr. Arruda Camara, foi dada a palavra ao Prof. Geraldo Goulart da Silveira que fez um sucinto relatório das atividades da Escola durante o ano letivo de 1950, mostrando que, pelos diferentes cursos nela ministrados, passaram no corrente ano, mais de setecentos alunos. Em seguida foi, pelo Diretor da Escola, feita a distribuição dos prêmios aos alunos que mais se distinguiram.

O Professor Geraldo Goulart da Silveira, decano da Congregação, leu o têrmo de colação de grau conferindo diplomas aos Srs. Alfredo Fornazelli, Arnaldo Martinazzi, Edison Costa Rodrigues, Jair Miranda, José Lauredo, José de Oliveira, Moacir Barbosa e Ueliton Castello Rodrigues, naturais do Estado do Espirito Santo, Joel de Assis, natural do Distrito Federal, José Antônio Simões Lopes, natural do Estado do Rio Grande do Sul, Fernando Antônio de Oliveira, Geraldo Raimundo, João José Barbosa, José de Almeida Nogueira e Odimar da Silva Ramalho, naturais do Estado de Minas Gerais, e Fran-



Aspecto da solenidade, quando falava o Dr. Antonio de Arruda Camara, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e diretor da Escola



Grupo de diplomandos (em pé), e, sentados, o paraninfo da turma ladeado pelo vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e pelo vice-diretor da Escola de Horticultura, Wenceslão Bello e demais membros da congregação da Escola.

celina Dias Milhomens, Lucas Martins de Abreu, naturais do Estado de Goiás.

A seguir, o diplomando José Antônio Simões Lopes, em nome dos colegas, leu o seguinte discurso: — "Quiseram os meus colegas que eu como Presidente do Clube Agrícola Miguel Calmon, fôsse o escolhido para nesta data tão festiva dirigir a todos os presentes palavras de agradecimentos e de despedida, em nome da turma de diplomandos de 1950. Procurarei me desincumbir desta agradável tarefa expressando-me em têrmos simples e sinceros, porque é esta a linguagem usual daqueles que vivem em contacto direto com a natureza.

Inicialmente, queremos agradecer ao Prof. Cinéas de Lima Guimarães, a honra que nos concedeu aceitando o convite que lhe fizemos para que fôsse o nosso paraninfo. A nossa escolha representa apenas um dever de gratidão.

Realmente, o Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural muito tem feito pela nossa Escola, proporcionando-nos através dos Cursos Avulsos de Horticultura e Fruticultura novos e valiosos conhecimentos da ciência hortícola. Ademais, o otimismo dinâmico que constitui um dos traços marcantes da personalidade do nosso estimado padrinho, nos servirá de exemplo e incentivo. Muito obrigado pois, Prof. Cinéas de Lima Guimarães.

Agora, um ligeiro retrospecto de nossa passagem por êste Estabelecimento de Ensino e das impressões que colhemos:

Há dois anos chegámos a esta Escola munidos de duas armas: a vontade de aprender e a vontade de ser úteis à Pátria. E, por isso mesmo procurámos a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Sabíamos, por ouvir dizer, que neste Educandário se formavam, não apenas profissionais competentes, não apenas soldados da produção, mas, igualmente, homens íntegros, imbuidos do senso de responsabilidade. Sob esta espectativa atravessámos os portões de "nosso lar".

E, mercê de Deus, hoje aqui estamos para exclamar: meus senhores, não fomos malogrados!

Recebemos do nosso querido Diretor, Prof. Antônio de Arruda Câmara, dos nossos professores, do nosso administrador e demais auxiliares todos os ensinamentos necessários — para sermos o que somos e o que desejávamos ser.

E, se não nos decepcionaram, não temos também o direito de decepcionar.

Fomos preparados para trabalhar no campo e é no campo que devemos de exercer nossas atividades. A terra imensa do Brasil precisa hoje mais do que nunca de ser trabalhada. Lembremo-nos sempre de que a fonte dos alimentos e da maioria das matérias primas está nas fazendas.

O nosso roteiro, portanto, já está traçado: partir para o campo para aplicar e ensinar os conhecimentos hortícolas que os nossos professores nos transmitiram com eficiência e dedicação.

Partiremos levando em nossos corações a saudade daqueles que aqui ficam e que nos proporcionaram momentos tão úteis e agradáveis.

Do nosso querido Diretor levaremos saudades e o exemplo de um homem que foi para nós, acima de diretor, um pai extremoso, sempre pronto a nos dar uma palavra de estímulo e um bom conselho.

Dos professores guardaremos as proveitosas lições que nos ministraram e a lembrança da dedicação e interêsse que sempre tiveram pelo nosso preparo profissional.

Queremos consignar também gratidão imorredoura e saudades perenes às Exmas. Senhoras D. Guiomar de Arruda Câmara e D. Joaquina Carneiro Dantas,

pelo tratamento carinhoso que nos deram. A Dona Guiomar e a Dona Joaquina que foram para nós mães extremosas.

Aos nossos colegas, os bons companheiros e amigos que aqui ficam, saudades e uma lembrança: dedicais sempre à Escola o máximo de esfôrço e de respeito.

À Sociedade Nacional de Agricultura que tão relevantes serviços tem prestado à agricultura pátria e à Fundação Getulio Vargas que com tanta eficiência e boa vontade vem auxiliando a Escola, a nossa gratidão e a certeza de que os nomes de tão altas e beneméritas instituições jamais se apagarão de nossos corações.

Que o Clube Agrícola Miguel Calmon continue a sua breve, mas já brilhante trajetória, são os votos que sinceramente formulamos.

Que Deus vele pela nossa Escola, permitindo que, por muitos e muitos anos jovens vindos de todos os recantos do Brasil possam, neste Educandário aprender a servir a Pátria na batalha da produção."

O paraninfo da turma, Sr. Cineas de Lima Guimarães, fez o seguinte discurso: — "Sejam as minhas primeiras palavras a expressão legítima de gratidão à vossa generosidade, honrando-me com o convite para paraninfar esta brilhante turma como velho agrônomo e devotado amigo desta Casa, enchi-me de justificado orgulho e grande júbilo ao receber tal distinção.

Atingistes o término de uma bela jornada e eu me rejubilo e congratulo-me convosco pela conquista de tão árdua vitória.

O dia de hoje, na alegria festiva desta solenidade, determina o traço que divide duas fases distintas de vossas vida: a do convívio nesta Casa de Instrução — templo abençoado — que impunha-nos respeito, maior ainda é o nosso acatamento porque aqui é venerada a Agricultura — onde passastes dois longos anos irmanados em um mesmo ideal, preocupados e felizes, cheios de sonhos e alegrias, recebendo dêstes mestres tão queridos não só os necessários ensinamentos profissionais que vos habilitam a vencer na vida prática, mas também os exemplos edificantes de devotamento, de honradez, de idealismo, de cumprimento do dever e por que não dizer de sacrifícios no exercício dêste sacerdócio. Ensinamentos e exemplos que plasmaram vosso caráter e vos conduzirão e guiarão qual luz de um brilhante farol em noite tempestuosa indicando o rumo certo a tomar, através das escolhos dêste mun-



Aspecto da solenidade quando falava o Dr. Cynéas Lima Guimarães, diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, paraninfo da turma, vendo-se ainda sentados o Dr. Guilherme Hermsdorf, diretor da Escola Nacional de Veterinária, Dr. Antonio de Arruda Camara, vice presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Dr. Jalmirez Guimarães Gomes, representante do diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura e professor Geraldo Goulart da Silveira, vice diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

da convulsionado onde tereis de lutar sòzinhos, como consequência natural e inapelável da porfia insana que vos aguarda a vida prática — a nova fase da vossa existência — onde, lá fora, na torvelinhos dos choques de interêsses irros, muitas vezes, encontrar amarguras e desilusões, injustiças e dissabores, maldades e derrotismos que, estou certo haveis de sobrepujar e, com altivez e dignidade, revestidos desta couraça que é a tradição de ex-aluno da Escola "Wenceslão Bello".

Escolhestes uma profissão nobre — a Agricultura — hoje redimida dos injustos e desprimorosas conceitos de arte grosseira e menosprezível, representada na plantio de cereais e legumes e que constituia, até pouco tempo, abominável vocação para a mocidade.

Ides colaborar com o entusiasmo próprio das moças e com fé inabalável em vós mesmas e na conquista de melhores dias para a vossa Pátria — e estou certo empregareis o melhor de vossos esforças na consecução de vossos objetivos — num setor de fundamental importância para a grandeza do Brasil e o bem estar da Humanidade — a Produção.

A solução do problema alimentar no Brasil, agravado no período conturbado da após-guerra que o mundo atravessa, constitui imperativo nacional.

País vasto, de formação nova no conceito das nações, cumpre-lhe organizar-se convenientemente, de molde a assistir sua populoção cujo nível de vida não nos recomenda no conceito universal

Entre os males que nos afligem, a subnutrição ocupa destacado lugar, pois, é por demais conhecida a alta percentagem de doenças e afecções oriundas da deficiência alimentar das nossas populações que vivem a enganar a fome.

A mortalidade infantil, tragédia que nos desabona como povo civilizado, tem a seu serviço a impropriedade e a escassez alimentar que, unidos em conluio perverso, porfiam em comprometer o futuro da nossa raça

Urge, pois, intensa trabalho de assistência social e, nesta cruzada redentora tereis de alistar-vos como soldados vanguardeiros da defesa nacional. Isto porque o desenvolvimento da horticultura muito contribuirá para suprir essa lacuna que todos reconhecemos e nos empenhamos em preencher.

A formação dos chamados "cinturões verdes" em tôrno dos grandes centros populosos é medida que se impõe como necessária ao abastecimento das cidades.

E, nessa tarefa, empregareis os conhecimentos aqui adquiridos, devotadamente, empenhando-vos em mui honrosa missão

A horticultura desempenha papel de grande relêvo e, podemos mesmo dizer que decisivo, no desenvolvimento da humanidade Depois que o homem compreendeu que a nutrição representa os fundamentos da próprio vida e deu início a uma série de estudos e pesquisas nesse sentido, tôdas as fontes de alimento constituem objeto de aperfeiçoamento, formando-se na primeira linha os produtos hortícolas, nos quais o homem encontra hidratos de carbono, vitaminas, proteínas e sais minerais indispensáveis ao desenvolvimento e manutenção da vida humana em seu mais perfeito grau de higidez Os produtos hortícolas significam, pois, uma admirável contribuição ao progresso E quem quiser observar melhor o que vale hoje esta produção, basta atentar no movimento das grandes emprêsas que se organizaram nos Estados Unidos para o fornecimento de produtos hortícolas bons e baratos aos grandes centros consumidores. Essas emprêsas movimentam

numeroso frota de caminhões que, quando de pontas mais afastados dos referidos centros de grandes populações, rodam à noite, a fim de que o produto seja colocado, fresquinho, pela manhã bem cedo, nos mercados citadinos.

Muito tereis a fazer porquanto longe estamos de, nesse ramo, competir com adiantados países da Europa e com os Estados Unidos onde a horticultura representa significativo contingente à sua poderosa economia.

Nem por isso vos desfaleçam as energias, pois, esta Casa vem preparando, desveladamente, os grupos pioneiros que se abalançarão a imprimir novo fisionomia aos trabalhos hortícolas do País.

E a vós, seus dedicados alunos, será cometido a emprêsa de transformar, pelo ensinamento e pela realização, o panorama rotineiro em que ainda se debate a nossa horticultura.

Certo estou de que ides colher, sazonados, os frutos dos vossos esforços e peço a Deus todo poderoso que transforme as vossas e nossas esperanças em palpitantes realidades. Ide! Trabalhai para a grandeza do Brasil! E que Deus vos abençõe!"

Coube ao Sr. Arruda Câmara, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, encerrar a sessão fazendo o seguinte discurso: — "E' grato, não muito fácil entretanto, a tarefa que nos impõe esta solenidade: — algumas palavras — conselhos aos hortelões, fruticultores e floricultores que ora nos deixam preparados para a vida prática sob a própria responsabilidade e orientação.

Vasta é o campo.

Inúmeras e verdadeiras as possibilidades.

Todo o nosso empenho, desde a inauguração, tem-se desenvolvido no sentido de encontrarem os antigos alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", — tal como desejava o nosso sempre pranteado Presidente Dr. Ildefonso Simões Lopes e determina o seu incansável colaborador e sucessor Prof. Arthur Torres Filho —, facilidades iniciais como os que estão sempre ao alcance dos jovens enobrecidos pelo hábito de estudo e, principalmente, de trabalho. E êsses hábitos temos conseguido, com a graça de Deus, ver incutidos no espírito de todos os moços que aqui viveram.

Os das turmas anteriores venceram ou estão vencendo... os da turma de 1950 estarão em breve também vitoriosos.

Adquiriram, durante o curso, além de conhecimentos fundamentais indispensáveis á vida de agricultor a que se destinam, a experiência resultante da observação a que foram induzidos na especialidade abraçada, o hábito de trabalho e, naturalmente, o gôsto pelas atividades inerentes à profissão.

O que se torna necessário, — necessário e imprescindível —, jovens hortelões, fruticultores e floricultores, e, quaisquer que sejam as vicissitudes a enfrentar, tenham sempre em vista a nobre e elevado papel do trabalho, — fator de indisfarçável preponderância na vida dos povos —, e não esquecerem que em um país onde há, como no Brasil, terras accessíveis ao pequeno agricultor nas proximidades de bons mercados, não há risco de desemprêgo e nem falta de trabalho lucrativo para horticultores.

Vale acentuar, nessa oportunidade, constituir ponto alto no programa de govêrno do Presidente Getúlio Vargas, o racional colonização, o aproveitamento das terras incultas e a defesa d trabalho rural.

No momento em que se despedem é do agrado da Sociedade Nacional de Agricultura lembrar a cada um que a Escola de Horticultura "Wenceláo Bello" é a casa do pequeno agricultor e acolhe sempre, agradecida e carinhosamente, seus antigos alunos, alguns dos quais figuram hoje em o seu quadro de professores.

Agradecendo desvanecido a presença dos que nos brindaram com o incentivo de virem assistir a cerimônia de diplomação dos hortelões, fruticultores e floricultores de 1950, declaro-a encerra e ao fazê-lo formulo votos pela felicidade pessoal de todos e pela prosperidade e engrandecimento do Brasil".

A situação do açucar em face da economia brasileira

ARTHUR N. SEABRA
Engenheiro Agrônomo

Examinando a situação do açúcar, em face da economia brasileira, verificamos que êle representa um produto essencial, um fator de riqueza, de importância considerável para o comércio do país.

Embora seja um produto de largo consumo interno, o açúcar figura, também, na pauta das exportações para o exterior, onde foi aumentoda auspiciosamente nos últimos anos.

A modernização da indústria açucareira teve início com a instalação do engenho central Quissamã, no Estado do Rio, em 1877. O grande surto de progresso dessa indústria, entretanto, sòmente começou depois da primeira conflagração mundial.

A exportação e os preços elevados que então eram pagos pelo produto, no mercado internacional, contribuiram para o desenvolvimento da produção, que começou a subir progressivamente.

De 1930 a 1933, houve depressão econômica, e surgiu, com a interferência do govêrno, o Instituto do Açúcar e do Álcool, com a finalidade precípua de defender e incentivar a produção açucareira e alcooleira do Brasil.

Cumpre assinalar a importância dêsse órgão da nosso economia, que "funciona como aparelho regulador da indústria do açúcar e seus derivados, fazendo sentir sua atuação sôbre a estabilidade dos preços e o volume da produção".

O açúcar desfruta, hoje, de uma situação relativamente estável no comércio interno do país, onde apenas os transportes ainda dificultam a circulação do produto.

O Instituto foi criado pelo Decreto n.º 22.789, de 1.º de junho de 1933, com a finalidade, conforme já disse, de defender a produção açucareira e incentivar a fabricação de álcool. Para tanto, vem êle controlando a produção, orientando e assistindo, econômicamente, as emprêsas canavieiras do país.

Ao lado da modernização das fábricas, para torná-las mais eficientes, o Instituto procurou racionalizar os métodos de cultura, que passaram a utilizar, em escala apreciável, a irrigação e a adubação das terras. A cana é hoje cultivada em tôdas as unidades da federação e constitui a base de uma próspera indústria, cuja importância economica, para algumas regioes do país, é fundamental.

Por meio de quotas de produção e por meio de preços compensadores, o Govêrno tem procurado harmonizar o interêsse da lavoura, da indústria e do comércio, dando, assim, à tradicional cultura brasileira, uma situação de estabilidade quase permanente.

A lavoura, nos principais centros produtores, est àorganizada; o parque industrial, embora não seja dos mais modernos, funciona com regularidade, havendo contrôle cuidadoso do produção e dos preços do produto. Entretanto, para garantir-se nos mercados externos, onde terá que enfrentar a concorrência de países mais adiantados, impõe-se a melhoria dos métodos de produção e do aparelho distribuidor do produto, que, mesmo para a distribuição interna, ainda é deficitária.

Com o aumento, cada vez maior, do consumo do açúcar no país, a indústria açucareira se tem desenvolvido, progressivamente, representando uma das atividades importantíssimas para o fortalecimento da economia agrária brasileira.

A expansão dessa indústria tem se refletido em tôdas as zonas produtoras, onde, a distribuição de quotas, feitas através dos planos anuois das safras, tem permitido coordenar e disciplinar a produção. Busca-se, assim, por meio do órgão controlador, que é o Instituto, "solução para o problema dos problemas, que é o equilibrio da produção e do consumo."

Devemos assinalar, portanto, o acêrto da política açucareira do país, que agindo sempre como fôrça coordenadora da produção e do consumo, garante estabilidade a êsse tradicional produto da nossa economia. Êste fenômeno, embora não tenha escapado ò observação dos nossos economistas e dos nossos homens públicos, precisa ser melhor considerado, a fim de que se ampliem as diretrizes até agora seguidas e se atinja uma produção, que, sem prejuiza do consumo interno, permita atender òs solicitações do mercado internacional, exigente, como sabemos, tanto em relação ò qualidade do produto, quanto à sua respectiva distribuição.

Conservação do Sólo na Cultura Algodoeira

Eng. Agrônomo DELMIRO MAIA
Presidente da Sociedade de Agricultura da Paraíba

A cultura algodoeira nestes últimos anos está em franco abandono. A sua área cultural no país, cai constantemente, desde êsse último decênio, acrescido ainda mais por um baixo índice de rendimento da produção por hectare.

Neste sentido, a evolução algodoeira não cresceu de acôrdo com os anseios de progresso notadamente na indústria manufatoreira nacional. Isto equivale um recuo na civilização agrícola, batidos pela negligência e rotina na solução dos problemas que tratam da terra. A prática constante da exploração do solo de um modo rotineiro, esgotando sua fertilidade, aliados a falta de mecanização e crédito agrícola, tem sido os maiores fatores dêsse fracasso, que representa uma decadência econômica e social. E' imprescindível modificar êsses processos, tendo em vista principalmente a defesa e conservação do solo. Um dos maiores prejuizos causados na lavoura algodoeira tem sido, pois, a falta de defesa do solo, contra a erosão.

Os efeitos dessa, na perda da fertilidade do solo vem contribuindo para o abandono da cultura, em virtude de seu baixo rendimento com lucros insignificantes, que não dão margens, nem sequer para cobrir as despesas.

O algodoeiro é uma planta esgotante, pois, retira da terra seis vêzes mais de unidades minerais do solo, que o café, o milho, o arroz.

O quadro anexo é um comparativo da exaustão de terra, entre o algodoeiro e o café:

	Quilos	Azoto	Fosfato	Potassa	Total
Café	120	50	11	70	131
Algodão	120	270	180	288	738

Isto significa que o algodão é uma cultura que só poderá ser mantida na base de fertilizantes, indenizando-se a terra, sob pena de esgotá-la, com repetidos colheitos, devendo-se aplicar a rotação, adubações e a importância da defesa do solo. A execução de uma boa aração, além de requerer os cuidados e a prática já indicados deve ter em consideração a topografia do terreno, para não ficar expostos aos perigos da erosão. Ao ser praticada em terrenos com ondulações elevadas, a lavra deverá ser feita em sentido contrário da correnteza, isto é, em forma de curvas de nível.

A erosão tem uma importância extraordinária na cultura do algodão. Os seus efeitos não são avaliados prontamente. A queda do rendimento da produção por unidade de superfície, não é uma dos consequências mais importantes. O pior mal, está no fato dos seus efeitos serem vagarosos, progressivos e cumulativos. Aliados a êsses, vêm os fenômenos do algodão, desde a pobreza do solo até a industrialização que a erosão ocasiona, mascaradamente, na cultura lização dos seus sub-produtos. Está evidentemente demonstrado, que nos terrenos erodidos, além da diminuição normal da produção de felpa e do pêso dos caroços, a quantidade de óleo produzido pelos caroços foi dez por cento menor do que a do óleo produzido pelas sementes, colhidas em terras do mesmo tipo original, mas não atacadas pela erosão. Convem ser lembrado que os dispêndios empregados para evitar a erosão, são amortizados com largas compensações pela cultura beneficiada e pelas outras sucessivas. Essas vantagens, apresentam-se pela conservação das propriedades físico-químicas, naturais do solo, e pelo maior eficiência da adubação e empregar.

Plantação em contôrno — As lavras e o plantio, quando é acidentada, devem ser feitas obedecendo a linha de nível do terreno, isto é, em sentido contrário à correnteza d'água.

Êste é o processo ideal, pois diminui a velocidade de enxurras, retendo água, para melhor absorção do solo, nos sulcos formados pelos arados e cultivadores. Em São Paulo, na Estação Experimental de Pindaroma, fizeram experiências sôbre o plantio em contôrno e o de morro abaixo. No primeiro o terreno perdeu 33 toneladas de solo por alqueire e outro cultivado morro abaixo a perda foi de 79 toneladas. Também verificou-se quanto a água absorvida pelo solo: a plantado em nível, escorreram 576 metros cúbicos da chuva caída, enquanto no que foi plantado a favor da corrente d'água, escorreram 1.520 metros cúbicos.

Houve portanto, no primeiro caso, uma melhor penetração d'água, apresentando-se o plantio em contôrno, as vantagens de reter a humidade, diminuindo a erosão, a fertilidade e o adubação necessárias ao êxito de uma boa produção.

A localização das linhas de nível — Pode ser feita por aparelhos simples chamados trapésio, níveis de borracha, ou trânsito. Sua aplicação é admitida aos terrenos de inclinação até 4%.

Culturas em faixas — Tem como finalidade, êste processo, dividir o terreno em faixas de nível, cultivando em cada uma determinada planta. O algodão é uma planta que exige constantes capinas, estando assim muito exposto o terreno, a fortes enxurradas, sujeito a erosão por sucessivas lavagens do solo, arrastando a matéria orgânica, refletindo-se em consequência, numa baixa produção da cultura.

A cultura em faixas tem demonstrado como um objetivo de evitar essas perdas do solo, reduzir a velocidade das enxurradas e aumentar melhor a absorção da água de chuva pelo solo. Tem mais vantagem na cultura algodoeira do que o plantação em nível. Experiências comparativas entre os dois tipos, obtiveram os seguintes resultados:

Faixas de nível (algodão) perda p/acre	12,67	tons.
Linhas de algodão a favor das águas	138,60	"
Algodão em nível	126,37	"

Do exposto a plantação em nível, deve ser completada pela cultura em faixas, sendo que está demonstrando ser dez vêzes mais eficaz do que em nível, conforme a experiência acima. Aconselha-se tendo como base o seguinte:

Largura da faixa	25 —	30	35	40 metros.
Declive	8—10 —	6 — 8 —	6 — 2 —	4 %

Sistema de faixas — Existem três. 1.º, quando tôdas as linhas que limitam as faixas estão em nível, sendo de larguras irregulares.

O 2.º, as linhas de nível e as paralelas são alternados. No terceiro, quando as linhas que limitam as faixas são paralelas.

A cultura em faixas de nível tem grande vantagens, maximé onde ainda não há sulcos de erosão pronunciados. Pode ser eficazmente aplicado em terrenos com declividade de 0 a 30%.

De uma maneira geral, na cultura algodoeira nos interessam apenas as faixas em rotaçao e de retenção.

Faixas em rotação — Tem por fim fazer a rotação das culturas, para manter o equilibrio des fertilizantes do solo. Culturas feitas, repetidas vêzes, no mesmo local, depaupera o solo. E' necessário variar o tipo de plantação para que as raizes de outro vegetal diferente penetre à camada do solo mais profunda.

Neste processo, as faixas são feitas em nivel, com a dupla finalidade: manter o equilibrio dos fertilizantes e evitar a erosão. As faixas acompanham o nivel do terreno sendo plantadas por culturas diferentes.

No primeiro ano, planta-se algodão, arroz e milho. Na segunda, efetua-se a rotação, que consiste em mudar o local das culturas. A fig anexa é explicativa. Éste sistema, as camadas do solo são melhores exploradas e reguladas pelas raizes das plantas, retendo a humidade, influindo assim decisivamente no momento da produção.

Faixas de retenção — Consiste na distribuição alternada de plantações pouco densa e outra mais fechada Estes funcionam como faixas de retenção cuja finalidade é fixar a terra que as faixas pouco densas perderam.

A largura das faixas de retenção é variável, dependendo do tipo da cultura. A cultura do algodão é uma plantação de vegetação pouca densa, que pode ser alternada com faixas de cana que funcionam como cortinas de retenção, protegendo contra a erosão. O ideal no emprêgo das faixas de retenção é aplicoção em conjunto com as de rotação.

Olhemos para a Produção Rural

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
PRESIDENTE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Sem largo apêlo à ciência agronômica, disseminando-se o instrução profissional agrícola em todos os sentidos e em tôdas as camadas da população rural, excusado será pretendermos uma situação de prosperidade para a agricultura no Brasil. Estaremos desatentos aos progressos da técnica moderna e a terra dadivosa, a pouco e pouco, será relegada ao abandono, senão cuidarmos do ensino agrícola, organizando nosso agricultura em bases sólidas, valendo-nos para isso de todos os progressos científicos ao alcance da humanidade.

Sem homem conhecedores das leis da produção, tanto biológicos como econômicas, não teremos a produção sistematizada, capaz de permitir os mais altos rendimentos agrícolas.

Não há ainda, infelizmente, no nosso meio social e politico,a exata compreensão do papel que o ensino agrícola, nas suas diversos modalidades, poderá representar no Brasil como agente poderoso de sua expansão econômica

Pois será possível, sem o ensino agrícola generalizado, dispormos de forte estrutura econômica?

Na luta da competição comercial entre as povos, s poderoo vencer aqueles que tiverem boa organização técnica e econômica.

Sem organização que nos faculte produzir em boas condições e a baixos preços, bem pouco valerão as nossos decantados riquezas.

Temos diante de nós, sem solução até hoje, do Império a República, o problema agrário, base e fundamento que há de ser de nosso independência politica

A produção agrícola temo-la de defender a todo custo, como questão de capital importância para os altos interêsses do Brasil Em tôda nossa história, desde mesmo o periodo colonial, não tem sido a agricultura a nossa maior fonte de riqueza?

Todavia, sem uma produção lançada em bases seguras, com o grau de civilização das nossos dias, diante dos meios rápidos de transporte e dos recursos da técnica produtiva, não poderemos vencer, no jôgo da livre concorrência, enfrentando outras nações cujo agricultura esteja organizada sôbre bases técnicas e econômicas.

Ressalta à evidência que necessitamos de uma política verdadeiramente construtora, que tome por base a solução do "problema agrário brasileiro", porquanto sem produção abundante, barata e de circulação fácil no nosso imenso território, nunca conseguiremos desafogar a vida econômico-financeira da Nação.

Aconselham nossas condições sociais, politicas e econômicas, volvamos a nossa atenção para o "problema agrário"

Não se concebe mais, em nossos dias, a exploração inteligente de um país ou região sem o exame do solo, do clima, das variedades melhoradas de plantas, de aplicação dos adubos, do emprêgo dos máquinas agrícolas, enfim, sem os ensinamentos da ciência agronômica

Será nessa direção, tendo em alta conta o ensino técnico profissional, que alcançaremos a ambicionado desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Sendo um país novo, haverá quem conteste exista no Brasil o fenômeno do despopulação dos campos?

Quem contestará também que os melhores elementos da vida rural são atraidos para o comércio, para a indústria e demais profissões das cidades? No entanto, a vida dos aglomerações urbanos depende do trabalho dos que mourejam nos campos.

Isso indica que, para suscitarmos por todos os meios os nossos energias criadoras de riqueza, teremos que nos preocupar com a instrução profissional daqueles que vivem na agricultura.

Sociólogos existem qe consideram o êxodo dos campos uma dos maiores e mais graves questões sociais da nosso época

Mas, sem termos noção bem clara dos interêsses capitais do país, dificilmente alcançaremos os reações necessárias, como acontece com o ensino agrícola.

Que temos feito em pról da instrução profissional dos que vivem na agricultura? Qual não é o número de rapazes e moços carecendo de boa instrução agrícola e doméstica? Que temos feito nesse sentido em face das demais nações civilizadas?

E' fatal que, sem melhorarmos a nossa situação rural, isto é, sem que a vida do campo se torne capaz de proporcionar o bem estar e a independência, o homem do campo será atraido para as vilas, aldeias e cidades.

A pouco e pouco a agricultura se despojará da parte mais inteligente da sua população. Não é o que acontece, por exemplo, com os filhos dos proprietários mais ricos que, enviando seus filhos às escolas nas cidades, acabam por encaminhá-los para os profissões administrativas, liberais e industriais?

Quais não serão os consequências sociais dêsse fato?

Por outro lado, com o progresso vertiginoso da indústria, não exerce ela verdadeira drenagem na mão de obra rural, por pagar melhores salários do que a agricultura?

Está-se diante de um problema social de gravidade inequivoca, cuja solução consiste em se procurar reter o deslocamento da população rural para os centros populosos.

Mas como combater-se êsse mal? Outro recurso não vejo senão promovendo-se a mais larga difusão do ensino agrícola, mediante um sistema de educação generalizado, desde a criança do campo possante pelo trabalhador e o agricultor, até o ensino superior, para a formação do profissional completo, instituindo-se um ensino para tôdas as situações sociais.

A agricultura, como as demais ramos dos conhecimentos humanos, tem sido largamente beneficiada pelo desenvolvimento científico dos nossos dias. Quem ignorará que a química, a botânica, a física, a microbiologia, a zoologia, a higiene, etc., constituem o pedestal em que repousa a agricultura moderna?

Há cinquenta anos atrás ainda se poderia talvez admitir que o agricultor se contentasse com os progressos antigos, consagrados pela prática inveterada e transmitidos de pais a filhos.

E' evidente que tal se não pode dar atualmente, com a situação por completo mudada, diante dos

meios rápidos de transporte e da luta da concorrência entre os povos. Se quisermos o progresso da nossa agricultura em bases remuneradoras, teremos de nos socorrer da agricultura racional. Mas, para tanto conseguir-se, tornam-se indispensáveis conhecimentos profissionais, isto é, será preciso que a agricultura se dispa do manto da rotina e penetre no caminho do progresso, norteada pela ciência.

Temos diante de nós, como já assinalava Veiga Filho, no seu Manual da Ciência das Finanças, o "problema da insuficiência da produção, que se vai desenvolvendo a passos muito lentos, fazendo sentir a necessidade de ser adotada uma política resoluta, de expansão econômica ou de defesa dos grandes interêsses materiais do país."

Não será exagero se se disser que necessitamos resolver o nosso problema da existência própria, a principiar por cada uma das unidades da Federação; mas, para resolvê-lo, precisamos de riqueza, riqueza que só poderá ser arrancada do seio da terra pela agricultura. O nosso comércio exterior não poderá ficar limitado a alguns produtos, obtendo-se, porém, do nosso solo, tudo o que êle encerra, criando-se para isso novas culturas.

Para tanto conseguirmos, necessitamos conhecer o nosso país, mas com as armas da ciência, procedendo a estudos sérios, rigorosos, de modo a se constituir um plano geral e de conjunto a ser realizado sem descontinuidade, único meio de se obter solução definitiva ou caminharmos para ela em defesa do nosso patrimônio agrícola.

Que conhecemos da nossa economia rural, do nosso solo e da nossa flora, do ponto de vista agrícola? Faltam-nos os dados de uma perfeita estatística agrícola, isto é, escasseiam-nos os elementos reais sôbre as condições do país. E a instrução agrícola?

Faltam-nos, afinal, instituirmos um govêrno econômico, em tôda a acepção científica do termo; conhecendo as nossas fontes de riqueza e possuindo uma organização completa e rigorosa.

Como dizia João Pinheiro, o notável estadista mineiro, "o problema econômico brasileiro não é uma dessas idéias políticas passageiras, vistoso jogo de artifício para surgir e passar veloz, na precariedade das coisas fictícias; corresponde à solução de necessidades aflitivas, à ânsia de progresso, e foi posto — para ser resolvido — pelas próprias condições sociais da vida nacional".

Não se deve ignorar que o progresso agrícola de muitos países tem por origem a penetração da ciência na prática agrícola.

A organização de estabelecimentos científicos de pesquisas, o espírito de associação, o desenvolvimento dos meios rápidos de transporte e o progresso do material agrícola, constituem, dentre outras, os meios técnicos de se produzir mais, melhor e mais barato.

A predominância dêste ou daquele país, na luta da competição comercial, dependerá dos progressos realizados no terreno da produção agrícola ou industrial.

Produzir em maior escala e produzir econômicamente — tal deverá ser o nosso lema.

Se não entrarmos pelo caminho do recrudescimento das fôrças vivas e das energias latentes da Nação, dia a dia mais acentuada será a nossa inferioridade econômica.

Não podemos permanecer retardatários em matéria de agricultura, sem iniciativas, sem estímulos, quando a situação exige uma modificação radical em nossos hábitos tradicionais.

Muito benéfica, como será forçoso reconhecer, tem sido a ação exercida pelo Ministério da Agricultura desde sua criação e, principalmente, nos últimos tempos, mas o problema é complexo e difícil, pois as providências a serem tomadas exigem o concurso dos municípios e dos Estados, numa ação conjunta e continuada por muitos anos. De outro modo, teremos de assistir de braços cruzados à ruína de diversos ramos da produção nacional, como até aqui, pois uma ação desenvolvida nessa diretriz não pode surtir resultados imediatos.

A agricultura foi, tem sido, e será a nossa maior fonte de riqueza pública.

A nossa crise agrícola vem de longa data, mas, para resolvê-la, exercendo-se ação bastante intensa em todo o território nacional, promovendo-se o melhoramento dos nossos processs de cultura do solo, das raças animais, traçando-se um programa consciente de política construtora, torna-se indispensável o concurso dos Estados e dos Municípios, numa ação conjunta e sem descontinuidade por largo espaço de tempo.

A colaboração dos Estados com o Ministério, em todos os seus aspectos, sob fórmula prática, torna-se de todo imprescindível para a defesa da nossa economia agrícola. De outra forma, disso estou plenamente convencido, não chegaremos a transformação dos nossos métodos e processos agrícolas, nem será possível alcançar-se a expansão econômica do Brasil. Nesse particular, como em muitos outros, teremos de voltar nossas vistas para o gigantesco aparelhamento da agricultura norte-americana.

Se o Ministério tiver que restringir sua atividade ao orçamento federal, nunca, pela exiguidade dos recursos, assim mesmo com frequentes descontinuidades, chegará a exercer atuação bastante intensa em tôda a vastidão do território nacional.

A questão agrária é, talvez, o único problema nacional que temos realmente a resolver. Tôdas as nossas principais soluções dependem dela.

Um povo batido no terreno econômico está virtualmente vencido no campo político: a sua soberania não passará de um domínio de fato.

Diante de nós temos vastas extensões territoriais inexploradas, incultas ou abandonadas, para serem transformadas em riqueza econômica.

Para tanto conseguirmos, faz-se mistér programa de política econômica que abranja tôda a Nação.

Não se impõe estabelecer a exploração generalizada, sistemática, intensiva, do nosso solo? Como consegui-la sem o ensino agrícola bem difundido e com cunho utilitário?

Não é certo que a grande massa da população rural, estreitamente ligada à terra, não pode frequentar escolas, tornando-se difícil fazer chegar até ela, de modo contínuo, o ensino agrícola? Mas, se tanto não obtivermos, ficaremos atrasados e disso resultará a decadência da nossa agricultura.

A organização dêsse ensino deverá obedecer ao meio e dispor de recursos compatíveis com os fins pretendidos.

Se considerarmos a área territorial do nosso país, com a população fortemente disseminada, onde os adultos são destituídos de cultura, principalmente no campo, onde impera o analfabetismo, chegar-se-á à conclusão de que o ensino agrícola entre nós não poderá seguir a mesma ordem de graus observados na Europa.

Está fora de dúvida que o ensino profissional agrícola é um problema que está exigindo ao Brasil realização prática, tão intimamente se acha ligado ao nosso progresso de ação civilizada.

A grande República Norte Americana, desde a primeira mensagem de Washington, em 1796, se empenha pela instrução agrícola.

"No terreno do ensino agrícola no Brasil — já o disse o saudoso educador Dr. Dias Martins — é preciso pôr os pontos nos ii, dizendo o que se vai fazer "no Brasil para o Brasil", ao envés de ocultar em meia dúzia de frases e palavras técnicas, vestindo um programa de agricultura exótica, demonstrativa da incerteza e da ignorância das condições da nossa agricultura."

As necessidades econômicas da época atual nos estão impondo o ressurgimento das fôrças vivas da Nação, para podermos preparar o Brasil de amanhã.

Ninguém pode pôr em dúvida que, de todo ensino profissional, o ensino agrícola constitui um dos de maior importância para nós. Será êle, juntamente com o industrial e com o comercial, que farão viver e crescer a Nação Brasileira, a exemplo dos demais países.

Quanto à instrução agrícola, para que ela seja realmente útil, não poderá ser puramente científica, representada por uma grande orquestra de fórmulas abstratas", comprazendo-se em subtrair, ao envés de levar fôrças vivas à agricultura.

Que não sejamos obrigados a dizer, como um padagogo francês, que se admirava de ainda existirem rapazes que quizessem seguir a carreira agrícola, cujo ensino, em lugar de despertar o gosto pela vida rural, tendia, antes, a produzir o afastamento da vida do campo. Isso porque o ensino sendo "puramente livresco" como dizia Montaigne, não despertava o "senso prático, nem o espírito de observação", que são as duas condições essenciais no êxito de tôda carreira, muito principalmente da carreira agrícola.

Que temos atualmente em matéria de ensino agrícola? Se o considerarmos em sua legítima acepção, como devendo penetrar na massa da população rural, poder-se-á dizer, sem exagero, que ele é fraco, senão nulo, no atual momento, em nosso país.

Qual o número de filhos de agricultores que recebem uma educação profissional? Quanto despendemos com educação agrícola? A nossa situação, nesse particular, é, de fato, deplorável.

Em muitos países existe a educação profissional, "posta escolar" obrigatória, que não deverá ser onerosa nem vexatória. Mas sucede que, si não temos onde proporcionar esse ensino, como iremos torná-lo compulsório?

Se o próprio ensino primário não é obrigatório, como procedermos de modo contrário com o ensino profissional agrícola?

Não há como fugir à seguinte conclusão: a grandeza econômica de um país depende de sua fôrça produtiva, a qual está ligada à aptidão de cada um dos seus habitantes. Essa a razão por que a "educação profissional" está hoje reconhecida como socialmente necessária ao interesse superior da coletividade.

Temos que nos modificar; precisamos cuidar do ensino profissional agrícola, porque o nosso futuro dependerá da solução conveniente que lhe soubermos dar.

Tanto do ponto de vista técnico, como econômico, político e social, numerosos são os males de que sofre a agricultura no Brasil. E' certo que para o progresso do nosso agricultura não nos faltam apenas os conhecimentos técnicos ou recursos para aplicá-los, existem outros embaraços muito sérios, que não podemos nem devemos examinar nesta oportunidade.

Já dizia o saudoso estadista João Pinheiro, ao assumir o govêrno de Minas Gerais, com aquela sua larga visão de eminente homem de Estado:

"O estudo do solo, os prêmios de animação, o estímulo à iniciativa particular, solicitada por todos os modos, a "educação técnica", o abaixamento das tarifas ferroviárias, a emulação no trabalho, as estatísticas exatas, a creação de estabelecimentos modelos, as exposições periódicas agrícolas e industriais — eis as medidas que devem ser decretadas, como condições indispensáveis de êxito."

A ação benéfica até aqui realizada pelo Ministério da Agricultura em prol do nosso progresso agrícola, não póde ser contestada; porém, uma das suas missões mais sérias será o de instruir tècnicamente as classes rurais. Seu papel é também de "educar e instruir", mas com a cooperação dos Estados.

Temos necessidade de cuidar de nós mesmos, pondo de lado o concurso de extranhos em tudo que estiver ao nosso alcance.

Num país como o Brasil, que na agricultura deverá ir buscar as suas melhores fontes de riqueza, não se deve ficar aguardando por mais tempo a oportunidade para lançar em bases seguras o "ensino profissional agrícola".

Se se considera o que há entre nós em matéria de ensino agrícola, tanto superior como médio, elementar ou popular, para rapazes e moços, chegar-se-á à conclusão de que tudo está por fazer-se. Enquanto isso acontece conosco, em tôdas as demais nações civilizadas os melhores esforços se fazem por desenvolver e aperfeiçoar esse ensino. De outra parte só convirá ministrá-lo dando-se-lhe um cunho de utilidade real para a agricultura do país, isto é, sob a forma de "instrução" verdadeiramente útil, de modo a atingir a massa da população rural.

Na moderna concepção da pedagogia, o ensino profissional precisa ser encarado em relação a tôdas as idades do homem, desde a infância até o momento de ser incorporado à sociedade. No caso do ensino agrícola, ter-se-ia que cuidar da instrução desde o simples homem do campo, passando pelo administrador, até o técnico.

Mas, se se atender à vastidão territorial do Brasil, com sua população rural disseminada, não se achando concentrada em aldeias, como na Europa, deverá obedecer a mesma organização? Evidentemente, não.

Da idade de 6 a 12 anos o ensino é insuficiente para transmitir qualquer resultado no espírito do homem. Nela faltando a instrução primária e o necessário vigôr físico, dificilmente se poderá conseguir da infância a aprendizagem de um ofício manual.

O método de ensino nessa idade deverá revestir-se de caráter essencialmente concreto, intuitivo e experimental.

A instrução agrícola só se tornará proveitosa aos alunos de mais de 12 anos de idade, proporcionando-se o estudo da natureza, com a observação das plantas agrícolas, dos animais domésticos, à maneira de instrução preparatória para os verdadeiros assuntos agrícolas.

Segundo a concepção de Gerard, a definição do ensino primário agrícola está consubstanciada na seguinte fórmula: "a preparação para a vida". Até aos 10 anos a criança deve aprender a ler, escrever

a contar; e, no decorrer dos últimos anos escolares, a direção dos exercícios deve ser guiada pelas exigências da vida real. Entre a vida escolar e o ensino profissional, não deve haver transição brusca.

Por princípio básico, cuidando-se do ensino profissional, devemos ter em vista desenvolver no indivíduo o amor pelo trabalho de que irá viver.

A experimentação convém que seja simples e elementar.

Ter-se-á que recorrer a lições de coisas, lançando-se mão, nas escolas do interior, dos objetos que se encontram por tôda parte, representando um material escolar barato. Será o ensino de introdução para o verdadeiro ensino agrícola.

Disseminada como se encontra a nossa população rural, mesmo assim, si fosse possível, desde já, estabelecer-se nas escolas primárias exercícios de jardinagem e horticultura, como nos próprios grupos escolares, nos terrenos que lhes fiquem anexos, em grande passo se teria dado a fim de conduzir a nossa povo para as ocupações rurais. Nas próprias cidades, obter uma pequena área de terreno de três ou quatro hectares para instalar-se uma escola para o exercício das crianças dos colégios e grupos escolares, onde cada aluno teria o seu canteiro, cabendo-lhe o benefício do produto colhido, abonando-se até mesmo prêmios em dinheiro aos mais dedicados. Uma organização desta natureza exigiria alguma despesa, com instalações rústicas, aparelhos e instrumentos agrícolas. Não será difícil, entretanto, à maioria dos Estados do Brasil, com o concurso das municipalidade, senão em todo seu território, pelo menos nos centros agrícolas principais, promoverem a "difusão do ensino agrícola elementar" tendo ao lado oficinas de carpintaria e ferraria, modestas embora. Um ensino desta natureza, despertando na criança o incentivo pelo trabalho, terá uma influência moral irrecusável na formação do seu caráter, excitando-lhe o amor pela vida simples e saudável do campo.

Em 1885, já concluía assim Grandeau sôbre o ensino agrícola na "escola primária rural": "Se o mestre da escola primária puder despertar nas crianças dos campos o gosto para lêr mais tarde com proveito um livro de ciências aplicado à agricultura, se lhe inspirar o gosto pela vida dos campos e o desejo de não abandoná-la para tornar-se funcionário ou empregado de caminho de ferro ou do comércio terá prestado imenso serviço à agricultura."

O ensino primário agrícola deverá ser um "meio" e não um "fim".

Reconhece-se, hoje, que não é bastante instruir o agricultor. Cumpre antes procurar retê-lo à terra, evitando o fenômeno da urbanismo, e para isso a instrução agrícola primária tem a virtude de encaminhar para a vida dos campos novos legionários. Impõe-se, dêste modo, outro ensino, o ensino a que Méline, antigo ministro da Agricultura da França, chamou de ensino "estético", com o objetivo especial de evidenciar as belezas da natureza e as vantagens da vida campestre.

E a quem competirá, com esse fim, modelar a alma e a inteligência da nossa infância? Certamente que ao mestre da escola primária e secundária; ele que, em nossos dias já lhe cabem as mais altas responsabilidades pedagógicas, terá mais essa, proclamada em todos os países, onde se cuida seriamente de amparar a vida econômica, cujo desequilíbrio, como está provado, é quase sempre também a origem das desorganizações sociais.

Não se póde pôr em dúvida que o ensino entre nós precisa tomar um cunho mais consentâneo com as condições da vida em nossa época.

Excusado será encarecer ainda mais tôda a vantagem que poderia advir da introdução, nas escolas primárias e secundárias, do ensino obrigatório da agricultura, de "preferência nas escolas de dentro das cidades, que possuam terrenos anexos, porque nelas será mais fácil dispor-se de professores habilitados em assuntos agrícolas. Para que seja proveitosa essa instrução agrícola, deverá limitar-se aos alunos com mais de 12 anos de idade; e aos colocados em grão inferior proporcionar-se-ia o estudo da natureza, com a observação das plantas agrícolas, dos animais domésticos, das aves, dos insetos, etc., à maneira de uma instrução preparatória para os verdadeiros assuntos agrícolas.

Seria preciso que se formasse também um material de ensino adequado a esse fim, como coleções didáticas de história natural, mapas, publicações, material para projeções luminosas, "films" cinematográficos, etc.

Com essa orientação, em breve prazo, ter-se-ia reconhecida ver a necessidade do ensino agrícola no curso das escolas normais, preparando-se professores aptos a ministrarem o ensino agrícola.

Na Europa existe a "escola elementar agrícola para os rapazes dos 12 aos 14 anos, ao qual o ensino se reveste do caráter teórico e prático. Entre nós será difícil cogitar-se dêsse tipo especial de escola, quando conhecemos o estado precário do própiro ensino primário a cargo dos Estados.

Poder-se-ia pensar, talvez, na admissão desses rapazes, durante o prazo de um a dois anos, nas fazendas-modelo, nas escolas agrícolas, nos postos zootécnicos, nas estações experimentais e em outros estabelecimentos do Govêrno. E' de real vantagem esse ensino dado na escola agrícola elementar porque, na idade de 14 anos, muitos deles, sem recursos, já poderão participar da vida rural, onde completariam seus conhecimentos práticos ao lado dos pais. Outros seriam admitidos como aprendizes nos estabelecimentos agrícolas do Govêrno.

Segue-se, para completar a educação agrícola, o ensino médio, para os rapazes de 14 a 18 anos.

Mas, que se entende por ensino médio em agricultura? Na opinião de De Vuyst, é o ensino que visa "a formação do explorador de uma propriedade de **extensão média, devendo** ser adaptada à cultura da região". Ora, se assim é, nada póde haver de mais variável, tanto mais que esse deve ser "adaptado às culturas de uma região".

Compreende-se que esse ensino "médio" é o que corresponde à "escola profissional média".

Se na indústria se tem necessidade do "contra-mestre", que é o intermediário entre a operária e a direção superior, assim também preciso e deve ser na agricultura, onde se impõe a formação dos "chefes de cultura" e dos "administradores de fazenda".

Muito adequadamente já houve quem comparasse o papel do contra-mestre ao do sargento, colocado entre o oficial e o soldado.

Sem que a instrução e a educação desses intermediários sejam cuidadas, muito dificultada ficará a missão do "técnico".

Êste "ensino agrícola médio" não tem em vista, pelo menos é o que se póde compreender da sua organização em diversos países, preparar para o "ensino agrícola superior, por obedecer a um fim especial de "formar práticos esclarecidos".

E' o ensino ministrado nas "écoles pratiques

d'agriculture", em França; nas "agriculture secundary schools" dos Estados Unidos; nas "scuoles pratiche de agricultura", da Itália; nas "Laudwistschafts Schulen", da Alemanha, etc

Na França, por exemplo, as "escolas práticas" destinam-se a receber os rapazes, que saírem das escolas primárias, das escolas primárias superiores ou das colégios, desejam adquirir a instrução profissional agrícola.

O seu verdadeiro fim é o de formar agricultores esclarecidos. A duração dos estudos é| de dois a três anos.

"O tipo da escola é o tipo ideal da escola profissionol para aqueles que desejam receber um ensino agrícola médio e "possom ficar dois a três anos num estabelecimento de instrução".

Segundo Gustavo d'Utra, "as escolas práticas visam ,especialmente, as pequenos e médios cultivadores, que constituem, na França, a maioria dos explorações da solo agriculturável e uma das maiores alavancas da sua prosperidade. A organização e o programa de ensino asseguram a obtenção de bons e grande resultados, não obstante as dificuldades que algumas têm encontrado no desempenho de sua missão pela falta de pessoal adaptável ao seu gênero especial de ensino e também pela má situação em que as colocou uma escolha emnos feliz, inspirada por nocivos ou subalternos influências locais".

A instrução dada na escola prática deve ser teórica e prática ao mesmo tempo, porque, do contrário, o chefe de cultura nela diplomado não disporá da fôrça moral necessária sôbre seus subordinados, que só a competência real poderá proporcionar.

De outra parte, o ensino preciso ter em vista as necessidades particulares de cada região.

Para a organização que tivermos de dar ao nosso ensino agrícola, será da maior importância que fique bem caracterizado o que seja "ensino médio", o qual visa a formação do intermediário entre o proprietário e o trabalhador rural. Ele tem por objetivo preparar rapazes que disponham dos necessários conhecimentos práticos de tôdas as operações agrícolas.

A instrução tem que ser proporcionada numa exploração agrícola bem administrada, afastando-se do ensino tudo quanto se referir a pesquizas agronômicas.

Essa compreensão do "ensino médio" em agricultura não tem sido bem alcançada por aqueles que entre nós têm cogitado do ensino agrícola, tanto que conceberam escolas teórico-práticas para proporcioná-lo, num curso de três anos, em que se exigia para a matrícula até mesmo preparatórios e se conferia ao diplomado o título de agrônomo. Ora, o seu papel não póde ser outro senão o que se observa na indústria, isto é, esse ensino terá por fim preparar o intermédio entre o técnico e o trabalhador, ou melhor, o "chefe de cultura" ou "administrador de fazenda". Aliás, para quem conhece a nossa agricultura, não ignora a função valiosissima desempenhada nos nossos trabalhos rurais pelos "administradores", homens de escassa preparo intelectual, dos quais, entretanto, em grande parte, depende o nosso progresso agrícola.

"A confusão na preparação e execução dos programas de ensino das Escolas Práticas e Médias que que até hoje foram creadas entre nós tem sido muito grande; creou-se até certa antipatia pelo ensino desse grau, devido à confusão estabelecida, considerando-o muitos como inadequado ao meio ou mesmo deficiente". (Dr. N. Athanasoff).

E' esse experimentado educador, conhecedor perfeito do nosso meio agrícola, quem ainda assim se expressa referindo-se ao ensino na escola agrícola prática "O ensino exigirá do professor trabalho enorme, porque será preciso dotar a escola de bons professores especialistas, em número suficiente para fazer um ensino útil e proveitoso. Do contrário, estaremos outra vez no ensino livresco, e veremos o aluno sem iniciativo ouvir as aulas do professor com braços cruzados durante 45 minutos cada para quando, terminado, entregar-se-lhe a enxada para capinar e a foice para roçar o pasto. Práticas dessa ordem pouco alcantam para alunos que se destinam a dirigir e organizar e não a serem simples trabalhadores".

"Eu penso — diz ainda o professor Athanosoff — poder-se conseguir muito das escolas práticas de agricultura com a condição de se formar um bom corpo docente e dispor-se de bem organizada propriedade agrícola.

O êxito que passamos alcançar no ensino agrícola, qualquer que ele seja, dependerá de sua adoptação aos hábitos e costumes da nossa agricultura, como do grão de instrção dos que vivem no campo. Fóra daí será realizar-se obra impraticuo. E' assim que, atingido a idade de 12 anos, a criança, já tendo adquirido a instrução primária, quando pertence á família rica, se dirigirá de preferência, entre nós, para um ginásio ou liceu e irá abraçar uma carreira liberal. E' evidente não se poder contar com esses para a frequência nas "escolas práticos", de ensino médio, parecendo dever-se antes recrutar alunos entre os que não possuem siquer a instrução primário, isto é, sabendo ler, escrever e contar. Deverá dirigir-se a ensino aos que "possom" ou "devam" continuar a existência na campo, tanto nos trabalhos de cultura, como nos de creação de animais ou nas ocupações das indústrias agrícolas. Não poderemos contar, infelizmente, no nosso meio rural, com os rapazes de 14 a 18 anos, dispondo de uma instrução primária sólida e superior, em condições de frequentarem com resultado uma "escola prática de agricultura". Esta é uma "escola prática de agricultura". Esta é uma verdade que precisa ser enunciado, como aí estão, para comprová-lo, até mesmo as próprias aprendizados agrícolas.

Crearem-se escolas "médias" de agricultura para formar agrônomos "práticos", exigindo-se na admissão conhecimentos de humanidades, representa uma utopia, tanto mais se nossa intenção fôr a de encaminhar para tais escolas filhos de agricultores. Ninguém ignora a dificuldade com que lutam nossos agricultores, principalmente os pequenos, de poucos recursos, devido às grandes distâncias no meio rural, para proporcionar até mesmo a instrução primária a seus filhos. Que candidatos teríamos, então, para tais escolas? Não foi outro o motivo por quê, pela organização do ensino agronômico, de 1910, se creou nos Aprendizados Agrícolas um curso de adaptação de três anos, onde o candidato entravo com 11 anos, procurando assim preparar os candidatos ao curso profissional, por serem os alunos na sua grande maioria pouco menos que analfabetos.

Diante disso, se tivermos de instituir "escolas práticas", para as quais se exigiriam conhecimentos de humanidade, para elas iriam, quando muito, rapazes das cidades, ou então ficariam vasias

Ésse é um dilema de que se não póde fugir; e, se é verdadeiro para Estados até mesmo mais adiantados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, não deixa de ter inteira aplicação para aqueles onde a instrução pública se acha muito mais atrazada.

Excluido o Distrito Federal, o Estado do Rio Grande do Sul é o que apresenta melhor taxa — n61,2% e 44,5%, respectivamente. O grau de analfabetismo no Acre é igual ao de São Paulo, 70,2%. A taxa mais elevada cabe o Piauí, 88,0%. Comparando-se o grão de instrução na população menor de 15 anos, que compreende a classe escolar de 7 a 14 anos — o resultado é ainda mais desanimador.

Em 1900, sôbre 7.886.323 habitantes compreendidos naquele grupo de idades, 1.068.230 ... (13,9%) sabiam ler e escrever e 6.618.093 ... (86,1%) eram iletrados. Em 1920, o número de habitantes daquele grupo de idades, elevava-se a 13.078.323. Dêstes, apenas 1.337.790 (10,1%) sabiam ler e escrever, e 11.740.533 (89,9%) eram analfabetos. A comparação nesta classe de idades é necessária, porque é justamente na classe escolar que se pode medir o esfôrço do país, na alfabetização de seus habitantes. Infelizmente, não há dúvida possível, apesar dos esforços empregados no desenvolvimento do ensino primário, a percentagem de iletrados aumentou. No que se refere ao Estado de Minas Gerais, observa-se o mesmo caso.

O coeficiente de analfabetismo que era de 74,4% em 1900, elevou-se a 79,3% em 1920.

No grupo de idades de menores de 15 anos, sôbre o total de 1.604.849 habitantes em 1900, 242.082 (51,1%) sabiam ler e escrever.

Em 1920 o total sobe a 2.659.791, mas os analfabetizados diminuem para 210.547, ou seja 7,9%, contra 15,1% em 1900.

Eis ai. São muitos sugestivos êstes algarismos!

Existe ainda o perigo, nas nossas organizações de ensino, de se tornarem muito elevados e mesmo abstratos, êrro em que poderiam incorrer as nossas escolas "práticas" de agricultura.

A França, a princípio, instituiu a "fazenda-escola", cuja função desapareceu com a transformação operada na agricultura, sendo substituida pelas "escolas práticas". Entre nós já tivemos a tentativa da "fazenda modêlo" em Minas Gerais, por iniciativa do grande estadista João Pinheiro, organização essa em que deveriamos insistir, procurando imprimir-lhe um cunho bem acentuado às necessidades do meio onde tiverem de exercer sua ação.

A "fazenda-escola", na França, destinava-se aos filhos das famílias dos trabalhadores rurais, onde os aprendizes executavam todos os trabalhos e recebiam um ensino essencialmente prático. A permanência na escola era de dois a três anos, e durante êsse tempo os alunos nada custavam aos pais. Eras escolas práticas de um gênero especial, com tendência a se transformarem em verdadeiras escolas práticas.

A idade de admissão dos alunos era de 16 a 18 anos, e o ensino inteiramente gratuito. Na opinião de abalizados técnicos, essas "fazendas-escolas" deram à agricultura francesa "uma mão de obra instruida e de valor".

Ésse modêlo de organização, bem adaptado às condições do meio onde tivesse de operar, em zona povoada e extensa, proporcionando um ensino teórico e prático, poderia prestar inestimaveis serviços ao desenvolvimento de nossa agricultura.

A pouco e pouco, poderíamos em breve prazo chegar à escola agricola "média".

Quanto ao pessoal de ensino, êsse conviria que fôsse assás limitado, como tôdas as instalações feitas sem luxo algum.

Qual não é o número de rapazes, vivendo no interior, com a idade de 14 a 18 anos, que, por terem sido educados na vida agricola, não dispõem de recursos e se conservam impedidos de obter uma instrução profissional? Para eles é que deveria destinar-se o "ensino agricola médio".

Para as "escolas práticas de agricultura", exigindo-se quatro anos de curso e exames de admissão aos alunos que nelas se queiram matricular, não nos parece seja organização compatível com as nossas necessidades de renovação rápida dos processos agricolas. Os bons resultados dependerão certamente da organização e do programa de ensino, confiando-se a direção a pessoas capazes e suficientemente conhecedoras da prática agricola.

A aprendizagem precisará visar principalmente a formação de profissionais em agricultura, com conhecimentos de aplicação prática e local. Êsse ensino terá que ser baseado numa fórmula fácil, útil e econômica.

Se é certo que um jovem terminando o curso de uma "fazenda-modêlo" na idade de 18 a 19 anos não será um "administrador" ou "chefe de culturas", disporá, entretanto, de conhecimentos inestimáveis, que poderão torná-lo, mais tarde, um bom administrador.

O pessoal de ensino convem que seja limitado a um diretor, dois a três agrônomos, e dois professores normalistas, — êstes dois últimos se incumbindo do ensino de matemáticas elementares e de noções de ciências naturais.

A duração do curso será de dois a três anos, divididos em semestres. Nessas fazendas-modelos seriam admitidos também aprendizes para os trabalhos de campo, formando-se dêste modo operarios que saibam trabalhar com maquinas agricolas, que conheçam o cultivo das nossas principais "plantas" agricolas, que saibam tratar um animal, etc.

Temos necessidade de formar na agricultura a classe dos "homens praticos" de Rieffel, "colocados no exército entre o oficial e o soldado e na administração entre o fabricante e o operário."

Na agricultura o papel dêsse homem está naturalmente indicado como sendo o do "chefe de culturas" ou "administrador de fazenda", denominação esta peculiar ao nosso meio rural.

O Desamparo do Homem do Campo

E' êste um tema de grande atualidade. Em várias oportunidades, tem a Sociedade Nacional de Agricultura pedido a atenção dos governos para o flagrante inferioridade em que se encontra o trabalhador da terra, face aos profissionais da indústria e do comércio. O assunto é difícil. A legislação trabalhista julgou por bem, dadas as peculiaridades da vida rural, excluir os trabalhadores da agricultura da sua ação, reconhecendo o que de há muito vem a Sociedade pregando. Nos trabalhos da comissão interministerial, nomeada pelo então Presidente Getúlio Vargas, em 1942, para estudar a sindicalização da classe rural, ficou sobejamente demonstrado que no caso da agricultura, a lei deveria ser diferente, acomodada à verdadeira situação da nossa vida rural, para produzir os efeitos esperados. Ficaram, das sucessivas reuniões então realizadas, as atas e os estudos, e, de concreto, ressaltada aquela dificuldade. Porém, dificuldade não é impossibilidade. Teriam de ser encontrados outros caminhos e, depois de estudos e consultas, encaminhou a Sociedade o ante-projeto de decreto-lei que visava à organização da vida rural. Ao invés do sindicato, a associação rural municipal, com os seus graus especializados e superiores, a associação regional, a federação estadual e, por cúpula, a Confederação Rural Brasileira; e o decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945, sucessor do de n.º 7.449, sacionado antes, e em cujo texto algumas disposições havia que suscitaram críticas, corrigidas no atualmente em vigor.

Nesse decreto-lei proporcionou-se o embasamento de uma série de providências tendentes a arrancar o trabalhador do campo da situação precária que todos lhe reconhecem, ou, pelo menos, ao início de uma campanha naquele sentido.

Durante o período governamental a expirar não foi possível levar-se avante, por dificuldades várias, a organização da classe naqueles moldes.

Pensou a Sociedade — e pensou muito bem —, que não é possível beneficiar-se uma classe sem, de início, organizá-la.

E continuam, sem embargo, as vozes que clamam pelo amparo ao homem do campo, a se fazerem ouvir nos órgãos de classe, nos congressos sociais e econômicos, nos discursos de propaganda eleitoral, ressoando no Parlamento — num uníssono movimento em prol do amparo social ao homem do campo, o qual, embora difícil, terá de ser enfrentado e superado.

Vale aqui citar, como uma tentativa em favor da idéia, infelizmente sem éco, o projeto do Deputado Galeno Paranhos, tratando da criação do Serviço de Assistência Rural.

O projeto poderia ser aproveitado em muitas de suas idéias. Do seu estudo, algo de bom resultaria em favor da desamparada classe e, daqui, fazemos votos para que êle se desentranhe do seio dos órgãos técnicos da Câmara e venha a debate, como ponto de partida para o evento que todos almejamos em favor daqueles que, afinal, ainda são o esteio da nossa estrutura econômica: os homens do campo.

Não podemos deixar de abrir aqui espaço para uma outra voz que se levantou no seio do Congresso em favor da medida, o discurso que pronunciou na Câmara, a 24 de novembro último, o Deputado Carlos Costa, e cuja íntegra é a seguinte:

"Sr. Presidente, nobres Deputados, Srs. Representantes da Imprensa. No decorrer de vários discursos pronunciados nesta Casa, tive oportunidade de ouvir, por várias vêzes, de destacados deputados, referências à questão agrária e ao homem do campo. Ao que me consta, neste sentido, vários trabalhos já foram apresentados. Um dêles foi do eminente deputado das Alterosas, o Dr. Wellington Brandão; o outro, sob o título lei agrária de 15 de abril de 47, é da autoria do nobre deputado baiano Dr. Nestor Duarte, e o terceiro é um ante-projeto elaborado pelo Dr. Afrânio de Carvalho, consultor jurídico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresentado pelo então Ministro da Agricultura, deputado Dr. Daniel de Carvalho, honra e lustre desta Casa.

O Sr. Presidente da República, apresentando a esta Câmara, êste documento que acabo de me referir, em mensagem muito bem redigida, a seu respeito assim se expressa: "Poucas leis, diz êle a certa altura da referida mensagem, serão tão importantes para os destinos da Nação e apresentarão para seu progresso tanta utilidade como essa que vem assegurar, efetivamente, a realização do que se contém nos arts. 147 e 156 da Constituição Federal, e em cujos dispositivos se indicam ao legislador ordinário diretrizes de justa e sábia política social. Tratando-se de matéria de larga controvérsia, continua Sua Excelência, na qual as soluções mal que todas nunca provirão de propostas e de um indivíduo ou de um órgão, se não que tem de resultar da cooperação de todos aquêles sôbre quem recai uma parcela de responsabilidade, embora modesta, ao Govêrno do País, creio que seria êrro grave se o Poder Executivo perfilhasse, incondicionalmente, qualquer ante-projeto, já que nenhum talvez, atende ao problema nos seus múltiplos aspectos. Dêste modo, situou S. Excia. a questão com muita felicidade, de vez que a obra é realmente de certa envergadura e relevância, e como tal deve ser obra de cooperação. Alguns jornais desta formosa capital sobretudo o "Correio da Manhã" e o "Jornal do Comércio", ao que posso ter chegado ao meu conhecimento, de quando em quando, ferem o mesmo assunto e por vêzes até, de modo acrimonioso, mas justo e oportuno.

Porque, Sr. Presidente, perdôe-me a pergunta que é feita na melhor das intenções, porque êste Parlamento que tem a felicidade de possuir em seu seio figuras tão proeminentes de mestres abalisados no assunto e outros não menos eméritos em assuntos correlatos, não toma a peito, antes de fechar as portas desta brilhante legislatura, o estudo da matéria, a fim de dar à Nação a **lei federal instituindo a regulmentação da vida agrária?**

Encarando-se o problema sob qualquer aspecto, focalizando-o dentro dêste ou daquele ângulo da nossa vida política, administrativa ou social, êle avulta de maneira assustadora aos nossos olhos e sobe de ponto a nossa responsabilidade. Em que pesem assuntos os mais importantes que aqui se tem ventilado, não sei, Sr. Presidente, ao meu ver de ha-

sonho nas lides parlamentares, não sei se outro a esta hora, do ponto de vista global ou panorâmico, pode merecer de todos nós sem discrepância estou certo, o carinho da nossa atenção. E' que, Sr. Presidente, o problema da agricultura foi sempre entre todos os povos, o grande problema, porque desta ou daquela forma, a história de tôdas as nações é entretecida de amor à terra. Se remontarmos às origens de tôdas as raças, encontraremos mesmo nas mais antigas, êste amor de predileção que as distinguia e caracterizou.

Entre os Hebreus, falar sôbre o seu amor ao campo, é falar da sua própria história tôda pontilhada de cenas e dramas campesinos da mais tocante poesia.

Entre os romanos era tal o amor pela terra que Virgílio celebrizou-se nas suas Bucólicas imortais e Roma foi feliz e invencível enquanto pôde recrutar no campo os seus generais e os seus dirigentes, tirando-os até da rabiça do arado.

Entre os gregos, a terra mereceu um verdadeiro culto. E como não ser assim, se a Grécia na sua estesia de beleza e no seu senso de justiça, ditou para o mundo a consciência dos seus destinos?

Os incas buscavam a sua estrutura econômica na organização agrária.

A Inglaterra foi a primeira de tôdas as nações a utilizar a máquina de fins agrícolas.

A Rússia é eminentemente rural.

A Alemanha não é menos propícia à agricultura.

A Holanda também se destaca do mesmo modo. E a propósito, não faz muito, o brilhante parlamentar Aliomar Baleeiro, com o brilho que lhe é peculiar, chamou a atenção da Casa para um fato singularíssimo. E' que da Holanda estamos recebendo batatas que chegam ao nosso mercado muito mais baratas do que as nossas. E é preciso notar que a Holanda foi barbaramente destruída na última guerra como a Bélgica o fôra na de 14. Teve seus diques arrebentados, suas comportas destruídas, seus campos talados, sua pecuária aniquilada. E no entanto se refez em tão pouco tempo e pequenina como é, ainda exporta para o Brasil e para o mundo, máquinas e produtos em condições vantajosas.

Liebig, o grande revolucionário da agricultura, o destruidor da doutrina do "humus", que admitia a matéria orgânica com fator fundamental da alimentação da planta, dizia: "Não há profissão que se possa comparar em importância, à Agricultura; dela depende a alimentação do homem e dos animais, nela repousa a saúde e o desenvolvimento da espécie humana inteira, a riqueza das nações e tôda a indústria manufatureira e comercial. Não há nenhuma profissão em que a aplicação dos princípios racionais produza maior proveito e seja duma influência maior e mais decisiva." (1)

"A Agricultura, diz ainda Smith, é apenas o meio de facilitar ou dirigir as fôrças criadoras da natureza."

Ora, Sr. Presidente, o homem rural, mais ligado à natureza do que o homem da cidade, está por isto mesmo, mais sujeito às suas agressividades, enquanto o homem da cidade está mais ou menos bem defendido pelo "grosso cobertor de cultura artificial", o homem do campo está à mercê das oscilações variáveis da mesma natureza que o envolve, por todos os lados.

Enquanto a cidade ou os grandes centros, a despeito do seu cosmopolitismo, apresenta um certo grau de interpenetração, de interdependência e coordenação que de certo modo favorece e ampara os citadinos, a zona rural pelo seu isolacionismo e pela sua homogeneidade, torna-se mais fraca e menos capaz de defesa, por isto mesmo mais digna de amparo dos poderes públicos.

Não quero, todavia, Sr. Presidente, entrar em apreciação de como nos temos conduzido de referência à agricultura no que tange à ação governamental.

Urge, como dizia o meu grande conterrâneo Silvio Romero, urge enfrentar "a situação nacional como ela é em si mesma, na seu caráter, na sua índole, na sua estrutura interna, na substância interna do seu ser, no trama fundamental da sua organização, nos ses elementos formativos, na essência intrínseca que a constitui." (2)

E nestes tempos agitados em que vivemos quando pesa sôbre nós um mundo de apreensões, quando nos sentimos rondados por tantos círculos ameaçadores, quando a atmosfera das cidades se torna cada vez mais pesada e viciada, quando, com o crescimento estonteante da floresta dos arranhacéus, nos sentimos mais distanciados da natureza, quase enfadados com a monotonia dos fatos repetidos, precisamos voltar-nos para as belezas do campo que nos apresenta na sua luminosidade irresistível, além da mais a encantamento dos suas paisagens variegadas e reconfortantes.

"O homem, diz Grupin, nasceu para amar a terra com ilimitado amor, com amor largo e livre. Para amar acima de tudo a terra doce, tão cara e tão bela em sua maternidade, bemaventurada em seus belos milagres quotidianos". (3)

O slogan do grande mestre Alberto Torres de "rumo à terra", expressão hoje quase lírica, para não dizer romântica, tantas vêzes repetida e tão mal vivido, casa-se perfeitamente àquele especto do grande Papa Leão XIII quando no nosso código social que é a "Rerum Novarum", dizia: "A quem quer regenerar uma sociedade qalquer em decadência se presireve com razão que a reconduza às suas origens. Porque a perfeição de tôda sociedade consiste em prosseguir e atingir a fim para o qual foi fundada, de modo que todos os movimentos e todos os ats da vida social nascem do mesmo princípio de onde nasceu a sociedade." (4)

Cresce, pois, de dia para dia, a necessidade de aperfeiçoar o homem à terra, "humus fecundo que por tôda parte, generosamente, oferta ao homem o pão e as flores."

E dêste aperfeiçoamento é que vem o revigoramento do patriotismo e do humanismo. Mas, o que se verifica, é o desenvolvimento cada vez mais crescente do nosso espírito urbanístico, o êxodo assustador das populações rurais, o congestionamento das cidades, o aumento cada vez maior dos pesos mortos da economia nacional. Mas como não ser assim, Sr. Presidente, se o campo é o abandono, é a ignorância, é o paludismo, é o desconfôrto, a prisão, a rotina e a desassistência?

Temos 70% da nossa população dedicada às atividades agrícolas. Possuímos 12 milhões de trabalhadores rurais. Mas, há, infelizmente, não há negar, uma desigualdade flagrante entre o trabalhador urbano e o rural. Os velhos preconceitos existentes entre o homem do campo e o da cidade, passaram para o campo social.

O trabalhador da cidade tem remuneração adequada, aposentadoria; pensa-se em repouso semanal remunerado, na construção de vilas operárias, casas com relativo confôrto, além das creches, dos ambulatórios, dos hospitais, etc.

Enquanto o homem do campo tem um padrão de vida infra-humano, é um desassistido, um pária, um

clota, sem a menor noção de confôrto e de higiene, vivendo na miséria que é uma fera solta que lhe devora tudo.

Falamos, todavia, na mecanização da lavoura, na racionalização dos seus métodos, etc. Mas como tirar melhor proveito de tudo isto, sem valorizar e melhorar primeiramente o elemento humano?

Da soluçao dêste problema, dizia há pouco tempo o Sr. Bispo de Campanha, D. Inocência, numa sugestiva carta pastoral neste sentido, que é um verdadeira brado de alarma; dizia êle que da solução dêste problema denpende em larga escala a economia nacional e mais do que isto a sobrevivncia das estruturas cristãs da nossa cultura e da nossa civilização.

Iguol atitude qe muito me conforto, teve o Sr. Arcebispo de Bela Horizonte, o meu eminente conterranea e amigo D. Antônio dos Santos Cabral, cujo nome pronuncio com respeito e admiração. De modo que é sempre lá das montanhas alcantoldadas de Minas Gerais, relicário precioso das nossos tradições, que nos vem de quando em quando stes gritos de redenção.

E' bem verdade que alguma coisa se tem feito na reconquista do homem brasileiro na luta contra a malária, a tuberculose, a sífilis, etc. Para recuperação do café, da cana, do trigo, da juta e tantos outros fontes de receitas que representam pontos altos da economia nacional. Mas tudo isto não estó ligado ao braço do trabalhador rural. De modo que é para êle que em primeira lugar se devem coltar os vistas solícitas da nação para que sadios, fortes e instruidos produzam mais melhor, com maior coeficiente de trabalho útil.

"A base da nossa economia, diz a eminente professor de Direito Constitucional, Dr. Afonso Arinos de Melo Franco, numa das suas grandes, a bose da nossa economia ainda é agrória. Mas o espírito da Repùblica tende para o combate inconsciente à lavoura. Tira-lhe todos os recursos que ela pode, mais do que ela consegue suportar, e emprega-os em finalidades alheias aos interesses da mesma."

E me seja licito ainda citando o mesmo ilustre homem de letras, que para satisfação nossa tem assento nesta Casa, para abono do que venho defendendo, apresentar estas palavras suas que vêm também a talha:

"Mas aqui, neste país que os estadistas teimam em chamar de "essencialmente agricola", os govêrnos é que promovem a decadência do campo, por causa do abandono em que o deixam, sem saneamento nem instrução, sem aparelhamento técnico, sem proteção ao trabalho camponês, enfim, a uma grande vida coletiva, feita de sacrifício e de renúncia."

E por que êste desprêzo, Sr. Presidente? E' que, a indústria destronou a agricultura, as casas grandes ruiram e as senzalas foram abandonadas, como diria o mestre ilustre Dr. Gilberto Freire; é o "Santa Fé que nao bata mais, está de fogo morto" como acrescentoria José Lins do Rego; e passou-se então a cortejar o vitoriosa, subestimando-se a vencida.

Mas, urge, Sr. Presidente, uma reação neste sentido.

Já estamos consados de ouvir falar na resistência do homem do campo, do nordestino, sobretudo como esteriotipou em páginas lapidares Euclides da Cunha, e ai de nós se êles não o fôssem.

Mas porque abusar da sua paciência e desprezar o seu esfôrço hercúleo. Vamos ao seu encontro, valorizemos mais o nosso irmão do campo, dems lhe outrossim um mínimo de conforto e amparo **num programa de ação social agrária,** que vise:

— a humanização do trabalho;

— a difusão do ensino técnico-agricola;

— a garantia da sua assistência financeira, técnica, médica e hospitalar;

— o seu seguro nao só contra os acidentes do trabalho mas contra a velhice e a invalidez;

—a participaçao da pequena propriedade privada;

— os auxílios, enfim, que possam concorrer para um melhor nível de vida, de sua formação física, intelectual, moral e espiritual.

E tudo isto, Sr. Presidente, não é outra coisa senão um imperativo da hora presente, um ditame categórico da justiça social.

Acima de tudo a lei a justiça. E a quem se deve justiça faça-se justiça. "Cui justitia, jstitia"."

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.° Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.° Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng.° Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.° Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário

Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.°

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

A CULTURA DA OLIVEIRA

Com a finalidade de incentivar a cultura da oliveira, considerada como uma das mais lucrativas, a Caixa Econômica do Estado de São Paulo está financiando o plantio de novos olivais, desde que se encontrem em altitude superior a 800 metros.

A Caixa Econômica empresta aos fazendeiros interessados até Cr$ 70,00 por pé de oliveira plantado, com o prazo de dez anos.

As mudas e enxertos são fornecidos pela Secretaria da Agricultura, que recebeu 30 mil mudas da Argentina e está preparando dezenas de milhares de outras mudas das variedades que se adaptam as condições paulistas.

O Problema da Forragem no Tempo da Seca

IVO ARRUDA

O Uruguai é, sem dúvida alguma, o país mais adiantado da América do Sul e um dos mais desenvolvidos do mundo em matéria agro-pecuária. Seu progresso, que data de longos anos, corre ao par do desenvolvimento que, no mesmo terreno, vem conquistando a República Argentina. Por sua vez, certas zonas do Rio Grande — a maior parte do seu território — estão emparelhando com a pequena República do extremo sul do Continente. Mas o desenvolvimento da agricultura e da pecuária gaúchas deve-se em grande parte, ao influxo benéfico resultante da proximidade daqueles dois países e da importação que, desde longos anos, o Rio Grande faz de espécimes das melhores raças bovinas, ovinas e equinas do Uruguai, para o território brasileiro daquele Estado.

A República Oriental, há cêrca de meio século, nas exposições-feiras dos nossos grandes centros de criação, nos principais municípios criadores gaúchos, vem expondo à venda o que possui de melhor: os seus magníficos Hereford e Duhram; os Polod Angus e Red Angus; os Holandeses, preto e branco e vermelho e branco; os Jersey e Suiços; os Devon e Charoleses, em matéria bovino; os Merinos, Romney Marsh, os Australianos, os Caras Negras e outras excelentes raças de ovinos. Foi do Uruguai que vieram para o Rio Grande do Sul as melhores correntes de sangue europeu os quais concorreram, naquele tempo, como, ainda, hoje, concorrem, para que os rebanhos gaúchos fôssem melhorando, dia a dia, ano a ano, a ponto de se equipararem hoje aos plantéis platinos.

A República Oriental foi sempre uma pioneira. O desenvolvimento das grandes raças bovinas, entre outros fatores, tem decorrido também, da excelência dos seus campos, da distribuição das aguadas naturais, de pastagens magníficas e admiráveis condições climatéricas. A circunstância, entretanto, de dispor de esplêndidos campos de ricas pastagens, não exclui, porém, de todo, as dificuldades que a atingem, como a outros países, conforme, agora, ainda acontece no Rio Grande do Sul, m condições de clima quase idênticas e onde as sêcas, entretanto, prejudicam, tremendamente, os rebanhos. E' que o fator humano tem sido decisivo na obra do progresso e do engrandecimento da modelar democracia do extremo sul do Continente.

Os criadores uruguaios não se limitam tão sòmente a aproveitar as riquezas naturais do seu solo. Tratam de melhorar as suas pastagens, cuidando das suas invernadas, plantando e replantando tôdas as forrageiras, cuja exploração pode ser feita aliás, com vantagens, naquele solo ubérrimo, como a rainha delas, que é a alfafa.

Há pouco tempo, como leitor assíduo de todos os assuntos que se prendem à exploração do solo, e acompanhando de perto o desenvolvimento agro-pecuário do Uruguai, tive ocasião de ler referências a um artigo no "Boletim Informativo" do Ministério de Canadeiro Y Agricultura da autoria de Frederico Rolf, tratando do cultivo de uma forrageira, de suma importância, especialmente para os períodos de sêca. Pedi para lá um exemplar da revista em apreço e tomei conhecimento mais completo do tema abordado por aquele publicista.

Trata-se da "Feterita", a forrageira apresentada como capaz de dar solução também, ao problema forrageiro do Brasil, com vantagens sôbre quaisquer outras similares. E em contacto com a poetisa e escritora uruguaia Angelina Silveira Aguiar, que aqui, há pouco tempo, esteve em missão cultural do seu país, falei-lhe no assunto, e antes de transcorrido um mês de seu regresso àpátria, tive a satisfação de receber um quilo de sementes de "Feterita".

Com as informações de que dispunha tratei, logo, de fazer uma experiência na minha própria residência de Ipanema, e num pequeno caixote de uns 15 centímetros de largura por trinta de comprimento, numa quinta-feira de agôsto deixei plantadas algumas sementes e levei a resto para a minha propriedade, que é a "Granja Feliz" em Pedro do Rio, 4.º distrito do Município de Petrópolis.

Ao regressar, na terça-feira subsequente, com a ajuda, certamente, das chuvas que cairam, então copiosamente sôbre o Rio de Janeiro, encontrei tôdas as sementes desenvolvendo-se em pequenas plantas, muita parecidas ao milho e já com um ou

dois centímetros fora do solo. Fiz preparar, então na minha Granja, pequeno espaço de terra, com uns 20 metros por 50, de acôrdo com as indicações que havia obtido, e nele plantei tôdas as sementes de "Feterita" que recebera de Montevidéu.

Ocorreu, então, como que um verdadeiro milagre, porquanto tenho a impressão de que nenhuma só das sementes falhou, e, dentro de um mês, a pequena plantação, que se desenvolvia perto de um milharal (sementes de milho híbrido), estava mais forte e crescida do que êste, medindo cêrca de vinte a trinta centímetros de altura.

A "Feterita" é uma gramínea anual, pertencente à família dos sorgos e tem como já disse, estreita parecença com o milho, caracterizando-se, segundo a literatura que obtive sôbre o assunto, pelo seu elevado rendimento em matéria verde e quantidade extraordinária de sementes. A esta altura, transcorridos sete meses do seu plantio, já tive oportunidade, também, de colher sementes, que igualmente, todos os espécimes acima referidos ingerem puras ou de mistura com outras forragens, incluindo-se as galinhas no número dos que a consomem com grande voracidade.

Conforme já acentuei, plantada nas proximidades de uma pequena lavoura de milho híbrido, até hoje não são poucos os agricultores que, ao se defrontarem com o terreno onde nasceu a "Feterita", confundem-na com aquele outro produto da lavoura.

No Sul do país, como no Uruguai, isto é, nos climas frios, a época mais adequada para plantar a "Feterita" vai de outubro a novembro, porque, antes disto, com a caída das geadas, a planta sofre muito no seu desenvolvimento, podendo, mesmo, perecer, se o frio a apanha ainda muito tenra.

Fiz em Petrópolis o plantio nesse mesmo período, levando em conta não só a estação de águas, mas, também, a circunstância de que estaríamos na época cálida do ano, sem os riscos portanto, de ser a gramínea em aprêço prejudicada pelas baixas temperaturas. Verifiquei, com a minha experiência, que a "Feterita" é uma forragem adequada ao seu consumo verde, podendo dar, realmente, uns três cortes por ano, afora o aproveitamento da semente que não estou ainda fazendo consumir como forragem, porquanto pretendo, em futuro próximo, desenvolver bem a sua colheita, e cedê-las a agricultores interessados, como eu, na solução do grave problema da alimentação, sobretudo, do gado leiteiro no tempo das sêcas.

Em ensaios no Uruguai verificou-se que, depois de colhidas as sementes, pode-se fazer a encilagem da "Feterita", tendo as plantas cortadas, brotado de novo, rapidamente, permitindo em breve prazo a realização de um segundo corte.

Creio que, embora sendo um pequeno agricultor, possuindo uma Granja de exploração leiteira, onde também cuido de uma criação de suínos e de um pequeno porque avícola, afora a exploração da pequena lavoura, fui eu o introdutor da "Feterita" no Brasil, e espero, que, no futuro, possa ufanar-me da iniciativa tomada, seguindo os salutares exemplos a que já me acostumei, desde a minha juventude, quando, em minha terra natal — o Rio Grande do Sul, assistia ao apuramento dos rebanhos gaúchos, graças à cooperação dos criadores da adiantada República do extremo sul do nosso Continente.

FOMENTO E ASSISTENCIA À TRITICULTURA

O Dr. Itagiba Barçante, chefe do Serviço Nacional de Expansão do Trigo, de passagem por Pôrto Alegre, em novembro último, prestou à imprensa as seguintes declarações: "Minha viagem ao Rio Grande do Sul tem como objetivo primordial a resolução de vários problemas relacionados com a última safra de trigo que, como se sabe, foi das mais expressivas e auspiciosas de quantas se tem notícias. A colheita, o escoamento e a colocação dos excedentes, os transportes, o financiamento — são algumas das questões que procurei solucionar nesta minha visita ao Rio Grande do Sul". Falou a seguir sôbre os planos para o escoamento rápido e eficiente da presente safra, a fim de assegurar o mais perfeito êxito a esta etapa decisiva da campanha em favor do trigo nacional. Mais adiante diz textualmente: "No plano referente à criação da taxa de compensação do trigo importado destacam-se a fomentação e a indicação de preços, o que já foi entregue pelo Ministério ao Presidente da República, com a finalidade de ser encaminhado ao Congresso Nacional, posto que sua execução depende da aprovação prévia do Parlamento. Trago, entretanto, outro plano para escoamento da safra, cujas bases são altamente favoráveis aos triticultores e moageiros do Rio Grande. Esse plano depende da aprovação do Legislativo e será posto em execução imediatamente, conforme exporei pessoalmente aos interessados. Minha viagem foi retardada porque pretendia trazer ao Rio Grande do Sul medidas concretas e eficientes para o maior êxito da lavoura do trigo."

O MOMENTO NACIONAL E A MOBILIZAÇÃO DOS CAMPOS

A agricultura será sempre a fonte perene de todos os nossos recursos. Entretanto, as condições sociais e econômicas da produção agro-pecuária experimenta modificações profundas nos últimos anos.

A mais elementar prudência aconselha volvermos sem perda de tempo a atenção carinhosa para aqueles que, isolados dos centros civilizados, vivem do labor da terra.

No complexo das condições que formam a atividade brasileira, dentro do panorama do mundo convulsionado pela guerra, devemos traçar as seguras diretrizes da nossa política agrária. Essas diretrizes terão que resultar do conhecimento profundo do meio social-econômico de cada região do país. O Brasil oferece, nesse particular vasto campo para investigações.

Assistimos por vêzes a produção dos campos não se desenvolver em ritmo acelerado ou mesmo decrescer, o que se deve atribuir ao fato do esfôrço de produzir não ser devidamente remunerado. E' fenômeno curiol entre nós, mesmo nas proximidades dos grandes centros de consumo, os produtos agro-pecuários serem oferecidos por preços irrisórios ou não encontrarem colocação e isso acontece pelo fato de reinar a desordem nos mercados distribuidores.

Desconhecemos o custo-produção dos múltiplas manifestações do trabalho nacional, muito principalmente na agricultura, resultando dêsse acontecimento a estagnação das zonas produtoras. A sobrecarga de impostos e fretes é de tal ordem que pouco ou nenhum lucro pode alcançar o produtor. A verdadeira politica econômica, terá que residir no aperfeiçoamento e organização da produção, qualquer que seja, para propiciar lucros. Do modo de encaminhar êsses lucros derivará a capacidade produtiva do país, trazendo o bem estar das populações. Ao poder público compete manter contáto estreito com as classes produtoras procurando remediar as dificuldades que as assaltam, prevendo eventualidades que possam comprometer a evolução econômica.

O Brasil sempre teve na agricultura a base da sua riqueza. Admite-se havermos entrado no "ciclo industrial". Se tal fato pudesse ser verdadeiro, não deveriamos ver a agricultura relegada a plano secundário ou descuidada da atividade dos brasileiros. Grave êrro estariamos cometendo se tal circunstância pudesse sobrevir. A firmeza da economia nacional residirá, antes de tudo, no aproveitamento dos recursos potenciais fundados na riqueza agrícola, animal e mineral.

Carecemos, é certo, das chamadas "indústrias de base", para que possamos aproveitar convenientemente nossos recursos naturais e, principalmente, as matérias primas contidas em nosso território.

Não é apenas na fase industrial intensiva que os povos podem alcançar o desejado enriquecimento e bem estar. No caso do Brasil, por exemplo, teremos que considerar o sentido de sua civilização. E' um país de grande território, em que a agricultura poderá desenvolver-se vantajosamente. A agricultura, a pecuária e a mineração representam fôrças valiosas que, conduzidas com segurança, são capazes de proporcionar elementos de riqueza, constituindo bases seguras para a industrialização. Precisamos promover a "industrialização" mas de modo equilibrado, de mãos dadas com outras atividades, sem esquecer, acima de tudo o desenvolvimento do mercado interno, "a mais sólida garantia do progresso nacional".

Na grande massa da população que vive no interior do país, de baixa capacidade aquisitiva, vivendo no desconforto, é onde reside o mais grave problema sociológico e econômico do Brasil.

Feito o confronto desconcertante do nível de vida entre os habitantes da cidade e da população dos campos depara-se-nos a gravidade de uma intensa "industrialização" citadina.

Qualquer programa de govêrno terá que atentar no complexo de causas econômicas, financeiras e sociais que recaem sôbre a agricultura brasileira, estudo a se realizar mediante pesquisas nas próprias zonas produtoras.

Em vastas extensões do território nacional prevalece o primitivismo dos métodos de exploração das riquezas naturais. Nelas se terá de aplicar métodos econômicos, agrícolas e industriais adequados, de modo a se criarem valores econômicos e huma-

nos, e, portanto, civilização. Potencial de riquezas, adormecidas ou mal exploradas, exigirá "programa definitivo e sistemático", em que o fator industrial terá papel estabilizador de indubitável valia econômica e social. Só assim, poderemos incorporar à economia nacional extensas regiões abandonadas ou mal exploradas.

Diz-se que o Brasil sofre de crise de produção. E' essa uma afirmativa que não deve ser levada à conta da incapacidade de nosso povo para produzir. Já tem demonstrado o contrário, em várias oportunidades, sempre "que não falte a remuneração ao trabalho do agricultor ou criador".

Com a guerra, ficaram evidenciadas graves falhas no abastecimento do mercado interno, por falta de meios de transporte, e que só poderão ser vencidas criando-se "zonas abastecedoras em derredor dos grandes centros populosos", com a subdivisão da propriedade territorial e o auxílio do crédito agrícola, de modo a favorecer a policultura.

Está fora de dúvida que temos de colocar nossa agricultura e nossa pecuária em bases mais estáveis e proporcionar maior compensação econômica ao agricultor e ao criador. E' o Brasil o país detentor da maior área livre nas regiões tropical e subtropical, necessitando organizar-se para enfrentar a concorrência de outras regiões onde o trabalho é mais barato e a colocação da produção está garantida pelas metrópoles.

Na hora presente, a "política agrária" está a exigir a atenção vigilante dos brasileiros por seus reflexos sensíveis na ordem social.

Em consequência das condições criadas pelos meios de transporte, aproximam-se os povos e só podem vencer na concorrência os melhor organizados técnica e economicamente. Causas múltiplas entorpecem a renda agrícola entre nós, podendo-se destacar: a falta de experimentação agronômica em maior escala; do ensino profissional agrícola, ainda mal difundido; do crédito agrícola, precisando ser melhor ajustado às condições do meio rural; do cooperativismo, que só nos últimos anos se tem desenvolvido; da aperfeiçoamento da padronização agro-pecuária; do estudo pedológico dos nossos solos; da adubação orgânica e mineral; da necessidade da mais rápida substituição do trabalho manual pelo mecânico elevando-se a capacidade per-capita do trabalhador rural; do aperfeiçoamento dos métodos de beneficiamento e conservação dos produtos agro-pecuários; do desenvolvimento da tecnologia agrícola aplicada; da irrigação; do reflorestamento; da defesa sanitária vegetal; da estatística agrícola em moldes seguros; do aperfeiçoamento e da defesa dos rebanhos; enfim, falta-nos ainda um aparelhamento que, "ajustado às realidades das várias regiões", garanta a prosperidade econômica do país.

E' a agricultura que cabe resolver o problema do "pauperismo" de que tanto se começa a falar entre nós, ela, que, por êsse motivo, em todos os tempos, constituiu a preocupação máxima da humanidade.

Historiando a presença da fome no mundo, Semjenow mostrou que a mesma só tem ocorrido onde a classe rural vive mergulhada na ignorância. Enquanto os povos primitivos atribuiam a causas supersticiosas os males que lhes advinham da pobreza das colheitas, os povos cultos, graças à ciência, encontram na técnica agronômica o meio de alcançar a abundância e a prosperidade. "Foi o milagre das escolas agronômicas."

A profecia feita por Malthus de fome na Europa não se realizou graças a Liebig, grande gênio da ciência, que tornou possível a adubação mineral; como mais tarde com Mendel, tivemos o conhecimento das leis da hereditariedade, que deu origem à genética, ciência maravilhosa que nos veio facultar seguros melhoramentos das plantas e dos animais.

Coube à "ciência" proporcionar meios de, sem se destruir a "fertilidade das terras", conseguir o abastecimento das populações humanas. O que acontece nos países velhos, com suas populações em crescimento e garantidas contra a fome, também ocorre nos países novos, onde a ciência torna possível resolverem-se os problemas da produção vegetal e animal.

As variedades de plantas, com as espécies animais, são criadas de acôrdo com o clima e o solo das regiões, obtendo-se notáveis transformações econômicas da agricultura em qualquer região.

E' na produção dos campos que encontraremos os alimentos com que acudir às populações, robustecendo a nacionalidade.

A frase de Napoleão "os exércitos marcham sôbre estômagos" poderá ser extendida a tôdas as nações livres.

O Cooperativismo no Brasil e no Mundo

por FÁBIO LUZ FILHO
Presidente do C. N. E. C.

Poderia definir-nos o que, doutrinàriamente, se entende por cooperativo?

— Já defini o que seja a cooperativa em livros sucessivos.

Sua exata conceituação é esta: uma organização voluntária privada de utilidade pública, sem fins de lucro, e que visa à prestação de serviços ou à satisfação de necessidades. Como sociedade de pessoas e não de capitais, difere, substancialmente, das sociedades de cunho capitalístico, cujo objeto único, cujo **leit motiv** é o lucro, essência do fenômeno mercantilista.

Poderíamos dizer, como LAVERGNE, que é um socialismo econômico que não subverte as liberdades públicas nem as liberdades privadas, de vez que respeita a dignidade da pessoa humana, credo político, sua raça, sua religião, sua nacionalidade, dentro de um rígido critério de neutralidade, uma das regras de ouro rochdalianos.

Não tivesse tido o cooperativismo moderno seu berço em Rochdale, na Inglaterra, promanado do gênio de 28 tecelões de idéias políticas e credos religiosos diferentes, mas solidários na ação econômica impertérrita e suas discriminações...

Alguém já disse, com justeza, que o Cooperativismo vem modificando as formas econômicas da sociedade como uma fôrça interna que operasse dentro do mesmo processo histórico. O avanço do cooperativismo opera-se nas consciências, o que vale dizer que o cooperativismo, como prática, cresce, adaptando-se às possibilidades técnico-econômicas de cada país, e, como idéia, se difunde mediante a educação popular.

"Uma cooperativa funciona quando amadurecem as condições sociais propícias e quando um grupo de homens livres se convencem de que estão aptos a organizar espontâneamente e dirigir sua própria produção, consumo e crédito. Nem utopias, nem violências. Assim surge a Cooperativa como um órgão cujos fins são eliminar a exploração, o desperdício inútil, o regime fundado na desordem do lucro individual?

E' a Cooperativa uma miniatura da república, onde cada sócio tem direito a um voto e onde os lucros são repartidos na justa proporção em que se consome o produzido, constituindo uma das concepções fundamentais dentro do progresso econômico das sociedades modernas.

A lei brasileira, com muito acêrto, considera a cooperativa uma sociedade de "forma jurídica **sui generis**".

Pelos seus fundamentos doutrinários, como se vê, o cooperativismo é uma doutrina sócio-econômica-moral que visa a uma renovação da ordem econômica através de uma lenta e perseverante ação pacífica. Consumidores e produtores se reúnem em organizações distintas ou comuns, legal e juridicamente **"sui generis"** para defesa de interêsses homogêneos, numa prestação de serviços a preços módicos e não objetivando o lucro intermediário. Objetiva a **economia do serviço** e não a **economia do lucro.**

São as cooperativas, um só tempo, **associações e emprêsas**: cujo clima propício é a liberdade, reeditando a velha sentença de **Stuart Mill**: o progresso só é compatível com a maior soma de liberdade e espontaneidade. Sem adesão voluntária não existe cooperativismo, e, sem autonomia, transforma-se ele, de laboratório de cidadania, em mera arma de compressão estatal.

Como **associações** visam a princípios superiores de ordem social e moral, donde seu caráter universalista; como **emprêsa**, são um instrumento de índole prática com objetivos econômicos visando à satisfação de necessidades: consumo, produção, crédito e seguros, formas fundamentais. Dêstes tipos orgânicos nasceram tôdas as demais formas hoje conhecidas, tornando multifória a flora cooperativa.

Daí irem ao infinito as modalidades da ação cooperativa, abraçando todos os setores vitais da órbita econômica e social, transcedendo para a esfera internacional, levando consumidores e produtores a íntima articulação, para que em suas mãos fique, pelo menos, grande parte do processo econômico, com a eliminação ou a atenuação dessa infinita e conhecida rêde de intermediários e o alcance das fontes de produção agrícola e industrial.

Doutrinàriamente visa a **abolição do lucro** da vida econômica ou ao **justo preço,** dentro dos cânones rochdalianos tão luminosamente corporificados por **Charles Gide.**

— E têm êste sistema econômico-social, mesmo após os impactos da Grande Guerra, conseguido manter-se?

— Perfeitamente. Antes, durante e depois do ciclone apavorante, que novamente ameaça o mundo, manteve o movimento cooperativo seu imponente tono, como, naturalmente, as depressões compreensíveis durante os períodos áureos do mussolinismo, do nazismo e das invasões bélicas toladoras.

Ultimamente, **Emil Lustig,** o ilustre representante da Cooperativa Forbundet, de Estocolmo, com dados concretos frizou, na conferência que realizou sob os auspícios do **Centro Nacional de Estudos Cooperativos**, de que sou presidente, não só a gigantesca projeção dessa grande federação de consumo, como a posição que ocupa no quadro econômico dessa supercivilizada nação, que pode considerar-se, com a Dinamarca, o "reino da razão"...

Para ressaltar um dos aspectos mais luminosos da ação do cooperativismo sueco, basta dizer que todos os cooperadores têm seguro de vida gratuito feito pelo Forbundet. O nosso arroz (a **Forbundet** importa vários produtos nossos, como arroz, café, cacau, etc.) é vendido nos armazens cooperativos suecos filiados à Forbundet por preços inferiores aos que vigoram no Brasil! E' isto prova concludente da excelência de um sistema quando vive em clima de liberdade, de respeito a normas doutrinárias universais. A obra de educação geral e a de educação cooperativa que realiza não tem similares no mundo.

E' a educação o pilar granítico de todo êsse pujante e belo movimento sueco.

À conferência de **Emil Lustig,** o **Centro Nacional de Estudos Cooperativos** irá publicá-la brevemente, já tendo lançado na livraria o **"Temas cooperativos"**, uma série de 10 conferências, uma delas de

minha autoria sob o título — **"Considerações em tôrno da Escola de Nimes"**, na qual expanho com minúcias os princípios doutrinários de cooperativismo livre, e sua posição em face do Estado e das doutrinas totalitárias da direita e da esquerda. O mesmo fazem outros companheiros de cruzada

— **E no Brasil?**

— O movimento cooperativo, excluído o pujante movimento das caixas rurais do tipo raiffeiseano que datam de 1902, nos prósperas e disciplinadas colônias de origem alemã do Rio Grande do Sul, pode dizer-se que teve início, em bases econômicas definitivas, em 1926, e, em teses legais lídimos, em 1932, com a promulgação da lei 22.239, a qual está em vigor depois de revogada e revigorada várias vêzes, ao influxo de situações políticas, ideologias e até pontos de vistas pessoais de ministros e diretores do Ministério da Agricultura.

Cabe oficialmente, por lei, ao **Serviço de Economia Rural**, do Ministério da Agricultura, a organização, a assistência e a fiscalização do cooperativismo no Brasil. Está êste órgão, entanto, desaparelhado de tudo, com técnicos capazes mas em número reduzido e sem o devido estímulo, de vez que trabalham há 16 anos com ordenados de serventes, apesar de nossos constantes apêlos aos responsáveis, inclusive às alcandoradas cátedras do D.A.S.P.

O **Serviço de Economia Rural**, no qual dirijo há anos a **Seção de Propaganda e Organização des Sociedades Cooperativas**, vem fazendo o que lhe é possível em matéria de organização, propaganda e assistência, fundando cooperativas, imprimindo milhares de folhetos que eu mesmo elaboro, etc., etc.

À **Seção de Registro e Fiscalização de Sociedades Cooperativas** cabe as funções que o seu nome indica.

— **Do ponto de vista prático, qual o atual panorama brasileiro?**

— Poderia ser melhor se, com o auxílio dos departamentos estaduais de cooperativismo, outros recursos existissem. Numerosos fatores influem nisso: leis sucessivas num longo regime político ditatorial, ao qual se deve a lei 22.239, mas na qual também se mudava de leis como se mudasse de camisa; intervenções abusivas através de comissões executivas, com planejamentos coercitivos; desaparelhamento quase completo do órgão federal e dos estaduais criados para a organização, a propaganda, a assistência e a fiscalização das cooperativas, tornando impossível a disciplina de um instituto que tem características novas para um meio rural primário e misoneista e meios urbanos, como todos os meios citadinos, cheios de aproveitadores; falta de consciência cooperativista da parte até dos dirigentes mais esclarecidos de grandes organizações cooperativas; luta com a pressão do intermediarismo, a voracidade fiscal; a falta, pelo relativamente pequeno lapso de tempo decorrido (pràticamente em 1926 é que os poderes públicos deram maior atenção e impulso definitivo ao cooperativismo, o que culminou com a lei 22.239, em 1932, de uma sedimentação de noções básicas e de preparo de elementos dirigentes capazes, pelos fatores complexos apontados, entre os quais a incultura e a incompreensão generalizadas, até nos meios do oficialismo (onde a indiferença e o derrotismo não deixam de campear); a falta de órgãos privados de ação cultural, como os que agora estão surgindo, — o **Centro Nacional de Estudos Cooperativos** e a **Faculdade Livre de Cooperativismo de S. Paulo**, etc. a desinterêsse das federações pelo aspecto educacional; o âmbito de ação ainda restrito, pela falta de dotação orçamentária compatível, da **Caixa de Crédito Cooperativo**, órgão de crédito especializado em suas varias modalidades, inclusive o crédito agrícola a juros baixos e prazos longos e à porta do lavrador agremiado em células econômicas locais — as cooperativas, assim como o crédito acessível a outros tipos de atividades cooperativadas dentro de normas específicas;

Não obstante tudo isto, já se aproxima da cifra dos 4 000 o número de cooperativas brasileiras, registradas no Serviço de Economia Rural, de várias espécies de tipos

A organização cooperativa dos hervateiros sulinos e de Mato Grosso é uma das grandes realizações do **Serviço de Economia Rural**. A última é a fixação de colonos italianos em Poroti, no E. do Rio, em lídimas bases de um cooperativismo integral. Aí, localizar-se-ão 1 500 famílias.

Para não alongarmos mais a presente entrevista, resumo, em algarismos a pujança do movimento cooperativo gaúcho, o Estado pioneiro, o mais expressivo do Brasil, pela variedade, pelo respeito aos princípios do sistema cooperativo, e por ter à mão dados recentes

Lamento não possuir dados tão recentes relativos a S. Paulo e ao Estado do Rio, dentre outros

Possuidor de 332 cooperativas até dezembro de 1949, o Rio Grande do Sul apresenta os seguintes algarismos, que bem revelam o seu grau de desenvolvimento cooperativo: número global de associados: 107.497; capital subscrito em cruzeiros ...... 167.647.497,90; capital realizado: .... 126.977.784,30; imobilizações 156.088.329,90, estimativa de bens para 47 caixas rurais: ...... 419.428.000,00, caixas filiadas a uma federação em Porto Alegre, estas com depósitos ,em dezembro de 1949, de 187 330 120.92 cruzeiros; empréstimos no valor de 133 981 637 81 e associados em número de 23.373.

E' o que poderia dizer ràpidamente sôbre o movimento cooperativo nos seus fundamentos doutrinários e em suas realizações no mundo e no Brasil, de seus esplendores e de suas deficiências e amarguras

As perspectivas oficiais quanto a uma modificação radical nêsse estado de coisas não nos parecem otimistas, de vez que do próprio **Plano Salte** foi eliminada a reestruturação que criava o Departamento Nacional de Cooperativismo, imperativo de situação e reclamada desde 1944 pelo **Primeiro Congresso Nacional de Cooperativismo**, realizado em S. Paulo

E a politicalha, infelizmente, mais do que nunca, faz sua calamitosa infiltração nas cooperativas, com mais virulência no norte do país. Os cargos de direção dos órgãos oficiais específicos, dada a complexidade das tarefas que lhes são afetas, nunca ficam nas mãos de pessoas que sejam dedicadas ou especializadas, ou possam ou queiram dedicar-se a assuntos dessa natureza, e a dar-lhes o ardor de seu entusiasmo construtivo; as dotações orçamentárias são insuficientes para o vulto dos problemas, etc

Em todo o caso, não há males que vêm para bem já começa o movimento a compreender que deve bastar-se a si mesmo e dispensar ao pouco as muletas oficiais, o Estado onisciente e onipresente tutelor, pai de todos, paternalistas, etc.

Já se agremiam estudiosos, simpatizantes, interessados e militantes em tôrno de entidades culturais privadas tais como o **Centro Nacional de Estudos Cooperativos**, de que sou presidente, fundado em julho de 1949, com várias seções em vários Estados, o **Centro de Estudos Cooperativos do Rio Grande do Sul** cuja fundação é anterior ao do Centro Nacional (que deveria ter sido fundado em 1944); outro autônomo em Pernambuco e, finalmente a **Faculdade**

Livro de Cooperativismo de S. Paulo criada recentemente.

O **Centro Nacional do Estudos Cooperativos** está triunfante, já tendo, como disse, promovido uma tertulia de que partiparam 10 conferencista, cujos trabalhos estão reunidos em livro que acaba de ser lançado nas livrarias do país, seguindo-se-lhe a conferência de **Emil Luxtig** e, depois, o primeira inquérito realizado, no gênero, no Brasil, focando aspectos inéditos do movimento brasileiro.

O Centro do Rio Grande do Sul anualmente realiza uma semana cooperativista e mantém atividades culturais.

A Faculdade de S. Paulo é nova; mas, dela esperam todos uma profícua atuação.

(De uma entrevista concedida a um jornal carioca).

XVII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados

OTTO FRENSEL
Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura

ESPECIAL PARA "A LAVOURA"

Atendendo a um convite que, em nome do Sr. Dr. Américo René Gianetti, Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais, nos dirigiu, em 25 de setembro p.p., o Sr. Dr. Joaquim Fernandes Braga, Superintendente do Departamento de Produção Animal, daquela Secretaria, assistimos, de 20 a 25 de outubro p.p., aos trabalhos da XVII.ª Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, realizada no Parque da Gameleira, de 21 a 28 de outubro p.p., em Belo Horizonte — a bela capital mineira.

O ato inaugural da Exposição foi presidido pelo Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Antônio Novais Filho, representando o Sr. Presidente da República e pelo Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Milton Campos. Ambos pronunciaram brilhantes discursos, encarecendo a importância da Exposição e as suas finalidades e vantagens. Compareceram, também, o Sr. Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Carlos Lindenberg, Secretários de Estado, altos funcionários federais, estaduais e municipais e técnicos, além de grande massa popular.

Tivemos, assim, ensejo de assistir e mesmo participar de algumas reuniões e comissões. A principal foi a 21.ª Assembléia Geral Ordinária do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais, o qual, a fim de prestigiar a Exposição Nacional e facilitar aos industriais de laticínios de visitá-lo, resolveu transferir a sua habitual reunião mensal para o dia 22 de outubro p.p. Como é conhecido, êste Sindicato realiza, rigorosamente no dia 10 de cada mês, uma reunião em sua bem instalada sede à Rua Carijós, 774 - 1.º, salas 4 e 5, em Belo Horizonte. Desde a fundação dêste Sindicato e grande órgão de classe, em 20 de setembro de 1948, assistimos, com não menor pontualidade, as suas referidas reuniões mensais.

A referida reunião teve lugar, portanto, em 22 de outubro p.p. na Biblioteca do Departamento de Produção Animal, da Secretaria da Agricultura. Abrindo os trabalhos, o Sr. Rubens Palhares, Presidente do Sindicato, convidou o Sr. Dr. Américo René Gianetti, Secretário da Agricultura, para presidir os trabalhos daquêle dia. Assumindo a presidência, sob uma viva salva de palmas da grande e seleta assistência, S. Excia. convidou para fazerem parte da mesa os Srs. Dr. Renato Ramos de Farias, Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura e conhecido técnico laticinista, bem como os Srs. Dr. Sílvio Barbosa, Secretário da Viação do Estado; Joaquim Fernandes Braga, Superintendente do Departamento de Produção Animal; Nelson Barcelos Maia, Diretor da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e J. J. Carneiro Filho, Inspetor Chefe da Inspetoria Regional em Belo Horizonte, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura.

Estavam presentes muitos dos nossos mais destacados técnicos laticinistas, funcionários federais e estaduais e industriais de laticínios. Entre os técnicos mais destacados notamos os Srs. Dr. José Assis Ribeiro, Jaime Mota Nelson, Carlos A. Lott, professor da FELCT, e muitos outros, cujos nomes não nos ocorrem agora. Assistimos a todos os trabalhos, representando a Sociedade Nacional de Agricultura, o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Rio de Janeiro, e o "Boletim do Leite".

Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Rubens Palhares, Presidente do Sindicato, o qual pronunciou brilhante discurso, enaltecendo a figura do Sr. Secretário da Agricultura e a assistência que o mesmo tem concedido, mui justamente, aos laticínios mineiros. Falou a seguir das atividades do Sindicato e dos anseios da calsse.

Falou a seguir o Sr. Dr. Carlos Alberto de Campos Motta, Diretor da Divisão de Indústrias do D. P. A., esclarecendo os trabalhos que a Seção de Leite e Derivados, da-

quela Divisão está realizando na organização e fomento da produção laticinista do Estado, sob a competente orientação do conhecido técnico laticinista mineiro, Sr. Jaime Mota Nelson.

A seguir usou da palavra o Sr. Dr. Joaquim Fernandes Braga, Superintendente do D. P. A., falando sôbre a organização da XVII Exposição Nacional, bem como sôbre os temas já discutidos em diversas reuniões de técnicos. Além de encarecer tais trabalhos, aos quais ainda nos vamos referir mais adiante, S. Excia. sugeriu a conveniência da realização anual de uma Exposição Estadual de Leite e Derivados, bem como de Gado Leiteiro.

Pediu a palavra o conhecido industrial laticinista, Sr. Gumercindo Ferreira Pinto, o qual expôs vários assuntos de grande atualidade, sobressaindo: a assistência ao pequeno produtor, o transporte, o ensino técnico especializado, o crédito, etc.

Falou, então, o Sr. Dr. Américo René Gianetti, o qual, em brilhante improviso, apreciou, com grande conhecimento de causa, não só os problemas apresentados, mas produziu, com admirável clareza e entusiasmo, uma longa e minuciosa exposição sôbre as medidas que o Govêrno vem adotando para conseguir as soluções almejadas, sobressaindo as realizações presentes e futuras do Plano de Recuperação Econômica e de Fomento da Produção. Ouvido com grande interêsse por todos os presentes, foi S. Excia., ao findar, brindado com uma grande e justa salva de palmas.

Como orador seguinte, o Sr. Dr. Renato Ramos de Farias produziu um brilhante discurso no qual focalizou com grande felicidade todos os problemas ventilados, fazendo ressaltar a ação do Ministério da Agricultura e, notadamente, do D. N. P. A. Fez várias e oportunas recomendações aos industriais de laticínios, inclusive quanto a adoção de uma marca de origem para tôda a manteiga e outros produtos derivados do leite, a exemplo do que se faz nos mais adiantados países laticinistas.

Referindo-se aos trabalhos já iniciados no correr da Exposição, o Sr. Dr. Américo René Gianetti propôs a constituição de uma Comissão para estudar as proposições apresentadas e elaborar os necessários anteprojetos de lei e regulamentos que se tornarem indicados. Foi; então, designada a seguinte Comissão: — Armando Massière, Carlos Alberto de Campos Mota, J. J. Carneiro Filho, Jaime Mota Nelson, Joaquim Fernandes Braga, José Assis Ribeiro, Oto Frensel, Rubens Palhares e Sebastião S. Ferreira de Andrade.

A seguir o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dessa reunião.

Os trabalhos primordiais da referida Comissão serão:

1) organização da legislação e regulamentação da inspeção e fomento da produção de leite e de produtos derivados no Estado;

2) organização da legislação e regulamentação, referentes à realização de Exposições Estaduais de Leite e Produtos Derivados, conjuntamente com Exposições de Gado Leiteiro, de Concurso Leiteiro, de Ordenhadores, Material para Indústria, etc.

Ao entrarmos na apreciação franca e leal da Exposição pròpriamente dita, devemos confessar que achamos a mesma, quanto ao leite e seus derivados, bem fraca, apesar dos entusiásticos esforços de seus organizadores. Certamente as recentes eleições, contribuiram para a falta de comparecimento de muitos elementos, dos mais valiosos, que nunca deviam faltar em oportunidades, como a presente. Fazemos, entretanto, votos para que as lições dêste certamen, bem como os estudos feitos pelos técnicos presentes, sirvam de melhor guia para as próximas realizações.

Encontramos um pavilhão dedicado a máquinas para indústria de laticínios e outras, correlatas, para utensilios, etc., na qual diversas das mais importantes firmas especialistas apresentaram "stands" bem interessantes e, alguns, até mesmo bastante impressionantes. Causou-nos a melhor impressão a adiantada indústria de máquinas do Estado de Minas Gerais, a qual apresentou ótimas máquinas para a indústria de laticínios para diversas finalidades. A apresentação mais impressionante foi, sem dúvida, uma instalação piloto (tipo de laboratório) para a produção de leite em pó (ou de outros produtos desidratáveis), a qual funcionou, com pleno sucesso, diversas vêzes na presença de elevado número de interessados. Trata-se de uma instalação de conhecida fábrica dinamarquesa.

O concurso das vacas leiteiras foi fraquissimo, pois, de 18 animais inscritos, apenas apareceram 6.

Resta, ainda, a Seção de Leite e Derivados da Exposição. Também aqui a concorrência foi fraca e organizada à última hora. Os expositores que apareceram e, notadamente, aqueles que não trepidaram em

aguardar, pessoalmente os resultados dos julgamentos, merecem, entretanto, os nossas sinceras felicitações. Foram poucos, mas dos melhores. A Comissão Julgadora esteve composta dos conhecidos técnicos: Alfred Beck Andersen, J. J. Carneiro Filho e José Assis Ribeiro. Como consôlo para todos nós, temos, entretanto, o grato prazer de ressaltar o esplêndido e muito bem organizado "stand" da Fábrica-Escola de Laticínios "Cândido Tostes". Ocupando uma sala separado, o FELCT apresentou com grande clareza e habilidade, não só a grande variedade dos seus ótimos produtos industriais, mas, também, aspectos literários e fotográficos da notável organização que ela é para a maior glória de Minas Gerais e do Brasil. Êste ótimo e impressionante trabalho o FELCT e os visitantes ficaram devendo aos Professores Carlos A. Lott e Cid Maurício Stehling, os quais, sob a competente e marcante orientação do seu diretor, Sr. Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade, se mostraram, incansáveis na tão feliz organização do "stand" e no tratamento do numeroso público que acorreu em visitá-lo. Estão de parabens todos os nossos amigos da FELCT e sentimo-nos orgulhosos de nosso qualidade de "felctiano honorário" — o maior distinção que merecemos até hoje em nosso longa e árduo campanha em prol dos laticinios brasileiros.



Para que servem as indústrias Rurais

AMAURY H. DA SILVEIRA
Eng. Agronômo

As indústrias rurais, também conhecidas por indústrias agrícolas, são indústrias que lançam mão de matéria prima fornecida pela agricultura, transformando-a na própria fazenda.

E para que servem as indústrias rurais?

1. As indústrias rurais servem para aproveitar a matéria prima inexgotável que provem da agricultura e pecuária. Cereais, frutas, hortaliças, carnes, leite, etc. produzidos no meio rural carecem de aproveitamento que só a indústria, com suas múltiplas transformações, é capaz de utilizar.

Assim, a industrialização de *cereais* nos dá amidos, farinhas, conservas, vinagres, cervejas e outros produtos.

A industrialização de *frutas* nos permite obter: sucos, geléias, xaropes, marmeladas, frutas sêcas, frutas cristalizadas, compotas, *vinhos, licores, aguardentes* e *vinagres*.

A industrialização de *hortaliças*, por sua vez, nos oferece: grãos sêcos, farinhas, picles, conservas, doces, etc.

E por fim, a industrialização de *carnes*, peixes e derivados nos fornece: produtos salgados, dessecados, defumados, refrigerados, conservas, produtos em óleo ou gordura, escabeche, pastas, farinhas, etc.

Fica, portanto, demonstrado fartamente que não nos falta matéria prima e nem variedade de produtos para as indústrias rurais.

2. As indústrias rurais servem para evitar a superprodução, permitindo ao fazendeiro a franca produção e a estabilização do preço, porque se produzir um excesso ou não obtiver bom preço pode transformá-lo num produto industrializado de maior valor econômico que o produto em espécie.

Dêste modo, poderá plantar laranjeira em profusão porque se a laranja não der bom preço, o agricultor irá transformá-la em *vinho, vinagre* e *aguardente*.

Poderá plantar *mandioca*, sem temer superprodução, porque a raiz, mesmo em pequena escala, pode ser transformada em *polvilho, farinha* de *mesa, raspas, farinhas* de *raspas, tapioca, beijú* e *aguardente*.

Poderá cultivar tomates em abundância porque o excesso será transformado em *massa de tomate, môlho de tomate* e *geléia*.

E muitos outros exemplares citariamos, se não bastassem os que aí ficam para convencer o homem do campo que, onde se praticam indústrias rurais não há perigo de superprodução.

3. As indústrias rurais servem para resolver o problema da conservação de produtos agrícolas que normalmente se estragam dentro de poucos dias, pois êles serão guardados ou transformados, utilizando-se os recursos da indústria.

E, voltariamos a citar os exemplos do *tomate* e da *mandioca* que depois de uma semana apodrecem e azulejam respectivamente, tornando-se imprestáveis para o consumo.

As *jabuticabas* entram em fermentação de um dia para outro, mas prestam-se admiravelmente ao fabrico de *geléia, licor, vinho, vinagre, jeropiga* e *aguardente*.

Os *morangos* em estado natural são de conservação precária, durando poucos dias, mas até na indústria caseira fornecem *sorvete, xarope, geléia, "jam" licor* e *compota*.

O processo de conservação de ovos permite guardá-los perfeitos por período de 6 a 12 mêses, quando sua guarda natural em perfeito estado seria pequena, com a dupla vantagem de obter ovos em abundancia na época de escassês e de poder vendê-los pelo dobro do preço nos meses em que êles são relativamente caros.

4. As indústrias rurais servem para aproveitar tudo da matéria prima, evitando o desperdicio tão comum entre nós.

E para que todos se convençam, vamos enumerar uma dúzia de exemplos onde os resíduos são como que milagrosamente transformados e utilizados na indústria rural.

Assim, na fabricação de cachaça, o aguardenteiro, depois de destilar o môsto, tem ao final do processo um resíduo a *água fraca*, aguardente de baixo teor alcoolico que destila com muita água. Voltar ao alambique nas futuras destilações é melhor que jogá-la fóra. No entanto, melhor ainda é diluí-la até graduação inferior a 10º G. L. e fermentá-la em *vinagre*. Também uma *calda de compota* que sobra ou um *mel de abelha* que fermenta podem ser transformados em vinagre.

Outro aproveitamento de resíduos e o que se pratica transformando os restos gordurosos de *cozinha* e as cinzas do fogão em *sabão* de *decoada* ou *sabão de cinza*.

Na prensagem da massa ralada da mandioca na fabricação de farinha de mesa sái um liquido, do qual o fazendeiro pode extrair cêrca de 5 a 7% de *polvilho*.

Geralmente uma geléia não dá ponto porque falta pectina suficiente, daí obter-se xarope grosso ou então massa "puxenta" ao envés do sólida e gelatinosa. A pectina é o que se pode chamar a alma da geléia, e nem toda fruta tem-na em quantidade suficiente, havendo necessidade de seu acréscimo. E, sabem como obtê-la por processo caseiro? Justamente aproveitando um resíduo — a *casca de laranja*, que normalmente se joga fóra. E já que estamos falando em geléias, convém lembrar que a utilização dos restos, do chamado "miolo" dos caroços da goiaba nos permite conseguir deliciosa *geleia*.

As *cascas* de melancia, melão e abóbora, podem ser transformadas em picles, do tipo doce, muito pouco conhecido entre nós, a despeito de tratar-se de um produto excelente.

O porco é o animal doméstico que mais se presta à industrialização na fazenda. E isto é verdade até com relação aos resíduos. O sangue dá *morcela* ou *chouriço*, os retalhos de carne, aparas, sobras de diversos cortes são transformados em linguiça, e por fim, o esqueleto descaroado, *suão* como lhe chamam em Minas Gerais, dá-nos dois pratos gostosos e originais denominados "queijo" e "pudim" de porco.

E, finalmente, nos laticínios, "industria onde sempre houve grande desperdicio", o fazendeiro ainda encontra margem para rendoso aproveitamento dos resíduos, quer fabricando *caseína* do leite desna-

tado, quer ainda obtendo queijo *Ricotta* do sôro acidificado e aquecido.

5. As indústrias rurais servem para dar maior lucro ao fazendeiro porque os produtos industrializados, descontadas as despesas de fabricação, proporcionam maiores proventos que a venda em espécie. Assim é que na indústria êle pode obter da *cana de açucar*: melado, rapadura, açucar bruto, aguardente, vinagre, etc., produtos todos capazes sózinhos de sustentar uma propriedade agrícola, como realmente acontece ao rapadureiro, banguezeiro, aguardenteiro e outros.

A industrialização do *milho*, cereal que fornece ao fazendeiro: fubás, canjica, canjiquinha e farinha, resolve o problema econômico com vantagem sôbre a venda de grão inteiro.

E a industrialização técnica e economicamente bem orientada dará sempre maiores lucros que a venda do produto agrícola em espécie.

6. As indústrias rurais servem para dar maior confôrto, bem estar e progresso ao meio rural. Em propriedade agrícolas bem administradas e onde não faltam as pequenas indústrias rurais, quase se pode dizer que o fazendeiro independe do meio exterior para o problema da alimentação.

Assim sendo, o agricultor terá *açucar*, quer sob a fórma de melado, quer de rapadura, quer ainda de açucar mascavo.

O lavrador possuirá *álcool*, porque o alambique lhe distilará cachaça (álcool de 54%), e com pequena adaptação conseguirá álcool potável de 93° G. L.. E com o álcool fará bebidas alcóolicas como licores e as jeropigas de frutas.

O fazendeiro conseguirá vinhos e vinagres porque não lhe faltará matéria prima de excelente qualidade para se livrar do "zurrapa" que lhe impinge o homem da venda, ou para deixar de comprar vinagre de álcool "batizado" que lhe fornece o negociante da cidade. Ao homem do campo não faltarão *gorduras* porque temos no Brasil uma infinidade de palmeiras oleaginosas, fornecedoras de óleos e gorduras vegetais comestíveis, e porque o porco lhe fornecerá banha em rama, toucinho e banha derretida. Amidos e féculas em abundância terá o sitiante, por isso que as semente dos cereais e grãos leguminosos, os frutos (banana e fruta-pão), os caules do salgueiro, araruta, e batatinha, as raizes da mandioca e batata doce serão fonte de amidos, e féculas, polvilho araruta, farinha de mesa e de milho, fubá, canjica, canjiquinha, beijú, tapioca, etc. E que sem número de *produtos de conserva* estará apto a fabricar, mesmo na indústria doméstica, para que não faltem suco de abacaxi, cajuina, xarope de maracujá, grenadine, geléia de morango, bananada, goibada, banana, passa, laranja cristalizada, farinha de banana, compota de pêssego, chucrute, môlho inglês, massa de tomate, xarque, linguiça, morcela, salame, presuntos, mixira, piracuí, etc.? E, também, não faltarão ao fazendeiro produtos de leite, porque os laticínios lhe permitirão ter creme, manteiga, queijo e doce de leite.

7. As indústrias rurais, finalmente por tudo isso, servem para fixar o homem ao campo, sendo portanto mais necessárias agora justamente quando se agrava o problema de êxodo rural. De modo que fazer boa campanha em favor do nosso homem do campo no sentido de iniciar ou incrementar sua pequena indústria rural será, a nosso vêr, iniciativa das mais patrióticas.

Conselho Nacional de Economia

A primeira sessão extraordinária — Aprovação do Regimento interno

O Conselho Nacional de Economia realizou no dia 20 de novembro, na Avenida Presidente Wilson, 164, sua primeira sessão extraordinária, sob a presidência do Conselheiro Arthur de Souza Costa, presentes os Conselheiros Edgard Teixeira Leite, Hamilton Prado, Humberto Bastos, João Pinheiro Filho, Luiz Dodsworth Martins e Otávio Gouveia de Bulhões, convocados para o fim especial de tomar conhecimento e votar a redação final do projeto de Regimento, inicialmente elaborado pela Comissão composta dos Conselheiros Otávio Gouveia de Bulhões e Humberto Bastos.

Ao iniciar os trabalhos, o Sr. Presidente submeteu ao Conselho Pleno o projeto de Regimento, o qual, após debates travados e sugestões apresentadas por todos os Conselheiros presentes foi posto em votação e unanimemente aprovado, ficando arquivado no Conselho em documento rubricado e assinado por todos os Conselheiros.

Após a aprovação e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente deu por encerrada a primeira sessão extraordinária às 18,30 horas.

E' o seguinte o texto do regimento interno do Conselho:

CAPÍTULO I

Atribuições e fins do Conselho

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Economia, instituição de iniciativa, sugestões e conselhos, criado pela Constituição Federal em seu artigo 205, regulado pela Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, adota o presente Regimento Interno que dispõe sôbre seu funcionamento e especifica as atribuições dos seus diferentes órgãos.

Art. 2.º — Cabe ao Conselho:

a) opinar sôbre as diretrizes da politica econômica nacional, interna ou externa, por iniciativa própria ou por solicitação dos Poderes Públicos;

b) examinar a situação econômica-financeira do País e sugerir medidas que julgar necessários, considerando os fatos que, pela sua repercussão, possam favorecer ou prejudicar a expansão equilibrada da economia brasileira.

Art. 3.º — Na apreciação dêsses fatos e de seus efeitos econômicos, o Conselho dará especial atenção a correlações específicas, dentre as quais os seguintes:

a) os investimentos da União, dos Estados e dos Municípios e as modalidades de seu financiamento;

b) o vulto dos investimentos, governamentais e privados, em confronto com a disponibilidade de capitais e com a utilização da renda em bens de consumo e serviços;

c) a variação do produto da arrecadação dom impostos federais, estaduais e municipais em relação ao montante e à distribuição da renda nacional;

d) o ritmo do movimento das exportações e importações, e a variação dos preços dos principais produtos de exportação do País comparados com os de outros países.

Art. 4.º — Em decorrência do exame que realizar, o Conselho poderá recomendar aos poderes públicos medidas que favoreçam:

1) o mais adequado emprêgo dos fatôres de produção, visando especialmente aumentar a renda real "per capita";

2) a utilização de recursos, do País ou do exterior, que possam contribuir para melhor regular o volume dos investimentos e do consumo;

3) a seleção de investimentos, na previsão de pronunciados surtos de depressão ou de inflação.

Art. 5.º — O Conselho poderá ainda recomendar outra ordem de medidas com o propósito de:

1) reduzir ou aumentar imposições tributárias;

2) orientar a tributação federal e estadual e municipal em sentido mais fiscal ou mais monetário, com o objetivo de contribuir para liberar ou absorver meios de pagamento, bem como atender a outras finalidades econômicas;

3) regular o crédito, seja na esfera da produção ou na do consumo, seja em diferentes setores econômicos ou em diversas regiões do País;

4) correlacionar a política de investimentos do Estado e das autarquias e, também, a dos govêrnos federal, estaduais e municipais.

Art. 6.º — O Conselho, tendo em vista que o ritmo do progresso do País não depende exclusivamente da expansão equilibrada de sua economia, mas, também, de atuação mais direta na política de investimentos, procederá a permanentes estudos destinados a delinear ou reajustar planos governamentais de desenvolvimento e apresentar sugestões que orientem programas de empreendimentos privados.

§ 1.º — Os planos d desenvolvimento e programas serão baseados em prévio levantamento de dados e em análises da situação econômica e serão preparados com a participação dos órgãos técnicos a critério do Conselho Pleno.

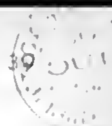
§ 2.º — Na elaboração dos planos reefridos neste artigo, o Conselho ouvirá os diversos setores econômicos do País, governamentais e privados.

Art. 7.º — A fim de conhecer, analisar e opinar sôbre a política econômico-financeira a ser seguida pelos Poderes Públicos, o Conselho disporá dos órgãos técnicos necessários, providos de pessoal selecionado, e se utilizará dos estudos das Comissões Especiais referidos ao artigo 7.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949.

§ 1.º — Os órgãos técnicos usarão dos mais diversos métodos de trabalho e poderão promover:

a) coleta de dados estatísticos e de informações disponíveis, provenientes dos trabalhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos serviços e estudos econômicos do Banco do Brasil, dos Ministérios, das Secretarias dos Estados e das Instituições autárquicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

b) inquéritos econômicos periódicos ou eventuais destinados ao conhecimento dos fatos no nacional ou em certas regiões do País;



c) pesquisas "in loco" para determinados objetivos.

§ 2.º — Os órgãos técnicos e as Comissões Especiais não só procurarão obter, coordenar e interpretar os dados, mas, sempre que fôr oportuno, ou solicitados pelo Conselho Pleno, apresentarão programas de estudos e prepararão relatórios que sirvam de base às conclusões e recomendações do Conselho.

Art. 8.º — Em face do que dispõe o artigo 2.º, parágrafo único, da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, o Conselho poderá:

a) requisitar aos órgãos da administração pública a colaboração de que necessitar;
b) recorrer à cooperação de centros de estudos econômicos existentes no País;
c) promover o aperfeiçoamento de seus servidores em cursos de especialização do País ou no exterior.

CAPITULO II

Relações do Conselho com os Poderes Públicos

Art. 9.º — O Conselho, até 1.º de dezembro, apresentará anualmente ao Congresso Nacional e ao Presidente da República, nos têrmos do artigo 9.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, exposição geral da situação econômica do País, conforme os estudos que vier realizando.

Art. 10 — O Conselho, atendendo ao que dispõe o artigo 2.º dêste Regulamento, opinará e apresentará sugestões, por iniciativa própria ou para atender a solicitações do Presidente da República, Ministros de Estado e Presidentes do Senado e da Câmara Federal.

Art. 11 — O Conselho poderá dirigir-se aos Poderes Estaduais e Municipais bem como a outros órgãos do Poder Público, sempre que julgar que suas recomendações possam contribuir para dar maior coordenação à política econômico-financeira do País.

CAPITULO III

Organização do Conselho

Art. 12 — Os órgãos do Conselho serão: o Conselho Pleno, as Comissões Especiais e os que se destinarem à pesquisas e análise econômica, à documentação e à administração.

CAPITULO IV

Conselho Pleno

Art. 13 — O Conselho Pleno, constituido pela reunião dos Conselheiros, realizará duas sessões ordinárias por semana.

§ 1.º — Serão realizadas sessões extraordinárias, quando convocadas pelo seu Presidente, ou mediante solicitação dos Conselheiros aprovada por dois terços.

§ 2.º — Na falta ou impedimento do Presidente, êste será substituído, nas sessões plenárias, por um dos Conselheiros presentes escolhidos pelos demais.

Art. 14 — As sessões só se realizarão quando presentes 2/3 dos Conselheiros em exercício e as deliberações serão adotadas mediante aprovação da maioria absoluta (Art. 6.º, da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949).

Art. 15 — A ordem dos trabalhos das sessões plenárias será organizada pelo Presidente de uma sessão para outra e levada ao conhecimento dos demais Conselheiros.

§ 1.º — Qualquer dos Conselheiros poderá requerer inclusão na ordem dos trabalhos do assunto de interêsse do Conselho.

§ 2.º — Qualquer dos Conselheiros poderá solicitar vista de processos, relatório ou parecer, que estejam em discussão, pelo prazo de 5 dias, prorrogaveis a juizo do Conselho Pleno.

§ 3.º — Quando a vista fôr pedida por mais de um Conselheiro, os prazos serão concedidos para exame em conjunto.

Art. 16 — As indicações, as propostas para estudos, inquéritos, projetos ou sugestões, destinados aos Poderes Públicos, serão submetidas a apreciação prévia do Conselho Pleno.

Art. 17 — Nenhum Conselheiro poderá manifestar-se sôbre matéria econômica e financeira, salvo mediante prévia autorização do Conselho Pleno, ou com declaração expressa de que o faz em caráter particular.

Art. 18 — As opiniões emitidas em sessão, não poderão vir a público sem prévio assentimento do Conselho Pleno.

Art. 19 — As sessões do Conselho Pleno serão de dois tipos:

— comuns, para discussão e votação de matérias em pauta e do qual se lavrará ata que deverá conter exposição detalhada dos trabalhos;

— secretos, para discussão dos assuntos reservados com a presença exclusiva dos Conselheiros.

Parágrafo único — As atas das sessões serão assinadas pelo Presidente e demais Conselheiros que a elas tenham estado presentes.

Art. 20 — Quando convocados, os responsáveis pelos órgãos técnicos participarão dos debates.

Art. 21 — Cada Ministério designará um representante para participar dos debates nas reuniões que tratarem de assunto do seu interêsse (Art. 3.º, § 4.º, da Lei 970).

Parágrafo único — O Conselho comunicará aos Ministérios os assuntos a serem tratados nessas reuniões, para a designação do representante qualificado.

Art. 22 — O Conselho Pleno tomará conhecimento em reunião mensal das atividades administrativas do Conselho.

Art. 24 — O Conselho Pleno elegerá na segunda quinzena de outubro de cada ano, um de seus Membros para Presidente do periodo seguinte, sendo vedado a reeleição Art. 4.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949).

Art. 24 — Ao Presidente, além de dirigir as sessões plenárias, compete:

a) baixar instruções sôbre os serviços do Conselho;
b) assinar ou indicar quem assine tôda ou parte da correspondência e expediente do Conselho;
c) representar o Conselho Nacional de Economia perante as autoridades e nos meios sociais e indicar, para representações ocasionais, alguns dos Conselheiros.

CAPITULO V

Comissões Especiais

Art. 25 — O Conselho Pleno, de acôrdo com o artigo 7.º da Lei 970, de 16 de dezembro de 1949, poderá instituir Comissões Especiais incumbidas de opinar sôbre problemas técnicos de natureza especifica

Art. 26 — Serão escolhidas para membros das Comissões Especiais pessoas de reconhecida competência a critério do Conselho Pleno, mesmo estranhas ao quadro de sua organização, e os serviços prestados são considerados relevantes para o País.

Parágrafo único — Completarão as Comissões Especiais, além dos Conselheiros que forem designados, os elementos dos órgãos técnicos do Conselho considerados necessários.

Art. 27 — No ato da constituição de cada Comissão Especial, o Conselho Pleno marcará o prazo da conclusão do trabalho, sujeito a prorrogação.

Art. 28 — O Presidente das Comissões Especiais será escolhido pelos seus componentes.

Art. 29 — As opiniões emitidas nas reuniões das Comissões Especiais não poderão ser divulgadas sem autorização prévia do Conselho Pleno.

Art. 30 — As Comissões Especiais serão secretariadas por funcionários do Conselho, aos quais compete registrar em ata e relatar ao Conselho Pleno os trabalhos das sessões.

Art. 31 — Cumpre aos presidentes das Comissões Especiais determinar as datas e horário das sessões e a ordem dos trabalhos.

Art. 32 — As Comissões Especiais apresentarão ao Conselho Pleno, para exame e aprovação, os relatórios parciais ou gerais e as conclusões a que tiverem chegado no curso e ao término de seu trabalho.

Parágrafo único — A divulgação dêsses relatórios ficará a critério do Conselho Pleno.

Art. 33 — Os presidentes das Comissões Especiais solicitarão do Conselho Pleno a cooperação dos órgãos do Conselho e as medidas que julgarem necessárias ao desempenho de suas tarefas.

CAPÍTULO VI

Órgãos de pesquisas e análises econômicos, documentação e administração

Art. 34 — O órgão de pesquisas e análises econômicos destina-se à coleta de dados e informações econômica-financeiras, relativas ao País e ao exterior; à seleção e interpretação dêsses dados; à elaboração de programas; à realização de inquéritos e pesquisas e, em geral, aos estudos determinados pelo Conselho Pleno e destinados a êste e aos Conselheiros no eexrcício de suas funções.

Parágrafo único — No desempenho dessas atribuições, o referido órgão prestará informações ocasionais e periódicas, bem como preparará relatórios, por indicação do Conselho Pleno.

Art. 36 — O órgão de administração é incumbido de promover a execução das atividades relativas a pessoal, orçamento, material e comunicações.

CAPÍTULO VII

Dos Conselheiros

Art. 37 — Os Conselheiros são nomeados pelo Presidente da República depois de aprovado a escolha pelo Senado Federal, e sua investidura no cargo é incompatível com o exercício de qualquer outra função pública, não podendo acumular vencimentos com outra função pública ou autárquica, respeitados os direitos assegurados pela Constituição (Art. 3.º, § 1.º e 2.º da Lei n. 970, de 16 de dezembro de 1949).

Art. 38 — O Conselho proporcionará a cada Conselheiro a necessária assessoria técnica, utilizando os servidores mais indicados à escolha dos Conselheiros.

Art. 39 — Os relatórios, pareceres, ante-projetos e sugestões aos Poderes Públicos, previstos no art. 2.º do Capítulo Primeiro, da Lei n. 970, de 16 de dezembro de 1949, serão firmados pelos Conselheiros.

Art. 40 — Os Conselheiros poderão solicitar individualmente informações e dados aos órgãos técnicos do Conselho.

Art. 41 — O Conselho Pleno poderá indicar um ou mais Conselheiros para:

a) participar de comissões de caráter econômico;
b) supervisionar pesquisas no País ou no exterior;
c) tomar parte em conferências internacionais.

Art. 42 — Qualquer Conselheiro poderá licenciar-se dos trabalhos por motivo justificado e reconhecido pelo Conselho Pleno.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 43 — Cabe ao Presidente do Conselho requisitar servidores de órgãos da administração pública e de autarquias (Parágrafo único do artigo 2.º da Lei n. 970, de 16 de dezembro de 1949) e admitir pessoal, com as verbas de que dispuser o Conselho.

Art. 44 — Os servidores do extinto Conselho Federal de Comércio Exterior permanecerão em exercício na atual fase de estruturação e posteriormente serão aproveitados nas funções pertinentes à organização do Conselho; aqueles que tenham demonstrado capacidade e eficiência poderão ser efetivados, conforme fôr estabelecido em Lei.

Art. 45 —Os servidores que permanecerem do extinto Conselho Federal de Comércio Exterior e os que forem admitidos distribuir-se-ão pelos diferentes serviços que forem provisoriamente adotados, segundo as instruções a serem baixadas pelo Presidente do Conselho.

Art. 46 — Êste Regimento poderá ser emendado ou reformado mediante proposta de qualquer Conselheiro aprovada, em duas sessões consecutivas, por 2/3 dos que estiverem em exercício.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1950. — (aa) **Arthur de Souza Costa, Edgard Teixeira Leite, Hamilton Prado, Humberto Bastos, João Pinheiro Filho, Luiz Dodsworth Martins, Otávio Gouveia de Bulhões.**



A CULTURA DO ADLAI

Eng.º-Agrônomo PIMENTEL GOMES

O Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio estão aconselhando o plantio do adlai, cereal adlai ou trigo tropical — uma variedade do **Coix Lágrima Jobi** do Arquipélago das Filipinas. O adlai é bastante cultivado na Bolívia. O agrônomo Ubirajara Pereira Barreto, depois de experimentá-la no Estado de São Paulo, passou a aconselhar a sua plantação com muita insistência. Experimenta-mo-la, com ótimos resultados, em culturas feitas no Distrito Federal, na Paraíba e no Acre. Na Paraíba, a cultura vem sendo aconselhada, há vários anos, pela Secretaria da Agricultura.

Clima

Cosmopolita como é, o adlai pode ser cultivado em todo o Brasil, com exceção de pequenos trechos mais sêcos do nordeste, caso não se faça irrigação. Na Bolívia e nas Filipinas, há grandes culturas até a 1.500 metros de altura.

Solos

As terras próprias para a cultura do arroz são ótimas para a adlai. Também é possível cultivá-lo em terras em que se plantam o milho e a feijão. Os solos devem ser profundos, férteis, um tanto úmidos.

Semeadura

..Em solo bem preparado, semeia-se de preferência no comêço das chuvas. Nos bons solos, o compasso pode ser um metro por um metro. Nos solos mediocres, um um metro por cinquenta centímetros. Três sementes por cova. Com o primeira compasso plantam-se dois e meio litros de adlai por hectare; com o segundo, cinco litros.

Tratos culturais

Por meio de carpas, se possível mecânicas, mantem-se o solo livre de ervas daninhas. Depois da colheita, corta-se o adlai bem próximo do solo. Cobre-se a touceira com terra, para facilitar a brotação. A palha deve ser espalhada entre as linhas de modo a aumentar a fertilidade das terras e diminuir o número de capinas.

O adlai perfilha muito — 40 a 90 perfilhos por grão, 120 a 270 por cava com três sementes. Os caules crescem de 2,50 a 4 metros.

Colheita

Cortam-se os cachos com uns cinquenta centímetros de caule. Secam-se ao sol por uns três ou quatro dias, antes de se proceder à batedura.

Produção

Procede-se a primeira colheita seis a sete meses depois da semeadura. As outras se seguem com intervalos irregulares, de acôrdo com as condições do tempo. Geralmente são feitas duas colheitas por ano. As socas brotam satisfatoriamente, durante três ou quatro anos.

A produção anual de grãos em boas terras aproxima-se dos 3.500 a 4.000 quilos por hectare. Em terras úmidas, quentes e ricas, podendo-se colher até 10.000 quilos por hectare, enquanto colheitas de 800 quilos de trigo e de 1.500 quilos de milho são consideradas boas.

Batedura

Procede-se como se faz com o arroz.

Beneficiamento

O beneficiamento, a ato de descascá-lo, é feito em qualquer máquina de descascar arroz.

Moagem

Mói-se o adlai quando preciso, em moinhos de aço ou em moinhos usados na moagem do trigo. O moinho de aço D'Andrea, fabricado em São Paulo, dá muito bom resultado.

Valor alimentício

O valor alimentício do adlai equivale ao do trigo, como se pode verificar pelos dados a seguir:

Espécie	Proteínas	Gorduras	Cinzas	Celulose	Hidratos de carbono	Calorias
Adlai	12,40	4,50	1,50	0,80	96,90	387
Trigo	12,23	1,75	2,36	2,36	71,18	358
Milho	9,88	4,17	1,36	1,71	71,55	374
Aveia	12,15	4,33	3,46	12,07	58,75	331
Arroz	8,02	1,96	1,15	0,93	76,05	363

Usos

Muitos são as utilizações do adlai. Cozido, como substituto da arroz, tem excelente paladar e maior valor alimentício do que este cereal. De mistura com farinha de trigo, é utilizado na fabricação de pão e biscoito, na Bolívia e nas Filipinas. E' ótima forragem para os animais domésticas que comem o grão com verdadeira avidez.

(Comunicado n.º 82 do Serviço de Informação Agrícola Ministério da Agricultura — JULHO de 1950).

☆ HIDROMEL ☆

O engenheiro agrônomo Amaury H. da Silveira, professor de Indústrias Rurais na Escola de Horticultura "Wenceslau Bello", presta os seguintes esclarecimentos sôbre o preparo do vinho de mel de abelhas:

Hidromel é a bebida alcoólica obtida pela fermentação da mistura do mel e água, ou em outras palavras, hidromel é o vinho de mel de abelha.

Trata-se de vinho pouco conhecido em nossos fazendas, assim como no comércio, onde ainda não tivemos oportunidade de encontrar.

Devido à pobreza de mel em sais minerais, é preciso corrigir o mosto com adição de sais nutritivos ou de sucos de frutas, para facilitar a vida do fermento.

O hidromel pode ser fàcilmente fabricado em pequena escala, mesmo como indústria caseira. Em resumo, o processo de vinificação de mel de abelha consiste no seguinte:

1) Dissolver o mel em água contendo os elementos nutritivos, como por exemplo:
   - 3.200 quilos de mel
   - 10.000 litros de água
   - 0,012 quilos de ácido tartárico
   - 0,020 quilos de fosfato de amônio.
2) Ferver durante 15 minutos;
3) Colocar no vidro ou barril onde vai fermentar;
4) Deixar esfriar até 40°C;
5) Juntar fermento selecionado alcoólico (tipo Fleischmann) ou melhor ainda fermento vínico, sendo interessante preparar um pé de cuba a adicionar na proporção de 5% ao mosto;
6) Deixar fermentar com batoque hidráulico durante 1 a 1,1/2 mêses a temperatura de 28 a 30°C;
7) Trasfegar o mosto para outro barril;
8) Adicionar 1 grama de tanino solúvel ao álcool durante 4 semanas à temperatura ambiente;
9) Colocar durante 48 horas em câmara fria a 1°C para facilitar a clarificação;
10) Filtrar e, se necessário, clarificar com clara de ôvo, gelatina ou cola de peixe;
11) Envelhecer durante 6 mêses em recipiente de madeira para adquirir o "bouquet";
12) Engarrafar.

Classificação dos Mamiferos

Engenheiro Agrônomo: *Geraldo Goulart da Silveira*
Profesor da E. H. W. B.

A classe dos mamiferos compreende as seguintes ordens:

1 — Ordem dos Monotremos
2 — Ordem dos Marsupiais
3 — Ordem dos Insetivoros
4 — Ordem dos Queirópteros
5 — Ordem dos Dermópteros
6 — Ordem dos Carnivoros
7 — Ordem dos Cetáceos
8 — Ordem dos Sirênios
9 — Ordem dos Roedores
10 — Ordem dos Xenartros
11 — Ordem dos Artiodáctilos
12 — Ordem dos Perissodáctilos
13 — Ordem dos Proboscidios
14 — Ordem dos Primatas

Sôbre cada uma das ordens diremos, apenas o essencial, porquanto mais não é necessário em um estudo elementar, como o que ora fazemos.

Ordem dos Monotremos — Compreende mamiferos inferiores não encontrados no Brasil, providos de glândulas mamarias mas desprovidos de mamas, oviparos, com bolsa marsupial temporária e com a boca terminada por um bico córneo. Os monotremos, como o ornitorrinco, são encontrados na Austrália.

Ordem dos Marsupiais — Os marsupiais são caracterizados porque possuem uma bolsa especial chamada *marsúpio*, que serve para guardar os filhotes durante algum tempo. Os filhotes assim que nascem são muito rudimentares, desprovidos de pêlos. Os marsupiais são encontrados na Autrália (cangurús) e na América do Sul (gambás, cuicas, etc).

Ordem dos Insetivoros — Comprende mamiferos inferiores, de pequeno porte, focinho alongado e caracterizados principalmente porque os premolares possuem tubérculos ponteagudos. Os insetivoros são, na generalidade dos casos arboricolas ou cavadores de galerias no solo, e se alimentam de insetos. Tais mamiferos, como os mussuranhos, as toupeiras, etc., não são encontrados no Brasil.

Ordem dos Queirópteros — Os queirópteros são mamiferos voadores apresentando os dedos alongados, unidos por um *patágio* (funcionando como asas), e os posteriores, normais. A essa ordem pertencem os morcegos, dos quais existem espécies frugivoras, insetivoras e hematófagas.

Ordem dos Dermópteros — Abrange mamiferos não encontrados no Brasil e caracterizados porque são providos de um patágio que vai do pescoço ao cotovelo e daí até o joelho, e são providos de glândulas peitorais. Como exemplo podemos citar os maquis voadores da Indochina.

Ordem dos Carnivoros — Compreende mamiferos de porte variavel, geralmente terrestres (algumas especies são aquáticas, como por exemplo o lobo marinho), caracterizados principalmente porque a dentição é adaptada à alimentação carnivora provida de número completo de incisivos, caninos bem desenvolvidos e poucos molares. Possuem quatro ou cinco dedos providos de garras retrateis ou não retráteis. Os carnivoros compreendem os *Fissipedos* que são terrestres (pantera, leão, urso, cão, gato, lobo, onça, etc.), e os *Pinipedes*, que são aquaticos (lobo marinho, urso marinho, foca, morsa, etc.). As principais familias dos Fissipedes são:

a — *Félides*, compreendendo espécies com o corpo alongado, focinho curto, garras desenvolvidas, curvas e retráteis. Como exemplos podemos citar o leão, a onça, o tigre, etc.

b — *Cânidas*, compreendendo espécies com focinho alongado, cauda bem desenvolvida, patas com quatro e cinco dedos (as anteriores com cinco e as posteriores com quatro), providas de garras não retráteis, como por exemplo o lobo, o cão, a raposa, etc.

c — *Mustilidas*, abrangendo espécies de pequeno porte, corpo alongado, patas curtas, com cinco dedos providas de garras pontenguclas e cauda bem desenvolvida. Entre os mustilidas podemos citar a lontra, fuinha, a ariranha, etc.

d — *Prociónidas*, compreedendo espécies de pequeno porte, arboricolas, onivoras, providas de cauda longa e dedos com garras pouco recurvadas, como o coati, o mão pelada, etc.

e — *Ursidas*, abrangendo mamiferos carnivoros de grande porte, cauda muito curta, providos de patas com cinco dedos terminados em garras resistentes e estreitas, como o urso, o ucumarí, etc.

Ordem dos Cetáceos — Os cetáceos são mamiferos aquáticos, de corpo pisciforme, quasi que desprovidos de pêlo, e com uma espessa camada subcutânea de gordura. Os membros anteriores são transformados em nadadeiras, e os posteriores ausentes. Alguns cetáceos (golfinhos, cachalotes, etc.) são homodontes e desprovidos de barbatanas, enquanto que outros, (baleias), não possuem dentes que são substituidos por barbatanas córneas. Nos cetáceos não se observa limite de separação entre a cabeça (que é relativamente grande) e o corpo. Entre os cetáceos são encontrados os maiores mamiferos (baleias existem que atingem mais de 30 metros de comprimento).

Ordem dos Sirênios — Compreende mamiferos aquáticos, com pele grossa, camada sub-cutânea gordurosa, escasso revestimento piloso, membros anteriores transformados em remos, e posteriores ausentes. A esta ordem que possue poucos representantes, pertence o peixe-boi do Amazonas.

Ordem dos Roedores — Constitue a ordem de mamiferos que apresenta maior número de representantes, em geral de pequeno porte ou de porte médio. Os roedores são caracterizados principalmente pela dentição que é desprovida de caninos, apresenta os incisivos longos, biselados e de crescimento contínuo, e molares bastante desenvolvidos. Entre os incisivos e molares existe um diástema. Entre os roedores podemos citar o rato, o preá, a paca, a cotia, a capivara, etc.

Ordem dos Xenartros — Abrange um grupo muito heterogênio de mamiferos terrestres, arboricolas ou cavadores de tocas, geralmente monofiodontes, com dentes desprovidos de esmálte, e de cresci-

mento contínuo, ou, então, desprovidos de dentes. Os xenartros são insetívoros, frugívoros, fitófagos, etc. Os xenartros compreendem os *Tardigrados* (preguiça), os *Vermilinguos* (tamanduás) e os *Loricados* (tatús).

Ordem dos Artiodáctilos — Os artiodáctilos são mamíferos ungulígrados, de porte variável, com número par de dedos, passando o eixo do corpo entre o 3.º e o 4.º dedos, que são simétricos e iguais. Os artiodactilos podem ser ruminantes ou não ruminantes. Entre os ruminontes podemos citar os pertencentes à família dos *Camélidas* (camelo, dromedário, etc), à super-família dos *Giraloides* (girafa), a super-família dos *Bovoideos* ou *Cavicórneos* (boi, antílope, carneiro, cabra, etc.), à super-família dos *Cervóideos* (cervo, veado, etc.). Entre os artiodáctilos não ruminantes podemos citar os pertencentes à família dos *Taiassúidas* (queixada, cateto, etc.).

Ordem dos Perissodáctilos — são os mamíferos ungulígrados, de grande porte, com número impar de dedos, sendo o dedo médio mais desenvolvido (as vezes ele é o único, como no cavalo), e passando por ele o eixo do corpo. Entre os perissodáctilos podemos citar os *Équidas* (cavalos, asnos, zebras, etc.), os *Rinocerôntidas* (rinocerentes) e os *Tapiroides* (anta, pichaque etc.).

Ordem dos Proboscideos — Abrange os maiores mamíferos terrestres, providos de longa tromba preensora formada pelo nariz e pelo lábio superior, pele espessa e pouco pilosa e os dois incisivos superiores muito desenvolvidos, de crescimento contínuo, constituidos de marfim e comumente denominados *presas*. A esta ordem pertence o elefante.

Ordem dos Primatas — Compreende os mamíferos de organização mais elevada, providos de dentes molares policúspides, dedos com unhas nas extremidades, glândulas mamárias peitorais e olhos voltados para a frente. Os primatas abrangem três sub-ordens, das quais duas, a dos *Lemuroides* e a dos *Tarsiodes*, sem representantes na América do Sul, e a dos *Antropoides*, compreendendo:

a — *Platirrinos*, que são os macacos americanos, com as narinas afastadas, abrangendo os *Hapalídios* (saguis) e os *Cebidios* (macaco-leão, macaco-aranha, etc).

b — *Catarrinos*, que são os macacos do Antigo Continente, com as narinas aproximadas, compreendendo os *Antropomorfos* (chimpanzé, gorila, gibão, orangotango, etc.) e os *Hominidas* (homem).

As principais diferenças entre o homem e os macacos antropomorfos são as seguintes:

Homem	*Macacos antropomorfos*
Atitude erecta	Atitude inclinada
Não apresenta diástema	Apresentam diástema
Crânio maior que a face	Face maior que o crânio
Coluna vertebral com 4 curvaturas	Coluna vertebral com 2 curvaturas
Membros superiores menores que os inferiores.	Membros superiores maiores que os inferiores.

Nomes vulgares	*Ordens*	*Nomes vulgares*	*Ordens*
Almiscareiro	Artiodáctilo	Gerbo	Roedor
Alce	"	Gibão	Primata
Alpaca	"	Gineta	Carnívoro
Anta	Perissodátilo	Girafa	Artiodáctilo
Antílope	Artiodáctilo	Golfinho	Cetáceo
Ariranha	Carnívoro	Gorila	Primata
Arminho	"	Guamaco	Artiodáctilo
Asno	Perissodáctilo	Guará	Carnívoro
Átele	Primata	Guarachim	"
Baleia	Cetáceo	Guariba	Primata
Barbado	Primata	Guaxinim	Carnívoro
Barrigudo	"	Hiena	"
Bisão	Artiodáctilo	Hipopótamo	Artiodáctilo
Boi	"	Homem	Primata
Boto marinho	Cetáceo	Iaque	Artiodáctilo
Boto de água-dôce	"	Indrí	Primata
Búfalo	Artiodáctilo	Irara	Carnívoro
Bugio	Primata	Jaguapitango	"
Burro	Perissodáctilo	Jaguar	"
Cabra	Artiodáctilo	Jaguarundi	"
Cachalote	Cetáceo	Jaguatirica	"
Cachorro do mato	Carnívoro	Javalí	Artiodáctilo
Camelo	Artiodáctilo	Jupará	Carnívoro
Camondongo	Roedor	Jupatí	Marsupial
Cangambá	Carnívoro	Leão	Carnívoro
Cangurú	Marsupial	Leão marinho	"
Cão	Carnívoro	Lebre	Roedor
Caititú	Artiodáctilo	Leopardo marinho	Carnívoro

Camurça	"
Capivara	Roedor
Carneiro	Artiodáctilo
Castor	Roedor
Cavalo	Perissodáctilo
Caxinguelê	Roedor
Cervo	Artiodáctilo
Chacal	Carnívoro
Chimpanzé	Primata
Chinchilha	Roedor
Coati	Carnívoro
Coatipurú	Roedor
Cobáia	"
Coelho	"
Cotia	"
Cuica dágua	Marsupial
Cuxiú	Primata
Doninha	Carnívoro
Dromedário	Artiodáctilo
Eira	Carnívoro
Elefante	Proboscídio
Equidna	Monotremo
Escalope	Insetívoro
Esquilo	Roedor
Foca	Carnívoro
Fuinha	"
Furão	"
Galago	Primata
Gambá	Marsupial
Gato almiscareiro	Carnívoro
Gato doméstico	"
Gato do mato	"
Gato dos pampas	"
Gazela	Artiodáctilo
Ouriço caixeiro	Roedor
Paca	"
Pacó	Queiróptero
Pangolin	Xenartro
Papa-mel	Carnívoro
Papião	Primata
Póranacu	"
Pantera	Carnívoro
Porco doméstico	Cetáceo
Peixe boi	Artiodáctilo
Porco do mato	"
Porco espinho	Roedor
Preá	"
Preguiça	Xenartro
Puma	Carnívoro
Quati	"
Queixada	Artiodáctilo
Quingaju	Carnívoro
Raposa	"
Ratão do banhado	Roedor
Rato boiadeiro	"
Rato comum	"
Rato de espinho	"
Rena	Artiodáctilo
Rinoceronte	Perissodáctilo
Sagui	Primata
Saiga	Artiodáctilo
Sarigueia	Marsupial
Sajú	Primata
Sapajú	"
Serelepe	Roedor
Tamanduá bandeira	Xenartro
Tamanduá colete	"
Tamanduá galinha	"
Tamanduá-í	"
Tamanduá mirim	"
Lhama	Artiodáctilo
Lince	Carnívoro
Lobo	"
Lobo marinho	"
Lontra	"
Mão pelada	"
Macaco mandril	Primata
Macaco aranha	"
Maquis de Madagascar	"
Maquis voador	Dermóptero
Mandril	Primata
Mangusto	Carnívoro
Mono barba branca	Primata
Mono narigão	"
Marmota	Roedor
Marta	Carnívoro
Maracajá	"
Maritacaca	"
Mico leão	Primata
Mocó	Roedor
Morcego	Queiróptero
Morsa	Carnívoro
Mula	Perissodáctilo
Murgurnho	Insetívoro
Mussuranho	"
Onça parda	Carnívoro
Onça pintada	"
Onça vermelha	"
Orangotango	Primata
Onaga	Perissodáctilo
Orca	Cetáceo
Ornitorrinco	Monotremo
Otária	Carnívoro
Ouriço	Insetívoro
Tanreque	Insetívoro
Tapité	Roedor
Tapir	Perissodáctilo
Texugo	Carnívoro
Toró	Roedor
Toupeira comum	Insetívoro
Toupeira dourada	"
Tuco-tuco	Roedor
Tupajá	Insetívoro
Uacari	Primata
Uapuçá	"
Ucumaú	Carnívoro
Ursuna	Roedor
Urso	Carnívoro
Urso marinho	"
Vampiro	Queiróptero
Veado campeiro	Artiodáctilo
Veado mateiro	"
Veado galheiro	"
Vicunha	"
Viscacho	Roedor
Zebra	Perissodáctilo
Zibeta	Carnívoro
Zorrilho	"

Consultas e Informações

Engenheiro-Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor Técnico de "A LAVOURA"

PROPAGAÇÃO DA LICHIA

Respondendo ao Sr. S. O. C., nosso consócio do Estado de Minas Gerais, tenho a informar:

a) a lichia é uma Sapindácea chinesa, há longos anos introduzida no Brasil;
b) a sua propagação pode ser feita por meio de sementes, estaquia e alporquio;
c) conquanto trabalhosa, a multiplicação por alporquia é a mais conveniente.

ÉPOCA E COLHEITA DA MELANCIA

Esclarecendo a um nosso consórcio do Estado de São Paulo, que nos consulta sôbre quando a melancia está em ponto de ser colhida, informo que, entre outros recursos adotados na prática podemos citar:

a) batendo-se com o dedo na melancia, se ela estiver madura o som será ôco;
b) a mudança de coloração, especialmente da parte em contacto com o solo.

MANCHA NEGRA DA ROSEIRA

Respondendo ao Sr. A. S. O., do Distrito Federal, tenho a informar:

a) que a mancha das fôlhas da roseira que provoca a queda das mesmas, e, consequentemente, prejudica a floração, é causada pelo fungo Diplocarpon rosae;
b) entre os medidas de combate podemos citar a retirada e a destruição (queima) das fôlhas atacadas, e, como medida preventiva, a pulverização com calda bordaleza a 1%.

GOMOSE DA LARANJEIRA

Tendo em vista a consulta do nosso consócio Sr. S. V., do Estado do Espírito Santo, tenho a informar:

a) a exudação gomosa produzida pela doença chamada "gomose", é, realmente de coloração escura (marron);
b) para combater a doença, no início de sua manifestação, deve-se descorticar o local atacado (retirada da casca), e, em seguida, aplicar pasta bordaleza (1 parte de sulfato de cobre, 2 partes de cal virgem e 12 partes de água).

O TREMOÇO COMO ADUBO VERDE

Respondendo ao Sr. L. S. V., do Estado do Rio Grande do Sul, tenho a informar:

a) o tremoço pode, realmente, ser usado com sucesso, como adubo verde;
b) o tremoço apresenta, não somente uma grande rusticidade, como também pode ser plantado em terrenos, mesmo um tanto ácidos, como deve ser o caso do consulente.

O PROBLEMA SERICO NACIONAL

Examinando com o Professor Renato de Farias, Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Animal, o problema sérico nacional, o Sr. Ministro Novais Filho chegou à conclusão de que é preciso estudá-lo sob todos os seus aspectos, numa tentativa de obter, afinal, uma solução definitiva para uma atividade que pode influir profundamente na restauração de nossa economia rural.

Nesse sentido, o Sr. Ministro da Agricultura constituiu uma comissão composta dos agrônomos Mário Vilhena, Celso Freitas de Souza e Cesar Seara para que, ouvindo os órgãos séricos do país e outros entidades interessadas, e apreciando objetivamente a atuação que o Ministério da Agricultura já realiza nesse sentido, sugira providências que, compondo um plano nacional estruturado sôbre linhas racionais, assegurem o desenvolvimento da sericicultura, situando-a devidamente no quadro econômico do Brasil.

A PRODUÇÃO DE BANANAS

Segundo dados apurados pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, estima-se em 158.448.000 cachos a safra brasileira de banana relativa ao corrente ano. O valor correspondente do produto atingiu 949.926.000 cruzeiros calculado o preço médio verificado no ano anterior.

Em 1949 a produção elevou-se a 147.696.000 cachos, no valor de Cr$ 885.393.000,00.

Os principais produtores de banana assim se classificam: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Santa Catarina e Ceará.

O Pão, Alimento Vital

JOSÉ ADAIL CATUNDA GONDIM
Secretário do Diretor do I. Q. A.

O pão é um alimento básico, que deve fazer parte obrigatória de tôdas as nossas refeições. Imprescindível a todo sêr humano, entre as crianças êle adquire uma preferência especial, jamais alcançada por qualquer outro gênero de primeira necessidade.

Brouardel, aqui citado apenas devido à clareza de sua idéia, conceitua que "o bom pão é aquele que não sòmente nutre, mas também refaz nosso metabolismo geral, em virtude de fornecer substâncias nutritivas que estão em perfeita coordenação com as necessidades do nosso organismo".

O pão acompanha todos os outros produtos indispensáveis a nossa alimentação cotidiana, tais como a carne, o peixe, o queijo, os ovos, etc.

Dentre outros alimentos que podem ser ingeridos juntamente com o pão, destaca-se o leite, que não sòmente se lhe assemelha nas propriedades alimentícias, mas também contribui para a melhoria destas, pois contém tôdas as vitaminas conhecidas, além da inestimável riqueza em sais minerais.

O crescimento, a elasticidade e a porosidade do pão dependem bastante do método de fermentação empregado. Se o processo de fermentação da massa se prolonga por longo tempo, o pão se torna compacto e pesado. Se, por outro lado, o tempo empregado na fermentação é curto demais, o pão deixa de adquirir a elasticidade necessária, torna-se viscoso e apresenta miolo muito pesado.

Os padeiros através da prática não desconhecem a importância do processo da fermentação, que é muito delicado e depende de inúmeors fatores, notadamente a umidade do ar e a qualidade da farinha de trigo.

No Brasil, o grande problema consiste em preparar o pão misturando as farinhas nacionais com a farinha de trigo, dando a esta última a porcentagem mínima sem detrimento do seu valor nutritivo. Ainda mais, o ideal seria o aumento das qualidades nutritivas dêsse alimento, juntando-se-lhe, por exemplo o leite desnatado já que as misturas com a farinha de milho amarelo (fubá), ou com a soja, não alcançaram os resultados desejados, a primeira devido à côr e a segunda por se caracterizar pelo travo amargo da leguminosa de que se origina, além de provocar em certas pessoas fenômenos alérgicos e dispepsia.

Assim, em que pese o fato de se considerar como adequada a proporção de 75% para a farinha de trigo, esta percentagem poderá ser ainda reduzida, mediante a mistura com os seguintes ingredientes.

Fermento	3,5%
Açúcar	2,0%
Sal	1,6%
Leite	23,0%
Água	37,0%

Entretanto, os ensaios com leite desnatado se revestem de suma complexidade, pois nos climas tropicais êle se coagula com intervalo de 6 a 8 horas após a sua extração.

Experiências realizadas no Instituto de Química Agrícola, adicionando-se farinha de trigo, arroz, farelo de arroz e germe de trigo, em percentagens respectivamente, de 65, 27, 5 e 3% deram em resultado um pão leve, saboroso, embora de aspecto acinzentado e, portanto, pouco simpático.

Após vários estudos no laboratório de importante estabelecimento químico-farmacêutico, foi obtido um produto homogêneo, quase idêntico ao pão comum de bom aroma e gôsto, cuja conservação pode ser feita até em caixa de papel. Não apresenta maiores dificuldades o preparo dêste produto. O processo de fermentação é idêntico àquele de que resulta o pão comum e, após a sua obtenção, o produto é sêco e pulverizado. Com esta consistência, conserva integralmente as suas propriedades durante largo período de tempo. Adicionado à manteiga, em forma de sanduiche, com molho, na sopa de feijão, etc., é um alimento agradável ao paladar.

De mistura com chocolate, marmelada, ou em forma de pudim, pode ser usado como sobremesa.

Alimento popular por excelência, o pão deve constituir problema estritamente relacionado com a saúde pública e a economia do país, o que ressalta a sua importância.

Para isso, se torna necessário que o produto contenha todos os elementos do grão dos cereais, pois êstes possuem a proporção ideal para a nutrição do homem.

☆ NOTAS ☆

FINANCIAMENTO AOS AGRICULTORES PAULISTAS

O governador do Estado de São Paulo assinou na pasta da Agricultura, decreto-lei dispondo sôbre o financiamento aos agricultores, para aquisição de máquinas agricolas. O financiamento se processará através da Caixa Econômica do Estado, ficando essa autarquia autorizada a realizá-lo até o valor de 100 milhões de cruzeiros. O limite, máximo para cada lavrador será de 200 mil cruzeiros, cobrados os juros de 8 por cento ao ano e o prazo máximo para liquidação do débito será de 5 anos. A amortização se fará anualmente, em parcelas de igual valor, a partir da terceira ano da vigência do contrato.

O financiamento se processará na base de 75 por cento do total da aquisição e se efetuará em duas parcelas iguais. A primeira quando da assinatura do contrato e a segunda, mediante apresentação dos comprovantes de compra.

INSTRUÇÕES PARA PLANTAÇÃO DE "FETERITA"

Este sorgo pode ser plantado em qualquer terra e em quais quer condições; mas desde que as terras sejam bem preparadas e adubadas, os resultados, são, lògicamente, muito mais compensadores.

Sempre que se trate de terras férteis e com boa capacidade de retenção da água, convém semear em linhas separadas, 25 a 35 centimetros entre si. Desta fórma, evita-se o desenvolvimento exagerado de cada planta, cuja frutificação pode prejudicar, por madurar totalmente, a colheita principal e até mesmo o desenvolvimento excessivo de talos, dificultando a colheita em boas condições e o desenvolvimento dos mesmos.

Em terras, suficientemente ricas, retendo bastante água, pode-se, ainda semear ao voleio, utilizando para tal fim qualquer das máquinas semeadoras em uso. A semente não deve ir nunca a uma profundidade maior de dois centimetros, sob pena de ter um crescimento desparelho e pobre.

Providência ótima será preparar as terras com duas araduras e suas respectivas rastreadas, as quais devem ser feitas de maneira a deixar a terra em condições de evitar que a semente fique a pouca ou a muita profundidade, o que, de um ou outro modo, é prejudicial.

Se as terras estão sujas, como se diz vulgarmente, convém semear com máquina em linhas, porque esta providência permitirá carpir a terra e destruir as malezas, que, na primeira idade, poderão chegar e afogar as plantinhas.

Convém, também, assinalar que em terras com pouca capacidade de retenção de água, é conveniente efetuar uma ou duas carpidas ligeiras, para favorecer o desenvolvimento das plantas ainda novas.

A quantidade a semear oscila ao derredor de 25 a 35 quilogramas por hectare, e, para semeaduras a voleio, entre 35 a 40.

Ambas estas quantidades são indicadas para semear com uma faculdade germinativa corrente,, isto é, com 75% a 80% e em caso de melhores condições, pode-se diminui-las, aumentando-se, entretanto, quando a faculdade germinativa fôr inferior.

Conforme já disse no artigo que publiquei, a melhor época para semear "Feterita" é de outubro a novembro, isto é, no início da estação das águas.

Estas sementes são bastante susceptiveis ao frio, e, por isso, se deve preferir a estação cálida.

OS CLUBES AGRICOLAS

Cêrca de dois mil Clubes Agrícolas, agremiando dezenas de milhares de crianças, e disseminados por todo o território nacional, dedicam-se, atualmente, às práticas rurais.

Essas entidades, cujo registro, contrôle e assistência estão subordinados ao Serviço de Informação Agricola, têm, entre outros objetivos, o de incutir no espirito da juventude o amor pela terra, despertando-lhe a atenção sôbre as vantagens do trabalho em comum. Nelas, as crianças, orientadas por aquêle órgão do Ministério da Agricultura, se dedicam à jardinagem, horticultura, criação e outras práticas agrícolas, recebendo, para isso, sementes selecionadas e material agrícola adequado, inclusive inseticidas e adubos.

Mensalmente, a Seção de Clubes Agricolas do referido Serviço recebe relatórios sôbre suas atividades, que demonstram o entusiasmo da juventude do interior pelo amanho da terra.

Entre os relatórios recebidos em novembro pela S. I. A., destaca-se o do Clube Agrícola instalado no Grupo Escolar "Vieira Marques", em Santos Dumont, Minas Gerais, que, depois de enumerar estarem ali sendo cultivados, com sucesso, hortaliças, legumes, frutas, milho, feijão, etc., salienta: "Nosso primeiro negócio foi vender uns bambús, que crescem na divisa com um vizinho e, depois, uma carroça de lenha apanhada dos arbustos, galhos de goiabeiras e laranjeiras, que podamos no pomar. Tudo isso, juntamente com o que apuramos com a venda de verduras, nos rendeu boa soma."

Acrescenta o relatório que a Cantina do Grupo fornece, diàriamente, em média, 295 pratos de sopa, consumindo boa parte da produção do Clube, cuja em caixa, de Cr$ 47,50, que serão depositadas na situação financeira é ótima, pois apresenta um saldo, Caixa Econômica Federal.

O CAFE NO ESPIRITO SANTO

À vista do levantamento agricola realizado há pouco no Espírito Santo, estima-se em 90.087 toneladas a safra de café do Estado, relativa ao corrente ano. O valor correspondente é de Cr$ ..... 565.292.000,00.

Segundo informa o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, a área ocupada é de 225.661 hectares, estando previsto um rendimento de 399 quilos por hectare.

Em 1949, a safra do Estado atingiu 115.093 toneladas, no valor de Cr$ 737.429.000,00. Existiam, produzindo frutos, 262.248.000 pés de café. A produção do Espírito Santo classifica-se em 4.º lugar.

Atenção, criadores e fazendeiros!

Já está à venda

o "INSETICIDA ESSO "A" PARA GADO"

(Concentrado emulsionavel de Canfeno Clorado)
50 % Toxafeno



Experimentado no Brasil pelo Ministerio da Agricultura, Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Instituto Biológico de São Paulo, Estancias Duvivier S/A., Fazenda Santa Clara — Ericeira — Estado de Minas Gerais, do Sr. Silvio de Andrade Bastos, Fazenda da Tabatinga — Ericeira — Estado de Minas Gerais, do Sr. Cel. Severino Junqueira, e Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. — Avenida Presidente Wilson, 164 — D. Federal.

O Inseticida Esso "A" Para Gado vem sendo recomendado somente para gado de corte, porque até hoje não se sabe se o seu uso é ou não perigoso, ou potencialmente perigoso, para gado leiteiro no periodo de lactação, ou para os consumidores dos produtos de gado leiteiro. Antes de recomendarmos o uso do produto em gado leiteiro no periodo de lactação, estamos aguardando o resultado final dos estudos toxicológicos, atualmente em curso, que até hoje não deram nenhuma indicação de ser o Toxafeno absorvido em quantidades perigosas.

O Inseticida Esso "A" Para Gado está à disposição dos criadores brasileiros, em quantidades limitadas, devido às dificuldades de importação, para que possam manter os rebanhos completamente isentos de carrapatos e outros parasitas externos.

Ajudar a difundir o uso do Inseticida Esso "A" Para Gado em nosso país é contribuir para auxiliar a campanha de combate aos parasitas externos que vêm causando tanto prejuizo aos nossos rebanhos.

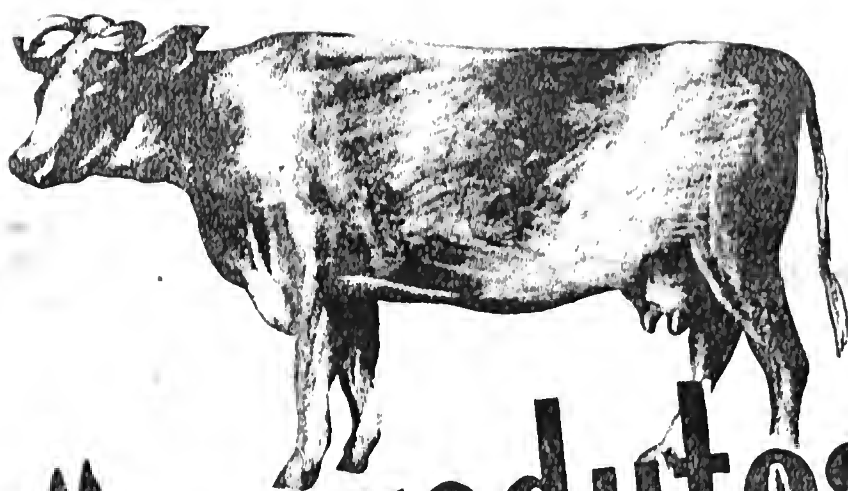


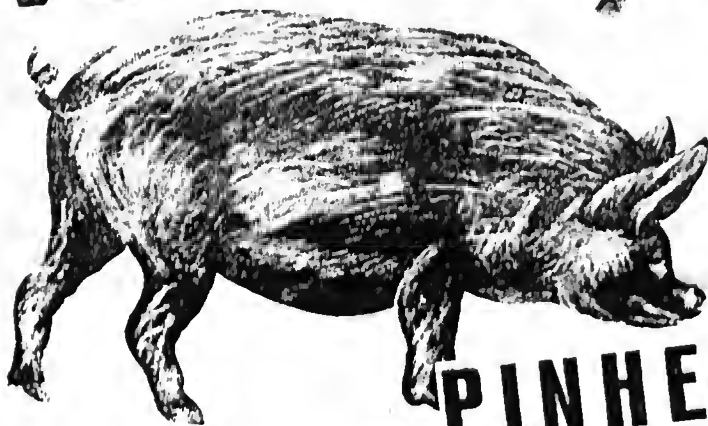


Peçam informações à

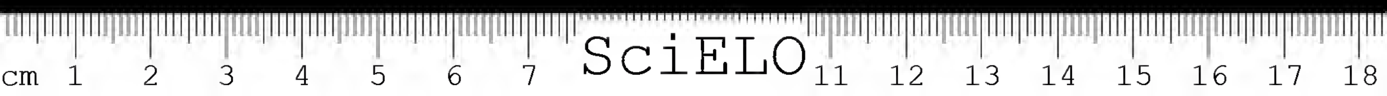
STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL

Avenida Guararapes, 203 6.º andar Caixa Postal 242 Recife — Est. de Pernambuco	Av. Presidente Vargas, 290 12.º andar Caixa Postal 1.163 Distrito Federal	Rua Araujo, 224 Caixa Postal 36 B São Paulo Est. de São Paulo



produtos
veterinários


I P
PINHEIROS
CAIXA POSTAL 951 – SÃO PAULO


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18 19


cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18 19